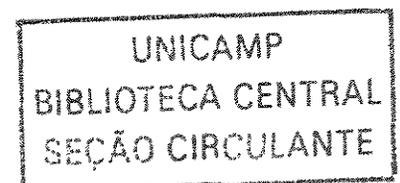


Língua Barroca:  
Sintaxe e História  
do português nos 1600

Maria Clara Paixão de Sousa

Tese de Doutorado  
Instituto de Estudos da Linguagem,  
Universidade Estadual de Campinas



Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600

Maria Clara Paixão de Sousa

Tese de Doutorado

Apresentada ao

Departamento de Lingüística,  
Instituto de Estudos da Linguagem,  
Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, 25 de agosto de 2004

[ i ]



|            |                                     |
|------------|-------------------------------------|
| UNIDADE    | BC                                  |
| Nº CHAMADA |                                     |
| T/UNICAMP  |                                     |
| 50850      |                                     |
| V          | EX                                  |
| TOMBO BC/  | 62624                               |
| PROC.      | 16-86-05                            |
| C          | <input type="checkbox"/>            |
| D          | <input checked="" type="checkbox"/> |
| PREÇO      | 11,00                               |
| DATA       | 23/02/05                            |
| Nº CPD     |                                     |

Bib- id 343510

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

So85L      Sousa, Maria Clara Paixão de  
             Língua Barroca: sintaxe e história do português nos 1600 / Maria Clara Paixão de Sousa. - Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador : Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Charlotte Marie Chambelland Galves.  
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Mudanças lingüísticas. 2. Sintaxe (Gramática). 3. Gramática gerativa. 4. Lingüística histórica - Sec. XVII. 5. Língua portuguesa - Gramática - Sec. XVII I. Galves, Charlotte Marie Chambelland. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca Examinadora:

Mary Kato

Anthony Kroch

Alcir Pécora

Ilza Ribeiro

Charlotte Galves,  
orientadora

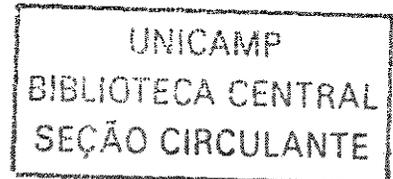
Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Maria Clara Paixão

de Souza

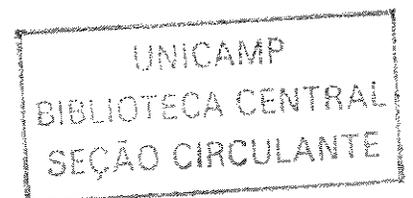
e aprovada pela Comissão Julgadora em

11/05/2005.

x Ch. Galves



*meus três queridos:  
Marcelo, Pedro e Tomás,  
obrigada por estarem aqui*



# Agradecimentos

*Ao longo dos anos de pesquisa que levaram à construção desta tese, pude contar com a ajuda de muitas pessoas, em forma de trabalho e estímulo, e em forma de carinho e amizade. Agradecerei pessoalmente, com longos abraços, ao meu companheiro, aos meus filhos, à minha mãe, e às minhas amigas, por terem me apoiado (e suportado) ao longo dessa viagem.*

*Neste momento lembro as instituições e pessoas sem as quais as reflexões que apresento neste trabalho não teriam surgido nem se desenvolvido, e agradeço:*

*À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, instituição financiadora das pesquisas que resultaram neste trabalho de tese (FAPESP 99/03240-3 e FAPESP 01/08465-5);*

*À Biblioteca Nacional de Portugal e sua iniciativa de digitalização de obras raras no projeto Memórias, graças a que a pesquisa teve acesso ao material precioso da reflexão gramatical dos 1500 a 1700;*

*Aos professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde fui aluna do curso de História entre 1991 e 1993, e formei o gosto pelos estudos históricos;*

*Aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, desde o tempo da graduação até o doutoramento. Este trabalho tem como origem reflexões proporcionadas por dois cursos realizados paralelamente, durante a graduação em lingüística nos idos de 1998: o curso de Jairo Nunes, e o curso de Monica Fontana. A eles minha gratidão por diferentes perspectivas sobre o estudo da língua;*

*Aos coordenadores do Projeto Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Gramatical, por possibilitar um ambiente de pesquisa multifacetado e uma reflexão conjunta sobre as mudanças lingüísticas do português;*

*A Anthony Kroch, por suas participações fundantes nos seminários do Projeto, e sua ajuda a esta pesquisa nestas ocasiões;*

*A Rodolfo Ilari e Mary Kato, pela orientação e apoio no exame do trabalho de mestrado do qual esta tese é continuação, e a Filomena Sandalo e Maria Aparecida Torres Morais, pela ajuda na ocasião da qualificação do trabalho como tese;*

*Aos colegas de pós-graduação no IEL-UNICAMP, pelos debates nos cursos e pelo compartilhar de idéias;*

*Aos colegas do Projeto Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Gramatical, pelo trabalho em conjunto e pela troca de idéias;*

*Aos colegas do Seminário de Linguística Histórica do IEL em 2004, pela leitura atenta e de grande valia para a versão final do primeiro capítulo da tese;*

*A Helena Britto, pelas conversas estimulantes sobre a sintaxe dos textos, e pelo companheirismo nas horas do cafezinho;*

*A Silvia Cavalcante, Cristiane Namiuti e Lucianne Chociay, pelo trabalho conjunto na Base de Dados e pela presença sempre luminosa;*

*E muito particularmente, à minha orientadora, Charlotte Galves. Pela orientação e apoio nos momentos de dificuldade; mas sobretudo, por seu interesse genuíno pelos estudos da língua e sua perspectiva sempre aberta, sempre interessada. Seu apoio incondicional constituiu meu porto de segurança ao longo deste trabalho.*

*P*er tal ordem fabricou Deos o mundo,  
& asi dispôs as cousas delle, que em  
todas ellas houvesse h~ua pertpetua  
mudança & variedade.

*Duarte Nunes de Lião*  
*nas Leis Extravagantes, 1569*

## R e s u m o

A tese investiga a relação entre Sintaxe e História no português escrito entre os séculos 17 e 18. Abordo a singularidade da sintaxe dos textos portugueses “clássicos” em relação à dos textos arcaicos e modernos – notadamente quanto à colocação de pronomes clíticos – como resultante da interrelação de suas propriedades gramaticais com o contexto histórico da sua escrita. O assim chamado “*Português Clássico*” não é entendido aqui como uma fase gramatical (no sentido gerativista), e sim como a fase final de uma gramática a que chamo de *Português Médio*, e que subjaz aos textos medievais tardios, aos textos renascentistas, e aos textos barrocos. Os padrões de frequência das construções nesses textos representam as propriedades da gramática tais como instanciadas na escrita de cada período; sua evolução refletirá mudanças na gramática bem como transformações no contexto histórico da escrita. A cultura escrita em Portugal até a virada do século 17 deve ser compreendida como parte da esfera de influência Peninsular, na qual a escrita idealizada valoriza padrões neutros, e aplaina características marcadas como regionais. À perspectiva desse contexto histórico, e considerando o padrão de colocação de clíticos em relação a outras características sintáticas, defendo que a generalização da próclise nos textos seiscentistas portugueses não é sinal de uma mudança gramatical, e sim uma propriedade da idealização da língua na escrita – particularmente, na escrita Barroca.

## *A b s t r a c t*

*The dissertation focuses the relation between Syntax and History in 17<sup>th</sup> to 18<sup>th</sup> century Portuguese writing. The singular syntactic properties of those texts as compared to Archaic and Modern Portuguese texts – remarkably, as regards clitic placement – are interpreted as resulting from the interweaving of grammatical features and the historical context of their writing. I shall consider “Classical Portuguese” not as a grammatical phase (in the generative sense of the term), but rather as the final stage of a grammar I will call “Middle Portuguese”, which underlies late Medieval texts, Renaissance texts, and Baroque texts. The frequency patterns of constructions in those texts represent grammatical features as instantiated in the writing of each period; their evolution is revealing of grammatical changes and of transformations in the Historical context of writing. Portuguese writing until the turn of the 17<sup>th</sup> century is to be understood as part of a broad, Peninsular sphere of influence, within which writing styles that are neutral and subdue regionally marked features are valued. With this historical perspective, and comparing clitic placement with other syntactic features, I will maintain that the generalized proclitic pattern of Portuguese texts in the 1600 is not a sign of grammatical change, but rather the property of an idealized written language – specially so, in Baroque writing.*

# S u m á r i o

|   |     |
|---|-----|
| A p r e s e n t a ç ã o.....  | 01  |
| I n t r o d u ç ã o.....  | 03  |
| 1. Os estudos diacrônicos no quadro gerativo: relevância teórica.....           | 09  |
| 2. Questões sobre a diacronia da ordem no português.....                        | 21  |
| 3. Proposta do trabalho.....  | 53  |
| I. S i n t a x e.....   | 57  |
| 1. Visão geral.....   | 60  |
| 1.1 Contexto da pesquisa.....   | 60  |
| 1.2 Obras pesquisadas.....  | 61  |
| 1.3 Panorama dos dados.....   | 63  |
| 1.3.1 Ordens superficiais atestadas: padrões de V1, V2 e V3.....                | 63  |
| 1.3.2 Colocação de clíticos: hipóteses gerais.....                              | 66  |
| 2. Adjunção e Fronteamento.....   | 83  |
| 2.1 Adjunção: a hipótese X#V.....   | 86  |
| 2.1.1 Estrutura básica.....   | 86  |
| 2.1.2 Fatos empíricos sobre os adjuntos não argumentais.....                    | 89  |
| 2.1.3 A restrição ao clítico inicial e as ordens #V.....                        | 91  |
| 2.1.4 Adjunção e Argumentos.....  | 99  |
| 2.1.4.1 Adjunção e Complementos: fatos empíricos.....                           | 103 |
| 2.1.4.2 Adjunção e sujeitos: fatos empíricos.....                               | 112 |
| 2.2 Fronteamento: a hipótese #XV.....   | 120 |
| 2.2.1 Estrutura Básica.....   | 120 |
| 2.2.2 A dinâmica da “próclise obrigatória”.....                                 | 127 |
| 2.2.3 Fronteamento e argumentos.....  | 130 |
| 2.2.3.1 Sujeitos como fronteados.....   | 130 |
| 3. Posição de Sujeitos nas sentenças com clíticos.....                          | 139 |
| 3.1 Sujeitos nulos x pré-verbais x pós-verbais.....                             | 139 |
| 3.2 As ordens SV.....   | 141 |
| 3.2.1 Os sujeitos pré-verbais e pós-verbais, e a natureza da posição #__ V..... | 143 |
| 3.2.2 O problema do estatuto informacional dos sujeitos pré-verbais.....        | 147 |
| 3.3 As ordens VS.....   | 156 |
| 3.3.1 O contraste SV versus XVS.....  | 163 |
| 3.4 Voltando às hipóteses para a estrutura da frase no sistema médio.....       | 164 |
| 4. Resumo e perspectivas.....   | 173 |

|  |     |
|--|-----|
| II. Sintaxe e História.....  | 177 |
| 1. A escrita seiscentista em perspectiva.....  | 180 |
| 1.1 A representatividade da escrita culta.....   | 180 |
| 1.2 Perspectiva paralela: um Corpus complementar.....                                    | 186 |
| 1.2.1 Padrões gerais comparados.....   | 189 |
| 1.2.2 Principais contrastes entre os dois corpora.....                                   | 198 |
| 1.3 Perspectiva cronológica: Seiscentistas versus Setecentistas.....                     | 200 |
| 1.3.1 Critérios de datação pelas datas de “produção” dos textos do Corpus principal..... | 202 |
| 1.3.2 Os padrões na fronteira: 1650 - 1750.....  | 206 |
| 2. A fronteira dos 1600-1700 na historiografia literária.....                            | 213 |
| 2.1 Barrocos versus Ilustrados.....  | 213 |
| 2.2 A frase barroca.....   | 220 |
| 2.2.1 Olhares sobre o barroco: a geometria do texto.....                                 | 220 |
| 2.2.2 As propriedades gramaticais em nova ótica.....                                     | 234 |
| 3. Os textos seiscentistas como base de mudanças gramaticais.....                        | 240 |
| 3.1 Revisitando os padrões sintáticos nos textos.....                                    | 242 |
| 3.2 Os textos seiscentistas, o PE e o PB.....  | 251 |
| 3.3 Os textos seiscentistas e os padrões medievais.....                                  | 256 |
| 3.4. Os textos seiscentistas no contexto Ibérico.....                                    | 260 |
| 4. Resumo e perspectivas.....  | 265 |
| III. História.....   | 267 |
| 1. A escrita portuguesa no contexto peninsular.....                                      | 270 |
| 1.1 O contexto medieval: as línguas da <i>Espanha</i> .....                              | 270 |
| 1.2 A literatura face ao contexto Ibérico: o <i>bilingüismo literário</i> .....          | 278 |
| 1.2.1 Raízes e significado do <i>bilingüismo literário</i> .....                         | 281 |
| 1.3. O contexto seiscentista.....  | 292 |
| 2. Desdobramentos lingüísticos.....  | 298 |
| 2.1 O <i>bilingüismo</i> na historiografia da língua Portuguesa.....                     | 298 |
| 2.2 Idéias da língua portuguesa nos 1600s.....   | 304 |
| 3. A hipótese da escrita neutra do Português no contexto Ibérico.....                    | 307 |
| 3.1 A “questão da língua” e a construção da ortografia portuguesa.....                   | 307 |
| 3.2 Do contexto medieval aos 1600.....   | 319 |
| 3.2.1 <i>Nivelamento e porosidade das fronteiras</i> .....                               | 319 |
| 3.2.2 A crise na <i>Corte na Aldeia</i> .....  | 324 |
| 3.3 O estilo cortês e discreto.....  | 332 |
| 4. Resumo e perspectivas.....  | 339 |
| F i n a l.....   | 345 |
| Referências Bibliográficas.....  | 357 |

# A p r e s e n t a ç ã o

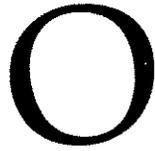
A tese foi construída em torno de um estudo extensivo de aspectos da mudança de padrões sintáticos atestados nos textos, e de uma reflexão sobre o contexto de sua escrita, com a preocupação central de compreender os pontos de contato entre cada caminho.

No Capítulo I – Sintaxe, apresento um levantamento de dados com base em textos de autores portugueses nascidos nos anos 1500-1800, nos quais documentei os padrões relevantes segundo as hipóteses sobre a diacronia da sintaxe dos clíticos em português na teoria gerativa; o objetivo primordial foi chegar a uma descrição empírica baseada na verificação de frequências de ocorrência, que permita identificar fronteiras entre os padrões sintáticos (sem objetivar uma explicação estrutural para eles nos termos da sintaxe gerativa). No Capítulo II – Sintaxe e História, busco contextualizar a escrita desses textos em diferentes perspectivas, analisando alguns fatos importantes da progressão dos padrões sob a ótica do contraste entre as gerações literárias presentes no *Corpus* principal, e do contraponto possibilitado pelo exame de um corpus complementar composto por textos de gênero bastante diverso. No Capítulo III – História, fundamento a afirmação de que até fins do século 17 a cultura escrita portuguesa está sob o efeito da esfera de influência da escrita castelhana, que se instancia entre outros aspectos como força modelar, sobretudo na escrita literária.



O trabalho está apresentado em duas partes, o volume impresso e o anexo digitalizado. Impressos estão o corpo da tese, e um *Apêndice* com quadros, tabelas e gráficos. O *Anexo* reúne o levantamento de dados completo em forma digital.

# Introdução



o fim da Idade Média é marco de transformações históricas que transfiguram o mapa dos antigos *romances vulgares* no mapa das *línguas românicas modernas*. Nos textos escritos, padrões lingüísticos tipicamente medievais cedem espaço, a partir dos 1500, para características que irão se estabelecer em cada idioma moderno. Também para a língua portuguesa o fim da Idade Média significa um período de mudanças históricas, que irão resultar no mapa da língua na Idade Moderna e Contemporânea; e também os textos portugueses documentam a perda de características medievais. No entanto, o processo do estabelecimento de novos padrões será complexo.

De um modo geral, a tradição da gramática histórica toma a virada dos 1500 como o início do Português Moderno, considerando o contraste com o período medieval o marco mais importante da história da língua:

*Tomando o século XII como início do português histórico, distinguiremos na evolução do idioma dous períodos principais: o do português antigo, que é a linguagem escrita usada até fins do século XV e ainda nos primeiros anos do século seguinte; e o do português moderno, que é a linguagem empregada dessa época em diante. (Said Ali<sup>1</sup>)*

No entanto, em diversos aspectos os textos escritos nos séculos 17 e 18 são singulares em relação aos textos escritos a partir dos 1900; e em vista disto, o marco do século 16 é tradicionalmente modulado pelo reconhecimento de um período de *transição* entre a língua antiga e a moderna. Em geral, esta fase intermediária recebe o estatuto de uma *etapa moderna inicial*:

*O português moderno subdivide-se nas fases quinhentista, seiscentista e hodierna, podendo-se admitir como transição entre estas duas últimas a fase setecentista. (Said Ali<sup>2</sup>)*

<sup>1</sup>Said Ali, 1921:par.12.

<sup>2</sup>Said Ali, 1921:par.15

Também a lingüística moderna aponta diferenças importantes entre os padrões lingüísticos atestados no período medieval e os padrões dos textos escritos depois do século 16, reconhecendo ainda um período de transição entre este padrão e a língua moderna. “*Português Clássico*” é a denominação geralmente usada para designar este período difusamente delimitado entre os séculos 16 e 18, em que a linguagem dos textos, embora distinta da linguagem escrita na Idade Média, não é ainda a mesma dos textos modernos<sup>3</sup>.

Será ao longo deste período *clássico* que a língua portuguesa irá se diversificar espacialmente, formando a situação atual, em que se reconhecem duas variantes principais (o português europeu, e o português brasileiro), além dos crioulos africanos.

Para os estudos no quadro gerativo, a diversidade se localiza no plano das gramáticas: o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB) são gramáticas diferentes, tanto entre si, como em relação ao Português Arcaico (o PA - por hipótese, a gramática dos textos medievais portugueses). A partir de que momento tem início a diferenciação dos dois sistemas é um tema fértil de debates<sup>4</sup>. Alguns estudos observaram que o PB compartilha características importantes com a língua escrita nos séculos 16 e 17, em contraste com o PE; enquanto o PE compartilha outras, em contraste com o PB. Isso leva à hipótese de que essas variantes modernas teriam se originado em duas mudanças gramaticais com uma base comum.

Ou seja: a diversificação hoje atestada não seria o fruto de uma mudança ocorrida no português do Brasil em relação à gramática do Português Europeu, mas sim teria se dado a partir de um sistema anterior a ambos. Por hipótese, essa mudança, em termos mínimos, não pode ser anterior ao século 16 – e por isso se torna importante neste

<sup>3</sup> Ivo Castro (Castro 1991), Paul Teyssier (Teyssier 1981) e Pilar Vasquez Cuesta (Cuesta e Luz, 1971) são exemplos de modernos historiadores da língua que fazem referência a um *Período Clássico*, com diferentes delimitações temporais circundando os séculos 16 e 17.

<sup>4</sup>Entre outros, Tarallo 1996, Kato e Roberts 1996, Ribeiro 1998, Galves et al. 1998, Galves 2004.

quadro entender o estatuto da língua escrita nos séculos 16 e 17. É principalmente nesse sentido que o período *clássico* configura um momento de extrema relevância no processo de reconstrução da trajetória entre as diferentes etapas gramaticais que explicariam o quadro atual da língua portuguesa nos estudos gerativistas.

Na reconstituição desta trajetória, entretanto, a pesquisa enfrenta desafios importantes.

Uma das dificuldades centrais trazidas pelo estudo dos textos do *português clássico*, no sentido desta reconstituição da trajetória das etapas gramaticais do português, é que tocamos em um período no qual confluem transformações históricas importantes, que se refletem diretamente na linguagem dos textos. Essas transformações incidem centralmente nos séculos 16 e 17 – ou seja, justamente no período de maior interesse para os estudos gramaticais.

Há antes de tudo uma questão mais geral, e que me parece se aplicaria ao estudo de qualquer língua românica no período do renascimento. O marco dos 1500, onde localizamos o fim dos romances medievais e o início das línguas românicas modernas, é também o momento em que se confluem acontecimentos históricos que transformarão a escrita nessas sociedades: a intensificação do uso literário dos vernáculos; o advento da imprensa; o início da sistematização descritiva das línguas. Não é evidente que a padronização atestada nos textos escritos nos diferentes vernáculos a partir deste período possa ser abordada estritamente enquanto manifestação de mudanças gramaticais nas línguas faladas em cada lugar.

No caso específico do português, este problema pode ser ainda mais agudo: em sua formação como língua de cultura, ou na elevação do vernáculo como instrumento de expressão literária, esteve em jogo o distanciamento do português em relação à língua de origem (o *galego-português*) e sua relação muito próxima e conflituosa com o idioma castelhano, língua de prestígio literário neste período em toda a Península Ibérica. O português escrito nos anos 1500 e 1600 se insere portanto em um contexto imbricado, no qual a padronização das formas escritas guardou estreita relação com o problema da

proximidade com o castelhano.

No outro plano – no estritamente lingüístico – o que se observa empiricamente é que em determinados aspectos da sintaxe (justamente os aspectos tomados como mais salientes para estudar a progressão das mudanças na língua), os textos portugueses apresentam uma semelhança com os castelhanos contemporâneos. Considerando que a escrita de uma língua é uma combinação de propriedades gramaticais e idealizações sobre a língua, me parece relevante considerar a hipótese de que na coincidência entre os padrões castelhanos e portugueses haverá alguma relação importante.

Esse problema deu forma à questão de partida deste trabalho. A preocupação central da pesquisa era compreender até que ponto podemos tomar o padrão de colocação pronominal no período clássico como indicador de uma etapa da gramática.

Considero que será interessante estudarmos a progressão dos padrões lingüísticos nos textos escritos neste período sem abstrair este contexto histórico. Procuo lembrar aqui que mesmo para os estudos da mudança lingüística no quadro gerativista – ou seja, nos estudos preocupados com a reconstituição das etapas gramaticais – a contextualização histórica é relevante.

...

Nesta *Introdução*, antes de tudo busco fundamentos para essa preocupação com a dimensão histórica dos textos no quadro da teoria da gramática.

Em seguida, procuro mostrar porque acredito que, tendo em vista a metodologia de trabalho nesse quadro, a reconstituição da trajetória das gramáticas do português com base nos padrões de colocação de clíticos dos textos *clássicos* encontra desafios importantes.

Veremos por fim algumas alternativas de análise a que podemos recorrer, tendo em vista as principais hipóteses sobre a sintaxe de clíticos nos textos portugueses medievais e *clássicos*.

# 1. Os estudos diacrônicos no quadro gerativo: relevância teórica

Para situar a perspectiva diacrônica no quadro teórico da teoria gerativa, é preciso lembrar que não é a *língua* o objeto de estudo da lingüística gerativa, mas sim a *gramática*. O interesse da *teoria da gramática* pela *história das línguas* remete à possibilidade do estudo da *mudança gramatical* entendida como fenômeno de aquisição de linguagem, no qual uma determinada geração de falantes chega a adquirir uma gramática distinta da geração anterior.

As motivações da mudança assim conceituada têm sido abordadas de diferentes maneiras. Algumas mudanças podem ter raiz em alterações repentinas no ambiente lingüístico a que uma determinada geração esteve exposta, por exemplo por contato lingüístico ou dialetal<sup>5</sup>; outras foram entendidas como frutos de mudanças graduais no ambiente lingüístico, que atingem um nível máximo de instabilidade em determinado ponto no tempo, e obrigam uma determinada geração a reorganizar o sistema no processo de aquisição<sup>6</sup>. Além disso, uma mudança pode ter início em diferentes níveis da gramática – na fonologia, na sintaxe, na morfologia – e daí espalhar-se para os demais níveis<sup>7</sup>.

A complexidade dos processos de mudança, seja quanto a suas motivações, seja quanto aos processos de difusão, é tema de debates extremamente ricos na literatura gerativista e sócio-variacionista<sup>8</sup>, desde o trabalho fundante de Weinreich, Labov e Herzog sobre os cinco problemas da mudança lingüística – *constraints, transition, embedding, evaluation,*

<sup>5</sup> Como nos casos descritos por Lightfoot 1999, ou Kroch e Taylor 1994.

<sup>6</sup> Como na descrição paradigmática de Clark e Roberts, 1993.

<sup>7</sup> Adams, 1993 por exemplo defende uma mudança nesses termos para o Francês.

*actuation*<sup>9</sup>. Aqui não entraremos na dimensão dos mecanismos da mudança.

A preocupação neste momento será: *se as gramáticas mudam, como chegamos a sabê-lo?*

Nos processos de mudança em curso, naturalmente podemos observar diretamente o contraste entre a linguagem de uma geração e das demais – o que possibilita um olhar privilegiado tanto sobre a motivação como sobre a difusão da mudança<sup>10</sup>. Na maioria dos casos, entretanto, temos apenas evidências indiretas das mudanças, pela comparação do estado atual de uma língua e seus “*estados passados*”, tais como registrados em textos (ou mesmo via comparação genética com línguas próximas).

É nesse sentido que os estudos da mudança gramatical se aproximam da lingüística histórica. Notemos que também no quadro gerativo o estudo da mudança envolve, em determinado nível, a reconstrução e as técnicas comparativas – pois o que dá partida para as análises é a constatação de diferenças entre os fatos da língua atual e os *fatos passados* das línguas. Na análise desses *fatos passados*, as pesquisas buscam depreender das ordens de palavras superficiais atestadas nos textos suas propriedades estruturais relevantes, a serem conceituadas pela teoria da gramática.

Neste processo enfrentam-se desafios metodológicos cruciais.

Anthony Kroch foi quem primeiro observou o problema central colocado para os estudos históricos da língua no quadro da teoria da gramática gerativa, e que se origina

<sup>8</sup> O diálogo entre o sócio-variacionismo e a lingüística gerativa no que tange o estatuto teórico da mudança é um campo de estudo que este trabalho não contempla. Lucchesi (1998) oferece uma perspectiva histórica deste diálogo, e localiza a diferença entre as duas abordagens, sobretudo, em um problema fundante: “*onde se localiza a dimensão estrutural e estruturante do fenômeno lingüístico?*” Nesta tese, parti apenas da perspectiva gerativista, para a qual a dimensão estruturante do fenômeno lingüístico está na gramática, não na instanciação concreta da língua. A argumentação que proponho aqui, sobre os problemas metodológicos e sobre a relevância teórica dos estudos da mudança remetem exclusivamente ao contexto gerativista.

<sup>9</sup>Weinreich, Labov e Herzog, 1968.

<sup>10</sup>Ver, por exemplo, o trabalho de Maria Eugênia Duarte sobre as mudanças em curso no Português Brasileiro.

do fato de que os dados com que podemos trabalhar limitam-se ao que foi deixado pelo tempo. Isso não significa apenas que os dados são parciais em relação ao conjunto maior da língua (o problema da *representatividade*, que trataremos mais adiante); mas, primordialmente, que são limitados às evidências *positivas*: sabemos o que aquele sistema lingüístico podia produzir, mas não sabemos o que o sistema não podia produzir. Ora, as evidências negativas são um aspecto central na metodologia da lingüística gerativa. Assim, a pesquisa histórica nesse quadro enfrenta um problema metodológico fundamental: é impossível conduzir experimentos sobre os dados, uma vez que nos é impossível o acesso à intuição dos falantes<sup>11</sup>.

Considero, a partir de Kroch, que a *impossibilidade do método experimental* configura o problema metodológico crucial enfrentado pela interpretação de propriedades sintáticas abstratas a partir de dados de estados passados de língua. A teoria gerativa tem como instrumento metodológico central, na investigação destas propriedades, o desenvolvimento de experimentos que elicitam julgamentos de gramaticalidade – experimentos que, em tese, permitem detectar contrastes de gramaticalidade, e assim formular hipóteses sobre as propriedades da gramática concebida como objeto mental. No trabalho com dados históricos, esse procedimento é impossível.

A análise dos textos históricos como base empírica para hipóteses sobre propriedades gramaticais, se conduzida nos moldes da pesquisa gerativa sincrônica, estaria lançando mão de uma metodologia concebida e aperfeiçoada para o trabalho com línguas vivas. Algumas saídas para este problema têm sido pensadas, quase sempre no sentido de adaptar a metodologia da pesquisa em sintaxe sincrônica para a sintaxe diacrônica.

<sup>11</sup> “A central methodological problem for historical studies, in linguistics as in other disciplines, is that data are limited to what happens to have survived the vicissitudes of time. In particular, we cannot perform experiments to broaden the range of facts available for analysis, to compensate for sampling biases in the preservation of data or to test the validity of the hypotheses. In historical syntax, the domain of this study, the problem is particularly acute, since grammatical analysis depends on negative evidence, the knowledge that certain sentence types are unacceptable. When we study living languages, we obtain such information experimentally, usually by elicitation of judgments of acceptability from informants” (Kroch, 1998:1)

A perspectiva dos estudos diacrônicos gerativistas nestes moldes foi bastante forte ao longo das décadas de 1980 e 1990, quando os estudos diacrônicos tomam fôlego com a teoria dos *Princípios e Parâmetros*; nessa linha, compreender a diversidade lingüística passa a ser central para compor o quadro das instanciações, nas línguas particulares, dos *Parâmetros* tais como delimitados pelos *Princípios* da Gramática Universal. Para esse programa de pesquisa, a inclusão do estudo de *estados passados* de língua significava primordialmente a ampliação da diversidade de sistemas lingüísticos descritos.

Grande parte do debate metodológico sobre a pesquisa em sintaxe diacrônica remete a esta esfera, na qual se procura depreender dos textos as propriedades de um sistema gramatical, e na qual as diferentes etapas são abordadas, essencialmente, como uma *sucessão de sincronias* no eixo do tempo<sup>12</sup>.

Nesse contexto, uma das saídas para o problema da inacessibilidade à intuição do falante foi tomar a ausência de evidências como evidência negativa, ou seja, considerar que o fato de não se atestar uma determinada construção em um universo empírico determinado como representativo pode ser igualado a sua inaceitabilidade na gramática<sup>13</sup>.

Isso pode ser razoável em certa medida, considerando a premissa de Labov<sup>14</sup>: *o presente explica o passado* – ou seja, nosso conhecimento sobre o estado de coisas nas línguas vivas permite realizar paralelos e analogias por meio das quais projetamos as propriedades sintáticas conhecidas para os sistemas passados em foco. Por outro lado, podem-se levantar diversas objeções a este tipo de procedimento – pois o fato de não se atestar uma determinada forma em textos escritos não significa necessariamente que

<sup>12</sup>Nas palavras de Josep Fontana, “*Even though it recognizes the diachronic dimension of historical data, this view treats language as an essentially static entity. Syntactic change, achieved by means of grammatical reanalysis, is perceived as a radical transition between two linguistic situations which are taken to be inherently stable*”. (Fontana, 1993).

<sup>13</sup> Ver, entre outros, Adams 1987.

<sup>14</sup>Labov, 1975.

esta forma não esteja presente na língua *falada*, que é por hipótese o *locus* da mudança gramatical concebida como fenômeno de aquisição da língua.

Entretanto, é outro (e mais profundo) o entrave teórico colocado para a pesquisa diacrônica no quadro gerativista por essa perspectiva.

De fato, como aponta ainda Kroch em *Reflexes of Grammar in patterns of language change*, a “*adaptação*” dos procedimentos de investigação sincrônica para a investigação diacrônica (independente de considerarmos esta adaptação tecnicamente válida ou inválida) coloca em cheque a relevância teórica dos estudos históricos da língua. Pois evidentemente, como aponta Kroch, se o objetivo é descrever e explicar propriedades formais dos sistemas gramaticais, a diversidade e riqueza das línguas vivas e faladas deixa de fato poucos motivos para se estudarem dados históricos. O texto escrito, material de trabalho único e inescapável do lingüista que se ocupa da história, será *sempre* um universo limitado e falho quando comparado à língua viva falada<sup>15</sup>.

Tomo aqui este ponto como crucial: a perspectiva sincrônica sobre os estados passados de língua transforma a pesquisa diacrônica em uma pesquisa sincrônica falha, na qual o procedimento se limitaria a investigar sucessivas “*etapas*” de sistemas que não podem ser bem descritos, pois nos deixam evidências insuficientes. No limite, tal perspectiva confere pouca relevância teórica para o estudo histórico das línguas no quadro da teoria da gramática.

Muito do debate sobre os problemas metodológicos do trabalho com textos históricos sofre com esta perspectiva “*sincronicista*”; e se é verdade que a abordagem da diacronia

<sup>15</sup>“*The above perspective on the study of historical materials may be sound, as far as it goes; but, as it is a synchronic perspective, it provides little motivation for pursuing such study, which appears as merely an impoverished version of the synchronic study of living languages. In fact, since data, including negative evidence, are easily obtainable for living languages and since the number and diversity of living languages is so great, one might conclude that historical studies were of marginal significance for general linguistics. They would inform us about the pasts of cultures and give information on genetic relationships and contacts among languages; but they would not be needed in the construction of a general theory of language*”. (A. Kroch, 1989:2)

como uma sucessão de sincronias traz à pesquisa dificuldades *técnicas* consideráveis, o problema central é que daí se pode tirar pouco proveito *teórico*.

Onde então reside a relevância dos estudos históricos da língua para a teoria da gramática?

Para A. Kroch, a relevância deve ser localizada naquilo que os textos históricos podem oferecer para a pesquisa, e que os dados das línguas atuais naturalmente não mostram: a trajetória das mudanças no tempo<sup>16</sup>.

O objeto teórico relevante para os estudos históricos da língua pode ser localizado, assim, não na *diversidade* diacrônica das formas lingüísticas (*ie.*: na sucessão de sincronias em contraste), mas sim na progressão dinâmica dos padrões lingüísticos na dimensão temporal. A investigação da lingüística histórica é portanto relevante teoricamente não enquanto estudo sincrônico “adaptado”, mas sim ao abordar a dimensão dinâmica da língua – ou seja, muito simplesmente, a mudança.

Ressalte-se neste ponto que o que caracteriza uma abordagem como *sin-crônica* ou *diacrônica* não é o fato de partir de dados empíricos de uma língua viva ou morta – mas sim a perspectiva sobre os dados. Também estados passados de língua podem ser abordados em uma perspectiva sincrônica: me parece ser esse o caso de grande parte das pesquisas diacrônicas no quadro gerativo (em especial nas décadas de 1980 e 1990), que adaptaram a metodologia da investigação gerativista ao trabalho com textos escritos. Vimos, com A. Kroch, que esta provavelmente não é a melhor abordagem para se ampliar o conhecimento sobre a língua enquanto objeto mental, já que do ponto de vista estrito da investigação sintática formal, os textos escritos não passam de uma base

<sup>16</sup>“In historical materials, we find a kind of information which is necessarily absent in synchronic data and which offers the prospect of an important contribution to general linguistics from history: that is, information about the time course of language change. With such process information, we may hope to learn how the grammars of language change from one state to another over time; and from an understanding of the process by which they change, learn more about their principles of organization”. (Kroch 1989:5)

empírica falha que possibilita *inferir limitadamente* propriedades gramaticais. Ao contrário, a perspectiva dinâmica dos processos de mudança pode conferir relevância para os estudos históricos da língua neste quadro.

Podemos entender com isto que o trabalho com dados históricos desloca o ponto de vista, o objeto e a metodologia da investigação lingüística formal.

O objeto de estudo da lingüística gerativa na sincronia é *faculdade da linguagem*, a que por hipótese se tem acesso pela *experimentação com os dados empíricos*. O objeto de estudo da lingüística gerativa na diacronia é a *mudança gramatical*, a que por hipótese se tem acesso pelos dados empíricos – as progressões de padrões lingüísticos atestados nos textos.

Neste sentido, o procedimento central dos estudos históricos sobre as mudanças gramaticais é a tentativa de reconstituição da trajetória das mudanças com base em textos. Documentam-se alterações superficiais na ordem linear da sentença, medindo variações entre padrões que possam indicar a alteração de um parâmetro gramatical. As inflexões nos padrões atestados empiricamente representariam evidências indiretas dos momentos em que uma geração de falantes fixou um parâmetro de forma diferente da geração anterior. Não é demais ressaltar este ponto central: os padrões atestados nos textos são evidências empíricas que precisam ser mediadas teoricamente para que se possam construir hipóteses sobre mudanças.

Pois chegamos a um ponto importante: a partir da perspectiva aberta por A. Kroch, que localiza a relevância dos estudos históricos nas informações sobre o decorso temporal da mudança lingüística, poderíamos dar um passo adiante, e entender que a relevância do estudo da progressão temporal de dados de língua é retratar o processo de mudança gramatical. Mas este seria um passo grande demais, e que levaria a um segundo precipício metodológico.

Pois a dinâmica dos padrões que registramos nos textos não “é” a *mudança gramatical*

(como as formas lingüísticas que atestamos neles também não “são” a faculdade da linguagem). Toda a proposta do *Reflexes of Grammar* de Kroch é justamente uma metodologia para *mediar* o retrato empírico da mudança retratada nos textos, com ferramental estatístico, e assim chegar a analisar os reflexos da mudança gramatical que podem estar ali manifestos.

Assim, o processo de mudança nos textos é a base empírica que possibilita formular hipóteses sobre processos de mudança gramatical.

Parece-me que aí se chega ao nó central da relação entre a *dimensão histórica* e a *dimensão gramatical* dos estudos da mudança.

Pois os estudos diacrônicos formais freqüentemente confundem a evolução dos padrões nos textos (ou seja, seu objeto empírico) com a evolução da mudança gramatical (ou seja, seu objeto teórico), e por isso se autorizam a considerar que os condicionantes históricos de produção dos textos podem ser “deixados de lado” para os fins da pesquisa.

Podemos ver como isso acontece lembrando o principal fator histórico sempre mencionado nas pesquisas diacrônicas gerativistas: *as pressões conservadoras da norma escrita*. É fundamentalmente nesse *conservadorismo* supostamente inerente à escrita que as pesquisas gerativistas costumam situar os condicionantes históricos da produção de textos; assim, levando em conta que as inovações da linguagem oral *costam* a aparecer na escrita, tomamos o cuidado de considerar que determinada inovação no curso de uma mudança lingüística não aparecerá necessariamente na escrita contemporânea às inovações. Entretanto, o problema é que além disso consideramos que se *abstrairmos* ou *descontarmos* este conservadorismo da escrita analisando os padrões levando em conta uma *“defasagem temporal”* entre o que se observa nos textos e o que ocorreu na fala, estamos garantindo minimamente a pesquisa.

Ou seja: admitindo que a mudança na língua e a mudança nos textos estão defasadas no tempo, damos um desconto na cronologia dos acontecimentos, e supomos que a escrita de

um momento reflita a fala de um momento anterior<sup>17</sup>.

Notemos que isso significa considerar que a sucessão dos fatos atestados nos textos no eixo do tempo representa uma sucessão temporal de fatos gramaticais. Isto é, autorizamo-nos a avaliar a progressão dos padrões fora de sua dimensão histórica, abstraindo os fatores concretos incidentes na produção dos textos para compor um quadro descritível "*ceteris paribus*".

E aí enfrentamos um problema fundante: os fatores incidentes sobre a produção dos textos não são necessariamente estáveis no eixo do tempo.

O próprio conservadorismo da escrita é exemplo disso. O fato de a escrita hoje, nas culturas letradas ocidentais, ser conservadora em relação às inovações da oralidade é um fato histórico nessas sociedades, e não se aplica necessariamente a outros contextos históricos – por exemplo, para o contexto do surgimento dos romances escritos na Idade Média. Entre os estudos sobre idiomas ibéricos, esse problema é mencionado por exemplo por Josep Fontana, ao lembrar que enquanto no período medieval não se pode falar em uma noção de norma gramatical tal como hoje se concebe, os textos espanhóis a partir da renascença merecem ser abordados de modo especialmente cauteloso, já que aí tem início a regulamentação da norma escrita do idioma<sup>18</sup>.

Assim, a fixidez ou a *tendência conservadora* da escrita não é um fato natural, mas um fato *histórico*; ao lidar com uma seqüência de textos, podemos estar às voltas com diferentes estágios da relação escrita-oralidade. Assim, a *pressão da norma*, evidentemente, não pode ser simplesmente *descontada* para todo o período se ela *surge* como variável apenas no meio do período. Não é possível compor um quadro *ceteris paribus* abstraindo-se fatores que, eles mesmos, sofrem alterações ao longo do espaço de análise.

---

<sup>17</sup>M. Adams, por exemplo, refere-se às propriedades dos textos históricos enquanto dados para pesquisa em sintaxe diacrônica, considerando que "*If these properties were not at one time reflective of the spoken language, it is a mystery where they came from*" (Adams, 1987:39).

Me parece portanto crucial notar que a progressão dos dados nos textos pode ser abordada como uma informação de processo – mas do processo da mudança lingüística. Não, necessariamente, do processo da mudança gramatical; e o problema não é apenas uma distância no lapso de tempo entre uma e outra, mas pode envolver toda a dinâmica do processo.

Há ainda uma última questão importante, embora pouco explorada nas pesquisas sobre mudança gramatical, e que é apontada por A. Kroch ao discutir a relevância teórica dos dados históricos para a lingüística. Ele lembra que (em qualquer estágio no tempo, isto é, seja para línguas mortas ou vivas) os *factos* de língua constituem-se de uma complexa inter-relação entre os princípios gerais da língua e desenvolvimentos históricos particulares. Isto é, qualquer amostra de língua – seja um texto escrito há 500 anos, seja uma frase ouvida hoje nas ruas – não é a língua em sua dimensão puramente abstrata, é a língua em um contexto histórico. Neste dado lingüístico operam regras lingüísticas e os resultados de determinados desenvolvimentos históricos no contexto dos quais estas regras se instanciam<sup>19</sup>.

Tomarei esta observação como fundamental neste trabalho. Entendo que um texto

<sup>18</sup>“However, it is important to remember that prescriptive pressures, while a very familiar aspect of certain modern formal registers, perhaps most acute in the case of standard French (...), are not ubiquitous. This is particularly true for the earlier stages in the development of the Romance languages during the middle ages. It is hardly questionable that some sort of consciousness on the part of the author about style and eloquence must have been part of the activity of writing even in the early middle ages. However, most scholars agree that nothing corresponding to contemporary notions of grammatical correctness was developed for the vernaculars of the time (whether written or spoken). Thus, no grammatical or even orthographic standard existed for the vernacular languages during the Middle Ages. Only during the Renaissance, due mainly to the concern which arose through the humanist movement over the corrupt state of Latin, does the modern perception about propriety in the use of language emerge (...) Consequently, we can reasonably conclude that Medieval texts, as antecedents to this revival of prescriptivism, are (with some limitations to be discussed below) fairly reliable reflections of the vernaculars spoken at the time). Extra care, of course, should be taken with texts from the Renaissance period on”. Fontana, 1993:12, meu grifo.

<sup>19</sup>“... since the features of any language at a given point in time are the result of a complex interweaving of general principles of language and particular historical developments, knowledge of the historical process by which a language has reached a given state may be important to the proper assignment of responsibility to historical and general factors, and so to the proper formulation of linguistic theory”. Kroch, 1989:2.

escrito será antes de tudo um objeto histórico (concreto, se quisermos), pois é produzido, recebido, preservado e investigado em circunstâncias historicamente construídas. Diferentes pontos de vista teóricos podem abordar este objeto em sua dimensão concreta-histórica – isto é, enquanto obra literária, enunciação, discurso; outros pontos de vista teóricos podem abordá-lo em sua dimensão abstrata, isto é, enquanto instanciação de propriedades lingüísticas abstratas. No quadro gerativista, interessa compreender a dimensão abstrata da língua: ou seja, importa compreender a “língua” enquanto gramática, e esta está localizada primordialmente em fatos “mentais”. Neste sentido, os fatos de língua condicionados pela produção lingüística precisam ser *abstraídos*.

Notemos que isto não é um cuidado desejável – é um *imperativo metodológico*, no sentido de que fatos irrelevantes na dinâmica da transmissão da língua oral pelas gerações não fazem parte do objeto de estudo da lingüística gerativa. Na pesquisa gerativa na sincronia, esta abstração é buscada, sobretudo, no recurso à intuição do falante e à espontaneidade das variedades orais. Na perspectiva diacrônica, impossibilitados estes recursos, os estudos sobre as propriedades gramaticais podem a cada passo cair nas armadilhas da duplicidade dos *fatos de língua*.

Podemos então pensar que, paradoxalmente, justamente os estudos diacrônicos *gerativistas* deveriam ser os mais interessados em compreender historicamente os dados de língua de que se servem como ponto de partida empírico.

É neste sentido que penso poder defender a possibilidade da perspectiva adotada neste trabalho em relação a questões importantes da diacronia do português.

Tomarei por pressuposto que a gramática do português europeu e a gramática do português brasileiro tem por base uma gramática anterior comum, conforme observam diversos estudos; e que esta gramática deve ter estado ativa no plano da oralidade *ao menos* até o século 16 (ou o português brasileiro não a teria por base). Partirei do

pressuposto de que uma das diferenças mais salientes entre a gramática atual do português europeu e a gramática atual do português brasileiro é a posição dos pronomes átonos em relação aos verbos finitos; e que a isto devem estar ligadas diferenças paramétricas importantes.

O que pretendo discutir é até que ponto a trajetória da formação das gramáticas atuais pode ser reconstituída com base nos padrões de variação na posição dos pronomes átonos em textos escritos em português naquele período em que estaria ativa a gramática de origem comum.

Para investigá-lo, parti de dados empíricos que por hipótese poderiam servir para reconstruir parte dessa trajetória: textos escritos por autores portugueses nascidos entre os séculos 16 e 19. Busco ponderar o retrato da progressão dos padrões nos textos em relação à dimensão histórica da produção destes textos, defendendo que os padrões de alternância na posição dos pronomes clíticos nos textos clássicos não podem ser tomados como evidência direta na reconstituição da mudança gramatical, mas sim precisam ser interpretados tomando em conta fatos históricos importantes na formação da língua portuguesa escrita. O objetivo do trabalho é mostrar a relevância dessa ponderação entre os fatos empíricos e a reflexão histórica. A hipótese desenvolvida poderá ter desdobramentos tanto para a explicação da estrutura formal dos fatos atestados nos textos, como para a explicação das motivações e da instanciação da mudança gramatical em algum ponto deste eixo temporal; o objetivo, entretanto, não foi explicar a estrutura formal nem a instanciação da mudança.

## 2. Questões sobre a diacronia da ordem no português

Desde a tradição gramatical se reconhece um padrão *clássico* no ordenamento da frase no português, cuja característica mais saliente é a colocação dos pronomes complemento átonos (ou oblíquos – *me, te, se, lhe, o, a*, etc, ou seja, nos termos de hoje, os elementos *clíticos* do português). Na perspectiva dos estudos diacrônicos gerativistas, é também a posição dos pronomes clíticos em relação aos demais constituintes o aspecto que mais tem sido estudado, antes de tudo em razão da importância das diferenças observáveis entre a língua antiga e as variantes modernas – e entre cada uma delas e os textos “clássicos”.

Já Candido de Figueiredo, em “*O problema da colocação de pronomes*”, de 1909, explica o ponto de interesse no estudo da sintaxe destas “*partículas*”:

*A transposição das palavras em geral, não se pode confundir com a transposição dos pronomes complementares, visto que estes pronomes não são palavras independentes, com acentuação própria, mas, sim, próclises e ênclises; isto é, partículas, que são arrastadas por outras palavras para lugar que o gênio da língua lhes determina.* (C. Figueiredo<sup>20</sup>)

Para os estudos em sintaxe diacrônica no quadro gerativo, a ordem de palavras é tomada como um lugar privilegiado nos estudos da mudança gramatical por ser considerada reveladora de propriedades gramaticais abstratas (além de ser, evidentemente, o aspecto sintático mais imediatamente observável, como lembra Paola Benincá<sup>21</sup>).

<sup>20</sup>Figueiredo, 1909:89.

<sup>21</sup> “*Se estudamos a linguagem anotando sistematicamente e descrevendo com técnicas variadas a ordem de palavras nas diferentes línguas do mundo, é certamente porque estamos convictos de que a ordem das palavras seja a manifestação superficial e visível de propriedades profundas, importantes e características de uma língua. As generalizações que formulamos sobre a ordem serão usadas como via de acesso a propriedades gerais da linguagem*” (Benincá, 1989:1).

A ordenação linear dos constituintes nas sentenças é limitada pela configuração das categorias funcionais na sintaxe abstrata e pelas restrições de cada gramática quanto aos tipos de constituintes sintáticos que podem se superficializar em cada uma destas categorias. O grande trabalho de análise neste quadro portanto é compreender estas propriedades estruturais com base nas ordens superficiais atestadas.

Neste sentido, a posição dos clíticos na ordem linear das frases configura um ponto de observação privilegiado, uma vez que tais elementos (que crucialmente, são objetos sintáticos morfológica e fonologicamente singulares, ou fracos) se prendem aos núcleos que abrigam os constituintes maiores.

É neste espírito que os principais estudos sobre a diacronia do português no quadro gerativo têm se dedicado ao problema da alternância na posição relativa clítico/verbo em relação aos demais constituintes da sentença. A relevância de se tomar uma perspectiva diacrônica no caso da sintaxe dos clíticos no português remete à compreensão da origem da gramática do PE e da gramática do PB com base em um sistema anterior comum a ambas.

...

Para introduzir a discussão que segue, vamos observar as possibilidades de ordem relativa clítico/verbo nos assim chamados *ambientes de variação diacrônica*, que são aqueles em que a alternância próclises-enclises é atestada a depender do período da língua. A comparação leva em conta os dados atestados por Ana Maria Martins<sup>22</sup> e Ilza Ribeiro<sup>23</sup> em textos medievais portugueses escritos entre 1250-1550; os textos “clássicos” estudados no presente trabalho; e dados do PE tais como descritos na literatura gerativista<sup>24</sup>.

<sup>22</sup>Martins, 1994

<sup>23</sup>Ribeiro, 1995

Os exemplos a seguir mostram a alternância na ordem relativa clítico-verbo nos textos medievais e clássicos, em contextos nos quais esta ordem é categoricamente enclítica no PE (e categoricamente proclítica no PB):

### (1) Sujeito-Verbo

Textos medievais:

- |   |                      |
|---|----------------------|
| (a) E huu beesteiro deu- <b>lhe</b> comhuua maça na cabeça  | [Ribeiro 1996#3.39m] |
| (b) El quisera- <b>lhi</b> fugir de boa mente, mas non pôde | [Ribeiro 1996#3.39g] |
| (c) El Rey <b>o</b> mandou                                  | [Martins 1994#71]    |
| (d) Eu <b>ti</b> mando eno nome de Jesu Cristo que ...      | [Ribeiro 1996#3.34k] |

Textos clássicos:

- |   |                      |
|---|----------------------|
| (e) Eu <b>corro-me</b> de dizer o que padeço                      | CTB-3-00951-mel-1608 |
| (f) Esta fortuna <b>pesa-me</b> já muito.                         | CTB-3-00941-mel-1608 |
| (g) Ele <b>me disse</b> que pasmava como lhe abastava o que tinha | CTB-2-14302-sou-1554 |
| (h) Ruy Lopes de Villa-Lobos <b>o recebeo</b> com muita honra     | CTB-1-08251-cou-1542 |

Português Europeu:

- |                                       |                   |
|---------------------------------------|-------------------|
| (i) A Maria <b>viu-o</b>              | [Barbosa 2000#12] |
| (j) Nós <b>demos-lhe</b> muito vinho  | [Raposo 2000#14]  |
| (k) *A Maria <b>o viu</b>             | [Barbosa 2000#12] |
| (l) *Nós <b>lhe demos</b> muito vinho | [Raposo 2000#14]  |

### (2) Advérbio(de tempo, lugar)-Verbo-(Sujeito):

Textos medievais:

- |   |                      |
|---|----------------------|
| (a) En outro dia <b>abriron-nas</b>                                 | [Ribeiro 1996#3.40c] |
| (b) E aos oito dias <b>saiu-lhi</b> a alma do corpo com gram prazer | [Ribeiro 1996#3.40e] |
| (c) e depois <b>a teve</b> presa em Medina Sidonia                  | [Ribeiro 1996#3.36d] |

<sup>24</sup>Nesta tese a comparação dos dados “clássicos” será feita fundamentalmente em relação ao Português Europeu, uma vez que o corpus estudado limita-se a textos escritos por autores portugueses. Os fatos do Português Brasileiro serão mencionados quando relevantes (e nestes momentos, os dados estarão baseados em minha própria intuição como falante da língua).

(d) E depois **auue** o capitam [Ribeiro 1996#3.36s]

Textos *clássicos*:

(e) Depois **sucedeo-lhe** o Mirão, seu sobrinho, ... [CTB-1-00516-cou-1556]

(f) outro dia **trazia-vos** não sei quantos tostões [Marquilhas, 1996#XIX]

(g) Hoje **me parto**. [CTB-07355-3-cha-1631]

(h) Sábado passado **vos** mandei um papel de engaços [CTB-312459-mel-1608]

Português Europeu:

(i) Geralmente **vejo-a** de manhã

(j) \*Geralmente a vejo de manhã [Barbosa 2000#17]

São esses os ambientes em que os textos antigos e clássicos atestam uma alternância que deixa de ser possível nos textos modernos: no PE, a ênclise passará a ser categórica nesses ambientes; no PB, a próclise será categórica (em qualquer ambiente). Nos textos medievais a alternância tende para a ênclise; e nos textos clássicos, a próclise é a opção mais freqüente – e praticamente generalizada.

Há ainda contextos sintáticos que aparecem como estáveis nas três etapas. Os complementos átonos aparecem enclíticos nas sentenças em que o verbo é o primeiro constituinte de uma oração independente principal nos textos portugueses medievais e clássicos; a mesma ordem é atestada no PE, e é a única alternativa aceita como gramatical pelos falantes:

(3) sentenças independentes principais verbo-iniciais – ênclises:

Textos Medievais:

(a) emprazaram **lhe** h~uas casas que elles ham na dita çidade [Martins 1994#4]

(b) Prometeo-**lh' o** el-rrei assi [Ribeiro 1996#3.1]

Textos *clássicos*:

(c) Furtaram-**me** uma toalha de mãos [Marquilhas 1996#I-XII]

(d) ouvio-a a Raynha, e diferindo benigna fes logo a suplica [CTB-4-00402-ceu-1685]

Português Europeu:

(e) Demos-**lhe** muito vinho

(f) Viu-**o** o João

(g) \***Lhe** demos muito vinho

[Raposo 2000#14]

(h) \***O** viu o João

[Barbosa 2000#14]

De outro lado, a próclise é a ordem generalizada nas sentenças dependentes (em qualquer configuração), e nas sentenças independentes depois da negação, ou quando o verbo é precedido por constituintes quantificados, focalizados ou afetivos (6), ou por advérbios modais (7), seja nos textos medievais ou clássicos, no PE ou no PB:

(4) Verbo precedido de sujeitos e outros constituintes expressamente focalizados, afetivos, quantificados:

Textos Medievais:

(a) E cada huu **se** guarde de mal fazer

[Ribeiro 1996#3.34a]

(b) Muito **me** leixas triste por estes menihos que me non dás

[Ribeiro 1996#3.36k]

Textos clássicos:

(c) Todos **me** tratam como a desfavorecido

|CTB-3-12610-mel-1608|

(d) Muita mercê **me** fazem nisto

|CTB-3-07692-cha-1631|

Português Europeu:

(e) Alguém **o** viu

(f) Muito vinho **lhe** demos

(g) \*Alguém **viu-o**

[Barbosa 2000#17]

(h) \*Muito vinho demos-**lhe**

[Raposo 2000#15]

(5) Verbo precedido de advérbios modais

(a) Bem **me** importava entender ao certo o que se passa ...

|CTB13130-mel-1608|

(b) Já **a** vi / \*Já vi-**a**

[Barbosa 2000#117a]

Nos textos antigos, atesta-se ainda robustamente uma construção já pouco comum a partir dos 1500s: a *interposição*, em que um ou mais constituintes aparecem entre o pronome proclítico e o verbo:

(6) Exemplos de interpolação (X cl X V)  
em textos portugueses, castelhanos e galegos:

- |  |                     |
|--|---------------------|
| (a) Aquellas que o <u>melhor</u> <u>fforem</u>   | [Martins 1994]      |
| (b) em quaesquer serviços que<br><u>Ihe per o dicto dom prior e sseus ssobçessores for mamdado</u> | [Martins 1994]      |
| (c) assi como les <u>dios</u> <u>auie prometido</u>  | [Fontana 1993:2#1]  |
| (d) que Ihe <u>Deus</u> <u>outorgou</u>  | [Salvi 1992:11#34a] |

A possibilidade de os pronomes clíticos aparecerem não-contíguos ao verbo tem sido a característica tomada como mais marcante nos textos medievais portugueses, e do romance ibérico em geral. A ordem cl-X-V não é atestada em nas variantes modernas seja dos demais idiomas seja do português<sup>25</sup>. Assim, os principais estudos diacrônicos no quadro da teoria gerativa têm tomado a perda da interpolação como o fato central para compreender a mudança que sela o fim do sistema arcaico.

Quanto à alternância ênclises *versus* próclises, o fato fundante da análise para posição pós-verbal dos pronomes átonos no português é a restrição ao clítico em início de frase, ou a lei de Tobler-Mussafia, generalização proposta em 1875 por Alfred Tobler em *De L'Ordre des mots dans Chrétien de Troyes*, ao observar que as línguas neo-latinas medievais não apresentam elementos átonos em início de frase. Esta generalização é fundante na grande parte das análises para o fenômeno da ênclise no português (antigo e moderno) e para o mesmo fenômeno nos demais idiomas neo-latinos em suas fases medievais<sup>26</sup>.

A “lei de Tobler-Mussafia” remete, em princípio, ao fato de não se atestarem, nas línguas antigas, sentenças com verbo em primeira posição (V1) e próclises, isto é, a ordem #cl-V

<sup>25</sup> Ver por exemplo Fontana (1993) para o castelhano; e ressalte-se que, no caso do Português Europeu, resta em alguns dialetos a interpolação da negação, cuja sintaxe deve ser entendida de modo distinto; crucialmente, a construção X-cl-NEG-V não indica a independência morfológica do clítico; cf. Martins (1994), Namiuti (em curso).

<sup>26</sup> Além do Francês, como descrito por Tobler, o italiano (Benincá 1989); o castelhano (Rivero 1996, e Fontana, 1993), línguas que, em linhas gerais, apresentam uma sintaxe da ordem de clíticos semelhante à dos textos portugueses medievais acima exemplificadas.

(tomando # como o início da sentença); mas com base nesta generalização, também a alternância nos demais ambientes pode ser explicada. Para se entender a possibilidade da ênclise nas sentenças em que há um constituinte antes do verbo como frutos da “lei de Tobler-Mussafia”, é preciso propor que à ordem linear X-V pode corresponder uma *estrutura* verbo-inicial.

Giampaolo Salvi<sup>27</sup> propõe uma explicação fundante neste sentido para os padrões atestados em documentos medievais escritos na Península Ibérica, seja em português, galego, ou castelhano (os exemplos abaixo são da *Crônica de Dom Pedro*, da *Primeira Crônica Geral da Espanha*, e da sua tradução galega):

(7) Estrutura e exemplos em Salvi (1992)

- português, castelhano e galego, textos medievais:

# V cl X X  
 X-deslocado # V cl XX  
 # X cl V X (X em CP)

- (a) Estas çidades tijnãnas ya os cristiãos pobradas [Salvi 1992:9#27b]  
 Estas cidades tinham-nas já os cristãos povoadas
- (b) todo lo que uos queredes quierolo yo fazer de grado [Salvi 1992:10#32a]  
 tudo o que vós quereis quero-o eu fazer de (bom)grado
- (c) el-rrei mandou-o segurar [Salvi 1992:5#16a]  
 o rei mandou-o segurar
- (d) et el te mostrara uma albuhera [Salvi 1992:7#24a]  
 e ele te mostrará uma ...
- (e) et el respondi ol [Salvi 1992:7#24b]  
 e ele respondeu-lhe

A idéia da ênclise como fruto da restrição ao clítico em posição inicial combinada com a possibilidade de deslocamento à esquerda está também na base de diversas análises para a sintaxe do Português Europeu<sup>28</sup>. Nessa perspectiva, a ordem cl-V seria a que

<sup>27</sup> Em Salvi, 1992.

<sup>28</sup> Notadamente, nos trabalhos de Pilar Barbosa (Barbosa 2000, 1997, entre outros).

resulta normalmente na sintaxe, e que se superficializa como cl-V sempre que possível. A ênclise ocorre apenas quando não é possível manter a ordem sintática proclítica, ou seja, nas configurações em que o clítico se superficializaria como o primeiro elemento da frase (*ie.*, em #V ou X#V). Nestes casos, uma operação pós-sintática (fonológica) faz com que o clítico se superficialize como pós-verbal. Deste modo, a próclise se explica simplesmente por estar a primeira posição antes do verbo preenchida por algum constituinte – e a ênclise é obrigatória depois de constituintes que *nunca* podem ocupar a posição inicial de frase (e que quando aparecem pré-verbais na ordem linear, estão sempre “fora” da sentença). Assim, o fato de a ênclise ser obrigatória em SV liga-se à idéia de que os sujeitos são sempre “externos” no PE, como propriedade das línguas de sujeito nulo em geral.

Outras análises se distanciam da restrição ao clítico inicial como fator explicativo da ênclise nos ambientes XV – em especial, SV. Nessas análises, a próclise é derivada de propriedades sintáticas da categoria funcional que antecede o verbo nas ordens XV em que sempre se dá a anteposição do pronome ao verbo<sup>29</sup>. As análises diferem muito entre si em termos de implementações; mas aqui importa apenas notar que as propriedades que geram a próclise resumem-se, no geral, a um poder de *operação* da categoria que precede o verbo. A questão aqui é então uma propriedade estrutural da categoria que antecede o verbo nas ordens XV com próclise obrigatória: a negação, os operadores de quantidade e afetivos, os advérbios modificadores, etc.

...

Isso significa que para explicar a distribuição das ordens que se atestam nos textos *clássicos* quanto à suas propriedades estruturais nos termos da teoria da gramática, duas questões fundamentais deveriam ser respondidas:

<sup>29</sup>É o caso de Martins, 1994, 2000; Duarte e Matos, 2000, entre outros.

i) *Qual a natureza da ênclise no sistema médio:  
é fruto de uma restrição fonológica ao clítico em início de frase?*

ii) *Qual o estatuto dos elementos em posição inicial de sentença seguidos de próclise:  
opera uma distinção entre elementos focalizados e outros?*

Para exemplificar a dificuldade desta empreitada, podemos remeter a uma análise do *padrão clássico* de ordem a partir da perspectiva da tradição gramatical: veremos ali alguns dos desafios que ainda hoje se colocam para as pesquisas.

...

Em seu tratado sobre a *Colocação Pronominal*, já citado, Candido Figueiredo nos fornece um ponto de partida interessante sobre a alternância dos padrões de ordem de acordo com as mudanças no *"gênio da língua"*. Sua teoria básica sobre a distribuição de próclises e ênclises é que a presença de determinados *elementos atratores* explica que os pronomes, naturalmente enclíticos, sejam arrastados para antes do verbo:

*Sempre que não ocorram determinados vocábulos, locuções ou frases, que atraem ou arrastam consigo, para antes ou depois do verbo, os pronomes pessoais objectivos e terminativos, estes pronomes são naturalmente enclíticos: "a mãe deu-LHE um beijo"; "os pais sacrificam-SE pelos filhos"; "achei-ME só no mundo". Não exige documentação este facto, tão evidente ele é (C. Figueiredo<sup>30</sup>).*

Ainda que o considere evidente, Figueiredo apresenta uma documentação para este *"facto"* (ou seja, a posição das *partículas* gravitando em torno da propriedade *atratora* ou *neutra* do elemento maior que precede o verbo); esta documentação, como é natural em uma obra de prescrição gramatical, vai no sentido de abonar as construções consideradas corretas.

Neste momento, o gramático se vê frente a um paradoxo. Para documentar as formas abonadas e condenar *"o que se não deve dizer"*, recorre aos *"pais"* da língua; mas nos

<sup>30</sup>Figueiredo, 1909:129.

textos clássicos da literatura, encontra usos que diferem da linguagem corrente de seus dias. Uma vez que Figueiredo, a exemplo do que é corrente na tradição gramatical, considera que depois dos 1500 (depois de Camões, mais exatamente) a língua portuguesa está já “*formada*”, surge o problema de explicar formas sintáticas atestadas nos textos clássicos, mas que “*não se usam mais*”.

Em um caso particular, o gramático o explica pela extinção pura e simples de um uso antigo – justamente, a interpolação, também por ele tomada como característica diferenciadora entre os textos *antigos* e *modernos*:

*Dos quinhentistas herdamos a melhor parte da nossa sintaxe de hoje, e grande parte do nosso vocabulário corrente; mas muitas formas lá ficaram, que ninguém hoje procura galvanizar, e que não toariam agora com o nosso falar comum. Na própria colocação dos pronomes, formas houve, que foram e são portuguesas, mas que ninguém usa hoje, sob pena de fazer rir, pela presunção estulta; Documentemos. Fernão Lopes escrevia: - “A quem vos tão boas novas traz...”. Gil Vicente: - “Dois vinténs que lhe hoje o cura emprestou...” (...) Ninguém fala assim hoje, e ninguém pretende que assim se fale. (C.Figueiredo<sup>31</sup>)*

De resto, entretanto, o gramático considera que a colocação pronominal dos clássicos da língua não difere da sintaxe de seus contemporâneos:

*... aparte algumas formas inusitadas dos quinhentistas e seiscentistas, formas que não há necessidade de restabelecer [interpolação], a disposição dos pronomes, por mim defendida, é exactamente a que praticavam nossos pais, e que pratica ainda o povo português (C. Figueiredo<sup>32</sup>).*

*O que se advoça é a prática corrente de todos os séculos da língua até hoje, excluindo-se as formas quinhentistas que se antiquaram [interpolação].(C. Figueiredo<sup>33</sup>).*

Desta forma, nos textos *clássicos* a colocação pronominal funcionaria em grande medida conforme as linhas gerais propostas para a língua *moderna* (ie.: ênclise como ordem “*neutra*”, próclise como derivada de “*atração*”), mas com duas exceções notáveis: por

<sup>31</sup>Figueiredo, 1909:71

<sup>32</sup>Figueiredo, 1909:71

<sup>33</sup> Figueiredo, 1909:90 - observe-se que Figueiredo não documenta textos anteriores aos 1500.

vezes, os pronomes se antepõem ao verbo ainda que este não seja precedido de um elemento reconhecidamente atrator; outras vezes, os elementos atratores parecem *perder sua força* e não *arrastam* os pronomes.

O primeiro tipo de exceção (*ie.*: ênclises em ambiente de variação) se explicam pela perda do “*poder*” dos elementos atratores em determinadas circunstâncias:

*Casos há, todavia, que a entoação, a pausa, a ênfase ou o realce, que se dá a alguns advérbios de tempo, fazem que êstes não atraiam o pronome pessoal objectivo e terminativo. (C. Figueiredo)*

A mesma explicação serve para os advérbios de lugar, de modo, de quantidade; os numerais; e outros *atratores*; podemos ilustrá-lo com os seguintes exemplos de C. Figueiredo, colhidos de alguns dos textos que também aqui iremos estudar:

(8) Exceções à regra da próclise (ênclises depois de elementos “atratores”):

O primeiro reparo funda-se no que diz o profeta (Vieira)  
Primeiro, escondeu-me astutamente ... (Francisco Manuel)  
e agora derruba-te uma mulher (Vieira)  
Agora, chamou-lhe Maria e dantes calou-lhe o nome (Vieira)  
Enfim, pôs-lhe Deus na imaginação... (Luis de Sousa)

As exceções do outro tipo (*ie.*, próclises, onde se esperam ênclises) se explicam já que elementos normalmente “*neutros*” podem adquirir “*poder*” de arrastar o pronome, se a tais elementos se confere “*ênfase especial*”, como nos exemplos a seguir:

(9) Exceções à regra da ênclise: próclises sem elementos “atratores” citadas em Figueiredo 1909:140

A sua regra o diz (Vieira)  
Vossa Mercê me diga como... (Francisco Manuel)  
A tua confissão me quebrou as forças (Manuel Bernardes)  
O vosso sangue me fará confiar (Manuel Bernardes)  
Se me acometem tentações, em tuas ondas as apago (Manuel Bernardes)

Exemplos como estes, que configuram em nossos termos próclises em ambientes de variação, são explicados da seguinte forma:

*A intenção, que sugeriu a redacção destes exemplos, relaciona-se, a meu ver, com a ênfase,*

*elegância ou realce, que se quis dar às respectivas frases, certamente portuguesíssimas. (C. Figueiredo<sup>34</sup>)*

Neste sentido os sujeitos pré-verbais merecem uma referência à parte por Figueiredo (nem sempre de modo muito claro). De partida, ele considera separadamente os pronomes sujeitos e os sujeitos nominais, visto que sua taxonomia é primordialmente morfológica; mas de modo geral, os dois casos seriam “neutros”:

*Na linguagem familiar, na linguagem mais corrente, o pronome pessoal subjectivo não atrai o pronome pessoal objectivo e terminativo. Assim, diz-se e escreve-se correntemente: “Eu amava-te muito” (Herculano); “Eu encaminhei-me sozinho” (Idem); “... e ela espantou-se da mudança” (Camilo). (C. Figueiredo<sup>35</sup>)*

Entretanto, a ordem Sujeito-Verbo com próclises é largamente atestada nos textos clássicos que servem de modelo para Figueiredo (muitos dos quais coincidem com os aqui consultados). Ou em suas palavras,

*Entretanto, na linguagem culta, e nas expressões em que se procura realçar o sujeito, mormente nos escritores clássicos e até em Alencar (como os extremos se tocam às vezes!), depara-se nos bastas vezes o pronome pessoal subjectivo, a influir na posição do pessoal objectivo e terminativo, atraindo-o. (C. Figueiredo<sup>36</sup>)*

Para explicar a próclise em Sujeito-Verbo o gramático recorre mais uma vez à propriedade da ênfase, tanto com sujeitos pronominais como nominais; estes últimos, é interessante notar, merecem atenção no capítulo final, em que ele passa dos casos mais evidentes “em que determinadas partículas ou locuções influem na disposição dos pronomes pessoais atônicos” – isto é, anteposição de advérbios, locuções preposicionais, etc, - para as “atrações especiais”. Ao se referir ao *poder especial* de atração de certos sujeitos, ele os equipara ao complemento em início de frase – parece-me, para salientar o carácter “de atração especial” destes casos. Assim, ele trata dos seguintes casos conjuntamente:

<sup>34</sup>Figueiredo, 1909:140, grifos dele

<sup>35</sup>Figueiredo, 1909:207, meu grifo

<sup>36</sup>Figueiredo, 1909:207; grifo dele

(10) Exemplos de “Atrações Especiais” (em Figueiredo, 1909:372-374)

Complemento-Verbo:

Do aplauso **me** desobriço (F. Manuel)  
De ser velho **me** consolo (F. Manuel)  
De um religioso **me** consta padeceu... (M. Bernardes)  
Claro **me** parece que... (M. Bernardes)  
Escrava de Jesus **se** assina esta alma (M. Bernardes)  
Graças **vos** dou ... (M. Bernardes)  
Saudades do meu Jesus **me** penalizam (M. Bernardes)  
Eternos louvores **vos** sejam dados (M. Bernardes)  
Grandes coisas **lhe** sucederam (Luis de Sousa)

Sujeito-Verbo:

A matéria **se** resume toda a uma só palavra (Vieira)  
São-Bernardino de Sena **lhe** chama privilégio (Vieira)  
A paz **se** converteu em discórdia (Vieira)  
Moisés **lhe** deu a beber... (Vieira)  
Saul **lhe** invejava os aplausos, David **lhe** acrescentava as vitórias; Saul **lhe** remunerava os serviços....., David **lhe** pagava....., Saul **lhe** atirava com a lança.....” (Vieira)  
O pasmo **me** embarga e prende (M. Bernardes)  
São-Gregório Nazianzeno **lhe** chama Prelada (M. Bernardes)  
A ira **se** compara ao cão (M. Bernardes)  
O diabo **lhes** fez crer que a perna de Maífoma.... (M. Bernardes)  
Os pecados leves **me** parecem graves; os graves **me** parecem leves (M. Bernardes)  
El-Rei **nos** deu a serra (Luis de Sousa)

Para explicar este conjunto de exemplos, Figueiredo remete a uma certa “*natureza especial*” dos sujeitos nestas configurações, e que seriam comparáveis a construções do tipo “*Deus me livre*”, “*Deus vos guarde*”, “*Deus nos valha*”, cuja ordem natural seria, para ele, “*Livre-me Deus*”, “*Guarde-vos Deus*”, “*Valha-nos Deus*”, e nunca “*Deus livre-me*”, “*Deus guarde-me*”, “*Deus valha-me*”. Assim,

*... todos os casos acima registrados abonam a próclise do pronome pessoal atônico, por virtude da natureza especial do sujeito, e, algumas vezes, do complemento directo ou indirecto, se esse sujeito ou este complemento abrem a proposição.*

*Não invalidam porém a regra de que, na ausência daquelas partículas ou locuções determinadas, o pronome pessoal objectivo e terminativo é enclítico: “Pedro enganou-me”; “Os pais estimam-me muito”; “a moléstia agravou-se-lhe”. (C. Figueiredo<sup>37</sup>)*

<sup>37</sup>Figueiredo, 1909:376, meus grifos

Em um outro volume de normas gramaticais que pesquisei, de Agenor Silveira (circa 1919), a explicação para a colocação pronominal segue as mesmas linhas gerais. Assim como para Figueiredo, para Silveira a regra geral é que certos elementos atraem os pronomes átonos, que naturalmente se deixariam estar enclíticos. Entretanto, alguns fatores podem *perturbar a atração*, o que explica as ênclises e próclises inesperadas nos clássicos. Vamos ver sua lista de “*Causas perturbadoras da atração*”:

*Interrompem a atração:*

(a) a distância que medeia entre a enclítica e a palavra ou locução de virtude atractiva;

(b) a pausa, que pode ser intencional ou figurada;

(c) a *emphase*. Esta não é causa tão sómente perturbadora, mas também modificadora.

(A. Silveira<sup>38</sup>)

Assim, em termos gerais, na perspectiva da gramática tradicional a ordenação dos clíticos gravita em torno da caracterização dos constituintes pré-verbais maiores (sejam argumentos do verbo, ou advérbios, etc) como tendo ou não um poder “*atrator*” sobre os pronomes átonos. A ênclise é a ordem neutra; a próclise resulta do clítico ter sido “*arrastado*” pelo poder do constituinte que abre a proposição. As exceções (encontradas sobretudo nos textos clássicos) são atribuídas a uma *alteração no poder* do elemento que precede o verbo. Este “*poder*” pode ser aumentado (quando a um elemento neutro se confere ênfase especial), ou diminuído (quando um elemento atrator se encontra afastado do verbo por uma pausa).

(11) Resumo: sintaxe da colocação dos pronomes átonos no Português segundo Candido de Figueiredo (Figueiredo, 1909):

ordem natural = ênclise

|               |   |                            |            |
|---------------|---|----------------------------|------------|
| ordem natural | + | elemento atrator           | = próclise |
| ordem natural | + | elemento neutro com ênfase | = próclise |
| ordem natural | + | elemento atrator + pausa   | = ênclise  |

<sup>38</sup>A. Silveira, 1919:217

Tal perspectiva tem algo de circular.

De fato, já um contemporâneo de Figueiredo a apelidou de “lei da gravitação das partículas”, observando com ironia que o “illustre philologo”...

*Todas as vezes que encontrar o pronome antes do verbo, concluirá que o termo antecedente o attrahio; vindo depois, não attrahio; e se vier umas vezes antes, e outras depois, atrahio e não attrahio. Poderá ainda acontecer que o pronome ocorra mais vezes antes que depois do verbo: ficará tirado a limpo que a palavra precedente o attrahe normalmente, e anormalmente não attrahe.*

*De maneira que o Sr. Candido de Figueiredo explica a approximação pela atracção, e determina a atracção pela approximação (P. Brito<sup>39</sup>).*

Paulino de Brito, mestre-escola paraense, envolve-se em uma polêmica prolongada com Figueiredo sobre a colocação de pronomes, em uma série de artigos publicados no *Jornal do Commercio do Pará* em 1908. Brito dedica-se a demolir sarcasticamente a proposta de Candido. Seus epítetos são dignos de nota: o tal *poder de atração* de certos vocábulos só se poderia explicar pelo “*inilludível rigor da cega fatalidade*”, que se configura como um “*mysterio mais escuro que o da Santíssima Trindade*”, e por aí afora, chegando a classificar o longo inventário de regras e exceções de Figueiredo (são afinal 383 páginas, fora o apêndice) como um “*poderoso invitatorio á monomania e ao suicídio*”.

...

Mas o fato é que é muito difícil chegar a uma abordagem substantivamente diferente para a alternância na colocação dos pronomes átonos nos textos *clássicos* portugueses.

Podemos ver os pontos de contato entre algumas das intuições da gramática tradicional e as análises da lingüística formal. De um lado, a restrição à ordem #clV tem papel central nas análises tradicionais - o espírito geral aí parte também da generalização de T-M, transformada em regra prescritiva:

<sup>39</sup> Brito, 1908:6

*Nunca se deve abrir a oração pelo caso obliquo do pronome.  
É, hoje, o mais conhecido de todos os preceitos pronominaes.* (A. Silveira<sup>40</sup>)

Este *preceito* contra o pronome átono inicial está na base também das explicações das configurações em que a ênclise é atestada, embora o verbo não seja o primeiro elemento da sentença; para tanto, remete-se à uma separação, por pausa, entre o elemento que inicia a sentença e o verbo.

De outro lado, natureza dos constituintes que “*provocam*” cl-V é também levada em conta. Observemos que muitos ambientes em que a próclise é permitida no PE são de fato casos em que se pode interpretar o constituinte pré-verbal como *ênfatizado*, ou de alguma forma proeminente. Isto é mais explícito no caso dos “*operadores afetivos*” (como em: “*Muito vinho Ihe demos*”).

Vamos lembrar que para Figueiredo, a alternância na colocação pronominal nos textos *clássicos* é explicada a partir das duas propriedades básicas que ele atribui aos pronomes átonos: a primeira é que eles não podem iniciar uma proposição; e a segunda, é que eles se deixam “*arrastar*” por certos constituintes que iniciam a proposição. Nas ordens que se poderiam interpretar como contraditórias a esta generalização, ele postula uma pausa entre o verbo e o clítico (explicando as ênclises inesperadas) ou poder especial de atração ao elemento que precede o clítico (explicando as próclises inesperadas).

Um dos problemas da abordagem de Candido Figueiredo é que sua análise da sintaxe dos textos *clássicos* parece inteiramente fundada na perspectiva de um falante do Português Europeu moderno. Ou seja, a generalização de Figueiredo sobre as ordens que ele atesta nos textos *clássicos* são um reflexo da sua perspectiva de falante de uma gramática em que de fato a próclise parece corresponder ao “*poder*” (=operação) de um constituinte pré-verbal, e fundamentalmente, a ênclise não é possível em início de locução. Vale lembrar que o gramático atribui o amplo uso destas construções de

<sup>40</sup>Silveira, 1919:81

“*atração especial*” à “*elegância*” da escrita clássica; o que se explica, tendo em vista novamente sua perspectiva de falante de uma língua em que estas construções seriam enclíticas, na “*linguagem familiar*”.

Aqui me parece central observar que se nós partirmos diretamente dos contrastes de gramaticalidade atuais para derivar contrastes nos textos clássicos, teremos avançado pouco, em termos substantivos, de análises como a de Candido de Figueiredo. Isto se aplica, a meu ver, ainda que usemos todo o ferramental técnico de uma análise moderna no âmbito da teoria da gramática, com explicações estruturais mais complexas que as utilizadas pela tradição. Poderemos chegar a análises tecnicamente melhores, mas talvez não muito diferentes na substância. Isto porque, ao trabalharmos com uma língua morta, não temos acesso à ferramenta metodológica fundante da teoria da gramática: o acesso aos contrastes de gramaticalidade.

Veremos, no levantamento de dados apresentado no *Capítulo I* da tese, que a interpretação do estatuto dos elementos que precedem o clítico nas construções X-clítico-Verbo segue sendo um problema central para as análises. A depender de como interpretamos estes elementos, podemos de fato sustentar que as próclises clássicas podem ser geradas pela mesma estrutura que gera as próclises no PE moderno: Operador+Verbo. Nesse sentido, podemos explicar o padrão generalizadamente proclítico dos textos seiscentistas como o uso intensificado de uma estrutura que já é possível no PE moderno – o fronteamento, a focalização, ou como quer que possamos conceber tecnicamente uma estrutura na qual o constituinte pré-verbal tem um *poder atrator* sobre o clítico.

Importa observar que este não é um problema metodológico trivial, no sentido de que não há uma saída fácil no horizonte; pois naturalmente, precisamos partir de algum ponto para interrogar os dados. Para abordar os fatos de língua que consideramos relevantes para estudar a mudança, partimos inevitavelmente do conhecimento que temos das línguas atuais, e com base nele formulamos hipóteses iniciais sobre os textos

antigos.

A hipótese que formulamos com base nos contrastes encontrados nas línguas atuais podem ter um poder descritivo (orientando o olhar sobre os dados), mas não um poder explicativo. Daí a centralidade do problema do estatuto das ordens não-atestadas. Tomarei como pressuposto metodológico forte neste trabalho que o fato de não atestarmos determinadas construções em um conjunto de textos não nos permite interpretar seu estatuto gramatical.

Como vimos no início desta *Introdução*, nos moldes das pesquisas diacrônicas gerativas recentes, o procedimento para chegar a uma compreensão de mudanças gramaticais é medir os padrões de alternância entre uma e outra construção, e a partir disto constituir um universo empírico que possa fundamentar análises sobre a mudança. Teríamos aí um passo possível para compreender as propriedades gramaticais em jogo. A partir de *Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change*<sup>41</sup>, o procedimento de análise dos padrões empiricamente atestados é realizado com base em ferramentas estatísticas que possam indicar os *reflexos da mudança gramatical* nestes *padrões de mudança lingüística*.

Nesta tese, não irei tão longe; limitarei o trabalho empírico ao plano de uma descrição razoável dos padrões em mudança nos textos.

Neste sentido, a grande questão quanto aos textos *clássicos* é como interpretar a alternância na colocação dos pronomes nos ambientes de “variação diacrônica”. O problema se constitui para as duas “pontas”: de um lado, deve-se compreender a delimitação inicial do sistema clássico em relação ao medieval; de outro lado, deve-se entender a delimitação final em relação ao sistema moderno.

...

Olhemos primeiro a questão da delimitação do *português clássico* em relação aos textos

<sup>41</sup>Kroch, 1998

medievais. Como se viu nos exemplos mais acima, os contextos sintáticos da alternância são os mesmos – levando à hipótese de que as mesmas propriedades gramaticais possam explicar a sintaxe dos textos antigos e dos textos clássicos. Por outro lado, a tendência proclítica dos textos quinhentistas e seiscentistas pode ser interpretada como sinal de que os textos medievais e clássicos são produzidos por sistemas gramaticais diferentes.

A chave da questão tem sido buscada na possibilidade da interpolação.

Ana Maria Martins registra uma queda gradual nas proporções de interpolação nos textos medievais portugueses entre os séculos 13 a 16<sup>42</sup>. Recentemente, a pesquisa de Cristiane Namiuti<sup>43</sup> vem mostrando as propriedades da interpolação em textos dos séculos 16, 17 e 18; além de ser muito menos freqüente, a construção apresenta ali condicionantes distintos da interpolação medieval. A interpolação da negação é ainda largamente atestada; com outros constituintes, é rara, e é interpretada por Namiuti como resquício da interpolação medieval.

Importantes estudos sobre os textos medievais e clássicos<sup>44</sup> têm proposto que a perda da interpolação é o ponto de distinção principal entre o português arcaico e o sistema que o segue.

Em termos estruturais, isto equivale a dizer que a diferença principal reside, fundamentalmente, na *natureza do clítico*. Pois a ordem X-cl-X-V indica a independência dos pronomes átonos em relação à morfologia verbal; e é com o fim do sistema arcaico que os pronomes (agora, de fato, clíticos verbais) passam a ocupar o mesmo núcleo

<sup>42</sup>Os números em Martins (1994) são os seguintes: nos textos do século 13, atesta-se uma proporção de 66% de interpolação; nos textos do século 14, uma proporção de 69%; no século 15, uma proporção de 57%; e no século 16, ela atesta 51% de interpolações (a interpolação da negação, entretanto, não registra a mesma queda nestes textos, evoluindo em cada século na ordem de 94%-96%-90%-90%).

<sup>43</sup>Em Namiuti (2003), e Namiuti (em curso).

<sup>44</sup>Sobretudo, Martins (1994), Torres Morais (1995), e Ribeiro (1995).

funcional do verbo. Trata-se, portanto, de uma diferença profunda entre os dois sistemas – e que por isso tem sido conceituada como a “*reanálise fundamental que ocorre na história do português em relação à sintaxe dos clíticos*”, como explica M.A. Torres Morais

45

Assim, a interpolação é uma característica central a diferenciar textos medievais e clássicos: fundamentalmente, os textos clássicos representariam um sistema em que os pronomes átonos são já essencialmente clíticos verbais.

Quanto à variação ênclises versus próclises, os estudos sobre a fase final do período arcaico apontam para um aumento na proporção relativa de construções proclíticas em relação a construções enclíticas já a partir do século 14. Isso se revela em dois conjuntos de documentos representativos da escrita portuguesa entre os séculos 13 e 16 – o corpus de documentos notariais reunidos por A.M. Martins, e os documentos literários estudados por I. Ribeiro. Nos documentos notariais, Martins atestou 0,93 de ênclises em relação a próclises no grupo de textos escritos no século 13; 0,73 nos textos escritos no século 14; 0,16 nos textos do século 15; e finalmente 0,00 nos textos escritos no século 16 (até 1550)<sup>46</sup>. A queda no uso de ênclises nesse corpus, vemos, é radical entre os séculos 14 e 16. No corpus estudado por Ilza Ribeiro, a tendência é mais gradual: ela atesta uma taxa de 0,89 no texto do século 13; 0,61 no texto do século 14; 0,53 no texto do século 15; e 0,51 no texto do século 16<sup>47</sup>.

Observa-se portanto que a predominância da ênclise nos documentos escritos antes de

<sup>45</sup>“O clítico deixa de ocupar um núcleo funcional distinto do núcleo funcional ocupado pelo verbo, ou seja, deixa de ser um clítico autônomo não afixado ao verbo na sintaxe. Em termos minimalistas, podemos interpretar esta mudança propondo que o núcleo funcional que hospeda o clítico é reanalisado como uma posição que instancia traços-V fortes que são checados pelo verbo na sintaxe visível. A perda da interpolação pode ser considerada, então, como a reanálise fundamental que ocorre na história do português em relação à sintaxe dos clíticos”. Torres Morais (1995:169)

<sup>46</sup>Martins, 1994:56

<sup>47</sup>Ribeiro, 1995:125

1300 será substituída por um padrão *relativamente* mais proclítico no século 16 (se levamos em conta o corpus de Ribeiro) ou *generalizadamente* proclítico (se consideramos o corpus de Martins)<sup>48</sup>.

Entretanto, é crucial ressaltar que o aumento ou generalização da próclise entre os primeiros textos medievais e os textos quinhentistas não tem sido interpretado como sinal de mudança paramétrica – mas sim como intensificação do uso de uma estrutura possível. Vai neste sentido a análise de I. Ribeiro sobre o padrão de ordem dos textos produzidos no final do período arcaico; para ela, “*as diferenças observadas quanto à colocação de clíticos refletem uma mudança de uso e não de gramática*”; sobretudo, salienta ela, uma vez que ênclise e próclise aparecem como opções possíveis em todo o período<sup>49</sup>.

E de fato, é este o desafio geral colocado para as pesquisas no que respeita a identificação da fronteira inicial do período clássico.

Depois do marco dos 1500, há ainda um período considerável de tempo em que os textos continuam permitindo a alternância ênclises/próclises, mas a interpolação já foi perdida. Tendo em vista que os ambientes de alternância são os mesmos nos dois casos,

<sup>48</sup> De partida, uma possibilidade flagrante para explicar as diferenças entre os textos arcaicos contemporâneos (85%-53%-57-40%% de ênclises no corpus de Ribeiro 1996, contra 60%-25%-0%-0%-0% no corpus dos documentos notariais) seria atribuí-las a potenciais diferenças nas metodologias de pesquisa (pois, como será tratado mais adiante, a definição dos “ambientes de variação” é um ponto em que as pesquisas divergem, o que pode resultar em resultados que não podem ser comparados). Entretanto, após exame detido do corpus editado por Ana Maria Martins (em Paixão de Sousa 1998) e comunicação pessoal com Ilza Ribeiro, posso dizer que os dados representativos destes corpora podem ser comparados entre si e àqueles por mim recolhidos no CTB com relativa segurança, permitindo compor este retrato como ponto de partida para as questões a serem levantadas. Além disso, notaremos em seguida que também entre os textos do CTB são registradas diferenças consideráveis, sendo que todos eles receberam tratamento metodológico uniforme.

<sup>49</sup> “Propusemos que a caracterização do português em meados do século 16 como um sistema essencialmente proclítico, em oposição ao português de períodos anteriores, essencialmente enclítico, reflete uma reanálise dos constituintes externos a CP como internos a CP. Estabelecemos, então, que as diferenças observadas quanto à colocação de clíticos refletem uma mudança de uso e não de gramática (...) Concordamos com Martins (1994) quando afirma que essa oscilação entre ênclise e próclise não tem características de mudança gramatical. A opção entre ênclise e próclise está presente em todos os documentos acima considerados. Em todos eles, a ênclise é a realização padrão do clítico em construções V1, o que fortalece nossa afirmativa de que era gramaticalmente permitida nesses sistemas”. (Ribeiro 1995: 272)

a mesma proposta geral que explica a “variação” no PA poderia explicar a “variação” no sistema clássico. Por outro lado, o fato de não se registrarem interpolações nos textos clássicos poderia levar a propor que a alternância na colocação pronominal, embora superficialmente semelhante, corresponde a uma estrutura da frase distinta no sistema clássico e no PA.

...

A resposta mais interessante para resolver o problema da passagem dos padrões medievais para os padrões clássicos, me parece, é a de C. Galves, ao sugerir o conceito do “Português Médio”<sup>50</sup>.

Galves sugere que a melhor forma de entendermos o processo da “*perda da interpolação*” é como resultado de uma mudança gramatical já estabelecida na língua oral; e que portanto os textos escritos entre os séculos 14 e 17 podem ser tomados como produzidos por uma mesma gramática. Nesta perspectiva, quando os textos medievais começam a manifestar menor tendência ao uso da construção X-cl-X-V, isto já pode ser interpretado como sinal do resultado de uma mudança paramétrica: tal seja, a instanciação dos pronomes átonos como *clíticos verbais*<sup>51</sup>.

Isto significa que os textos medievais escritos entre o século 13 e 16 não manifestam, como é tradicional pensarmos, propriedades de uma única gramática (o “PA”) mas sim

<sup>50</sup> Em Galves, 2004

<sup>51</sup> “*Passaremos a chamar a fase gramatical do português que precede o português europeu moderno de português médio (para distingui-la do português clássico, termo que faz referência a um período definido de um ponto de vista cultural e literário). O termo português médio aparece em certos autores clássicos para fazer referência a uma fase de transição entre o primeiro período do português arcaico (registrado nos primeiros textos em prosa e na poesia lírica) e os séculos 16 e 17 (época do português clássico) – cf. entre outros Castro 1991, Mattos e Silva 1992, Teyssier 1981. Entretanto, do nosso ponto de vista, o português vernacular registrado no segundo período do chamado português arcaico é produzido pela mesma gramática que a língua instanciada nos textos até a segunda metade do séc. 17. Assim, para nós, o termo português médio descreveria a língua entre os séculos 14 e 17. Se em sua fase inicial esta língua se apresenta mais próxima do português arcaico que do português clássico, isto pode ser interpretado como o resultado de uma competição entre duas gramáticas, no sentido de Kroch (1994)*”. (Galves, 2004:23, meus grifos)

representam a etapa final de uma língua efetivamente arcaica (na qual os pronomes átonos são morfologicamente independentes do verbo) e pela etapa inicial de uma língua média (na qual os pronomes átonos são clíticos verbais). Nos textos mais antigos, a possibilidade da ordem X-CL-X-V (interpolação) já foi perdida no plano da gramática – mas ainda é atestada nos textos, como resquício da gramática efetivamente arcaica.

Esta abordagem de C. Galves quando à interpolação nos textos medievais remete ao conceito da competição de gramáticas trazido por A. Kroch<sup>52</sup>.

O conceito de competição de gramáticas remete antes de tudo à concepção de que, em um dado conjunto de fatos lingüísticos, *nem todos fazem parte de um mesmo sistema gramatical*. Há diferentes maneiras de se entender a questão, quanto à razão da convivência das diferentes formas, e quanto à relevância desta convivência enquanto motivadora da mudança gramatical.

De um lado, a convivência de formas lingüísticas que remetam a diferentes gramáticas pode ser atestada em casos de contato lingüístico ou dialetal. Diante de um contexto deste tipo, e se supormos que a convivência estava ativa no plano da oralidade, a competição de gramáticas pode ser concebida como um *fator motivador* para mudanças<sup>53</sup>. Ou seja, dado um universo lingüístico em que convivem formas lingüísticas geradas por mais de uma gramática, uma determinada geração de falantes pode chegar a adquirir uma nova gramática, distinta das duas que geravam os dados na geração anterior.

De outro lado, a convivência de formas lingüísticas geradas por diferentes sistemas gramaticais pode ser resultado não do contato entre línguas diferentes, mas sim da permanência, no plano do uso, de formas lingüísticas representativas de uma etapa gramatical anterior. Pois no advento de uma mudança gramatical, as formas antigas não desaparecem imediatamente da língua, mas sim são substituídas pelas novas de forma

<sup>52</sup> Em Kroch (1994) e Kroch (2000)

<sup>53</sup> cf. a abordagem de Lightfoot (1999) a partir de Kroch (1994).

mais ou menos gradual a depender de uma série de fatores (entre eles, a estratificação sociolingüística, as valorações dos dialetos de prestígio, etc.). Essa convivência pode estar ativa na oralidade, ou apenas no plano da escrita. De qualquer modo, a competição de gramáticas concebida desta segunda perspectiva *não é um fato motivador de mudança gramatical*: ao contrário, é um *resultado* de uma mudança. É neste sentido que C. Galves interpreta a presença de ordens X-CL-X-V nos dados do português medieval depois do século 14: as interpolações nos textos medievais mais tardios teriam, assim, o estatuto de formas arcaicas ainda presentes no uso, mas já ausentes da gramática.

Precisamos agora compreender qual o estatuto das ordens XV com próclises e com ênclises neste hipotético sistema médio.

A partir do que propõem A.M. Martins, e sobretudo I.Ribeiro, para os textos quinhentistas, lembremos que a generalização da próclise nestes ambientes é interpretada como a intensificação do uso, não uma mudança paramétrica. Isso significa dizer que na gramática subjacente a estes textos, há duas opções possíveis: XV com ênclises; e XV com próclises – e a tendência ao uso de uma ou outra é decidida no plano do uso. É necessário entender que a alternância de XV com ênclises e XV com próclises no sistema médio não é indicativa de *competição de gramáticas* – ao contrário: o que se tem proposto é que estas duas construções são possíveis em um mesmo sistema, ou seja, são construções *opcionais*.

A questão da opcionalidade remete a uma outra questão fundante para os estudos gerativistas: em que medida a “*variação*” é sustentável nos sistemas gramaticais. A questão é tratada a fundo por A. Kroch em *Morphosyntactic Variation*<sup>54</sup>, onde se diferenciam os casos em que as formas lingüísticas estão em competição (ou seja, não podem fazer parte de um mesmo sistema) dos casos em que as formas lingüísticas apenas convivem (e podem fazer parte de um mesmo sistema. Ali se propõe que tendo

<sup>54</sup>Kroch, 1994

em vista o registro de formas lingüísticas distintas em um universo de análise, para *conceituar* sua convivência é preciso remeter às propriedades semânticas das formas. Formas aparentemente idênticas, mas que remetem a diferentes *slots* semânticos, podem conviver em uma gramática. Este é um problema agudo para os estudos históricos, uma vez que um sistema que apresente formas lingüísticas “em variação” não é necessariamente um sistema instável – e portanto, não é necessariamente instância de mudança gramatical.

No caso das formas XV com ênclises e com próclises no sistema médio do português, importa notar antes de tudo que a cada uma delas por hipótese corresponde uma estrutura diferente: como vimos, XV com ênclises corresponderia a um X externo à estrutura da frase; e XV com próclises a um X interno. No *Capítulo I* desta tese exploraremos a fundo esta hipótese. Aqui basta dizer que a “*variação*” entre uma e outra construção não remete à uma competição (no sentido de duas formas superficiais remetendo à mesma estrutura, e portanto cada uma correspondendo a um sistema estrutural) mas sim à opcionalidade (no sentido de duas formas superficiais remetendo a estruturas diferentes, em um mesmo sistema).

A idéia do “*Português Médio*” nestes moldes é ainda uma hipótese a ser verificada; entretanto, a proposta desta tese se encaixa bem em seu desenho inicial. Considero que a concepção de um sistema *médio* permite melhor compreender os fatos atestados nos textos escritos nos anos 1400, 1500 e 1600. Esta delimitação confere unidade ao período em que os textos continuam registrando variação na colocação pronominal, embora ocorrência da interpolação seja cada vez menos produtiva. Assim, se esboça uma resposta interessante ao desafio da “*fronteira inicial*” do sistema *clássico*.

...

Entretanto, vamos observar que isto coloca novos desafios para compreender a “*fronteira final*” do sistema. Pois lembremos que a característica que daria substância ao

sistema arcaico (*ie.*: anterior ao médio) é a interpolação; já a distribuição de próclises e ênclises nos textos do final do período arcaico é explicada nos mesmos moldes usados para os textos do início do período. Ou seja: à próclise nos textos quinhentistas não tem sido atribuído um estatuto distinto da próclise nos textos trecentistas ou quatrocentistas: o estatuto de uma opção possível.

Notemos, entretanto, que a partir de 1700, a ênclise “*volta*” a aparecer nos textos portugueses, e se torna gradualmente predominante, até chegar a configurar a ordem categórica nos textos portugueses modernos. O gráfico(i) no apêndice desse trabalho ilustra o percurso dos padrões de ênclises *versus* próclises em textos portugueses escritos entre 1250 e 1900, reunindo três levantamentos disponíveis<sup>55</sup>.

Esta trajetória coloca o seguinte problema para as pesquisas: a generalização da próclise nos textos quinhentistas não tem sido interpretada como propriedade da gramática média, mas sim como fenômeno no plano do uso; e o mesmo estatuto deveria ser atribuído à próclise generalizada dos textos seiscentistas, a partir do conceito do sistema médio. Entretanto, ao estudar a fronteira entre os textos seiscentistas e os modernos, acabamos nos concentrando no problema da substituição do “padrão proclítico” pelo “padrão enclítico” do PE moderno.

É possível ver de que forma isto se torna desafiante a partir do que propomos em *Clitic Placement in the history of European Portuguese: First results from the Tycho Brahe Corpus*<sup>56</sup> sobre a evolução na colocação de pronomes clíticos. O gráfico(ii) no apêndice mostra a dinâmica da relação ênclises *versus* próclises tal como a documentamos em 20 textos escritos por autores nascidos entre os séculos 16 e 18, reunidos no *Corpus Tycho Brahe*<sup>57</sup>

A taxa de ênclises nos dados referentes aos séculos 16 a 19, agrupados por períodos de

<sup>55</sup>Os de Martins, 1994 e Ribeiro, 1995 para os textos medievais; e o de Galves, Britto e Paixão de Sousa (2003) para os textos escritos depois de 1600.

<sup>56</sup>Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003.

100 anos segundo as datas de nascimento, evolui em 0,10-0,14-0,59-0,93. Ou seja, como já mencionei, a partir do século 18 a ênclise se generaliza nos textos. De fato os textos escritos por autores nascidos depois da segunda metade do século 18 (Almeida Garrett, nascido em 1799, e Ramalho Ortigão, 1836; respectivamente, com 0,85 e 0,93 de ênclises/próclises em SV), são sem dúvida representativos do PE moderno, observando-se a aproximação da ênclise categórica característica desta língua no ambiente SV.

Já vimos, no começo desta seção, que a alternância próclises-ênclises própria do sistema *médio* é substituída pela ênclise como ordem categórica nos ambientes relevantes no PE – e pela próclise categórica no PB. Uma primeira interpretação deste fato seria que da variação inicialmente possível, duas gramáticas distintas se formam: em uma delas (o PE) a variação se estabiliza pela generalização da opção A (ênclise); na outra, a variação se estabiliza na direção da opção B (próclise).

Entretanto, no trabalho com Helena Britto e Charlotte Galves defendemos que as ênclises em SV no PE e nos textos clássicos superficializam propriedades abstratas distintas – e interpretamos o aumento da ênclise nos textos modernos não como ampliação, em termos de frequência de uso, da mesma construção que era atestada nos textos anteriores, mas sim como surgimento nos textos de uma nova construção, que também instancia a ênclise, mas é estruturalmente distinta da construção que instanciava ênclises no sistema anterior. Esta construção é sinal da mudança gramatical

<sup>37</sup> Trata-se do mesmo levantamento ilustrado no gráfico(i) em comparação com o período medieval; no gráfico(ii), e nos comentários que a ele remetem, considero entretanto os textos ordenados segundo a data de nascimento dos autores. Nos estudos gerativistas da mudança gramatical, costuma-se ordenar os textos pela data de nascimento dos autores, em vista das hipóteses sobre a mudança neste quadro teórico; é o critério que seguimos em Galves, Britto e Paixão de Sousa (2003). Entretanto, há casos em que a única informação disponível é a data da produção dos textos – é este o caso dos manuscritos medievais estudados em Martins, 1994 e Ribeiro, 1996 (neste caso, apenas para o documento de 1500 dispõe-se da data de nascimento do autor – trata-se da carta de Pero Vaz de Caminha, nascido em 1442). Para comparar documentos dos dois tipos, precisamos portanto organizar todos eles segundo a produção dos textos, como fiz no gráfico 1. Entretanto, note-se que o retrato da dinâmica é distinto em cada caso, em alguns aspectos. No *Capítulo II* desta tese, este problema será abordado no que se refere aos textos do Corpus Tycho Brahe.

em que se origina o PE moderno.

Ou seja: em termos estruturais a alternância entre as ordens sujeito-verbo-clítico (SVcl) e sujeito-clítico-verbo (SclV) atestada nos textos clássicos dá lugar nos textos do PE não à generalização de SVcl, mas ao surgimento de SVcl com uma nova estrutura. A hipótese geral para as estruturas da ênclise nestas configurações naquele trabalho é que nos textos clássicos, SVcl corresponde a um sujeito externo à sentença – S#Vcl (remetendo às propostas de Giampaolo Salvi para os romances ibéricos em geral) e no PE moderno, a um sujeito interno – #SVcl:

(12)

Sistema Clássico: S#Vcl,  
#SclV

PE: #SVcl

É na identificação desta diferença estrutural a partir dos padrões superficializados neste processo que reside o ponto fulcral da pesquisa sobre a mudança que sela o fim do sistema médio.

De um lado, a pesquisa precisa enfrentar o problema de distinguir os textos representativos do Português Médio que fazem amplo uso da estrutura X#Vcl (e portanto apresentam boa proporção de ênclises) e os textos representativos do português moderno, nos quais a proporção mais elevada de ênclises corresponde ao aumento da construção inovadora (crucialmente #SVcl).

Ora, voltando ao panorama da evolução de SV com ênclises nos textos (remito novamente ao **gráfico(ii)** do apêndice), a primeira grande questão é compreender o estatuto das construções com ênclise nos textos escritos por autores nascidos no século 17.

A média do século, como vimos, é de 0,10 ênclises *versus* próclises; mas há textos com até 54% de ênclises – notavelmente, os *Sermões* de Vieira, que causou uma interessante

“polêmica”. Com base nesta característica enclítica do texto, A.M. Martins considerou-o<sup>58</sup> como já representante do PE moderno; no entanto, o levantamento de H. Britto com base nas *Cartas* do próprio Vieira revelou uma proporção de 100% de próclises no ambiente SV. Em *Clitic Placement*, C.Galves, H.Britto e eu argumentamos que as ênclises nos *Sermões* podem ser explicadas na mesma perspectiva das ênclises dos textos antigos. Trata-se do uso intensificado de construções com deslocamentos à esquerda (ou seja, X#Vcl), que por sua vez se explicam pelo estilo e composição do texto (como volto a comentar ao longo da tese).

Noto, além disso, que o fato de não se atestar a interpolação de constituintes outros que a negação neste texto – que é outro ponto fundante da argumentação de A.M. Martins – pode ser explicado na perspectiva de C. Galves sobre o “*Português Médio*”, uma vez que os textos representativos dessa gramática, em especial os escritos na fase final, podem ter já plenamente manifesta a perda da interpolação.

...

A perspectiva do trabalho com C. Galves e H. Britto mostra, assim, que uma elevada proporção de ênclises em relação a próclises não basta para classificar um texto como moderno, quando se pode demonstrar que as construções com ênclises neste texto correspondem à estrutura possível na sintaxe média. É neste sentido que a idéia do *Português Médio* joga uma nova luz no desafio das pesquisas sobre o assim chamado *Português Clássico*.

Entretanto, noto que este conceito explicita também novos desafios quanto à distinção de sua fronteira final – ou seja, da mudança entre os padrões médios e os padrões do PE moderno.

Pois se de um lado mostramos que uma proporção elevada de ênclises em relação a

<sup>58</sup>Em Martins, 1994

próclises não basta para caracterizar um texto como moderno, por outro lado será preciso ver que uma baixa proporção de ênclises em relação a próclises tampouco deve bastar para classificar um texto como médio.

Tome-se por exemplo um texto como o de Correia Garção, autor nascido em 1723; suas *Dissertações* apresentam uma proporção de apenas 0,29 de ênclises em SV (cf. gráfico (ii)), inferior tanto aos *Sermões* como aos textos medievais estudados por Ilza Ribeiro (que como vimos apresentam cerca de 0,50 de ênclises na fase final). Porém, frente ao padrão de seus contemporâneos e considerando sua data de nascimento, é já provável que Garção seja um falante do PE moderno. O ponto fundamental seria compreender se às construções enclíticas neste texto corresponde a *estrutura antiga* (S#Vcl), ou a *estrutura moderna* (#SVcl). Isto é desafiante, uma vez que a ambas corresponde uma mesma ordem linear; e a possibilidade de se encontrar uma distribuição claramente definida pela construção do texto – isto é, na qual todo caso de ênclise em XV corresponde claramente a uma topicalização contrastiva – é pouco provável (e funciona, no texto de Vieira, pela sua característica altamente estruturada).

E este problema, em tese, se aplica também a textos com proporções ainda mais baixas de ênclises em relação a próclises (como os textos escritos pela primeira geração setecentista, ou a última seiscentista, com apenas 0,00 a 0,13 de ênclises, cf. gráfico(ii)).

Ou seja, se concebemos o *Português Médio* como um sistema de efetiva alternância entre construções que instanciam próclises e construções que instanciam ênclises, e se admitimos que os textos seiscentistas são parte deste sistema, nos depararemos com o problema de interpretar sua fronteira final em relação ao PE com base na variação ênclise/próclise. Se a sintaxe moderna não deve ser conceituada como a substituição do “padrão proclítico” do sistema clássico, mas sim como a substituição da alternância próclises-ênclises por uma nova configuração em que apenas a ênclise é possível, então mesmo uma proporção baixa de ênclises na nova configuração já poderia justificar a classificação de determinado texto como moderno.

Assim, a análise se torna desafiante, uma vez que ao medir a progressão da proporção de ênclises em relação a próclises em SV, estamos de fato medindo a substituição de uma alternância possível pela instanciação de uma ordem categórica.

Assim, torna-se extremamente complexo investigar a manifestação do sistema moderno nos textos a partir da proporção de ênclises *versus* próclises.

...

Nesta tese parti desta reflexão propiciada pelo trabalho conjunto com H. Britto e C. Galves, com o qual compartilho a mesma hipótese geral para as estruturas em jogo nos padrões atestados, e uma das perguntas centrais que ali se colocaram: como compreender o padrão de colocação pronominal nos textos seiscentistas? Procurei explorar a hipótese de que a alternância entre ênclises e próclises nos textos seiscentistas não é imediatamente indicativa de propriedades da gramática. Essa idéia foi motivada tanto pelo desafio mais interno representado pela quantificação da variação, como pelo contraponto da história da produção dos textos.

Nesse processo de buscar uma abordagem alternativa para os dados dos textos seiscentistas, cheguei a novas perspectivas do ponto de vista estritamente interno da análise. De fato, se abordamos as construções com ênclises e com próclises como alternativas possíveis no sistema, será pertinente medir a frequência de cada uma individualmente – e não apenas uma *versus* a outra. Observei, então, que embora haja textos seiscentistas com proporção de ênclises *versus* próclises elevada, a proporção de construções com ênclises em relação ao total de dados de cada texto *é sempre baixa*. Em contraste, entretanto, essa proporção *aumenta gradualmente nos textos mais modernos*. Assim é que nos textos de autores nascidos depois da segunda metade do século 18, a construção SV com ênclises não é apenas mais freqüente em relação a SV com próclises: é uma construção bastante presente no texto em geral. O mesmo não se aplica aos textos seiscentistas.

Em contraste, verifiquei que nos textos seiscentistas a proporção de sujeitos pós-verbais é maior que nos textos escritos por autores nascidos já nos primeiros anos do século 18. E neste aspecto, os textos dos 1600 se aproximam dos textos escritos em 1500, 1400 e 1300.

Proponho que os textos seiscentistas podem ser interpretados como representativos da etapa final de uma *gramática média* que remonta ao período medieval; e que a generalização da próclise nestes textos não reflete, necessariamente, os dados que estiveram na base da formação do PE moderno. Na minha perspectiva, a baixa incidência de ênclises nos textos seiscentistas deve ser entendida como relacionada a uma característica da escrita portuguesa culta deste período.

### 3. Proposta do trabalho

A proximidade entre os padrões português, galego e castelhano nos textos medievais é um fato bastante conhecido da diacronia da sintaxe dos clíticos nas línguas ibéricas. Alguns estudos pioneiros na literatura gerativista sobre o assunto, como “*Ordine delle parole e struttura della frase nelle lingue romanze antiche*”, de Giampaolo Salvi, partem de análises unificadas do fenômeno nos três vernáculos escritos.

A literatura reconhece, portanto, a relevância de uma abordagem a partir do contexto maior *ibérico* para os estudos da sintaxe portuguesa nos textos medievais. Entretanto, nesta tese defenderei que o recorte peninsular é ainda relevante para compreender a língua portuguesa escrita nos 1500s e 1600s.

De fato, os padrões de colocação de clíticos em textos portugueses são semelhantes aos castelhanos não apenas na Idade Média, mas ao longo de todo o período que crucialmente nos interessa (o Português Médio). Nos textos castelhanos, a ênclise com verbos finitos é atestada ao longo da Idade Média, mas deixará de ser uma opção a partir dos textos renascentistas. Josep Fontana documenta uma queda da ênclise, nos ambientes XV, da ordem de 0,63-0,63-0,43-0,05 entre os séculos 13 e 16<sup>59</sup>. A proporção de ênclises em textos portugueses evolui, no mesmo período, em 0,91-0,67-0,35-0,26; e depois do século 17, será de 0,13-0,20-0,59-0,85 (lembrando as médias dos levantamentos de Ilza Ribeiro e A.M. Martins por séculos, e as médias por séculos no Corpus Tycho Brahe, cf. gráfico(i)).

Ou seja: a proporção de ênclises *versus* próclises é mais baixa nos textos portugueses escritos entre os séculos 14 e 18 (entre 0,13 a 0,35); e é também depois do século 14 que a proporção de ênclises cai nos textos castelhanos, até chegar à situação moderna desse idioma, com próclise categórica nos ambientes finitos.

<sup>59</sup>Fontana, 1993:249

Ora: a baixa freqüência de ênclises nos textos portugueses coincide exatamente com o período de prestígio do castelhano como língua literária na Península Ibérica: do século 15 ao final do século 17.

É este o ponto de partida que aqui se tomou para investigar a proximidade com o castelhano como fator relevante para compreender a evolução dos padrões de colocação de clíticos nos textos portugueses.

...

Argumentarei neste trabalho que os textos portugueses escritos no largo período que vai de meados dos anos 1400s até meados dos anos 1700s se inserem em um espaço histórico cujas fronteiras últimas são as da Península. Neste espaço, os processos que incidem no estabelecimento da padronização escrita serão vários – mas, defenderei, estará em jogo ao longo do período o vetor do castelhano como língua de prestígio, determinando movimentos de aproximação e afastamento para os demais idiomas Ibéricos.

Para entendê-lo, precisaremos fazer referência aos processos de elevação dos dialetos à condição de línguas de escrita no âmbito da diversidade dialetal da Espanha medieval. Na origem do português escrito está sua *emancipação do falar regional* que lhe deu origem: o *galego-português*. Vamos lembrar Said Ali, na sua *História Resumida da Língua Portuguesa* (que abre a *Gramática Histórica* de 1921):

*Entre dialecto e língua não há diferença essencial senão a circunstância de ser a língua aquele dialeto que, entre outros muitos usados no mesmo país, se preferiu empregar como linguagem de chancelaria, servindo para a escritura de todos os documentos oficiais. O dialeto, que se adotou na côrte dos reis, passou a ser o falar da gente culta, ficando por fim a linguagem usada nas produções literárias.*

*Ao cabo de algum tempo a língua assim constituída emancipa-se necessariamente do falar regional que lhe deu origem. Dá-se-lhe um caráter de uniformidade, submetendo-a a regras de bom gosto, e a normas gramaticais mais fixas; introduzem-se nela expressões novas, que em grande parte se vão buscar ao latim. De popular que era, o antigo dialeto, agora língua oficial, adquire feição erudita e nobre, desprezando, por plebéias, certas maneiras de dizer que pareciam mal em bôca de gente de educação mais fina.*

Será o *galego-português* o vernáculo a que se tentará conferir “*um caráter de uniformidade, submetendo-a a regras de bom gosto...*” e que se transformará de “*dialeto popular*” em língua de “*feição erudita e nobre, desprezando, por plebéias, certas maneiras de dizer que pareciam mal em bôca de gente de educação mais fina*”.

Defendo aqui que essa elevação do português à condição de língua escrita se dará, em grande medida, como um afastamento em relação ao passado arcaico – *galego-português* – e concomitante aproximação em relação à língua de prestígio – o castelhano. Em um primeiro momento, como parte do processo de elevação do vulgar falado em Portugal à condição de língua de escrita, em um contexto no qual a Espanha histórica se transforma, ao longo da Idade Média, em um espaço de dominação castelhana.

Entretanto, a proximidade se prolonga pelo estatuto do castelhano como língua de prestígio literário ao longo do renascimento e do barroco (1500-1750).

...

Irei tomar a dinâmica das mudanças lingüísticas atestadas em textos escritos neste período em Portugal como uma função da inter-relação entre propriedades gramaticais abstratas e estes fatores históricos. Os textos portugueses refletiriam, na dinâmica da evolução de ordem, um movimento de aproximação e distanciamento de um padrão *específico português versus neutro ibérico*. Interpreto a colocação enclítica dos pronomes como característica da escrita portuguesa (e *galego-portuguesa*) que marca forte contraste com o padrão ibérico - em qualquer ponto no tempo, depois de perdida a ênclise no castelhano. E por marcada, é evitada na escrita ao longo do período em que ainda está em jogo uma relação de prestígio dirigida para um padrão ibérico – relação que só deixará de ser relevante na primeira metade do século 18.

Assim interpretarei a baixa frequência das construções com ênclises nos textos literários portugueses escritos nos anos 1600. No plano da oralidade, o padrão de colocação pronominal pode ter estado distante da generalização da próclise que podemos atestar

na escrita da época. Isto não significa, entretanto, considerar que a ênclise arcaica “volta” aos textos com o fim do ciclo histórico marcado pela predominância espanhola.

Ou seja, embora considere que a frequência de ênclises nos textos seiscentistas esteja ligada a fatores condicionantes da escrita, não defendo aqui que a esses textos subjaz a mesma gramática que instancia a ênclise categórica em SV nos textos portugueses modernos.

Ao contrário, as características gerais dos textos seiscentistas quanto à *posição de sujeitos*, como mostrarei, os aproximam mais dos padrões atestados em textos portugueses escritos nos anos 1400-1500. Isso se pode observar na proporção de sujeitos pós-verbais, e na proporção de sujeitos pré-verbais com ênclises em relação ao conjunto de ordens possíveis em sentenças com clíticos.

Os textos seiscentistas são compatíveis com uma gramática na qual há efetiva alternância entre construções SV com próclises e com ênclises, mas na qual a posição básica do sujeito é pós-verbal; essa gramática (o “*Português Médio*”) estaria na origem das variantes modernas do português.

...

Em resumo, o objetivo central do trabalho é investigar a dimensão histórica da seqüência cronológica de padrões sintáticos registrados em textos portugueses clássicos. Entendo que a evolução diacrônica dos padrões de colocação de pronomes clíticos nos textos reflete a concretização de propriedades gramaticais na escrita, e deve ser interpretada à perspectiva das transformações do contexto histórico dessa escrita. Defenderei que nos anos 1600, a força modelar da língua de prestígio literário na Península Ibérica (o castelhano) se instancia, na escrita em português, em uma neutralização das formas salientemente regionais; e que portanto, os padrões sintáticos atestados nos textos da época não correspondem homogeneamente a propriedades gramaticais ativas na língua falada.

# I. S i n t a x e

*“Da mudança que as lingoas fazem  
per discurso de tempo:*

*Assi como em todas as cousas humanas  
ha continua mudança & alteração,  
assi he tambem nas lingoages...”*

✻

*Origem da Lingoa Portuguesa  
Per Duarte Nvnez de Lião,*

✻



**E**ste capítulo descreve padrões de alternância na colocação de pronomes clíticos em relação às posições possíveis para os sujeitos em textos portugueses escritos por autores nascidos entre os séculos 16 e 19.

O trabalho com os dados aqui apresentado não tem como objetivo buscar uma explicação formal para os fatos atestados. O objetivo é chegar a uma boa descrição dos padrões de ordenamento de constituintes, com base em uma hipótese estrutural geral, que permita estabelecer as principais características dos textos e determinar em que ponto do eixo temporal estas características apresentam mudanças importantes.

Na seção 1, apresento uma visão geral do trabalho com os textos no âmbito da pesquisa com a equipe formadora do Corpus principal do estudo, mostrando os padrões de alternância ênclises *versus* próclises nos textos.

Na seção 2 apresento uma interpretação possível para esta alternância tomando como ponto de partida a hipótese que às duas ordens (X-clítico-Verbo e X-Verbo-clítico) correspondem diferentes construções de anteposição de X: o fronteamento e a adjunção.

Na seção 3, amplio a análise para a questão da posição dos sujeitos.

Procuo, com estes procedimentos, assentar as bases para a discussão que percorre os capítulos seguintes: como interpretar os padrões de ordem documentados nos textos escritos no século 17 e início do 18, em vista do contexto histórico de sua escrita.

# 1. Visão geral

## 1.1 Contexto da pesquisa

Este trabalho teve início com a formação de um Corpus eletrônico centrado em textos do período *clássico*, no âmbito de uma pesquisa coletiva que envolveu, entre outros aspectos, a seleção e classificação de dados sobre a variação na posição de clíticos nos textos<sup>1</sup>. Naquele estágio da pesquisa, selecionamos dos textos todas as sentenças com clíticos a verbos finitos, constituindo o universo geral de 25.000 itens para análise; separamos os itens entre próclises e ênclises, e os classificamos de acordo com o constituinte que precede imediatamente o verbo. A idéia por trás da organização dessa *base de dados* comum foi constituir, em vista da riqueza do material disponível no Corpus, um ponto de partida que possibilitasse às pesquisas individuais abordar os dados sob pontos de vista diferentes. Neste contexto, produziram-se análises sobre diversos aspectos da variação<sup>2</sup>; aqui proponho mais um ponto de vista possível, partindo da organização inicial construída com o grupo.

Os dados integrais se encontram gravados no *Anexo* a este volume, ordenados por autor e classificados conforme o tipo de sentença (independentes principais e segundas coordenadas; dependentes), conforme o número e a classe dos constituintes que precede o verbo (ordens V1, ordens V2, e ordens V3), conforme a posição do clítico e conforme o padrão de superficialização dos sujeitos: nulo, lexical pré-verbal (SV), lexical

<sup>1</sup>Em uma equipe formada por Cristiane Namiuti, Helena Britto, Luciane Chociay, Silvia Cavalcante e eu, sob a coordenação de Charlotte Galves.

<sup>2</sup>Como uma sistematização dos ambientes relevantes e da proposta de uma estrutura básica por trás da alternância na variação ênclises versus próclises nas sentenças V2 (Em Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003); do contraste entre os diferentes tipos de clíticos (Chociay, 2003. ); das sentenças coordenadas e os efeitos de paralelismo nos padrões de colocação dos clíticos (Menezes, 2003); do contraste entre constituintes adjuntos e argumentos (Antonelli, 2004); das propriedades da interpolação (Namiuti, 2003; Namiuti, em curso); das propriedades do clítico SE (Cavalcante, 2003; Cavalcante, em curso); e das ordens V3, e sua relação com a questão da posição dos sujeitos (Galves e Paixão de Sousa, 2004).

pós-verbal (VS). Para tornar a apresentação mais ágil, incluem-se aqui apenas exemplos ilustrativos selecionados; o *Anexo* poderá fornecer uma visão extensiva dos dados, digitalizados.

No *Apêndice*, encontram-se as quantificações completas dos dados, sob forma de tabelas e diagramas gráficos, aos quais o texto do capítulo remete nos pontos pertinentes.

## 1.2 Obras pesquisadas

O *Corpus* principal desse estudo é formado por 19 textos escritos por autores portugueses nascidos entre 1542 e 1836, selecionados junto ao *Corpus Tycho Brahe*<sup>3</sup>; o *Quadro 1* (Apêndice, p. 5) resume as informações principais sobre cada texto incluído neste estudo; no *Capítulo II*, as obras são abordadas do ponto de vista histórico.

A partir da hipótese inicial que dá partida ao projeto coletivo por trás da construção deste *Corpus*, privilegamos, na primeira fase dos estudos, obras representativas dos séculos 17 e 18 – isto é, escritas por autores *nascidos* neste período<sup>4</sup>. Na seleção de obras incluídas neste estudo, o maior número de textos é deste período; vale ressaltar que para representar a primeira metade do século 16 tenho apenas uma obra (as *Décadas* de Diogo do Couto, nascido em 1542) e também apenas uma para representar o

<sup>3</sup> Esses textos, digitalizados, estão disponíveis no endereço <<http://www.ime.usp.br/~tycho>>. Na formação do *Corpus*, selecionamos 40 obras em prosa consideradas representativas da escrita portuguesa entre os séculos 16 e 19. Sempre que possível, escolheram-se edições que preservam a ortografia original. Cada texto é composto de uma média de 50.000 palavras (as exceções, na seleção aqui incluída, são os textos de Maria do Céu e de Correia Garção, cada um com cerca de 30.000 palavras).

<sup>4</sup> Importa ainda ressaltar que a seqüência dos textos no tempo pode ser organizada por dois critérios, a depender de como *datamos* os textos: pelo nascimento do autor (digamos, sua geração “*biológica*”) ou pela produção da obra (digamos, sua geração “*histórica*”). Em princípio, cada um destes critérios será válido conforme o ponto de vista do estudo, se gramatical, se histórico; podemos assim distinguir as gerações biológicas ou históricas para formar agrupamentos que nos pareçam relevantes para a pesquisa. Neste capítulo se considera a sucessão cronológica a partir do critério das datas de nascimento; no *Capítulo II*, alguns contrastes apresentados por esta sucessão e a ordem por data de produção serão discutidos.

século 19 (as *Cartas a Emília* de Ramalho Ortigão, nascido em 1846). No que tange a verificação de padrões e sua evolução, isto implica em um desequilíbrio entre as suas “pontas” e o período intermediário no eixo temporal. Em termos metodológicos, isso pode ser problemático no momento do agrupamento dos textos marcados por metades de séculos. Nas tabelas e gráficos que servem de base para a argumentação desenvolvida, podem-se conferir os padrões em cada texto estudado, além da “média” dos padrões em cada 50 anos.

De início, na realidade, as obras do 16 e do 19 foram incluídas no estudo como itens de controle, uma vez que a idéia era realizar uma documentação detalhada do português dos séculos 17 e 18. No caso da obra de Ortigão, de fato se observa que as mudanças que tomamos aqui como importantes já estão bem estabelecidas em sua escrita. Além disso, o autor anterior – Almeida Garrett – é nascido em 1799, e portanto mais próximo do século 19 que do 18. Na outra ponta, entretanto, enfrenta-se um problema maior, pois com a quantificação de dados, o texto de Diogo do Couto mostrou características importantes que contrastam com os textos da segunda metade do 16 (de Luis de Sousa e Rodrigues Lobo); como Couto é o único autor nascido na primeira metade dos quinhentos aqui considerado, não podemos distinguir se estes fatores são características peculiares deste texto, ou representam um contraste entre os nascidos na primeira e segunda metade do século, o que a rigor apenas novas pesquisas poderão investigar. Entretanto, considero que para os fins da argumentação que conduzo aqui, este texto é um bom contraponto com os seguintes. Antes de tudo, porque em termos contínuos, ele não está tão distante do próximo autor, nascido em 1556 (e ressalto que pelo critério da data de produção, ele é um texto fronteiriço, tendo sido publicado em 1602; os de Sousa e Lobo são ambos publicados em 1619). Além disso, veremos, ao longo do capítulo, quais as características que distinguem as *Décadas* dos demais textos; defenderei que quanto ao critério que tomarei como mais marcante, ele se encaixa bem na generalização proposta para os textos “médios”.

## 1.3 Panorama dos dados

### 1.3.1 Ordens superficiais atestadas: padrões de V1, V2 e V3

Passamos agora para um panorama geral dos dados que embasam toda a discussão do capítulo. O universo de análises aqui são as sentenças afirmativas com clíticos *me, te, o(s), a(s), lhe(s), nos, vos*, e verbos finitos, totalizando 13.841 itens (sendo 823 itens no texto da primeira metade do século 16 e 1.684 nos dois textos da segunda metade; 5.434 itens nos seis textos da primeira metade do século 17, e 1.494 nos 3 textos da segunda metade; 2.323 itens nos quatro textos da primeira metade do século 18, e 1.636 itens nos dois textos da segunda metade; e por fim 447 itens no texto da primeira metade do século 19 – cf. Tabela 1)<sup>5</sup>.

Minha análise se concentra sobretudo no subconjunto das sentenças independentes principais (em número de 2.035 itens, representando 0,15 do universo total de dados), mas em determinados pontos farei referência aos padrões de ordem em sentenças segundas coordenadas e em sentenças dependentes.

Escolhi trabalhar aí com um mínimo de variáveis, deixando para futuros trabalhos diversos aspectos importantes; para os objetivos aqui perseguidos, os dados foram mapeados segundo três fatores:

#### (1) Aspectos centrais na descrição dos dados:

- (a) *Quais os padrões de ordem na periferia esquerda da frase, ie.:  
quandos e quais constituintes podem aparecer antes do verbo flexionado?*

<sup>5</sup>Note-se sobretudo que toda a discussão que aqui segue se refere a um sub-conjunto de dados, que não inclui nem as sentenças negativas, nem as sentenças com o clítico SE. Estes dois ambientes envolvem, além dos fatores em jogo na alternância ênclises-próclises em geral, propriedades específicas. Para uma discussão sobre a diacronia da relação entre a negação e a posição de clíticos, remeto a Namuít (2003) e Namiuti (em curso); para uma discussão sobre as propriedades do clítico SE neste período, remeto a Cavalcante (2003) e Cavalcante (em curso).

- (b) Como se posicionam os pronomes clíticos em função desses padrões?
- (c) Em que proporção e em que posição se superficializam os sujeitos?

No que se refere aos padrões de ordem na periferia esquerda da frase, importa lembrar que importantes trabalhos sobre a sintaxe do Português Arcaico o descrevem como sistema “V2”, isto é, no qual o verbo flexionado tende sempre a ser o segundo elemento da sentença<sup>6</sup>. Iniciamos este panorama geral, portanto, descrevendo os padrões V1, V2 e V3 atestados nos textos (cf. o gráfico 1, tabela 3, para os valores comentados abaixo).

No corpus estudado, V2 – ou seja, XV – é de fato a ordem linear mais presente; são 1.451 sentenças com um constituinte antes do verbo, representando 0,63 do total geral de sentenças principais (as proporções distribuem-se, ao longo dos sete períodos considerados, da seguinte forma: 0,72-0,53-0,67-0,70-0,64-0,48-0,69):

(2) Exemplos de ordem XV (V2 superficial):

- (d) Agora o faço, dando todo o meu poder a estas regras e renunciando nelas todo meu coração: para que não só signifique a Vossa Senhoria meu sentimento em seu sentimento, mas para que me saiba tanto aproveitar da causa dele, que traga dessas sombras claridades e dessas lágrimas avisos, com que possa alumiar minhas trevas e advertir meus desconcertos. |CTB-13254-3-mel-1608|<sup>7</sup>
- (e) Entre estas fadigas da Corte levava-lhe toda a alma o aumento da Missão. |CTB-00024-4-aba-1675|

Em seguida, registram-se 501 sentenças com verbo inicial (#V), na ordem de 0,22 do total geral (distribuídos em 0,04-0,35-0,19-0,17-0,15-0,40-0,17):

(3) Exemplo de ordem #V (V1 superficial):

<sup>6</sup>Notadamente, Ribeiro 1995 defende que as propriedades “V2” se intensificam nos textos representativos da fase final do período arcaico(1400-1500).

<sup>7</sup>As seqüências depois de cada item exemplificado são sua identificação, conforme o seguinte exemplo: |CTB-01005-7-ort-1836| leia-se, CTB, Corpus Tycho Brahe; -01005, número de identificação do item; -7, período (por metades de século: primeira metade do 16, 1; segunda metade do 16, 2; primeira metade do 17, 3; segunda metade do 17, 4; primeira metade do 18, 5; segunda metade do 18, 6; primeira metade do 19, 7); -ort, autor (três primeiras letras do sobrenome, Ortigão); -1836, data de nascimento. É possível remeter ao apêndice para encontrar cada item com base neste código.

- (a) Julga-vos as obras, julga-vos as palavras, e até o mais intimo pensamento vos julga e vos condemna. |CTB-01362-3-vis-1608|

Atestam-se, por fim, 353 sentenças com mais de um constituinte antes do verbo (XXV), ou seja com 0,15 do total (para cada período, 0,25-0,13-0,14-0,14-0,21-0,12-0,14):

(4) Exemplo de ordem XXV (V3 superficial):

- (b) Vendo tão rara e verdadeira amizade ei-rei Dionísio o mais velho disse-lhes: Eu perdoo o crime, a troco de que me admitais também por vosso amigo. |CTB-00340-3-ber-1644|
- (c) Como se póde fazer, já o disse no capitulo precedente: como se deve executar direy agora, para que as unhas militares não desbaratem, e malogrem milhoens de ouro, que nella se empregão. |CTB-12025-3-mco-1601|

Em termos de distribuição ao longo do eixo temporal estudado, não há um padrão evolutivo claro que se possa discernir; a questão, de fato, não pode ser colocada simplesmente em termos de aumento ou diminuição de ordens V1, V2 ou V3 superficiais.

A principal tarefa da análise é posterior a esse agrupamento pela ordem linear: resta interpretar a ordem correspondente a estes padrões “crus” em termos estruturais mínimos.

Partimos, para isso, da hipótese inicial de que a posição do clítico seria um indicador importante da estrutura que subjaz os padrões superficiais atestados. Ou seja: as ordens superficiais V3 podem corresponder a V2 estruturais, e as ordens superficiais V2 podem corresponder a V1 estruturais, a partir da concepção fundadora de das estruturas X#XV para os romances antigos *à la* G. Salvi<sup>8</sup>.

O jogo entre as ordens lineares e as ordens estruturais é possibilitado pela idéia de que, além de uma posição efetivamente inicial de sentença, há uma posição à esquerda definida como externa em relação à fronteira da frase (seu limite sintático e fonológico, aqui indicado esquematicamente por #). O preenchimento dessa posição pode

<sup>8</sup>Em Salvi, 1992; esta é a concepção de base das análises de Galves, Britto e Paixão de Sousa (2002) e Galves e Paixão de Sousa (2004) para a distribuição próclise-ênclise nos textos *clássicos*.

superficializar ordens XV e XXV lineares com estruturas X#V e X#XV, como se detalha a seguir.

### 1.3.2 Colocação de clíticos: hipóteses gerais

A partir da generalização de Tobler-Musafia – ou seja, tomando como baliza a restrição ao clítico em primeira posição – é possível supor que a posição do clítico é indicadora da posição interna ou externa dos elementos pré-verbais, uma vez que, se o clítico não pode ser o primeiro elemento da frase, XV com próclise não poderá corresponder a um X externo. Nessa perspectiva, XV com próclise corresponderia sempre à estrutura #[X-clítico-V, e XV com ênclise corresponderia sempre a X#[V-clítico:

(5) A colocação dos pronomes clíticos e as posições  $\underline{X}$  [# (externa) e [#  $\underline{X}$  (interna):

- (a)  $\underline{\quad} \underline{\quad} \# [ \underline{\quad} V\text{-CL} \rightarrow Vcl$  - V1 superficial, V1 estrutural - #V  
*(posição inicial interna não ocupada por XP;  
 posição externa não ocupada por XP)*
- (b)  $\underline{\quad} \underline{X} \# [ \underline{\quad} V\text{-CL} \rightarrow XVcl$  - V2 superficial, V1 estrutural - X#V  
*(posição inicial interna não ocupada por XP;  
 posição externa ocupada por XP)*
- (c)  $\underline{\quad} \underline{\quad} \# [ \underline{X} CL\text{-V} \rightarrow XclV$  - V2 superficial, V2 estrutural - #XV  
*(posição inicial interna ocupada por XP;  
 posição externa não ocupada por XP)*
- (d)  $\underline{X} \underline{X} \# [ \underline{\quad} V\text{-CL} \rightarrow XXVcl$  - V3 superficial, V1 estrutural - XX#V  
*(posição inicial interna não ocupada por XP;  
 duas posições internas ocupadas por XP)*
- (e)  $\underline{\quad} \underline{X} \# [ \underline{X} CL\text{-V} \rightarrow XXclV$  - V3 superficial, V2 estrutural - X#XV  
*(posição inicial interna ocupada por XP;  
 uma posição externa ocupada por XP)*

No espírito dessa hipótese geral, um segundo passo da descrição foi observar os

padrões na periferia esquerda da frase em perspectiva com a posição dos clíticos.

Os dados revelam que nas ordens V1 superficiais, a ênclise é de fato generalizada, como prevê a hipótese: para 468 sentenças enclíticas, há 33 sentenças proclíticas (proporção de 0,92 de ênclises) – entretanto, note-se que a ênclise não é propriamente categórica, o que tem consequências importantes, como trataremos na seção 2. Nessas sentenças V1 superficiais, cada período apresenta as seguintes proporções de ênclises em relação a próclises: 1,00-0,96-0,93-0,75-0,93-1,00-1,00 (cf. gráfico 2, tabela 9).

Já nas sentenças em que o verbo é precedido de um ou mais constituintes<sup>9</sup>, atesta-se uma alternância importante: em XV, são no total 289 sentenças enclíticas e 1.162 proclíticas (portanto, 0,20 de ênclises); em XXV, são 52 sentenças enclíticas contra 301 proclíticas (0,15 de ênclises). A evolução entre as duas alternativas se mostra como esperada: um padrão generalizadamente proclítico cedendo espaço a um padrão enclítico nos textos mais recentes. Nas sentenças XV, a proporção de ênclises evolui na taxa de 0,13-0,04-0,13-0,12-0,24-0,36-0,57 (cf. gráfico 3 e tabela 9). Em XXV, a proporção evolui em 0,11-0,05-0,09-0,03-0,32-0,25-0,38 (cf. gráfico 4 e tabela 9).

Se aplicamos a hipótese estrutural inicial em (5) para os dados exemplificados em (2) a (4) mais acima, de acordo com a posição dos clíticos, teremos a seguinte distribuição:

(6) Aplicação da hipótese em (5) às ordens lineares atestadas, segundo a posição dos clíticos:

(a) Vcl (V1 superficial, V1 estrutural - #V):

\_\_\_\_\_ # [ \_\_\_\_\_ V-CL

\_\_\_\_\_ # [ \_\_\_\_\_ *Julga-vos as obras, julga-vos as palavras ...*

(b) XVcl (V2 superficial, V1 estrutural - X#V):

<sup>9</sup>Note-se que nos números tratados na tabela 9, comentados neste ponto, se incluem todos os tipos de constituintes pré-verbais, tanto aqueles considerados de “*próclise categórica*”, como os tradicionalmente chamados de “*variação diacrônica*”; em seguida trataremos de separar os diferentes tipos de ambientes aí englobados.

\_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ # [ \_\_\_\_\_ V-CL  
*Entre as fadigas da corte* # [ \_\_\_\_\_ levava-lhe toda a alma...

(c) XclV (V2 superficial, V2 estrutural - #XV):

\_\_\_\_\_ # [ \_\_\_\_\_ X CL-V  
 \_\_\_\_\_ # [ *Agora* o faço, dando todo o meu poder...

(d) XXVcl (V3 superficial, V1 estrutural - XX#V):

\_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ # [ \_\_\_\_\_ V-CL  
*Vendo tão rara e verdadeira amizade, el-rei Dionísio o mais velho* # [ \_\_\_\_\_ disse-lhes ...

(e) XXclV (V3 superficial, V2 estrutural - X#XV):

\_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ # [ \_\_\_\_\_ X CL-V  
 \_\_\_\_\_ *Como se pôde fazer,* # [ *já* o disse

Um problema central é revelado neste exercício: se a posição do clítico é tomada como único indicador da posição interna ou externa do constituinte que o antecede, a hipótese perde força – e se torna circular, se em seguida explicamos a posição do clítico pela natureza interna ou externa do constituinte antecedente. Isso é mais claramente observado ao se contrapor os exemplos (6b) e (6c) com os exemplos abaixo, em que uma locução preposicional e um advérbio são seguidos, respectivamente, de próclise e de ênclise:

(7)

- (a) Entre várias doutrinas com que este santo instruiu ao príncipe Josafat, para fundar em seu coração um claro desengano da vaidade do mundo, lhe propôs a seguinte parábola: Houve certo homem que tinha três amigos; de um deles fazia pouco caso, aos outros dois tinha em grande estimação, tratando-os intimamente e alegrando-se com eles e tomando por sua causa não pouco trabalho e cuidado. [CTB-05850-3-ber-1644]
- (b) Agora levava-lhe uma coisa que a encantaria: era a Missa de Slava, que ouvi cantada pelas monjas da Hortaleza para ser cantada por senhoras em São Carlos ao órgão com pandeiros e castanholas, atrás de uma grade como a grade de coro. [CTB-01005-7-ort-1836]

Pela hipótese em (5), teríamos que considerar a seguinte análise para os pares (6b)-(7a) e (6c)-(7b):

(8) V2 superficial – estrutura X#V versus estrutura #XV:

- (a) Entre as fadigas da corte # [ \_\_\_\_\_ ] levava-lhe toda a alma...  
(b) \_\_\_\_\_ # [ Entre várias doutrinas... ] lhe propôs...  
(c) \_\_\_\_\_ # [ Agora o faço, dando todo o meu poder...  
(d) Agora # [ \_\_\_\_\_ ] levava-lhe uma coisa que a encantaria...

Assim, um mesmo padrão V2 superficial (Advérbio-Verbo, ou PP-Verbo) será considerado V1 estrutural ou V2 estrutural, de acordo com a posição do clítico, sem que tenhamos razões independentes para defender que os constituintes ocupem ora a posição externa, ora a interna.

Torna-se portanto importante antes de tudo verificar que tipos de constituintes podem aparecer com cada padrão (XV-cl e X-cl-V). Como adiantam os exemplos em (6) a (8) acima, em diversos casos uma mesma classe de constituintes (e até, um mesmo item lexical) pode aparecer com os dois padrões – é o que se costuma chamar de ambientes de variação diacrônica. Entretanto, há classes de constituintes em que a alternância de padrões não é atestada; a separação dos dados nesse sentido se faz assim necessária, e foi levada a cabo no trabalho conjunto com a equipe de pesquisa<sup>10</sup>.

Nos textos do Corpus, não se atesta a alternância nas sentenças afirmativas independentes com padrão XV e XXV quando o verbo é precedido por um sujeito com marcas explícitas de focalização (do tipo *até, mesmo, só*), por um advérbio modal, ou por constituintes focalizadores ou quantificadores do verbo. Nesses casos, a próclise é categórica, como se exemplifica a seguir.

Há no Corpus 312 sentenças com verbo precedido de advérbios modais (*bem, sempre, já, também*)<sup>11</sup>, todas com próclises (cf. tabelas 13 e 15):

<sup>10</sup>A classificação resultante, e os critérios para seu estabelecimento, são expostas em maior detalhe em Galves, Britto e Paixão de Sousa (2003), e em Paixão de Sousa (2001).

(9) adv-V: verbo precedido de advérbios modais (*bem, mal, já, também, etc.*)

- (b) Bem me importava entender ao certo o que se passa ... |CTB-13130-3-mel-1608|
- (c) Também nos escreveu Lanier que se dava casa ao Príncipe, e me disseram depois em Amsterdam que já estavam nomeados oficiais: certo estou eu que o não serão os do triunvirato em que falei a Vossa Excelência, como então se cuidava, porque sei de boa parte que não andam dentro da graça |CTB-15244-3-vic-1608|

Há 55 sentenças com verbo precedido de partículas focalizadoras ou quantificadores, todas com próclises, como nos exemplos abaixo (cf. tabelas 13 e 15, itens marcados como adv-V):

(10) Q,FP-V(S): verbo precedido de partículas focalizadoras (*só, até, etc.*)  
ou quantificadores (*muito, pouco, etc.*)

- (d) Muito vos desejei cá ontem para ouvirdes explicar a Ene êste retrato. |CTB-12394-3-mel-1608|
- (e) Vossa Mercê creia o que lhe parecer; só lhe peço que esteja seguro que inda sou como era, em dizer bem, ou mal das coisas de uma terra, pelo que entendo ou bem ou mal delas, e não por me ir bem, ou mal na tal terra. |CTB-03512-5-aco-1714|
- (f) Muito me sofreu Nosso Senhor: seja êle bemdito, que guarda também segredo a minhas culpas. |CTB-07694-3-cha-1631|
- (g) Só lhes falta acrescentar a preposição e dizer: Ex-Colegial, Ex-Leitor, Ex-Secretário, Ex-General, Ex-Coronel. |CTB-14406-5-ver-1713|

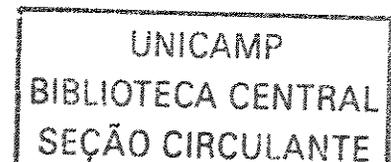
Por fim, entre as sentenças nas quais o verbo é precedido imediatamente por sujeitos, 199 casos foram considerados à parte<sup>12</sup>: os sujeitos que podem ser interpretados inequivocamente como focalizados, dada a presença de marcas explícitas de focalização; os sujeitos quantificados; e as expressões fixas (como "*Deus me livre*"). Esses casos apresentam próclise categórica (cf. tabelas 13 e 15):

<sup>11</sup>Um caso à parte são as sentenças com os advérbios *assim* e *antes*. Como trataremos mais adiante, eles podem ter diferentes interpretações (ex.: *assim* modal e consequencial), com diferentes sintaxes; por isso, a variação nestes casos não pode ser considerada em conjunto com os demais advérbios, para não desviar os dados. É a este tipo de exceção que se referem os dois casos de ênclises registrados no ambiente adv-V na tabela 13:

*Ora o portador resolveu-se a não partir senão amanhã; assim pedi-lhe a carta outra vez para lhe dizer ainda a Vossa Mercê duas palavras.* |CTB-00076-5-aco-1714|

<sup>12</sup>Também não foram considerados na computação da variação ênclises/próclises os casos de "sujeitos" dos verbos *parecer* e *custar* (tais itens estão marcados nas tabelas como "ZV"):

*A dúvida deste Embaixador me parece destruída de fundamento, porque declarar a hora a uma visita necessária e de cerimônia é circunstância ordenada a maior autoridade de um e outro.* |CTB-06093-4-bro-1644|



(11)s-V: verbo precedido de sujeitos

com marcas explícitas de focalização, quantificados, ou expressões fixas:

- a) Elas mesmas **lhe contaram** que os turcos, quando lhes vinha vontade de copular, se iam ter com elas com a mesma facilidade com que iam beber água quando tinham sede; suponho que não lhe fariam sangue, visto o que madrugam os portugueses para circuncidarem as suas pequenitas. | CTB-03531-5-aco-1714|
- b) Todos me tratam como a desfavorecido |CTB-12610-3-mel-1608|
- c) Deus nos livre deste pego, quero dizer, da conta que havemos de dar, se formos injustamente piadosos! |CTB-14306-2-sou-1556|

Nesses três ambientes exemplificados em (7) a (9), a próclise é categórica também no Português Europeu moderno, sendo que a ênclise não é aceita como opção gramatical pelos falantes:

(12) Exemplos de “*próclises categóricas*” no PE:

- (a) Íá a vi
- (b) \*Já vi-a [Barbosa 2000#117a]
  
- (c) Muito vinho **lhe demos**
- (d) \*Muito vinho demos-lhe [Raposo 2000#15]
  
- (e) Alguém o viu
- (f) \*Alguém viu-o [Barbosa 2000#17]

Pela hipótese da distribuição pronominal como relacionada ao estatuto do elemento pré-verbal enquanto externo ou interno, a obrigatoriedade da próclise nestes ambientes pode receber a seguinte explicação: se todo XV com ênclise configura um X externo em relação à fronteira da oração (X#V), não será atestada a ênclise quando X for um tipo de constituinte que não pode ocupar a posição externa. De um lado, como se verá, isto significa que não se espera encontrar ênclises com constituintes não-referenciais – previsão confirmada pelos dados aqui quantificados, reforçando de resto a grande parte dos estudos sobre a distribuição entre próclises e ênclises no português arcaico e europeu moderno. De outro lado, não se espera encontrar ênclises depois de constituintes que ocupem necessariamente uma posição interna por sua natureza de operadores (de focalização, afetivos, etc.), o que também é confirmado pelos dados – ao menos nos casos mais evidentes acima listados (exemplos em 8 e 9).

Podemos por ora trabalhar com a seguinte idéia inicial, apontando mais adiante alguns problemas interessantes:

- (13) Estrutura básica para itens com próclise categórica  
(constituintes pré-verbais “operadores” e/ou “não referenciais”)  
segundo a hipótese em (5)

|  |   |
|--|---|
| #[ <u>Bem</u> me importava...          | e não “ <u>Bem</u> #[importava-me...”         |
| #[ <u>Muito</u> vos desejei...         | e não “ <u>Muito</u> #[desejei-vos...”        |
| #[ <u>Todos</u> me tratam...           | e não “ <u>Todos</u> #[tratam-me...”          |
| #[ <u>Elas mesmas</u> lhe contaram ... | e não “ <u>Elas mesmas</u> #[contaram-lhe...” |

Esta idéia inicial prevê que em ambientes “neutros” (isto é: não operadores, referenciais), a próclise não seja necessariamente a única alternativa atestada.

Listemos então os ambientes XV independentes em que a alternância na colocação de clíticos é atestada no *Corpus*: são eles as sentenças em que o verbo é precedido por sujeitos “neutros”, advérbios em geral, sintagmas preposicionais, complementos, ou orações dependentes. A proporção entre ênclises e próclises apresenta retratos distintos em cada um deles, o que pode indicar desdobramentos interessantes para a hipótese inicial, como veremos.

Há no corpus 527 sentenças independentes principais em que o verbo é imediatamente precedido por um *sujeito “neutro”*<sup>13</sup> (cf. tabela 11):

- (14) SV: verbo precedido de sujeito “neutro”:

ênclises:

- (a) Eu corro-me de dizer o que padeço |CTB-00951-3-mel-1608|
- (b) Os cortesãos chamam-lhe replexão por haver comido muito, e têm razão, porque o nome de apoplexia scandaliza as orelhas dos bons viventes. |CTB-00359-4-bro-1651|
- (c) Este é vosso trato e linguagem; quem vos quiser tratar, aprenda-o; quando não, guardai-vos vós outras de aprender o seu, que será inferno. |CTB-00328-3-ber-1644|

<sup>13</sup>Ou seja, separando-se os 199 casos exemplificados em (4) acima, e os casos apontados na nota 48. Isso não significa dizer que muitos dos sujeitos considerados no grupo de “neutros” não possam estar focalizados (é o que discutiremos na seção 3) – daí as aspas em “neutros”. A questão é no momento estritamente empírica; ou seja, separamos em princípio apenas os sujeitos explicitamente focalizados, para fins de quantificação.

*próclises:*

- (d) Ele me disse que pasmava como lhe abastava o que tinha [CTB-14302-2-sou-1556]
- (e) Ruy Lopes de Villa-Lobos o recebeu com muita honra, e lhe entregou um daqueles Capitães para ficar na outra corocora em refens, em quanto vinha falar com êle. [CTB-08251-1-cou-1548]
- (f) As obrigações que êste francês se imagina dever a Vossa Excelência, a fama de suas amáveis virtudes e generoso acolhimento com que Vossa Excelência lhe escreve, junto à grande veneração que todos têm ao mesmo nome do senhor Marquês defunto, o metem na empresa de não calar coisa alguma que toque ao esplendor e interêsse da casa de Vossa Excelência. [CTB-06231-4-bro-1651]

Nessa configuração, a próclise é a opção generalizada nos textos escritos por autores nascidos até o início do século 18; gradualmente, o padrão enclítico se estabelece nos textos a partir de então. A taxa de ênclises em relação a próclises neste ambiente evolui na seguinte proporção nos sete períodos considerados: 0,00-0,03-0,05-0,11-0,31-0,56-0,98 (cf. gráfico 5 e tabela 23)<sup>14</sup>.

Nesse ambiente, a ênclise é categórica no Português Europeu moderno:

(15) Exemplos de verbo precedido de sujeito “*neutro*” no PE:

- (a) A Maria viu-o
- (b) \*A Maria o viu [Barbosa 2000#12]
  
- (c) Nós demos-lhe muito vinho
- (d) \*Nós lhe demos muito vinho [Raposo 2000#14]

Mais adiante exporei duas formas possíveis para compreendermos a alternância no ambiente S-V nos textos do Corpus, delineando uma discussão que será central ao longo do capítulo.

Já vimos mais acima que também quando o verbo é imediatamente precedido de *frases preposicionais* (245 casos, cf. tabela 11), atestam-se ênclises e próclises:

(16) PP-V: verbo precedido de frases preposicionais:

*ênclises:*

<sup>14</sup>Com o clítico SE, a taxa de ênclises com sujeitos evolui na seguinte proporção: 0,28-0,11-0,28-0,09-0,79-0,82-0,86 - cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2004.

- (a) Em troca disto, ofereço-lhe da parte de Inglaterra defesa de tôdas as suas colónias e o excedente das forças que ela precisa para sua própria defesa, concordando Sua Alteza Real em conceder aos realistas os socorros que lhe prometeu, se a concordância destas duas potências existisse. |CTB-00273-6-alo-1750|
- (b) A respeito de Prado diz-me Queiroz: "Não sei se Você já o viu depois de casado". |CTB-01036-7-ort-1836|
- (c) Em Sintra obrigava-me a tomar a casa dela como a minha casa de família jantando lá todas as vezes que ia a Sintra. |CTB-010067-ort-1836|
- (d) Por isso mande-me Vossa Reverência boas novas disto e quantas orfãs são casadas, porque, como digo, não quero que poupe nada dos duzentos mil réis das órfãs. |CTB-01192-2-sou-1572|

*próclises:*

- (e) Com este aviso lhe foi juntamente infundida notícia dos excessos que entre estas duas súbditas suas passavam. |CTB-05836-3-ber-1644|
- (f) Para os críticos me deu Nosso Senhor excelente coração, porque sempre vou a ganhar com eles: se me murmuram, me rio; se me emendam, me aproveito; e no cabo, não sou tão tonto que não distinga o que é zelo do que é enveja. |CTB-12271-3-mel-1608|
- (g) Em Sacavém me deram uma de Vossa Mercê, que muito estimei; mas a pressa da passagem não deu tempo para ler, nem para responder, nem em nenhuma parte o há, porque os negócios das terras donde chegamos tiram o fôlego; por isso até não chegar a Varatojo, absolvo a Vossa Mercê de tôda a pena que pode tomar com me escrever; não é isto engeitar o favor, senão acomodar ao que Deus quer. |CTB-07711-3-cha-1631|
- (h) Por esta razão lhe pareceu ao senhor Embaixador que o dinheiro, que aqui está e vem chegando de Veneza, se não remeta até novo aviso de Vossa Excelência, esperando que, pois cá está, se conforme Vossa Excelência com que êle seja parte dos vinte mil cruzados que Sua Majestade manda dar para êste negócio, visto estarmos no ponto em que se há-de concluir por uma ou por outra parte; e, para que seja pela que desejamos, importa tanto haver dinheiro, que sem êle ou se não fará, ou com muito inferiores condições. |CTB-15192-3-vic-1608|

Nestes casos, novamente a próclise é a opção generalizada até o século 18, sendo substituída por um padrão enclítico que se generaliza no século 19. Nas sentenças principais com PP-V, os casos de ênclise evoluem na proporção de 0,17-0,05-0,04-0,05-0,32-0,30-0,80 (cf. gráfico 6 e tabela 23)<sup>15</sup>. A evolução da ordem PP-Vcl, no entanto, tem características distintas da que se registra nos ambientes S-V, como será comentado mais adiante.

Como já se adiantou acima, também quando o verbo é imediatamente precedido por *adverbiais não-modais* (116 casos, cf. tabela 11) registra-se a alternância na posição dos

<sup>15</sup>Com o clítico SE, a proporção ênclises/próclises com PP-V evolui em 0,04-0,08-0,17-0,05-0,23-0,51-0,86 - cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003.

clíticos, com próclise generalizada até o século 18:

(17) ADV-V: verbo precedido de adverbiais temporais, sentenciais, de lugar, etc (todos menos os modais):

*ênclises:*

- (a) Agora quero-lhe dizer algumas cousas das que Vossa Mercê desejará saber a meu parecer. |CTB-00033-5-aco-1714|
- (b) Depois sucedeo-lhe o Mirão, seu sobrinho, ... |CTB-00516-1-cou-1556|
- (c) Então entendiam-no todos; mas hoje não, e é necessário, para o entendermos, que procuremos esta notícia naqueles que as recolheram. |CTB-01274-5-ver-1713|
- (d) Finalmente, promete-me que as minhas cartas não sairão da sua mão, ao menos em meu nome. |CTB-01205-5-ver-1713|

*próclises:*

- (e) Sábado passado vos mandei um papel de engaços |CTB-12459-3-mel-1608|
- (f) Hoje me parto. |CTB-07355-3-cha-1631|
- (g) Ontem me escreveu Jerónimo Nunes que estava preso Genaro Aneze, e que se havia descoberto uma inteligência que, lá, tinham os franceses: parece-me cousa inventada porque não soa por outra parte. |CTB-15326-3-vic-1608|
- (h) Claramente o disse São Paulo: Nolite inebriari vino, in quo est luxuria (...). |05419-ber-3-1644|

Nas sentenças principais com este padrão, os casos de ênclise evoluem em 0,14-0,00-0,05-0,00-0,19-0,25-0,71 (cf. gráfico 7 e tabela 23)<sup>16</sup>. No PE moderno, a literatura registra que a ênclise é categórica com os advérbios não-modais:

(18) Exemplo de verbo precedido de advérbios no PE:

- (a) Geralmente vejo-a de manhã
- (b)\*Geralmente a vejo de manhã [Barbosa 2000#17]

Pode-se dizer que esses três ambientes (Sujeito-V, Advérbio-V e PP-V) apresentam uma evolução relativamente ordenada, na qual a próclise vai cedendo espaço gradualmente para a ênclise – em especial os sujeitos iniciais, onde a ênclise será categórica no PE. É sobre este subconjunto de dados que as análises sobre a mudança gramatical têm se centrado.

<sup>16</sup>Com o clítico SE, a proporção ênclises/próclises com ADV-V evolui em 0,24-0,10-0,00-0,00-0,22-0,54-1,00 - cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003

Há diferentes possibilidades para se compreender a alternância na colocação pronominal nesses casos, seguindo a hipótese estrutural básica proposta em (5). A primeira delas mantém a estrutura da hipótese para o sistema médio e para o PE, dizendo que em todos os casos de ênclises, o elemento pré-verbal é externo, e com próclises, interno:

(19)

ênclises:

- (a) Eu # [ corro-me
- (b) Em troca disso # [ ofereço-lhe...
- (c) Agora # [ levava-lhe ...

próclises:

- (d) # [ Ele me disse
- (e) # [ Com esse aviso lhe foi juntamente infundida...
- (f) # [ Agora o faço, ...

Nessa perspectiva, a mudança dos padrões dos textos clássicos para o padrão do PE moderno incidiria na frequência de uso da opção #XV, e na sua restrição a elementos “operadores”, explicando a inaceitabilidade de sujeitos “neutros” em SclV nesse sistema moderno.

Neste estudo, entretanto, procuro defender que há uma mudança na posição dos sujeitos mesmo na configuração SV com ênclises. Nesse sentido, a estrutura básica proposta em (5) seria válida apenas para descrever os dados dos textos médios; e mudança incidiria não apenas no tipo de elementos que pode ocupar cada posição, mas na arquitetura estrutural da frase. É nesse espírito que propomos, em *Clitic Placement in the history of European Portuguese*<sup>17</sup>, que a generalização da ênclise no ambiente SV deve ser interpretada. Defendemos, aí, que as ordens SV com ênclises no PE não correspondem a um sujeito externo à frase, mas a um sujeito pré-verbal interno. Na seção 3 deste capítulo, este fato será tratado mais de perto; delineio aqui a idéia básica:

(20)

<sup>17</sup>Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003; e também, Galves e Paixão de Sousa, 2004.

Textos clássicos (alternância):

- (a) Eu # [ corro-me
- (b) # [ Ele me disse

PE (ênclise categórica):

- (a) # [ Nós demos-lhe
- (b) \* # [ Nós lhe demos

Assim, aqui defende-se que a mudança entre o sistema médio e o PE diz respeito, primordialmente, às posições disponíveis para os sujeitos na estrutura da frase: a mudança principal instanciada nos textos, e que explicaria a progressão da ênclise em SV, não será a maior frequência de sujeitos externos (ou seja S#Vcl) mas sim o surgimento de uma nova posição para os sujeitos “*neutros*” (manifestada na ordem #SVcl). Ao longo do capítulo apresento fatos empíricos que tornam interessante essa interpretação dos fatos, em especial na seção 3.

Note-se, entretanto, que (ao menos no que se refere estritamente ao sistema médio, ou seja, antes da mudança que instancia #SVcl) ainda assim sofremos a circularidade já comentada acima e exemplificada no item (7), se determinarmos a posição interna ou externa dos elementos pré-verbais apenas tomando em conta a posição do clítico.

Penso ser desejável, em vista disso, procurar uma maneira alternativa de abordar os dados pesquisados, sobretudo buscando critérios independentes da posição do clítico para postular a ocupação das posições interna ou externa; é esta a tentativa da seção 2 deste capítulo.

Essa abordagem, me parece, se torna importante especialmente quando se consideram os demais grupos de constituintes pré-verbais depois dos quais se atesta alternância na colocação dos pronomes – ambientes XV superficiais nos quais a variação é menos ordenada, embora a tendência na direção da ênclise categórica também se confirme a partir dos textos setecentistas.

É o caso, por exemplo, das sentenças em que o verbo é precedido por uma *oração dependente* (190 casos em sentenças principais, cf. Tabela 11):

(21) oração-V: verbo precedido de uma oração dependente:

*ênclises:*

- (a) Se alegais o nome que tendes de cristãos, digo-vos que nada vos deve Deus por isso, porque que ídolos ou heresias deixastes vós, por seguir a Cristo ? |CTB-00315-3-ber-1644|
- (b) E chegando à Cidade do Deli, querendo gratificar ao azemeleiro, que o livrou da morte, fez aquilo que Assuero a Mordoqueo; vestindo-o em suas insígnias reaes, mandou-o por toda a Cidade acompanhado de toda a Corte como Rei, e depois o assentou em seu Trono, e três dias contínuos o tiraram pela Cidade com pregões, que declaravam o porque lhe fazia aquela honra. |CTB-00491-1-cou-1548|
- (c) Tanto que foi tempo de Fernão de Sousa de Tavora se partir pera Maluco, deo-lhe Garcia de Sá um fustarrão com quarenta soldados, de que fez Capitão a João Galvão, homem nobre, e muito bom cavaleiro. |CTB-00519-1-cou-1548|
- (d) Suspenso o imperador com esta proposta, disse-lhe Ariano: "Para que nos detendes?". |CTB-00309-3-ber-1644|

*próclises:*

- (e) Vendo-o um Cónego no adro daquela antiga Sé lhe disse: De quem sois meu menino? |CTB-02719-4-aba-1675|
- (f) Jà que vio todas redusidas à sua obrigação, e vistidas às suas leys lhes deu à sua custa hum jantar muy regalado, querendo ter mimosas aquellas, a quem se confessaua obrigada; ... |CTB-06862-4-ceu-1658|
- (g) Recolhendose uma noite já muito proxima ao capitulo, lhe apareceo sua irmã a Madre Margarida dos Anjos, Religiosa de muytas virtudes, e que hauia occupado a cadeyra de Prelada tres veses, à satisfação de todo o convento. |CTB-06857-4-ceu-1658|

Nessa configuração, a proporção de ênclises nos textos evolui em 0,17-0,50-0,64-0,18-0,70-0,88-1,00 (cf. gráfico 8 e tabela 23)<sup>18</sup>. Nota-se, antes de tudo, que já na segunda metade do século 16 a proporção de ênclises é elevada em relação ao que se atesta para outros ambientes: são 0,50 de ênclises em Oração-V contra 0,03 com sujeito-V, 0,05 com PP-V e 0,00 com advérbio-V. Na primeira metade do 17, a proporção de ênclises é ainda elevada (0,64); e embora caia novamente na segunda metade do 17 (0,18), sustenta-se depois disso um padrão mais enclítico nessas ordens Oração-V (0,70-0,88-1,00 contra 0,31-0,56-0,98 com Sujeito-V, 0,32-0,30-0,80 com PP-V, e 0,19-0,25-0,71 com Advérbio-V). Assim, a evolução neste ambiente é menos ordenada, e a ênclise é uma opção mais presente já em textos do século 16.

<sup>18</sup>Com o clítico SE, a proporção ênclises/próclises com ORAÇÃO-V evolui em 0,58-0,54-0,56-0,54-0,68-0,86-0,83 - cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003

Considero o padrão de colocação de clíticos nas ordens Oração-V extremamente revelador. Observemos que a hipótese (5) renderia a seguinte análise para os exemplos (21d) e (21e) acima:

(22)

- (a) Suspenso o imperador com esta proposta, # [ disse-lhe Ariano...  
(b) Vendo-o um Cónego no adro daquela antiga Sé Ihe disse...

Do ponto de vista empírico, parece-me especialmente precário postular que as orações ora ocupam a posição interna na frase, ora a posição externa. Notemos que no caso da alternância X#V versus #XV com sujeitos, advérbios ou PPs (por exemplo nos pares 17c e 17f acima, e nos casos já comentados em (7)), é sempre possível recorrer à hipótese de que os elementos com padrão #XV – ou seja, com próclises – se encontram *focalizados* ou de alguma forma *ênfatizados*. Isto é, em analogia ao que acontece com elementos explicitamente focalizados, e com operadores afetivos, pode-se justificar a “*internalidade*” (manifestada em tese pela próclise) por conta de uma *ênfase* ao sujeito, ao advérbio ou à frase preposicional. Mas nessa hipótese, como se explica o contraste no caso das construções Oração-V? Em que medida será seguro afirmar que uma oração dependente em posição pré-verbal pode estar *focalizada* ou de alguma forma *ênfatizada*? Ou seja, que critérios independentes da colocação do clítico podem servir de parâmetros indicadores da posição *interna* ou *externa* das orações dependentes em início de sentença?

Neste estudo, partirei da premissa empírica de que as orações independentes em início de sentença ocupam sempre a posição *externa* - ou seja: interpreto a construção Oração-V como uma ordem V1 estrutural, independente da posição dos clíticos:

(23)

- (c) Suspenso o imperador com esta proposta, # [ disse-lhe Ariano...  
(d) Vendo-o um Cónego no adro daquela antiga Sé # [ Ihe disse...

Justificarei essa premissa na seção 2, defendendo que a ocupação da posição pré-verbal *interna* é resultante de uma operação de *movimento na sintaxe* – que estaria disponível para constituintes de VP como advérbios ou argumentos. As *orações dependentes* em posição pré-verbal não estariam nesta configuração; não seriam movidas para a posição pré-verbal por movimento na sintaxe, e sim ocupariam, por adjunção, a posição pré-verbal externa. Isso significa dizer que a alternância ênclises/próclises neste ambiente é um problema para a análise da distribuição de clíticos balizada pela posição inicial estrutural do verbo, pois os fatos empíricos obrigam a admitir que a ocorrência de próclises em casos prováveis de V1 estrutural *não é impossível*.

Como se verá ao longo do capítulo, este não será o único ambiente potencialmente verbo-inicial no qual é atestada a próclise; e a discussão sobre o estatuto dessas (raras) ocorrências de potencial ordem #clV será um tópico central da argumentação.

Há ainda um outro grupo de sentenças XV superficiais que costumamos considerar como um grupo à parte, e que também leva a considerações importantes – as sentenças em que um complemento ou um elemento predicativo precedem o verbo:

(24) X-V(S): verbo precedido de complementos diretos ou predicativos

*ênclises:*

- (a) Deus vos livre de vossas boas obras, e muito mais das grandes; os peccados soffremol-os facilmente; os milagres não os podemos soffrer. |CTB-01359-vis-3-1608|

*próclises:*

- (b) A huma pessoa grande que lhe communicou o intento que tinha na escolha de marido, para a herdeyra de sua caza, a persuadia que mudasse de intento, e excluindo ao que se inclinava, e abraçando ao que excluía; leuouse a pessoa do seu parecer, desprezando o conselho, e ao depois lhe mostrou a experiência muyto à sua custa, o como os da serva de Deos eraõ illustrados. |CTB-06810-4-ceu-1658|
- (c) Isto lhe disse de todo seu ânimo; e certo que se lhe ElRei não mandára successor, que o houvera de fazer, porque era um Fidalgo muito determinado. |CTB-08629-1-cou-1542|

Assim como nas orações dependentes iniciais, também neste caso a variação se apresenta mais irregular que no caso dos sujeitos e adverbiais, com a proporção de ênclises evoluindo em 0,33-0,00-0,25-0,27-0,47-0,75-1,00 (*cf.* gráfico 9 e tabela 23).

O ambiente Complemento-V é interessante para compreender a relação entre a ocupação da posição inicial interna ou externa e a posição dos clíticos, se antes de tudo lembrarmos que aí se misturam duas construções: de um lado, estão os complementos pré-verbais *não retomados*, como em (17b) e (17c) – para estes, poderemos seguir a hipótese de movimento na sintaxe para uma posição pré-verbal interna. De outro lado, estão os complementos diretos e indiretos *retomados pelo clítico*, como em (17a). Para estes, assumirei que está em jogo uma estrutura de *adjunção*, do tipo Deslocada Clítica (CLLD).

Ora: como veremos, a próclise é categórica com complementos *não-retomados*; é com os complementos *retomados* que se registra alguma alternância na colocação dos clíticos. Irei considerar que os condicionantes da próclise no caso dos complementos *não-retomados* são os mesmos em jogo para advérbios modais e outros constituintes de VP movidos para a posição pré-verbal interna; e que os condicionantes da variação com complementos *retomados* são os mesmos que para Oração-V. E portanto, também nesses casos teríamos que admitir a ocorrência de próclises em ambientes estruturalmente verbo-iniciais:

(25)

- |   |  |
|---|--|
| (a) ... <u>os peccados</u>  | #[soffremol-os                             |
| (b) <u>A huma pessoa grande</u><br><u>que lhe communicou o intento</u><br><u>que tinha na escolha de marido.</u><br><u>para a herdeyra de sua caza,</u> | #[a persuadia que mudasse de intento       |
| (c)   | #[ <u>Isto</u> lhe disse de todo seu ânimo |

Em suma, em busca de um critério razoavelmente independente para conceituar os condicionantes da ocupação das posições pré-verbais nesse sistema, procurarei mostrar na seção 2 a seguir que o contraste entre a ocupação de uma posição interna (que chamarei de fronteamento) e a ocupação de uma posição externa (que chamarei de adjunção) constitui uma boa descrição para o sistema em jogo nos textos médios. Para

sustentar essa hipótese sem ficar presos à circularidade da determinação das posições dos constituintes pré-verbais a partir da posição do clítico (e da explicação da posição do clítico pela natureza da posição pré-verbal), será necessário admitir algumas excessões à restrição ao clítico em primeira posição. Defenderei, neste trabalho, que essas excessões não refletem necessariamente propriedades da gramática média, mas sim remetem a fatores incidentes no plano do uso.

## 2. Adjunção e Fronteamento

Procuro defender nesta seção que os padrões XV superficiais, nas sentenças independentes do sistema médio, se dividem em duas categorias. De um lado, estariam construções resultantes de movimento na sintaxe, com alvo na posição inicial interna (o que chamarei de *fronteamento*):

(26) #[XV] - *fronteamento*:

[VX] → [X [V traço x]

X ocupa posição pré-verbal por movimento na sintaxe

Buscarei critérios para avaliar que classes de constituintes podem se envolver nessa operação, passando de pós-verbais para pré-verbais. Tipicamente, seriam eles os constituintes de VP tais como advérbios modais, quantificadores, e focos (defenderei, ainda, que também os argumentos do verbo podem ser fronteados, como trato mais adiante):

(27) Exemplos de constituintes tipicamente envolvidos na operação de *fronteamento*:

#[ Bem me importava...

#[ Muito vos desejei...

#[ Todos me tratam...

#[ Elas mesmas lhe contaram ...

De outro lado, estão construções que não envolveriam movimento na sintaxe, mas sim *adjunção* a uma posição externa em relação aos limites sintáticos e fonológicos da sentença:

(28) X#[V] - *adjunção*:

[V] → [X]+[V]

X é gerado à esquerda, adjunto à sentença

Buscarei critérios para avaliar que tipo de constituintes podem ocupar a posição de adjunção à esquerda. Compreenderemos, antes de tudo, que apenas elementos referenciais podem ocupar essa posição externa (o que inclui os argumentos do verbo,

mas com restrições adicionais como veremos); além disso, considerarei necessariamente adjuntos os elementos pré-verbais que não são constituintes de VP (por exemplo, as orações dependentes e os PPs adjuntos):

(29) Exemplos de constituintes tipicamente envolvidos na operação de *adjunção*:

- (d) Suspenso o imperador com esta proposta # [ disse-lhe Ariano...
- (e) Vendo-o um Cônego no adro daquela antiga Sé # [ lhe disse...
  
- (f) Em Sintra # [ obrigava-me a tomar ...
- (g) Em Sacavém # [ me deram...
  
- (h) Por isso # [ mande-me...
- (i) Por esta razão # [ lhe pareceu...

A classe de constituintes que pode, em princípio, participar das duas configurações, é a dos *argumentos referenciais*. No que toca os *complementos referenciais*, considerarei que nos casos sem retomada clítica, o complemento pré-verbal está sempre fronteado; e nos casos com retomada clítica, sempre adjunto:

(30) Hipótese de partida para complementos pré-verbais:

Complementos *não-retomados*:

- (a) # [ Isto lhe disse de todo seu ânimo

Complementos *retomados*:

- (b) os peccados # [ soffremol-os
- (c) a uma pessoa grande... # [ a persuadia

Quanto aos *sujeitos referenciais*, considerarei que sua estrutura é, em princípio, ambígua – se não queremos, de partida, usar como critério a posição do clítico:

(31) Hipótese de partida para sujeitos pré-verbais :

- Eu # [ corro-me ~
- # [ Eu corro-me ?

- Ele # [ me disse ~
- # [ Ele me disse ?

Ressalto que até este ponto, na definição das duas posições pré-verbais, bem como na determinação dos constituintes possivelmente envolvidos em uma ou outra, não foi necessário fazer referência à *posição* dos clíticos. Entretanto, é quando chegamos ao caso dos sujeitos referenciais que isto se torna relevante; pois defenderei que é possível chegar a uma compreensão das propriedades de adjunção e fracionamento dos sujeitos referenciais (resolvendo esta ambiguidade “*de princípio*”) com base em argumentos empíricos referentes à posição de clíticos.

Observando os padrões de colocação de clíticos nos demais ambientes (em especial, complementos retomados), veremos que constituintes que não podem participar da operação de adjunção *nunca aparecem com ênclises*. Podemos portanto considerar que no sistema médio, a ênclise é uma característica indicadora de adjunção. Em vista disso defenderei que os sujeitos em SVcl podem ser classificados como adjuntos nos textos até o século 18, período em que apresentam um comportamento comparável aos demais adjuntos (mas como veremos, isso diferencia os textos mais modernos dos textos médios, uma vez que a frequência de ocorrência de SVcl neles é mais elevada que a frequência de outros XVcl).

De outro lado, veremos que alguns constituintes que interpretarei como necessariamente adjuntos (ou seja, que não podem participar da operação de fracionamento) *podem aparecer com próclises* (vide exemplos (29) e (30) acima); portanto, a próclise não é em princípio indicadora de adjunção ou fracionamento. Entretanto, observando as tendências de frequência de diferentes classes de construções XV com próclises, veremos que o comportamento dos sujeitos pré-verbais referenciais com próclises é comparável ao de elementos necessariamente fracionados.

A questão das posições estruturais possíveis para os sujeitos pré-verbais se fundamenta portanto, inicialmente, na comparação empírica com outros ambientes XV; e será uma questão fundamental para a proposta central de análise dos dados representativos do sistema médio, que será apresentada na seção 3.

Por fim, ressalto que os argumentos empíricos com base na posição de clíticos, que aqui seguirei, me parecem vantajosos em relação à hipótese inicial delineada na seção 1, pois podemos sair da circularidade ali apontada. Entretanto, como consequência teremos que admitir que os dados documentam um enfraquecimento da restrição ao clítico em posição estrutural inicial – um problema importante que será discutido na seção 2.1.3.

## 2.1 Adjunção: a hipótese X#V

### 2.1.1 Estrutura básica

No sistema aqui proposto para descrever os textos médios está ativa uma operação de adjunção à esquerda da frase, que explica determinadas ordens lineares XV como estruturas X#V. Como já foi mencionado anteriormente, esta idéia, a partir da proposta de G. Salvi sobre o contraste entre as posições pré-verbais interna e externa, está presente em diversas propostas para o português<sup>19</sup>; diferentes implementações podem ser concebidas para esta operação de adjunção, todas elas com a propriedade de preservar a ordem da sentença (delimitada em CP) independentemente da efetivação da adjunção.

A estrutura de adjunção que adotarei aqui para a análise do sistema clássico é do tipo [X][sentença], ou seja, com o constituinte adjunto à sentença gerado na posição de adjunção, e não movido para projeções acima de CP na sintaxe<sup>20</sup>. A estrutura [X][sentença] remete às propostas na linha de P. Vallduví<sup>21</sup> para as relações entre sintaxe e estrutura informacional nas línguas românicas, e às relações de predicação à la G.

<sup>19</sup>Como Ribeiro 1996 para o PA, Torres Morais 1995 e Galves e Paixão de Sousa 2004 para o português clássico; Duarte 1987 e Barbosa 2000 para o PE.

<sup>20</sup>Como em Rizzi 1990, 1991

<sup>21</sup>Vallduví (1992)

Cinque, ou *à la* E. Raposo<sup>22</sup>. Nessas estruturas, o elemento adjunto é gerado à esquerda da oração (considerada em seus limites sintático e fonológico) – isto é, crucialmente, não é levado para a posição inicial por movimento na sintaxe.

Há que dividir dois grupos básicos de elementos que podem ser adjuntos, quanto à relação de predicação estabelecida. De um lado, estão os elementos adjuntos que remetem a estruturas sintáticas na sentença a que se unem – tipicamente, os argumentos do verbo. Há um problema crucial nestes casos: garantir que o elemento adjunto possa ser relacionado, na predicação, com sua posição sintática no interior da sentença. A seção 2.1.3 trata especificamente dos argumentos – complementos e sujeitos – em posição de adjunção.

Em termos gerais, portanto, a construção de adjunção aqui proposta para o sistema médio do português remete a uma estrutura já bem descrita na literatura sobre as línguas românicas e sobre o português, e que se aplica por exemplo às topicalizações e retomadas clíticas. Deverá, assim, corresponder às exigências descritas nesta literatura para a configuração da relação entre o adjunto e a frase, sendo a principal delas o requerimento ligado à referencialidade do constituinte adjunto argumental. Com isso, reduzimos os casos de XV que *podem* representar adjunções.

Antes de tudo, desconsideraremos os constituintes de VP não-referenciais. Como já mencionei, aí se podem encaixar de imediato os elementos *argumentais* não-referenciais. Caso mais complexo é o dos elementos pré-verbais não-argumentais, mas que são parte de VP – como os advérbios modificadores do verbo, do tipo *bem, mal*, etc. Antes de tudo, a questão da “referencialidade” aplicada aos advérbios é um ponto intrincado. Poderemos remeter aqui à propriedade de dêixis dos adverbiais<sup>23</sup> – e neste caso eliminamos apenas os advérbios modais pré-verbais, seguindo A.M. Martins em sua

<sup>22</sup>Cinque (1994), Raposo (1996)

<sup>23</sup>Como observou Maria Aparecida Torres Morais, em comunicação pessoal.

análise de *esvaziamento semântico* que sofrem os advérbios modais movidos para posição pré-verbal<sup>24</sup>. Na seção 2.2, que trata dos fronteamentos, se aborda mais detidamente o problema dos advérbios; por enquanto, vamos considerar que os advérbios modais pré-verbais não podem ser adjuntos. Então, entre os constituintes de VP que podem ser adjuntos, restam-nos os argumentos do verbo (complementos e sujeitos) referenciais, tratados na seção 2.1.3.

Por fim, restam os elementos que não são argumentos, nem advérbios modificadores do verbo – ou seja, que não são constituintes de VP; caso das orações, advérbios de frase e sintagmas preposicionais (como *Por isso*, *Com isso*, etc). Sua participação em uma relação de predicação adjunto-frase é mais livre, uma vez que não há uma posição argumental no interior da frase à qual eles precisem garantir co-referencialidade. Além disso, não faz sentido postular que estes elementos participem do movimento de fronteamento tal como o conceberemos aqui – uma vez que seriam apenas elementos que ocupam uma posição pós-verbal definida na sintaxe que eventualmente poderiam se mover para a posição pré-verbal. Por hipótese, portanto, irei considerar que esses elementos sempre são adjuntos.

Vamos, em seguida, observar alguns fatos empíricos que estes elementos apresentam em comum, inclusive no que se refere à alternância na colocação de clíticos.

## 2.1.2 Fatos empíricos sobre os adjuntos não argumentais

Antes de tudo interessa medir a frequência de ocorrência das configurações na ordem XV com os constituintes que classifiquei de partida como necessariamente adjuntos (ou seja, X#V) ao longo do período estudado.

As sentenças em que o verbo é precedido imediatamente por uma *oração dependente* correspondem a 0,08 do total de sentenças principais no Corpus (com a seguinte

<sup>24</sup>Em Martins, 1994.

evolução ao longo dos sete períodos: 0,28-0,08-0,08-0,11-0,07-0,02-0,12, cf. gráfico 10, e tabela 17). As sentenças nas quais uma *frase preposicional* precede imediatamente o verbo representam 0,11 do total de principais (com a seguinte distribuição nos sete períodos: 0,09-0,11-0,12-0,17-0,08-0,04-0,12, cf. gráfico 11, e tabela 17). Entretanto importa diferenciar as classes envolvidas nesse grupo um tanto heterogêneo; na seção 2.1.3 trataremos mais detidamente dos sintagmas que são complementos indiretos retomados. Lembro ainda que no trabalho de A. Antonelli sobre as sentenças iniciadas por adjuntos adverbiais (entre eles, um subgrupo de PPs adverbiais) no mesmo corpus aqui estudado, essas representam 0,15 do total de dados considerados<sup>25</sup>; ao longo dos sete períodos de 50 anos, a proporção se distribui em 0,13-0,17-0,15-0,24-0,13-0,10-0,10.

Um primeiro fato empírico a se observar é que as construções de adjunção não apresentam uma tendência de diminuição ou aumento ao longo do período. Ou seja, naturalmente alguns textos apresentam mais construções que interpreto como necessariamente adjuntas que outros (veja-se também os gráficos 10 e 11 para a proporção texto a texto); mas não se identifica um padrão de evolução na frequência de ocorrências, seja de aumento ou de diminuição. Destaco esse fato uma vez que estarei considerando, ao longo dessa análise, que a adjunção é um fato diacronicamente constante, ou seja, sua estrutura básica não sofre mudança ao longo do período aqui estudado (isso será importante quando discutirmos a mudança que incide sobre as posições disponíveis para os sujeitos).

Já quanto à colocação pronominal, como vimos na seção 1 este tipo de construção XV apresenta uma variação enclises-próclises ampla entre textos contemporâneos, e que

<sup>25</sup>O universo inicial em Antonelli (2004) totaliza 5.170 sentenças independentes (principais e coordenadas, e somando também os dados com clíticos SE). Nesse conjunto ele separa 768 ordens XV com função de adjuntos adverbiais. Saliento que ao longo do período considerado, seus dados também não apontam para tendência de aumento ou diminuição na frequência das adjunções, mas sim uma tendência para o aumento na proporção ênclises/próclises nessas construções: 0,02-0,07-0,09-0,05-0,29-0,52-0,82; cf. Antonelli, 2004.

não segue uma tendência *gradual* do padrão proclítico para o padrão enclítico. A alternância ampla é especialmente clara no caso das ordens Oração-V (como vimos na seção 1) e Complemento Retornado-V (tratada detidamente na seção 2.1.3).

O problema da colocação pronominal nas estruturas de adjunção se torna então bastante interessante.

Antes de tudo interessa salientar que a adjunção, *por si*, nada tem a revelar sobre a posição dos clíticos; como vimos, a restrição própria incidente sobre essa estrutura remete à referencialidade dos elementos adjuntos (e a possibilidade de uma relação de predicação, no caso dos elementos adjuntos argumentais). Combinando este fato com o nosso problema da alternância entre próclises e ênclises, por princípio teríamos que admitir que:

(32) X#V, sse X referencial

aplica-se a X#Vcl ou X#clV

Será apenas fazendo referência a uma segunda restrição que poderíamos postular que a adjunção deve sempre ser associada à ênclise: tal seja, a restrição ao clítico em início de frase. Nesse caso teríamos:

(33) se \*#clV,

então X#Vcl, e \*X#clV

Em vista disso, se torna importante abordar mais detidamente o problema da restrição ao clítico inicial, avaliando sua motivação teórica, e as evidências empíricas de sua validade para os textos do sistema médio.

### 2.1.3 A restrição ao clítico inicial e as ordens #V

A restrição ao clítico em primeira posição é o ponto de partida e o fundamento da grande parte das análises sobre a sintaxe de clíticos em português, seja arcaico ou europeu moderno. O exame da bibliografia mostra que a evidência central para a

restrição ao clítico em primeira posição no PE é a observação empírica da impossibilidade de #clV – e centralmente, *o juízo de gramaticalidade dos falantes*, ferramenta com a qual não podemos contar neste caso. Resta-nos portanto verificar empiricamente se a restrição ao clítico inicial é válida nos dados do sistema clássico.

Como vimos na seção 1, as sentenças V1 apresentam ênclise generalizada, mas não categórica (com 93% de ênclises, cf. gráfico 12). A oscilação entre 86% e 100% de ênclises em sentenças principais V1 fica por conta de 33 casos de próclise com verbo inicial registrados. No universo mais amplo de 2.305 sentenças principais consideradas, isto representa 0,014 dos casos (33/2.305), não sendo portanto importante estatisticamente. Entretanto, a própria centralidade da restrição de Tobler-Mussafia obriga a considerar estas exceções e colocá-las em perspectiva.

Vamos então examinar as ocorrências da construção #clV em sentenças principais. As sentenças *parentéticas* representam o único grupo de orações V1 onde se encontra sistematicamente a próclise, no corpus estudado; segue a totalidade desses casos (20 itens):

(34) Sentenças verbo-iniciais com próclises – parentéticas:

- (a) - Antes (**lhe disse êle**) tomei fôlego enquanto vos ouvia falar (...) |CTB-10647-2-lob-1579|
- (b) - A cortesia (**lhe respondeu êle**), não falando na leitura da carta, é (...) |CTB-10524-2-lob-1579|
- (c) - Bem sei (**lhe respondeu o Doutor**) que (...) |CTB-10520-2-lob-1579|
- (d) - Quanto mais ouvirdes dêle (**lhe respondeu Leonardo**) vos parecerá melhor. |CTB-11143-2-lob-1579|
- (e) - É tão má a vossa natureza (**lhe tornou o Doutor**) que quere perverter a minha (...) |CTB-11164-2-lob-1579|
- (f) - Essa diferença (**lhe tornou Feliciano**) me parece que (...) |CTB-11326-2-lob-1579|
- (g) - O riso, sim (**lhe tornou êle**), mas não o murmurar (...) |CTB-11200-2-lob-1579|
- (h) - Se a carta (**lhe tornou Solino**) há-de ser tão comprida como o sobrescrito, (...) |CTB-10570-2-lob-1579|
- (i) ¿Como (disse êle) não trouxestes da Índia algum pagode ou ídolo de ouro dêses gentios? -Para quê?, **lhe perguntou o pouco experto requerente**. |CTB-11127-2-lob-1579|
- (j) Deixe vossa mercê estar o lanço, **lhe responde elle** com os dous mil crusados nas unhas, que he hoje que o porey em conselho (...) |CTB-11567-3-mco-1601|
- (k) (...) e depois de visto, torna outro recado, que estimará lho venda: tenho-o para o dar em dote a huma filha, **lhe respondeo o dono**. |CTB-11621-3-mco-1601|
- (l) Conheces-me? (**lhe disse, com animoso zelo da honra de Deus e da salvação daquela alma**), conheces-me, Eulógio, algum tempo pobre cabouqueiro, agora grande cavalheiro? |CTB-05879-3-ber-1644|

- (m) E Ariano, voltando para o mártir: "Teu coração (**lhe disse**) compete com os bronzes e os vence,(...) | CTB-05579-3-ber-1644|
- (n) Porém o mártir: Não te turbes (**lhe disse**, pondo nele os olhos), que ninguém se levantou contra ti; (...) |CTB-05634-3-ber-1644|
- (o) - Como estás assim (**lhe disseram elas**), quando todas andamos tristes? |CTB-05442-3-ber-1644|
- (p) Dizei (**lhes respondeu**) que vistes em Atenas um homem que entre as mesas e taças não falava. | CTB-05427-3-ber-1644|
- (q) "Debalde rogas (**me responderam os anjos**), porque nenhum dos que aqui estão sairá senão no dia da ressurreição universal". |CTB-05938-3-ber-1644|
- (r) "Teu coração (**lhe disse**) compete com os bronzes e os vence, pois não amas este comum amor nem estimas que te estimem. Sacrifica, te rogo; não aguis nem derrames fel sobre as festas que brevemente esperamos". |CTB-05582-3-ber-1644|
- (s) Soberana e amabilíssima Senhora, que o sois de todo o Universo, e a quem um servo vosso intitulou Livro Novo, aonde Deus por admirável modo escreveu o seu Verbo sem interior obra de mão humana: Liber Novus, in quo inenarrabili modo Deus Verbum citra omnem operam inscriptus est. (Joan Damasc, "orat 2 de Assumpt B V"), recebei, **vos peço** humildemente, debaixo de vosso patrocínio este novo livro que sai à luz e sem ele ficará em trevas. |CTB-05355-3-ber-1644|
- (t) Vossa Mercê lhe dará mil saudades minhas, que enfim ela e outras doutoras, que eu conhecia, me fazem ser mais amargoso estar tão longe de Portugal e o viver entre estas pestes das pestes das mulheres, que às vezes (**me creia Vossa Mercê**), me vem um desejo fortíssimo de não ter conhecido portuguesas, ou ao menos de não ter falado com nenhuma na minha vida.. |CTB-03468-5-aco-1714|

Além das *parentéticas*, registram-se as seguintes sentenças independentes principais V1 com próclises:

(35) Outras sentenças verbo-iniciais com próclises:

- (a) Nascem os homens iguais; um mesmo, e igual princípio os anima, **os conserva**, e também os debilita, e acaba. |CTB-04019-5-air-1705|
- (b) Os Franceses a receberam, **a adoptaram** e a defendem, com a prática e com a doutrina. |CTB-09020-5-gar-1723|
- (c) Carlos tinha velado toda a noite; uma excitação extraordinária **lhe amotinara** o sangue, **lhe desafinara** os nervos. |CTB-09671-6-gtt-1799|
- (d) Vós, mesmos, senhores, conhecesses a força desta máxima; **a adoptastes**, e vós a tendes felizmente praticado. |CTB-09136-5-gar-1723|
- (e) Que Vossa Mercê a goze boa desejo, **mo avise** assi e me mande Vossa Mercê sôbre tudo em que o sirva. |CTB-13063-3-mel-1608|
- (f) Seis mezes andou requerendo entrada, sem achar audiencia; e no cabo o fez ElRey apparecer para ante si com o lavrador: e perguntandolhe, se o conhecia? **Lhe mandou pagar** a pipa, e o vinho em dobro; e todos os custos; e que não **lhe dava** mayor castigo por outros respeitos; mas que advertisse, que em sua cabeça levava a vida, e saude daquelle homem, (...) |CTB-12075-3-mco-1601|
- (g) Oh que espectáculo será apparecer descorôado da mitra, e despido dos paramentos pontificaes diante da magestade de Christo Jesus, aquelle a quem o mesmo Senhor auctorisou com o nome e poderes de seu Vigario, e cuja humana e divina Pessoa representou n' esta vida! O pastor, et Idolum! **lhe dirá** Christo: Tu que foste pastor no nome, e como idolo te contentaste com a adoração exterior que não merecias, dá conta. |CTB-15786-3-vis-1608|
- (h) E a Rainha Dona Felipa de Alencastre, sua mulher, outra que respondia a esta em Inglês que dizia: **Me contenta**. |CTB-10554-3-lob-1579|

Importa lembrar que nas sentenças independentes segundas coordenadas com os conectivos *e* e *mas* se encontra ampla variação próclises/ênclises nos textos. Nas 543 sentenças desse tipo<sup>26</sup>, são 288 ênclises e 255 próclises (proporção de 0,53 ênclises sobre próclises no geral, evoluindo em 0,15-0,74-0,51-0,36-0,48-0,75-0,95 cf. gráfico 13 e tabela 23). G. Menezes<sup>27</sup> mostra que nos textos até o século 17, a colocação do pronome nas segundas coordenadas V1 aparece como efeito da colocação do clítico nas principais: ou seja, ela detecta um *efeito de paralelismo* que influencia a colocação proclítica ou enclítica nestas sentenças. O mesmo efeito poderia estar em jogo nos exemplos (a) a (e) acima (“*um mesmo, e igual princípio os anima, os conserva, e também os debilita*”; “*Os Franceses a receberam, a adoptaram e a defendem*”; “*uma excitação extraordinária lhe amotinara o sangue, lhe desafinara os nervos*”).

Ainda assim, me parece que os dados em (32) a (34) acima representam um problema para a sustentação empírica da restrição ao clítico inicial nos textos médios nos mesmos moldes em que ela é analisada no PE. Pois lembremos que em todos esses ambientes, a ênclise é a opção categórica no sistema português europeu moderno. No corpus, o último exemplo de orações parentéticas V1 com próclises está no texto de Antonio da Costa, autor nascido em 1714; e o efeito de paralelismo nas sentenças segundas coordenadas, segundo Menezes, é menos ativo nos textos a partir da segunda metade do século 18 – e no PE a ênclise será categórica nas segundas coordenadas V1 seja qual for a ordem na sentença principal.

Em vista disso poderíamos procurar argumentos que relativizem essas constatações empíricas iniciais. No caso das sentenças parentéticas, por exemplo, interessa lembrar que já a tradição gramatical observa o uso da próclise nos autores ditos clássicos, e

<sup>26</sup> Sem contar as segundas coordenadas dependentes, que somam 407 casos, com 14 ênclises e 393 próclises (0,03 de ênclises, portanto):

Essa rede há que mandá-la ao Carlos Campos que ma emprestou *e ma pede*.  
|CTB-13554-7-ort-1836|

<sup>27</sup>Menezes, 2002

explica-o como fruto da elisão de um elemento “atrator” da próclise. Neste sentido, em construções como “..., *lhe disse ele*, ...” haveria um *assim* ou *como* “subentendidos”, que explicariam a anteposição do pronome (por exemplo, para Agenor Silveira<sup>28</sup>). É um argumento interessante, mas que foge um pouco da avaliação da restrição ao clítico inicial como fato estritamente fonológico - tal como ela vem sendo descrita no que respeita o PE moderno<sup>29</sup>; pois um elemento atrator *fonologicamente nulo* por hipótese não deveria contar para o apoio do clítico.

De fato, P. Barbosa, por exemplo, considera que o único fato relevante para explicar a posição dos pronomes clíticos no PE é a presença ou ausência de material com matriz fonológica antes do clítico. Argumentando que não há condicionamento sintático na distribuição da ênclise/próclise no PE, ela apresenta<sup>30</sup> uma observação independente importante para fundamentar a restrição no PE nesses termos estritamente fonológicos, e que incide nas sentenças com operadores. Porquanto se pudesse pensar nos operadores como detonadores da próclise (por razões sintáticas ou semânticas), os operadores *nulos* não tornam possível a superficialização de #clV no PE. O exemplo observado pela autora é o contexto de resposta aberta; lembrando que em línguas V2 como o alemão, tais contextos apresentam evidências da presença de um operador nulo (pois a posição fonologicamente nula conta como uma posição sintática, e gera a ordem própria de V2), Barbosa observa que o PE apresenta categoricamente Vcl com operadores interrogativos:

(36) Barbosa (2000), item 30

Viste-a? /\*A viste?

Ou seja: a restrição ao clítico inicial no PE não é sensível à presença de um constituinte

<sup>28</sup>Em Silveira, 1909

<sup>29</sup>Para uma descrição das propriedades fonológicas do PE que se refletiriam na restrição aos clíticos em posição inicial, remeto a Frota e Vigário (1998).

<sup>30</sup> Em Barbosa (2000)

sintaticamente relevante para a posição do pronome se esse constituinte não tem matriz fonológica. Em vista disso, o argumento da ordem #cl-V nas sentenças parentéticas em (32) como licenciadas pela presença de um “*proclitizador oculto*” não seria válido, tendo em vista os fatos descritos para o PE.

No entanto, será bastante interessante observar que o argumento independente lembrado por Pilar Barbosa quanto aos operadores nulos não parece sustentável no caso do sistema médio. De fato, nos textos até o século 17, atesta-se uma profusão de sentenças com pronomes átonos em primeira posição em orações dependentes com complementizador nulo, como nos exemplos abaixo:

(37) Exemplos de Complementizador nulo seguido de próclise:

- (a) No coração de Cristo meto a Vossa Mercê quanto posso, e lhe peço nos guarde a Vossa Mercê por muitos anos, para fazer-lhe muitos serviços. |CTB-07779-3-cha-1631|
- (b) E posso dizer, me sucedeu nela o que ao mestre dos galeões do Porto, que das madeiras, pequenas para os navios grandes, engenha navios pequenos. |CTB-12599-3-mel-1608-0384|
- (c) tinha-a por huma, e fazia crer a desestimava por outra. |CTB-00364-4-ceu-1658|
- (d) e assim, depois de pedir a Vossa Mercê novas suas, com o desejo de que sejam boas e tão seguras como Vossa Mercê merece aos votos de todos, lhe peço, também, me faça Vossa Mercê mandar dizer se será possível alcançar aí, nessa Cúria, a graça de ler livros proibidos sem limitação de tempo |CTB-06027-4-bro-1651|

Notemos, então, que nas sentenças dependentes do sistema clássico, a posição superficial inicial do verbo (portanto, a qualidade não-lexical do complementizador) não impede a próclise. Assim, na grande parte das configurações possíveis nessas sentenças a próclise é generalizada:

(38)

Complementizador-cl-V  
(Complementizador Nulo)-cl-V  
Complementizador-XP-cl-V

Nessa perspectiva se torna talvez mais interessante pensar o argumento da tradição gramatical segundo o qual haveria, nas parentéticas, um elemento proclitizador “*implícito*” antes do pronome. Pois, se de um lado este proclitizador sem matriz lexical

não serviria como apoio do clítico caso a regra que proíbe o clítico em primeira posição fosse considerada nos termos do exemplo (36) acima para o PE, de outro lado poderíamos pensar que no sistema médio, mesmo elementos proclitizadores nulos “contam”. Em vista dos fatos referentes aos complementadores nulos, esta poderia ser uma linha interessante de análise.

De modo oposto, poderíamos prever que a inserção de uma pausa entre um elemento proclitizador e um clítico *ativaria* a restrição \*#cl. Interessará neste caso, então, lembrar que a próclise “obrigatória” nas orações dependentes, esquematizada em (38) acima, encontra algumas exceções. Os casos de ênclises em sentenças dependentes são raros, totalizando 19 itens em um universo de 7.773 sentenças dependentes (e curiosamente, nenhum deles com complementizador nulo)<sup>31</sup>:

(39) Exemplos de ênclises em sentenças dependentes:

- (a) Nas minhas haverá tanta diligência, [que pelo menos **desculpe-me** os meus desconcertos]. | CTB-00953-3-mel-1608|
- (b) Não vê, [que se não tem amor a outrem, tem-no a si] ; [que se não tem ódio ao litigante humilde, tem-no ao poderoso, só porque na opressão deste quer fundar a sua fama]; não vê, que se não tem interesse de alguns bens , tem interesse de algum nome; e se não tem ambição das honras, tem ambição da glória de as desprezar; e finalmente não vê , [que se lhe falta o desejo da fortuna, sobra-lhe o desejo da reputação]. |CTB-00168-5-air-1705|, |CTB-00169-5-air-1705|, |CTB-00170-5-air-1705|
- (c) Temos o exemplo nos mesmos Latinos, [que, quando adoptavam algumas palavras estrangeiras, pronunciavam-nas com a pronúncia romana], e davam-lhe as próprias declinações latinas . | CTB-01217-5-ver-1713|

Seria razoável supor que os exemplos de ênclises em (37) acima se expliquem pela interrupção, por meio de pausa, entre o complementizador e o clítico. De fato um dos critérios importantes na avaliação da gramaticalidade das ordens cl-V ou V-cl no PE é a *pausa na fala*; isto é: em contextos aparentemente “proclíticos”, os falantes tendem a aceitar a ênclise caso haja uma interrupção, ou pausa fonológica, entre o elemento pré-

<sup>31</sup>Saliente-se que assim como a próclises em V1, as ênclises nas dependentes podem ser consideradas exceções de pouca representatividade estatística; ainda assim, é bastante interessante notar que foi mais comum encontrar exceções à restrição ao clítico inicial que exceções à próclise categórica nas dependentes; pois são 19 ênclises no universo de 7.773 dependentes (0,002), contra 33 próclises em 3.928 casos de V1, como vimos (0,014).

verbal e o conjunto clítico-verbo. No entanto, vimos na introdução como o problema dos juízos de gramaticalidade incide na metodologia da pesquisa diacrônica; e aqui me parece que temos um caso especialmente agudo de impossibilidade de transposição de julgamentos subjetivos. Estaríamos baseando a análise dos dados na avaliação da sensibilidade do clítico a uma alteração eminentemente fonológica – portanto, incidente na fala – o que se torna complexo quando trabalhamos com textos escritos, e sem a ferramenta da intuição dos falantes.

O fato empírico objetivo que temos neste momento é a constatação de que se atestam, nos textos clássicos, casos de próclises em ambientes nos quais a ênclise é a opção esperada no PE, em vista de uma restrição de ordem fonológica que opera nesse sistema moderno. Podemos explicar este fato de diferentes formas – por exemplo recorrendo ao problema da *pausa* ou dos proclitizadores *elididos* –, mas este não é o aspecto mais importante desta argumentação.

Aqui se trata de estabelecer um *parâmetro empírico* para descrever os dados XV, com base no que se atesta nas ordens lineares #V.

Penso ter demonstrado, crucialmente, que tendo em vista o que se documenta em ambientes #V nos textos médios, a próclise não é necessariamente indicadora da posição estrutural interna dos elementos pré-verbais nas ordens XV.

Voltando aos nossos casos de adjunção potencial, isso significa dizer que a ocorrência de próclises nas construções Oração-V (e como veremos, Complementos Retornados-V) não invalida a hipótese de que essas construções representem adjunções – ou seja, ocupação de uma posição externa à frase. Ou seja, quanto à relação entre a colocação de clíticos e a estrutura de adjunção aqui proposta, a descrição empiricamente adequada pode ser a seguinte: a todo XVcl corresponde uma estrutura de adjunção (X#V), mas a XclV, pode ou não corresponder uma estrutura de adjunção.

É importante ressaltar que a proporção de ênclises é mais elevada que a de próclises nas

construções que provavelmente configuram adjunções<sup>32</sup>. Em outras palavras, a hipótese dá conta da grande maioria dos dados sem causar problemas para a restrição ao clítico inicial. Quanto aos casos problemáticos, argumentarei, nos capítulos subseqüentes, que uma propriedade da escrita clássica está na raiz do enfraquecimento da restrição de Tobler-Musafia nesses textos.

Até este momento, portanto, vimos que os constituintes provavelmente adjuntos compartilham alguns aspectos gerais: são *pouco freqüentes* em relação ao total de dados; apresentam variação ênclises/próclises *idiossincrática e ampla*; e são generalizadamente enclíticos *já no século 17*. Em seguida veremos que estas características são também presentes em construções que interpreto como adjunção de argumentos do verbo.

## 2.1.4 Adjunção e Argumentos

Como vimos, também os argumentos pré-verbais podem estar envolvidos na configuração de adjunção à frase. Entretanto, nesses casos há que se garantir o estabelecimento de uma relação entre o XP adjunto e o argumento do verbo no interior da sentença. A literatura oferece diferentes implementações formais para estruturas dessa natureza, que não detalharei aqui; preocupo-me, no momento, em considerar a característica fundamental das estruturas de adjunção a que me refiro: a relação estabelecida entre o par adjunto-frase remete a uma relação Tópico-Comentário na qual a predicação opera para além dos limites estabelecidos na sintaxe estrita entre o verbo e seus argumentos<sup>33</sup>.

(40) [adjunto X ]-tópico # [ sentença ... Y ...]-comentário

<sup>32</sup>O volume de casos que se configuram problemáticos em vista da restrição ao clítico inicial é baixo: somando-se as ocorrências de próclises nos ambientes Oração-V (89 dados), Retomados-V (15 dados), #V (parentéticas, 33 dados), temos 137 dados – ou seja, 0,05 do total de independentes principais. Somando ainda as coordenadas “V1” (255), teremos 392 dados (0,09 do total de independentes). As duas somas (529 dados) equivalem a 0,03 do total de dados geral (13.841).

<sup>33</sup>Podemos remeter ao contraste *predicação vs. Predicação*, como lembra Duarte com base em Chomsky

A restrição mais geral que precisa ser satisfeita nesses casos é a da *referencialidade* dos argumentos adjuntos. Na linha aberta por P.Vallduví e G.Cinque, a relação entre o argumento adjunto e o argumento na frase é garantida por uma operação de predicação que relaciona [X] adjunto a uma categoria sintática no interior da sentença graças às propriedades de referencialidade de X. As propriedades semântico-discursivas da referencialidade exigida nesses casos são também objeto de diferentes propostas na literatura. No limite, a relação de predicação entre o elemento adjunto e a categoria co-referente na oração só pode ser estabelecida dada a referencialidade “*intrínseca*” de X; construções dessa natureza só estariam disponíveis para elementos cuja referência é garantida no discurso (ou “*D-linked*”, nos termos de Vallduví):

(41) [adjunto  $X_{REF}$ ]-tópico # [sentença ...  $Y_{REF}$  ...]-comentário

onde X é um NP referencial  
(talvez, D-linked)

Garantida a propriedade referencial de X adjunto, a relação entre este elemento adjunto e a posição sintática no interior sentença é estabelecida por uma operação de predicação que relaciona o elemento externo ao elemento co-referencial (ou seja, co-indexado no discurso) que ocupa esta posição sintática.

A rigor, de fato, será correto dizer que o adjunto da sentença é relacionado ao sujeito ou ao complemento da frase graças à co-referencialidade que se instancia entre o adjunto e uma categoria sintática (Y, acima) que já estabeleceu, no predicado sintático, as relações argumentais e casuais devidas:

(42) [  $X_{REF-i}$  ] # [ sentença ...  $Y_{REF-i}$  ... ]

Onde Y é uma categoria sintática na posição de argumento

No caso do português, portanto, trata-se aqui do tipo de relação que se estabelece entre tópicos e sujeitos resumptivos descritas por H. Britto para o PB<sup>34</sup>; ou das relações

<sup>34</sup> Remeto sobretudo a Britto, 1998

estabelecidas nas construções de *topicalização* descritas por Inês Duarte para o PE<sup>35</sup>:

(43) Exemplos de construções aqui interpretadas como adjunções X#:

*As topicalizações do PE (Duarte, 1986)*

- (a) Bom... praias, adoro a Arrábida (Duarte, 1986:73#4b)
- (b) A Maria, encontrei ontem aquele amigo dela que faz cinema (Duarte, 1986:73#4b)
- (c) (...) eu... medicina privada realmente não me interessa (Duarte, 1986:73#4c)
- (d) ... os gerentes, trata-os como se fossem míseros contínuos (Duarte, 1986:73#5a)
- (e) Ao teu amigo, ainda não lhe pagaram os direitos de autor... (Duarte, 1986:73#5b)
- (f) A esse político podes crer que não dou meu voto (\_-). (Duarte, 1986:73#7c)

Quanto às propriedades de Y, ou seja, o constituinte sintático interno a que o adjunto se coindexa, observa-se que ele pode ser um constituinte lexical ou uma categoria vazia, a depender da construção e do sistema. Para as construções de topicalização no PE, I. Duarte estabelece uma escala em função do grau de conectividade sintática entre o tópico e a categoria sintática a ele remetente; os exemplos acima retomam essa idéia, mostrando casos de *tópico pendente* (exemplos (a), (b)), *tópico pendente com retomada clítica* (exemplo (c)), *deslocada clítica* (exemplos (d),(e)), *topicalização marcada* (f). As construções de tópico pendente seriam aquelas com a relação mais “*solta*” (em termos sintáticos, ou seja, de conectividade casual, etc.) entre X-tópico e Y-comentário; as topicalizações marcadas exemplificariam as relações mais estreitas entre os dois (e nelas, Y comentário é uma categoria vazia). No *Corpus* deste estudo (que, lembro, se limita às sentenças com clíticos) atestam-se construções de tópico pendente com retomadas clíticas e também deslocadas clíticas (voltaremos mais adiante a essas últimas), tais como exemplificadas abaixo:

(44) Exemplos de tópico pendente com retomada clítica e deslocadas clíticas:

*Tópico pendente com retomada clítica:*

<sup>35</sup>Remeto sobretudo a Duarte, 1986

- (a) Eu, que não perdia com os olhos um só movimento dos que os seus faziam, me pareceu tudo o que tinha visto sombra da graça e brandura com que falou com uma voz tão fina que penetrava o interior do coração e tão suave que o desfazia, e com uma modéstia tão grave que não dava lugar a se pôrem nela os olhos diretamente, senão com um respeito armado de receios. |CTB-108382-lob-1579|
- (b) O valor falta-lhe a alma , se lhe falta a vaidade , o braço logo fica sem vigor , e sem alento o peito : no perigo em que não há vaidade , a natureza só se lembra do horror da sua ruína. |CTB-00140-5-air-1705|
- (c) A Rainha, que ia algumas jornadas diante, deram-lhe as dôres do parto de noite, e dizem algumas pessoas, que parira uma filha; e porque sabia o grandes desgosto, que o Magor disso havia de ter, receando que lhe viesse tomar avorrecimento, fiando-se de uma pessoa sua, sabendo que aquela mesma noite parira a mulher de um Cornacá ( que são os que governam os alifantes, de alguns que levava ) um filho macho, mandou com muita pressa, e em muito segredo, trocar a filha com êle; e afirma-se, que nem a mulher do Cornacá soubera da troca, porque quasi foi no mesmo instante, que acabara de parir. |CTB-00489-1-cou-1548|
- (d) O Secretário pareceu-lhe logo aquilo lanço de homem confiado, e desembarcou em terra, onde o Capitão o esperou, e o recebeu bem, e dali se foi pera casas, que estavam já despejadas pera êle. |CTB-004971-cou-1548|

*Deslocadas clíticas (CLLD):*

- (e) A São Mateus mudou-lhe o livro das contas pelo do Evangelho. |CTB-00296-3-ber-1644|
- (f) Ghilarducci, ouvi-o tocar um concerto de solos em Santiago dos Espanhóis; toca tão mal, que será mal empregado gastar tempo com êle; ali não há tempo, nem medida de nenhuma casta; os outros já lá se entendem com êle, e lá o vão seguindo como podem; a afinação é coisa horrenda; dizia um sapateiro de Lisboa que estava ao pé de mim: " Ai ..." |CTB-00049-5-aco-1714|

As construções de topicalização do tipo descrito acima podem envolver sujeitos e complementos na configuração X#V. Também as topicalizações marcadas são atestadas, no PE, para sujeitos e complementos – que nesses casos remetem a categorias vazias na frase: o sujeito nulo e o objeto nulo<sup>36</sup>.

Observe-se, entretanto, que quanto aos sujeitos há propostas segundo as quais, nas línguas de sujeito nulo, *todo sujeito lexical pré-verbal* é um adjunto que está em relação de predicação com a categoria vazia sujeito no interior da frase (portanto, não só os

<sup>36</sup>Ver Raposo (1996) para as relações de predicação estabelecidas pelo objeto nulo no PE.

*topicalizados* nesse sentido mais estrito). É o caso das análises de P. Barbosa para o PE, por exemplo. Discuto mais à frente as questões envolvendo adjunção e sujeitos.

Neste trabalho não pretendo detalhar formalmente a estrutura da adjunção de argumentos. Assumirei que esta será uma estrutura na qual um NP referencial que ocupa uma posição externa discursivamente codificada (provavelmente, para tópicos) é co-referente a um argumento do verbo. Ou seja, em que o *tópico da frase* está externo e coincide com o *sujeito gramatical* ou o *complemento do verbo* (no interior da frase-comentário). Assumirei ainda que no sistema médio os adjuntos que coincidem com os complementos do verbo remetem a pronomes (tipicamente, clíticos, nas CLLD) ou por um elemento vazio (nos sistemas que possibilitam o objeto nulo); e que os sujeitos adjuntos podem remeter ao sujeito nulo no interior da frase.

A questão nesse momento, portanto, é de ordem *empírica*: preocupo-me aqui em identificar as ordens Complemento-V e Sujeito-V que podem representar adjunções. Fundamentalmente, considerando que os argumentos referenciais do verbo podem ser adjuntos se for possível estabelecer uma relação de predicação com um constituinte co-referente no interior da sentença, admitirei que as ordens Complemento-V com retomada clítica indicam a adjunção do complemento pré-verbal. E tendo em vista os padrões de colocação pronominal nesses e nos demais casos de adjunção, considerarei que as ordens Sujeito-V *com ênclises* indicam a adjunção do sujeito pré-verbal nos textos médios. Comento a seguir com maior detalhe as construções de adjunção de complementos (ou seja, retomadas clíticas); são casos relevantes, em termos empíricos, para compreendermos determinadas propriedades da alternância na posição dos clíticos. Depois disso, em 2.1.3.2, discutirei a questão da adjunção de sujeitos.

#### 2.1.4.1 Adjunção e Complementos: fatos empíricos

Face ao que se expõe acima sobre as condições para a adjunção de argumentos, trabalharemos com hipótese de que só é possível pensarmos em adjunção com

complementos *retomados* no interior da sentença. Quanto aos complementos pré-verbais *não-retomados*, considerarei que estarão sempre fronteados (ou seja, movidos para a posição pré-verbal interna à frase):

(45) As ordens Complemento-Verbo e a hipótese X#V - #XV

Complemento não retomado = #XV

Complemento Retomado = X#V (adjunção – CLLD)

Ressalte-se que não há um volume de dados significativo de sentenças com complementos pré-verbais, sejam ou não retomados: são ao todo 101 sentenças (ou seja 4% dos dados em principais), distribuídas em 0,05-0,05-0,07-0,05-0,02-0,01-0,04 ao longo dos sete períodos (a tabela 28 mostra os números de complementos retomados e não retomados em cada quarto de século, e o gráfico 14 mostra a proporção de Complemento-V em qualquer configuração em relação ao universo de sentenças principais). Entretanto, malgrado a pouca quantidade de dados, alguns fatos interessantes podem ser observados quanto à tendência da construção Complemento-V no eixo do tempo, à luz das proporções de retomada e não-retomada, e da posição dos clíticos.

Antes de tudo, os padrões de frequência das sentenças com complementos pré-verbais podem representar evidências empíricas interessantes sobre a questão da colocação pronominal nos textos. Pois note-se que nas construções sem retomada, a próclise é a única opção em todo o período (são ao todo 55 casos, todos com próclises, cf. gráfico 15). Já nos casos de complementos pré-verbais retomados (46, cf. Gráfico 16), atesta-se a alternância, com 25 ênclises para 21 próclises.

Vamos olhar mais de perto a alternância próclises-ênclises nesse ambiente *Complemento Retomado-V*. As construções com ênclise, comuns a todos os períodos exceto a segunda metade do século 16, são exemplificadas abaixo:

(46) Exemplos de Complemento-Vcl com retomada:

Século 17:

- a) A mim e a outros tais, toca-nos chorar e pedir a Deus mova os que sabem e podem, e talvez porque não querem, usam mal do que podem e peor do que sabem; e como eu não tenho serventia para nada disto, não me meto em nada mais que em rogar a Deus comunique seu espírito aos que são cabeças e braços de religião. |CTB-00457-3-cha-1631|
- b) A José deu-lhe Jacob por benção, que crescesse: Filius accrescens Joseph, filius accrescens: A Ruben deu-lhe Jacob por benção, que não crescesse: Ruben primogenitus meus non crescas. |CTB-01403-3-vis-1608|; |CTB-01404-3-vis-1608|

Século 18:

- c) A uns levava-os, ou a prudência, ou a política humana: a outros arrastava-os, ou a emulação, ou a cobiça, cedendo tudo em ruína espiritual dos Portugueses, e estrago dos Índios. |CTB-00025-4-aba-1675|; |CTB-00026-4-aba-1675|
- d) A um meu amigo perguntaram-lhe como faziam lá os homens quando se faziam calvos ? |CTB-00057-5-aco-1714|

Século 19:

- e) A mim faz-me o efeito de desaparecer metade da sociedade de Lisboa. |CTB-01004-7-ort-1836|
- f) A este pedia-lhe instantemente que me desse informações. |CTB-01060-7-ort-1836|

Listo a seguir a totalidade dos casos de complementos retomados seguidos de próclise<sup>37</sup> :

(47) Ordens Complemento-clV com retomada (total de casos):

Século 16, 1ª metade:

- a) Aos Turcos lhez pezou muito da morte de Dom Christovão, porque desejavam de o levarem de presente ao Grão Turco, pelo valor, e esforço da sua pessoa; mas sua alma santissima foi-se

<sup>37</sup> Observe-se que além destes 17 casos com a configuração (X)-Retomado-clV, há ainda quatro casos com a ordem Retomado-X-clV. Nessa configuração a próclise é facilmente interpretável como relacionada ao constituinte que imediatamente antecede o verbo:

(a) He a guerra hum de tres açoutes, com que Deos castiga peccados neste mundo já o disse: e porisso traz consigo grandes trabalhos, assim para quem a faz, como para quem a padece; e hum dos mayores he o dos latrocinios, e pilhagens, que de parte a parte, e ainda entre si as partes exercitam. |CTB-3-12005-mco-1601|

(b) Como se póde fazer, já o disse no capitulo precedente: como se deve executar direy agora, para que as unhas militares não desbaratem, e malogrem milhoens de ouro, que nella se empregão. |CTB-3-12025-mco-1601|

(c) O que lhe ela fora, assaz to tenho explicado, leitor amigo e benévolo: o que lhe ela será ... |CTB-6-09688-gtt-clV|

(d) O mais belo contudo de seus ornatos e glórias suburbanas ainda o possui a nobre vila, não lho destruíram de todo; são os seus olivais. |CTB-6-09796-gtt-1799|

apresentar na Glória, diante do dador dela, banhada no fresco sangue de seu glorioso martírio, porque entrou formosa, e triunfante aonde recebo a coroa aureola, que está guardada pera todos os que morrerem por sua Fé, honra, e serviço. |CTB-08424-1-cou-1548|

#### Século 16, 2ª metade:

- b) - A mi me parece (disse Leonardo) que os atributos mais importantes ao Embaixador, e que sempre nêde devem andar anexos, são esforço e entendimento, que são como dois eixos em que se resolve o maior pêso e sustância das cousas do Estado; o que se colhe dos exemplos que dissestes e de outros muitos; porque o esforçado e entendido em nada falece, nem àquilo a que seu Rei o manda, nem ao que a si mesmo deve, nem à ocasião de que se pode aproveitar, como aconteceu a Pompílio, Embaixador a el-Rei Seleuco, sôbre conservar amizade com os Romanos, ou romper com êles guerra: que respondendo o Rei que se aconselharia devagar no que lhe estava melhor, e entendendo o Romano que aquela dilação se fundava em fraqueza e cautela, com o bordão que trazia fêz um círculo na terra, em que Seleuco ficou metido, dizendo-lhe que antes que dêle saísse se havia de determinar na reposta de sua embaixada; e com isto obrigou ao Rei a aceitar a paz que lhe requeria. |CTB-10736-2-lob-1579|
- c) - A mi me parece (respondeu Leonardo) que vós tinheis mui boa razão se a não guardáreis para tão tarde; porém, em a noite de amanhã se lhe fará justiça, que nesta é razão que se dê ao hóspede lugar conveniente para o repouso, pois há-de ir à Cidade e voltar no mesmo dia. |CTB-11018-2-lob-1579|
- d) - A mi me parece outra coisa (disse Solino) em razão daquele provérbio: Antes asno que me leve que cavalo que me derrube. |CTB-10773-2-lob-1579|
- e) - A mim me parece (tornou Leonardo) que os títulos é cousa conveniente e necessária; usados porém com moderação conforme ao que tenho dito; que notícia vulgar é ser um homem conhecido por o senhorio e cargo que tem; e assim se há-de escrever de cada um o cargo que tem, e por onde é mais conhecido. |CTB-10536-2-lob-1579|
- f) - A mi me parece bem (disse Solino) a razão do Licenciado, que o Doutor tinha jeito de meter os louvores de uma dama em exemplos caseiros, chamando-lhe fresca como o seu pomar, linda como o seu jardim, clara como a sua fonte e alta como as suas faias; e como os amantes, para encarecer, se não contentam com pouco, todos chegam ao que pode ser: todo o branco é cristal e diamantes; o côrado, rosas e rubis; o verde, esmeraldas; o azul, safiras, e o amarelo, ouro e jacintos; e até as mães dos mininos, a que naturalmente têm excessiva amor, não lhes sabem chamar pouco: quando os tomam nos braços, logo os intitulam de meu duque, meu marquês, meu conde; nas pedras, meu diamante, e, nas flôres, meu cravo e minha rosa; quanto mais louvando mulheres, a quem todo o encarecimento fica curto e envergonhado pola fôrça com que têm cativos os sentidos e as potências dos que hão-de falar nelas. |CTB-10858-2-lob-1579|
- g) E que vai nisso? - disse o Arcebispo. - a mi me vai muito (tornou ele), que tenho pai em casa, que pelejará comigo; e tão bom dia se não forem mais que brados. |CTB-1399-2-sou-1556|

#### Século 17, 1ª metade:

- h) Ao senhor Embaixador e a mim nos pareceu que assim estas libras, como as mil e quinhentas, haviam de ser das desta terra, e conforme a esta inteligência pagou Sua Excelência umas, e eu mandei suprir as outras com a segunda letra do ajustamento, que lá haverá chegado. |CTB-15039-3-vic-1608|
- i) A mi me encaminhe Deus com eles e vos guarde como desejo. |CTB-12651-3-mel-1608|

#### Século 17, 2ª metade:

- g) Sobjeitaraõ-se as Religiosas, já à sua persuuaõ, já ao seu imperio, que animos nobres, fazem mais apreço do rendimento, que da vontade; às que não contradiziao estimaua a sobjeiçaõ, as que se escuzavaõ por não terem com que comprar os habitos lhos offerencia, que ao seu grande animo não limitavaõ taõ poucas somas. |CTB-06861-4-ceu-1658|

- h) A huma pessoa grande que lhe comunicou o intento que tinha na escolha de marido, para a herdeyra de sua caza, a persuadia que mudasse de intento, e excluindo ao que se inclinava, e abraçando ao que excluia; leuouse a pessoa do seu parecer, desprezando o conselho, e ao depois lhe mostrou a experiência muyto à sua custa, o como os da serva de Deos eraõ illustrados. |CTB-06810-4-ceu-1658|

(48) Ordens X-Complemento –clV (com retomada):

Século 17, 2ª metade:

- a) Seja o que fôr, a mi me está tão bem que Vossa Mercê me tenha em boa conta, que não determino por agora mostrar a Vossa Mercê que tem errado as contas no caso que faz de mi. |CTB-3-12784| [mel-1608]
- b) Em Santo Agostinho a agudeza nos argumentos, lha conservou contra os hereges. |CTB-05559-3-ber-1644|
- c) Assim em São Guilherme, duque de Aquitânia, as grandes forças e braveza de ânimo que tinha para insultos lhas deixou para extraordinárias penitências. |CTB-05558-3-ber-1644|
- d) Assim como os pés se chamam plantas, assim às pégadas lhes quadra bem o nome de raizes. |CTB-15728-3-vis-1608|
- e) Por isso aos Anjos lhes sobejam para explicar-se os conceitos, porque tem mais fino metal de juizo que os homens. |CTB-12931-3-mel-1608|

A proporção de ênclises em relação a próclises com complementos retomados pré-verbais progride em 0,00-0,00-0,68-0,67-1,00-1,00 (cf. gráfico 17). Ou seja, as ocorrências de próclises estão concentradas nos textos representativos dos séculos 16 e 17; na segunda metade do 17 e primeira do 18, predomina a ênclise; e nos textos da segunda metade do 18, a ênclise já é a opção categórica.

Se sustentamos que toda construção Complemento-V com retomada corresponde a um complemento adjunto (*ie.*, externo), a alternância na posição do clítico não seria esperada nesse ambiente, em função da restrição ao clítico em posição inicial (a exemplo do que discutimos acima em 2.1.2 ). Podemos atribuir a ocorrência de próclises com complementos retomados ao enfraquecimento da restrição ao clítico inicial nos textos

do 16 e 17<sup>38</sup>, na mesma linha de como explicamos, anteriormente, os casos de próclises com Oração-V, por exemplo. Alternativamente, seria possível argumentar que também nestas sentenças o complemento é *interno* à sintaxe, apesar da retomada – ou seja, a rigor não se tratariam de retomadas, mas de construções de *redobro clítico*. Seria uma boa explicação para a próclise nestes casos, uma vez que no redobro clítico a relação entre o pronome e o SN complemento é estabelecida no interior da frase (portanto, não estaria em jogo a posição do clítico na fronteira da oração)<sup>39</sup>.

O ponto de maior interesse na avaliação da alternância ênclises-próclises com complementos pré-verbais, no entanto, não me parece ser a ocorrência de próclises com retomados, mas sim o fato de não se atestarem ênclises com complementos não-retomados nos textos pesquisados:

(49) Ordens Complemento-V atestadas e não atestadas [ (\*) ]:

- (a) A mim me parece ~ A mim faz-me o efeito  
complemento retomado-clV ~ complemento retomado-Vcl

mas

- (b) Isto me agradeceu a estrangeira - (\*) "Isto agradeceu-me a estrangeira"  
complemento retomado-clV ~ (\*) complemento retomado-Vcl

Lembrando que nossa hipótese é que aos complementos retomados pode corresponder uma estrutura de adjunção X#V, mas (crucialmente) aos elementos não-retomados não pode corresponder uma estrutura de adjunção X#V, em termos esquemáticos, as

<sup>38</sup>Um fato que parece importante ressaltar é que no texto de Rodrigues Lobo (n.1579), a ordem Retomado-V só é registrada com próclises; e em 5 dos 6 casos trata-se da mesma construção: A mi me parece. Não encontrei nos textos casos de "A mim parece-me", para poder contrastar a expressão; mas a seqüência ordenada das cinco frases de Lobo me levam a dizer que não é seguro, a partir destes dados, analisar a *próclise com retomadas* como fato generalizado no sistema clássico em contraste com as ênclises. No Capítulo II irei mostrar que, na caracterização que proponho para os textos do Corpus quanto ao estilo literário, o texto de Rodrigues Lobo possui características muito especiais que recomendam uma mediação na interpretação de seu padrão de frase.

<sup>39</sup>Sobre as construções de redobro nos textos deste Corpus – mais especificamente, nos casos do acusativo preposicionado, como (47h) – remeto a Gibrail, 2003.

seguintes opções se configuram (a partir de uma sentença hipotética com dois complementos do verbo, “Deu a benção a José”):

(50) Esquema - Complemento não-retomado-V:

“Deu a benção a José” >

(c) A José deu a benção >

A José a deu

(\*) *A José deu-a*

# [A José<sub>i</sub> a<sub>i</sub> deu t<sub>i</sub>]

e não: [A José<sub>i</sub>], # [a<sub>i</sub> deu ],

[A José ], # [deu-a<sub>i</sub> ]

(a) A benção deu a José >

A benção lhe deu

(\*) *A benção deu-lhe*

#[A benção<sub>i</sub> lhe<sub>j</sub> deu t<sub>i</sub>]

e não: [A benção ], # [lhe<sub>j</sub> deu ],

[A benção ], # [deu-lhe<sub>j</sub> ]

Nos exemplos acima o complemento que aparece pré-verbal não remete ao pronome clítico; em (a), está frontado o complemento dativo, e o complemento acusativo é o clítico; em (b), o oposto. São as construções “sem retomada”; consideramos que nesses casos, não está em questão a estrutura de adjunção. Já nas construções “com retomada”, teríamos:

(51) Esquema - Complemento retomado-V:

“Deu a benção a José” >

(b) Deu-a a José.

A benção deu-a a José ~

A benção a deu a José

[A benção]<sub>i</sub>, # [deu-a<sub>i</sub> a José]<sub>j</sub> ~

[A benção]<sub>i</sub>, # [a<sub>i</sub> deu a José]<sub>j</sub> ]

e não: #[A benção<sub>i</sub> deu-a<sub>i</sub> a José<sub>j</sub> ],  
#[A benção<sub>i</sub> a<sub>i</sub> deu a José<sub>j</sub> ]

(c) Deu-lhe a benção.

A José deu-lhe a benção ~

A José lhe deu a benção

[A José<sub>j</sub>]; #[ deu-lhe<sub>j</sub> a benção<sub>i</sub> ] ~

[A José<sub>j</sub>]; #[ lhe<sub>j</sub> deu a benção<sub>i</sub> ]

e não: #[A José<sub>j</sub> deu-lhe<sub>j</sub> a benção<sub>i</sub> ],

# [A José<sub>j</sub> lhe<sub>j</sub> deu a benção<sub>i</sub> ]

Nos exemplos acima, temos evidência de que os XP complementos pré-verbais estão adjuntos, uma vez que no interior da frase, as entradas para complementos estão esgotadas – no exemplo (a), o XP é co-referencial ao clítico acusativo; em (b), ao clítico dativo<sup>40</sup>. Voltando à questão da *posição* dos clíticos, já observamos que nos casos como (51) – ou seja, sem retomada – não se atesta no corpus a ocorrência de ênclises; e com casos como (52), com retomada, atestamos alguma alternância.

Portanto, em termos empíricos, podemos dizer agora que embora a próclise não seja indicadora da posição inicial dos sintagmas pré-verbais, a ênclise o é, já que no ambiente Complemento-V, não se atesta a ênclise quando o complemento pré-verbal é por hipótese *interno*. Note-se que a hipótese da posição interna dos complementos não-retomados não faz referência à posição do clítico; assim, temos aqui um ambiente sintático que representa uma indicação empírica importante da relação entre a ênclise e a posição externa *independentemente* do estatuto da restrição ao clítico inicial.

Em vista disso considero ser empiricamente justificado afirmar que no corpus considerado, a ênclise aparece como ordem característica das estruturas verbo-iniciais

<sup>40</sup>Importa salientar, como já observei, que nos casos como (52b) – ou seja, retomada com complementos *dativos* – podemos estar diante de construções de redobro clítico, portanto, sem adjunção (com o esquema: “# A José-j lhe-j deu a benção”). Não me parece que isso prejudique a constatação empírica principal neste momento, que é a próclise categórica nos casos em que o XP complemento pode ser interno.



podem estar na posição interna ou externa. Mas enquanto no caso dos complementos, a retomada por um elemento lexical resolve a ambigüidade das construções de adjunção e fronteamento, não podemos contar com isto quanto aos sujeitos – que por hipótese, quando em adjunção, são retomados por categorias vazias. Em termos estritamente empíricos, é impossível saber, portanto, se a exemplo do que acontece com os complementos, ao medir o crescimento da ênclise em SV estamos também misturando sujeitos fronteados com sujeitos adjuntos.

Uma boa maneira de compreender o que acontece no ambiente SV é comparar as freqüências de SV com ênclises e próclises com as tendências apresentadas pelas construções XV em que temos melhores evidências quanto à posição de X. Na seção a seguir, abordo o problema do estatuto das ordens SVcl (ou seja, das construções com sujeitos pré-verbais seguidos de ênclises); em vista do fato de que só atestamos ênclises com os complementos referenciais que podem ocupar a posição externa (ou seja, *não atestamos a ênclise com os complementos que não podem ocupar a posição externa*), partiremos da hipótese de que aos sujeitos seguidos de ênclises também corresponde uma estrutura X#V nesse sistema. Veremos como isso se justifica empiricamente nos dados; quanto aos sujeitos com próclises, como veremos em seção posterior, esta seria a mais ambígua das ordens documentadas.

#### 2.1.4.2 Adjunção e sujeitos: fatos empíricos

Do ponto de vista empírico, as construções Sujeito-V apresentam características em comum com as demais construções XV no que se refere à evolução dos padrões de colocação de clíticos, até os textos representativos da primeira metade do século 18. Nesta seção, defenderei que os padrões de freqüência das construções SV com ênclises permitem interpretá-las na mesma perspectiva que as construções de adjunção de que já tratamos (mais adiante defenderei que os padrões de freqüência das construções SV com próclises são comparáveis aos das demais ordens XclV nesse período).

Como vimos, a adjunção do tipo que aqui propomos pode também, em tese, envolver sujeitos; nas línguas de sujeito nulo, ele seria retomado no interior da frase pela categoria vazia correspondente. Já mencionei brevemente, também, que há diferentes formas de abordar esta propriedade “externa” dos sujeitos. A construção S-V com sujeito adjunto pode ser interpretada como restrita a um caso especial de SV – uma *topicalização* do sujeito; ou melhor dito, nestes casos S#V é uma topicalização como as outras, mas o tópico coincide com o sujeito sintático. Esta é a estrutura que entendo corresponder às ordens S#V no sistema clássico.

Outras análises têm considerado que, nas línguas de sujeito nulo, o sujeito lexical deve ser explicado sempre fundamentalmente como externo<sup>41</sup>. No caso do PE, a abordagem dos sujeitos lexicais pré-verbais como externos à sentença tem sido tomada em conjunto com outras propriedades da língua, como a proibição ao clítico em primeira posição e a obrigatoriedade da ênclise com sujeitos referenciais. Considerando o conjunto desses fatores, algumas análises propõem que o sujeito sempre externo no PE moderno explica a obrigatoriedade da ênclise em SV nessa língua, e ao mesmo tempo é evidenciado por esta obrigatoriedade. Pois, tomando como central a proibição ao clítico em primeira posição de sentença, conclui-se que toda seqüência Vcl é uma seqüência verbo-inicial – o que então deve incluir SVcl.

Será importante resumir em linhas gerais o debate apresentado na literatura sobre o PE, para mais adiante explicitar a singularidade dos fatos atestados nos textos médios em relação a esta gramática moderna. Há uma vasta gama de propostas para explicar sintaxe dos sujeitos e da colocação pronominal no PE, e que podem ser separadas em dois grandes grupos: as interpretações fortemente fonológicas (nas quais a enclitização é superficial ou tardia, e opera na interface com a fonologia); e as interpretações sintático-fonológicas (nas quais a enclitização pode ser mais ou menos profunda, mas

<sup>41</sup>cf. entre outros, Torrego 1994 para o castelhano, Vallduví 1992 para o catalão, Cinque 1990 e Rizzi 1997 para o italiano, e Barbosa 2000 para o PE

opera ainda no plano da sintaxe). As mais importantes análises de cunho fortemente fonológico para a ênclise no PE são as de Pilar Barbosa<sup>42</sup>, que conceituam a ênclise do PE fundamentalmente como fruto da restrição fonológica ao clítico em primeira posição. Nessa perspectiva, a enclitização em si se daria em uma etapa pós-sintática: isto é, uma operação na interface fonologia-sintaxe impedirá que ele se superficialize no lugar em que tinha sido posicionado pela sintaxe (chamemos isso de encliticização *superficial* ou *tardia*). De outro lado, estão as interpretações que conceituam a ênclise como fenômeno também sintático, e não inteiramente explicável pela fonologia, como as de Charlotte Galves, Ana Maria Martins, Eduardo Raposo, Inês Duarte, Gabriela Matos<sup>43</sup>. As propriedades sintáticas que condicionam a colocação pronominal variam em cada uma dessas propostas; a enclitização em si pode se dar em diferentes etapas da derivação – mas se dá, em todo caso, na sintaxe. Pode ser em uma etapa elevada da derivação, via movimento de núcleos já na periferia esquerda da estrutura (caso das propostas de Martins e Raposo, com implementações muito diferentes, como se verá); ou em uma etapa mais “*profunda*” na gramática, ainda no nível lexical (como propõem Galves e também Duarte e Matos, embora, novamente, com implementações muito distintas).

O que se torna relevante destacar aqui são alguns aspectos que vêm sendo colocados em cheque na explicação da ênclise no PE como fruto da restrição #cV (*encliticização tardia*, na interface com a fonologia); alguns autores têm apresentado evidências importantes, seja em termos sintáticos, seja discursivos, de que os sujeitos no PE não ocupam a mesma posição que os tópicos deslocados à esquerda<sup>44</sup>. Um dos argumentos empíricos fortes é trazido por J. Costa<sup>45</sup> ao mostrar que no PE as construções com “*duplo*

<sup>42</sup> Faço referência fundamentalmente a Barbosa 1995, 1996, 2000

<sup>43</sup> Aqui se seguem fundamentalmente Galves 2000, Raposo 2000, Martins 2000, Duarte e Matos 2000.

<sup>44</sup> Vão nesta linha Costa (1998, 1999), Costa e Galves (2000), e Costa e Duarte (2002).

<sup>45</sup> Em Costa (1999)

tópico” são marcadas; mas as construções com um tópico e um sujeito, não:

(53) XX-V no PE, segundo Costa (1999):

- |     |                           |                         |                |                  |
|-----|---------------------------|-------------------------|----------------|------------------|
| (a) | <u>Com o Pedro</u>        | <i>o Paulo</i>          | falou          | sobre o big bang |
| (b) | <u>Sobre o big bang</u>   | <i>o Paulo</i>          | falou          | com o Pedro      |
| (c) | * <u>Sobre o big bang</u> | <u>com o Pedro</u>      | <i>o Paulo</i> | falou            |
| (d) | * <u>Com o Pedro</u>      | <u>sobre o big bang</u> | <i>o Paulo</i> | falou            |

Tais contrastes mostrariam que sujeitos e tópicos deslocados não ocupam a mesma posição na estrutura da sentença (*ie.*: adjunção à esquerda): ao contrário, apenas os PPs em (a) e (b) estariam adjuntos à esquerda, e o sujeito ocuparia uma posição interna na frase. Seja qual for esta posição, note-se crucialmente que deve ser uma categoria que não pode ser ocupada por outro PP adjunto, como mostra a impossibilidade de (d) e (e). Da forma como o entendo, a importância desses contrastes é mostrar que o sujeito em SVcl não é um tópico no PE – ou mais especificamente, o sujeito não ocupa a posição externa própria de tópicos, [X] [oração], mas sim já é parte da oração, em [X] [S...].

Observe-se, entretanto, que a análise que aqui proponho para as construções SV com ênclise no sistema clássico inicialmente se assemelha às análises de SVcl no PE como derivadas da estrutura Sujeito#Vcl. Mas há que se apontar uma diferença central entre o sistema médio e o PE: aqui, S#Vcl é uma das configurações possíveis para o sujeito lexical pré-verbal, e não sua posição categórica, como no PE naquelas análises.

Há mais uma diferença importante: não desejamos aqui tomar a externalidade do sujeito como consequência da restrição ao clítico em primeira posição, como nas análises sobre o PE, uma vez que como defendi em 2.1, não há bases empíricas sólidas que garantam a impossibilidade da ordem X#clV no sistema médio. Crucialmente, como vimos, não podemos garantir que a próclise seja indicadora da posição interna de X em XclV; assim, da mesma forma como esse sistema apresenta orações dependentes na configuração Oração#clV, poderia apresentar sujeitos pré-verbais externos com próclises:

(54) Oração e Sujeitos, com próclise e ênclise:

- (a) Iã que vio todas redusidas à sua obrigação, e vistidas às suas leys lhes deu à sua custa hum jantar muy regalado, querendo ter mimosas aquellas, a quem se confessaua obrigada; ... |CTB-06862-4-ceu-1658|
- (b) As obrigações que êste francês se imagina dever a Vossa Excelência, a fama de suas amáveis virtudes e generoso acolhimento com que Vossa Excelência lhe escreve, junto à grande veneração que todos têm ao mesmo nome do senhor Marquês defunto, o metem na empresa de não calar coisa alguma que toque ao esplendor e interêsse da casa de Vossa Excelência. |CTB-06231-4-bro-1651|
- (c) Tanto que foi tempo de Fernão de Sousa de Tavora se partir pera Maluco deo-lhe Garcia de Sá um fustarrão com quarenta soldados, de que fez Capitão a João Galvão, homem nobre, e muito bom cavaleiro. |CTB-00519-1-cou-1548|
- (d) Este é vosso trato e linguagem; quem vos quiser tratar, aprenda-o; quando não, guardai-vos vós outras de aprender o seu, que será inferno. |CTB-00328-3-ber-1644|

Portanto, se não quisermos usar a restrição ao clítico inicial como critério fundamental, teremos que modular a questão da externalidade dos sujeitos nesse sistema. De fato, mesmo no PE a questão da posição do pronome não pode ser localizada de saída na externalidade do sujeito, a não ser que a ela se conjugue a proibição ao clítico em primeira posição – esta, sim, impediria que nas construções com sujeitos externos (derivadas de propriedades independentes relativas ao parâmetro de sujeito nulo) a ordem [S]#[clV] seja superficializada, uma vez que opera \*[clV]. No sistema médio, pelos fatos que vimos até aqui, a abordagem da estrutura S#V como paralela a qualquer X#V adjunto precisa estar menos comprometida com a questão da restrição ao clítico em primeira posição: pois crucialmente, podemos tomar a ocorrência de ênclise como indicadora da posição externa; mas não podemos tomar a ocorrência da próclise como indicadora da posição interna.

Tentaremos portanto examinar os casos de ênclises, comparando o comportamento de SVcl e XVcl em termos de frequência de ocorrência. Será especialmente relevante compararmos SVcl com as construções XVcl que tomamos, com base nos argumentos em 2.1, como provavelmente adjuntos – como os complementos retomados e as orações.

Vamos lembrar que a frequência de XV com X adjunto é baixa nos textos dos séculos 16 e 17 (de 0,00 a 0,02 das sentenças principais); aqui vemos que a frequência de sujeitos

com ênclises, também muito baixa (0,00 a 0,04), é comparável à destes elementos – mas crucialmente, apenas até a primeira metade do século 18. A partir deste ponto, a frequência de SVcl nos dados subirá, enquanto a dos demais XV com ênclises permanece baixa. Na comparação por todo o período, a frequência de Complementos retomados-Vcl nas sentenças principais evolui em 0,02-0,00-0,01-0,01-0,02-0,01-0,03; a frequência de Orações-Vcl evolui em 0,04-0,02-0,04-0,02-0,03-0,02-0,06; e a frequência de Sujeito-Vcl evolui em 0,00-0,00-0,02-0,02-0,06-0,17-0,35 (cf. o gráfico 19 para uma contraposição dos três retratos).

É claro que, sendo os números até o século 18 muito baixos, qualquer tipo de comparação de frequência neste período será frágil. Mas interessa notar que o comportamento de SV com ênclises só passa a ser claramente distinto destes elementos adjuntos nos textos modernos (quando passa da faixa dos menos de 4% do total de dados, para 6%, 17% e 35%).

Podemos interpretar isso como significando que na virada do século 18, algo muda na construção SVcl, mas não em todas as construções XVcl.

Pode-se formular a hipótese de que, nos textos dos séculos 16 e 17, as ordens SVcl são regidas pelos mesmos princípios que regem as demais construções XV em que há razões independentes para considerar X como um elemento adjunto, e que isto deixa de ser verdadeiro nos textos do século 18.

Este contraste a partir do século 17-18 é visível também na comparação de SV com outros elementos com ênclises, mesmo aqueles para os quais não é tão seguro postular a adjunção, como os PPs e Advérbios (não modais). As construções com PP-Vcl evoluem em 0,01-0,00-0,01-0,01-0,03-0,01-0,10; com ADV-Vcl, em 0,01-0,00-0,01-0,00-0,01-0,01-0,04 (cf. gráfico 20 para uma contraposição dessas ordens com S-Vcl). Notamos que os advérbios e PPs seguidos de ênclises são construções mais consistentemente atestadas que X-V com elementos retomados, no texto moderno considerado (Ortigão). Entretanto veja-se que, fundamentalmente, o crescimento da frequência destas construções é

inferior ao crescimento de SVcl, o que parece reforçar a hipótese acima colocada.

Um segundo fato que pode fundamentar esta concepção de SV com ênclises no sistema médio como adjunção do sujeito, em contraste com o PE, remete às construções XXV (V3 superficiais). Como vimos, a impossibilidade de construções com duplos tópicos é um dos fatores que mostram que no PE, os sujeitos não ocupam a mesma posição que os tópicos – uma vez que a ordem XSV é aí possível<sup>46</sup>. Nos textos aqui pesquisados, são registradas ocorrências de XSVcl:

(40) Ordens XS-Vcl registradas nos textos do CTB

- (a) Vendo tão rara e verdadeira amizade, el-rei Dionísio o mais velho disse-lhes: Eu perdoo o crime, a troco de que me admitais também por vosso amigo. |CTB-00340-3-ber-1644| (1728)
- (b) este nome - Marcus Tullius Cícero - os Gregos escreveram-no nas medalhas *Markos Tyllios Kikeron*. |CTB-01221-5-ver-1713| (1746)
- (c) Estes lhe digo eu Senhor Doutor, que são enxabidos despropositadamente, e sem embargo os italianos acham-lhe graça, e riem-se sempre desde o princípio até o fim. |CTB-00078-5-aco-1714|(1780)
- (d) Além disto, o mau humor em que me acho contra êste ridículo século ofende-me fortemente a bÍlis. |CTB-00210-6-alo-1750| (1839)
- (e) E para desculpar a minha ousadia, a História Portuguesa apresenta-me modelos de mulheres, às quais eu não quero ser inferior. |CTB-00255-6-alo-1750| (1839)
- (f) Com os olhos vagando por este quadro imenso e formosíssimo a imaginação tomava-me asas e fugia pelo vago infinito das regiões ideais. |CTB-00724-6-gtt-1799| (1846)
- (g) Felizmente o hábito de andar só e por sua conta desde pequeno torna-o apto desde já para entrar em uma escola superior. |CTB-00984-7-ort-1836| (1914)

Entretanto, é crucial observar que este tipo de construção é rara nos textos escritos antes da primeira metade do século 18 (há apenas uma ocorrência, o exemplo 4a acima), enquanto é relativamente produtiva nesta época a construção XSV com sujeitos e *próclises*.

O mais interessante é comparar a proporção de S-Vcl com as construções de retomada clítica quanto às ordens V3 – lembrando que estamos considerando que nas CLLD, o elemento retomado não ocupa uma posição interna.

<sup>46</sup>cf. especialmente Costa e Duarte (2000)

A ordem X-SVcl é pouco freqüente no Corpus em geral, com apenas 11 casos atestados no total, sendo apenas um deles em um texto escrito por autor nascido antes dos 1700 (Bernardes, exemplo 40a acima). Em termos de proporções em relação às sentenças principais em cada período, isso daria uma evolução de 0,00-0,00-0,00-0,00-0,01-0,01-0,03 (cf. gráfico 21). Os números são baixos, sendo 11 casos correspondentes a 0,005 do total de dados em principais (11/2305). Mas note-se que com retomadas clínicas e ênclises, não se atestam casos em que o elemento retomado é precedido de algum outro constituinte. Ou seja: X-S-Vcl é pouco freqüente, mas X-XVcl com X retomado é inatestado. Em termos de progressão ao longo do corpus, a ordem XSVcl é marginal nos quinhentistas e seiscentistas, e bastante rara nos textos modernos. Mas a ordem XX-Vcl com o elemento imediatamente precedendo o verbo retomado na sentença não é atestada em nenhum período (o gráfico 21 mostra a contraposição dos dois padrões, por autores).

Ou seja: ao contrário do que se descreve para o PE moderno, nos textos médios não é comum a ordem tópico-sujeito com ênclise. Esta diferença entre os textos dos séculos 16 e 17 e o PE, quanto a construções XSV com ênclises, me parece indicar que os argumentos contra uma posição externa para sujeitos no PE acima descritos não se aplicam ao sistema clássico.

Para concluir, vimos aqui que a partir da primeira metade do século 18 as ordens SVcl passam a ser relativamente mais freqüentes nos textos, em uma taxa mais elevada que X-Vcl (sejam tópicos retomados, advérbios, etc). Além disso, embora os casos de X-SVcl se tornem mais presentes nos textos modernos, as ordens V3 com tópicos retomados (X-TOP-Vcl) não são atestadas em nenhum período. Tomarei como ponto principal na compreensão do contraste entre os textos médios e os textos modernos do corpus, no que respeita a ênclise, a seguinte generalização: nos textos médios, a ênclise é pouco produtiva em qualquer XV; nos textos modernos, passa a ser mais produtiva, mas destacadamente no que respeita os sujeitos.

Ou seja: o que irá aumentar nos textos a partir do século 18 não é simplesmente a ênclise, mas a ênclise com sujeitos.

Observe-se que isso corrobora as análises para as quais no PE a posição pré-verbal de sujeitos é diferente da posição pré-verbal de outros constituintes<sup>47</sup>. Já para os textos médios, será autorizado pensar em uma estrutura na qual os sujeitos pré-verbais com ênclise ocupam a mesma posição que os demais elementos pré-verbais com ênclise, e que esta seja uma posição de deslocamento à esquerda.

Isso significa que seria adequado dizer que no sistema médio, mas não no PE, todo sujeito em SVcl é um adjunto. Além da questão da frequência de ocorrência, esta idéia encontra fundamento em um último fato importante: os sujeitos em SVcl nos textos clássicos podem receber a interpretação de tópicos contrastivos<sup>48</sup>, assim como os demais constituintes com ênclises (fato a que volto adiante).

Assim, estarei considerando aqui que os sujeitos em S#Vcl no sistema clássico estão na mesma configuração que os elementos adjuntos, pois seu comportamento é semelhante ao desses elementos; mas que deixam de estar na mesma configuração quando passam a apresentar diferente comportamento.

Até este momento, portanto, vimos que os constituintes provavelmente adjuntos compartilham alguns aspectos gerais: são *pouco frequentes* em relação ao total de dados; apresentam *variação ênclises/próclises idiossincrática e ampla*; e são generalizadamente *enclíticos a partir do século 18*. A seguir consideraremos algumas características comuns aos constituintes que tomamos como provavelmente fronteados.

<sup>47</sup>Como Galves (2000), Costa e Galves (2000), Costa e Duarte (2002).

<sup>48</sup>como mostramos em Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003

## 2.2 Fronteamento: a hipótese #XV

### 2.2.1 Estrutura Básica

Vamos tratar agora das configurações XV na qual X não estaria adjungido, mas sim movido para a posição inicial interna à sentença – ou seja, *fronteado*. Como já decorre do que foi proposto acima em linhas gerais, considerarei que a princípio, qualquer constituinte de VP – argumentos e advérbios – pode ser fronteado para uma posição pré-verbal interna nesse sistema. Nesta análise, o “*fronteamento*” é concebido em termos gerais como uma operação na qual os argumentos do verbo e advérbios modais podem ser movidos, na sintaxe, para o especificador de uma categoria superior às categorias de flexão ou concordância, cujo núcleo é então ocupado pelo verbo flexionado. Não se trata, assim, de um movimento condicionado por requerimentos do ao sistema flexional (IP, ou AGR, etc). Há de início duas possibilidades estruturais amplas para concebermos este movimento.

Nas línguas SV, como o PE, este tipo de configuração é atestada tipicamente nas construções chamadas “*afetivas*”, ou seja, em que um constituinte é movido acima do verbo por propriedade de ênfase; e também no movimento de advérbios modais para a posição pré-verbal. Nos dois casos, tem-se em comum o fato de que o movimento não se relaciona a propriedades flexionais, mas a propriedades semântico-discursivas codificadas na sintaxe. De modo semelhante, também os complementos do verbo, no PE, podem ser movidos para uma posição pré-verbal, no que se pode chamar também de um movimento ligado à propriedades semântico-discursivas – nesse caso, pela focalização do complemento.

Não entrarei nas particularidades desses diferentes tipos de movimento. Há diversas análises possíveis para a posição ocupada pelos elementos afetivos, advérbios fronteados, focos, quantificadores, etc. no PE; a depender, evidentemente, da estrutura

que se proponha para a periferia esquerda da frase de modo geral. Mais adiante voltaremos a isso; por ora bastará pensarmos que esta é uma posição pré-verbal do tipo FP (na linha da proposta de E. Raposo para o PE<sup>49</sup>) ou do tipo sigma ( $\Sigma$ P, como propõe A.M. Martins para o PE<sup>50</sup>). Tomarei por enquanto como guia o fato geral que estes casos todos tem em comum: nessa configuração, os constituintes de VP estão fora de suas posições de flexão, e o contraste central é estabelecido entre a posição pós-verbal e pré-verbal, determinando diferentes semânticas para a frase.

Assim, no PE, as construções chamadas afetivas são explicadas pelo seguinte contraste:

(55)

Muito vinho lhe demos [Raposo 2000#15] (=afetivo)  
Demos-lhe muito vinho [Raposo 2000#15] (=neutro)

Também as construções com advérbios modais tem o contraste XV-VX:

(56)

Bem me disse (=enfático; "disse mesmo")  
Disse-me bem (=neutro; "disse com competência")

O caso dos advérbios é um exemplo interessante uma vez que a propriedade do advérbio é inteiramente distinta esteja ele pré- ou pós-verbal. Quando pós-verbal, ele é simplesmente um modificador do verbo; quando pré-verbal, ele modula a semântica da frase, e perde sua denotação original. Ana Maria Martins, ao abordar as propriedades do fronteamto deste tipo de advérbios – *bem, mal, sempre, já*, etc – no Português Europeu, apresenta uma discussão completa sobre o "esvaziamento semântico" que estes elementos sofrem quando fronteados<sup>51</sup>.

A outra possibilidade para analisarmos a posição de fronteamto, saindo dos sistemas

<sup>49</sup>Raposo, 2000

<sup>50</sup>Martins, 1994

<sup>51</sup>cf. Martins (1994) para uma perspectiva diacrônica da questão.

SV, é a posição V2 das línguas germânicas. A posição pré-verbal para XPs nesses sistemas V2 tem em comum com a posição ocupada pelos elementos afetivos ou focos de línguas SV o fato de ser uma posição acima da flexão, e de sua ocupação ter um correlato semântico-discursivo. No entanto, nos sistemas V2 o movimento para a posição pré-verbal de “ênfase” é mais generalizado; está disponível para qualquer constituinte de VP (e não apenas afetivos, focalizados, etc) e deverá estar ativa em toda a sentença. É, afinal, a propriedade fundante destes sistemas.

As ordens V2 (neste sentido forte) são geradas pelo movimento de um constituinte de VP para uma categoria funcional para cujo núcleo também o verbo flexionado se move; o movimento de XP é um movimento A', ou seja, não envolve codificações de caso ou flexão. Ainda assim, o núcleo IP pode ser alvo deste movimento, nos sistemas em que seu especificador não seja uma posição A; é o que propõe por exemplo J. Fontana para o espanhol antigo<sup>52</sup>. Em outras propostas, é a categoria CP que abriga o verbo e o constituinte movido. Nestes casos – os sistemas V2 assimétricos – a ordem nas orações independentes e nas orações dependentes será sempre contrastante, pois CP ocupado pelo complementador já configura a ordem V2 nas encaixadas.

No caso do português, uma posição pré-verbal interna do tipo V2 é proposta por algumas análises importantes. De fato, a variação apresentada pelos textos do período clássico vem sendo explicada como efeito da mudança da gramática V2 do PA para a gramática SVO do PE moderno<sup>53</sup>. Embora as análises apresentem diferentes concepções da derivação estrutural da mudança (e de sua periodização) um ponto comum fundamental entre elas é a idéia de que o sistema que antecede o PE apresenta a propriedade do movimento do verbo para uma categoria funcional elevada acima do sistema IP, e cujo especificador pode ser ocupado por um constituinte de VP. Mais

<sup>52</sup>Fontana, 1993.

<sup>53</sup> Ver Ribeiro (1996) sobre o PA; Martins (1994) e Torres Morais (1995) para diferentes abordagens da passagem para o PE.

adiante, estas abordagens serão resumidas.

O ponto aqui, por enquanto, é destacar que de qualquer maneira que conceituemos a posição de fronteamento (do tipo afetivo, como em sistemas SV; ou do tipo V2), o fato importante é que esta posição pré-verbal interna é ocupada por elementos que de outro modo permaneceriam pós-verbais:

(57)

Fronteamento:  $V X \rightarrow X V$

Como hipótese descritiva, chamemos esse núcleo acima da flexão e que abriga constituintes fronteados de *núcleo de fronteamento*, ou FP; assim, em termos estruturais mínimos, teríamos:

(58)

$[XP X, V] \rightarrow [FP X [X-V] [XV \textit{traço X, traço V}]]$

Do ponto de vista empírico, isto importa neste momento para salientar que no fronteamento tal como aqui concebido não está em jogo um contraste entre a posição pré-verbal interna e a posição pré-verbal externa, mas sim entre a posição pré-verbal interna e a posição pós-verbal.

É o que já vimos, na seção 2.1, quanto às sentenças com complementos pré-verbais. Lembrando agora o caso dos advérbios, vimos como a posição pré- ou pós-verbal de advérbios como *bem*, *mal*, etc. determina diferentes interpretações semânticas; o contraste entre as ordens XV e VX nestes casos pode ser enriquecido pela questão da colocação dos clíticos. E. Raposo, por exemplo, mostra que o seguinte contraste está envolvido nas construções afetivas do PE:

(59)

(a) Muito vinho *lhe* demos [Raposo 2000#15] (=afetivo)

(b) Demos-*lhe* muito vinho [Raposo 2000#15] (=neutro)

(c) \*Muito vinho demos-*lhe* [Raposo 2000#15]

Ou seja: nas construções afetivas do PE a instanciação de X-V com próclises não é uma opção em relação a X-V com ênclises, mas sim a V-X. Quanto aos advérbios de VP, configurações advérbio-V com ênclises resultam no seguinte contraste:

(60)

|               |            |                                  |
|---------------|------------|----------------------------------|
| <u>Bem</u>    | me disse   | (=disse mesmo; afetivo)          |
| Disse-me      | <u>bem</u> | (=disse com competência; neutro) |
| <u>Bem...</u> | disse-me   | (=enfim.... disse-me)            |

Com isso atingimos uma questão *metodológica* importante: de fato, o ponto aqui é notar que se medirmos, em um texto, a frequência de ocorrência destas três possibilidades hipotéticas, não estaremos medindo *uma variação na colocação pronominal*, mas sim *uma variação na posição dos advérbios*. Saindo dos casos hipotéticos (pois não se registra, no corpus, o uso de *bem* como advérbio de frase), vejamos o caso do advérbio *assim*, que aparentemente “varia” nas três posições:

(61)

Assim me disse  
Disse-me assim  
Assim disse-me

As três ordens são atestadas no corpus, como mostram os exemplos abaixo:

(62)

- (a) **Assi o faz** a misericórdia com os presos; e assi o devem fazer os que como Vossa Mercê são piedosos. |CTB-3-12541|meo-1608|
- (b) Destes exemplos ha muitos, o melhor me parece o da Carta, que ElRey Dom Affonso V escreveo aos Estados do Reyno, pela qual, quando entrou em Castella, determinou o modo, que se havia de guardar na successão destes Reynos, **dizendo assim**: Se em algum tempo acontecer, o que Deos não mande, que o Principe, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, faleça antes de meu passamento deste mundo, e delle fiquem filhos, ou filha legitimamente havidos, que aquelles, ou aquella herde os ditos meus Reynos de Portugal, e dos Algarves, e não outro algum meu filho, ou filha. |CTB-11854-3-mco-1608|
- (c) Ora o portador resolveu-se a não partir senão amanhã; **assim pedi-lhe** a carta outra vez para lhe dizer ainda a Vossa Mercê duas palavras. |CTB-00076-5-aco-1714|

Nota-se, entretanto, que em cada uma dessas configurações a interpretação do advérbio é distinta. Enfrenta-se um problema semelhante com o advérbio *antes*:

(63)

- (a) Nem a Ley Divina quer outra couza; **antes lhe aborrecem** tanto ladroens, que do Ceo, do Paraiso e do Apostolado os desterrou; e a este ultimo desterro se acrescentou forza: e notese que a tomou o réo por sua mão, sem intervir nisso sentença de justiça, para nos advertir o castigo, que merecem ladroens, e como não devem ser admittidos, nem tolerados nas Republicas. |CTB-11354-3-mco-1601|
- (b) **Antes os venero**, depois os censuro. |CTB-12516-3-mel-1608|
- (c) **Antes parece-me** que com maior razão se deve fugir o qui ; porque , em Português , depois do q , sempre se pronuncia o u , de sorte que o q por si só não une com as vogais sem se pronunciar o u. |CTB-01214-5-ver-1713|

Na quantificação dos dados de variação ênclises-próclises, consideramos à parte os advérbios *assim* e *antes* – pois a alternância na colocação pronominal não é o único fator em jogo em contrastes como os acima: está em jogo também a própria posição do advérbio, com consequências semânticas – e até, possivelmente, diferentes entradas lexicais (por exemplo no caso do *antes temporal*, exemplo (29b), versus *antes adversativo*, exemplo (29a)). Ou seja: não medimos a “variação” ênclises/próclises nesses casos, pois estaríamos aí computando a probabilidade do advérbio aparecer como modificador da frase, ou de VP, o que não faz sentido.

De fato, ainda com outros advérbios menos claramente fronteados – aqueles que classifiquei como “ambientes de variação” – podemos estar diante do mesmo tipo de problema. Contrastando exemplos como (a) e (b) abaixo, por exemplo, será razoável interpretar “*finalmente*”, em (a), como um advérbio de frase; mas “*claramente*”, em (b), me parece um modificador do verbo:

(64)

- (a) Finalmente, **promete-me** que as minhas cartas não sairão da sua mão, ao menos em meu nome. |CTB-01205-5-ver-1713|
- (b) Claramente **o disse** São Paulo: Nolite inebriari vino, in quo est luxuria (...). |05419-ber-3-1644|

O problema dos advérbios, me parece, mereceria um estudo à parte. Para os fins da argumentação desta tese, podemos considerar que se alguns dos advérbios considerados como “contextos de variação” sejam, na verdade, fronteados (como (b)

acima), a hipótese principal não se enfraquece (visto que esse tipo de caso é atestado sobretudo nos textos do século 16 e 17).

Restringindo-nos então por ora ao caso dos advérbios modais como *bem, mal, sempre, já, também*, quanto à colocação de clíticos como vimos o único padrão que atestamos é Advérbio-clítico-V.

Mas de fato, essas “*próclises categóricas*” devem ser explicadas como construções XV em oposição a VX, desvinculadas de uma hipotética opção XV com ênclises.

Assim, os advérbios modais pré-verbais constituem um lugar interessante para a análise, pois podemos dizer que sua posição pré-verbal evidencia o fronteamto tal como aqui concebido (*ie.*: resultante de movimento na sintaxe, da posição pós-verbal para a posição pré-verbal, acima de categorias de flexão); e, como nunca aparecem com ênclises, permitem uma perspectiva interessante sobre os dados, se buscamos uma análise menos dependente da posição dos clíticos.

É nesse sentido que podemos tratar de uma questão empírica interessante; ao longo do período aqui estudado, há uma oscilação na proporção de construções XclV, de tal modo que nos textos modernos, todo tipo de construções com próclises será menos freqüente – não apenas as construções tradicionalmente tomadas como “ambientes de variação”.

Ou seja: mais que uma evolução da tendência da ênclise contra a próclise, os dados mostram uma diminuição generalizada de construções proclíticas – mesmo naqueles ambientes XV em que não se registram ênclises. Isso significa dizer, naturalmente, que há uma queda na proporção de construções XV com X *interno* (#XV).

### 2.2.2 A dinâmica da “*próclise obrigatória*”

Para compreender essa questão da queda generalizada de XV, será preciso tomarmos como indicativa não a taxa de ênclises *versus* próclises (como medimos na seção 1), mas

sim a incidência das ordens XV sobre o total de dados estudados<sup>54</sup>.

A soma de todas as construções XV com próclises (ao todo, 1.162 itens em principais, cf. tabela 7) pode ser calculada em relação ao total de sentenças principais em cada período, resultando na seguinte progressão: 0,64-0,50-0,60-0,63-0,49-0,28-0,16 (cf. gráfico 22, tabela 21). Nota-se portanto que as ordens XclV se tornam gradualmente menos freqüentes nos dados – com uma ligeira oscilação entre os séculos 16 e 17 (0,50 para 0,60), fato interessante a ser comentado mais adiante. Mas depois disso a tendência é clara para a queda.

Observemos agora em contrapartida a evolução da freqüência da soma de todas as construções XV com ênclises (ao todo 289 itens em principais, cf. tabela 5) em relação ao total de dados: 0,08-0,03-0,07-0,07-0,15-0,20-0,53 (cf. gráfico 23, tabela 19).

Nota-se, crucialmente, que as tendências não são exatamente complementares (isso se explicita na sobreposição das duas tendências, no gráfico 24). Por exemplo, a oscilação na proporção de XclV em relação ao total de dados entre os textos do século 16 e os do 17 (uma elevação de 0,50 para 0,60) não se reflete em uma *oscilação inversa* de XVcl (que sofre também ligeira elevação, de 0,03 para 0,07). De outro lado, a proporção de XclV cai de 0,49 para 0,28 entre a primeira e a segunda metade do século 18; a proporção de XVcl cresce no mesmo período, mas não comparavelmente (passando de 0,15 para 0,20).

Ou seja: a queda na proporção construções XclV neste período não é sempre uma contrapartida de um maior número de construções XVcl. Interpreto isto como indicador de que a queda na proporção de XclV é uma queda na freqüência de construções que, quando usadas, *são sempre proclíticas* – ou seja, uma queda na freqüência de fronteamentos.

<sup>54</sup>Ou seja: somando as ocorrências de XV (ou de cada sub-caso, como adv-V, sujeito-V, etc) e sobrepondo este valor ao número total de sentenças principais no texto (o que inclui as sentenças VI e V3). A tabela 18 mostra a proporção de construções com ênclises nesse método, para cada texto (e a tabela 19, as médias por 50 anos); a tabela 20, as proporções de próclise (e a 21, as médias por 50 anos)

Isso se torna mais evidente quando diferenciamos os ambientes considerados nesse conjunto maior XV, separando as construções XclV nas quais a próclise é categórica (advérbios modais, quantificadores, focalizadores, e sujeitos com marcas de focalização). O crucial então será notar que a freqüência das construções XV com “próclise obrigatória” também oscila ao longo do período estudado: a progressão da soma desses itens em relação ao total de dados é de 0,06-0,15-0,22-0,21-0,19-0,13-0,09 (cf. gráfico 25, tabela 21). Nota-se que entre a primeira metade do século 16 e a segunda metade do século 17 a freqüência de construções XV com próclises obrigatórias eleva-se; e entre a primeira metade do século 18 e a primeira do 19, essa freqüência cai. É interessante observar que nos ambientes de variação (cf. gráfico 26) não se atesta esse aumento entre os séculos 16 e 17, mas sim uma tendência mais regular de queda: 0,44-0,23-0,27-0,33-0,25-0,13-0,04. Mais adiante comentarei os padrões na transição entre a primeira e a segunda metade do século 16; neste momento, o fato a salientar é que a queda na proporção de XclV em relação ao total de dados é atestada (como se espera) nos ambientes de variação, mas também nos ambientes de próclise categórica (o que não seria necessariamente de esperar) – ou seja, no último período, todo tipo de construções XclV será menos freqüente que antes.

Será interessante agora separar os diversos tipos de seqüência com “próclises obrigatórias” e avaliar sua oscilação em cada texto. Na ordem advérbio modal-V, a proporção oscila em média em 0,05-0,012-0,012-0,017-0,07-0,07-0,05 (cf. gráfico 27). De um lado, isso reflete aquele padrão geral de queda na freqüência, na passagem do século 17 para o 18. Entretanto vale observar que os padrões oscilam consideravelmente de texto para texto; note-se que a faixa de oscilação nos textos do século 17 vai de 0,11 a 0,27 de ordens adv-V em orações principais. Isso significa dizer que o texto de um autor como André de Barros tem 27% de suas sentenças principais iniciadas por um advérbio modal pré-verbal, isto é, fronteado, como em “Bem me disse...”, etc. Assim, não importando a variação próclises/ênclises, o fato é que os autores do século 17 utilizam

mais a opção de frontear advérbios modais que os autores modernos - e, interessantemente, mais também que os autores do século 16.

O mesmo padrão, como vimos em 2.1, é atestado com complementos pré-verbais, sendo a construção Complemento não-retomado-V (onde a próclise é também categórica) relativamente mais freqüente nos textos desse mesmo período (a evolução era de 0,04-0,03-0,04-0,02-0,01-0,01-0,00; cf. gráfico 28 para uma progressão na média e por autores).

Assim, nos ambientes XV em que a próclise é categórica, atesta-se uma oscilação na freqüência de ocorrência nos textos em relação ao total de dados.

Destaco que isto não seria necessariamente esperado, se o único fator em jogo na mudança dos padrões médios para os modernos fosse a colocação dos clíticos. Em tese, estes ambientes (advérbios modais; focos; complementos-V) poderiam se apresentar “estáveis”. Entretanto, é possível generalizar que os textos do século 17 apresentam uma maior tendência a se utilizarem de construções nas quais um constituinte de VP se apresenta em posição pré-verbal, na construção que chamamos aqui de “fronteamento”.

Irei defender a seguir que este fato será importante para compreendermos os padrões de freqüência dos sujeitos pré-verbais com próclises no sistema médio. Será interessante verificar se a construção S-cl-V tem um comportamento comparável aos constituintes fronteados, como já vimos em relação à construção SV-cl e os constituintes adjuntos.

### 2.2.3 Fronteamento e argumentos

As ordens XV com próclises em geral (em ambientes de variação *e* de próclise categórica) são mais freqüentes no século 17 que nos seguintes, como vimos; nos ambientes de “*próclise obrigatória*”, isso se explicaria pelo uso intensificado de fronteamentos, o que não remete a uma oposição em relação às estruturas com ênclise. Ou seja: próclises e ênclises, nesses ambientes, naturalmente não estão “*em variação*”. Já

vimos que entre os constituintes que podem ser fronteados, estão, pela lógica, também os argumentos do verbo. No que respeita os complementos, argumentei já na seção 2.1 que as ordens Complemento não-retomado-V, com próclises, não são uma opção a Complementos retomados-V (com ênclises ou, marginalmente, com próclises), mas sim a V-Complemento. Vimos ainda que os complementos não-retomados pré-verbais aparecem categoricamente seguidos de próclise, e são relativamente mais frequentes nos textos dos séculos 16 e 17. Estaremos, agora, concentrados na questão dos sujeitos nas ordens S-cl-V.

A questão dos sujeitos pré-verbais é mais complexa, visto ser S-cl-V a ordem em princípio mais ambígua para a interpretação estrutural; mas veremos adiante que também no ambiente SV, o aumento na taxa ênclises/próclises pode ser interpretado como parte da tendência de queda na construção de fronteamto.

### 2.2.3.1 Sujeitos como fronteados

Argumentarei aqui que tendência a um maior uso de construções que instanciam obrigatoriamente a próclise é um dos elementos em jogo na elevada proporção de sujeitos não expressamente focalizados com configuração ScV nos textos clássicos, em especial no século 17.

Antes de tudo, vamos observar como a frequência de ocorrência das construções em próclise obrigatória se compara com a frequência de S-cl-V em cada período (cf. o gráfico 29). Somando os ambientes com próclises *obrigatórias*, a tendência é de 0,06-0,15-0,22-0,21-0,19-0,13-0,04; a tendência com sujeitos (S-cl-V) é de 0,31-0,14-0,13-0,17-0,16-0,10-0,01. Ou seja: de um modo geral, nota-se que o período em que a proporção de S-cl-V é mais elevada coincide com o período em que as construções com próclises obrigatórias são também mais elevadas (ou seja: o período anterior ao século 18).

No entanto, a tendência das duas ordens não é proporcional: notadamente, o texto da primeira metade do século 16 apresenta uma proporção de S-cl-V bem mais elevada que

a proporção de fronteados típicos (0,31 contra 0,06 respectivamente); já nos textos da segunda metade do 16, a média da proporção de SV cai para 0,14 (tornando-se comparável aos ambientes X-cl-V, com média de 0,15).

Será interessante observar as proporções em cada autor dos séculos 16 e 17 (cf. gráfico 29 em dispersão, e gráfico 30, com os dados agrupados em linha para melhor comparação entre os textos). As proporções S-clV e X-cl-V em cada texto dos séculos 16 e 17 são respectivamente as seguintes: em Couto 0,30 e 0,06; em Sousa 0,17 e 0,18; em Lobo 0,15 e 0,13; em M. da Costa 0,09 e 0,18; em Vieira, *Cartas* 0,25 e 0,25 e *Sermões* 0,09 e 0,22; em Melo 0,20 e 0,29; em Chagas 0,12 e 0,25; em Bernardes 0,25 e 0,11; em Brochado 0,36 e 0,21; em Maria do Ceu 0,08 e 0,16; em A. Barros 0,17 e 0,28.

Ou seja, além do texto de Couto, apenas em dois outros casos a proporção de SclV é mais de 10 pontos superior à de XclV com próclise obrigatória (nos textos de Bernardes e Brochado). Nos demais casos, ou a proporção entre as duas é muito próxima, ou a proporção de XclV é *superior* à de SclV. Notam-se ainda outros contrastes interessantes: por exemplo, as *Cartas* de Vieira apresentam uma proporção maior de S-cl-V (0,25) que os *Sermões* (0,09), mas uma proporção comparável de X-cl-V, isso é, construções com advérbios fronteados e sujeitos expressamente focalizados (0,25 contra 0,22 – mais adiante voltaremos a esse contraste entre os textos, que pode ser explicado pelo fato de acharmos menos sujeitos nulos nas *Cartas* de Vieira, que nos *Sermões*).

Ou seja, na maior parte dos casos, os textos com maior tendência a usar S-cl-V apresentam também maior proporção de X-cl-V (a exceção mais notável é o texto da primeira metade do século 16, cujas propriedades serão exploradas mais adiante). E em termos gerais, a proporção de SV com próclises é maior nos textos clássicos que nos modernos, assim como a proporção de seqüências de próclise obrigatória é também relativamente mais freqüente nesses textos, como já vimos (e naturalmente, também as demais construções com próclises, como PP-cl-V – que evolui em 0,07-0,08-0,10-0,14-0,04-0,02-0,01 – cf. gráfico 31; e ADV-cl-V, que evolui em 0,06-0,02-0,04-0,02-0,04-0,01-

0,00 – cf. gráfico 32). Argumentei mais acima que a sintaxe clássica do português se caracteriza fundamentalmente pela produtividade da construção em que um constituinte de VP pode ser frontado para uma determinada posição pré-verbal (que instancia sempre a próclise): considero que isso pode incluir os sujeitos, muito embora em alguns casos como vimos a proporção de S-cl-V seja mais elevada que a de X-cl-V.

Pois, crucialmente, nos textos do século 16 e 17, um uso mais ou menos intenso de S-cl-V *não corresponde a uma oscilação inversa de S-Vcl*.

Ora, como vimos já na seção 2.1, os textos deste período apresentem muito poucas instâncias de SV com ênclises. Quando olhamos os dados em cada texto, isto se traduz em uma *faixa muito estreita de oscilação* na proporção de SVcl – entre 0,00 e 0,03 do total de dados em sentenças principais de cada texto dos séculos 16 e 17. Entretanto, vimos agora que os mesmos textos apresentam uma faixa larga de oscilação na taxa de SclV em relação ao total de dados: entre 0,09 e 0,30. Ora: se neste sistema SclV estiver em *competição* com SVcl, será difícil compreender esta diferença (que é ilustrada pelo gráfico 33, contrapondo a proporção de SV-cl e S-clV em cada texto).

A oscilação dessas duas opções de SV comparadas me parece reveladora: ao menos até o ponto de 1700, o maior ou menor uso de próclises com sujeitos não está relacionado com um menor ou maior uso de ênclises com sujeitos.

Observe-se por exemplo os dois textos de Vieira: enquanto nas *Cartas*, 0,25 das sentenças principais tem o padrão S-cl-V, nos *Sermões* apenas 0,09 delas tem esse padrão, como vimos. Os *Sermões* apresentam maior proporção de sentenças com padrão SV-cl, enquanto nas *Cartas* esse padrão simplesmente não é atestado; mas a distância entre os 0,00 de SV-cl nas *Cartas* e os 0,02 de SV-cl nos *Sermões* não é inversamente proporcional à diferença dos 0,25 contra 0,09 de S-cl-V. Ou seja: onde estão os sujeitos dos *Sermões*?

Se a generalização que estabelecemos para os complementos puder ser estendida para

os sujeitos, isso significará que ao medirmos a proporção ênclises *versus* próclises em SV, estamos medindo na realidade não a alternância na colocação dos clíticos, mas a proporção entre *as diferentes posições em que o sujeito pode aparecer*.

Isso indica que para de fato entendermos a dinâmica das posições do sujeitos, precisaremos verificar o que acontece com os sujeitos pós-verbais e os sujeitos nulos.

De fato, em geral tomamos a alternância entre SV com próclises e SV com ênclises como o fator central a ser focalizado na mudança entre o sistema médio e o sistema moderno. Isto faz sentido uma vez que sabemos que no PE, SV com próclises deixa de ser possível, e SV com ênclises é categórico.

A questão, aqui, é o problema de como organizar os dados para medir esta substituição. Podemos considerar de partida que estão em jogo três possibilidades para a posição de sujeitos:

(30)

SV  
VS  
nulo

Observe-se que normalmente, restringimos as análises ao contraste entre SV com ênclises e SV com próclises, tomando portanto as ordens SV lineares com ênclises e próclises como estando *em variação entre si*, à diferença da posição do pronome:

(31)

**Eu a tenho** por adequada, genuina e litteral... |CTB-15591-3-vis-1608|  
*"Eu tenho-a por adequada, genuina e litteral"*

Isto porque sabemos que no PE, SV com ênclises é a ordem aceite, e SV com próclises não é atestada. Entretanto, nada nos diz, a priori, que a ordem SV com próclises nos textos clássicos esteja "variando" com SV com ênclises. As outras possibilidades para a frase acima seriam:

(32)

*“Tenho-a eu por adequada, genuína e litteral” ou “Por adequada, genuína e litteral tenho-a eu”;*  
*“Tenho-a por adequada, genuína e litteral”*

Naturalmente, para cada uma destas sentenças pode corresponder uma diferente interpretação em termos discursivos. As propriedades da relação entre ordem de palavras e propriedades semânticas no português são extensamente descritas no trabalho de João Costa<sup>55</sup>; segundo ele, no PE as ordens VS correspondem à focalizações do sujeito. Também são focos os sujeitos que podem eventualmente aparecer seguidos de próclises no PE. Entretanto, para o sistema anterior, não podemos saber de imediato quais as propriedades semânticas de cada uma das opções acima (SV com próclises, SV com ênclises, VS).

De início, a ordem SV neste caso não impede que este sujeito seja interpretado como focalizado, em especial quando remetemos ao contexto anterior da frase atestada:

(33)

Bem sei que os doutos terão esta exposição por nova, e bem sabem elles tambem, quão duras e difficultosas são as que até agora se teem dado. **Eu a tenho** por adequada, genuína e litteral.

Para organizar os dados, portanto, será interessante documentar estas posições possíveis para os sujeitos nas sentenças com clíticos e verificar empiricamente a frequência de cada uma. Conceituar a *variação* será uma segunda etapa. Aqui estaremos perseguindo a hipótese de que no sistema médio, a sintaxe dos sujeitos, quanto à ocupação das posições pré-verbais, é a mesma dos demais constituintes; ou seja, segundo Galves, Britto e Paixão de Sousa 2003 quando ao sistema médio, Ribeiro 1996 quanto ao PA, e as hipóteses mais generalizadas sobre o romance antigo em geral, considerarei que nos textos médios do português, SV é um sub-caso de XV.

Seguindo portanto a principal generalização a que chegamos na seção 2 acima quanto às ordens XV neste sistema, a partir da hipótese inicial da separação da posição superficial pré-verbal em duas opções estruturais (interna, e externa), conclui-se que também SV,

<sup>55</sup>Por exemplo em Costa (2000)

neste sistema, pode por hipótese corresponder a duas opções estruturais, que interpreto aqui como adjunção e fronteamento:

(34)

SV → posição externa → S#V (adjunção)

SV → posição interna → #SV (fronteamento)

Quanto à posição de clíticos, será importante aqui lembrar o problema que vimos mais acima quanto aos constituintes fronteados *versus* adjuntos, e que se explicita bem no caso de itens que pode ser encontrados nas posições XV com próclises e ênclises e na posição VX, sendo que a cada uma corresponde uma interpretação semântica distinta (como o advérbio *assim*). Como vimos, não faz sentido medir a “variação” entre ASSIM-CL-V, ASSIM-V-CL e V-CL-ASSIM, pois em cada caso o sentido do advérbio é diferente.

Isto significa dizer que neste caso não estaríamos medindo uma variação no sentido estrito do termo. Aqui tomarei como central a distinção delineada em *Morphosyntactic Variation*, por A.Kroch<sup>56</sup>: construções aparentemente idênticas (os *duplos sintáticos*) mas com *diferentes propriedades semânticas* comportam-se da mesma forma que os *duplos morfológicos*: podem conviver em um mesmo sistema, estável, sem competir entre si. Para Kroch, isto se observa especificamente no que tange os duplos sintáticos que, estruturalmente, correspondem a propriedades distintas quanto às operações nos núcleos funcionais.

Isto é: duas formas superficialmente idênticas, mas cujos termos ocupam diferentes posições estruturais, não competem necessariamente entre si – e portanto não são necessariamente *locus* de mudança gramatical. Abstraindo a presença do clítico, considero que o que temos nos exemplos com *assim* são duplos sintáticos neste sentido:

<sup>56</sup>Kroch (1994)

(35)

Assim disse (=disse deste modo) → frenteamento, #XV

Assim disse (=então disse) → adjunção, X#V

Por hipótese, também os sujeitos pré-verbais se dividem em dois grupos neste sistema: os que estão na posição de adjunção, e os que estão em uma posição de frenteamento; e também neste caso as opções configuram duplos sintáticos:

(36)

Eu tenho → frenteamento, #SV

Eu tenho → adjunção, S#V

Se consideramos que alguns dos sujeitos em SV são sub-casos de frenteamento, temos aí dois problemas quanto à organização dos dados. Em primeiro lugar, lembrando que o frenteamento dos constituintes de VP é uma opção em relação às ordens VX, para medir os padrões de frequência de sujeitos em posição de frenteamento, por hipótese temos que incluir no universo de análise os sujeitos não-frenteados – ou seja, *as ordens VS*. Em segundo lugar, devemos lembrar que os sujeitos são um caso especial em relação aos demais constituintes de VP, uma vez que sempre devem estar presentes na estrutura (em contraste, os advérbios podem ou não aparecer; e os complementos também, no caso de verbos mono-argumentais). Ou seja, além de SV e VS, há as estruturas de sujeito nulo.

Um terceiro problema sobrevém da hipótese de que alguns dos sujeitos em SV são sub-casos de adjunção. Nestes casos, SV não é uma opção a VS, mas uma construção inteiramente independente. O problema, do ponto de vista empírico, é diferenciar SV resultante de adjunção de SV resultante de frenteamento. Como vimos em 2.1, a posição do clítico não pode ser o único fator a guiar a interpretação estrutural desses “*duplos*”, uma vez que:

(37)

Eu tenho → frenteamento, #SV → Eu a tenho

Eu tenho → adjunção, S#V → Eu tenho-a, Eu a tenho

A diferenciação entre adjunção e fracionamento poderia ser buscada na análise semântica de cada opção. No atual estágio das pesquisas, entretanto, não me parece que seja possível interpretar cada uma das sentenças em seu contexto com a garantia que a nossa intuição, derivada da nossa língua materna, interfira no processo. Veremos na seção 3.2.1 que uma interpretação objetiva nestes casos é muito delicada.

Justamente por isso, considerarei adequado considerar aqui todas as ordens superficiais em um mesmo plano para iniciar a análise empírica. Assim, irei considerar que as ordens SV com ênclises e próclises devem ser documentadas conjuntamente com as ordens VS e os sujeitos nulos, e que apenas o exame das frequências de ocorrência permitirá que nos aproximemos, de modo minimamente objetivo, de compreender a relação entre as opções, por meio da verificação de possíveis padrões de *oscilações inversas*. Veremos a seguir que nos textos dos séculos 16 e 17 com maior proporção de S-cl-V, é o uso do *sujeito nulo* que é mais baixo (não do sujeito com ênclises); e que a proporção de ordens VS é um dos fatores mais estáveis entre os textos contemporâneos – e que mais claramente contrasta com o padrão dos séculos 18 e 19.

### 3. Posição de Sujeitos nas sentenças com clíticos

#### 3.1 Sujeitos nulos $\times$ pré-verbais $\times$ pós-verbais

Vamos iniciar a análise das três opções para a superficialização dos sujeitos abstraindo a questão da posição do clítico, medindo antes de tudo a proporção entre as ordens SV, VS e sujeitos nulos (os gráficos 34 a 36 mostram esses padrões, a partir das tabelas 24 a 27)<sup>57</sup>.

A proporção de *sujeitos nulos* nas sentenças principais do *Corpus* oscila consideravelmente de texto para texto (entre 0,25 do total, e 0,63 do total). Entretanto, há textos com maior ou menor proporção de sujeitos nulos em todos os estágios considerados. Aqui entenderei que a realização dos sujeitos como nulos ou lexicais não é uma propriedade em que incida alteração diacrônica mensurável; atribuiremos as diferenças entre os textos a uma opção no uso, não um condicionamento da gramática (a média de sentenças com sujeitos nulos evoluirá em 0,38-0,56-0,47-0,49-0,41-0,49-0,42 – cf. gráfico 34).

A proporção de sujeitos pré-verbais oscila em todo o período entre 0,56 e 0,14 das sentenças principais de cada texto; a média de cada 50 anos evolui em 0,34-0,22-0,31-0,27-0,42-0,36-0,42 (cf. gráfico 35). A proporção de sujeitos pós-verbais oscila entre 0,28 e

<sup>57</sup>Os valores apresentados para cada texto nesta seção são diferentes da seção anterior, uma vez que ali estávamos comparando as construções agrupadas pelo constituinte imediatamente anterior ao verbo, e concentrávamos nos dados de V2. Aqui, agrupei todos os tipos de SV contra todos os tipos de nulos, etc; ou seja, incluem-se os dados de V1, V2 e V3. Por exemplo: o texto de Vieira (Cartas) apresenta 0,25 de sentenças com a *construção S-cl-V*; mas 0,46 de *ordens SV com próclises*. Neste segundo grupo incluem-se, além de S-cl-V, os padrões X-S-cl-V e S-X-cl-V; e *todo tipo* de sujeitos, sejam focalizados, quantificados, etc. Nos *Sermões*, eram 0,09 sentenças na ordem V2 com sujeitos neutros (S-cl-V), e são 0,14 de sentenças com sujeito pré-verbal e próclises em geral.

0,06 nos textos do Corpus, e sua evolução é de 0,18-0,18-0,21-0,22-0,09-0,09-0,08 (cf. gráfico 36). A comparação entre SV e VS será central para compreendermos as mudanças neste *Corpus*.

Neste momento, o mais interessante será contrapormos as três tendências (cf. gráfico 37 para um retrato sobreposto das três médias), para notar o seguinte padrão: nos textos entre a segunda metade do século 16 e a segunda metade do século 17, a maioria das sentenças principais apresentam sujeitos *nulos*: 0,56-0,47-0,49; em seguida vêm as sentenças com sujeitos *pré-verbais*: 0,26-0,32-0,29; e por fim com sujeitos *pós-verbais*: 0,18-0,21-0,21. Ou seja, neste período, a proporção de SV é superior, mas bastante próxima da proporção de VS (até cerca de 10% maior), e *ambas* são superadas pela proporção de nulos (novamente neste aspecto, o texto de Couto apresenta um padrão contrastante com os seguintes: a proporção de SV neste texto é de 0,45 nas sentenças principais, em comparação com os 0,26-0,32-0,29 nos grupos seguintes. No entanto, crucialmente observa-se que a proporção de VS neste texto (0,18) é comparável à dos textos seguintes).

Interessa agora apontar o comportamento contrastante dos textos a partir da primeira metade do século 18. Neles, a proporção de SV (0,42-0,36-0,42) irá oscilar próxima da proporção de nulos (0,41-0,49-0,42), e mais distante da oscilação de VS (0,09-0,09-0,08).

Crucialmente, a partir dos textos do século 18 a proporção de VS será sempre muito inferior à proporção de SV.

Ressalte-se que isto é verdadeiro para qualquer SV, *independentemente da posição do clítico* em relação ao verbo (ênclises e próclises estão incluídas nos números acima). Considerarei este um primeiro fato indicativo de que os textos da primeira metade do século 18 devem ser considerados um grupo já à parte dos textos seiscentistas, seja qual for sua proporção de ênclises em relação a próclises em SV. Mas a seguir, vamos olhar como a posição de clíticos se combina com esta perspectiva.

## 3.2 As ordens SV

Interpreto a progressão de ordens SV em relação a VS no *Corpus* da seguinte forma: a proporção de SV em geral (independente da posição dos pronomes) passa a ser, nos textos mais modernos, a ordem largamente preferida para os sujeitos lexicais; mas SV, no sistema moderno, se instancia como SV-cl.

Para entendê-lo, vamos voltar ao quadro apresentado pela taxa de ênclises *versus* próclises em SV ao longo do *Corpus*, comparado agora à taxa de frequência de SV com ênclises em relação ao total de dados (cf. gráfico 38).

Até o século 18, mesmo nos textos “mais enclíticos” em SV (ou seja, com taxa relativa de enclises *versus* próclises elevada), a ordem SV-cl não representa mais que 0,03 dos dados. Por exemplo que os *Sermões* de Vieira, cuja proporção de ênclises relativa a próclises em SV é de 0,38 (muito distante de seus contemporâneos) não é um texto com proporção destacadamente elevada de SV com ênclises.

Já nos textos a partir de meados do século 18, a proporção de sentenças com sujeitos pré-verbais e ênclises se eleva até atingir 0,35 do total de dados no texto do século 19. Nos textos de autores nascidos depois de 1750, a taxa relativa de ênclises *versus* próclises oscila em 0,53-0,72-0,98 e a proporção de SV com ênclises é considerável nos dados: 0,23-0,14-0,35 das principais.

Entendo que uma taxa relativa de ênclises/próclises elevada em SV nos textos médios expressa não simplesmente um uso elevado de ênclises; mas mais propriamente, um baixo uso de próclises. Já vimos, no final da seção anterior, que o uso de SV com próclises não aparece como inversamente proporcional ao uso de SV com ênclises nos textos dos séculos 16 e 17. Acrescentaremos agora a este panorama a visão dos padrões de sujeitos nulos e pós-verbais em cada autor (cf. gráfico 39).

Nesse panorama, vemos por exemplo que os *Sermões* apresentam uma proporção destacadamente baixa de SV com próclises. Podemos voltar à diferença entre as *Cartas*

e os *Sermões* de Vieira. Nas *Cartas*, 0,46 das sentenças principais apresentam sujeitos pré-verbais e próclises; nos *Sermões*, apenas 0,14 das sentenças principais apresentam este padrão. Entretanto, vemos agora que nas *Cartas*, 0,30 das sentenças principais apresentam sujeitos nulos; mas nos *Sermões*, a ocorrência de nulos chega a 0,56. A proporção de VS não é especialmente contrastante nos dois textos (respectivamente 0,23 e 0,27).

Ou seja: as *Cartas* apresentam mais SV com próclises, menos sujeitos nulos, menos VS e menos SV com ênclises; os *Sermões*, menos SV com próclises, mais sujeitos nulos, mais VS e mais SV com ênclises - mas a diferença maior está entre SV com próclises e sujeitos nulos. Curiosamente, o texto logo antecedente no eixo do tempo (de Manuel da Costa), apresenta proporções de sujeitos pré-verbais com próclises e sujeitos nulos semelhantes às dos *Sermões* (0,17 e 0,57), embora tenha 0% de sentenças com sujeitos pré-verbais e ênclises nas principais.

Podemos agora entender melhor o caso do texto de Diogo do Couto, cuja elevada proporção de construções S-cl-V o tornava singular quanto aos padrões que estávamos analisando na seção 2. Olhando para o panorama mais amplo (ou seja incluindo a proporção de sentenças com sujeitos pré-verbais, nulos, e pós-verbais), vemos que a singularidade desse texto é apresentar uma proporção notavelmente reduzida de sujeitos nulos: são 0,38 das sentenças principais (contra 0,59; 0,54 e 0,57 dos três textos seguintes). Já sua taxa de ordens VS é próxima dos contemporâneos. Ou seja: o texto de Couto tem mais ordens SV em contraste com *sujeitos nulos* - assim como observamos para as *Cartas* de Vieira. Mais adiante analisaremos exemplos relevante dos dois textos.

Para resumir, os textos do século 16 e 17 com maior proporção de ordens SV com próclises não são necessariamente aqueles com menor proporção de ordens SV com ênclises, mas sim, com menor proporção de sentenças de sujeito nulo. De todo modo, até 1700 mesmo nos textos mais *enclíticos* em SV (quanto à relação ênclises/próclises), a proporção de SV com ênclises sobre o total de principais é baixa.

### 3.2.1 Os sujeitos pré-verbais e pós-verbais, e a natureza da posição #\_\_ V

De que maneira esse panorama se encaixa nas generalizações que fizemos, na seção 2, sobre as posições pré-verbais de fronteamento e de adjunção no sistema médio?

Vamos lembrar que vimos em 2.2 que a construção de fronteamento aqui proposta poderia a princípio ser descrita nos moldes das posições que abrigam constituintes *afetivos, focalizados e advérbios modais* fronteados em línguas SV; ou como a “*posição V2*” em línguas V2. Em ambos os casos, o movimento para esta posição implica um estatuto informacional especial dos constituintes fronteados. No entanto, há uma diferença importante: a posição V2 não é restrita para elementos focalizados.

Ora: os padrões proporcionais de SV e VS nos textos médios parecem indicativos de que a posição pré-verbal interna nesse período é mais compatível com a posição de “tópico V2” que com a posição para *afetivos* das línguas SV. Pois nesses textos, os sujeitos lexicais pré-verbais e pós-verbais apresentam proporções mais próximas entre si (SV com 0,34-0,22-0,31-0,27 e VS com 0,18-0,18-0,21-0,22) que os textos depois do século 18 (onde SV tem 0,42-0,36-0,42, e VS tem 0,09-0,09-0,08), como vimos.

Sobretudo, isso significa que nos textos do século 16 e 17 a proporção de ordens XV e de ordens SV é comparável, o que pode indicar um sistema em que *SV é um subconjunto das ordens XV*, e a posição pré-verbal está disponível para qualquer constituinte de VP, seja ou não focalizado. Ou seja: um sistema de tipo “V2”.

Saliente-se que a proporção elevada de ordens SV em comparação com XV, nos textos médios, não representa em princípio um argumento contrário a essa hipótese; lembremos que nos sistemas V2 germânicos, SV pode também ser uma ordem frequente – ou a rigor: o movimento dos constituintes de VP para a posição pré-verbal envolve

mais frequentemente os sujeitos que os demais constituintes<sup>58</sup>.

Na literatura sobre a diacronia do português, tem sido central a discussão sobre a natureza da posição pré-verbal que antecede o clítico. Importantes análises sobre os textos portugueses do final do período medieval e início dos 1500 como um “sistema V2”. Notadamente, Ilza Ribeiro<sup>59</sup> caracteriza o PA como um sistema V2 inicialmente não rígido, e rígido em sua fase final (a partir de meados do século 15). Assim como nos textos clássicos, entretanto, as ordens V1 e V3 são largamente atestadas nos textos arcaicos pesquisados por Ribeiro; além disso, muitas das ordens lineares V2 podem ser interpretadas como V1 estrutural, pelos mesmos motivos aqui comentados em 1.2.

O importante é observar que para Ribeiro, a propriedade fundamental do sistema arcaico do português é, ainda assim, a obrigatoriedade do movimento do verbo flexionado para um núcleo mais elevado que IP – C, nessa análise<sup>60</sup>, e diferentes tipos de constituintes podem ocupar o especificador de CP. Os condicionantes que determinam o preenchimento da posição estrutural inicial em cada etapa são um ponto chave para a

<sup>58</sup>Lightfoot (1999) apresenta uma discussão detalhada sobre esse fato, incluindo uma perspectiva diacrônica. Ele lembra que para postular um sistema “V2”, a criança precisa distinguir as muitas ordens ambíguas (notadamente SV), e conta de fato com uma baixa proporção de ordens inambiguamente V2 (como XVS). É quando a proporção dessas ordens cai demais que se pode dar a perda da propriedade V2 – como na passagem do Inglês Médio para o Moderno, segundo ele.

<sup>59</sup>Ribeiro (1995)

<sup>60</sup>“Sugerimos aí que as diferenças entre estruturas V1 e V2 do FA e das línguas germânicas, de um lado, e do PA, do outro, podem ser explicadas em termos de condições sintáticas, independentemente requeridas para licenciamentos de sujeito nulo e de elementos topicalizados para spec/C’ e/ou para uma posição externa a CP. Propomos, então, que o preenchimento de spec C’ e o movimento de V para C devem ser processos dissociados, requeridos por diferentes fatores”; Ribeiro, 1996:56. Para Ribeiro, no PA o verbo está sempre em C0 nas sentenças raízes. Assume-se aí, com Rizzi (1990/1991), que a diferença paramétrica entre os sistemas V2 e os não V2 relaciona-se ao valor positivo ou negativo do traço I em C0. Nas línguas V2, C0 tem traço +I, atraindo o verbo flexionado; nas demais, C0 tem traço –I e não há movimento de verbo. No PA, C0 apresentaria sempre o traço +I, embora isto não desencadeie necessariamente o movimento de XP para Spec/CP. O clítico está sempre em AGRc0; a próclise se manifesta nas construções em que é o verbo movido para C0, e um constituinte do sintagma verbal movido para Spec/CP; a ênclise se manifesta nas construções em que o especificador de CP está vazio (superficialmente, uma sequência V1) e, opcionalmente, um constituinte de VP ocupa TOP (superficialmente, XVcl). Isto é, o clítico ocupa sempre a mesma posição: aquela imediatamente posterior ao primeiro constituinte da categoria CP, seja o verbo (ênclise), seja um constituinte de VP (próclise).

reanálise diacrônica que opera no PA tal como proposta por Ribeiro. Segundo ela, na fase inicial do PA, a primeira posição é uma posição exclusiva para constituintes de VP focalizados. Os constituintes topicalizados movem-se para uma posição acima de CP, em uma posição TOP. Gradualmente, *spec/CP* passa a aceitar também tópicos, isto é, é reanalisada como uma posição generalizada para XPs. Isto é: o fronteamento de constituintes pode se dar, nesse sistema final do PA, tanto com *tópicos* como com *focos*. No período inicial do PA, os elementos focalizados permanecem no interior dos limites da oração, enquanto os topicalizados ocupam uma posição externa; isto é, estes elementos são estruturalmente diferenciados. Na fase final, as duas categorias fronteadas podem ocupar a posição estrutural inicial, isto é, interna à oração, e são portanto estruturalmente ambíguos.

Importa notar, entretanto, que em termos superficiais tópico e foco são sintaticamente ambíguos em todo o período – uma vez que a posição inicial superficial, linear, corresponde tanto à primeira posição na estrutura da oração quanto à posição externa – é o que mostram os exemplos:

(41) Tópico *versus* Foco no PA - Ribeiro, 1996:163

(a) E esta vertude de pazeença ouve este santo monge (século 14)  
 E esta virtude de paciência teve este santo monge

(b) Outra torre avia no castelo de Santarém  
 Outra torre havia no castelo de Santarém (século 15)

Ribeiro interpreta a sentença (a) como um exemplo de topicalização do elemento inicial, e a sentença (b) como exemplo de elemento inicial focalizado (o complemento fronteadado em 1 não constitui informação nova, e estaria movido para *Spec/C'* por uma topicalização-V2; também o complemento em 2 estaria movido para esta posição, mas por focalização; a sintaxe do PA permitiria que esta posição seja ocupada tanto por focos como por tópicos).

O problema de se diferenciar tópicos V2 e focalizações é central também em análises

dedicadas ao período seguinte, representado pelos textos escritos entre os séculos 16 e 19, e que mais nos interessa aqui. As abordagens de A.M. Martins e M.A. Torres Morais<sup>61</sup>, por exemplo, divergem sobretudo no que diz respeito à periodização. Para Martins, os padrões atestados nos textos do século 17 são já indicativos da gramática moderna; para Torres Morais, o sistema moderno corresponde aos textos posteriores ao século 18.

Entretanto, os mesmo fatores principais estão em jogo na diferenciação dos dois sistemas nas duas análises: o movimento do verbo e o preenchimento do especificador da categoria que o abriga. Para Torres Morais, ainda no século 18 a variação próclises/ênclises corresponde à oscilação entre construções com XPs focos ou tópicos em *spec/C'* e XPs tópicos em posição externa. Para Martins, em contraste, os padrões arcaicos (no que nos concerne aqui, a possibilidade de sintagmas *não focalizados* ocuparem a posição pré-verbal interna) estão em declínio já no início do século 17<sup>62</sup>.

A diferença, basicamente, é que Torres Morais discorda dos critérios utilizados por Martins para diferenciar *focalizações* de *topicalizações*; assim, sentenças que são classificadas pela última como introduzidas por focos (e portanto obrigatoriamente proclíticas) seriam classificadas pela primeira como introduzidas por tópicos; e estariam contando, portanto, como ambientes de variação<sup>63</sup>.

<sup>61</sup>Em Martins (1994) e Torres Morais (1995)

<sup>62</sup>Torres Morais observa a respeito que: "Comparando com o que foi dito a respeito do século XVI, em que parece haver um predomínio da próclise em todos os contextos, desde que o clítico não fique em posição inicial absoluta, o século XVIII aparece como período em que tem lugar a oscilação na colocação dos clíticos nas sentenças com a ordem XV, embora os casos com ênclise sejam ainda pouco freqüentes na maioria dos autores. A baixa freqüência da ênclise nos meus dados parece, porém, ir ao encontro das afirmações que Martins (1992) faz do século XVII. Analisando os Sermões de Padre Vieira, a autora afirma ter detectado "a radical and surprisingly fast change" neste período: a ênclise aparece com grande freqüência nos contextos 'neutros', enquanto a próclise se restringe àqueles casos típicos com os 'condicionadores de próclise'"; Torres Morais, 1995:276.

<sup>63</sup>"Vemos que autora considera novamente o critério da colocação pronominal para caracterizar, como foco, o elemento inicial nas sentenças com a ordem XV. Mais uma vez, pode se concluir facilmente que os exemplo que Martins destaca como focalização nos textos de Vieira são os mesmos que eu tenho considerado como evidências para postular a top-V2"; Torres Morais, 1995:356.

### 3.2.2 O problema do estatuto informacional dos sujeitos pré-verbais

Observa-se, assim, que o estatuto dos elementos pré-verbais no sistema clássico enquanto focos ou tópicos tem sido bastante controversos na literatura. Mas note-se que nas três análises citadas, seja o que for que condicione a ocupação desta posição pré-verbal interna no sistema que antecede o PE, deve aplicar-se aos constituintes de VP em geral, incluindo o sujeito.

Saliento que o problema da diferenciação tópicos *versus* focos não tem importância *metodológica* o levantamento de dados aqui conduzido, uma vez que o levantamento inclui todos os dados com próclises e ênclises, sem diferenciar *a priori* os ambientes “de variação”. A diferenciação é importante, aqui, do ponto de vista teórico, para a compreensão da *natureza* da posição interna que chamo de “*fronteamento*”.

A relevância de se distinguir o estatuto informacional dos constituintes pré-verbais remete ao fato de que *os XV focalizados são ambiente de próclise categórica no PE moderno*, causando dificuldades na interpretação dos dados produzidos na fronteira entre os dois sistemas. Se todo o sujeito em S-cl-V nos textos médios for um sujeito *focalizado*, seria plausível a hipótese de que estes textos correspondem ao sistema já ativo no PE moderno; nessa hipótese, a posição que chamei de *fronteamento* seria simplesmente a mesma posição que no PE abriga constituintes afetivos e operadores de foco – e a diferença seria uma maior tendência a utilizar estas construções, nos textos médios.

Para basear a análise das propriedades da posição de *fronteamento* neste sentido – ou seja, quanto às propriedades semântico-discursivas dos elementos fronteados – a análise dependeria de uma interpretação complexa dos textos, combinada a critérios objetivos de diferenciação. Isto é certamente possível, e constitui uma linha de extremo interesse para futuras pesquisas sobre o período. Entretanto, neste trabalho não realizei uma investigação sistemática sobre o estatuto semântico-discursivo dos sujeitos lexicais,

sejam pré- ou pós-verbais.

A análise aqui estende-se apenas até o ponto em que se pode comparar a frequência de cada ordem SV atestada, e é apoiada pela análise comparativa dos tipos de ordens VS atestadas, como veremos no item a seguir.

Sobre o estatuto informacional dos sujeitos, considerarei aqui como hipótese geral que no sistema médio, qualquer sujeito pré-verbal é saliente do ponto de vista informacional – não apenas em SV com ênclises, mas também em SV com próclises.

O ponto principal, para os fins desta argumentação, será mostrar que os sujeitos seguidos de próclise não são necessariamente “neutros” neste sistema.

No caso de SV com ênclises (por hipótese, S#Vcl) o sujeito externo pode ser interpretado como estando em relação de contraste com outros elementos da frase ou do período. É o que mostramos, a partir da intuição fundante de C. Galves, em *Clitic Placement in European Portuguese*<sup>64</sup>, onde realizamos uma análise exaustiva destes casos nos *Sermões* de Vieira.

Constatamos ali que a totalidade dos exemplos de ênclises com SV nos *Sermões* recebem muito adequadamente a interpretação de topicalizações contrastivas – assim como todos os casos de complementos retomados e outros adjuntos; trago aqui um exemplo de SV onde o sujeito é um tópico contrastivo:

(42) Exemplo de SV – tópico contrastivo (cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003)

Deus julga como Juiz; os homens julgam como judiciais; entre o juiz e o judicial ha esta differença, que o juiz suppõe o caso, o judicial adivinha-o. Quantos vêmos hoje julgados e condemnados por adivinhação, não pelo que fizeram, senão pelo que se adivinha que haverão de fazer! O Juizo de Deus, sendo Deus por natureza immutavel, se nós nos convertemos e nos mudamos, muda-se; o juizo dos homens, sendo os homens a mesma mudança, por mais que nós nos mudemos, não se muda. Mudou-se a Magdalena, e no Juizo de Christo ficou santa; mas no juizo do phariseu, tão peccadora como d’antes era: Quoniam peccatrix est.

No Juizo de Deus havemos de ser julgados pelos mandamentos: quem guardou os mandamentos pôde estar seguro; no juizo dos homens não aproveita guardar os mandamentos. Fizestes o que vos

<sup>64</sup>Galves, Britto e Paixão de Sousa (2003)

mandaram, e muito melhor do que vol-o mandaram, e sobre isso sois julgado e condemnado. Como a sem-razão é tão moderna, não ha exemplo d'ella nas Escripturas; tel-o-hão os vindoiros, se o crêrem.

Deus julga a cada um pelo que é, os homens julgam a cada um pelo que são. Mais claro. Deus julga-nos a nós por nós; os homens julgam-nos a nós por si. D'onde se segue que para serdes bem julgado no juizo de Deus, basta que vós sejaes bom; mas para serdes bem julgado no juizo dos homens, é necessario que ninguem seja máu. Terrivel juizo, em que para eu não sahir condemnado, é necessario que todo o mundo seja innocente!

No juizo de Deus basta ser bom no ultimo instante da vida, para ser eternamente bom; no juizo dos homens basta ser máu em qualquer tempo da vida, para ser eternamente máu. Se fostes bom, e sois máu, julgam-vos mal pelo que sois; se fostes máu, e sois bom, julgam-vos mal pelo que fostes; e se sois e fostes sempre bom, julgam-vos mal pelo que podeis vir a ser. Ha juizo tão cruel como este! As culpas em prophacia, e o Propheta em prisões: Joannes in vinculis. |CTB-01386-3-vis-1608|

Sublinhadas no exemplo acima estão todas as instâncias das expressões “o juízo de deus”- “o juízo dos homens”; a oposição entre os dois termos compõe a estrutura argumentativa do trecho como um todo. Na frase enclítica em questão, os dois elementos pré-verbais encontram-se contrastados: “*Deus julga-nos... os homens julgam-nos...*”.

Como disse, no trabalho com C. Galves e H. Britto mostramos que todas as ênclises de Vieira nos Sermões se explicam por esta perspectiva. Nos textos contemporâneos a ele, encontramos também instâncias de topicalizações contrastivas com ênclises. Entretanto, nenhum texto é tão claramente estruturado como o dos *Sermões*. No *Capítulo II* farei ainda referência a este fato, que pode ser explicado pelo estilo argumentativo barroco.

Veja que isto não significa dizer que a toda topicalização contrastiva neste sistema deve corresponder uma ênclise – mas sim que, nos casos de ênclise, é grande a chance de estarmos diante de uma topicalização contrastiva.

Se juntarmos a isso a análise que propus acima sobre as estruturas de adjunção em geral, também concluiremos que os sujeitos com ênclise são externos e podem representar topicalizações contrastivas; entretanto, a princípio não poderemos determinar que os sujeitos com próclise não possam ser externos, como vimos. Isto explicaria o fato de se encontrarem construções que até podem ser interpretadas também como topicalizações contrastivas, apesar da posição do clítico – retomo um exemplo de Vieira encontrado por C. Figueiredo, já mencionado na *Introdução*:

(43) Exemplo de Figueiredo, 1909: 372

Saul lhe invejava os aplausos, David lhe acrescentava as vitórias; Saul lhe remunerava os serviços....., David lhe pagava....., Saul lhe atirava com a lança.....” (Vieira)

Desta forma, a exemplo do que concluímos para os demais constituintes, nas construções com ênclises temos uma boa hipótese para propor a ocupação da posição externa, e esta ocupação pode ser relacionada a uma propriedade da construção do texto.

Entretanto, nos casos de próclise teremos três opções lógicas: pode se tratar de uma topicalização contrastiva, com sujeito externo e o clítico em posição inicial; pode se tratar de uma focalização, com sujeito necessariamente interno; pode se tratar de uma topicalização V2, com sujeito interno.

Em alguns casos é possível interpretar os sujeitos em ScIV como focalizados; exemplifico com o mesmo texto de Vieira:

(44) Exemplos de SV interpretáveis como focalizados – Vieira, Sermões:

(a) Quando Deus veio a Juiso, a terra tremeu, e aquietou-se. Que a terra trema quando Deus vem a Juiso, e quando todos os outros elementos confusos e perturbados, e o mesmo céu e seus planetas padecem um fracasso tão geral, que ella faça um grande abalo, e que não só tema e trema, mas se esconda debaixo dos abysmos, como quando foi creada, e se summa dentro de si mesma, faz a terra o que deve que o caso é para isso: Cum exurgeret in iudicium Deus. Mas se a terra n'este mesmo caso tremeu: Terra tremuit; como logo se socegou, e aquietou: Et quievit? Tremeu á primeira vista dos horrores do Juiso, e aquietou-se logo, porque todos aquelles prodigios e estrondos do Juiso universal, tomados de repente e na primeira apprehensão, são temerosos, são horríveis, são tremendos: Terra tremuit. Mas bem considerados os fins e os effeitos d'elles, antes são para socegar esse mesmo temor, e para aquietar os animos, que para os inquietar e perturbar: tremuit et quievit.

E qual é razão d'este segundo effeito, tão diverso do primeiro? O Evangelho o diz: Erunt signa in sole, et luna, et stellis. Todas essas mudanças do céu, toda essa escuridade dos astros, toda essa perturbação dos elementos, são signaes: Erunt signa. Signaes de que se chega o fim do mundo, signaes de que está perto o dia do Juiso, signaes para que todos estejam notificados e advertidos (que por isso se põem os mesmos signaes no céu, onde possam ser vistos de todos). E um Juiso em que Deus antes de vir nos manda diante notificar, e nos avisa primeiro, não é tanto para temer. | CTB-15591-3-vis-1608|

(b) Assim o disse, e affirmou a Verdade eterna, e assim se cumpriu n'aquelle seculo, e cumprirá nos seguintes; porque nenhum homem houve n'aquelle seculo, que dentro do mesmo seculo não tivesse o seu dia do Juiso. Como as vidas e edades, geralmente, não passam de cem annos, nenhum homem ha que não acabe a vida dentro do mesmo seculo a que pertence, e nenhum ha que não seja julgado no tribunal de Christo, e tenha o seu dia do Juiso no mesmo seculo. Os que morrem hoje, teem o seu dia do Juiso hoje; os que morreram hontem, tiveram o seu dia do Juiso hontem; os que morrerem

ámanhã, e d'aqui a vinte annos, ámanhã, e d'aqui a vinte annos, terão o seu dia do Juizo; mas sempre dentro do mesmo seculo e da mesma idade ou geração: Non præteribit generatio hæc, donec omnia fiant.

Bem sei que os doutos terão esta exposição por nova, e bem sabem elles tambem, quão duras e difficultosas são as que até agora se teem dado. Eu a tenho por adequada, genuina e litteral; mas não por minha, senão do mesmo Christo. Porque, como consta do Evangelista S. Matheus, n'este mesmo discurso applicou o Senhor ao dia da morte tudo o que tinha dito do Juizo, exhortando aos mesmos com quem fallava, que se aparelhassem para ella. Aquelles com quem o Divino Mestre fallava quando disse: Amen dico vobis: eram os Apostolos, os quaes todos haviam de morrer e morreram n'aquelle seculo; e por isso muito accomodadamente a elles lhes disse o Senhor, que dentro do mesmo seculo se havia de cumprir tudo: Non præteribit generatio hæc, donec omnia fiant. |CTB-15591-3-vis-1608|

Em outros casos, o sujeito na configuração ScIV é saliente, mas não claramente focalizado.

Merecem atenção à parte neste sentido os casos de seqüências narrativas em que uma sentença se abre com um nome próprio; em todos os casos que reconheço este padrão, ocorrem próclises. Observe-se estes exemplos do outro texto de Vieira, as Cartas:

#### (45) Exemplos de SV com próclises em Vieira – Cartas:

Do Pôrto chegou aqui navio em catorze dias com cartas de 15 do passado, em que se avisa por muitas vias haver chegado a Portugal caravela da Baía, com nova de Sigismundo ter deixado a ilha de Taparica: nisto concordam todos, e alguns acrescentam que ao embarcar lhe mataram os nossos novecentos homens. Os navios em que se retirou Sigismundo eram dezoito. Os que de aqui partiram incorporados padeceram no cabo de Finisterra uma terrível tempestade, de que arribou uma nau a Amsterdam muito destroçada, dando semelhantes novas dos que lá ficaram, e se nos disse ontem que alguns haviam arribado a Rochela, de que V. Ex.a. lá terá mais verdadeiras notícias. Da mesma armada do Brasil arribou a Roterdam outra nau de guerra, que haverá quinze dias que partiu, obrigada da contrariedade dos tempos e muito mais da rebelião dos soldados. Tudo se arma contra esta gente, e em tudo peleja Deus por nós. Esperamos que com tantos desenganos se lhe abram os olhos, e que acabem de vir em algum acomodamento, que sempre será melhor que a continuação da guerra, e nos deixará mais hábeis para fazermos outros, que tanto nos importam. [Duarte Nunes me avisa tem comprado sessenta peças de boa artilharia para as duas naus], mas não diz o calibre: fala com grandes temores do grande empenho em que se tem metido, receando que falem as assistências de Portugal; e verdadeiramente que é matéria digna de grande admiração que venham cada dia navios de tantos portos do Reino, e que, tendo os mais tristes mercadores avisos de seus correspondentes, só aos ministros de S. M. falem, sendo tantos e de tanta importância os negócios que aqui se tratam. [Jerónimo Nunes me escreveu hoje tivera carta de V. Ex.a. com recado de virem as letras no correio seguinte], e por isso o não torno a lembrar a V. Ex.a. . - Guarde Deus a V. Ex.a. muitos anos como desejo. Haia, 2 de Março de 648. - Criado de V. Ex.a. |CTB-15091-3-vic-1608|, |CTB-15092-3-vic-1608|

Com estes casos, posso explicar um pouco melhor o que entendo por sujeitos "salientes", supondo que que nas línguas de sujeito nulo, a superficialização do sujeito lexical deve

corresponder a requerimentos semânticos, mais que sintáticos – uma vez que a instanciação do sujeito como “categoria vazia” deve ser suficiente para seu processamento puramente sintático. Lembremos a propósito que nos textos até o fins do século 17, a opção preferida é o sujeito nulo.

Observemos, entretanto, que nas sentenças acima um sujeito não lexical impediria a interpretação da frase – aliás, até mesmo um sujeito pronominal as tornaria sem sentido no contexto do período. Naturalmente, isto não explica nem a *próclise*, nem o fato de o sujeito aparecer *pré-verbal* (e não *pós-verbal*, por exemplo).

Mas pode ajudar a entender um problema que já referimos mais acima: a proporção de SV *versus* nulos em certos textos. Observo que nas Cartas de Vieira, dos 30 casos de ScIV, 17 são do tipo NPR-V, e com a mesma configuração no contexto maior da sentença.

Outro texto em que este tipo de configuração é bastante freqüente são as *Décadas*, de Diogo do Couto. Dos 27 casos de ScIV em principais deste autor, 17 estão nesta configuração.

Lembremos que este texto apresenta um contraste importante em relação aos seus contemporâneos: a proporção de SV é muito superior à de nulos. E além disso, como também já vimos, a proporção de SV com próclises é muito maior que a de outros XV com próclises.

Os dois fatos podem ser explicados pelo amplo uso dessa construção específica:

(46) Exemplos de SV com próclises em Couto – *Décadas*:

- (a) Cosmo Correa **lhe respondeu**, que tinha êle que dar a um tamanho Monarca. |CTB-08322-1-cou-1548|
- (b) O Veador da Fazenda **o fez a saber** ao Governador, que mandou que se lhe dessem com todo o necessário, como se fez, e êle se embarcou sem despedir do Governador . |CTB-08449-1-cou-1548|
- (c) Ruy Gonçalves **o fez assim**, e empregou todo o dinheiro em escarlates finas, veludos de cores, peças de prata de bestiães, águas rosadas, e de outras muitas sortes de cousas que lhe pareceo que Coge Cemeçadim estimaria ; embarcando tudo no mesmo catur, foi ter a Cananor, onde foi bem recebido de Coge Cemeçadim, que folgou com as peças que lhe levava. |CTB-08847-1-cou-1548|

- (d) Dom Jorge de Castro o foi buscar, e o levou para sua casa, e logo lhe fez entrega da fortaleza, dando-lhe conta do estado em que as cousas estavam. |CTB-08808-1-cou-1548|
- (e) ElRei o recebeu bem, e êle lhe deu sua embaixada na forma que dissemos. |CTB-08755-1-cou-1548|
- (f) O Governador o recebeu bem, e lhe fez muitos mimos, e caricias, e fechados ambos, o que entre si passaram ninguém o sabe: sómente o público foi, que daria a ElRei de Portugal oitocentos mil cruzados de concerto pela aução que o Idalcan lhe tinha dado no tesouro do Accedecan, de que daria logo em Cananor quatrocentos mil cruzados, onde o poriam a êle, e os outros quatrocentos mil daria no Março seguinte. |CTB-08679-1-cou-1548|
- (g) Ruy Lopes de Villa-Lobos o recebeu com muita honra, e lhe entregou um daqueles Capitães pera ficar na outra corocora em refens, em quanto vinha falar com êle. |CTB-08251-1-cou-1548|

Os sujeitos neste tipo de configuração são portanto salientes; mas não é seguro dizer se são tópicos ou focos; pelo critério de “*informação nova*”, poderiam ser considerados focalizações. Entretanto, na estrutura geral do texto, podem também ser interpretados como *temas* da narração.

É fundamental neste ponto entender qual a relevância de se distinguir o estatuto informacional dos sujeitos em SV (e de qualquer outro constituinte em XV) para as análises na teoria da gramática. O que importa, nesta perspectiva, não é a topicalização e focalização como condicionantes da *composição do texto*, mas sim como indicadoras de *posições na sintaxe*. No caso aqui em pauta, importa saber se X em XV é um foco uma vez que a ordem foco-V é possível no PE; e portanto, XV, com focalização, não é indicativo de um sistema anterior.

Entretanto, a análise que podemos fazer quanto ao estatuto dos elementos em XV a partir da composição do texto me parece ser de natureza distinta do que precisamos saber para compreender as posições na sintaxe. Na abordagem gerativista, a melhor forma de investigar as propriedades de focalização são os experimentos com perguntas e respostas, como por exemplo J. Costa<sup>65</sup> demonstra para o PE. Retomemos o exemplo abaixo, de Vieira:

<sup>65</sup>Em Costa (1998) entre outros trabalhos.

(47)

[Duarte Nunes me avisa tem comprado sessenta peças de boa artilharia para as duas naus, mas não diz o calibre]

Para saber qual o estatuto do sujeito *Duarte Nunes*, idealmente teríamos que saber qual o resultado do contraste no seguinte experimento:

(48)

(a) - Quem me avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia?  
- Duarte Nunes. (=foco)

(b) - O que mais acontece por aí?  
- Duarte Nunes me avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia (=neutro)

Minha intuição, pelo contexto da frase, é que a segunda opção faz mais sentido. Entretanto, minha intuição não vale aqui, uma vez que ela expressa meu conhecimento de uma outra gramática, o português brasileiro. Abstraindo a posição do clítico, creio que um falante do PE consideraria, no par abaixo, a sentença (a) como neutra, e a sentença (b) como focalização do sujeito:

(49)

(a) Duarte Nunes avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.  
(b) Avisa Duarte Nunes que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.

Para mim, como falante do PB, o contraste foco-neutro se daria nos seguintes pares:

(50)

(a) Duarte Nunes avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.  
(b) É Duarte Nunes que avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.

Haveria, enfim, uma multiplicidade de alternativas para analisarmos cada frase, de acordo com as propostas da literatura gerativista. Todas elas, entretanto, envolvem o recurso a contrastes – obtidos por pares de pergunta-resposta, etc. Obviamente nenhum desses recursos está acessível para a análise desses textos; mas o ponto principal aqui é observar que a análise do estatuto informacional dos constituintes é sempre relacional, não absoluta. Ou seja, consideraremos um constituinte em determinada posição como

saliente ou não-saliente de acordo com um *inventário de outras possíveis ordenações*. Assim, independente da questão do acesso à intuição gramatical, nos casos acima teríamos que saber quais as outras opções de ordenação da frase, e quais os contrastes de interpretação obtidos:

(51)

- (a) Duarte Nunes avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.
- (b) Avisa Duarte Nunes que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.
- (c) Avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia Duarte Nunes
- (d) Que tem comprado sessenta peças de boa artilharia avisa Duarte Nunes.

Isto sem contar a posição do clítico; contando com ela teríamos que considerar as seguintes opções:

(52)

- (a) Duarte Nunes **me** avisa que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.
- (b) Duarte Nunes avisa-**me** que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.
- (c) Avisa-me Duarte Nunes que tem comprado sessenta peças de boa artilharia.
- (d) Avisa-me que tem comprado sessenta peças de boa artilharia Duarte Nunes.
- (e) Que tem comprado sessenta peças de boa artilharia **me** avisa Duarte Nunes.
- (f) Que tem comprado sessenta peças de boa artilharia avisa-**me** Duarte Nunes.

Isso ainda sem contar com a opção dos sujeitos nulos. Esses fatores complicadores aqui explicitados me parece que sempre são parte das análises; é a partir da hipótese de qual a ordem neutra que fazemos as hipóteses sobre as ordens salientes. Ou seja, o estatuto de cada ordem é relativo ao que o sistema como um todo permite como alternativas de ordenação. Por isso considerarei aqui que a análise do estatuto informacional do sujeito em cada ordenação – SV, VS, e mesmo XV, VS – nos textos médios não é o caminho mais interessante, neste estágio das análises, para compreender os condicionantes gerais desse sistema.

Parecerá mais seguro recorrer ainda à análise das frequências de cada opção, de acordo com uma proposta bastante geral quanto ao estatuto informacional dos sujeitos. Se consideramos adequado pensar que neste sistema médio todo sujeito lexical tem alguma saliência semântica (como em qualquer sistema de sujeito nulo), mas que além

disso, os sujeitos pré-verbais podem ser especialmente salientes, o caso dos sujeitos pós-verbais torna-se então interessante. Poderíamos pensar em uma “escala de saliência informacional” na qual o sujeito nulo é não-saliente; o pós-verbal vem em seguida; e o mais saliente é pré-verbal. O sujeito com saliência “intermediária” em VS se explicaria relativamente, uma vez que entre os demais constituintes de VP houvesse um elemento mais saliente que o sujeito, e que “merecesse” ser movido para a posição de fronteamto junto com o verbo.

Isto prevê um sistema no qual “VS” é, majoritariamente, X-VS (ou seja, em que o fronteamto de X e o movimento de V explica a posição de S, na chamada “inversão germânica”). Nestas configurações, o movimento de X e do verbo para uma posição acima dos núcleos de flexão os posiciona acima da posição do sujeito.

E é de fato o que mostram os dados dos textos médios, como vemos a seguir.

### 3.3 As ordens VS

Valerá agora olharmos mais de perto para os tipos de ordens VS atestados nos textos.

Nos textos agrupados por quartos de século, como já vimos, a proporção de VS em geral evolui na ordem de 0,18-0,18-0,21-0,22-0,09-0,09-0,08 (cf. gráfico 35) do século 16 ao 19; ou seja, entre a segunda metade do século 17 e a primeira metade do século 18 há uma queda (da faixa de 20% para a faixa de 10%) *definitiva* dessa ordem. Tomarei esse fato como central para compreendermos as mudanças neste *Corpus*.

Comparando as proporções de ordens VS em cada texto, é notável a separação entre dois grupos de textos claramente delimitada pela fronteira dos anos 1700. Até o final do século 17, a proporção de VS em relação ao total de dados oscila entre 0,16 e 0,28 do total; mas já nos primeiros textos dos 1700s esta taxa cai para a faixa de 0,13 a 0,08 (cf. o gráfico 40, em que se apresentam os números em cada autor).

Centralmente, portanto, temos o retrato de uma estabilidade em dois períodos divididos pela fronteira dos 1700.

E lembremos que (como vimos mais acima ao comparar as diversas possibilidades de superficialização dos sujeitos) a queda do padrão de VS dos séculos 16 e 17 (0,18 a 0,20) para o padrão dos séculos seguintes (0,08 a 0,09) é concomitante a um aumento na proporção de SV, não na proporção de *sujeitos nulos*.

Ainda mais interessante será observar a subdivisão dos dados de VS conforme os constituintes que precedem e antecedem o verbo, e conforme a posição dos clíticos (cf. tabela 29, e gráfico 41).

Antes de tudo notemos que as ordens VS com próclises evoluem em 0,13-0,13-0,13-0,17-0,05-0,06-0,06; e as ordens VS com ênclises evoluem em 0,05-0,07-0,05-0,04-0,03-0,02. Ou seja: mais correto que dizer que há uma *queda em VS* é dizer que há uma queda nas construções com VS e próclises.

Os exemplos abaixo mostram os padrões atestados:

(53)(X)VXS: exemplos

ênclises:

#VXS

- (a) Aos 22 de Setembro partiu de Lisboa; **acompanhou-o** até a portaria toda a comunidade; ao despedir-se, ou fosse lembrando-se que à viva força deixava a casa e a companhia com que nela se criara, ou que daquela hora em diante entrava em cuidados tormentosos e cheios de perigo e desgostos, nos quais se lhe trocara a quietação e descuido santo com que tantos anos entre aqueles padres vivera, reconheceu a humanidade sua fraqueza e derramou muitas lágrimas, por mais força que fazia polas dissimular. |CTB-01124-2-sou-1556|
- (b) Huma senhora sua amiga, dandolhe conta de como tinha seu filho ajustado a cazar, lhe pediu encomendasse a Deos o sucesso deste contrato; **fello** assim a Madre, e tornandose a ver com esta senhora, lhe disse, que se estaua em tempo disso, não fizesse o casamento, por que como à nora lhe vinha huma cruz muyto pezada; respondeo-lhe, não ter já remedio, por que o ajuste não estava em termos de atrazarse. |CTB-00392-4-ceu-1558|

#VclCS

- (c) Ponha Vossa Senhoria maior estudo em emendar a sua vida que o seu papel; **dê-lhe** maior cuidado a sua salvação que as suas histórias; cuide mais no que o há de levar à eternidade, que no que lhe leva o tempo; e perdôe-me estas atrevidas |CTB-00417-3-cha-1631|

## XVclVS

- (d) Antes de ontem à noite **tinha-me dito a Condessa**, estando a Maria Amália presente: - o Sebastião foi falar hoje com a marquesa de Aranda, que é muito da Pardo Bazan, para que a marquesa de Aranda faça as apresentações. |CTB-01041-7 -ort-1836|

próclises:

## XclVXS

- (e) Partidos êstes navios, daí a oito dias **o fez também o Villa-Lobos** na sua não, e dous bergantins que fez, (porque outro navio dos da sua companhia era perdido), e tomou a derrota das Filipinas, e tendo navegado cincoenta léguas, lhe deram os brizas, com que não pôde passar, e despedio os bergantinas pera as Filipinas, e neles Frei Jerónimo de Santo Estevão, Prior dos Agostinhos, e êle se foi meter em uma baía da Ilha de Cesarea, chamada Blancaí, onde se deixou ficar mais de um mês esperando pelos bergantins, e ali lhe vendiam os da terra algum pouco mantimento. |CTB-08272-1-cou-1548|
- (f) Agora **me chama** de mais a mais **o senhor bispo de Miranda** com grande força, representando-me que o seu bispado tem mais necessidade que todos; e assim é verdade, porque naquelas terras, que são as peores de Portugal, não há conventos nem prègadores, e assim tudo é uma mata brava de vícios e ignorâncias e malícias, e é necessário muito tempo, porque quem lá for deve correr tôda a província de Trás-los-Montes. |CTB-07560-3-cha-1631|

## XclVXS

- (g) Assi **mo fez certo**, há poucos dias **Dom Ene** de quem sou amigo, testemunhando do que a Vossa Mercê ouvira acêrca de minhas cousas. |CTB-12733-3-mel-1608|

## XclVCS

- (h) Por voto, que tinha feito em uma doença mortal à Seráfica Madre Santa Teresa, **lhe celebrava** todos os anos festa **João de Souza Pacheco**, cuja ascendência nobre ditosamente se ilustrou, casando depois com Marianna do Canto, filha de António de Faria Maya, e de Dona Luiza do Canto, que entre consanguíneos ilustres conta ao Venerável Padre João Baptista Machado da Companhia de JESUS, que a 22 de Maio de 1617 deu valorosamente a vida pela Fé, sendo degolado em Japão. |CTB-03003-4-aba-1675|

## (54) (X)VSX: exemplos

ênclises:

### #VclSX

- (a) E em conclusão: Castella se tem havido em tudo com Portugal taõ desarrezoada, e cruel, que **lhe pudera dizer Portugal**, o que na Ilha de Cuba disse hum Indio Regulo Cacich chamado Hatuey, atormentando-o Castelhanos, queimando-o vivo com fogo lento, para que lhes desse ouro: **cathequizava-o hum Religioso de São Francisco** neste estado, e tendo-o já reduzido a receber o bautismo, para hir ao Ceo: perguntou, se hiaõ lá Castelhanos? |CTB-00884-3-mco-1601|
- (b) Eu amanhã me retiro; **ajude-me Vossa Mercê** com suas orações, que a elas atribuo muita parte dos bons sucessos que nos meus exercícios tenho tido, e de tôdas espero ver que dá Nosso Senhor o prêmio a Vossa Mercê, a quem Sua Divina Majestade guarde como desejo. |CTB-00485-3-cha-1631|

- (c) Querido mano: **Apanha-me o correio** com uma importuna dôr de cabeça que me proibe o gôsto de te escrever uma carta comprida. |CTB-00183-6-alo-1750|

próclises:

XclVVSX

- (d) Uma carta de Vossa Reverência **me deu o padre Frei Ene** perto de Cascais, e como as ocupações e jornadas tem sido tão contínuas, que não temos tido descanso, por isso não respondi logo a Vossa Reverência; nem agora o faço tão largo como desejo, porque me falta o tempo. |CTB-07665-3-cha-1631|
- (e) Assi **o faz a misericórdia** com os presos; e assi o devem fazer os que como Vossa Mercê são piedosos. |CTB-12541-3-mel-1608|
- (f) Neste sentido o império do mar passou dos Gregos para os Romanos; foi para os Espanhóis; também **o tiveram os Portugueses** nas quatro partes do mundo; depois passou para Inglaterra e para Holanda, e, às vezes, para França. |CTB-06394-4-bro-1655|

XclVVSX

- (g) Vindo Dom Duarte lhe comunicou a resolução em que se achava, sem meyo para conseguila, pello injusto enfado de seu Pay, e lhe pediu que em quanto este nao passasse, lhe fizesse empréstimo daquela soma de dinheyro que hauia de mister para os gastos da funcão; aprazivel, e generoso **lhe respondeo Dom Duarte**, seria logo obedecida, acrescentando que naquelle dia tinha cobrado de hum rendeyro a mesma quantia. |CTB-06478-4-ceu-1558|

(55) (X)VS

ênclises:

- (a) **Levou-o o ladrão, furtou-o a morte**. |CTB-00335-3-ber-1644|
- (b) Apareceis diante do tribunal divino, **accusam-vos os homens, accusam-vos os anjos, accusam-vos os demonios, accusam-vos vossas proprias obras, accusam-vos o céu, a terra, o mundo todo**, se a vossa consciencia vos não accusa, estaes-vos rindo de todos. |CTB-01347-3-vis-1608|

próclises:

- (c) Muito Reverendo Padre meu: Graça e fortaleza **lhe dê Nosso Senhor**. |CTB-14221-2-sou-1556|
- (d) Assim **o cuidaram os que medem os homens pelas casas**. |CTB-16111-3-vis-1608|

(56) VS, VS(X), V(X)S – INACUSATIVOS

ênclises:

- (a) Conserva muitos dentes, **falta-lhe porém** o queixo inferior. |CTB-00032-4-aba-1675|
- (b) Anulando a inteligência e sentimento, **são-lhe sempre estranhos os mais homens**. |CTB-00237-6-alo-1750|

próclises:

- (c) Debaixo dêle, **lhe ficam** as duas Ilhas de Ximo, e Xicoco, de que logo daremos razão: e por baixo da barriga desta Ilha **lhe ficam** outras muitas, e o mesmo antre ela, e a terra da China. |CTB-08353-1-cou-1548|

(d) Agora **nos** chegou carta de Amsterdam com novas de haver ali chegado navio do Pôrto. |CTB-15394-3-vic-1608|

Observemos, crucialmente, que a queda na proporção de VS nas sentenças principais remete, essencialmente, às ordens VS com próclises; as ordens VS com ênclises apresentam, ao longo do corpus, uma faixa praticamente estável entre 0,04 e 0,07 dos dados.

Vamos agora ver que tipos de padrões temos em cada caso, quanto ao que precede o verbo e o sujeito.

As ordens VS com ênclises são, em sua maioria, casos de V1 absolutos – ou seja, #VclS, como em (53-a) a (53-c), e (54-a) a (54-c) acima. Apenas no texto de Ortigão (1836) a proporção de #VclS será superada pela proporção de X-VclS. Não se registra, em nenhum período, casos de inversão com ênclises em ordens V3 (X-X-VclS); cf. o gráfico 42.

Já nas ordens VS com próclises, a situação é inversa. A configuração característica para as sentenças com VS e próclises é com verbo em segunda posição (X-clVS); as configurações V1 ocorrem apenas nos textos da segunda metade do século 16 e primeira metade do 17 (são os exemplos que vimos em 2.1, de sentenças parentéticas). E aqui, ao contrário das ênclises, atesta-se VS em configurações V3 (cf. o gráfico 43).

Frente à hipótese que estamos seguindo, de que a toda ordem XV com próclises corresponde um X interno, e às ordens XV com ênclises podem corresponder X externos, tais padrões não surpreendem. Ao contrário:

(57)

|                |                           |                        |
|----------------|---------------------------|------------------------|
| XXVS → X#XVS → | X adjunto # X fronteado = | próclise               |
| XVS → X#VS →   | X adjunto                 | = próclise ou ênclises |
| #XVS →         | X fronteado               | = próclise             |

A ordem XXclVS é muito pouco robusta nos textos, nunca ultrapassando 0,03 do total de dados. Ainda assim trata-se de uma configuração crucial para a hipótese que

tomamos aqui para a distribuição dos constituintes.

Como se sabe, à inversão do sujeito podem corresponder dois tipos de estruturas: as chamadas *inversões românicas* e as chamadas *inversões germânicas*<sup>66</sup>.

As inversões românicas se instanciam preferencialmente como #VS, ou mais caracteristicamente, #VXS, e correspondem a uma focalização do sujeito, que ocupa uma posição pós-verbal mais baixa, ou seja, pode estar depois dos complementos do verbo. Nestes casos, a inversão é de fato uma propriedade dos sujeitos, que permanecem em VP – ou são extrapostos à direita, a depender da análise; de qualquer modo, o que está em jogo neste caso é a natureza do sujeito. Este tipo de construção pode ser identificada nas ordens VXS, ou seja, em que entre o verbo e o sujeito há um outro constituinte de VP, como no exemplo abaixo:

(58) #VXS

- (d) Vossa Mercê terá ouvido dizer que os Alemães é gente muito romba de juízo e a meu ver não lhe faz injúria quem o diz; eu ao menos achei-a tal, mais do que esperava, porque supunha grande encarecimento nas informações dos italianos, e outras nações que têm para si que fora delas não há juízo fino, com efeito estes homens são de pouquíssima viveza, de cabeça e de coração no considerar as coisas, e senti-las; dá-lhe poucos passos o espírito; pasmados e insensíveis fora de modo; donde Vossa Mercê pode tirar facilmente que no seu coração há menos bondade, e menos maldade, que não são outra coisa que movimentos do nosso espírito; mas nessa bondade eu não vejo nada da que é digna de estimação considerável; quero dizer daquilo que se chama virtudes finas, como sinceridade, rasgo, modéstia, generosidade à latina, ou nobreza de acções, etc; quanto à maldade, confesso-lhe que com ela, ao que parece, se estender no coração desta gente menos que no de outras, para mim é neles mais aborrecível e insuportável pelas duas razões de faltar-lhe a mistura de virtudes bonitas e de ser verdadeiramente de pé de boi; quero dizer: que não arreja, diminua à vista de olhos, como se vê às vezes entre nós. |CTB-00115-5-aco-1714|

Já a inversão germânica – #XVS, ou mais caracteristicamente #XV SX – não é, a rigor, uma *inversão*. Pois o que está em jogo nestes casos não é o sujeito, que está em sua posição “regular” – mas sim o movimento de um outro constituinte de VP para uma posição mais elevada que a posição regular do sujeito. Este movimento envolve a subida do constituinte em questão para ocupar o especificador de determinada

<sup>66</sup>Ver sobretudo Kato, 1999 e Ribeiro, 1998.

categoria funcional para cujo núcleo o verbo por sua vez se move – explicando a ordem linear XVS. O sujeito, assim, é “*deixado para trás*” – e isto pode acontecer mesmo com sujeitos que não são focos. Na verdade, nestas configurações o constituinte X pré-verbal será o elemento mais saliente da sentença.

As ordens VS deste tipo se configuram tipicamente como XVSX, como no exemplo abaixo:

(59) XVSX

(a) *Esta singular virtude da caridade lhes quis Nosso Senhor pagar, polo muito que a estima, dando-lhes um filho tal que fosse extremo nela e honra e alegria deles.* |CTB-13717-2 -sou-1556|

(b) *Isto me agradeceu a estrangeira com muito boas palavras (...)* |CTB-10959-2 -lob-1579|

É interessante pois notar que as ordens XclVS seriam a configuração mais característica do *fronteamento*. Veremos agora que a ocorrência deste tipo de inversão é mais freqüente nos textos do séculos 16 e 17.

Para poder verificar a freqüência de cada tipo de inversão, é preciso separar do total de ordens VS o sub-conjunto dos dados em que a posição do sujeito em relação aos demais constituintes pós-verbais possa ser bem documentada (ou seja, separar apenas (X)VXS e (X)VSX).

Ficamos aí reduzidos a 0,55 do total de VS, ou 145 sentenças, representando 0,04 do total de sentenças principais (*cf.* gráfico 44).

Neste sub-conjunto de dados, nota-se que em qualquer configuração – com ênclises ou próclises, com verbo inicial ou XV – as inversões com padrão VSX são relativamente mais freqüentes que as inversões com padrão VXS nos textos até a segunda metade do século 17. Depois disso, o volume de dados cai consideravelmente em geral – tornando delicado comparar a freqüência de cada tipo.

Ainda assim, será interessante notar o seguinte: nos textos a partir do século 18, a inversão em geral é menos freqüente; mas entre estes poucos casos que restam, a

maioria apresenta a ordem X-VS-X com ênclises (cf. gráfico 45).

Para resumir, os diferentes tipos de ordens VS atestados permitem compreender melhor a queda na proporção de inversões.

Em todos os períodos, há ordens VS com ênclises e próclises, com #V e com XV; mas algumas diferenças importantes foram observadas. Vimos que as ordens com XV e com próclises tornam-se menos freqüentes; a ordem X-XclVS desaparece dos textos já na primeira metade do século 18; e as ordens VSX caem de 0,07 para 0,01 nos textos entre a segunda metade do século 17 e o texto do século 19.

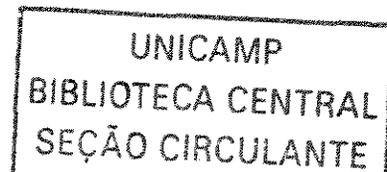
Isto permite afirmar que a queda do patamar de cerca de 20% para o patamar de cerca de 10% de ordens VS é explicável fundamentalmente como uma queda na freqüência de construções que instanciam o fronteamto de constituintes para uma posição acima da posição de sujeitos.

Tomo assim os fatos referentes à inversão como relevantes para compreender o sistema dos textos médios, e sua diferença com os modernos. A despeito de não se ter disponível uma análise mais sistemática da natureza da posição de fronteamto em termos discursivos, estes fatos todos tomados em conjunto indicam ser razoável propor que nos textos clássicos, está ativa uma posição pré-verbal para fronteamto de constituintes regida por propriedades do tipo "V2".

### 3.3.1 O contraste SV *versus* XVS

Chegamos agora um último aspecto importante, adicionando a esta comparação a questão da posição do clítico nas ordens SV

Contraopondo a proporção de VS já comentada com a proporção de SV com ênclises apenas (cf. gráfico 46), notaremos que a partir da segunda metade do século 18, a taxa de VS passará a ser efetivamente inferior à taxa de SV com ênclises nos textos - *seja qual for a proporção de ênclises em relação a próclises em SV*.



Podemos sobrepor agora a tendência da taxa de ênclises *versus* próclises em SV à proporção de VS, mostrando que é justamente no período em que a taxa de VS cai, que a taxa ênclises *versus* próclises em orações SV sobe (cf. gráfico 47).

Assim, fecharemos esta análise observando que nos textos até o fins do século 17, a taxa de ênclises em SV tende a ser inferior à proporção de ordens VS; e a partir de então, tende a ser superior. Isto é independente da proporção de ênclises em SV em relação a próclises em SV.

Isto reforça a hipótese de que os textos médios instanciam um sistema no qual a posição menos marcada para os sujeitos lexicais é pós-verbal; em contraste, os textos modernos instanciam um sistema no qual a posição menos marcada para os sujeitos lexicais é pré-verbal.

Ou seja, a passagem do sistema médio para o moderno seria a passagem de um sistema XVS para um sistema SVX.

### 3.4 Voltando às hipóteses para a estrutura da frase no sistema médio

O panorama mais amplo possibilitado pelo exame dos padrões de SV e VS em geral nos textos nos permite voltar para o problema da natureza das posições pré-verbais no sistema que caracteriza os textos até os 1600 com um novo olhar.

Pois concluímos, em relação aos padrões de VS, que o contraste entre os textos pré 1700 e pós 1700 podem ser interpretados como indicadores da passagem de um sistema XVS para um sistema SVX. No primeiro sistema, a posição pré-verbal seria disponível para constituintes de VP em geral – crucialmente, não seria uma posição própria para *sujeitos*.

Ou seja, #SV é aí um subconjunto de X#V. Além disso, entretanto, já havíamos

argumentado que esse sistema tem uma outra posição pré-verbal – a posição de adjunção, configurando X#V. Nessa configuração, SV é um subconjunto de X#V.

Até este ponto os fatos empíricos documentados mostram que a hipótese geral para a estrutura da periferia esquerda frase no sistema clássico se mostrou interessante para descrever os dados do corpus estudado:

(60) O *sistema médio* e as posições pré-verbais:

#XV → construção de fronteamto disponível para os constituintes de VP

X#V → construção de adjunção disponível para constituintes com referencialidade intrínseca

Tipicamente, os constituintes que podem participar das duas configurações são os constituintes de VP “+referenciais”, tais sejam sujeitos e complementos. No caso dos complementos a adjunção sempre envolverá uma retomada clítica, para que o complemento possa ser interpretado na operação de predicação. No caso dos sujeitos, a adjunção é possível pela interpretação via categoria vazia sujeito. Quanto aos advérbios, um caso é certo: os advérbios de VP do tipo bem, mal, já, sempre, não podem participar da configuração de adjunção, pois sua interpretação não é garantida na operação de predicação. Outros elementos referenciais que não são constituintes de VP podem aparecer na configuração de adjunção, sem que para isso precisem ser retomados por nenhum elemento no interior da frase – caso potencial das orações, sintagmas preposicionais, e advérbios de frase.

Quanto à distribuição dos clíticos, constatamos nos dados que

(61)

#XV → próclise categórica

X#V → ênclise preferencial

A próclise categórica em #XV é evidenciada empiricamente pelas construções com advérbios de VP fronteados, e crucialmente, com complementos fronteados sem retomada. A ênclise é a opção generalizada em X#V nos casos em que temos certeza da natureza externa de X – novamente, nos complementos, mas aqui importam os casos de

retomada. Observamos que registram-se também casos com próclises e elementos retomados. Isto não invalida a análise, se consideramos que em outros ambientes potencialmente V1 estruturais a próclise também é atestada; é o caso das sentenças independentes parentéticas, das coordenadas V1, e das ordens oração dependente-V.

Assim, há evidências empíricas interessantes que confirmam a hipótese de que há no sistema médio dois tipos de posição pré-verbal, uma interna, e uma externa; entretanto, vimos também que o contraste entre as duas posições não explica satisfatoriamente a colocação de pronomes clíticos. Por um lado, é verdade que os elementos fronteados ou internos são categoricamente seguidos de próclise. Por outro lado, é verdade que os elementos adjuntos ou externos são tipicamente seguidos de ênclises. Entretanto, não se descartou a hipótese de que elementos externos possam ser seguidos de próclises. Isto significa que quanto à colocação pronominal, não se apresenta aqui uma explicação definitiva para a variação.

Procuramos aqui reduzir o conjunto das construções em que o estatuto da próclise é ambígua. Consideramos que os constituintes fronteados nunca são seguidos de ênclise – ou seja, qualquer seqüência XV com ênclise deverá corresponder a uma estrutura de adjunção. A posição do pronome é especialmente problemática nos casos em que se superficializa XV com próclises e X deve ser um adjunto (X é uma oração, um complemento retomado, etc). Isto leva ao problema de classificar os casos de XV com próclises onde X *pode* ser um adjunto, como em SV.

Caracterizei o “fronteamento” em termos gerais como uma operação semelhante ao movimento do verbo e dos constituintes de VP nos sistemas “V2”<sup>67</sup>.

<sup>67</sup>Vejam-se os exemplos abaixo, do corpus de manuscritos a ser comentado na seção 4:

Orações dependentes com seqüência C-XXdV nos manuscritos do Corpus de Controle:

(a) que para amor disso **lhe dá** cá muita pena por **lhe** rogar [MI-XXV-1689]

(b) que esta pessoa me deu a entender [MI-XXVI-1684]

(c) quando eu a **vi** tão atribulada e a modo de que estava em algum aperto... [MI-XXX-1699]

As ordens #XV resultam do duplo movimento de X para o especificador de uma categoria funcional para cujo núcleo também o verbo se move. Saliento entretanto que não pretendo propor uma derivação das ordens possíveis, nem uma explicação formal das categorias envolvidas.

Em termos gerais, esse seria um sistema V2 assimétrico, em que por hipótese a posição “V2” não coincide com o especificador de CP. Vamos lembrar que nos sistemas V2 típicos (ou “*bem comportados*”, nos termos de J. Fontana<sup>68</sup>, a ordem das sentenças independentes e dependentes é simétrica; o fato do verbo aparecer sempre em segunda posição também nas dependentes (Complementizador-V-X) mostra que nas dependentes, X pré-verbal ocupa o especificador de CP. As evidências empíricas dos textos portugueses não apontam para um sistema desse tipo – já que nas sentenças dependentes atesta-se a ordem a ordem Complementizador-X-V. Ou seja, a posição para a qual os constituintes de VP são movidos não é necessariamente o especificador de CP, mas sim um núcleo intermediário entre CP (ou seja, a fronteira esquerda da frase) e o predicado.

Poderíamos pensar ainda se há uma ou mais posições para abrigar consituintes fronteados. Será interessante remeter às construções V3 com próclises (XXclV).

Na maioria dos casos com essa configuração no CTB, a interpretação autorizada é de que o elemento inicial se encontra fora de CP, e há na realidade apenas um constituinte pré-verbal no interior da oração. Os exemplos abaixo (todos do texto de Chagas, nascido em 1631, texto em que a construção XXclV é mais usada – 0,06 do total de seus dados) ilustram esta interpretação: em (d) a (g), o elemento inicial é uma sentença dependente; em (h) e (i) são claramente tópicos; em (j) é um advérbio de sentença:

<sup>68</sup>“*well behaved*”, em J. Fontana (1993)

(61) Ordens XXclV no texto de Chagas

- (a) Se eu a governara, neste lugar a havia de meter algum tempo. |CTB07261|[cha-1631-0202]
- (b) Se este negócio é de Deus, êle o há de conservar, e se não é, eu peço a este Senhor que se não conserve, ainda que este é o meu desejo em tudo. |CTB07745|[cha-1631-0686]
- (c) Se de todos os corações do mundo pudera fazer um só coração eu vo-lo dera, meu Deus, e só para vós o quisera. |CTB07138|[cha-1631-0079]
- (d) Tenho por sem dúvida que Vossa Paternidade me tem adivinhado, porque muito folgo de dar bom exemplo e acho em mim todos os sinais de zêlo, excepto dous: um, ser muito alegre, e outro que não convém dizer nem dar conta mais que a Deus; a variedade é maior que a que Vossa Paternidade me diz, porque fâcilmente mudo de parecer, de resolução e conselho: constância pouca, palavra nenhuma, ainda que Deus sabe as causas; mas como vejo que disto, que às vezes faço para bem, se segue mal, neste particular me emendarei; porque, posto que seja sino, assim o experimento, pois me vejo cada vez mais duro e uma máquina armada no ar, vazia de tôda a virtude e à dependura dos juízos de Deus, que eu mesmo publico como estrondo, ficando sem o sentimento para me aproveitar dos avisos; mas ainda assim dou graças a Deus que me pusesse nesta altura para bem de outros. |CTB07605|[cha-1631-0546]
- (e) Muitos há, que tratam a Deus como a fonte; ela com o ruído os chama, com suas doces águas os deleita, bebem, recream-se nela, e logo lhe dão as costas. |CTB08008|[cha-1631-0949]
- (f) O ir para o Natal, como lá se disse, eu o tenho quási por impossível, e porque ainda se estivera em Viana ou Pôrto, pudera, mandando-me por obediência, valer-me de uma caravela... |CTB07479|[cha-1631-0420]
- (g) Primeiro que tudo, esta primeira queixa me boliu alguma cousa no sentimento que tenho de que pareça a Vossa Mercê que nem longe nem perto tenha cousa que mais estime ou me deva mais no trato de sua alma; porque também conheço que a nenhuma como à de Vossa Mercê deve obrigações meu pobre e miserável espírito. |CTB07860|[cha-1631-0801]

O ponto importante é ressaltar que não se encontram, nas construções XXclV, evidências de que *o primeiro dos constituintes pré-verbais é necessariamente um constituinte interno*. Isto é: não se encontram seqüências deste tipo iniciadas por elementos não-referenciais. Por isso considerarei satisfatória uma análise da estrutura das sentenças na qual haja uma posição pré-verbal interna para elementos fronteados.

Entretanto, a questão principal sobre esta estrutura geral, como mencionamos nas seções 2 e 3, é poder classificá-la seja como uma propriedade V2, seja como um movimento de constituintes para uma posição de foco ou afetiva, disponível em sistemas SV – caso do Português Euroeu. Vimos, quanto aos sujeitos, que se a todo sujeito que por hipótese deve ocupar a posição inicial corresponde uma focalização, então a construção SV com próclises não é evidência de um sistema diferente do PE. Da mesma forma, não seria preciso postular que os elementos afetivos ou os advérbios

fronteados ocupam uma posição distinta daquela ocupada no PE. Crucial, portanto, seria poder fazer esta diferença.

Nas análises sobre a sintaxe do PE, no âmbito das abordagens da ênclise como diretamente derivada da restrição fonológica ao clítico inicial, a próclise pode ser considerada a opção básica de colocação do pronome, depois do movimento do verbo para o núcleo de flexão I. Em algumas análises<sup>69</sup>, mesmo nas construções com verbo em primeira posição estrutural, a ordem na sintaxe é a próclise, que é alterada por uma regra pós-sintática pelo efeito de restrições fonológicas. Em contraste, outras análises partem da observação de que os elementos seguidos de próclise no PE são sempre constituintes com propriedades de operadores: quantificados, afetivos, etc., e conceituam a posição ocupada pelo X não-referencial seguido de próclises como uma posição pré-verbal para operadores. Algumas delas consideram que a estrutura da frase no PE inclui uma projeção de tipo FP, própria para constituintes focalizados ou de outra forma “afetivos”. É o caso da análise de E. Raposo<sup>70</sup>, com a seguinte estrutura para a periferia esquerda do PE:

(62) Raposo (2000) item 13 adaptado

[TopP Spec [ T ] [CP Spec [C] [FP Spec [F] [IP Spec [I] [VP ... [...]]]]]]

Outras análises consideram diferentes projeções intermediárias entre CP e IP para abrigar os constituintes que são seguidos de próclise. Nos trabalhos de Ana Maria Martins<sup>71</sup>, é proposta uma projeção  $\Sigma$  (sigma), acima dos núcleos de concordância, que abrigaria os focos e outros elementos operadores. Isso renderia a seguinte estrutura para a periferia esquerda do PE:

(63) Martins (2000) item 14 adaptado

[  $\Sigma$  Spec [ $\Sigma$ ] [AgrSP Spec [AgrS] [TP ...[ ...]]]]

<sup>69</sup>Notadamente, Barbosa (1996, 2000)

<sup>70</sup>Em Raposo (2000)

<sup>71</sup> Em Martins (1994), Martins (2000)

Sigma ( $\Sigma$ ) é, fundamentalmente, o lócus para operadores como Negação, Afirmação, etc. O núcleo  $\Sigma$  pode ter traços V fortes ou fracos, parametricamente determinados. No PE, há traços-V fortes nessa projeção, obrigando o verbo a subir até  $\Sigma$  – e conseqüentemente gerando ênclise. As construções com próclise explicam-se na medida em que a presença de um operador lexical em  $\Sigma$  impede (ou torna inútil) o movimento do verbo até este núcleo; assim o verbo permanece em AgrS, e superficializa-se a próclise.

A diferença principal das análises de Raposo e Martins, nos pontos que aqui interessam, é que enquanto para Martins o clítico é deixado em AgrS quando o verbo se move para  $\Sigma$  (ficando, portanto, *stranded*), na análise de Raposo verbo e clítico, encapsulados em I, movem-se para F. É na própria projeção FP que se dará a enclitização: o clítico se afixa ao núcleo F, e o verbo sobe para o especificador de FP<sup>72</sup>.

A análise de C. Galves para a ênclise no PE<sup>73</sup> distancia-se das análises de Martins como de Raposo, pois não envolve movimento do verbo – seja deixando o clítico *ilhado*, seja alvejando o especificador de uma categoria cujo núcleo abriga o clíticos. Para Galves a enclitização opera em um nível estrutural anterior, não estando em jogo a constituição da periferia esquerda da frase. O conjunto V+CL forma-se como uma palavra

<sup>72</sup> Este movimento do verbo (ou melhor, de I contendo o verbo) para uma posição de especificador ofende o princípio de preservação da estrutura (pelo fato de um núcleo mover-se para um Spec), e as restrições para movimento de núcleos (pois o núcleo F é ultrapassado por I quando este se move); Raposo irá argumentar em favor de sua proposta com base em dois fatos. Quanto à preservação da estrutura, ele defende, com base em Nunes (1995 e 1998), que este princípio é até certo ponto postulativo, e que o que deve restringir as opções quanto ao alvo dos movimentos são os princípios mais gerais de economia. Nesse sentido, o movimento para um núcleo será sempre preferencial quando possível; no caso aqui em pauta, a opção ótima seria o movimento de I para F por adjunção. Entretanto, haveria no PE uma regra fonológica mais forte que o princípio de economia: a regra proposta por Raposo de que F não pode iniciar a sentença. Portanto, a regra fonológica impede o movimento de I para F (que geraria [F [I [V I] F] ) e faz com que a única derivação possível seja aquela em que I tem como alvo Spec/FP (gerando [FP Spec I [F IP]] ). Raposo (2000) observa que, por mais custoso que este movimento pareça, não é mais custoso que a opção de *stranding* do clítico assumida na análise de Martins (2000), e que envolve a excorporação do verbo.

<sup>73</sup>Em Galves (2000)

morfológica, seja no nível VP, seja já no léxico. De todo modo, nos níveis superiores a VP, onde se dará o movimento do verbo, este já caminhará como uma unidade [VCL]. Entretanto, esta unidade só será licenciada se o verbo termina por se abrigar em uma categoria funcional que não contém traços de Agr. O próprio clítico é concebido como um feixe de categorias *phi* interpretáveis (ou seja, um seguindo a linha da concepção de pronomes, pronomes clíticos e afixos como epifenômenos relativos à inserção de traços *phi* em diferentes níveis da gramática). Assim, nos afixos a inserção se dá no nível lexical; nos pronomes “livres”, no nível sintático; e nos pronomes clíticos (que não passam de partículas deficientes, caracterizáveis como morfemas desligados), o processo é oscilante. Na ênclise, a inserção dos traços *phi* representados pelo clítico se dará em nível lexical; na próclise, a inserção se dará pela adjunção do clítico ao verbo. A superficialização de ênclise ou próclise dependerá da configuração mais ampla da estrutura em cada derivação. O conjunto [VCL] formado no léxico só pode aparecer, como disse, em configurações nas quais o verbo não esteja em relação Especificador/Núcleo em um núcleo com traços AGR. Nessa configuração, a derivação a partir da ênclise é impossível, e se superficializa a próclise.

No caso da ênclise com sujeitos no PE, a possibilidade da ênclise explica-se uma vez que nessa gramática os sujeitos pré-verbais não se abrigam no especificador da categoria que abriga o verbo. Crucialmente, portanto, nesta análise a próclise se explica pela configuração especificador-núcleo estabelecida entre o constituinte pré-verbal e o verbo; e esta configuração se dá em uma das categorias funcionais do grupo IP (isto é, menos naquela que abriga os sujeitos).

No contexto de uma análise *à la* Galves, o sistema dos textos clássicos tal como o defendo aqui se diferenciaria do PE em um fato geral crucial: no sistema médio a ênclise não corresponde à ocupação de IP pelo sujeito. Por sinal, nem a próclise – pois no sistema médio que proponho, *todo* SV corresponderia a um sujeito fora de sua posição de flexão (seja por estar movido para uma categoria funcional mais elevada que

a flexão, seja por estar adjunto à frase).

Assim, a ênclise em SV, a partir das generalizações para os textos clássicos, teria que ser derivada sintaticamente de forma inteiramente distinta da ênclise do PE tal como derivada por Galves (mais que das outras análises consultadas); observe-se que isto tornaria interessante pensar a mudança de um para outro sistema como incidente nas propriedades sintáticas do sujeito.

Neste trabalho, não apresentarei uma proposta para a derivação das estruturas envolvidas na alternância ênclises/próclises, sendo outros os objetivos da pesquisa.

Antes de mais nada, porque em vista de alguns outros aspectos empíricos trabalhados neste capítulo, ainda não podemos chegar a uma boa generalização para esta alternância - sobretudo, em vista do fato de encontrarmos *próclises em estruturas de provável adjunção*.

A seguir resumirei os fatos empíricos que considere centrais para compreender os padrões de ordem nos textos escritos por autores nascidos até cerca de 1700, e apontarei algumas questões sobre a evolução dos padrões.

## 4. Resumo e perspectivas

Neste capítulo procurei explorar evidências empíricas documentadas em textos escritos por autores nascidos entre os séculos 16 e 19, buscando as principais generalizações que permitem identificar a fronteira dos padrões atestados nos textos, e defender uma análise estrutural mínima para os textos *clássicos*. Resta agora resumir os fatos empíricos importantes que já vimos, e pensar nas perspectivas para o prosseguimento do trabalho.

O aspecto que considerarei mais interessante para se avaliar o estatuto de cada texto, entre médio ou moderno, é a relação entre a proporção de construções SV com ênclises e a proporção de construções com froneamento e sujeitos pós-verbais (que são os froneamentos mais caracterizados - XVS).

Seriam representativos do sistema *médio* os textos nos quais a proporção de ordens XVS esteja na faixa de 20%, e seja superior à proporção de ordens SV com ênclises em relação ao total de sentenças principais.

Vimos aqui que, qualquer seja a relação próclises versus ênclises em SV, os textos escritos até os últimos anos do século 17 apresentam, sempre, uma taxa de 20% de realizações de sujeitos pós-verbais – e esta taxa é, sempre, mais elevada que a taxa de realizações de sujeitos pré-verbais com ênclises (e apenas cerca de 10% mais baixa, quando não equivalente, à taxa de SV em geral). Já nos primeiros textos escritos por autores nascidos na primeira metade do século 18, a taxa de VS cai para a faixa de 8-9% (que permanece estável até os textos modernos); entretanto, a taxa de SV sobe para sempre acima de 20%.

Crucialmente, a partir deste ponto, em todos os textos a taxa de SV com ênclises é superior à taxa de VS - mesmo nos textos em que a proporção de próclises em SV é ainda alta. Podemos assim resumir as características que tomei como centrais nos textos escritos por autores nascidos até o século 17:

### Quadro: características dos textos até o século 17 no *Corpus principal*

#### 1) #V

→Registra-se algum clítico inicial  
(até 5% das ordens #V na 2ª metade do século 17)

#### 2) XV

##### X#V:

→As ordens lineares XV interpretadas como adjunção chegam a até 5% das sentenças principais; a posição preferencial do clítico é a ênclise;

##### #XV:

→As ordens lineares XV interpretadas como fronteamentos chegam a até 27% das sentenças principais; a posição categórica do clítico é a próclise;

#### 3) SV

→As ordens SV com ênclises podem chegar a até 5% das sentenças principais (e é próxima ou inferior à proporção de X#V);

→As ordens SV com próclises podem chegar a até 30% das sentenças principais (e é próxima de #XV);

→A oscilação das proporções de SV com ênclises e com próclises em cada texto não é inversamente proporcional;

→A taxa relativa de ênclises/próclises em SV oscila entre 0% a 30% nas sentenças principais.

#### 4) VS

→ Uma faixa de 20% das sentenças principais apresentam sujeito pós-verbal (em V1, V2 e V3);

→O padrão de VS mais freqüente é XVS com próclises (X-clítico-VS);

→Registra-se a ordem XXVS (X-X-clítico-VS)

O quadro do conjunto dessas características começa a mudar nos textos do século 18 – mas nem todas as características evoluem no mesmo ritmo.

A propriedade que tomei como central é a taxa de VS nas orações principais, justamente por ser a característica mais estável entre os textos até o século 17, e cuja queda é definitiva desde o primeiro texto do 18. Combinando esta generalização sobre os sujeitos pós-verbais, e o que se viu sobre as posições pré-verbais, seria possível entender que a sintaxe clássica do português pode ser satisfatoriamente descrita como um sistema de tipo V2, uma vez que o movimento para a posição pré-verbal interna é bastante produtivo, e também as ordens VS – em especial, XVSX.

Isto indicaria que a sintaxe dos textos clássicos aqui estudados pode ser descrita em moldes similares ao que se têm proposto para os textos do final do período medieval por diferentes estudos; a idéia geral aqui levada em conta parece-me que captura o espírito das principais análises sobre o português entre o período arcaico e o moderno e sobre a diacronia do romance em geral<sup>74</sup>.

Há entretanto uma diferença importante que surge aqui: para interpretar os fatos empíricos como eu proponho, é preciso ponderar a questão da restrição ao clítico inicial. Pois como vimos, nas estruturas de fronteamto, a próclise é categórica; mas nas estruturas de adjunção, atestam-se ênclises e próclises.

Isto configura uma conclusão indesejável: o ambiente em que será mais adequado falar em variação na posição dos clíticos na abordagem aqui proposta, justamente, são os ambientes potencialmente V1, onde deveríamos esperar a ênclise obrigatória segundo as principais análises.

Veja que isto não é indesejável apenas tendo em vista as análises sobre o período medieval, mas também, e crucialmente, levando-se em conta que este sistema médio

---

<sup>74</sup>Sobre o Português, em particular Galves et al. (1998), Ribeiro (1995), Torres Morais (1995), Martins (1994); sobre o romance ibérico, em especial Salvi (1992), Benincá (1999) e Fontana (1993).

deve estar na base do surgimento do PE, onde a obrigatoriedade da ênclise em V1 é um fato bem estabelecido.

Ao longo do restante deste trabalho, procuraremos elucidar alguns destes pontos.

Penso que neste ponto será interessante acrescentar novas dimensões a esta análise, abordando os textos de um ponto de vista alternativo, sobretudo quanto à questão de sua *representatividade*.

Estariam em pauta as seguintes perguntas:

- *Os padrões atestados nos textos do Corpus Tycho Brahe são fatos característicos da escrita, ou podem ser tomados como representativos também da língua oral? Quais seriam as propriedades da escrita seiscentista em jogo na variação atestada que possam remeter a um distanciamento em relação à língua falada?*
- *Em que medida é seguro supor que o falante médio do português na segunda metade do século 17 esteja bem representado na escrita dos autores do Corpus Tycho Brahe? Isto é: qual a relevância de se levarem estes fatores em conta nos estudos da mudança gramatical que sela o fim do estágio médio da língua portuguesa (e em tese marca o início de um período de diversificação espacial, formando-se duas variantes modernas, o PE e o PB)?*

Minha hipótese de partida para estas questões é que os padrões atestados nas obras literárias do *Corpus* devem ser interpretados como característicos da escrita seiscentista, sobretudo a escrita culta. Haveria, nessa escrita, propriedades que não estão necessariamente ativas um plano mais amplo da língua da época – e que portanto, não seriam representativas do sistema que dá origem ao PE moderno. A relevância desta hipótese para os estudos da mudança reside nem tanto na constatação de uma diferença entre linguagem escrita-linguagem falada, mas sobretudo no fato de ser possível defender que esta diferença opera em diferentes moldes seja no período seiscentista, seja no setecentista. Os capítulos seguintes exploram estas questões, buscando novas perspectivas sobre a dinâmica dos padrões sintáticos até aqui descritos.



## II. S i n t a x e e H i s t ó r i a

*“Da mudança que as lingoas fazem  
per discurso de tempo:*

*Assi como em todas as cousas humanas  
ha continua mudança & alteração,  
assi he tambem nas lingoages.*

*E o que parecia increiuel,  
tambem isto estaa subiecto  
ao arbitrio da fortuna...”*

✠

*Origem da Lingoa Portuguesa  
Per Duarte Nvnez de Lião,*

*desembargador da casa da supplicação  
natvral da inclvta cidade de Evora*

✠

*Em Lisboa :  
Impresso por Pedro Craesbeck  
MDCVI*



**N**este capítulo busco olhar a evolução dos padrões sintáticos registrados nos textos sob uma luz diferente, à perspectiva da *informação histórica*, da comparação com *textos de outra natureza*, e da abordagem de *longo prazo* sobre a mudança gramatical envolvida na evolução dos padrões. Para justificar essa ótica de análise, remeto aos fundamentos teóricos desta pesquisa tais como apontados na *Introdução*: os textos encerram uma inter-relação de propriedades gramaticais abstratas e fatores históricos; e o fato de o objeto teórico da sintaxe gerativa se localizar na língua em termos abstratos não redime a pesquisa de buscar contextualizar historicamente seu material empírico de investigação. A dimensão histórica da escrita portuguesa pode ser relevante na interpretação dos padrões sintáticos que atestamos nos textos escritos neste período na medida em que permite uma *mediação* na nossa interpretação da evolução dos padrões enquanto manifestações de mudanças lingüísticas.

Na primeira seção do capítulo, procuro colocar a escrita seiscentista em perspectiva abordando o problema da representatividade da escrita culta, que constitui a fonte principal deste estudo. Inicialmente, comparo os padrões atestados nos textos até aqui com os padrões em textos de natureza sociolingüística diversa; em seguida, contraponho entre si os padrões de alguns autores chaves do Corpus principal: os representantes das gerações da virada dos anos 1600 para os 1700.

Na segunda seção, apresento apontamentos colhidos na historiografia sobre esse período histórico, salientando os aspectos que podem ter relevância direta no estudo da sintaxe dos textos.

Na terceira seção, revisitamos os padrões sintáticos atestados nos textos, levantado o problema da mudança gramatical no seu longo prazo – quanto à formação das variantes modernas da língua, e quanto à relação dos textos seiscentistas com os medievais.

# 1. A escrita seiscentista em perspectiva

## 1.1 A representatividade da escrita *culta*

A dimensão histórica permite uma mediação na nossa interpretação da evolução dos padrões enquanto manifestações de mudanças lingüísticas sobretudo quando pensamos o problema da relação oralidade-escrita. A questão da idealização da escrita remete portanto à representatividade dos textos em relação à língua de um modo mais geral.

Para ilustrar a perspectiva que tomamos aqui a esse respeito, vamos partir de dois exemplos de cartas escritas em meados do século 17, no *Quadro I* e no *Quadro II* a seguir.

A primeira carta, de 1649, é de Dom Francisco Manuel de Melo<sup>1</sup>, um dos principais nomes da literatura portuguesa nos 1600; faz parte do conjunto de sua correspondência escrita no cárcere, por ele reunido e publicado em 1644 no volume *Cartas Familiares*; e está incluída no *Corpus* principal deste estudo.

A segunda carta foi escrita cinco anos depois por Ilena da Costa, de quem nada sabemos além do fato de seu marido, o alfaiate Francisco Rodrigues, ter sido vítima de um processo inquisitorial por bigamia; faz parte do rol dos autos da Inquisição de Évora; foi aí selecionada por Rita Marquilhas<sup>2</sup>, e está incluída no conjunto de documentos que consulto como meu "*corpus complementar*".

<sup>1</sup>cf a edição utilizada como fonte no *Capítulo I*, de 1937 (Lisboa, Sá da Costa; seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, com ortografia modernizada).

<sup>2</sup>Em Marquilhas, 1996 e Marquilhas, 2001 (edição do manuscrito e ortografia modernizada).

**Quadro I: Exemplo de carta escrita na Portugal dos 1600 – 1  
Lisboa, 1649:**

N.

*Não podia eu, certo, receber a mercê desta carta de V. M. a tempo que por ela ficasse mais obrigado; porque me chega na ocasião, em que de novo padeco tão penosos acidentes, que à alma e corpo me alcançam. Assi fico igualmente devedor à benevolência que à providência de V. M. , que de longe soube acudir-me com a triaga contra esta peçonha dos pesares, de que vivo há cinco anos oprimido. Por esta mesma causa me desculpo (ainda mal porque com tanta) de me não haver posto sequer a provar se podia com mais concôrto pagar a V. M. a confiança que fez de mi. Pagar de todo, bem sei eu me seria impossível; mas de um coração esquarterjado, que pode esperar-se senão medo e sangue? E quando mais, escarmento.*

*Desde que tive noticias dos trabalhos de V. M. , que foi bem antes que mas desse o senhor N. , soletrei nelas suas boas partes: tão unido anda isto, em minha opinião; e só a mi não valeu o ser inútil para deixar de ser mofino. Os parentescos da fortuna são mais apertados que os de sangue; e eu por esta parte senti sempre (crescendo com as informações) o que V. M. padecia. Não sou de aqueles impios, que acham alívio no mal alheio; quanto mais que não é alheio aquele dos a que bem queremos.*

*Quisera perguntar a V. M. mas não ousou: Qual é maior martírio, se o ser perseguido dos naturais, se dos estranhos? É verdade que entendo que de tudo podemos ambos dar razão. Sem embargo, neste caso não tivera por demasia vencer eu a V. M. Cinco anos há (como disse) que habito em cárceres, e com tão pouca esperança de melhoramento que moralmente espero do porvir me faça ainda esta vida saúdaes.*

*Veja V. M. se podia achar tão proporcionado correspondente? E se em mi, nas mais partes, para o ser de V. M. houvesse a mesma igualdade, só me ficara para desejar ter a dita de sabê-lo servir, muito em proveito de seus negócios; que, segundo a prática que aqui houve do senhor N. , bem me parece não faltarão desta banda ocasiões, em que V. M. necessitasse de amigos. Crea V. M. que aonde não alcançar o poder, alcance, e passe mais adiante, a boa vontade. E que será assi sempre que V. M. me puser nesse exame.*

*Confessarei a V. M. facilíssimamente fui desde moço afeiçoado a êste genero de letras, que em bom português chamamos trovas. E, como cá dizemos que quem o Demo toma uma vez, sempre lhe fica um geito, eu o não perdi nem por haver perdido tudo quanto tinha e quanto podia esperar. Envoltas às vezes a ociosidade e malanconia, guisaram aqueles fracos poemas, que V. M. lá viu e perdoo, pelo tempo em que estava. Podia suceder que, se eu soubera tinha tal auditório, ou me calara ou falara de melhor maneira. Porque o senhor Embaixador, a quem eu os dirigi, por meu amigo e mestre, me deu muita ocasião a que para com sua pessoa me descuidasse. Soube aqui dele tivera a V. M. por ouvinte. Sofri-o; porque creio que os sábios ensinam castigando. Desta certeza me valho para me não dar por corrido de lêr V. M. os meus livros.*

*Já lá serão outros, que há dias remeti ao senhor N. Aqueles, pela matéria moral, e ainda divina, haverão merecido a V. M. indulgência para a linguagem. Eu fico assi reconhecido da repreensão, que havendo começado um livrinho em castelhano, o tornei logo a português, em que o prossigo. Mas posso certificar a V. M. que já antes tive assaz de sentimento, porque havendo-me N. cometido o historiar a vida do senhor N. seu pai, me não deixou liberdade para que eu pudesse escrevê-la em nossa língua. A obra é grandíssima; necessita de mais anos e mais gôsto, do que de vida me promete o pouco gôsto com que vivo. Com tudo, dou a V. M. minha palavra de que será pública a emenda; suposto que não quisesa me devesse mais a Pátria, pela não fazer de novo ingrata contra mi, quando vejo me paga tão mal êsse pouco, que por outras vias me deve.*

*Tenho visto e revisto esta égloga de V. M. , tão raramente engenhosa, quanto V. M. conhece. Pela parte que nela tenho, digo quis V. M. e pôde tirar ouro da escória de Ênio; e pela do senhor Embaixador, que felizmente se atreveu V. M. a tirar a clava das mãos a Hércules. Agora vejo que aquilo que V. M. diz é o que eu devia dizer, mas não soube. V. M. fez tanto mais em emendar-me do que eu em haver acertado houvera feito, quanto vai de encaminhar um errado a não errar o caminho.*

*Os sonetos divinos me pareceram divinos sonetos. Prossiga V. M. em tirar ouro, já que Deus lhe deu mina de aquele mesmo metal, de que aos melhores, quando muito, deu uma vea. E da mesma sorte prossiga V. M. em me enriquecer de suas obras, que o meu amor e a minha pobreza assi lho pedem. Eu tenho aqui um volume de versos portugueses, e tanto, que parecem escritos há duzentos anos. Desejo estampá-los limpamente, e com o meu nome, à diferença dos castelhanos, que creio sairão à luz brevemente com algum suposto. Muito quisera que a impressão se fizesse nessa terra; mas à falta de correção me detenho. Se a assistência de V. M. desse lugar à emenda e a alcançar o fim da obra, não me seria dificultoso mandar lá o original, bem castigado, para que V. M. dispusesse sua estampa; e com ele faria ir os efeitos de seu dispêndio.*

*Sirva-se V. M. de me avisar o que neste negócio deverei fazer; porque ainda que me não ache nesta lugar a resposta, sempre nela deixarei ordem, que se obedçam as de V. M. neste e nos mais fins de seu serviço. Das águias se diz levantam algum animal no alto, para o deixarem cair. V. M. não seguirá êste exemplo; e pois me subiu à sua lembrança, confio me não solte dela. De mi prometo que em qualquer estado serei um mesmo para servir a V. M. e sempre êste. Sobre tudo guarde Nosso Senhor e litore a pessoa de V. M. como fico desejando.*

*Tôrre, em 7 de Maio, 1649*

**Quadro II: Exemplo de carta escrita na Portugal dos 1600 – 2  
Guimarães, 1654:**

Francisco Rodrigues Muito festejei ouvir novas vossas que tão desconsolada vivo e sem novas vossas muito mais imaginando que vos esquecias de mim e da vossa filha pois vos tenho escritas catorze cartas todas remetidas a Setúvel a casa de Maria Ribeira adonde me mandastes dizer e uma só carta que li da vossa mão e com esta agora duas o que me causou grande pena pelo acima dito e por cuidar que estarias doente a Lisboa vos escrevi por sete portadores ainda não tive resposta agora mandei uma ò Bexiga de Manuel Machado que está lá ainda não tive resposta como me dizeis que não tivestes carta minha não vos torno culpa o não me escreveres que ainda se vós as procuraras as minhas cartas era força que de tantas alguma vos fora agora nesta vos quero avisar de tudo para saberes o que se passa eu mudei-me para a torre velha pelo São Miguel tanto que ai estive Jerónimo [...] me veio penhorar em tudo quanto estava na casa dei conta a vosso compadre ele deu ordem para se rasgar a penhora eles ficaram com a papa na boca tão grande raiva foi a sua e a de Maria Fernandes que não falou muito tempo com o compadre e diz os diabos de vós e que nunca haveis de vir à terra e anda dizendo a toda a gente para mo [virem] dizer um pouco que estais no espital de Lisboa outro pouco que morrestes que ela a mim não me salva quando os [maçaricos] viram a penhora feita cuidando que lhe aproveitasse e que não tivesse eu por onde lhe pegar a eles fizeram uma petição ò juiz como vós fugiras e eu não tinha nada de meu botaram-me fora estive com vossa mãe enquanto não achei casa agora moro defronte de minhas mãrinhas aonde morou a Grelha estou aí ricamente se vós estiveras comigo muito melhor todos os dias estou olhando se me bateis à porta avisai-me quando haveis de vir senão vinde-me [...] buscar que se eu não andara prenhe houvera de ir com este home mas arreecei de não poder andar e mais eu que muito doente que não me atrevi a ir falar com este home à sua terra o que muito desejei fazer e mais levar-lhe esta carta que quando me ele levou a vossa mandou-ma por um moço como se não quis esperar e não fiz a senão duas regras mas fundada de ir lá mas juro-vos que ando tão doente que me não atrevi mandei lá minha mãe com esta daí a quatro dias que me a vossa foi dada peço-vos muito que me escrevais todos os correios e que não passe [...] a páscoa como passei o natal que se não vindes até então fazei de conta que parindo e vindo o marinhoto dou comigo lá que eu devo de parir para a páscoa não quiseira estar sem vós vinde sem falta nenhuma não se vos dê de dinheiro que Deus não é de faltar que eu ainda não vendi nada do que me deixastes nem empenhei nem por isso me vai melhor só Deus sabe o que eu passo de dia cozo para comer de noute fio para quando parir e para pagar a camisa e outras miudagens de que vós sabias com o [licenciado] Leite já não tendes cousa nenhuma que o Castinheiro esteve preso em Basto até pagar então dizia que vós que lhe fizestes uma assinado em casa do Chapéu Pardo de lhe dares mil réis agora já não fala nisso nem ele não sei aonde anda sempre que nunca o vejo a vosso compadre tendes muita obrigação porque em todas as [...] quando vos partistes e outro dia trazia-vos não sei quantos tostões quando vos não achou ficou morto por vós enquanto [...] o acho muito certo ele vos manda muitos recados e vós vos não esqueçais dele em todas as cartas e lhe escrevei o que vos parecer vossa mãe vos manda muitos recados e minha mãe os mesmos a vossa filha um abraço muito arroxado Jerónimo Luis muitos recados o Pirdigão muitos eu também vos mando um abraço ainda que vós mo não mandastes e vos peço muito que me não falteis com novas vossas duas cousas vos pido dessa cidade quando vos vieres que mas tragais uma pouca de cassa e uns corais que é cousa que muito desejo que bem sabeis a fim que os meus levaram e mais peço-vos muito como amigo que se tiveres portador certo que vos alembreis de mim que passo muitas necessidades e mais a vossa filha na cama vos fiz esta carta que me vai [...] muito mal já há muito tempo

(no verso)

Mais vos conto os muitos trabalhos que passei com o desembargador que estive arriscada a estar na cadeia então falei a dous homes que falasse ò desembargador então dei [testemunhos] como vós estavas ausente havia três meses meia vila está presa com esta alçada ficou culpado na morte do filho de Matias de Faria Davinde Miranda prenderam a mãe dos Feijoeiros Pedro da Costa o Negro e muitas forças fizeram por vós que se souberam aonde vós estavas lá houveram d'ir buscar-vos eu não quis dizer porque houve medo que não tornou a jurar só a vós procuraram ainda alçada aqui está isto acabado não sei em que há-de vir a parar que tão embrulhada está a vila a que Deus guarde como desejo não haja falta que me não escrevais todos os correios e procurai as minhas cartas desta vossa mulher Ilena da Costa

Antonio Saraiva observa nas *Cartas* de Melo um “misto de sofrimento vivido e amaneiramento acadêmico”, e salienta que seu texto representa “um auto-retrato feito para a posteridade por um ‘discreto’ e perfeito cortesão barroco”<sup>3</sup>. Já a escrita de Ilena da Costa a caracteriza como uma “mão inábil”, como R. Marquilhas denomina os indivíduos pouco familiarizados com a língua escrita, ou “falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”<sup>4</sup>. Dom Francisco e Ilena da Costa representam, como se nota, grupos distintos na sociedade portuguesa dos 1600; um fidalgo cortesão, poeta da pequena elite letrada; e uma popular anônima de poucas letras. Se pudéssemos compor um universo de pesquisa ideal para um estudo da língua, certamente procuraríamos estabelecer um equilíbrio representativo da situação sociolinguística pertinente – e neste caso, reuniríamos mais textos como a carta de Ilena da Costa, que de Dom Francisco.

Se pudéssemos – mas não podemos. Em um estudo histórico, nossas fontes se limitam ao que foi conservado pelo tempo.

No caso dos estudos sobre a língua portuguesa nos 1600, o material que temos disponível é a escrita dos *discretos e perfeitos cortesãos barrocos*, conservada como clássicos da literatura. A escrita das Ilenas da Costa, só por casualidade chegamos a conhecer. Assim, precisamos contar, como fonte de estudo, com a linguagem tal como registrada

<sup>3</sup>“As *Cartas Familiares*, com o seu misto de sofrimento vivido e amaneiramento acadêmico, espelham-se logo na maneira como o autor se lhes refere, ao dizer que ‘as mais foram escritas com sangue, enxutas com lágrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina’. (...) Tal compostura é, não esqueçamos, a de um auto-retrato feito para a posteridade por um ‘discreto’ e perfeito cortesão barroco: as cartas foram, em grande parte, retocadas e já concebidas para publicação, auto-apologia e exemplaridade”. Saraiva, 1996:446, meus grifos.

<sup>4</sup>Os seguintes critérios foram usados por R. Marquilhas para caracterizar e selecionar este tipo de escrita entre os documentos dos autos inquisitoriais por ela pesquisados: “traçado muito descuidado; incapacidade de alinhar perfeitamente as letras num regramento ideal; tendência para conferir às mesmas letras uma aparência desenquadrada; uso de módulo grande; recurso a letras do alfabeto maiúsculo, mesmo em interior de palavra; ausência quase total de abreviaturas e elementos de ligação; rigidez e falta de leveza do conjunto”. O texto de Ilena da Costa citado aparece com ortografias modernizada (como também o de Melo); reproduzo aqui seu início no original: “frco. rz. (.) / mto. fistiei oubir nouas bosas q. tam desConsolada uíbo e sen nouas uo / sas mto mais maginamdo q. bos esquesias de min e da bosa filha / pois bos tenho esCritas Catroze Cartas todas remetidas a setu / uel a Caza de ma. ribeira adonde me mandastas dizer nhúa so Car / ta q. li da bosa mão e Cõ esta aguora duas o q. me Cauzou grande /pena pelo asima dito e por Cudar ...” /

por uma parcela pequena dos *falantes* do português da época.

Este é um desafio conhecido da pesquisa lingüística com base em textos históricos. A limitação em relação ao que é deixado pelo tempo coloca em jogo, antes de tudo, a *representatividade* dos textos pesquisados em relação à oralidade. Em primeiro lugar, por não termos nunca um retrato completo da situação geral da língua em cada época; em segundo lugar, porque o que temos é, em geral, a parcela mais *culta* da escrita.

Este trabalho, embora tome um corpus paralelo como contraponto, é fundamentalmente baseado na escrita “literária” dos 1600 e 1700. Tomarei os textos do *Corpus* principal como representativos da relação entre a escrita e a fala de uma parcela dos falantes do Português Médio – os falantes letrados.

Importa ressaltar, portanto, que no contexto português do século 17, os falantes letrados correspondem a um pequeno “*grupo privilegiado que herda e cultiva a escrita*”, nas palavras de R. Marquilhas. Para essa autora, será apropriado classificar Portugal nos 1600 como uma “*sociedade de alfabetização restrita*”, ou seja, na qual fatores históricos e culturais mantém a grande parte da população na tradição oral<sup>5</sup>.

Isso confere importância aguda ao problema da representatividade dos textos “literários” seiscentistas, com desdobramentos importantes para a reflexão que nos interessa, por três fatos principais.

Antes de tudo, porque no caso de Portugal nos 1600, a língua escrita configura um universo *muito limitado*. Isso não remete simplesmente ao baixo percentual de indivíduos alfabetizados<sup>6</sup>, mas também ao contexto histórico que envolve a circulação de material de leitura. Os mecanismos de repressão à produção e recepção de textos de

<sup>5</sup>Segundo essa autora, “*Uma rede mínima de escolas de primeiras letras e a oferta maciça de periódicos e de textos de divulgação cultural são realidades que só no século XIX se começam a manifestar, pelo que o Portugal seiscentista deverá ter correspondido ao perfil das sociedades de alfabetização restrita, que Jack Goody define como aquelas em que, por razões técnicas, religiosas ou sociais, a maioria da população se mantém na tradição oral, e em que só um grupo privilegiado herda e cultiva a escrita*”. (Marquilha 1996)

conteúdo herético, no contexto da contra-reforma, deixam antever uma sociedade na qual a leitura é uma prática restrita a um grupo reduzido, e mesmo aí, uma prática cerceada institucionalmente<sup>7</sup>. Ou seja: a língua escrita, nessa sociedade, tem uma esfera de repercussão bastante limitada. Portanto, se os padrões lingüísticos documentados nesses textos forem singulares em relação a propriedades da realidade da linguagem oral, as hipóteses que podemos construir com base nesses padrões terão pouca relevância para a compreensão das fases de mudança gramatical. Pois, evidentemente, é a língua falada o *locus* da mudança gramatical conceituada como fenômeno de aquisição de linguagem.

Notemos que, de partida, isto não tira necessariamente a representatividade da escrita letrada; ela pode ser uma *amostra* pequena, mas ainda assim, *representativa*. O problema, como mencionei, se configura caso tenhamos razões para acreditar que os padrões da escrita culta sejam singulares. Afinal, se supomos que a escrita reflete uma idealização da linguagem, isto se aplica a todo tipo de escrita, seja a dos letrados, seja a das “*mãos inábeis*”. Mas a direção da idealização da língua não é necessariamente a mesma para todos os que escrevem. Um segundo problema, portanto, é saber quais os fatores envolvidos na idealização da língua, ou seja, quais os modelos e padrões estabelecidos como norma de boa linguagem.

Nesse sentido sobrevém uma outra dificuldade importante relacionada ao fato trabalharmos no contexto de uma “*sociedade de alfabetização restrita*”: remeto aqui à definição de Marquilhas, quando menciona a ausência de “*uma rede mínima de escolas de*

<sup>6</sup>Nos autos inquisitoriais pesquisados em Marquilhas (1996), uma porcentagem geral de 60% das testemunhas assinou alfabeticamente seus nomes; entretanto, ela ressalta que esta porcentagem varia muito conforme a estratificação social (chega a 100% entre membros do clero, e desce a 15% entre criados, soldados, pescadores e outros trabalhadores braçais) e gênero (apenas 9,4% das mulheres, no cômputo geral, assinaram seus nomes). Nestes percentuais incluem-se desde indivíduos de escrita fluente, como os “*falantes em estado incipiente de aquisição da escrita*”.

<sup>7</sup>Sobre os fatores históricos envolvidos na herança e na cultura da escrita portuguesa dos 1600, remeto a Hackerott, 1995 além de Marquilhas, 1996

*primeiras letras*". Na Portugal dos 1600s, não se identificam os mecanismos institucionais de normatização lingüística – escolarização, prescrição gramatical, etc, ou *instrumentos codificadores* da idealização da língua, tal como hoje o definiríamos. Aponto isso, apenas, como dificuldade metodológica; pois a ausência de uma norma lingüística institucionalmente explicitada não nos autoriza a concluir que a escrita dos 1600s é “espontânea”, ou que “reflete a fala” – muito menos quando estamos diante de uma escrita de tipo especialmente estruturado, a escrita *literária*. Tentaremos aqui contextualizar historicamente esta escrita remetendo à reflexão no campo da historiografia literária<sup>8</sup>; no *Capítulo III* trataremos de algumas questões importantes nesse sentido com base na tradição dos tratados gramaticais da época.

## 1.2 Perspectiva paralela: um *Corpus* complementar

Para começar a enfrentar essa questão da *representatividade* dos textos do Corpus principal, comparo aqui os padrões sintáticos ali atestados com o que se pode atestar em um conjunto de textos de natureza sociolingüística distinta.

O corpus complementar aqui investigado é composto de 33 manuscritos produzidos entre 1612-1701, reunidos e editados por Rita Marquilhas<sup>9</sup>, um material de grande importância tendo em vista sua diversidade sociolingüística em relação à escrita culta que compõe o Corpus principal. Os documentos, conservados entre os arquivos inquisitoriais como evidências nos autos, compõem-se de bilhetes e cartas manuscritos

<sup>8</sup>Aqui também reside um problema metodológico delicado – pois evidentemente o objeto da historiografia literária não é a “escrita culta”. Mas precisamos buscar esta mistura de olhares para melhor compreender a dimensão histórica dos textos; de fato o problema da relação entre *literatura* e *língua* não surge da tentativa de situar historicamente os textos pela história da literatura, mas de tomar esses textos como *amostras de língua*.

<sup>9</sup> O Corpus de manuscritos foi gentilmente cedido por Rita Marquilhas em versão original e com a ortografia modernizada, conforme aparece nos exemplos.

por uma população escassamente letrada; um exemplo desses manuscritos já vimos mais acima, na carta de Ilena da Costa.

De fato, nos dois itens selecionados como exemplos da estrutura do texto em cada corpus mostrados mais acima, já se antevê um contraste interessante no que se refere à posição de sujeitos e à colocação de clíticos. Na carta de Manuel de Melo há sete sentenças independentes de padrão (X)XV com clíticos a verbos finitos:

(1)

- (a) Por esta mesma causa me desculpo (ainda mal porque com tanta) de me não haver posto sequer a provar se podia com mais concêrto pagar a V. M. a confiança que fez de mi.
- (b) E se em mi, nas mais partes, para o ser de V. M. houvesse a mesma igualdade só me ficara para desejar ter a dita de sabê-lo servir, muito em proveito de seus negócios.
- (c) E, como cá dizemos que quem o Demo toma uma vez, sempre lhe fica um geito eu o não perdi nem por haver perdido tudo quanto tinha e quanto podia esperar
- (d) Desta certeza me valho para me não dar por corrido de lér V. M. os meus livros.
- (e) Os sonetos divinos me pareceram divinos sonetos.
- (f) Muito quisera que a impressão se fizesse nessa terra; mas à falta de correccão me detenho.
- (g) Das águias se diz levantam algum animal no alto, para o deixarem cair.

Na carta de Ilena da Costa, há 15 sentenças independentes de padrão XV com clíticos a verbos finitos:

(2)

- (a) pelo acima dito e por cuidar que estarias doente a Lisboa vos escrevi por sete portadores ainda não tive reposta
- (b) agora nesta vos quero avisar de tudo para saberes o que se passa
- (c) tanto que aí estive [erónimo] me veio penhorar em tudo quanto estava na casa
- (d) ele vos manda muitos recados
- (e) e vós vos não esqueçais dele em todas as cartas
- (f) eu também vos mando um abraço
- (g) duas cousas vos pido dessa cidade
- (h) na cama vos fiz esta carta que me vai [...] muito mal já há muito tempo
- (i) Mais vos conto os muitos trabalhos que passei com o desembargador
  
- (j) eu mudei-me para a torre velha pelo São Miguel
- (k) fizeram uma petição ò juiz como vós fugiras e eu não tinha nada de meu botaram-me fora
- (l) avisai-me quando haveis de vir senão vinde-me [...] buscar que se eu não andara prenhe houvera de ir com este home
- (m) quando me ele levou a vossa mandou-ma por um moço
- (n) quando vos vieres que mas tragais uma pouca de cassa e uns corais que é cousa que muito desejo que bem sabeis a fim que os meus levaram e mais peço-vos muito como amigo que se tiveres portador

- (o) a vosso compadre tendes muita obrigação porque em todas as [...] quando vos partistes e outro dia trazia-vos não sei quantos tostões

O aspecto mais saliente dessa comparação inicial é o contraste no uso de construções com ênclises. Na carta de Melo, todas as ocorrências de XV são proclíticas; na carta de Ilena da Costa, são 9 próclises e 6 ênclises (dessas, uma com Sujeito-V, (j); duas com Oração-V, (k),(m); e três com adverbiais). Note-se que em pelo menos dois casos, as construções X-cl-V no texto de Melo são próclises “obrigatórias” (o item (a), com um sintagma focalizado precedendo o verbo, e o item (b), com o verbo precedido de partícula focalizadora); na segunda carta, ao menos o item (f) (com um sujeito potencialmente focalizado) pode ser considerado uma próclise obrigatória. Assim, se quisermos calcular a “variação” em cada texto, diríamos que a carta de Melo tem 0% de ênclises (0/5), e a carta de Ilena tem 43% de ênclises (6/14).

Já se nota, de saída, que a comparação quantitativa é precária. O mais interessante a se observar é o fato de o texto de Ilena da Costa apresentar construções com ênclises em ambientes “neutros”, notadamente ausentes do texto de Melo. No conjunto geral dos manuscritos consultados, será esse o ponto investigado: quais os tipos de construção contrastantes em relação ao Corpus principal; a comparação quantitativa só pode funcionar como pano de fundo.

De fato, mesmo reunindo o conjunto dos manuscritos, a comparação com os textos do Corpus principal é precária do ponto de vista estatístico, tendo em vista a diferença no volume de dados: os 33 manuscritos somados contém 18.014 palavras, enquanto cada um dos 19 textos do Corpus principal contém cerca de 50.000 palavras. Nos manuscritos, registrei 395 sentenças com clíticos enclíticos e proclíticos a verbos finitos (contra 13.841 no Corpus principal, cf. tabela 1 no apêndice); ou seja, cada sentença nos manuscritos representa 0,00253 do universo total, comparado a 0,00007 no Corpus principal. Desse total de sentenças consideradas nos manuscritos, 249 são dependentes, e 146 independentes (das quais 99 principais e 47 segundas coordenadas). O conjunto de dados centralmente relevante aqui, portanto, conta com 99 itens, contra 2.305 do

*Corpus* principal (cf. tabela 30 no apêndice, para os números referentes aos manuscritos). Considerando essa diferença de volume, para realizar um trabalho minimamente comparável com o que descrevi acima com base no *Corpus* principal foi preciso tomar os manuscritos todos como um conjunto<sup>10</sup>, e contrapô-los ao conjunto dos textos literários escritos no século 17, que totalizam 962 dados em sentenças principais.

A melhor forma de comparar os dois conjuntos de texto parece ser portanto a observação separada dos padrões de cada um, usando os manuscritos todos agrupados para auxiliar na interpretação dos padrões do *Corpus* principal nos textos escritos no século 17 (ou seja, separando agora os textos do *Corpus* pela data de *publicação* dos textos, segundo critérios a serem explicitados mais adiante na seção 1.2)<sup>11</sup>.

### 1.2.1 Padrões gerais comparados

Vamos contrapor agora os fatos principais que concluímos no *Corpus* principal ao que se atesta nos manuscritos. Em cada ambiente relevante, mostra-se a totalidade dos casos atestados nos manuscritos (no apêndice, os gráficos para cada ambiente sobrepõem as proporções nos manuscritos do corpus paralelo e nas obras do corpus principal agrupadas por séculos, segundo a data de publicação).

<sup>10</sup>Se dividimos os manuscritos em quartos ou metade do século, as proporções se tornam por demais precárias – como por exemplo 100% de êncises em SV no primeiro quarto do século (referente a uma única sentença com SV em ambiente de “variação”, por acaso com êncise).

<sup>11</sup> Obras do *Corpus* escritas no século 17:

*Décadas*, 1602 (Diogo do Couto, 1542-1606)

*Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, 1619 (Rodrigues Lobo, 1579-1621)

*A Vida de Dom Frei Bertolameu dos Mártires*. 1619 (Frei Luis de Sousa, 1556-1632)

*A Arte de Furtar*, 1652 (Antonio da Costa, att., 1601-?)

*Cartas Espirituais*, 1662 (Antônio das Chagas, 1631-1682)

*Cartas Familiares*, 1664 (Francisco Manuel de Melo, 1604-1666)

*Cartas de Antonio Vieira*, 1670 (Antônio Vieira, 1604-1697)

*Sermões*, 1697 (Antônio Vieira, 1604-1697)

### 1.2.1.1 As ordens #V

Vimos que nos textos seiscentistas do *Corpus*, registra-se algum clítico inicial (até 0,05 das ordens #V nos textos escritos no século 17). Nos manuscritos, nas 37 sentenças V1 lineares, encontro 2 casos que podem ser interpretadas como clíticos iniciais (ou seja, o equivalente também a 0,05). Se minha interpretação estiver correta, trata-se de casos que eu analisaria, no *Corpus* principal, no mesmo grupo que vimos na seção 2.1 do *Capítulo I*: ou seja, próclises em V1 (sendo a segunda, uma parentética).

Essas duas ocorrências podem não ter relevância do ponto de vista meramente *quantitativo*<sup>12</sup>. Entretanto, do ponto de vista qualitativo, são bastante relevadoras, uma vez que um dos problemas que suscitaram questões quanto à representatividade dos textos do *Corpus* principal, ao encerrarmos a investigação empírica no primeiro capítulo, foi justamente o registro de próclises em ambientes V1. A documentação de construções como essas poderia levar a desdobramentos desafiantes para a interpretação da mudança gramatical que origina o PE.

(3)

(a) eu nam podia Crer perguntei Con qem me diCeram  
Eu não podia crer; perguntei: com quem? Me disseram

q. Com d[?]mingos franCis qo artelheiro (documento XIV, 1648)  
que com Domingos Francisco, artilheiro

(b) a mim me Come teu por tres uezes me diCe (documento XIV, 1648)  
a mim me cometeu por três vezes, me disse

Mas não será demais notar aqui que esses manuscritos não apresentam sinais gráficos de pontuação; assim, para considerar as fronteiras entre as sentenças, é preciso contar

<sup>12</sup> Há ainda a seguinte ocorrência (no mesmo texto) que poderia ser analisada como uma ênclise em contexto estruturalmente verbo-inicial:

(i) e mais o ui abraCar e beigar na faCe |MI-2-XIV-1648|  
e mais: o vi abraçar e beijar na face.

com alguma intuição. Acima, reproduzi as duas sentenças no original e com a pontuação da minha interpretação; no *Quadro III* abaixo, reproduzo o documento na íntegra, para que se possa julgar minha análise de que se tratam de inícios de frase. É de se ressaltar, ainda, o fato de terem sido os dois casos registrados no mesmo texto.

**Quadro III: documento XIV, 1648, em Marquilhas (1996):**

"Snor. / (\$) / enquizidores Caberam voCas Cenhorias q. eu Ciruo de Car / gento do Capitam manoel mendes froles na fortaleza / de noCa Cenhora da lus de CasCais e antrando nesta fortaleza / aChi fama q. este Capitam era Comitigo Couza q. eu nam podia / Crer perguntei Con qem me diCeram q. Com di[?] mingos franCis / qo artelheiro e un dia demandando heo Ceu negro Ciuuemoes / vlte.domingos franCisqo lhe diCe q. o auia de fazer qeimar / porguntando porq respondeu o negro bastiam de nome q. por / qe dromia Com Ceu Cenhora a estas palauras lhe Chamou o Capi / tam Comitigo ao negor e a min me diCe o negro q. dromira / o Cinhor e o Cinhor a ele eu nam lho qeria Crê ele iouro / por i | ga | esus Cristo esta fama he prubriCqa e a mim me Come / teu por tres uezes me diCe e q. me deitaCe Com ele na Cama e q. / me-CommendaCe ao diabo eram des oras da noite e isto ouuiu / ioam gomes Cabo de esCoadra q. Chagou pera ir mudar mas / nam astendeu a peCa / (-) / mais tem hu- liuro da irizia q. eu lho ui q o deu a ler a fernão / da ribeira e a iuliam pinho e a biCen Carualho e logo es / Condeo porq. eu lho reprovei este liuro ten os nomes / dous Coldados noCos e de todos os farize. q. CorCifiCaram a Crist / o e os mais tormentos q. lhe fizerão / (-) / mais diCe q. Canta barbora q. tinha Cara de bêbada e q. am / daua amanCebada Com biCente da Costa e Com manoel / Coelho e isto por uezes / (-) / mais diCe estando a i-fantaria iunta e os pagadores / na fortaleza Chamen qa o tizoureiro de mafoma / e perguntaram os pagadores q. era o tizourei / ro de mafoma respondeo ele Capitam q. era ioão / gomes mordomo de noCa Cenhora da lus / de q. todos fiCarão espantados e al /// <fl439v> mais diCe q. o Conde de uila franqa q. andaua Com o Ceu paige oli / ueira e q. o Cabia CondeCa e o pe. manoel incaCio Capelam do mes / mo Conde e todos os de Caza testemunhas q. estauão presentes / luis de mendonCa almoxirife biCente Carua<lho> gaspa ioão da Cos / ta (-) / mais ueio aqui ter ho Coldado Ceu Camarada do brazil e diCe / q. Ce foCe a eCa Canta Caza e diCes o q. Cabia dele q. faria qeimar / este Coldado ioão andres de Ceu nome he ConhiCido / (-) mais tem uma omige de noCa snor. do rozairo Cõ Ceu ben / to filho nos braCos atras a Cama adonde esta esCarando e / o <mais> falando muntas Co[?]lidades e outras oras bota o man / to os pes de noCa Cenhora da lus / (-) / mais Ce lauantou hu- dia da Cama e fes Câmaras e man / dou tomar a u[?]idade pelo Ceu nego e ueio o Corpo da gar / da e enChe a Cama de gonCalo rodrigues [??] / to de meter a mais na boCa e io. Luis e fes diligen / Cia e destas Couzas lhe diCe biCente Carualho q. uieCe a / Cuzar e mais o Code estauel e q. eu q. o auia de aCuzase nam / nam Cabia nada desta treiCam e fui pedir liCenCa pera ui / uir a Lisboa ele predeume e tem gardas a porta do Calha / bouCo q. nhu-uma peCoa fale Comigo e tiÃ. 'rou testemu / nhas e dízias testemunhas q. eram Couzas do Canto fiCio / (-) // e mais o ui abraCar e beigar na faCe e o dia e noute q. o dito domin / gos franCisqo la dromia nam Ce abria porta Ce não as no / ue oras do dia e nam dromindo Ce abria a Cinco e todas estas / Couzas paCam na uerdade na forma esCritas e aCim o iuro aos / Cantos auangelhos e desenCarego minha ConCienCa oiie / deradeiro de agosto deste presente ano de mil CeisCentos / Corenta oito anos Calgento de uoCas Cenhorias q. numqua es / Cerue outro papel nem tomou materia nesta uida / Cnão despois daqi prezo / Gaspar ioão da Cota / (-) / testemunhas / antonio luis alfate / domingos fereira artelheiro / biCente da Costa artelheiro // antonio manuel /// <.....> e as mais q. as testemu / nhas refifirem"

### 1.2.1.2 As ordens XV

Observaremos agora os ambientes com verbo em segunda ou terceira posição, de início, separando os ambientes (X)XV em que X não é o sujeito. Dos 35 casos com esse padrão atestados nos manuscritos, 10 são sentenças com advérbios fronteados, todas com próclises. Isso representa 0,10 das sentenças principais desses textos (10/99); note-se que essa proporção é mais baixa que a proporção encontrada nos textos contemporâneos do Corpus principal, nos quais 0,15 das principais tem o o padrão XclV com advérbio modal frontado (ou seja 141 casos em 962 sentenças principais). Como espereado, entretanto, não se atestam advérbios modais seguidos de ênclise também nos manuscritos.

Nos 25 casos restantes de XV, atestam-se 6 ênclises e 19 próclises (o que significaria uma taxa de ênclises/próclises de 0,24 - cf. gráfico 48). Em comparação, a taxa de ênclises nesses ambientes no Corpus principal nos textos escritos no século 17 é de 0,09 .

Aqui temos portanto o mesmo aspecto já vislumbrado na comparação dos dois textos de exemplo em cada corpus: os manuscritos apresentam uma proporção de ênclises relativa à próclise mais elevada que os documentos do *Corpus* principal em geral.

Será interessante discriminar os casos de XV considerados. Entre as ordens lineares XV que podem ser interpretadas como adjunção segundo as hipóteses delineadas no *Capítulo I* (tipicamente, *Oração-V*, *Retomado-V*), atestei nos manuscritos quatro ocorrências de constituintes retomados, sendo 1 com próclise e 3 com ênclises (portanto uma taxa de 0,60 de ênclises, 3/5); e seis casos de *Oração-Verbo*, sendo 3 com ênclises e 3 com próclises (0,50 de ênclises, 3/6); vejamos-se exemplos::

#### (4) Constituintes Retomados:

X-clV:

- (a) Essa mulher a conheço vai por quatro anos (documento XII, 1645)

X-Vcl:

- (b) este homem chamam-lhe o arenegado (documento IV, 1617)
- (c) a outra sua deixe-a para outro ano (documento XXV, 1689)
- (d) esses rapazes dêem-lhe muitos recados (documento XVII, 1691)

Se as hipóteses delineadas no *Capítulo I* estiverem no caminho certo, sentenças como (a) acima devem ser analisadas como V1 estruturais (com a adjunção do sintagma retomado: [*Essa mulher*] # [*a conheço vai por quatro anos*]). Ou seja: haveria que admitir que também na escrita das *Mãos Inábeis* se documenta um enfraquecimento da restrição ao clítico inicial. Note-se entretanto que há nesse caso uma proporção menor de “*violações*” da regra (já que nos textos do Corpus principal, há textos com até 100% de próclises nas construções com retomada, como por exemplo o de Rodrigues Lobo, publicado em 1619).

Mas há ainda um outro aspecto relevante quanto às construções de retomada em geral: sua proporção nos manuscritos é relativamente maior que nos textos contemporâneos do *Corpus* principal. Para 99 sentenças principais, 4 apresentam deslocamentos desse tipo nos manuscritos (ou seja 0,04 do total); e nas 962 principais do Corpus, são 24 retomadas (ou seja, 0,02 do total). Especificamente, a proporção de retomadas com ênclises é de 0,03 em relação às sentenças principais nos manuscritos, e de 0,01 no Corpus principal (9 casos em 962 sentenças). Por sinal, a taxa continua baixa nos textos literários até o século 18 (sempre em 0,01) – será apenas no texto do século 19 que as construções de retomada com ênclises apresentam um patamar comparável aos manuscritos (coincidentalmente, também de 0,03 do total, 3 retomados para 113 sentenças principais). Mais adiante na seção 3 comentaremos esse aspecto com maior vagar.

Vamos agora comparar a posição de clíticos nas ordens SV nos dois conjuntos de texto.

### 1.2.1.3 As ordens SV

Nos manuscritos, atestam-se no total 27 sentenças com SV, sendo 9 com sujeitos focalizados, etc. Seguem os demais 18 casos, com ênclises e com próclises<sup>13</sup>:

#### (5) SV com ênclises:

- (a) eu como avaliador dos bens confiscados aceitei-a (documento III, 1616)
- (b) ele prendeu-me (documento XIV, 1648)
- (c) eu mudei-me para a torre velha pelo São Miguel (documento XIX, 1654)
- (d) Eu assentei-me a par dela que fazia muito luar (documento XXX, 1699)
- (e) ela foi-me levando mais dentro a outra casinha para donde eu nunca tinha entrado (documento XXX, 1699)

#### (6) SV com próclises:

- (a) o alcaide as prendeu (documento VI, 1630)
- (b) ela me disse que diante de mim faria... (documento XII, 1645)
- (c) Eu te conjuro por tal e por tal (documento XIII, 1648)
- (d) eu te encanto (documento XIII, 1648)
- (e) fulano eu te encanto com a graça de deus e do espirito santo (documento XIII, 1648)
- (f) ieronimo pero me veio penhorar em tudo quanto estava na casa (documento XIX, 1654)
- (g) ele vos manda muitos recados (documento XIX, 1654)
- (h) vossa mãe vos manda muitos recados (documento XIX, 1654)
- (i) ele me respondeu (documento XIX, 1698)
- (j) eu lhe disse (documento XXX, 1699)
- (k) eu o fiz assim (documento XXX, 1699)
- (l) eu lha dei (documento XXX, 1699)
- (m) eu lhe disse que seria pelo amor de deus (documento XXXI, 1700)

<sup>13</sup>Os seguintes casos não foram computados na quantificação de ênclises versus próclises, assim como se procedeu no CTB:

- (a) os poderes de deus nos valham (documento IV, 1617-20)
- (b) os foderes de deus nos valham (documento IV, 1617-20)
- (c) Deus vos salve santos fiéis de Deus (documento XXIII, 1685)
- (d) Deus nos livre de... (documento XVII, 1691)
- (e) cristo te amanse (documento XIII, 1648)
- (f) são marcos te amarra e jaza (documento XIII, 1648)
- (g) eu também vos mando um abraço (documento XIX, 1654)
- (h) e também o pároco me pediu a mesma licença (documento XXX, 1699)
- (i) e ambos me avisaram (documento XXX, 1699)

Assim, no ambiente SV com sujeitos neutros, atestam-se 5 ênclises e 13 próclises – portanto, a taxa de ênclises *versus* próclises em SV nos manuscritos é de 0,28 (5/18). Os casos de SV-cl representam 0,05 do total de sentenças principais (5/99).

Nos textos escritos no século 17 do *Corpus* principal, as ordens SV com ênclises correspondem a apenas 0,003 das sentenças principais: são 7 casos em 962 sentenças (há, em comparação, 164 casos de próclises em SV, ou seja 0,17 das principais). A taxa relativa de ênclises/próclises em SV nos textos literários escritos neste período tem média de 0,04 (ou seja 7/171), oscilando entre 0,00 a 0,21 a depender do texto (cf. o gráfico 49 para a comparação da proporção de SV com ênclises em relação ao total de principais nos dois corpora, e o gráfico 50 para a comparação da taxa relativa de ênclises/próclises em SV).

Portanto, também no ambiente SV a proporção de ênclises é mais elevada nos manuscritos que nos textos literários do *Corpus* principal, sob dois pontos de vista: a taxa relativa ênclises *versus* próclises é mais elevada, e a proporção de SV-cl nas principais, também. Notemos que a taxa relativa ênclises *versus* próclises nos textos literários, agrupados em séculos por datas de produção, progride em 0,05-0,16-0,67-0,91 ; assim, a taxa dos manuscritos aparece como “*adiantada*” em relação aos textos literários, que só atingirá um patamar comparável ao dos manuscritos no século 18. Nesse sentido, a taxa de 0,28 de ênclises nesses textos poderia ser interpretada como a manifestação mais precoce da mudança gramatical, em relação ao que se documenta nos textos literários.

Entretanto, não é assim que interpretarei o contraste dos padrões nos dois conjuntos de textos: tendo em vista os padrões na posição de sujeitos de um ponto de vista mais amplo, considerarei que a proporção de ênclises em SV nos manuscritos pode ser interpretada na lógica do sistema “*médio*”. Estaríamos, portanto, diante de uma frequência mais elevada de uma construção possível nesse sistema; a seguir apresento argumentos nesse sentido.

#### 1.2.1.4 As ordens VS

Nas sentenças principais dos manuscritos, o padrão geral de sujeitos pré-verbais, pós-verbais e nulos se distribui de uma forma comparável ao que documentamos nos textos literários contemporâneos. Das 99 sentenças principais, 56 tem sujeitos nulos (0,57), 27 tem sujeitos pré-verbais (0,27), e 16 tem sujeitos pós-verbais (0,16).

Observe-se, sobretudo, que a proporção de sujeitos pós-verbais nesses textos é comparável ao que se atesta nos textos literários do *Corpus* principal; o conjunto daqueles escritos no século 17 apresenta uma proporção de 0,15 sentenças com VS nas independentes principais (cf. o gráfico 51 para a comparação entre a proporção de VS em sentenças principais nos dois corpora, com base nas tabelas 24, 25 e 31). A taxa de 0,16 de VS nos manuscritos compara-se com uma evolução de VS nos textos literários na progressão de 0,15-0,11-0,04-0,07.

Ou seja: a proporção de ordens VS nesses textos é compatível com os textos literários contemporâneos, e relativamente elevada na comparação com os textos literários escritos nos séculos seguintes. Nesse sentido, embora a proporção de SV com ênclises, como vimos acima, apareça como “*adiantada*” nos manuscritos, o padrão de VS é compatível nos dois corpora. No *Capítulo I*, apresentei argumentos para defender que a proporção de VS é a característica central a demarcar a fronteira entre os textos que considerarei como representativos da sintaxe média, e os textos representativos do sistema moderno. Por esse critério, os manuscritos podem ser interpretados como compatíveis com a sintaxe média.

Já vimos também que não apenas a proporção de VS em geral é um fator relevante, mas também e centralmente, os tipos de padrão VS atestados em cada momento. Nos textos literários até o século 17, atestam-se mais frequentemente ordens XVS – e particularmente, XVSX – ou seja, inversões *germânicas* (que indicariam um verbo alto, e não um sujeito “*inverso*” em relação ao predicado).

É portanto muito interessante notar que nos manuscritos a ordem XVS(X) com próclises é também atestada. Seguem os exemplos de sujeitos pós-verbais:

(7) VS

- (a) Isto **me disse** ela (documento XII, 1645)
- (b) **disse-lhe** eu (documento XXX, 1699)
- (c) **disse-lhe** eu (documento XXX, 1699)

(8) VS- INCACUSATIVOS

- (a) também **me não lembra** ... (documento XXX, 1699)
- (b) **valha-me** deus (documento XXX, 1699)

(9) VSX

- (a) **Faça-me VM** de mandar uma esmola (documento X, 1638)
- (b) Isto **me disse** ela que fazia (documento XII, 1645)
- (c) Esta **lhe vi fazer** eu em sua casa (documento XII, 1645)
- (d) Isto **me disse** ela que fazia (documento XII, 1645)
- (e) Isto **me disse** ela que fazia (documento XII, 1645)
- (f) a estas palavras **lhe chamou** o capitão comitigo ao negro  
(documento XIV, 1648)
- (g) **fi-lo** eu assim (documento XXX, 1699)

(10) VSC

- (a) Aos dez de novembro deste ano de seiscentos e dezesseis anos **me deu** um sacerdote,  
pessoa por mim reconhecida, esta carta  
(documento III, 1616)

(11) VXS

- (a) **Têm-na** consigo sua mãe (documento XII, 1645)

Notavelmente, a ordem VSX é preferida sobre VXS nos manuscritos (cf. o gráfico 52, para a participação de cada tipo de ordem VS nos manuscritos). O exemplo (73a) acima é a única ocorrência de VXS nesses textos.

Tomando em perspectiva os padrões de VS e os padrões de colocação de clíticos nos dois conjuntos de textos contrastados, podemos chegar a indicações bastante interessantes, como se resume a seguir.

## 1.2.2 Principais contrastes entre os dois corpora

O aspecto mais notavelmente contrastante entre os manuscritos do século 17 e as obras literárias publicadas no século 17 remete às construções com sujeitos pré-verbais e ênclises. Nas obras literárias, a taxa de ênclises versus próclises com SV (0,05) é consideravelmente inferior à registrada nos manuscritos (0,28); além disso, de um modo geral a construção SV é menos freqüente nos textos literários (0,003) que nos textos das *Mãos Inábeis* (0,050).

Por outro lado, a proporção de sujeitos *pós-verbais* é semelhante nos textos seiscentistas dos dois corpora (em média 0,15 de VS nas sentenças principais do *Corpus* de obras literárias, e 0,16 no corpus de manuscritos). Além disso, e sobretudo, predomina nos manuscritos a ordem XVSX com próclises, que considerarei também como característica central dos textos representativos do sistema médio no *Capítulo I*.

Diante desses fatos combinados, estarei tomando como hipótese, aqui, que os manuscritos do século 17 do corpus de controle podem ser interpretados como representativos do sistema médio, pois o aspecto que consideramos mais importante para “medir” a diferença dos textos médios e modernos – a proporção de SV com ênclises em relação a XVS em sentenças principais – corresponde, nos manuscritos, ao que na minha hipótese se espera encontrar em um texto médio. É crucial notar que isto não parece ser explicável (como seria possível) pelo fato de os manuscritos terem muito menos ordens VS, como se infere do que vimos logo acima, mas é simplesmente devido à maior proporção de SVcl nos manuscritos.

Crucialmente, isto significa dizer que a taxa relativa de 0,24 de ênclises em XV, e 0,28 de ênclises em SV, a princípio poderiam ser explicadas como frutos do sistema em que a toda ênclise corresponde uma adjunção (X#Vcl). O fato de os manuscritos apresentarem uma participação maior de X#Vcl não é nada problemático, uma vez que a hipótese prevê que no sistema médio, pode haver uma grande oscilação no uso desta construção.

A questão, portanto, seria compreender o contraste com as obras do corpus literário contemporâneas: se os dois corpora funcionam no mesmo sistema<sup>14</sup>, por que um deles apresenta maior tendência ao uso dessas *estruturas de adjunção* com ênclises?

Entretanto, não é demais voltar a destacar que qualquer conclusão com base na nesta comparação de freqüências entre os dois grupos de texto é extremamente precária, tendo em vista a diferença de tamanho entre eles. Estes fatos podem apenas ser tomados como relativizações interessantes, propondo novas questões sobre os textos do Corpus principal. Assim, temos o seguinte quadro geral. De um lado, temos um corpus robusto, a partir do qual podemos realizar quantificações confiáveis – e não apenas pela quantidade de dados, que é respeitável, mas pelo fato de podermos medir as tendências em um intervalo grande de tempo. De outro lado, temos um corpus pequeno, representativo de um período mais estreito, com base no qual não se pode ir muito longe na verificação de freqüências. Entretanto, algumas questões pendentes quanto às tendências do corpus principal tomam uma luz interessante na comparação com o corpus menor – comparação que, infelizmente, só pode ser realizada para o século 17. Além disso, e crucialmente, há razões para sustentar a maior representatividade desse corpus paralelo em termos da língua falada na época em questão. Embora estatisticamente frágil, o corpus de manuscritos é sem dúvida mais representativo em

<sup>14</sup>Outro fato que pode corroborar essa perspectiva remete às construções de interpolação. Embora não as tenha quantificado detidamente, visto não fazerem parte dos horizontes deste trabalho, me parece relevante observar que esse tipo de construção é encontrada nos manuscritos das “Mãos Inábeis” - seja com a negação, seja com outros constituintes, como mostram os exemplos (a) a (f) abaixo:

(i) Exemplos de interpolações no corpus de Manuscritos (Marquilhas, 1996):

- |   |                         |
|---|-------------------------|
| (a) ...se lho <i>deus</i> dá            | (documento IV, 1617-20) |
| (b) ...porque o <i>deus assim</i> quis  | (documento XXV, 1689)   |
| (c) ...quando me <i>ele</i> levou a sua | (documento XIX, 1654)   |
| (d) ...que me <i>a vossa</i> foi dada   | (documento XIX, 1654)   |
| (e) ...do que me <i>não</i> admira      | (documento VIII, 1631)  |
| (f) ...que me <i>não</i> atrevi         | (documento XIX, 1654)   |

Como já mencionei em outros momentos, a interpolação não é considerada uma característica gramatical do sistema moderno do português. Assim, o fato de se encontrar essas ordens nos manuscritos pode ser mais uma indicação de que esses textos ainda não devem ser tomados como representativos da gramática moderna.

termos sociolingüísticos.

Ou seja, por hipótese, os dados ao dispor da primeira geração de falantes do português europeu moderno serão mais próximos ao que se atesta nos manuscritos que ao que se atesta nas obras literárias.

Em que medida isso pode estar relacionado com o fato de atestarmos uma proporção de ênclises maior nos textos seiscentistas não representativos da escrita culta? Veremos que essa questão se torna ainda mais interessante quando tomarmos uma nova perspectiva sobre o próprio corpus principal, comparando os autores “da fronteira” dos 1600-1700, agora não do ponto de vista da geração biológica, mas da geração histórica. Veremos que quando comparamos os dois critérios, é também a ênclise com SV a propriedade que mais “salta aos olhos”: basicamente, porque os autores nascidos nos 1600, mas que escrevem nos 1700, apresentam uma proporção de SVcl muito mais baixa que a dos textos contemporâneos escritos por autores nascidos nos 1700, e que também então publicam. Os padrões de SVcl nos autores da primeira geração dos 1700 é mais próximo ao padrão dos manuscritos, que ao padrão dos textos literários escritos no final dos 1600.

### 1.3 Perspectiva cronológica: Seiscentistas *versus* Setecentistas

Vamos agora abordar um novo problema quanto à representatividade dos textos em relação à língua falada, que é a própria *historicidade da relação entre escrita e oralidade*.

Vimos ao longo do *Capítulo I* que a maioria dos padrões característicos do que estou tomando como *sistema médio* sai de cena já nos textos escritos primeiros autores nascidos no século 18 – notadamente, a proporção de VS cai da faixa de 20% para a faixa de 10% nessa virada (e aí permanece até o último texto consultado). Entretanto, vimos também que a proporção de ênclises em SV tarda um pouco mais a se elevar nos textos, e

apresenta uma faixa de “variação” mais ampla de autor para autor. Neste capítulo, na seção 1.2, vimos que os padrões de VS nos textos escritos ao longo do século 17 são comparáveis aos padrões de VS atestados nos manuscritos contemporâneos; mas que a proporção de ênclises com sujeitos nos manuscritos é mais elevada que nos textos literários.

Vamos ver agora que outras diferenças interessantes, incidentes nesses mesmos ambientes, são reveladas quando comparamos a evolução dos padrões dos próprios textos literários ao longo do eixo temporal conforme o ponto de vista da geração *biológica* ou da geração *histórica*.

Como já mencionei brevemente no início do *Capítulo I*, os textos podem ser organizados em seqüência cronológica segundo diferentes critérios – por nascimento dos autores, ou por produção dos textos, segundo os objetivos de pesquisa. Mas note-se que a seqüência cronológica das datas de nascimento e das datas de publicação não é necessariamente a mesma; no caso do nosso *Corpus* principal, ela apresenta solapamentos – crucialmente, no ponto que mais nos interessa: a passagem dos 1600s para os 1700s.

Vamos lembrar que a geração que nasce na primeira metade do século 18 – Matias Aires (1705), Luis Antonio Verney (1713), Antonio da Costa (1714), Correia Garção (1724)– representa a primeira que em seus textos manifestará sinais de um novo padrão sintático; seria uma boa hipótese pensarmos que esta é a primeira geração em nosso corpus que não representa o sistema médio. No entanto, neste mesmo período (1700-1750) alguns dos autores nascidos entre 1650 e 1699 ainda estão publicando suas obras.

Isto se deve a uma coincidência: os nossos últimos representantes da geração seiscentista escrevem já em idade mais avançada. Assim, enquanto um Verney publica o *Método* em 1746 aos 33 anos, no mesmo ano André de Barros (n. 1775) publica a *Vida de Vieira*, aos 71; Maria do Céu (n.1658) publica *A Vida da Madre Ellena* em 1721, aos 63 anos; Cunha Brochado (n.1651) escreveu até o fim da vida, aos 84 anos. Mesmo Aires publica as *Reflexões* mais tarde que o *Método*, em 1752, quando ele está com 47 anos.

Este *solapamento* das gerações traz questões interessantes para a interpretação da progressão dos padrões, especialmente neste período demarcado entre 1650-1750. De um lado, vamos observar que a primeira geração de autores cujos textos podem ser considerados modernos na perspectiva sintática é também a primeira geração de *Ilustrados* no Corpus. E esta geração é contemporânea das últimas obras *Barrocas* – que são também aquelas que localizamos como características do sistema médio.

Difícil será portanto separar, nos autores da fronteira, questões ligadas ao estilo da escrita e questões ligadas às propriedades abstratas da sintaxe. Aqui defenderei que é possível chegar a uma generalização interessante neste sentido, considerando globalmente as características marcantes do sistema médio; antes, porém, precisarei justificar os critérios que adotei para datar as obras segundo a época de sua produção, o que faço no item a seguir.

### 1.3.1 Critérios de datação pelas datas de “*produção*” dos textos do Corpus principal

Há dois problemas que podem surgir das diferentes perspectivas de ordenação cronológica dos textos (por nascimento ou por produção), quando se trata de comparar padrões lingüísticos e sua evolução no tempo. Primeiro, o problema *técnico* de como determinar as datas de produção; e como comparar textos para os quais apenas uma das informações é disponível (nascimento ou produção). Segundo, o problema *teórico* de como interpretar a seqüência cronológica: uma vez que os dados que uma geração

produz servem de input para a mudança eventual na geração posterior, é importante saber a que tipo de dados cada geração pode ter estado exposta. Mais adiante abordaremos essa questão teórica da cronologia das obras *versus* cronologia dos autores.

Antes, porém, será necessário explicitar os critérios que segui quanto ao problema técnico de datar os textos pela produção. O problema neste sentido é que as informações de que dispomos sobre as datas de nascimento e de produção dos textos nem sempre são da mesma qualidade; quando passamos para uma comparação de longo prazo, isto dificulta comparar, por exemplo, os textos medievais com os textos modernos. Para os primeiros, a única data confiável (ou sabida) é a da produção. Para os modernos, (ou seja, aqui, pós-medievais) temos quase sempre as duas informações. No entanto, mesmo entre os textos modernos há diferenças na qualidade desta informação. Neste estudo, por exemplo, comparei o corpus paralelo de manuscritos (para o qual apenas se dispõe da data de produção) com as obras literárias do *Corpus* principal agrupadas por data de produção – entretanto, o critério que usei para isso está longe de ser indiscutível.

Neste *Corpus* tenho obras literárias que formam (digamos) “peças unitárias”, impressas e publicadas em determinada data como um volume – por exemplo, *A Corte na Aldeia* (1619), *A vida de Frei Bartolomeu dos Mártires* (também 1619), a *Reflexão sobre a vaidade dos Homens* (1752) – enfim, a maioria dos tratados, biografias, etc. do corpus. Há de outro lado obras que consistem em material escrito ao longo de muitos anos, e que foram compostas como “peças unitárias” em momento posterior, reunidas para a publicação: caso exemplar dos diversos grupos de “cartas”, como de Antonio Vieira, Cunha Brochado, Marquesa d’Alorna, etc. Como comparar um e outro caso? O que é relevante para datar as cartas – o seu momento de escrita (e de recepção pelo “destinatário original”), ou de publicação como volume?

Vamos tomar o caso das cartas de Vieira; o intervalo de tempo em que foram produzidas é grande, ao todo de 1627 a 1697 – embora o *Corpus* aqui inclua apenas as

cartas escritas até a década de 1670. Eu posso considerar a data da primeira vez em que este material foi publicado em um volume: 1735, ou seja, 38 anos após a morte de Vieira, ou 121 anos depois que a primeira carta foi escrita. Isto as tornaria contemporâneas da correspondência de Cunha Brochado, autor nascido meio século depois de Vieira. Não parece ser um bom critério, do ponto de vista da geração biológica dos autores. Poderia, então, considerar a data da última carta que estudei – 1670, critério que parece mais razoável neste caso. Agora tomemos o caso das cartas de Melo, as já mencionadas *Cartas Familiares*. Se eu utilizar este mesmo critério da data da última carta, que parece bom no caso de Vieira, as colocarei no ponto 1651 no eixo cronológico. Entretanto, as cartas de Melo foram reunidas e publicadas em um volume pelo próprio autor, em 1667. Lembrando ainda que Saraiva ressalta que “*as cartas foram, em grande parte, retocadas e já concebidas para publicação*”, o critério da publicação do volume será mais adequado. Há problemas envolvendo outras obras que nos colocam o mesmo tipo de dúvidas quanto ao critério a escolher. Para os *Sermões* de Vieira, poderíamos considerar a data da publicação em cada tomo, a data em que foram pregados, a data do último sermão utilizado; para a *Arte de Furtar* (cuja autoria não está acima de dúvida) podemos considerar a data da edição falsamente assinada por Vieira impressa na Antuérpia em 1652 ou a edição mais confiável segundo Saraiva, 1744 – e assim prosseguem as histórias.

Para não listá-las aqui, ao risco de dar início a uma corrida detetivesca, remeto ao *Quadro 1 (Apêndice, pg.6)* para um resumo dos principais fatos que se podem consultar na historiografia sobre a produção e edição de cada obra incluída no corpus. Em vista dos fatos, o seguinte procedimento me parece razoável.

No caso das obras reunidas e publicadas em vida, considerarei a data de publicação, não importando tratar-se de uma peça única (tratado, romance) ou de reunião de correspondência; ou seja, uso o critério de publicação, não de produção. Veja que, mesmo no caso das “peças únicas”, não temos como garantir a data de produção, pois

não sabemos quando nem ao longo de quantos anos o autor as escreveu – o problema, portanto, é o mesmo nos dois casos:

1. *Décadas*: 1602 (Diogo do Couto, 1542-1606)
2. *A Vida de Dom Frei Bertolameu dos Mártires*: 1619 (Frei Luis de Sousa, 1556-1632)
3. *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*: 1619 (Rodrigues Lobo, 1579-1621)
4. *Cartas Familiares*: 1664 (Francisco Manuel de Melo, 1604-1666)
5. *Cartas Espirituais*: 1662 (António das Chagas, 1631-1682)
6. *Nova Floresta ou Silva de Vários Apotegemas*: 1706 (Manuel Bernardes, 1644-1710)
7. *Rellacao da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Elenna da Crus* 1721 (Maria do Céu, 1658-1753)
8. *A Vida do Padre Antonio Vieira*: 1746 (André de Barros, 1675-1754)
9. *Verdadeiro Método de Estudar*: 1746 (Luís António Verney, 1713-1792)
10. *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Moraes*: 1752 (Matias Aires, 1705-1763)
11. *Cartas a Emília*: 1914 (Ramalho Ortigão, 1836-1915)

No caso das obras não reunidas nem publicadas em vida, (nos três casos, trata-se de conjuntos de correspondências) utilizo o critério da última data disponível na própria obra. Saliento que ainda neste caso julgo que não tenho um paralelo perfeito com os casos acima; mas parece a melhor saída, se consideramos que as cartas de alguns autores são reunidas e publicadas em data muito posterior à sua produção – as de Cunha Brochado, por exemplo, são publicadas em 1929; o autor morre em 1735:

12. *Cartas de Antonio Vieira*: 1670 (António Vieira, 1604-1697)
13. *Cartas de Cunha Brochado*: 1735 (José da Cunha Brochado, 1651-1735)
14. *Cartas de António da Costa*: 1780 (António da Costa, 1714-?)

Há ainda os casos em que não tenho indicação de data na própria obra, e que são publicados postumamente; decidi aí caso a caso:

a) Nestes dois casos, considereei razoável levar em conta a data de publicação póstuma:

15. *Dissertações*: 1778 (Correia Garção, 1724-1772)
16. *Viagens na Minha Terra*: 1846 (Almeida Garrett, 1799-1854)

b) Para os Sermões de Vieira, considero a data da morte do autor, uma vez que ele

supervisionou a edição para publicação, que foi realizada em vários tomos, alguns postumamente; o corpus inclui uma seleção de todos os tomos. Para as cartas da Marquesa d'Alorna, não datadas, considero também a data da morte da autora, uma vez que a publicação póstuma é de 1941;

17. *Sermões*, 1697 (António Vieira, 1604-1697)

18. *Cartas da Marquesa d'Alorna*, 1839 (Marquesa d'Alorna, 1750-1839)

Resta o caso da *Arte de Furtar*, obra envolta em complicações filológicas e até mesmo de autoria não inteiramente acima de dúvidas; aqui arrisco considerar a data do primeiro volume que se tem notícias, de 1652, ainda que se trate de uma publicação apócrifa<sup>15</sup>:

19. *A Arte de Furtar*, 1652 (Antonio da Costa, att., 1601-?)

O contraste entre a datação por nascimento e por produção resulta na cronologia do corpus tal como retratada no *Quadro 2 (Apêndice, pg. 8)*, que serve de auxílio para compreendermos as comparações a serem realizadas nesta seção.

### 1.3.2 Os padrões na fronteira: 1650 - 1750

Vamos olhar de perto, agora, para o período de cem anos entre a segunda metade do século 17 e a primeira metade do século 18, ponto no qual verificamos a inflexão entre os padrões de ordem que considerei próprios do sistema médio, e os padrões modernos. Os gráficos 53 a 58 no Apêndice mostram a evolução de alguns padrões que consideramos importantes, organizados segundo nascimento do autor e depois segundo publicação do texto, incluindo em cada caso todos os textos e a linha média representada pela soma de cada 50 anos. A dupla dos gráficos 53-54 mostra a evolução

<sup>15</sup>Antonio Saraiva afirma que: "A primeira edição dessa obra, fraudulentamente datada de Amsterdam (...) 1652, sob o nome do Padre Vieira, parece ter sido composta em Lisboa, bem como a segunda, datada de Amsterdam, 1744, e a terceira, datada também de Amsterdão, 1744. Pelo assunto, pela falsa atribuição de autoria e oficina de impressão, verifica-se que tais edições obedeceram a um propósito de especulação livreira, e, também, de sondar as reacções oficiais. Como veremos adiante, é legítimo supor que a redacção original do livro, que parece datar da época de D. João IV, tenha sido reajustada aqui e além aos propósitos do editor (...)" (Saraiva, 1996:536).

da relação ênclises sobre próclises em SV segundo nascimento ou publicação; a dupla 55-56 mostra a proporção de ênclises em SV sobre o total de dados nos dois critérios; a dupla 57-58 mostra as proporções de VS nos dois critérios; as seis figuras ilustram a argumentação que segue.

A questão geral a se observar antes de tudo é que pelas datas de nascimento, os padrões mudam na fronteira do séculos 17 e 18; pela data de produção, mudam entre a primeira e a segunda metade do 18. Essa defasagem entre as duas “*cronologias*” se aplica para todos os aspectos aqui considerados relevantes (proporção de SV nas principais; proporção de VS nas principais; relação de SV com ênclises versus SV com próclises).

Mais interessante, entretanto, será notarmos que os padrões lingüísticos nos textos apresentam uma dinâmica mais clara se agrupamos os textos conforme as datas de nascimento dos autores, que se os agrupamos conforme a data em que são escritos. Trata-se de um fato interessante, que pode ser interpretado como indicativo de que em cada geração, as tendências de oscilação no uso de cada construção medida são mais homogêneas entre autores “contemporâneos” no sentido da época em que nascem, que no sentido da época em que escrevem. Ou seja, é plausível supor que a dinâmica mais clara da tendência por datas de nascimento indica um padrão relativo à propriedades abstratas da língua.

Note-se, porém, que a diferença entre as duas curvas (nascimento e produção) não é tão marcante em todos os ambientes medidos. De fato, ela é mais notável no caso da medição ênclises versus próclises com sujeitos: enquanto a curva por nascimento cresce sempre (0,00-0,03-0,05-0,11-0,21-0,61-0,98 -cf. gráfico 53), a curva por produção *regride* entre a primeira e a segunda metade do século 18 (0,02-0,05-0,18-0,13-0,61-0,98 -cf. gráfico 54) .

Ou seja, a tendência de evolução na taxa relativa de ênclises versus próclises em SV pelo critério da geração biológica não apenas aparece com uma defasagem temporal em relação

à tendência pelo critério da geração histórica (ou seja, com a tendência por data de produção em atraso em relação à tendência por data de nascimento, o que seria razoavelmente óbvio e esperado), mas também apresenta um comportamento diferente da tendência pela geração histórica – o que me parece menos óbvio, e menos esperado.

É claro que isto se deve à mistura de gerações biológicas na primeira metade do século 18, no critério de datas de produção – aquele solapamento a que já fiz referência, já que nesse período editam-se obras de autores nascidos ainda nos 1600, e já nos 1700. Assim, no intervalo de tempo referente a 1700-1750 misturam-se padrões de duas gerações; os mais velhos, com seu padrão mais proclítico, e os mais jovens, mais enclíticos. Mas é interessante que a mesma mistura de gerações não impede que a taxa de VS nos dois agrupamentos caia sempre (por nascimento, 0,18-0,22-0,19-0,09-0,09-0,08 cf. gráfico 57; por edição, 0,18-0,18-0,21-0,22-0,09-0,09-0,08 cf. gráfico 58); não se atesta uma *regressão* na tendência, como acontece na taxa de ênclises versus próclises.

Assim, a construção SV com ênclises é o ambiente em que se observa o mais notável contraste entre os padrões por data de nascimento e por data de produção dos textos – justamente, naquela fronteira entre o século 17 e o 18, em que a proporção de ênclises em SV é singularmente baixa. Lembremos, ainda, que nos manuscritos produzidos no século 17, a proporção de construções SV-cl é mais elevada que nos textos literários então escritos. Essa é portanto a construção com maior defasagem entre as gerações, e maior defasagem “paralela”, ou seja, considerando diferentes tipos de texto.

Valerá a pena olhar mais de perto para esse comportamento dos padrões sintáticos que consideramos relevantes, nesses *textos fronteiros*. Comparemos, então, três obras: *A Vida do Padre António Vieira*, de André de Barros, nascido em 1675; as *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*, de Matias Aires, nascido em 1705; e o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luis Antonio Verney, nascido em 1713. Dessas obras, as primeiras publicadas são o *Método* e a *Vida*, em 1746; as *Reflexões* de Aires são editadas em 1752.

O contraste entre as obras de Verney e Barros, publicadas no mesmo ano, é singular em diversos aspectos: os padrões sintáticos de cada texto; a idade dos autores (33 e 71 anos); e o tema e ideário de cada obra.

Os padrões sintáticos do texto de Barros se encaixam em larga medida nas generalizações que propus para os textos “médios”. Em particular, neste texto é muito freqüente a ordem XVS com próclises (14 casos, ou 0,19 do total de sentenças principais) – justamente a construção que consideramos característica deste sistema. Entretanto, ele apresenta padrões de construções XVS que não atestei em outros textos:

(12) Exemplos de X-cl-VS no texto de André de Barros (de um total de 14):

X-cl-V-X-X-S:

- (a) *O dia feliz desta vitória, o lugar, e instrumento dela nos deixou nos seus Fastos assinalado de seu punho este incomparável homem.* |CTB-4-02741-aba-1675|

X-cl-V-X-S-X-V-X:

- (b) *Aqui o viu logo o Maranhão entre as fadigas do púlpito acudir às cadeias, onde aqueles infelizes desvalidos acharam nele, ou a seus trabalhos alívio, ou a suas desgraças termo.* |CTB-4-02971-aba-1675|

X-cl-V-V-X-S-X:

- (c) *Estavam todos aqueles Índios já abalados para se descerem dos seus matos, quando que lá lhes chegou a fama de serem chegados os Padres ao Maranhão: assim o mandaram dizer aos mesmos Padres os seus Principais por um Índio.* |CTB-4-02977-aba-1675|

(d) X-cl-V-X-X-S:

- (e) *Por voto, que tinha feito em uma doença mortal à Seráfica Madre Santa Teresa, lhe celebrava todos os anos festa João de Souza Pacheco, cuja ascendência nobre ditosamente se ilustrou, casando depois com Marianna do Canto, filha de António de Faria Maya, e de Dona Luiza do Canto, que entre consanguíneos ilustres conta ao Venerável Padre João Baptista Machado da Companhia de JESUS, que a 22 de Maio de 1617 deu valorosamente a vida pela Fé, sendo degolado em Japão.* |CTB-4-03003-aba-1675|

Já no texto de Verney editado no mesmo ano, encontramos apenas duas sentenças principais XVS com próclises (que equivalem a 0,03 do total de sentenças principais no texto) – sendo uma delas com verbo inacusativo:

(13) Ocorrências de X-cl-VS no texto de Verney:

- (a) *Depois de quatro anos de estudo, me disse um que não sabia mais que esta palavra: ó Theos.* |CTB-5-14664-ver-1713|

(b) *Depois de ter escrito isto, me veio à mão uma Gramática Portuguesa*, composta pelo Padre Argote, Teatino. |CTB-5-14410-ver-1713|

Por outro lado, o texto de Barros não atesta nenhuma ênclise com SV – e nisso se aproxima de outros autores nascidos na segunda metade do século 17, como Brochado e Bernardes. A diferença com o texto de Verney nesse ponto é marcante: no *Método*, as construções SV com ênclises representam 0,20 das sentenças principais; a proporção em relação à próclises é de 0,60.

Podemos atribuir estes contrastes gerais entre o texto de Barros e o de Verney ao fato de Barros ser representante da última geração dos *antigos*, embora escreva ao mesmo tempo que Verney.

Mas quando adicionamos a esta descrição uma reflexão sobre a história dos textos, o quadro fica menos evidente. Como veremos com mais detalhe a seguir, o *Método* de Verney é considerado pela historiografia como marco da ruptura com o ideário barroco; já a *Vida* de Barros é uma glorificação do passado, na qual a figura do pregador António Vieira é louvada em todas as formas possíveis.

Cabe assim perguntar: será Barros o último autor deste *Corpus* que é um falante do português médio, ou o último autor que escreve no estilo do português médio?

De fato, as ordens VS de Barros, tanto por sua alta produtividade, como pelos padrões singulares que apresenta (cf. (12) acima), não estão livres de serem interpretadas como “*exageros*” de estilo. No que respeita os padrões de VS, como em alguns outros aspectos, o texto de Barros parece *mais antigo* que os antecedentes: entre os textos escritos por autores nascidos no 17 (portanto, desde Manuel da Costa, nascido 74 anos antes de Barros), este é o que tem a mais elevada proporção de VS nas principais (0,27), e também a proporção mais elevada de advérbios fronteados (0,27 – sendo o mais próximo disso Vieira, nas *Cartas*, com 0,18). Em vista disso, será difícil em princípio localizar em que plano se situa esta ruptura geracional.

Parece-me que uma boa indicação para entender esta relação entre as duas gerações são os padrões do texto de Matias Aires. Nascido em 1705, este contemporâneo de Verney no sentido *biológico* é, em diversos aspectos, o autor mais intermediário entre os fronterizos – não apenas pela sua data de nascimento, como veremos.

O texto de Aires aproxima-se dos anteriores no padrão de algumas construções, sobretudo quanto a construções com sujeitos e ênclises: registramos uma proporção de 0,04 de SVcl em sentenças principais, o que é pouco considerando Verney com 0,21. Entretanto, quanto à proporção de ordens VS nas sentenças principais, Aires está na faixa dos textos *modernos*, com 0,06 de ordens VS nas principais (0,05 com próclises), contra 0,27 de Barros (0,19 com próclises), e 0,10 de Verney (0,03 com próclises).

Será portanto muito interessante notar que também quanto à sua temática, seu ideário e seu estilo, Matias Aires pode ser considerado um autor *na fronteira*. Suas *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* (1752) representam, para Antonio Saraiva, “o apogeu da literatura barroca”, com “recursos tipicamente seiscentistas usados no seu máximo requinte de gosto”.

Entretanto, a obra é tardia, e apresentaria também sinais da “crise do ideário barroco”. Parece-me que as as considerações de António Saraiva sobre esse problema podem ser assim interpretadas: *Reflexões* é uma obra do barroco (com seus recursos “tipicamente seiscentistas”, seu “selo barroco”); mas Aires já não é representante típico da geração

barroca<sup>16</sup>.

Ora: a confluência de escritores barrocos e ilustrados em uma etapa fundamental para entendermos os padrões registrados em nosso *Corpus* de pesquisa significa que os autores que classificamos, de acordo com os padrões de sua sintaxe, como representantes da *sintaxe média* são também representantes do barroco literário. E em contraste, alguns dos primeiros autores que consideramos representativos da *sintaxe moderna* são representantes do período literário seguinte (caso paradigmático de Verney) – com Matias Aires curiosamente na fronteira entre os dois grupos, em ambos os sentidos.

Importa portanto perguntar: quais seriam aqueles recursos *tipicamente seiscentistas*; o que confere o *selo barroco* na composição de um texto? Se tivermos razão para acreditar que, por seu estilo e estrutura, o *texto barroco* guarda características específicas e diferenciadoras em relação aos textos do período seguinte, a contextualização deste momentos literário entra para a pauta das preocupações deste trabalho.

<sup>16</sup>[As Reflexões representam] ...o apogeu da literatura barroca: um estilo extremamente puro, elaborado e exacto, verdadeira contrapartida, na reflexão filosófica, daquilo que Bernardes realizou no apotegma e no conto exemplar, mas em Matias Aires mais autenticamente clássico (...). O estudo metódico desse estilo, feito por Jacinto Prado Coelho, veio de facto confirmar o seu sentido ideológico atrás apontado: os valores semânticos do seu vocabulário mais significativo, as suas construções antitéticas de frase podem ser considerados como recursos tipicamente seiscentistas usados no seu máximo requinte de gosto mas alguns estratos lexicais e a naturalidade de certos anacolutos, a intensidade a que leva certos paradoxos, permitem ligá-lo quer à sua informação científica iluminista, quer a uma estética pré-romântica que adiante o veremos teorizar. A impressão essencial de conjunto que se desprende da leitura das suas Reflexões sobre a Vaidade dos Homens pode resumir-se nisto: é uma obra que, mantendo certas feições do barroco peninsular, exprime contudo uma crise ideológica de sensibilidade com profundas raízes, ao ponto de, por vezes, atingir certas características do Romantismo, para além e através da crítica iluminista. De barroco tem o seu tema aparentemente religioso, a sua composição sob a forma de sentenciário, o qual dispõe em torno do tema do Eclesiastes: "Vaidade das vaidades, tudo são vaidades". Esta construção a partir de um tema central, sem verdadeiro desenvolvimento ensaístico, acrescida ao evidente receio de tirar certas conseqüências lógicas de um cepticismo aliás radical, com ressalvas aparentemente respeitadas como a de que "só a vaidade dos Reis é vaidade justa", e a um profundo cepticismo quanto ao mundo e quanto à natureza humana, marca a obra com um selo barroco". (Saraiva, 1996:584)

## 2. A fronteira dos 1600-1700 na historiografia literária

A constatação de que nossos últimos textos representativos da “*sintaxe média*” são escritos pelos últimos “*barrocos*”, e que nossos primeiros textos da “*sintaxe moderna*” são escritos pelos primeiros “*neoclássicos*” ou “*ilustrados*”, parece-me justificar uma incursão pela historiografia da literatura portuguesa sobre a passagem dos 1600-1700. Buscarei aqui refletir sobre as propriedades da escrita dos autores principais do *Corpus* dessa nova perspectiva. Fundamentalmente, procuro situar sob nova luz o agrupamento das gerações: importa compreender os horizontes modelares da escrita culta nesses dois momentos históricos, lembrando a questão da representatividade dos textos em relação à língua de um modo mais geral.

### 2.1 Barrocos *versus* Ilustrados

Poderemos tomar como medida ampla que o período que interessa centralmente a este estudo é a fronteira entre o *Barroco* e a *Ilustração* em Portugal. Vamos tentar antes de tudo situar os dois momentos cronologicamente, e compreender suas diferenças principais<sup>17</sup>.

O *Barroco* como fase literária é situado como tendo início em fins do século 16 (ou início do 17, a depender das análises), e se prolonga até meados do século 18 em Portugal. Será fundamental notar, tendo em vista as hipóteses deste trabalho, que o barroco chega a Portugal pela via da Espanha, e que o reinado Filipino em Portugal (1580-1640)

<sup>17</sup>Longe do debate especializado sobre a seqüência de épocas literárias, que aqui não cabe explorar, consideraremos os períodos em termos gerais (entre os barrocos, por exemplo, incluiremos os autores *maneiristas*, como Sousa e Lobo). O *Corpus* principal inclui importantes nomes do barroco literário português (Rodrigues Lobo, Vieira, Bernardes, Matias Aires); um representante importante da fase neoclássica (Garção), e um expoente do movimento da ilustração portuguesa (Verney).

coincide com o início do apogeu da literatura espanhola. No *Capítulo III*, trataremos de melhor conceituar esta relação entre a literatura portuguesa seiscentista e os modelos espanhóis. Aqui notemos que em parte da historiografia, isto se refletirá na idéia do período barroco como uma “*invasão estrangeira*” (para M. Moisés<sup>18</sup>) ou “*submissão ao estrangeiro*” (para H. Cidade).

A regência espanhola é entendida como um dos fatores a consolidar a *decadência* da cultura portuguesa depois dos anos *gloriosos* dos descobrimentos. Mais adiante discutiremos mais um pouco esta noção do barroco como um período *decadente*; aqui importa notar como esta noção incide na compreensão da ruptura representada pelo momento seguinte, como resultado de um processo de “*reação*” que teria gerado mudanças no decorrer da segunda metade do século 18<sup>19</sup>.

Assim, em parte da historiografia há a tendência de identificação da estética barroca como “*fora da ordem natural*”, “*perturbação da serenidade*”; e como contraponto, a avaliação do advento da ilustração como “*correção*” dos “*excessos*”<sup>20</sup>. Leonor Lopes Fávero sugere que para entender o movimento da ilustração em Portugal, é preciso levar em conta as características que contextualizam este período imediatamente anterior; a “*defasagem mental e material*” da sociedade portuguesa significam não apenas que as mudanças precisaram ser profundas, mas que o próprio movimento iluminista fica, necessariamente, ele mesmo *defasado* em relação ao que ocorre em países como a França

<sup>18</sup>“O movimento barroco, iniciado na Espanha e introduzido em Portugal durante o reinado filipino, é de instável contorno, por corresponder a uma profunda transformação cultural, cujas raízes constituem ainda objeto de polémica. Quem nele procure apenas o aspecto literário, facilmente encontrará no Renascimento algumas de suas formas embrionárias, sobretudo no final do século XVI, quando já se percebem as palpitações da discórdia interna que iria transformar-se em Barroco, enfeixada no chamado Maneirismo. (...) E, como não poderia deixar de ser, o Barroco sofreu mudanças em solo português, já por causa de tais antecedentes, já porque a novidade espanhola correspondia a uma forma de perturbação da serenidade clássica que só uns poucos letrados aceitaram em bloco, e foram os menos talentosos. A linha tradicional, engrossada pelo magistério poético de Camões, funcionava como barreira contra a invasão das águas vizinhas, e acabou dando um toque de identidade especial ao Barroco português”. (Moisés, 1999:71)

<sup>19</sup>Quando, nas palavras de A. Saraiva, “*Pelas fendas que se abrem nas necessidades mais clamorosas, penetra o ar de uma mentalidade antiescolástica e antibarroca.*” (Saraiva, 1996:447)

ou a Alemanha. Isto significou que o iluminismo em Portugal teve, de início, uma tarefa das mais árduas – cujo maior empreendedor foi Luis António Verney<sup>21</sup>.

Diversos autores apontam Verney, o “*mais notável e influente dos doutrinários portugueses do século XVIII*”<sup>22</sup>, como personificação da ruptura que marca os meados do século 18; e sua obra, como um divisor de águas entre a cultura barroca e os novos tempos marcados pela “*revolução iluminista*”. O *Verdadeiro Método de Estudar* é considerado seminal para as reformas pedagógicas pombalinas; e Verney, o *ideador* da ilustração portuguesa.

O *Método* foi escrito na Itália, sob a forma de cartas enviadas a Portugal, sob o pseudônimo de *padre Barbadinho*<sup>23</sup>. O propósito essencial desta *ofensiva* em forma de cartas<sup>24</sup> é a crítica das instituições pedagógicas tradicionais, então dominadas pelos jesuítas e pelo “*espírito escolástico*”. A crítica encontra grande repercussão – inicialmente,

<sup>20</sup>Hernani Cidade, por exemplo, sustenta que: “*Estes excessos provocaram, na época do racionalismo iluminista, a reacção do bom senso. Entre nós teve ela dois aspectos bem diferentes, porque duas espécies do formalismo grassavam: - o formalismo escolástico, em que o pensamento filosófico, encalhado na especulação aristotélica, ruminando perpetuamente os conceitos da matéria, forma e privação, de costas voltadas aos renovadores da filosofia e da ciência, de Descartes a Newton, e o formalismo gongórico, com seu jogo de palavras, de imagens e conceitos, com seus luxos de imaginação delirante e suas engenhosas construções retóricas, jogando com absurdos. (...) Cada vez mais sensível o desnível entre a nossa cultura e a cultura de onde emergiram Descartes, Leibniz e Newton; como não procurar submeter a uma crítica severa e construtiva toda uma vida mental fascinada pelo jogo das formas, nos domínios do pensamento tanto como nos da imaginação?*” (Cidade, 1995:142)

<sup>21</sup>“...daí se entende o corte que representou a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney, em 1746, e o impacto que foi o governo de Pombal, que se identifica com a Ilustração, embora o período cronológico compreendido por esta última seja um pouco maior”. (Fávero 1996: 61)

<sup>22</sup> Saraiva 1996:573

<sup>23</sup> “O autor disfarçava-se num barbadinho anônimo, que de Roma, em cartas eruditíssimas, dirigia uma ofensiva frontal contra as expressões de nossa cultura”.(Cidade 1995:143)

<sup>24</sup> Dez cartas compõem os dois volumes do *Método*. A Carta I “estabelece a norma de que se principie a exercer análise gramatical na língua materna, e não na latina, como geralmente se fazia” (Saraiva 1996:575), e propõe uma reforma ortográfica de inspiração fonética. As cartas II e III propõe um novo método para o ensino do latim; as cartas IV e V recomendam os estudos hebraicos e helenísticos, e também apontam a necessidade de se aprenderem os idiomas estrangeiros contemporâneos (francês, italiano), o que não era costumeiro. As cartas V e VI tratam da retórica, e a Carta VII, da Poética. As cartas restantes versam sobre o Direito e a Medicina.

pela polêmica que provoca, e posteriormente, por servir de base para as reformas pedagógicas levadas a cabo a partir de 1759.

As idéias de Verney teriam representado um *corde radical* em relação à tradição<sup>25</sup>. Seu iluminismo racionalista tem entre seus momentos mais altos a contestação da visão de mundo dos séculos anteriores em Portugal, seja no campo político, seja cultural-literário – o que inclui uma crítica contundente à poesia e a retórica barroca. Um dos alvos favoritos de Verney em seu ataque à eloquência marcada por esta retórica é o Padre António Vieira. Verney pinta, na carta V, um retrato extremamente desfavorável da vida e da obra do autor dos *Sermões* – para ele, exemplos do “*raciocínio superficial, das sutilezas sofisticadas, e do abuso dos ornamentos de discurso*”. Defende, por contraste, a “*maneira natural de escrever, a simplicidade, a naturalidade de expressão, o juízo vigiando o engenho*”<sup>26</sup>. De fato, Antonio Saraiva considera Verney o responsável principal do ostracismo em que caem a prosa e a poesia barroca depois da segunda metade dos 1700s.

A obra de Verney, com sua inspiração enciclopedista, insere-se portanto no contexto de rejeição àquilo que a estética neoclássica via no *barroco*: as formas *fora da boa ordem*, o *exagero*, o *rebuscado*, o *irracional*.

Quanto à linguagem do Método, encontram-se algumas referências a um certo “*estilo familiar*”<sup>27</sup>, que o próprio Verney evoca ao afirmar:

*(...) eu não me cansarei em escrever Português elegante; mas me servirei das palavras de que comumente me sirvo no discurso familiar.*

<sup>25</sup>Nas palavras de Hernani Cidade, “*Não vale a pena pormenorizar a tempestuosa vozearia, em que entram portugueses e espanhóis, todos empenhados, não em demonstrar a sem-razão do Barbadinho [pseudônimo de Verney], mas em teimar em que tudo estava bem – doutrinas e métodos. (...) Segundo o hábito da polêmica, nada lhe foi poupado. A sua crítica denunciava-o como mesquinho das glórias nacionais e peninsulares, desrespeitador das verdades católicas; negam-lhe a ciência, a nobreza de nascimento, e – o que é mais perigoso – a qualidade de católico. E mais de um lamenta que as chamas do auto-de-fé não venham purificar-lhe a alma, queimando-lhe o corpo*”. (Cidade 1995:148)

<sup>26</sup> Cidade 1995:145

Mais que refletir um pouco melhor sobre esta classificação da linguagem do Método quanto à sua propriedade de familiaridade ou coloquialismo (ponto um tanto duvidoso a que voltaremos mais tarde), importa aqui observar o problema fundamental trazido por este texto: ele representa uma ruptura em relação às obras do período anterior em termos de *ideário*, e apresenta uma crítica contundente à sua maneira de escrever (“*O estilo dos poetas deste Reino é totalmente contrário ao que ensina a boa razão*”).

Isto traz o problema de compreender os limites entre Verney e os *barrocos*, no Corpus, em termos de estilo do texto ou propriedades estritamente sintáticas.

Podemos avaliar o caráter reformista de Verney quanto à linguagem quando ele faz referência a formas antigas e inovações lingüísticas no trecho do *Método* reproduzido no Quadro IV a seguir<sup>28</sup>.

Fundamentalmente, para Verney “os modernos devem melhorar os antigos” – idéia bem de acordo com o reformismo iluminista. Seja qual for o eventual reflexo disso em sua redação, o importante aqui é observarmos que não será adequado considerá-lo um escritor que se modela na escrita da geração anterior (ou seja, os *clássicos* da literatura, que merecem dele o epíteto de “*frades babosos*”, segundo H. Cidade).

<sup>27</sup> Hernani Cidade salienta as seguintes características no estilo de Verney: “*As cartas [...] são densas e documentadas na linguagem pronta e viva do colóquio familiar, a que não falta a troça bem-humorada a amenizar o que o assunto importe de pesado, e a temperar o que o tom polemístico tenha de acutilanté*” (Cidade 1995:143); para Saraiva, “*No seu conjunto, o Método apresenta um certo número de características notáveis. Em primeiro lugar, a linguagem é franca, objetiva, sem rodeios nem incidências de humor: chama “parvoíce”, “rapaziada”, “ignorância”, “idiota” ao que lhe parece*”. (Saraiva 1996:579)

<sup>28</sup>cf a edição utilizada como fonte no *Capítulo I*, de 1949 (Lisboa, Sá da Costa; ed. António Salgado Filho, com ortografia modernizada)

#### Quadro IV: Verney e a tradição escrita

---

Algumas observações de menor momento podem-se ver nas Ortografias Portuguesas, tendo a advertência de não se deixar enganar das regras que dão, porque comumente são mui más. O Padre Bento Pereira, que cuidou foi dos primeiros que escreveram nesta matéria, dá muito más regras, e só próprias para destruir o que cada um sabe. O Barreto, o Leão, o Vera, tem algumas coisas boas, entre outras muito más. Na mesma classe ponho o que diz o Padre Argote nas suas Regras Portuguesas, e algum outro. Tais autores copiaram-se fielmente uns a outros, sem examinarem a matéria.

Sei que alguns dão, em razão do que escrevem, acharem-no assim escrito nos antigos Portugueses. Mas esta razão é de cabo-esquadra. Porque, tratando-se de línguas vivas (que não estavam purgadas pelo passado, mas que, na nossa idade, se vão reduzindo à perfeição), e desta (da qual no nosso tempo apareceu o primeiro Vocabulário), não devemos estar pelo que disseram os velhos, mas examinar se há razão para se dizer assim. Observe V. P. que os que assim respondem, contrariam-se na prática, porque não usam daquelas palavras toscas que ainda lemos nas leis antigas, nos testamentos, doações, e outros documentos que deixaram os Antigos. Seria uma ignorância manifesta e afectação indesculpável falar hoje com muitas palavras de que usaram os antigos Portugueses. E isto, não por outra razão, senão porque a língua se foi purgando, e os homens mais capazes entenderam que se devia falar de outra maneira. E se isto se pratica com inteiras palavras, por que o não praticaremos com melhor pronúncia?

Além disto, é já coisa muito antiga que o uso e juízo dos homens doutos e de boa eleição decida neste particular. E, como hajam muitos Portugueses inteligentes que escrevem pelo contrário e assinam boa razão do que dizem, não tem lugar nisto uma prescrição sem fundamento. No tempo de Cícero, a língua romana tinha de idade, pelo menos, uns setecentos anos (contando somente da fundação de Roma, porque sabemos que a língua do Lácio é muito mais antiga), e contudo ele e outros homens doutos a purgaram muito bem. Observe Vossa Paternidade os fragmentos que temos de Lívio Andronico, Ênio, Estácio Cecílio, Pacúvio etc., e as obras de Catão-o-velho, de Plauto, e achará palavras desusadas e mui toscas, e, em algumas obras, uma composição lânguida e sem graça. Prossiga mais para baixo, examine as obras de Terêncio, Lucrécio, Varrão, Catulo, Salústio etc.; achará neles a língua mais mudada e palavras mais polidas. Desça finalmente à última fineza da idade de ouro da Latinitude, quero dizer, aos que melhor falaram no século de Augusto; e sempre lhe crescerá a admiração, porque cresce a mudança. Pacúvio e Estácio têm tanta semelhança com Cícero, César, Cornélio Nepote, Virgílio, Horácio etc., como o dia com a noite. Naqueles, tudo é inculto; e nestes, tudo é polido: palavras, frase e método. E mais todos entram na idade de ouro! O mesmo Cícero, em alguns seus tratados, adverte quanto trabalhara neste particular para apurar a língua. Horácio também adverte que o bom uso é o que emenda as línguas. Finalmente, advertiram os Gramáticos e Oradores de melhor nome que a Ortografia está sujeita ao costume; e um douto Latino deixou escrito nesta matéria: *Antiquitatem posterior consuetudo viciit. E nem somente encontrará Vossa Paternidade palavras mudadas, mas novas. Os Romanos não tinham palavras para tudo; e assim foi necessário tomá-las prestadas, principalmente em matérias de Ciências e Artes, as quais adoptaram como latinas. Este é o privilégio das línguas vivas. [...]*

Este mesmo uso de purgar as línguas, melhorando na boa pronúncia, e enriquecê-las com palavras novas quando há necessidade, está geralmente introduzido. Achei livros, ainda impressos, ingleses, franceses, espanhóis e italianos, com infinitas palavras que já hoje não estão em uso, e com um estilo de frase pouco usada. E lembro-me agora ter visto há anos um livro de Genealogias de Flandres, escrito pelos anos de Cristo 1400, em um Francês tão embrulhado, que o tinham imprimido com a versão de Francês moderno a lado, sem o qual socorro não era fácil entendê-lo. Os nossos antigos poetas têm palavras que hoje se não recebem. Em Dante e Petrarca acham-se coisas não mui finas; e também em outros. Os Modernos de todas estas nações melhoraram sobre os Antigos, e serviram-se do seu direito para emendar a língua. Os mesmos Portugueses o fizeram. Finalmente, isto é tão claro, que me envergonho de o provar. E, com efeito, a estes, que assim respondem ou assim argumentam, seria mais acertado não lhe responder. É fazer-lhe muito favor mostrar que tais argumentos têm resposta. Mas eu o faço aqui, porque a amizade de Vossa Paternidade me obriga a obedecê-lo; e escrevo isto mais para satisfazer ao seu desejo, do que à matéria. (CTB: Verney: 110 - 113)

Neste primeiro aspecto que vemos na relação entre as duas gerações marcantes em nosso corpus, está em jogo portanto uma rejeição à tradição ligada ao barroco por parte dos neoclássicos dos 1700.

Em vista do ideário inovador de Verney, torna-se interessante o fato de ele aparecer, em termos de padrões sintáticos, muito distante de autores contemporâneos, porém contextualizados na tradição anterior (sobretudo, Barros e Aires). Um primeiro ponto aqui relevante, portanto, é termos em mente que na relação entre alguns expoentes da primeira geração setecentista e os nomes da última geração seiscentista do *Corpus*, não será adequado falar em uma relação modelar, de conservação das características da escrita antiga (do tipo que remeta a um *conservadorismo inerente à escrita*), mas antes em um momento de ruptura com a tradição.

Entretanto, isto só se torna de fato crucial para a análise dos textos em razão de um segundo problema da relação entre a escrita seiscentista e a escrita setecentista, já esboçado nas citações acima. É freqüente, na historiografia literária como na tradição gramatical, encontrarmos referências a um certo estilo de linguagem “familiar” de figuras como Verney, e em contraposição, referências a um suposto estilo “rebuscado” e “ornamental” da escrita barroca. Penso que tais considerações são bastante relevantes para um estudo sobre a sintaxe destes textos, na medida em que muitas destas observações remetem diretamente à ordenação dos termos da frase: como veremos no item a seguir, há uma tendência a creditar, à *frase barroca*, a propriedade de “invertida” e “anti-natural”.

Esse é, portanto, um ponto em que a *sintaxe* se une à *história* dos textos neste trabalho. Será necessário aqui adotarmos uma interpretação que leve em conta o problema do *olhar do observador*; pois como veremos, será difícil separarmos, na abordagem da *frase barroca rebuscada* versus a *frase familiar* dos setecentistas, o quanto pode estar em jogo um problema semelhante àquele que observamos na *Introdução* sobre a avaliação de C. Figueiredo para as ordens “cultíssimas” dos mesmos textos.

## 2.2 A frase barroca

Aborda-se aqui a questão da *frase barroca* apresentando apontamentos sobre algumas das principais referências da historiografia literária sobre os 1600 e início dos 1700 em Portugal naqueles aspectos que podem ser importantes para compreender a questão da sintaxe dos textos e de seu horizonte modelar.

### 2.2.1 Olhares sobre o barroco: a *geometria* do texto

Como já vimos, a acepção primeira do barroco na historiografia esteve relacionada à noção de *decadência*, patente na periodização de M. Moisés que lembramos acima (1556-1742) – e que pode ser importante para entendermos a questão da composição do texto. Para Moisés, o essa é uma fase sem brilho para a literatura em português, na qual “Somente ultrapassa o ramerrão uma que outra figura”<sup>29</sup>. Entre elas, para Moisés, estariam Antonio Vieira (que deu ao Barroco “*seu símbolo perfeito*”), D. Francisco Manuel de Melo, o Padre Manuel Bernardes, Francisco Rodrigues Lobo, Frei Luís de Sousa, e “*A arte de furta*”. Interessa notar que a “*Arte*” é citada pelo seu valor documental da situação política da época<sup>30</sup> e pelo estilo satírico “*vivo*”; entretanto, Moisés destaca que “*sobejam na obra os tipismos expressivos barrocos (antíteses, hipérbatos, etc.)*” que ele considera tortuosos<sup>31</sup>.

Uma das tendências da historiografia parece portanto bem representada na descrição de M. Moisés: o “Barroco” como período de *depressão/comoção geral, misticismo/revolta,*

<sup>29</sup>“Do ângulo literário, o Barroco em Portugal não apresenta o brilho do século anterior: será preciso aguardar o advento do Romantismo para a literatura Portuguesa sair da depressão. (...) Somente ultrapassa o ramerrão uma que outra figura”. (Moisés, 1999:74)

<sup>30</sup>Trata-se de uma defesa apaixonada da autonomia do reino, no contexto da Restauração em 1640; a “arte de furta” encontra seus maiores refinadores nos reis castelhanos.

<sup>31</sup>“Tem menor interesse literário: sobejam na obra os tipismos expressivos barrocos (antíteses, hipérbatos, etc.) que, à custa de repetidos, revelam despreocupação de criar estilo e atribuem certa monotonia à narrativa. Seu estilo satírico, todavia, é ainda hoje incrivelmente válido e vivo”. (Moisés, 1999:85)

em que a cultura portuguesa “*vela-se, hiberna*” e produz uma literatura “*sem brilho*”.

Do ponto de vista da estrutura dos textos, essa linha de análise remete a uma caracterização negativa da “*frase barroca*”, fazendo referência a um rebuscamento cultista/gongorista, que se refletiria em uma linguagem “*especiosa*” repleta de “*neologismos, hipérbatos, trocadilhos, dubiedades e todas as demais figuras de sintaxe que tornam o estilo pesado, tortuoso e alambicado*”<sup>32</sup>.

Observemos aqui como se torna preocupante esta avaliação, presente em boa parte da historiografia: a linguagem dos textos barrocos empregaria muito de propósito, e abundantemente, figuras de sintaxe (ou seja, *desvios*).

Para um estudo sobre as propriedades gramaticais destes textos, isto significaria dizer que se está tomando, como fonte de análise para compreender a dinâmica de uma mudança gramatical, textos cuja sintaxe é “*artificial*” e configura uma “*decadência da linguagem*” (às vezes encontramos o termo “*violência à língua*”). E particularmente preocupante será a avaliação de que a ordem dos termos nestes textos constitui uma abundância de hipérbatos (isto é, de “*inversões da ordem natural da frase*”) a serviço de expressões de um estilo.

Ora, embora não encontre exemplos, nestas análises, das ordens que se consideram como *hipérbatos*, posso imaginar que frases como o seguinte exemplo do nosso *Corpus* principal de trabalho passariam talvez muito bem por *tortuosas*:

(14) André de Barros (n. 1675):

*O dia feliz desta vitória, o lugar, e instrumento dela, nos deixou nos seus Fastos assinalado de seu punho este incomparável homem. |CTB-4-02741|*

<sup>32</sup>“Visto o processo descritivo implicar a utilização de metáforas e imagens para todos os sentidos (sinestesia), e a poesia se exprimir sobretudo por meio de metáforas e imagens, resulta que esta tendência se manifesta notadamente em poesia. E recebe o nome de Gongorismo, por ser o poeta espanhol Gongora seu principal representante. Seus adeptos procuram cultivar uma linguagem rebuscada, especiosa e rica, e, para alcançá-la, consideram de bom tom o emprego de neologismos, hipérbatos, trocadilhos, dubiedades e todas as demais figuras de sintaxe que tornam o estilo pesado, tortuoso e alambicado”. (Moisés, 1999:73)

A ordem aí, esquematicamente é: *complemento-verbo-locativo-predicativo-sujeito*:

(15)

|               |   |
|---------------|---|
| complementos: | [ <i>O dia feliz desta vitória</i> ], [ <i>o lugar, e instrumento dela</i> ], |
| verbo:        | [ <i>nos deixou</i> ]   |
| locativo:     | [ <i>nos seus Fastos</i> ]  |
| predicativo:  | [ <i>assinalado de seu punho</i> ]  |
| sujeito:      | [ <i>este incomparável homem</i> .]   |

Na minha interpretação (de falante do português brasileiro) nenhum dos termos está em sua “*ordem natural*”; eu a reescreveria talvez como “*Este incomparável homem nos deixou o lugar, o instrumento, e o dia feliz desta vitória assinalado de seu punho nos seus Fastos*”:

(16)

|               |   |
|---------------|---|
| sujeito:      | [ <i>Este incomparável homem</i> ]  |
| verbo:        | [ <i>nos deixou</i> ]   |
| complementos: | [ <i>o dia feliz desta vitória</i> ], [ <i>o lugar, e instrumento dela</i> ], |
| predicativo:  | [ <i>assinalado de seu punho</i> ]  |
| locativo:     | [ <i>nos seus Fastos</i> ]  |

Podemos agora compreender porque as análises sobre o barroco e seus mecanismos na escrita, que parecem de início distantes do campo de visão a que um trabalho em sintaxe diacrônica se deveria limitar, podem ser relevantes para este estudo.

Será preciso pensar se, ao analisarmos frases como esta de André de Barros, estamos diante de uma ordem determinada pela gramática (em sentido abstrato) ou por requerimentos de estilo – ou seja, de uma *estrutura XVS*, ou de uma *construção que visa um efeito estético por meio do hipérbato*, em que a ordem “*esperada*” é subvertida (e lembremos que exemplos como esse são abundantes no texto de Barros, e ainda freqüentes em seus contemporâneos).

Para justificar minha interpretação deste problema, lembro antes de tudo que a perspectiva da escrita barroca como um reino de *hipérbatos* e *decadência de linguagem* não

é generalizada. Já Said Ali considera que não se pode qualificar toda a produção literária em português do século 17 como “gongórica” (ou seja, rebuscada), salientando que “*não se pode entretanto afirmar que revelem a mesma decadência de linguagem os escritos de um Vieira, de um Bernardes, de um Francisco Manuel de Melo, ou de um Frei Luís de Sousa ou Rodrigues Lobo*”<sup>33</sup>. Essa perspectiva esboçada em S. Ali talvez seja a mais generalizada – ou seja, há sim textos de estilo *singular, amaneirado*; mas as figuras realmente *grandes* do Barroco (notemos que todos os autores que ele cita estão em nosso *Corpus* de pesquisa) não participam desta *decadência*, e seu estilo é *simples, natural e elegante*.

Isto, no entanto, não resolverá nosso problema, uma vez que estamos aqui ainda no domínio de análises um tanto subjetivas; seria desejável entender mais objetivamente quais são e como operam estes “*requerimentos de estilo*” que *torceriam* a ordem da frase. Neste sentido, observemos que de fato - à parte a discussão que tende à atribuição de “*bom gosto*” ou “*mau gosto*” para a estrutura do texto seiscentista – a grande parte da historiografia identifica nestes textos uma marca de estilo que remete à composição da frase como figura estética. A linguagem, na poética barroca, é instrumento de efeitos conceituais – melhor dito, “*mobilizador*” do receptor dos textos. Como o resumem M.L. Pires e A. Carvalho, essa mobilização depende inerentemente da *argúcia intelectual* e da *linguagem requintada* que a exprime, “*duas faces inseparáveis da concretização do “conceito” segundo a poética barroca*”<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> “À produção literária em língua portuguesa do século XVII costuma-se chamar escola gongórica. Há exagero neste qualificativo. Aplicável embora a certas obras de ficção, que hoje se acham na maior parte esquecidas, não se pode entretanto afirmar que revelem a mesma decadência de linguagem os escritos de um Vieira, de um Bernardes, de um Francisco Manuel de Melo, ou de um Frei Luís de Sousa ou Rodrigues Lobo autores mais antigos, porém computados na mesma escola. Encontram-se em alguns por vezes trechos cuja linguagem hoje nos parece amaneirada. Explicam-se essas singularidades, nomeadamente nos sermões, pela argumentação própria da escolástica de que se serviam seus autores. Em exposições meramente narrativas ou descritivas usam todavia linguagem simples, natural e elegante, como a que empregavam os quinhentistas”. (Said Ali, 1921:par.29)

<sup>34</sup> “A poética barroca, com sua valorização do raro, do novo, do insólito, visava provocar a admiração, a maravilha, o deslumbramento do receptor. A argúcia intelectual que descobre nexos originais entre as coisas, entre as palavras, e a linguagem requintada em que essas relações se exprimem, constituem as duas faces inseparáveis da concretização do “conceito” segundo a poética barroca” (Pires e Carvalho, 2001:21).

É possível compreender essa idéia do conceptismo como a “concretização do conceito” de modo mais direto remetendo à análise de Antonio Saraiva para um dos textos incluídos em nosso estudo, a *Nova Floresta* de Bernardes. Reproduzo essa análise a seguir em grande trecho<sup>35</sup>, pela relevância que a ela se pode atribuir em um estudo baseado na ordenação das palavras na frase:

*“Com efeito, embora o seu estilo seja límpido, a não ser quando muito de propósito decide fazer um ou outro trocadilho ou jogo verbalista, há uma faceta do barroco literário, o conceptismo, que se insinua na prosa de Bernardes por intermédio da concisão lapidar, da parcimónia de vocábulos, maneira estilística própria do latim. É do latim que recolhe também o uso do hipérbato, isto é, o jeito de inverter a ordem vocabular no discurso, de variar o começo dos períodos, por forma a fazer depender dessa ordem vocabular o grau de ênfase que atribui aos diversos membros da frase. Como o período latino longo, o período longo bernardesiano atrai para o princípio a circunstância da narração ou a explicação a que pretende dar realce. O hipérbato já era conhecido de alguns quinhentistas, mas tinha neles um carácter erudito e de violência feita à língua. Com Manuel Bernardes dir-se-ia que é assimilado e se torna uma forma natural de expressão. A perfeita naturalidade que aparentam todos os artificios é, de resto, um dos segredos da prosa de Bernardes”.*

Ainda que a prosa de Bernardes mereça de Saraiva a qualificação de límpida, não se deixa de apontar um carácter *deformante* na manipulação dos termos da frase, em outros momentos: “É preciso reconhecer entretanto que esta nova fase de latinização estilística tem em Bernardes alguns, raros, aspectos que se devem considerar deformantes para a índole do português”. Dos artificios da prosa de Bernardes, entretanto, transpareceria um efeito de “perfeita naturalidade” no conjunto geral; Saraiva aponta algumas das propriedades que tornam essa prosa *inimitável*:

*“ Mas nem a lição do Latim nem a do Castelhana literário, que também se faz sentir às vezes, explicam suficientemente o cunho tão especial e tão inimitável desta prosa que desliza sem nenhum tropeço, tão euritmica que pode considerar-se precursora do verso livre moderno. Sob o ponto de vista semântico, Bernardes pode competir com Vieira, o seu melhor mestre neste ponto, quanto ao senso dos cambiantes que há numa série de sinónimos e antónimos: encontra sempre o termo exacto para o que pretende dizer e sugerir. (...) Evita meticulosamente as repetições, e fá-lo por numerosos processos: os auxiliares ter e haver alternam; as conjunções do mesmo tipo revezam-se como quartos de sentinelas; dentro do mesmo parágrafo, as palavras, para se não repetirem, substituem-se por vicários, como pronomes pessoais ou o verbo fazer (...), e tais pronomes antepostos normalmente aos verbos (“e lhe disse”, em vez de “e disse-lhe”), contribuem para aquele seu característico ritmo predominantemente ascendente, jámbico ou*

<sup>35</sup>cf. Saraiva (1996:51-13)

*anapéstico (átona-tónica; átona-átona-tónica). Acrescente-se um grande cuidado fonético em evitar repetições de sílabas, hiatos, monotonia de timbres vocálicos ou de acumulações consonânticas, que o leva, por exemplo, a subentender quanto possível a conjunção integrante, e ter-se-á dito o bastante para se poder sugerir que, com Bernardes, a prosa académica, a prosa como obra de arte para uma dada ideologia feita, atinge o apogeu.*

*Era o canto do cisne. O século XVIII estava a entrar, e o sentido da evolução viria a ser outro, longe das celas monacais”.*

O “encontro do termo exato”; “os processos para evitar a repetição”; o “revezamento das conjunções como quartos de sentinelas” - a composição da frase em Bernardes aparece como uma obra de grande apuro na descrição de Saraiva. E crucialmente, fala-se aí na anteposição de pronomes aos verbos enquanto propriedade eurítmica que confere um determinado ritmo muito a propósito: estamos praticamente diante de uma obra em verso livre.

Creio que neste ponto, para além das análises de carácter um tanto subjetivo quanto à beleza ou tortuosidade da sintaxe destes textos, chegamos a uma caracterização importante sobre os efeitos estéticos que podemos encontrar na escrita dos barrocos; qual a incidência desse problema para um estudo gramatical que toma tais textos como fundamento empírico? Para entendê-lo, destaco esta passagem crucial sobre o texto de Bernardes, na citação de Saraiva mais acima: “o uso do hipérbato, isto é, o jeito de inverter a ordem vocabular no discurso, de variar o começo dos períodos, por forma a fazer depender dessa ordem vocabular o grau de ênfase que atribuí aos diversos membros da frase.”

Ora: ao longo do capítulo anterior, estive descrevendo a linguagem de textos como a *Nova Floresta* como indicativa de propriedades gramaticais ligadas precisamente à relação entre a ordem da frase e o “grau de ênfase” dos diferentes termos. Lembro alguns exemplos do texto de Bernardes, que podem ilustrar a propriedade de “atirar para o princípio a circunstância da narração ou a explicação a que pretende dar realce”:

(17)

(a) *A fazenda de Deus* lhe ensacou um seu inimigo e lha remeteu a bom recado. |CTB-05566-3-ber-1644|

- (b) *Pela capa* nos pega o mundo; pelos vestidos, riquezas e comodidades, nos atrai; a alma que não quiser ser adúltera, em ofensa de seu legítimo esposo: o amor divino, largue essa capa e fuja: Ut evadas *Aegyptiam* dominam (disse São Jerónimo), *sæculi pallium* derelinquis. |CTB-06004-3-ber-1644|
- (c) *Deste formidável perigo* nos tem avisado quem deveras nos deseja salvar a todos e morreu por isso, Cristo Senhor Nosso, dizendo: Contendite intrare per angustam portam : quia multi , dico vobis , quærent intrare , et non poterunt : Trabalhai porfiando por entrar pela porta estreita, porque muitos vos afirmo que procurarão entrar e não poderão. |CTB-05726-3-ber-1644|
- (d) Quando chegou o seu dia e passou desta vida, foram mui sófregos registrar o que havia na arca, suave tormento de suas esperanças; mas o que acharam entre os telhos foi só um papel, com estas palavras: Filhos meus, se os tiverdes, não vos esqueçais de vós, no dar-lhes estado; *este desengano, que tenho*, vos deixo, em lugar do dinheiro, que não tenho. |CTB-05981-3-ber-1644|

Observem-se os termos que se encontram “*jogados para o princípio*” nos períodos acima:

(18)

- (a) [A *fazenda de Deus*]                      lhe ensacou um seu inimigo ...  
Um seu inimigo lhe ensacou              [a *fazenda de Deus*]...
- (b) [*Pela capa*]                              nos pega o mundo;  
O mundo nos pega                      [*pela capa*];  
  
[*pelos vestidos, riquezas e comodidades*],              nos atrai  
nos atrai    [*pelos vestidos, riquezas e comodidades*]...
- (c) [*Deste formidável perigo*] nos tem avisado quem deveras nos deseja salvar a todos e morreu por isso, Cristo Senhor Nosso, dizendo...  
  
Cristo Senhor Nosso, quem deveras nos deseja salvar a todos e morreu por isso, nos tem avisado [*deste formidável perigo*] dizendo ...
- (d) [*este desengano, que tenho*],              vos deixo, em lugar do dinheiro, que não tenho.  
Deixo-vos                                      [*este desengano, que tenho*], em lugar...

Importa lembrar que construções como essas correspondem ao que venho descrevendo, neste trabalho, como *fronteamentos*, ou seja, movimento de constituintes pós-verbais para uma posição pré-verbal. Vimos já que se trata de um tipo de construção frequente nos textos do século 17 em geral. Mais que isso, vimos que nesses textos, o *fronteamento* de complementos, frases preposicionais, etc, tem como correlato a “*inversão*” dos sujeitos (como em (a), (b) e (c) acima). Considerarei, no *Capítulo I*, que esse tipo de

construção (XVS) é característica dos textos até a primeira metade do século 18; e interpretei a queda de sua freqüência nos textos mais recentes como indicativa de uma mudança de padrões que pode ser interpretada como mudança gramatical.

À primeira vista, pareceria estarmos diante de um mero dilema terminológico – ou seja, qual a diferença entre dizer que Bernardes costuma “*atirar para o princípio a circunstância da narração ou a explicação a que pretende dar realce*”, ou dizer que este texto apresenta elevada freqüência de “*frontamentos*”?

Saliento, entretanto, que a relevância dessa questão se coloca uma vez que, se o elevado uso de XVS é uma propriedade do estilo dos textos – ou seja, se este *variar o começo dos períodos* se pode explicar pela da composição conceptista – podemos não ter, aqui, justificativas empíricas para falar em uma propriedade gramatical que se altera. Teríamos que conceituar os fatos atestados nos textos como indicativos de um estilo de escrita que deixa de ser usado. Pois, crucialmente, a depender da interpretação das estruturas como as acima exemplificadas, elas podem ser consideradas estruturas possíveis no português europeu moderno; assim, não seria justificável falarmos em uma mudança na gramática.

Chegamos portanto a uma encruzilhada central. De um lado podemos nos preocupar, e muito – pois estaríamos tomando uma figura de estilo como propriedade gramatical. Assim, as inversões que documentei no *Capítulo I* podem não passar de *hipérbatos*, ou seja, uma frase torcida por requerimentos de estilo. Ou seja: a freqüência de XVS nos textos seiscentistas seria mais elevada, não porque a eles estaria subjacente uma gramática XVS, mas porque seriam textos de uma gramática SVX nos quais se produz abundantemente inversões, ou ordens inesperadas.

Entretanto, parece-me que há uma segunda forma de abordar o problema do conceito da *frase barroca* como *inversão natural da frase*. De fato podemos estar diante daquele problema a que fiz referência na introdução deste trabalho, quando comentamos a

abordagem da tradição gramatical sobre a ordem de palavras nos textos considerados clássicos da literatura (entre eles, é claro, o de Bernardes) – aqui, já não como análise lingüística, mas como um dos elementos envolvidos na interpretação estética dos textos. A avaliação geral da *tortuosidade* da sintaxe dos textos barrocos pode constituir uma propriedade do olhar dos que assim a analisam.

Pois se os hipérbatos são a inversão da ordem natural da frase – é de se perguntar: que ordem natural da frase? Certamente a ordem que é natural a quem enxerga o hipérbato.

Para um falante de uma língua SVO (como é o Português Europeu), a profusão de ordens XVS nos textos barrocos pode de fato transparecer como saliente e inesperada. Assim, diante destas propriedades do texto, parte-se então a interpretações várias – seja no sentido de sua “*elevação*” e “*beleza*”, seja de sua “*artificiosidade*” e “*alambicamento*”. Mas isso não significa necessariamente que os padrões desses textos representem exageros de inversão: pode significar que *as ordens próprias da gramática desses autores são interpretadas como exageros de um estilo* nas análises modernas.

Esta perspectiva se torna interessante sobretudo quanto lembramos a abordagem oposta adotada pela mesma linha da historiografia quanto aos textos setecentistas mais próximos a meados do século – ou seja, os textos neoclássicos. Vimos que se encontram avaliações de que alguns destes textos – saliento o caso do texto de Verney – são escritos em linguagem *familiar*, em contraposição ao estilo *rebuscado* dos barrocos. Pode estar em jogo aqui a outra face do problema: aos observadores lhes parecerá familiar o que for mais próximo a sua própria sintaxe.

Assim teríamos um binômio interessante. De um lado, a frase barroca será “*enfática; rebuscada; hiperbática; tortuosa*”; de outro lado, os textos mais recentes dos 1700s serão “*familiares; simples; diretos*”. Isto pode ser de fato uma propriedade da frase barroca que reflete a manipulação ornamental da linguagem, e da frase mais moderna, que usa um estilo mais *natural*. Por outro lado, pode ser mais revelador da perspectiva mais

próxima possibilitada pelos textos mais modernos.

Um passo possível para sairmos desta encruzilhada é entender, antes de tudo, em que dimensão a “*linguagem requintada*” dos textos barrocos é *artificiosa*. Nesse sentido será extremamente interessante remeter a algumas análises mais recentes sobre os textos dos 1600 - em especial a de Alcir Pécora<sup>36</sup>, que salienta que a concepção generalizada sobre o suposto *gosto barroco* pelo hiperbólico, pelo rebuscado, remete à avaliação anacrônica dessa estética. A mesma conclusão é autorizada por outros estudiosos do período, como Simão Gomes Júnior<sup>37</sup>, que ressalta que é a perspectiva neoclássica que coloca o *gosto barroco* na esfera do *fora de ordem*.

Penso que isto pode ser avaliado em boa medida no problema dos *Sermões* de Vieira e suas estruturas antitéticas. Antonio Saraiva, em *O Discurso engenhoso*, explora a escrita dos *Sermões* do ponto de vista de sua importância retórica, e a figura de Vieira na dimensão histórica<sup>38</sup>.

Antes de tudo, é preciso entender que em linhas gerais, um “sermão”, na tradição escolástica, é um comentário de um texto bíblico cujos “mistérios” o comentador pretende decifrar (“desempenhar”), de acordo com as teses que quer desenvolver. No período medieval, bem como no classicismo, o *desempenho* era uma arte estudada e orientada pela escolástica. O comentário do texto bíblico não se dava a partir de seu conteúdo perceptivo, através das reflexões morais ou doutrinárias que o tema da passagem escolhida pudesse suscitar, mas sim pressupunha que o texto bíblico encerra

<sup>36</sup>Pécora, 2000

<sup>37</sup>Gomes Junior, 1998

<sup>38</sup> “Se procurarmos uma figura representativa de certas formas superiores da nossa mentalidade seiscentista, se quisermos personificar a situação de um homem de formação religiosa ainda medieval mas com a consciência empírica das novas condições sociais e europeias da realidade social e económica portuguesa e procurando dramaticamente soluções para as contradições entre esta consciência e a mentalidade tradicional – o nome que ocorre naturalmente é o do padre jesuíta, pregador, missionário, diplomata, político e profético utopista, António Vieira”. (Saraiva, 1996:517)

uma essência de verdade que precisa ser decifrada e revelada pelo orador. Em outros termos, a reflexão consistia em explicitar os conteúdos reais do texto.

O primeiro passo era buscar quais "mistérios" escondiam-se na passagem escolhida, considerando para isto cada termo envolvido, traçando sua etimologia, atendendo à sua posição no discurso, ao número de sílabas e letras de cada termo, à sua sinonímia e antonímia, entre outros aspectos. Esta relação orientava-se em um sistema nocional que incluía as categorias aristotélicas e noções cristãs, tido como universal e imutável, para descobrir a *essência do real* – ou mesmo, a essência do pensamento divino, trazida ao alcance do pregador; deste modo, a *aparência* do real importa menos que sua *essência*: a verdade divina. Para exprimir a *essência* que se encontra atrás da *aparência*, a arte da oratória pretendia recorrer a processos lógicos de concatenação dedutiva; como salienta A. Saraiva, por processos fundamentalmente etimológicos, gramaticais, analógicos e silogistas.

Daí se compreende porque essa incursão pelas análises da retórica no barroco pode ser relevante para o problema aqui em pauta. Pois os processos envolvidos no *desempenho* dos sermões envolvem a estruturação do texto, e mais especificamente, a ordenação dos termos da frase. Um comentário de Saraiva sintetiza a importância que esse problema pode ter para nossa análise: “os sermões de Vieira, como os de toda a prosa barroca, ordenam-se segundo o que poderíamos chamar de *geometria decorativa*”<sup>39</sup>.

Na “*geometria decorativa*” que, nos termos de Saraiva, ordena a prosa barroca, é possível identificar duas estratégias discursivas fundamentais: o jogo das perguntas e respostas.

<sup>39</sup>“O discurso tem às vezes a aparência da mais rigorosa dedução, mas na realidade segue os caminhos arbitrários e múltiplos de uma fantasia prodigiosa, que em certos casos sugere uma densidade poética. Cada texto, cada palavra, pode dar lugar a múltiplas associações – tão inesperadas como as de um texto surrealista. Só que estas associações se ligam por pontes que aparentam toda a solidez de uma engenharia infalível. Não obedecendo a uma concatenação lógica, nem a uma ordem descritiva ou narrativa demarcada no espaço ou no tempo, nem tão-pouco a uma seqüência emocional, os sermões de Vieira, como os de toda a prosa barroca, ordenam-se segundo o que poderíamos chamar de *geometria decorativa*”. (Saraiva, 1996:524)

e o jogo das oposições. A primeira estratégia está relacionada à disposição "mistério – desempenho", isto é, ela estrutura o texto de forma a tornar o comentário, ou desempenho, a consequência lógica do enigma a ser desvendado no texto (ou mistério).

De outro lado, as oposições simétricas, ou analogias, são um ponto central na interpretação das palavras bíblicas, na busca de sua essência, e na demonstração desta essência. Saraiva o exemplifica com o sermão sobre as lágrimas de São Pedro, no qual todo o texto se organiza em torno do contraste suscitado pelo trecho bíblico "Cantou o galo, o Senhor voltou-se e olhou para Pedro; este veio para fora e chorou amargamente": "Sobre este ver e chorar, sobre este entrar e sair, e sobre este dentro e fora constrói Vieira todo o seu Sermão e inclusivamente a contextura da frase"<sup>40</sup>. Ou seja, mais que a disposição lado a lado de palavras contrárias, em Vieira o jogo das oposições se manifesta ao nível da frase, estando tanto os argumentos como a própria estrutura do texto desenhados neste sentido; ou noutras palavras, é sobre as oposições que Vieira constrói a contextura da frase.

Chegamos portanto ao ponto que neste debate incide diretamente nos estudos lingüísticos dos textos: a depender de como o entendemos, este *jogo de oposições*; esta *geometria da frase*, pode não passar de uma manipulação artificiosa do texto.

Aqui tomarei a perspectiva de que os "efeitos estéticos" gerados pelo discurso engenhoso dos *Sermões* não podem ser entendidos como *adornos* do texto. São o próprio texto, no sentido de que é a lógica da argumentação que produz os efeitos de linguagem; e não a linguagem o adorno da argumentação.

<sup>40</sup>Para exemplificar: todo o sermão sobre as lágrimas de S. Pedro que tem por texto predicável - Cantavit gallus, et conversus Dominus respexit Petrum, et egressus foras flevit amare ("Cantou o galo, o Senhor voltou-se e olhou para Pedro; este veio para fora e chorou amargamente") - assenta numa análise do conceito de olhos, através da qual se explica o texto bíblico. Os olhos têm dois ofícios: ver e chorar. Ponderação misteriosa: porque é que a Natureza juntou no mesmo instrumento este ver e este chorar? Porque o pecado entra pelos olhos, e portanto a penitência deve sair pelos mesmos olhos. Sobre este ver e chorar, sobre este entrar e sair, e sobre este dentro e fora constrói Vieira todo o seu Sermão e inclusivamente a contextura da frase". (Saraiva 1996:523)

A chave para esta compreensão vem do que salienta A. Pécora, ao lembrar o processo pelo qual a estruturação do texto característica dessa retórica passa, historicamente, a ser interpretada como um efeito de estilo. Ele observa sobre Vieira, em especial, que “O seu método demonstrativo é tomado como exibição de virtuosismo lingüístico ou arranjo hiperbólico tortuoso, ao suposto gosto barroco da época”. Para Pécora, ao contrário, estamos diante de um tipo de prova argumentativa, não um “conjunto frívolo, ou sequer festivo ou literário”<sup>41</sup>. Entendo isso como significando que a estrutura argumentativa dos Sermões – sua estrutura *retórica*, no sentido não-anacrônico do termo – não são uma forma de manipulação da linguagem, mas uma forma de linguagem.

Parece-me, assim, que a interpretação dos principais estudiosos da história dos *Sermões* leva a acreditar que os efeitos estéticos provocados pelo discurso barroco devem ser compreendidos como constitutivos e não como ornamentais.

Ou seja: não é que o texto recorra a determinadas formas lingüísticas para marcar a oposição; mas sim que o texto se constrói, se *constitui*, como ponderações entre objetos extremos ou como jogo de oposições.

Para entrar na questão mais especificamente lingüística envolvida, lembro que C. Galves, em *Syntax and Style in Vieira's Sermons*<sup>42</sup>, propõe que aspectos importantes da

<sup>41</sup> “A revelação inesperada da correspondência profunda entre os termos tratados no sermão, como desfecho das dificuldades que o próprio sermão põe em jogo, pretende significar a manifestação atual da verdade da palavra divina na ocasião mesma da pregação. O gesto dramático da revelação aguda, que se segue ao esforço de suspensão do auditório, dá-se como evidência da correção do sermão enquanto paráfrase e comentário do discurso divino original que lhe dá fundamento. Esse tipo de prova argumentativa, que, muitas vezes, equivoca o sentido usual dos termos em busca de relações menos óbvias ou prováveis, desempenhando ponderações entre objetos extremos ou incongruentes, recebeu posteriormente a acusação de construir-se como pura busca de efeitos retóricos, no sentido romanticamente vulgar do termo. O seu método demonstrativo é tomado como exibição de virtuosismo lingüístico ou arranjo hiperbólico tortuoso, ao suposto gosto barroco da época. Hoje, contudo, afora a eventual utilidade histórica das formulações, tal crítica já não parece despertar interesse. Está claro que o pregador quer produzir efeitos em seu auditório, e isto é verdadeiramente decisivo: há uma dimensão pragmática inelutável no sermão, e pregadores da militância contrarreformista não deixariam de atendê-la. Mas essa busca retórica de efeitos, de modo algum, pode ser pensada como um conjunto frívolo, ou sequer festivo ou literário, de impactos ornamentais sem função política ou justificação hermenêutico-teológica”. Pécora (2000:16).

<sup>42</sup> Galves, 2002

sintaxe dos *Sermões* de António Vieira podem ser esclarecidos pela estrutura argumentativa dos textos, que remetem justamente às oposições ou antíteses próprias da retórica barroca. De fato, do ponto de vista estritamente sintático, as estruturas antitéticas características dos Sermões não representam um elemento alheio às propriedades do período - ao contrário, poderíamos dizer que o texto de Vieira faz amplo uso de uma construção permitida pela língua, nos momentos em que é relevante marcar a oposição entre os temas (como em alguns exemplos que vimos no *Capítulo I*). Assim, a relação entre a sintaxe e o estilo dos Sermões remete ao uso intensificado de uma estrutura possível.

Ora, ainda que as antíteses estejam na lista das “*figuras de linguagem*” que muitos autores classificam como artificialismos da escrita barroca, à luz da perspectiva de Saraiva e Pécora sobre a composição dos *Sermões*, e da análise de C. Galves para as estruturas contrastivas nesses textos, pensaremos de forma diferente a questão. O texto dos *Sermões* é construído em torno da estrutura da oposição contrastiva – de uma forma ampla, ou seja, quanto aos temas, à semântica, à concatenação das demonstrações; em termos sintáticos, isso tem como correlato o uso intenso de estruturas de topicalização do tipo adjunto.

Isto é muito diferente de dizer que o texto manipula “*tipismos expressivos*”.

## 2.2.2 As propriedades gramaticais em nova ótica

Neste sentido, uma perspectiva interessante para tomarmos em conta a reflexão da historiografia sobre as características estéticas dos textos barrocos e sua sintaxe se delinea.

De um lado, torna-se patente, na consulta à historiografia, que os textos aqui estudados não podem ser dissociados de sua dimensão estética. Há uma propriedade forte nestes textos, que é constituírem uma expressão (digamos) de uma forma de *arte*. Notemos

bem que em estudos sintáticos, não se costuma tomar como fontes textos “de poesia”, pois supomos que a ordem dos termos na frase poética atende a requerimentos de sonoridade, métrica, etc., que alteram a sintaxe de modo importante.

Ora, é possível dizer que, entre uma obra em prosa e um poema, no contexto aqui relevante, a diferença principal fica por conta da nossa avaliação um tanto anacrônica da prosa como “mais fiel ao ritmo da fala”. Isto é bem explicitado na análise de Saraiva da prosa de Bernardes como “precursora do verso livre moderno”. Portanto, antes de tudo será conveniente nos livrarmos da abordagem imediata destes textos como objetos empíricos que evidenciam propriedades abstratas da língua, e tentarmos uma abordagem mediada.

Além do caso de Bernardes, vimos também como as propriedades do textos dos *Sermões* de Vieira devem ser interpretadas à luz do contexto de sua escrita; assim, Vieira usa muitas construções de tópico contrastivo, não por alguma propriedade singular de sua sintaxe, mas porque assim o requer a composição do texto, e assim o permite a sintaxe.

Parece clara a importância de se considerar as propriedades do *discurso engenhoso* e da *prosa conceptista* nesses dois textos específicos; entretanto, será a mesma mediação relevante em outros tipos de texto incluídos no *Corpus* dessa pesquisa? Noutras palavras, as propriedades estruturantes da prosa nestes textos podem ser comparadas ao conjunto geral dos textos estudados?

De fato, há obras em nosso *Corpus* de pesquisa sobre as quais não parece relevante remeter às propriedades da retórica: seria esse, aparentemente, o caso dos conjuntos de cartas incluídos na pesquisa<sup>43</sup>. Como representativos das gerações dos 1600s, temos os conjuntos de correspondências do próprio Vieira, de Melo, Chagas, e Cunha Brochado

<sup>43</sup>Vamos de novo lembrar Said Ali: “Encontram-se em alguns por vezes trechos cuja linguagem hoje nos parece amaneirada. Explicam-se essas singularidades, nomeadamente nos sermões, pela argumentação própria da escolástica de que se serviam seus autores. Em exposições meramente narrativas ou descritivas usam todavia linguagem simples, natural e elegante (Said Ali, 1921:par.29)”

(e com efeito, tomando o corpus como um todo, o tipo de texto isoladamente mais representativo são as cartas)

Seria possível partir da hipótese de que o texto das cartas represente uma escrita *menos marcada estilisticamente* – é por sinal bastante comum defender-se, em estudos com base em textos escritos, que as cartas pessoais configuram uma escrita mais “*informal*” e portanto mais próxima da oralidade.

Entretanto, aqui mais uma vez será preciso evitarmos uma abordagem anacrônica. No que tange as cartas incluídas neste corpus de pesquisa, em particular aquelas escritas nos 1600, dificilmente se pode falar em “*informalidade*”. Antes de tudo, importa observar que todos os conjuntos de correspondências que temos no corpus são escritas por indivíduos *letrados*, em sua maioria figuras literárias (e em um caso, mais uma figura política, o diplomata Brochado – diferenciação que, para a época, seja talvez irrelevante). De todo modo, são peças escritas por figuras importantes da época – de que é evidência o próprio fato de as termos hoje tão facilmente disponíveis. Como lembra A. Rocha em “*A epistolografia em Portugal*”, “*Cartas são papéis*”, *diz o povo, e, em regra, papéis que só tiveram uma via*<sup>44</sup>; assim, podemos tomar o próprio fato de as cartas aqui estudadas terem sido *preservadas* como um sinal de que constituem um tipo especial de texto.

Já vimos a esse respeito, no início desse capítulo, as considerações de António Saraiva sobre as *Cartas Familiares* de Manuel de Melo, compostas com intuito de posterior publicação, e perpassadas pelo auto-elogio e exemplaridade de um “*perfeito cortesão barroco*”. No *Capítulo III*, tratarei mais de perto do problema que essa escrita dos *discretos* cortesãos portugueses dos 1600 traz para a interpretação da sintaxe dos textos

<sup>44</sup>“Por condições inerentes ao género em si, é a carta um documento perecível, sujeito a todas as formas de destruição (fogo, naufrágios, extravio, tintas corrosivas, conveniências políticas, escrúpulos morais, descuido do destinatário ou dos seus descendentes, etc.). “*Cartas são papéis*”, *diz o povo, e, em regra, papéis que só tiveram uma via*”. (Rocha, 1985:10)

enquanto indicadora de propriedades gramaticais.

Nesse momento, ressalto apenas: em seu conjunto, os textos do *Corpus* principal dessa pesquisa são representativos da escrita culta de sua época; sua análise não pode prescindir dessa informação.

Mas isso não é o mesmo que dizer que se deva abandonar a análise desse material em termos de propriedades sintáticas abstratas. Tendo em vista o panorama que podemos construir através da sistematização das sentenças nestes textos de acordo com certos parâmetros ou variáveis bastante básicos, é possível tomá-los como indicativos de propriedades importantes da língua. As propriedades estéticas destes textos fatalmente se restringem, em um nível geral, às possibilidades abertas pela língua.

Pode ser este o caso das estruturas antitéticas, como *vimos*; e ainda, das *inversões da ordem* ou *hipérbatos*. As “*inversões*”, se classificadas como tipismos expressivos do texto *barroco*, seriam mais centralmente problemáticas para a análise dos textos, uma vez que o padrão de VS é o aspecto chave na minha divisão entre os últimos textos “*médios*” e os primeiros textos “*modernos*” do ponto de vista gramatical.

Em que pesem as considerações de parte da historiografia sobre a tendência ao hipérbato nos textos barrocos, entretanto, aqui seguirei tomando a frequência de sujeitos pós-verbais na faixa dos 20% como indicativa da sintaxe *média*. Antes de tudo, porque como vimos, também textos não-literários do século 17 se encaixam nessa faixa de frequência de inversões – e sobretudo: também neles as ordens XVSX são presentes. Há ainda um outro ponto, que veremos mais adiante: é que também em textos medievais, os estudos apontam para uma proporção de 20% de ordens VS.

Aqui importa salientar que o estilo barroco de escrita e a frequência elevada de inversões não parecem relacionados de maneira direta; pois alguns dos textos classificados, na historiografia, como *exemplares* do estilo seiscentista, não apresentam padrões de inversão inesperados para a análise. Faço referência específica a dois casos:

*Reflexões* de Aires, e a *Nova Floresta* de Bernardes; em nenhum deles se encontra um uso de inversões mais elevado do que se espera diante do padrão de suas gerações.

O texto de Manuel Bernardes é considerado por A. Saraiva um caso exemplar da prosa conceptista – e em especial, no que tange a inversão dos termos da frase, como mecanismo de estilo a conferir destaque para a circunstância mais importante do discurso. Interessante portanto é lembrar que esse texto não se destaca, em relação aos seus contemporâneos, no uso de construções de fronteamento (tipicamente, XVS) – ao contrário, seu padrão é compatível e até em alguns casos inferior ao padrão atestado nos demais textos<sup>45</sup>. Ou seja: a escrita de Bernardes, exemplo de prosa conceptista, não se apresenta como *singular* diante dos padrões sintáticos de ordenação de constituintes desse período no que se refere especificamente à *inversão dos termos da frase*. Quanto ao texto de Matias Aires – que como vimos, segundo Saraiva é representativo de um estilo de escrita *tipicamente seiscentista*, ainda que tardio – sua taxa de inversões é comparável, e até inferior, à dos modernos contemporâneos<sup>46</sup>. Isto é: Aires é considerado um escritor barroco, em contraste com seus contemporâneos já neoclássicos; no entanto seu texto não se apresenta mais “*invertido*” que os demais, na quantificação empírica que realizamos aqui.

Considero justificado, nesse sentido, tomar a proporção mais elevada de ordens VS

<sup>45</sup>Relembro os números relativos a fronteamentos no texto de Bernardes. Das 148 sentenças principais do texto, uma proporção de 0,49 tem o padrão X-clV – sendo a média de seus contemporâneos (nascidos entre 1600-1650) de 0,60. Quanto aos tipos de XV, com próclises, são 9 sentenças com um PP fronteado, ou seja 0,06 das principais (e apenas uma enclítica); na média dos contemporâneos, a proporção chega a 0,10. Há 7 sentenças com complementos pré verbais 0,07 das principais, número igual ao da média dos contemporâneos) – todas proclíticas, sendo 2 delas com complementos retomados e 5 não-retomados. Na construção com advérbios modais fronteados, são 16 sentenças, ou seja 0,07 das principais (na média dos contemporâneos, 0,12). Entretanto, as sentenças com SV e próclises, representam 0,25 das principais, sendo a média de seus contemporâneos 0,18; e em contraste, a proporção de sentenças VS nesse texto é de 0,16, uma das mais baixas entre os contemporâneos, cuja média é de 0,22. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

<sup>46</sup>A taxa de VS em Aires, relembro, é de 0,06 das principais; a média dos autores nascidos entre 1700-1749 é de 0,09. Em comparação, a média dos nascidos entre 1650-1799 é de 0,21 das principais.

como uma propriedade da sintaxe média (no sentido abstrato). No entanto, naturalmente algumas das propriedades gramaticais podem se apresentar intensificadas a depender do texto. Pode ser esse o caso da *Vida do Padre Antônio Vieira*, de André de Barros, com sua proporção destacadamente elevada de inversões (e com padrões bastante singulares, como já vimos); e dos *Sermões* do próprio Vieira, com seu uso intenso de estruturas de adjunção nos contextos de topicalização contrastiva. Em ambos os casos, entretanto, trata-se de construções compatíveis com as generalizações a que se chega a partir do padrão geral atestado nos textos. No caso de Barros, temos como baliza o padrão dos contemporâneos (com menor proporção de inversão) e o padrão da geração seguinte, para afirmar que o aumento da frequência de VS em seu texto não significa uma mudança na propriedade gramatical na inversão – é apenas uma singularidade desse texto. No caso de Vieira, contamos com o padrão de seus contemporâneos e com seu outro texto estudado (as *Cartas*) para afirmar que seu uso mais intenso de estruturas com ênclise não representa uma tendência de mudança precocemente manifestada, mas sim também uma singularidade do texto, explicável na lógica do sistema médio.

Ou seja: o problema da “frase barroca” obriga a relativizar conclusões categóricas sobre as propriedades gramaticais dos textos da época; mas não impede que tomemos certas características generalizadas como válidas para caracterizar os textos, em especial se tomamos diversos aspectos importantes em conjunto. Assim, teríamos nestes textos um material de extrema relevância a partir do qual podemos inferir propriedades importantes da sintaxe tal como presente na língua escrita.

Mas o que queremos entender, quando estudamos a ordem de palavras nestes textos, não é a evolução da sintaxe na *escrita* de cada momento, mas a evolução da sintaxe como reflexo de mudanças na língua. A questão então é compreender em que medida as propriedades que atestamos nos textos são efetivamente fatos da língua nesse sentido - enquanto representativos dos dados disponíveis na aquisição, para os primeiros

"falantes" do sistema moderno, ou seja, enquanto fontes de mudança gramatical. Chegamos, portanto, ao momento de tomar a perspectiva de *longo prazo* da análise da mudança. Na seção a seguir, proponho uma interpretação nesse sentido, que introduz a discussão sobre os horizontes da escrita seiscentista no sentido histórico, a ser desenvolvida na conclusão do trabalho.

### 3. Os textos seiscentistas como base de mudanças gramaticais

As pesquisas sobre mudanças lingüísticas nos moldes gerativistas, como vimos na *Introdução*, consideram que as hipóteses sobre sintaxe precisam dar conta de um aspecto fundamental: o novo sistema precisa poder ser adquirido por uma determinada geração de falantes, a partir dos dados fornecidos pela geração anterior e gerados pelo antigo sistema.

Defenderei aqui que esta questão teórica incide na interpretação dos padrões que estivemos estudando nos textos seiscentistas quanto à sintaxe dos clíticos e dos sujeitos em especial no problema dos padrões de sujeitos pré-verbais com ênclises nos textos do *Corpus* de obras literárias escritas entre os séculos 17 e 18.

O surgimento de SV com ênclises com sujeitos que *não são adjuntos* (isto é, com sujeitos *internos*) é o fato que tomo como mais característico do novo sistema do PE moderno, e que sujeito pré-verbal não-fronteado e não-adjunto se superficializa como S-Vcl – ou seja, com ênclise. Lembremos que nossa hipótese é que nos textos *clássicos*, SV com ênclise corresponde a uma estrutura de adjunção; sua característica em termos de freqüência é de ser menos freqüente que as ordens VS, e tão ou menos freqüente que outros X-Vcl. Já nos textos modernos, seja qual for a proporção de ênclises em SV, ela será sempre maior que a proporção de VS e maior que a proporção de X-Vcl.

Observe-se neste ponto que de acordo com os mais recentes trabalhos sobre o surgimento da gramática do PE<sup>47</sup>, a construção característica no que tange a mudança sintática na ordem de constituintes – tal seja, a ênclise categórica com sujeitos referenciais – seria derivada, diacronicamente, da ênclise própria das topicalizações clássicas. Não encontro descrições, na literatura, de que as estruturas com próclise

<sup>47</sup> Em especial, Galves e Sândalo, 2004

clássicas tenham sido reanalisadas nas estruturas com ênclise modernas. Deste modo, em termos estruturais, é da estrutura antiga S#Vcl que se derivaria a estrutura moderna #SVcl:

(19)

S#VCL → #SVCL = o sujeito externo se torna interno  
e não: #SCLV → #SVCL = surge a ênclise nos sujeitos internos

Mesmo se não seguirmos as análises para as quais a ênclise com sujeitos no PE é uma inovação que corresponde a um sujeito *interno* – isto é, se também à ênclise moderna corresponde a estrutura S#Vcl<sup>48</sup>, ainda assim seria complexo imaginar a reanálise de #SclV em S#Vcl (ou seja: *o sujeito se torna externo*). Nesta perspectiva, mais econômico é imaginar que em S#Vcl a estrutura permanece a mesma, enquanto #SclV desaparece. Portanto, ainda que se conceba a posição de sujeitos no PE como idêntica à posição de tópicos, não parece razoável derivar a estrutura SVcl diacronicamente de SclV.

Logo, em termos de aquisição, o dado principal para a mudança não é a próclise, *mas a ênclise*.

Coloca-se então a pergunta: como a primeira geração de falantes do PE moderno teria adquirido sua gramática moderna com base em primários semelhantes ao que podemos registrar nos textos literários de fins do século 17 e início do século 18 do nosso Corpus principal, tendo em vista que os dados até o final do século 17 apresentam raríssimas construções SV com ênclises nas sentenças independentes; que a restrição ao clítico inicial parece enfraquecida nestes dados, em relação às descrições disponíveis para o PE; e que o contraste ênclises *versus* próclises tende fortemente para a próclise ao longo de todo o século 17?

Argumentarei aqui que os dados dos textos literários escritos na primeira metade do século 18 não são representativos dos dados na língua falada nestes aspectos.

<sup>48</sup> Em especial, como em Barbosa 2000.

## 3.1 Revisitando os padrões sintáticos nos textos

Retomamos aqui a análise do texto de Matias Aires – como vimos na seção 2, o mais fronteiro dos autores do nosso *Corpus*. Vamos lembrar que a propriedade que tomo como central nos textos modernos se deixa notar nesse texto, permitindo que consideremos este autor como o primeiro do *Corpus* (por ordem de nascimento) cujo texto já não é claramente representativo da sintaxe média.

Crucialmente, no texto de Aires já se observa uma proporção entre ordens SV e VS semelhantes aos modernos e diferente dos médios, independente das proporções de ênclises *versus* próclises no texto.

Tomo esta característica do texto de Aires como indicativa da relevância das propriedades da inversão para entender o padrão médio: este texto, embora historicamente inserido no barroco (segundo Antonio Saraiva, também quanto à estrutura do texto), apresenta uma proporção de inversões bem mais baixa que o dos textos anteriores. E como também já lembrei, nos textos manuscritos das mãos inábeis encontramos uma proporção considerável de ordens VS – e não consta que estes textos se orientem pelo estilo barroco de escrita. E por último, considero importante notar que há evidências de que nos textos portugueses medievais as proporções de ordens VS sejam semelhantes às atestadas nos textos seiscentistas do *Corpus* (como veremos a seguir).

Assim, a propriedade de VS (e em especial, XVSX) como ordem importante para caracterizar os textos representativos do sistema anterior ao português moderno parece se sustentar, apesar desta possibilidade de ser interpretada como figura de estilo (o que não significa que o uso mais ou menos intensificado desta propriedade da língua não possa remeter, em alguns casos, ao estilo da escrita do autor, como no caso de André de Barros, como vimos mais acima).

Em compensação, a colocação de clíticos nas ordens SV apresenta um padrão menos claro nesse momento fronteiro importante da virada dos 1600 para os 1700. Novamente Aires é exemplar: a proporção de ordens SV com próclises em seu texto é destacadamente elevada, representando 0,32 do seu total de sentenças principais. Isso o distancia em relação aos demais autores nascidos entre 1700-1749, cuja média é de 0,21 de S-cl-V em principais (note-se que no texto de António da Costa, nascido em 1714 – nove anos depois de Aires – a proporção é de apenas 0,06). Em contraste, as construções SV com ênclises são pouco representativas no texto de Aires, correspondendo a apenas 0,04 do total de principais. Este valor aproxima Aires de autores nascidos nos 1600, como Cunha Brochado e Maria do Céu (ambos com 0,03 de SV com ênclises). E também o distancia dos contemporâneos nascidos no início dos 1700, notadamente Verney, que é apenas oito anos mais novo que Aires, e em cujo texto SV com ênclises chega a 0,21 das sentenças principais.

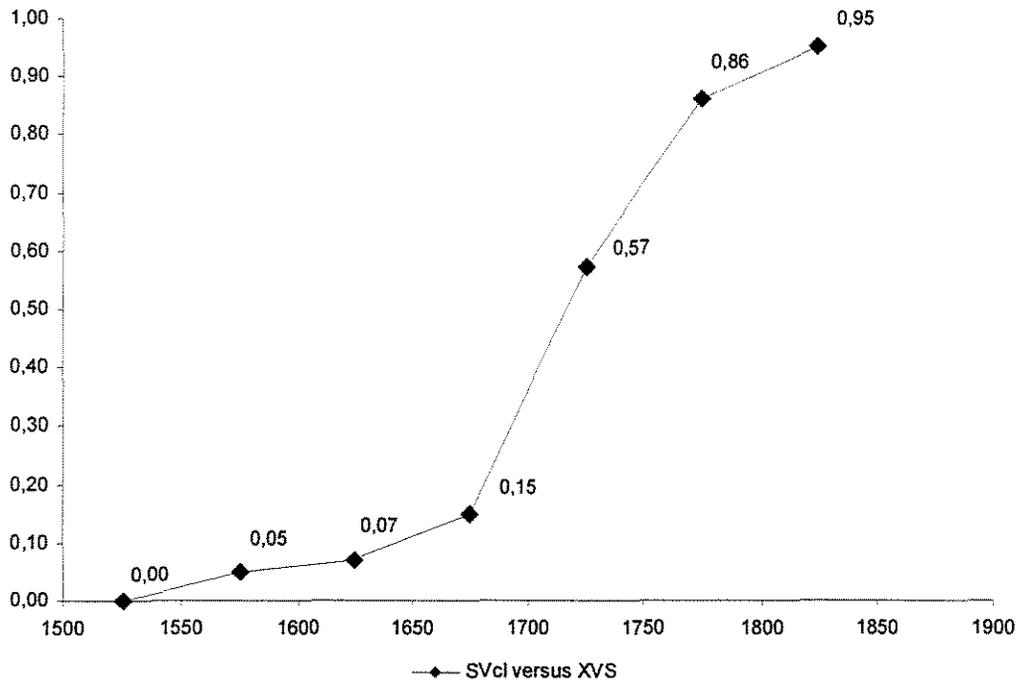
Nesse sentido, a frequência de VS ajuda a situar os textos da fronteira entre os dois sistemas em especial quando tomada em conjunto com a proporção de ênclises nos textos. Os textos escritos por autores nascidos antes do século 18 tem por característica uma proporção de VS (na faixa de 20%) sempre mais elevada que a proporção de SV com ênclises. Para os autores nascidos depois do século 18, ainda que a taxa SV com ênclises permaneça baixa, a ordem VS também cai.

Podemos medir a a proporção entre uma e outra ordem da seguinte forma: somamos o número de ocorrências de SV com ênclises em cada texto e o dividimos pelo número de SV com ênclises *mais* XVS. Em Aires, por exemplo, são 10 casos de SVcl e 10 casos de XVS; sua proporção de SV com ênclises em relação a XVS seria de 0,50 (10/20) .

A proporção de SV-cl/XVS assim medida em todos os textos do *Corpus* principal apresenta a seguinte progressão: 0,00-0,05-0,07-0,15-0,57-0,86-0,95 entre a primeira metade do século 16 e a primeira metade do 19.

Isso é ilustrado pelo retrato a seguir:

Gráfico: SV com ênclises/ XVS em sentenças principais



Interpreto esta evolução da seguinte forma:

(20)

A substituição do sistema da sintaxe média pelo sistema moderno se manifesta nos textos como um processo no qual a ordem característica do sistema antigo (XVS) cede espaço à ordem mais característica do sistema moderno (SV, com ênclises).

Isto não quer dizer que na gramática moderna, SV com ênclises surge *em substituição* a XVS, mas sim que a gramática moderna se deixa observar nos textos na medida em que sua ordem básica substitui a ordem básica anterior.

Essa interpretação ajuda a ponderar o problema da variação ênclises *versus* próclises em SV. Como vimos, para identificar um texto como médio ou moderno, não basta remeter à esta proporção, uma vez que um texto representativo do sistema médio pode ter uma baixa proporção de SV-cl sem que isto se reflita na sua proporção de S-cl-V – neste sistema, trata-se de *duas alternativas possíveis*. Já no PE, a ênclise é a opção categórica em SV. Mas como vimos no *Capítulo I*, o fato mais importante não é apenas que a ordem

Sujeito-Verbo-Clítico é a opção em relação a Sujeito-Clítico-Verbo: o fato é que nos textos mais modernos, SVcl se torna a ordem mais freqüente em relação a todas as outras ordens possíveis – ou seja, também em relação a sujeitos nulos e pós-verbais.

Podemos colocar isto nos seguintes termos: o português europeu moderno é uma língua SV, onde SV se instancia como SVcl, quando pertinente. Isto o diferencia crucialmente os textos clássicos, que parecem representativos de um sistema XVS, em que SV pode se instanciar como SVcl ou como SclV. Três fatos cruciais diferenciam o sistema desses textos em relação aos textos modernos:

(21)

1. Seja qual for a posição do clítico, a ordem preferida nos textos é XV com sujeitos nulos, seguida de SV, e seguida muito de perto por VS;
2. A proporção de S-cl-V não oscila inversamente à proporção de SVcl;
3. A proporção de VS nesses textos apresenta-se em uma faixa estável de cerca de 20%; nos textos a partir do século 18, a faixa de VS cairá para menos de 10%, e aí permanecerá estável.

Daí tiramos a generalização que tomarei como mais importante para diferenciar os textos modernos dos textos clássicos como resultado do levantamento de dados; podemos considerar que o contraste entre textos modernos e clássicos não é tanto a proporção relativa de próclises *versus* ênclises, mas o comportamento mais geral da construção SVcl:

(22)

Nos textos médios, seja qual for a proporção de SVcl em relação a SclV, a proporção de SVcl tende a ser inferior à proporção de XVS.

Nos textos modernos, seja qual for a proporção de SVcl em relação a SclV, a proporção de SVcl tende a ser superior à proporção de XVS.

Veremos mais adiante que pelas indicações de uma comparação inicial realizada em relação aos textos medievais estudados por Ilza Ribeiro<sup>49</sup>, esta generalização parece passível de ser estendida também aos textos quinhentistas, quatrocentistas e

<sup>49</sup>Ribeiro, 1995

trecentistas.

Ressalto que o objetivo do levantamento de dados era chegar a generalizações sobre a alternância das ordens *nos textos, não na gramática*. As generalizações acima dizem respeito, sobretudo, a uma dimensão metodológica, ou seja, propõe-se uma perspectiva alternativa para a abordagem da variação nos textos. Mas há também uma dimensão que pode incidir nas reconstituições das etapas de mudança gramatical, a depender de como se conceba o estatuto das ordens com ênclises e com próclises nestes textos em relação às estruturas #XV e X#V.

De fato, mais acima nos perguntamos como a primeira geração de falantes do PE teria adquirido sua gramática generalizadamente enclítica no ambiente #SV a partir de dados como os que atestamos no Corpus principal deste estudo, nos quais a construção S#Vcl é muito rara. Ora, se lembramos os padrões atestados nos manuscritos do século 17, com proporção de ênclises *versus* próclises em SV na ordem de 0,28, isto já pareceria mais “animador” como representativo dos dados lingüísticos primários disponíveis para a “geração da mudança”.

Considero assim que o padrão dos textos escritos ao longo do 17 e no início do 18 não corresponde de modo homogêneo à realidade dos dados primários de aquisição que estão na base da mudança gramatical que origina as gramáticas modernas do português, e que isto se nota antes de tudo na proporção de sujeitos com ênclises nos textos deste período.

Entretanto, a baixa frequência de ênclises nos textos seiscentistas é atestada também em outros ambientes X#V, que também são importantes para as pesquisas que objetivam compreender a trajetória dos padrões em termos gramaticais.

De fato, como concluímos no *Capítulo I*, alguns textos de autores nascidos nos séculos 16 e 17 apresentam uma generalização da próclise para ambientes em que isto é inesperado segundo as principais análises sobre a sintaxe do português europeu, seja na

fase antiga, seja na moderna. Os dados mostram que há casos de elementos provavelmente externos seguidos de próclises, levando a relativizar a restrição ao clítico inicial nestes textos. Chegamos, ao final do *Capítulo I*, à seguinte generalização quanto à posição dos clíticos:

(23)

\_\_ # X V → próclise categórica  
X # \_\_ V → ênclise preferencial

A próclise categórica em #XV é evidenciada empiricamente pelas construções com advérbios de VP fronteados, e crucialmente, com complementos fronteados sem retomada; a ênclise é a opção generalizada em X#V nos casos em que temos boa evidência da natureza externa de X – novamente, nos complementos, mas aqui importam os casos de retomada. Observamos que registram-se também casos com próclises e elementos retomados, o que não invalida a análise, se consideramos que em outros ambientes potencialmente V1 estruturais a próclise também é atestada; é o caso das sentenças independentes parentéticas, das coordenadas V1, e das ordens oração dependente-V. Como já vimos, isto configura uma conclusão indesejável: o ambiente em que será mais adequado falar em variação na posição dos clíticos nos textos, justamente, são os ambientes potencialmente V1, nos quais deveria operar a restrição ao clítico inicial segundo as principais análises.

Mais que isso: a sobrevivência da ênclise em estruturas verbo-iniciais tem sido tomada, na romanística, como característica marcante do português ao longo de sua história<sup>50</sup>.

É minha perspectiva que os dados dos textos clássicos não devem ser tomados como necessariamente indicativos de um enfraquecimento da restrição ao clítico em posição inicial no português médio: mas sim, podem ser interpretados em função de uma tendência a se evitar a ênclise na escrita.

<sup>50</sup>cf. entre outros, Salvi 1990 e Benincá, 1995

Se textos seicentistas tendem a evitar o uso de ênclises, isto prevê duas possíveis interpretações para a alternância atestada nos textos. A primeira seria dizer que estes textos evitam usar estruturas que instanciam obrigatoriamente a ênclise.

O mecanismo de “evitar a ênclise” poderia envolver apenas evitar o uso estruturas de adjunção em geral, dado que elas geram ênclises. Isto é possível, visto que na maioria dos casos as construções X#V são uma opção do sistema<sup>51</sup>. Mas é preciso lembrar crucialmente que, segundo minha hipótese sobre a distribuição dos dados em termos de adjunção-fronteamento, há estruturas que em tese *só podem ser adjunções*: os casos de XV em que X não pode ocupar a posição interna, ou seja, em que X não é um constituinte de VP movido em operação de fronteamento. Assim, se estamos diante destes constituintes seguidos de próclises, não será plausível pensar que se *evitou a adjunção* – mas sim que se *trocou a posição do pronome*. Seria o caso, notavelmente, das estruturas Oração-V; Constituinte Retomado-V; PPs-Adjuntos –V, como listados no *Capítulo I*.

Ou seja: a outra possibilidade para explicar o mecanismo de “evitar a ênclise” seria dizer que estes textos trocam a ênclise pela próclise nas estruturas onde a ênclise seria obrigatória em termos estritamente sintáticos. Para “*demonstrar*” uma ou outra opção, teríamos que saber mais sobre a natureza da ênclise neste sistema; poderemos aqui apenas delinear possibilidades, no sentido de sustentar a hipótese geral e indicar suas conseqüências.

Por exemplo, se a ênclise é um fenômeno fonológico<sup>52</sup>, uma análise na qual “*a ênclise vira próclise*” nos textos escritos é sustentável – ou melhor, nesta hipótese, simplesmente em alguns casos a próclise não vira ênclise. É bom lembrar que este processo de evitar a ênclise, em tese, se aplicaria à escrita, e não necessariamente à fala. Portanto, a relação com as “*regras fonológicas*” se daria por analogia, na medida em que a escrita possa

<sup>51</sup> Possivelmente, para marcar contrastes tópico-comentário, cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003.

<sup>52</sup> cf. Galves e Sândalo, 2004 para o sistema médio; Barbosa 2000 para o PE.

remeter ao ritmo da fala. Se a restrição ao clítico inicial é uma restrição fundamentalmente fonológica neste sistema, não é tão surpreendente que ela apareça esmaecida na escrita.

Interessa notar que há autores seiscentistas que diretamente usam apenas próclises neste tipo de ambiente, como Maria do Céu, com 25 casos de Oração-Verbo, todos com próclises. H. Britto mostrou, em um levantamento com base nos mesmos textos, que o uso da próclise nestes ambientes está diretamente relacionado ao número de palavras fonológicas da oração pré-verbal. Ou seja: quanto mais longa a seqüência antes do conjunto clítico-verbo, maior a probabilidade da próclise com Orações-V.

Além disso, evidentemente, temos as estruturas #V absolutas, ou seja, V1 superficiais; como vimos no *Capítulo I*, atestam-se largamente próclises em segundas coordenadas, e em alguns casos de orações principais verbo-iniciais (as parentéticas, sobretudo). O amplo uso de próclises nas segundas coordenadas V1 é um bom exemplo de que a alternância entre ênclises e próclises nestes textos não pode ser reduzida às propriedades do elemento que precede o conjunto cl-V. No caso das ordens XV, seria possível argumentar que a próclise, em si, atesta a ocupação da posição pré-verbal interna; e isto, por sua vez, leva à análise do constituinte X como enfatizado, focalizado, etc. Entretanto as ordens Conjunção-V dificultam esta linha de argumentação, pois não iremos atribuir uma propriedade de foco ou ênfase às conjunções. Nestes casos também, nas raras ocorrências de #clV, a única opção para minha hipótese será dizer que se *trocou* a posição do pronome.

Assim, seria razoável concluir que a minha hipótese do esmaecimento da restrição ao clítico inicial na escrita seiscentista deve contemplar a possibilidade de que em muitos casos, “evitar a ênclise” significa usar uma próclise em ambiente estrutural verbo-inicial. Isto se aplicaria sobretudo às ordens Oração-V, Conjunção-V, e #V (parentéticas).

Entretanto, não podemos descartar de início a possibilidade de que também nos

ambientes amplamente chamados de “*ambientes de variação*” (que para mim, seriam melhor nomeados como ambientes em que se atesta a “*alternância*” na colocação pronominal, própria do sistema médio) esses mesmos mecanismos podem estar em jogo. Isto é, mesmo nos casos de XV em que X é um constituinte que pode ser fronteado ou adjunto, podemos estar lidando com uma mistura de XV fronteados com próclise, XV adjuntos com ênclise (como esperado), e XV adjuntos com próclises (como não se espera). Ora: este é, novamente, o caso dos sujeitos pré-verbais.

Os sujeitos referenciais são o ambiente mais ambíguo para se postular a adjunção ou o fronteamento, nos termos em que estas construções são concebidas aqui – pois trata-se de um argumento do verbo (portanto, pode ser fronteado), e de constituinte com referencialidade garantida e que pode ser retomado no interior da frase (portanto, pode ser adjunto) - mas além disso, pode ser retomado por uma categoria vazia, o que impede o tipo de desambiguação que procuramos fazer com os complementos.

Entretanto, a partir do resultado do estudo de freqüências de ocorrência do *Capítulo I*, penso que seria razoável pensarmos que os sujeitos com próclises nos textos clássicos representam sujeitos internos, fronteados; principalmente, tendo em vista que seu comportamento é semelhante ao de outros constituintes que só podem estar fronteados, como advérbios e focos. Ou seja, o padrão geral das freqüências não indica ser provável que grande parte dos sujeitos em SclV representem sujeitos adjuntos, com próclises. Considerarei portanto que a baixa freqüência de SVcl nos textos clássicos pode ser interpretada, sobretudo, como a baixa tendência de se fazer uso das construções de adjunção com sujeitos.

É evidente que por ser uma construção opcional, não será razoável propor que deve haver uma “*faixa desejável*” do uso de SVcl nestes textos. A princípio, não há impedimento para que um texto de 50.000 palavras não apresente (ao menos em sentenças com clíticos) sequer um caso de adjunção com sujeitos (caso das *Décadas* de Couto; das *Cartas* de Vieira; e da *Vida* de Barros – no primeiro caso, há ênclises com

sujeitos e o clítico SE; nos dois últimos, nem mesmo ali).

Consideremos, entretanto, que a construção SVcl é possível neste sistema; que é atestada em textos de outro perfil sociolingüístico; que é atestada em outros textos contemporâneos (notavelmente, no outro texto do próprio Vieira); e que esta construção é provavelmente um dado relevante na aquisição da gramática moderna do PE. Parece-me justificável estranhar a baixa freqüência de sujeitos pré-verbais com ênclises na grande parte dos textos clássicos pesquisados.

### 3.2 Os textos seiscentistas, o PE e o PB

Esta interpretação de que o aparente enfraquecimento da ênclise nos textos clássicos se explica como um fenômeno de baixa freqüência nos textos, não de mudança em uma propriedade gramatical, pode ter conseqüências para os estudos da origem do Português Europeu e do Português Brasileiro – que, como vimos na introdução, são os fatos que conferem relevância para as pesquisas sobre o período seiscentista no âmbito da teoria gerativa<sup>53</sup>.

O tema deste estudo não é o PB nem o PE, mas sim este estágio anterior em que ambos por hipótese têm origem – e nesta perspectiva, deve contemplar as conseqüências das análises tomando em conta este aspecto, vamos dizer, do *gérmen* das duas variantes atuais. De fato, é ao olhar para o português dos seiscentos a partir do ponto de vista das variantes atuais que os principais eixos da análise se formam. A primeira conseqüência da minha análise nesse sentido, como já vimos, é que de certo modo ela permitiria compreender melhor a diacronia do PE, sistema que por hipótese mantém a ênclise como opção geral (ou seja, ainda que mudem as estruturas em jogo, é sempre possível a

<sup>53</sup> cf. Kato e Roberts, 1996; Galves et.al., 1998

posposição dos pronomes).

Em contraste, resta um problema para esta minha interpretação dos fatos empíricos: a outra mudança sintática, que em tese dá origem ao Português Brasileiro com base no mesmo sistema. Ou seja, a ausência da ênclise no PB pode levar à hipótese do enfraquecimento da ênclise no sistema médio no nível da gramática não apenas da composição dos textos. Responderei a este argumento em dois níveis.

No nível estritamente interno, em primeiro lugar, para que se defenda que o PB não pode ter perdido a ênclise em X#V a partir de um sistema em que está ativa a ênclise neste ambiente, seria necessário mostrar também que o PB não pode ter perdido a ênclise em #V a partir de um sistema em que ela estava ativa. Ou seja: o que temos que notar é que o PB *perde a ênclise*, simplesmente e com ponto final, em qualquer ambiente. Logo, não é um problema exclusivo da minha análise explicar esta perda, mas sim de qualquer análise que leve em conta a gramaticalidade da ênclise em #V no sistema médio, como é o caso de todas as análises conhecidas. Em segundo lugar, levando em conta o panorama românico mais amplo, a perda da ênclise é fato generalizado nas demais línguas. Ou seja, o ônus da argumentação não é a perda da ênclise no PB, mas sim *sua manutenção* no PE.

No nível externo, ou histórico, novamente o “ônus da prova” se coloca para a análise do PB como continuação do sistema médio, não do PE como continuação do sistema médio – uma vez que os fatores históricos envolvidos na formação do PB são muito mais intensos que na formação do PE. No Brasil, temos uma língua transportada através de um oceano em pequenas levas, ao longo de três séculos; que sofre portanto deslocamento da população falante original; contato com línguas ameríndias e africanas; e que é por outro lado adquirido por uma nova população<sup>54</sup>. Enfim, a história da língua portuguesa no Brasil envolve uma transformação radical no contexto

<sup>54</sup>Para a formação do PB, cf. Mattos e Silva (2001), entre outros

sociolingüístico. Em Portugal, o contexto sociolingüístico do século 19 e 20 certamente não será o mesmo que do século 16, mas é de crer que as diferenças não sejam tão radicais. Nenhum dos fatores históricos em jogo na formação do PB – deslocamento de população; contato; aquisição imperfeita, enfim, os fatores clássicos no condicionamento externo das mudanças lingüísticas<sup>55</sup> – se aplica à história da formação do PE .

Entretanto, as línguas têm caminhos que não se explicam em branco e preto; e assim, de fato se notam na língua do Brasil diversos aspectos “*arcaizantes*”, tanto fonéticos<sup>56</sup> como sintáticos<sup>57</sup>. Os estudos que se ocuparam deste fato têm proposto, de um modo geral, que certas propriedades do PB remetem a um estágio do português anterior ao que hoje configura o PE. É portanto neste ponto que se poderia defender que minha interpretação do Português Médio como um sistema no qual as construções tipicamente enclíticas devem ser mais presentes que o que temos considerado com base na escrita culta seiscentista encontra o problema da próclise generalizada do PB, que tem sido analisada<sup>58</sup> como derivada diacronicamente da próclise do *Português Clássico*.

Entretanto, me parece ser esse um falso problema, tanto pelos motivos acima apontados, como por um terceiro fato importante: o que se propõe aqui não é um sistema onde *não há próclises*, mas sim uma língua de efetiva alternância entre próclises e ênclises. Desta perspectiva seria possível pensar que a língua na Europa tomou seu caminho mantendo uma das alternativas (aqui falando estritamente da possibilidade da ordem relativa V-cl), e a língua no Brasil tomou seu outro caminho, mantendo apenas a outra possibilidade (cl-V). Que seja possível manter a ênclise como opção na língua, o confirmam os fatos, senão do PE, então do galego e outros idiomas ibéricos, como o

<sup>55</sup>cf. Thomason e Kauffman, 1988; Campbell 2000, entre outros

<sup>56</sup>Destaque-se já a análise de Réval, 1952

<sup>57</sup>Kato & Roberts 1996, Galves et al 1998

<sup>58</sup>cf. Pagotto (1996), entre outros

Asturiano<sup>59</sup>; que seja possível perdê-la e manter a próclise, é também confirmado pelos fatos, de todas as demais línguas românicas.

Esta é uma interpretação possível para a multiplicação de duas variantes modernas a partir da interpretação que defendo aqui para os textos clássicos. No entanto, não é a única perspectiva, nem a mais interessante. Há um outro aspecto a partir do qual penso que a análise que aqui propus pode contribuir melhor para o debate sobre PE e PB – e ela depende de desviarmos o eixo da análise da posição do clítico para seus condicionantes sintáticos, tomando como central a questão da adjunção, independente da posição do clítico.

Pois malgrado todos os contrastes apresentados pela gramática do PE e a gramática do PB amplamente descritos, um fator interessante confere às duas uma característica comum: justamente, as possibilidades de “*construções especiais de predicação*”<sup>60</sup>.

As construções de topicalização no PE e no PB têm propriedades distintas<sup>61</sup>, mas compartilham a característica da externalidade do elemento topicalizado. Aqui importa salientar um aspecto mais geral, ou seja, a topicalização como propriedade de uma língua que permite e favorece a predicação entre elementos *externos* e a sentença – seja do tipo que considerarei aqui, [adjunto]+[frase], seja do tipo movimentos para posições tipo TOP acima de CP. De qualquer modo, fundamentalmente operações na qual o elemento “topicalizado” não está no âmbito do domínio da frase em termos sintáticos e entonacionais.

Diante disso é interessante pensar no sistema que em tese dá origem a estas duas gramáticas como um sistema no qual está ativa a construção em que os constituintes da frase podem entrar em relação de predicação a partir de uma posição externa. Ora:

<sup>59</sup>cf. Raposo, 2000; Barbosa, 2000

<sup>60</sup>Como salienta Galves, 2002

<sup>61</sup>cf. Duarte (1987) sobre o PE, e Pontes (1987), Britto (1998) sobre o PB.

tomando os dados dos textos clássicos à face, e considerando a *posição do clítico* como central para identificar a posição externa ou interna dos elementos pré-verbais, teríamos que concluir que este o sistema médio apresenta uma frequência baixíssima de construções de adjunção – a construção X#V seria aí marginal.

Se entretanto aceitamos a hipótese de que nestes textos, ênclise e próclise não são perfeitamente indicativas da posição do elemento pré-verbal (pois às ordens X-cl-V não corresponde necessariamente a posição interna de X), poderemos conceber que as construções com elementos externos sejam ser produtivas nesse sistema, apesar do baixo índice de ênclises atestado. Lembro, ainda, que nos textos manuscritos a proporção de estruturas de adjunção mais tipificadas – os complementos retomados – é mais elevada que nos textos literários. Isto remeteria a um contexto em que na língua falada, é mais produtiva a adjunção (ligada sobretudo à topicalização) – o que é interessante, tendo em vista o que lembramos acima sobre PE e PB. Se estas construções de adjunção, na oralidade, aparecem com próclises ou com ênclises, é indiferente neste ponto (uma vez que de qualquer maneira sabemos que o PE mantém a ênclise, e o PB a perde).

Em linhas gerais, portanto, as hipóteses aqui defendidas sobre a sintaxe média admitem um sistema no qual as estruturas de adjunção são uma propriedade sintática importante (apesar da pouca incidência de ênclises atestada nos textos), o que pode abrir uma perspectiva interessante para pensar o desdobramento dos sistemas que em tese seguem ao Português Médio.

Será importante, agora, pensar na outra ponta da evolução no longo prazo: a transição entre os padrões medievais e os padrões clássicos nos textos. Pois aqui estou fundada na hipótese de que os textos seiscentistas fazem parte de uma unidade que remonta aos textos escritos ainda no período medieval, em termos de gramática.

### 3.3 Os textos seiscentistas e os padrões medievais

Infere-se da minha argumentação empírica que o padrão de colocação de clíticos dos textos portugueses escritos nos 1600 deve poder ser explicado nos mesmos moldes que têm sido propostos para descrever os textos quatrocentistas, à parte a predominância da próclise. Nesse ponto, procuro comparar as generalizações que chegamos no levantamento de dados aos fatos apurados em estudos sobre textos medievais. Usarei aqui como base o levantamento de Ilza Ribeiro<sup>62</sup> para comparar os padrões dos textos *clássicos* com o que ela apura em textos escritos nos 1300, 1400 e 1500<sup>63</sup>.

Antes de tudo, interessa comparar a proporção de VS nos textos do *Corpus* principal com o que se apura para os textos dos séculos 14-16. Em sentenças raízes com e sem clíticos, Ribeiro atesta 0,23 de VS no texto de 1385; 0,28 no texto de 1452; e 0,28 no texto de 1500 (como ilustra o gráfico 60 do apêndice, a partir de Ribeiro, 1996:107). No panorama de longo prazo, teríamos a seguinte progressão: da primeira metade dos 1300 à primeira metade dos 1500, 0,23-0,28-0,28; da primeira metade dos 1600 à primeira metade dos 1900, atestamos no *Corpus* principal uma progressão de 0,18-0,22-0,19-0,09-0,09-0,08 (cf. gráfico 58).

Observa-se que os textos que apresentam maior proporção de VS são justamente aqueles que podemos chamar de *médios*: os textos medievais dos séculos 14 e 15 e o

<sup>62</sup>Ribeiro, 1995

<sup>63</sup>O levantamento de Ilza Ribeiro toma em conta a posição de clíticos em todos os tipos de sentença, inclusive ordens VI; deste modo, penso ser possível comparar esses dados com os que apuro no *Corpus* principal. Com o levantamento de Martins (1994) a comparação neste aspecto não é possível. No que tange a proporção ênclises versus próelcises, o que se teria de salientar é que os documentos medievais pesquisados por Martins apresentam uma taxa comparável de ênclises (em relação aos textos de Ribeiro) até o século 14; mas no século 15, e na primeira metade do 16, a próclise é generalizada nas construções XV. Em termos de estilo dos textos, o *Corpus* de Ribeiro se compara melhor com o meu *corpus* (sendo ambos compostos de obras literárias) que o *corpus* de Martins, formado por documentos notariais.

texto renascentista estudado por Ribeiro; e os textos do *Corpus* principal escritos até o século 18. Os dados de Ilza Ribeiro apresentam uma taxa um pouco mais elevada de inversões que os textos da primeira e segunda metade do século 16, do *Corpus* principal – note-se entretanto que se sustenta a generalização da faixa de 20% contra a faixa de 10%.

Comparemos agora em cada corpus a tendência de SV com ênclises em relação ao total. Nos textos medievais, I. Ribeiro registra a seguinte proporção de sentenças independentes SV com ênclises: 0,06-0,12-0,10 (cf. ainda o gráfico 60). Nos textos escritos a partir de 1600, vimos aqui, essa proporção é de 0,00-0,01-0,04-0,03-0,17-0,35 (por datas de produção a partir dos 1600, cf gráfico 56).

Dois fatos merecem ser destacados a esse respeito. Antes de tudo, o exercício de comparação com documentos do período arcaico combina com minha constatação sobre os textos clássicos e modernos: a taxa de SV com ênclises é inferior à taxa de XVS *desde o documento escrito no século 14*. Além disso, note-se como a proporção de SV com ênclises é mais elevada nos textos medievais que nos clássicos.

Saliente-se portanto esse primeiro ponto interessante: a generalização sobre relação de S-Vcl contra VS nos textos médios, que propus anteriormente (ou seja, uma proporção mais elevada de VS que de S-Vcl) se mantém quanto aos textos medievais, ainda que os documentos dos séculos 14, 15 e 16 apresentem mais ênclises que os textos clássicos

Se comparamos a taxa relativa de ênclises *versus* próclises em cada caso<sup>64</sup>, veremos mais um fato notável. Nos textos a partir de 1300 estudados por Ribeiro, a taxa de ênclises em

<sup>64</sup>Incluem-se aí os números relativos a sentenças independentes segundas coordenadas, e sentenças com clítico SE (que até este ponto não tínhamos tomado em conta para os textos do *Corpus* principal, como já justifiquei no Capítulo I), para poder comparar com os dados de Ribeiro, 1995, que seguem o mesmo critério. Os números referentes ao clítico SE estão em Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003. Daí a proporção um pouco mais elevada de construções com ênclises; ainda assim, o padrão geral se mantém em suas características essenciais. Observe-se, ainda, que todos os dados são agrupados por datas de produção.

SV é de 0,53-0,57-0,40 (cf. gráfico 61). Essas proporções contrastam consideravelmente com o que se atesta no Copus principal para os séculos 17 e 18. A progressão por datas de produção depois dos 1600 nesse ambiente é de 0,15-0,26-0,68-0,93; cf. no gráfico 61 a taxa para o período 1200-1900. Saliente-se ainda que no texto dos 1200 no corpus de Ribeiro, que seria representativo do Português Arcaico na minha interpretação, a taxa de ênclises *versus* próclises é de 0,85.

Ou seja: a baixa taxa de ênclises *versus* próclises se localiza fundamentalmente na faixa final do “Português Médio” (os séculos 16 e 17, por datas de nascimento, ou até a primeira metade do século 18, por produção dos textos).

No entanto, e fundamentalmente, a elevada proporção de ênclises em relação a próclises em SV nos textos medievais não corresponde a uma elevada proporção de construções SV-cl em relação ao total de dados. Como exercício para ilustrar este ponto, compare-se a relação ênclises/próclises em SV (cf. o gráfico 61) com a frequência de SV com ênclises em relação ao total de sentenças independentes nos textos desde os textos medievais do século 13 até o texto escrito no século 20, do *Corpus* principal (cf. gráfico 62). A progressão da taxa de ênclises em SV em intervalos de 100 anos, como vimos, é de 0,85-0,53-0,57-0,40-0,15-0,26-0,68-0,93; a progressão da proporção de SV-cl nas sentenças independentes é de 0,15-0,08-0,12-0,10-0,02-0,05-0,14-0,31.

Portanto, crucial será notar aí que, ainda que a taxa ênclises *versus* próclises seja semelhante nos textos mais antigos e nos textos modernos, a proporção de SV com ênclises em relação ao total de dados nos textos escritos na Idade Média não é comparável ao que se atesta no período moderno. De fato, ainda que nos textos representativos dos séculos 14 a 16 estudados por I. Ribeiro a proporção ênclises/próclises seja mais elevada que nos textos seiscentistas aqui levantados, a construção SVcl não passa de 0,15 do total de dados em nenhum dos dois casos. Em comparação, nos textos mais modernos do *Corpus* principal (escritos depois do século 18, e que interpreto como já representativos do português europeu moderno) a

proporção de S-Vcl no total de independentes chegará a 31%.

Interpreto essa constatação da seguinte forma: ainda que os textos antigos (portugueses, e *ibéricos* de modo mais geral como veremos) apresentem uma proporção relativa de ênclises *versus* próclises semelhante à proporção dos textos modernos, a generalização da ênclise é fato apenas para os textos modernos. Ou seja: a ênclise não *volta* a aparecer nos textos; e sim, uma construção que instancia a ênclise (SV) se torna a ordem favorecida no novo sistema.

Fundamentalmente, os textos medievais, com sua alta taxa relativa de ênclises *versus* próclises, podem ainda ser explicados na lógica de um sistema no qual SV não é a ordem fundamental, com elevada incidência de sujeitos pós-verbais.

Podemos agora voltar ao problema das evidências empíricas para o enfraquecimento da ênclise nos textos clássicos. A comparação com os textos medievais aqui esboçada indica que ainda que em termos da variação ênclises *versus* próclises o período de baixa frequência de ênclises seja longo, quanto à proporção de SV com ênclises em relação ao total de dados nos textos a frequência é mais baixa entre 1500 e 1700.

Ora: veremos a seguir que é este justamente o período em que as questões históricas são agudas, e em que há uma coincidência notável entre os textos portugueses e castelhanos.

### 3.4. Os textos seiscentistas no contexto Ibérico

A semelhança entre os padrões castelhano, galego e português nos textos medievais, em especial quanto à ordenação dos pronomes clíticos, é como vimos um fato bem discutido na literatura gerativista; estudos pioneiros sobre o assunto, como “*Ordine delle parole e struttura della frase nelle lingue romanze antiche*”, de Giampaolo Salvi (1992), partem de análises unificadas do fenômeno nos três vernáculos escritos. A proximidade formal nos tempos medievais mais remotos pode significar que a melhor abordagem para os estudos sintáticos do período mais antigo é a perspectiva conjunta dos *romances* da Península – na linha de G. Salvi, entre outros.

Assim, para os estudos sobre o período medieval, costuma-se reconhecer a relevância de uma abordagem a partir do contexto maior, ibérico.

Valerá portanto retomar aquela comparação inicialmente delimitada na *Introdução* a este trabalho, lembrando antes de tudo que os padrões de ordem atestados nos textos medievais portugueses são semelhantes ao quadro geral da escrita ibérica medieval. Aqui se toma por base o estudo de Josep Fontana sobre o castelhano medieval<sup>65</sup>:

(24) Ordens V-cl e cl-V atestadas no castelhano medieval por Fontana (1993):

#V:

(e) **Respondio les el** que lo non farie  
Respondeu lhes ele que o não faria

(f) E **respondiol** don Pelayo em guisa, et **dixol**; (Fontana 1993:53#2)  
E respondeu-lhe Don Pelayo deste modo, e disse-lhe

SV:

(g) La estória **lo contara**  
A história o contará

<sup>65</sup>Fontana, 1993.

(h) & ella dixol que como non lloraria que nunca fiziera el rrey cosa por le fazer prazer (152#21)  
e ela disse-lhe que se não chorasse, que nunca faria o rei algo para lhe dar prazer

(i) Et Almançor darlie todo so poder. Et el uuscar nos ye (Fontana 1993:89#55)  
E Almançor dar-lhe-ia todo seu poder. E ele buscar nos ia

XV: adverbial-V:

(j) e despues mando lo fazer a sus discipulus; (Fontana 1993:53#2)  
e depois mandou-o fazer a seus discípulos

(k) ... & estonces demando las ele a aquel Freyre e tomo las (Fontana 1993:135#3)  
e então demandou-as ele a aquele frade e tomou-as

(l) e tercer dia que lidiasse com su Hermano appareciol em uision Sant Ambrosio (151#19)  
e três dias antes de lutar com seu irmão apareceu-lhe em visão Santo Ambrósio

XV: oração-V:

(m) Pero si lo no quisiessen fazer deuen lo dezir a los prelados (Fontana 1993:152#20)  
Mas se o não quizessem fazer, devem-no dizer aos prelados

XV: complemento-V:

(n) & esto dicho lo e ya (Fontana 1993:94#64)  
e isto dito-o ei já (*já o disse*)

(o) Otra razón te diré  
Outra razão te direi

XV: CLLD:

(p) e al rrey peso le mucho (Fontana 1993:153#21)  
e ao rei pesou-lhe muito

Assim, os padrões de ordem dos pronomes nos textos portugueses medievais mais antigos são semelhantes aos atestados em textos castelhanos, no sentido de que há uma alternância que deixa de ser possível nas duas línguas em suas variedades modernas. No português europeu moderno, como sabemos, a próclise deixa de ser possível nos ambientes XV neutros.

No espanhol moderno, a ênclise deixa de ser possível em qualquer configuração, nas sentenças finitas. Independente das propriedades características do sistema pronominal do espanhol moderno (como o redobro clítico<sup>66</sup> e outros aspectos importantes, entre

<sup>66</sup>cf. Luján (2000)

outros), aqui nos interessa especificamente a ordem relativa clítico-verbo. Como paradigma deste aspecto no espanhol atual, tomarei por base o verbete de Olga Soriano na *Gramática descriptiva de la lengua española* da Real Academia Española: <sup>67</sup>:

*“La posición superficial de los clíticos no es siempre la misma, sino que puede variar dependiendo de las propiedades de la flexión del verbo al que se adjuntan.*

*Así, en español, cuando se trata de verbos conjugados el pronombre aparece delante (proclisis), mientras que con infinitivos, gerundios e imperativos afirmativos se obtiene la posición posverbal (enclisis). Los participios no admiten nunca la adjunción de un clítico. Ilustramos estas observaciones en el paradigma de (165). Este paradigma se repite con cualquier tipo de verbo, de modo que no parece que puedan encontrarse factores distintos de la configuración del sistema flexivo de la oración que determinen la posición enclítica o proclítica del pronombre átono:*

- (a) Lo {admiro/admire/admiraré/admiraba} mucho.
- (b) No es Bueno admirarlo tanto.
- (c) Admirándolo tanto no consigues nada
- (d) Admírenlo ustedes también
- (e) \*He admirádolo mucho
- (f) \*Una vez admirádolo, abandonamos la sala

*El paradigma no ha sido siempre como el de (165). En español medieval los clíticos aparecían con los participios y la proclisis con verbos finitos era habitual, siempre que “el verbo no sea la primera palabra de la oración” (Bello 1847:537). En realidad, la alternancia entre formas enclíticas y proclíticas estaba en época antigua regulada por principios que hoy le son ajenos, como la ley de Tobler-Mussafia, que impide la aparición de proclisis en posición inicial, por razones de distribución del acento. Rivero (1986), (1992) analiza esta situación y supone que los clíticos medievales eran elementos sintagmáticos (SSNN) que cliticizan por razones fonológicas, mientras que en la actualidad se trata de núcleos que se adjuntan al verbo, de modo que se interpretan como una unidad con aquel.*

*De todos modos, la situación descrita para el español no es idéntica en otras lenguas, ni siquiera en las de la familia romance: en francés se da proclisis con infinitivos; en italiano los participios admiten clíticos y en portugués hay enclisis en oraciones temporalizadas matrices afirmativas:*

- (a) Pour le voir il faut aller a Paris.  
lit. “Para lo ver, hay que ir a Paris”
- (b) Conociutame, Gianni è cambiato.  
lit. “Conocídame G. Ha cambiado”
- (c) Deu-lhe esse livro ontem  
lit. “Di-le esse libro ayer”

*Pero esta variación, como decíamos, depende fundamentalmente de los elementos flexivos (como tiempo y concordancia) y de las propiedades de los verbos implicados, más que de la naturaleza de los clíticos.*

*Así pues, la posición de los clíticos depende hoy solamente de las propiedades flexivas de los verbos con los que aparecen.”*

Note-se a referência de Soriano ao espanhol medieval, chamando a atenção a próclise

<sup>67</sup>Soriano, 2000 (meus grifos)

aos infinitivos, a possibilidade de clíticos com participios, a restrição ao clítico inicial, e a interpolação (ou seja, a propriedade apontada por Rivero, 1996/1992 de ser o clítico um constituinte sintaticamente independente que se cliticiza na fonologia). Entretanto, no espanhol atual, a ênclise está restrita aos verbos não-flexionados (contextos que aqui não nos ocupam); com verbos flexionados, a próclise é ordem categórica.

Segundo J. Fontana, quanto à colocação dos clíticos este é já o sistema gramatical ativo nos textos castelhanos *renascentistas*, sendo a ênclise com verbos finitos, a restrição de Tobler-Mussafia, e a interpolação fenômenos próprios dos textos dos anos 1100, 1200, 1300; que começam a declinar nos anos 1400; e se tornam raros nos anos 1500.

No estudo de Fontana<sup>68</sup> atestam-se as seguintes proporções de ênclises em XV neste período: 63%-63%-43%-5% . Ou seja: há uma tendência para a generalização da próclise a partir do século 14 – assim como nos textos portugueses medievais, em especial aqueles estudados por A.M. Martins. Por outro lado, Fontana já encontra uma proporção de 30% de próclises em sentenças verbo-iniciais em textos castelhanos escritos no século 16 – enquanto nos textos portugueses escritos no mesmo período, não se atestam próclises com VI. As principais análises sobre o romance medieval defendem que a “desativação” da Lei de T-M no castelhano e nas demais línguas românicas (à exceção do português) está na raiz da mudança na direção da generalização da próclise para todos os ambientes onde antes a ênclise era possível (XV) ou categórica (#V) em seus sistemas antigos.

Como vimos acima, a tendência da ênclise no castelhano a partir do século 16 é desaparecer por completo dos ambientes flexionados. Já nos textos portugueses, como sabemos, a tendência de ênclises em XV permanece baixa nos textos escritos nos séculos 17 e 18, mas aumenta a partir de meados dos 1700, e chegará a ser a ordem categórica no ambiente SV no PE moderno. As tendências comparadas são ilustradas pelo gráfico

<sup>68</sup>Fontana (1993:249)

63, que sobrepõe o retrato da evolução nos textos medievais castelhanos estudados por J. Fontana, o retrato dos textos medievais portugueses registrado em I. Ribeiro e A.M. Martins, e o retrato da evolução nos textos portugueses do *Corpus* principal de 1600 a 1900.

Dessa forma, os padrões portugueses são semelhantes aos castelhanos precisamente entre os séculos 15 e 17.

No período medieval mais antigo (anterior ao século 14), os dois idiomas apresentam uma proporção relativamente elevada de ênclises nos textos. É este também o período em que o castelhano ainda não atesta a próclise em posição de início de frase. Os textos portugueses com menor frequência de ênclises são os textos escritos depois do período em que a ênclise começa a declinar no castelhano, e até meados do século 18.

Isso significa que a baixa frequência de ênclises nos textos portugueses coincide exatamente com o período de prestígio do castelhano como língua literária na Península Ibérica.

## 4. Resumo e perspectivas

Este capítulo apresentou algumas questões relevantes para a compreensão da evolução dos padrões sintáticos nos textos portugueses escritos entre 1600-1700 como indicativas de uma mudança gramatical.

Do ponto de vista interno, defendi que se tomamos os dados atestados nos textos escritos à face, surge um problema intrigante para entender a transição entre o sistema médio e o sistema português moderno em termos de aquisição da gramática. Supondo, em tese, que a mudança dos padrões nos textos tais como atestadas neste e em outros estudos remeta a uma mudança gramatical situada nesta passagem do século 17 para o 18, concluiríamos que é a língua falada pela última geração seiscentista (ou seja, aqui, nascida nos 1600 – digamos até André de Barros, n. 1675) que servirá de *input* para a aquisição de uma nova gramática pela primeira geração setecentista (nascida a partir de 1700). Esta gramática seria já o PE moderno – ou seja, uma língua na qual a ênclise é opção *categórica* em SV. Ou seja (e não importando a proporção de ênclises que os textos de seus primeiros “falantes” apresenta), na gramática que por hipótese estaria subjacente aos textos setecentistas, a ênclise com sujeitos pré-verbais é uma característica central. Entretanto, é justamente no período que em tese antecede imediatamente a mudança que a ênclise é mais rara – em especial no plano dos textos literários, nos quais na maior parte dos casos é inatendada no ambiente SV. Assim, a questão sobre o estatuto da ênclise (ou melhor, da *escassez* da ênclise) nos textos seiscentistas me parece que se coloca para qualquer análise sobre a mudança na direção do PE moderno, ainda que se desconsiderem as questões levantadas neste trabalho sobre os condicionantes históricos da composição dos textos.

Vimos como esta relação entre os dados hipoteticamente disponíveis para os primeiros falantes e a instanciação da mudança gramatical pode ser interpretada, se levamos em conta que o padrão de colocação de clíticos dos textos escritos no início do 18 pela

última geração nascida nos 1600 não corresponderia de modo homogêneo à realidade dos dados primários de aquisição que estariam na base da mudança.

Assim, o sistema que vemos manifesto nos textos dos autores *clássicos*, no que tange a alternância ênclises/próclises, não é, necessariamente, o sistema que “dá origem” (no sentido gerativista, isto é, que serve de *input* na aquisição) ao Português Europeu e ao Português Brasileiro. Particularmente, na escrita representativa do sistema médio a baixa freqüência de construções com ênclises, atestada em especial nos textos literários, não deve ser tomada diretamente como indicativa da baixa produtividade destas construções na língua em termos da gramática.

Para compreender que esses fatos atestados nos textos não são significativos enquanto manifestações de propriedades gramaticais, é necessário remeter ao contexto histórico da escrita em português em um ciclo que se estende do período medieval até os primeiros anos do século 18.

Na escrita portuguesa do período, em especial nos anos que correspondem ao maior vigor do prestígio literário espanhol (1500-1600), alguns usos gerais podem se sobrepor a usos regionais, e isso terá conseqüências para a língua portuguesa escrita na época, que oscilaria em aspectos gráficos, lexicais e sintáticos no sentido de se aproximar ou se distanciar de um padrão neutro, nivelador de diferenças regionais.

Considerando que a possibilidade da ênclise é a propriedade mais saliente do português antigo e moderno quanto à sintaxe de clíticos, a baixa freqüência dessa ordem nos textos não permite concluir diretamente pela marginalidade desta construção na língua tomada em dimensão mais ampla.

O *Capítulo III* a seguir fundamenta esta perspectiva do ponto de vista histórico.

# III. História

*“Da mudança que as lingoas fazem  
per discurso de tempo:*

*Assi como em todas as cousas humanas  
ha continua mudança & alteração,  
assi he tambem nas lingoages.*

*E o que parecia increiuel,  
tambem isto estaa subiecto  
ao arbitrio da fortuna:*

*porque assi como os vencedores  
das terras & prouincias  
lhes dão leis em que viuão,  
assi lhes dão lingoa que fallem”.*



*Origem da Lingoa Portuguesa  
Per Duarte Nvnez de Lião,  
desembargador da casa da supplicação  
natvral da inclyta cidade de Evora*



*Dedicada ao Invictissimo e Catholico  
Rei D. Philippe o II. De Portvgal  
Nosso Senhor*



*Em Lisboa :  
Impresso por Pedro Craesbeck  
MDCVI*



**N**este capítulo final defenderei que a escrita portuguesa em 1600 faz parte de um ciclo histórico que remete aos primeiros registros escritos, e tem seu fim a partir do início dos 1700. Neste contexto, a língua portuguesa tem um horizonte mais amplo: o *horizonte peninsular*; no ciclo seguinte, pode-se remeter a uma 'língua nacional' no sentido moderno. Assim, para entender os horizontes da escrita seiscentista, é necessário remeter ao contexto Ibérico. É no âmbito maior da Península Ibérica que se devem localizar os processos históricos que podem incidir na instanciação da escrita – basicamente, os processos relativos à idealização lingüística, que modelam e direcionam esta idealização. Veremos que esses processos se fundam, nesse período, na relação com o castelhano como língua de prestígio na Península Ibérica.

Na primeira seção do capítulo, mostro como a relevância do espaço maior Ibérico pode ser compreendida em diferentes momentos históricos, desde o surgimento da escrita em português até o contexto seiscentista. O compartilhamento de origens históricas e tradições literárias na Espanha medieval é raiz do trânsito intenso entre os diferentes vernáculos escritos na península na Idade Média e Renascimento; e de fato, no período que vai de meados dos 1400 até (ao menos) fins dos 1600, a língua portuguesa não é veículo exclusivo de expressão escrita no território português – o que chega a colocar em risco seu estatuto de língua escrita no início da Idade Moderna.

Na segunda seção, examino como os desdobramentos lingüísticos desse processo têm sido interpretados na historiografia da língua e da literatura em português, e como se pode compreendê-lo no debate sobre a “*Questão da Língua*” entre os quinhentistas e seiscentistas.

Na terceira seção, defendo a hipótese de que nesse contexto histórico, a escrita portuguesa culta dos 1600, modelada nos padrões *espanhóis*, se pauta pela valorização de expressões niveladoras das diferenças regionais.

# 1. A escrita portuguesa no contexto peninsular

## 1.1 O contexto medieval: as línguas da *Espanha*

Vamos lembrar antes de tudo o resumo de Said Ali sobre a origem do português:

*Entre dialecto e língua não há diferença essencial senão a circunstância de ser a língua aquele dialecto que, entre outros muitos usados no mesmo país, se preferiu empregar como linguagem de chancelaria, servindo para a escritura de todos os documentos oficiais. O dialecto, que se adotou na côrte dos reis, passou a ser o falar da gente culta, ficando por fim a linguagem usada nas produções literárias.*

*Ao cabo de algum tempo a língua assim constituída emancipa-se necessariamente do falar regional que lhe deu origem. Dá-se-lhe um caráter de uniformidade, submetendo-a a regras de bom gôsto, e a normas gramaticais mais fixas; introduzem-se nela expressões novas, que em grande parte se vão buscar ao latim. De popular que era, o antigo dialecto, agora língua oficial, adquire feição erudita e nobre, desprezando, por plebéias, certas maneiras de dizer que pareciam mal em bôca de gente de educação mais fina. (...)*

*Em Portugal foi entre os dialectos falados no norte do país que se tomou aquêlê que constituiu a língua portuguesa. Parece ter sido o de Entre Douro e Minho, quer dizer, o interamnense, ou talvez o galécio-português, isto é, o idioma falado nas margens do Minho. Os mais antigos documentos escritos em português que se conhecem, datam do século XII. Vê-se por êles que o idioma se formou em época muito mais antiga, pois a linguagem nosa aparece já bem caracterizada e mais semelhante ao falar de hoje que ao latim. Essa antiguidade do idioma se confirma por alguns vestígios de português que se encontram em documentos de latim bárbaro do século IX.<sup>1</sup>*

Veremos aqui que o processo pelo qual o português se “*emancipa do falar regional que lhe deu origem*” se dará em grande medida como um afastamento em relação ao passado arcaico – galego-português – e concomitante aproximação em relação à língua de prestígio da Península – o castelhano.

<sup>1</sup>Said Ali, 1921

Aqui não está em questão entrar na discussão sobre a definição de *língua* e *dialeto*; podemos ficar com Max Weinreich e considerar que *uma língua é um dialeto com exército e marinha*, que nos servirá bem para a finalidade desta reflexão. Estaremos mais preocupados em distinguir de que modo aparece a distinção entre os diferentes falares ibéricos em algumas obras importantes da reflexão lingüística em torno dos 1600. O fundamental aqui não será entender a *realidade* da situação dialetal/lingüística da Península Ibérica na época, mas sim compreender como alguns contemporâneos abordavam esta realidade.

No recorte do *continuum* dialetal das falas ibéricas na reflexão gramatical portuguesa e espanhola dos 1500 e 1600, o português será uma das *linguagens* da *Espanha*. *Espanha*, do latim *Hispania*, o termo usado pelos romanos para designar suas possessões na Península Ibérica como um todo; é nesta acepção original, e mais ampla, que a palavra e seus derivados – *hispânico*, *espanhol*, etc – será usada ao longo do período medieval em todas as partes da Península, e na Europa em geral<sup>2</sup>. Na Idade Média, enquanto *Espanha* designa a Península, *Castela* designará um dos reinos que a integram – assim como *Portugal*, *Aragão*, ou *Navarra*.

É preciso lembrar, entretanto, que a divisão política entre estes diversos reinos não constituía a fronteira mais importante da época. Como observa António Saraiva, na Ibéria medieval identificam-se três correntes culturais principais – ou nos termos da época, três “nações”: a moura, a judaica e a cristã<sup>3</sup>. Neste sentido os “reinos cristãos ibéricos” formavam um conjunto maior que pode ser caracterizado, em diversos planos, como uma unidade, frente à diferença marcante representada pelos árabes ao sul da Península. Entretanto, o reino de Castela seria a “ponta de lança” da colonização dos

<sup>2</sup> Assim é que, como lembra Antonio Saraiva, o português Pedro Julião, referência em todo o ocidente para os estudos aristotélicos no século 13, ficou conhecido como Pedro de Espanha, em referência a sua região de origem - uma vez que “*Ainda então se confundiam na designação de Espanha os vários reinos da península Ibérica*” (Saraiva 1988:103).

<sup>3</sup> Saraiva, 1988

espaços árabes da Península pelos cristãos. É como fruto de sua liderança na Reconquista que os termos *Castela* e *Espanha* vão passar a se confundir. Já no século 16, a expansão política e militar dos castelhanos, em seu auge, irá incluir o território português e a Catalunha – isto é, os reinos cristãos restantes. A *Espanha* – que viria assim a se firmar como a principal potência europeia até o século 17 – forma então uma unidade não apenas cultural, mas política e administrativa, sob a coroa castelhana.

No período medieval, no âmbito da “nação cristã”, as culturas portuguesa, castelhana, aragonesa ou catalã podem ser consideradas como um todo relativamente homogêneo - inclusive do ponto de vista lingüístico, “em um momento no qual os romances ibéricos ainda se assemelhavam muito uns aos outros”<sup>4</sup>. Neste período serão portanto *espanhóis* os cristãos da Península, e serão *espanholas* as línguas por eles faladas, geneticamente relacionadas entre si e ao latim. Fernando Vasquez Corredoira lembra que no período medieval, “... similarmente ao que acontece hoje nos países ocidentais ou ocidentalizados com as crenças religiosas, as línguas não eram postas centralmente ao serviço da conformação identitária étnica nem da rivalidade entre as monarquias”<sup>5</sup>. Nos tratados e gramáticas escritos até finais do século 16, o termo *Espanha* remete sempre a esta unidade geográfica e histórica ampla – a Península Ibérica, em filiação direta ao termo romano *Hispania*, como vimos. As diferentes unidades políticas no interior da península recebem seus nomes particulares, e os idiomas aí falados seguem esta denominação mais estreita: *português*, *catalão*, *castelhano*. Estes usos são comuns tanto aos textos portugueses como aos castelhanos; e o nome *espanhol* não é usado para designar quer o idioma *castelhano*, quer qualquer outro da península. A expressão *língua espanhola* será freqüente nos tratados publicados a partir do início do século 17. Aparece nas *Origens da Língua Portuguesa* de Duarte Nunes de Lião de 1606 (cf. quadro I), sempre em um sentido *geral*, ou *histórico*, designando um

<sup>4</sup> Saraiva, 1995

<sup>5</sup> Corredoira, 1998:21

difuso romance medieval (e em sua *Ortographia da Lingoa Portuguesa* publicada em 1576, com o subtítulo *Obra util, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem*).

Mais de um século depois das *Origens* de Lião, Gregorio Mayans y Siscar publica as *Origenes de la lengua española*, em 1737. Neste tratado sobre a história das línguas na Península Ibérica, o termo *lengua española* é usado explicitamente para designar o castelhano como língua geral da região:

10. *Sabido ya qué cosa es lengua, sólo queda por decir que por lengua española entiendo aquella lengua que solemos hablar todos los españoles, quando queremos ser entendidos perfetamente unos de otros. (...)*

11. *Entendiendo pues nosotros por lengua española la castellana, o la general que hoi se habla en España, i comúnmente entienden con gran facilidad todos los españoles menos los vizcaínos, si no es que la aprendan mui de propósito (...)*<sup>6</sup>

Este esclarecimento sobre a aceção do termo Espanha é interessante para contextualizar a delimitação da “língua portuguesa” na diversidade lingüística da Península Ibérica em algumas obras da tradição gramatical. As abordagens da diversidade lingüística da Península Ibérica nos primeiros tratados históricos partem do período pré-românico, mas dedicam sua maior atenção à generalização do latim no início da época romana, à diferenciação do vulgar a partir do fim dessa época, e à formação das diferentes línguas ou dialetos ao longo da Idade Média. Para esse período, será fundamentalmente a história política da formação dos diferentes reinos que explicará a divisão entre as línguas e dialetos. Para exemplificar este percurso, os quadros I e II abaixo reproduzem passagens de duas das principais obras sobre a história das línguas na Península: As “*Origens da Lingoa Portuguesa*” de Duarte Nunes do Lião (1606), e as “*Origens de la Lengua Española*”, de Mayans y Siscar (1737).

<sup>6</sup>Mayans y Siscar, 1737:329

## QUADRO I

### Raízes históricas da diversidade linguística da Península Ibérica – em Lião

---

Duarte Nunes do Lião, *Origens da Lingoa Portuguesa* 1606 (pp.30-33, meus grifos):

*“... veo a Hespanha a inundação dos Godos, Vandalos, & Sitingos, & de outras gentes barbaras, que devastaraõ Italia, & as Gallias, & dominaraõ Hespanha, & com sua barbara lingoa corromperaõ a Latina, & amesturaraõ com a sua da maneira que se vé nos liuros, & scripturas antigas que pelo tempo foi esta lingoa fazendo differença nas prouincias de Hespanha, segundo as gentes a vieraõ habitar.*

*Depois dessa barbaria que se introduzio veo a perdição de toda Hespanha, que os Mouros assolaraõ, & destroiraõ entre os quaes ficaraõ os Hespanhoes h-us captiuos, outros tributarios por partidos, que de si fizeraõ, para lhes laurarem as terras como seus aseripticos, & inquilinos. E viuendo entre elles corromperaõ ainda mais a lingoa mea Gothica, & mea latina que fallauão tomando outros vocabulos dos Mouros, -q ainda oje nos duraõ.*

*Despois deste captiueiro vindose recuperar muitos lugares de poder dos Mouros, pellas reliquias dos Christaõs que da destroiação dos Mouros escaparaõ nas terras altas de Vizcaia, Austurias, & Galliza.*

*E faz-edo cabeças de alg-us senhorios ficou aquella lingoa Gothica, que era comua a toda Hespanha faz-edo alg-ua diuisaõ, & mudança entre si cada hum em sua regiaõ segundo era a gente com que tratauaõ como os de Cathalunha que por aaquelle parte vir el Rey Pipino de França com os seus ficou naquella prouincia sabor da lingoa Francesa, & se apartou lhes ficou notauel differença entre ella, & a lingoa de Castella, & das de Galliza & Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quasi h-ua mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciação que as outras partes de Hespanha naõ tem.*

*Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manão para outros hom-es, o que nunca houue em Galliza.*

*Era a lingoa Portuguesa na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, & mui curta, & falta de palauras, & cousas, por o misero estado, em que a terra estiuera: o que lhe conueo tomar de outras gentes, como fez.*

*Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castella, & no do Conde dom Henrique ate o del Rei dom Dinis de Portugal que teue alg-ua policia, & foi o primeiro que pos as leis em ordem, & mandou fazer copilação dellas, & compos muitas cousas em metro aa jmitação dos Poetas Proençaes, como se melhorou a lingoa Castelhana em t-epo del Rei dom Afonso o sabio seu auo, -q mandou escreuer a chronica geral de Hespanha, & copilar as sete partidas das leis de Castella, obra graue, & mui honrada, posto que rude nas palauras, como tambem mandou tralladar muitos authores da lingoa latina na Castelhana.”*

*E asi se forão ornando ambas as lingoas, Portuguesa & Castelhana ate a policia em -q agora estão.”*

## QUADRO II

### Raíces históricas da diversidade lingüística da Península Ibérica – em Mayans y Siscar

#### Mayans y Siscar, 1737, Orígenes de la Lengua Española (pp.348-354, meus grifos):

71. Pero bolviendo a la lengua española que es mi asunto principal, como las lenguas suelen ser tantas como las dominaciones, i los españoles christianos recuperaron a España por distintas partes, dominadas de diferentes príncipes, cada uno introdujo con su dominio su language. (...)

74. Por otra parte, los christianos que se recogieron en algunos lugares fuertes de los montes Pirineos, i singularmente en el monte Urnel, primeramente debajo de la conduta del santo i animoso varón Juan de Atarés, i después debajo de Garcí-Giménez, que dio feliz principio a los reyes de Sobrarbe, fueron conquistando a Aragón i Navarra, también procuraron conservar su lengua romano-española, i de esto i de la vecindad i trato de los aragoneses i castellanos nace la grande conformidad entre una i otra lengua, aragonesa i entre una i otra lengua, aragonesa i castellana; aunque antiguamente la aragonesa se conformava mucho más con la valenciana, o, por decirlo mejor, era lemosina. De tal suerte, que el Índice que escribió Gerónimo Blancas, donde se declaran algunos vocablos aragoneses antiguos que hai en las crónicas de los serenísimos reyes de Aragón, contiene vocablos puramente lemosinos, i muchos instrumentos que copió en sus Comentarios de las Cosas de Aragón, quanto más antiguos, más lemosinos son.

75. Por otra parte, los catalanes, favorecidos primero de los franceses, i después por sí solos, ivan estendiendo sus conquistas i con ellas la religión christiana i propia lengua, que era la lemosina, esto es, la romana, corrompida en tierra de Limoges, no en Lengnadoque, como dice el autor del Diálogo de las lenguas.

76. Pero viniendo ya a nuestro asunto, si como queda dicho la lengua castellana fue romana en su origen i después se naturalizó en Castilla, i la lemosina también fue romana en su origen i después se naturalizó en tierra de Limoges, de unos i otros nacieron los modos de hablar romance castellano i romance lemosín.

77. La lengua lemosina fue la lengua erudita en tiempos passados. Aún hoi lo atestiguan tantos libros como quedan, pero que se van perdiendo mui aprissa por el poco amor a las cosas propias i demasiada afición a las estrangeras. Los poetas provinciales escribieron en esta lengua. Por esso el Dante en el fin del canto XXVI (para que se vea la antigüedad de nuestros poetas) introdujo a Arnaldo Daniel, poeta proenzal, trobando en lengua lemosina. (...)

79. Los dialectos de la lengua lemosina son la catalana, valenciana i mallorquina. La catalana ha recibido muchos vocablos de la francesa; la valenciana, de la castellana; la mallorquina se llaga más a la catalana, como hija della. De todas las tres la más suave i agraciada es la valenciana, i no me lo hace decir la pasión.

80. La lengua castellana tiene muchos dialectos, los cuales conservan en su variedad la memoria de los antiguos dominios. Pero dejando aparte las voces particulares de cada reino o provincia, i su especial pronunciación, que aun en el trato común son los caracteres que señalan i determinan a los de cada nación, los más desconformes entre sí i que constituyen dos dialectos notoriamente reparables son el portugués i el castellano.

81. El portugués, en el qual comprehendo el gallego, considerando aquél como principal porque tiene libros i dominio aparte, i dejando ahora de disputar cuál viene de cuál, el portugués, digo, aunque es dialecto distinto del castellano, es tan conforme a él que, si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano I así, sin mucha diligencia, pudo componer Jorge de Montemayor aquel soneto castellano i portugués, que publicó en su Cancionero i dice así:

Amor con desamor se está pagando  
Dura paga pegada estrañamente,  
Duro mal de sentir estando ausente  
De mí que vivo en pena lamentando.  
O mal, ¿porqué te vas manifestando?  
Bastávote matarme ocultamente,  
Que en fe de tal amor, como prudente,  
Podiais, esta alma atormentando.  
Considerar podía Amor de mí,  
Estando en tanto mal que desespero  
Que en firme fundamento esté fundado,  
Ora se espante Amor en verme así,  
Ora diga que passo, ora que espero  
Sospiros, desamor, pena, cuidado.

82. Del Origen de la lengua portuguesa escribió harto bien Duarte Núñez de León, el qual publicó su libro en Lisboa, año 1606, en 4, al mismo tiempo que el canónigo Aldrete imprimía en Roma el suyo del Origen de la lengua castellana, por estar generalmente detenidas en España por algunas causas todas las licencias de imprimir libros de nuevo. 91 Así se explica Aldrete en la Dedicatoria de sus libros del Origen de la lengua castellana. Las causas eran las dissensiones de esta corte con la romana. Vese claramente que las lenguas portuguesa i castellana son dialectos mui conformes entre sí, pues Núñez de León señaló a la portuguesa los mismos orígenes que Aldrete a la castellana, i en el fin del cap. 25 del Origen de la lengua portuguesa, puso unos versos heroicos de incierto autor, escritos en portugués i en latin, i pudiera añadir que también en castellano, los cuales, aunque no contienen grandes pensamientos, merecen trasladarse aquí por averse compuesto con tan estraño artificio. El himno es en alabanza de santa Úrsola i de las virgenes mártires, sus gloriosas compañeras, i dice así (...)

A obra de Duarte Nunes é precursora na reflexão sobre a história das línguas na Península; a abordagem de Mayans y Siscar é semelhante a ela em diversos aspectos (o que aliás o próprio Siscar observa, no parágrafo 82). Ambas explicam a diversidade lingüística da Península sobretudo como fruto da divisão histórica dos reinos cristãos na Idade Média.

Mayans y Siscar identifica neste mapa lingüístico duas partes principais: de um lado, listara as *línguas espanholas* que ele não chamará de *castelhanas* - diferenciando a parte oriental da Península, por sua história própria, e identificando assim o catalão e seus dialetos. De outro lado, lista os diferentes *dialetos do castelhano* - entre os quais, note-se bem, ele inclui o Português. Assim, neste tratado setecentista, o português é tratado não apenas como uma *língua espanhola*, mas como um dialeto do castelhano. Português e castelhano seriam os mais marcantes dialetos da parte ocidental da Península; e para justificar a *conformidade* entre os dois, Siscar traz aspectos históricos, mas também constatações mais “formais” (com sua leitura do soneto *castellano i português*). É interessante notar o tratamento distinto dado por exemplo ao Catalão (sem falar no Basco, que não é língua *espanhola*), especialmente quando nos lembramos que nesta época (1730) a Catalunha era parte do reino da Espanha, enquanto Portugal era um reino independente já desde 1640 (ou, do ponto de vista espanhol, desde o fim das guerras autonomistas, em 1668). Desta forma, as fronteiras políticas não coincidem inteiramente com a delimitação dialetal proposta por Mayans y Siscar: o catalão não é um dialeto do castelhano, embora a Catalunha seja súdita de Castela; em contrapartida o português é um dialeto castelhano, embora seja falado em um país independente.

Assim, na abordagem de Siscar a delimitação de unidades e fronteiras obedece a critérios políticos, históricos e também formais. A identificação ou valorização de cada *vulgar* como língua aparece em boa medida associada a fatores políticos; é o caso do contraste entre o galego e o português (a que voltarei mais adiante), onde o português é considerado “*principal porque tiene libros i dominio a parte*”. Há também diferenciações de

cunho mais histórico; é o caso da diferenciação entre o lado oriental e o ocidental da Península – aí tanto Mayans y Siscar como em Nunes de Lião lembram as origens para delimitar unidades. Em outros momentos, a delimitação pode exceder os limites políticos; é o que notamos na explicação para incluir o português como dialeto castelhano, fundamentalmente baseada em uma impressão de compreensão da escrita portuguesa.

O processo de emancipação do português em dialeto escrito fica bem ilustrado na acepção de Duarte Nunes de Lião sobre a formação das línguas da *Hespanha*. Na divisão política entre os diferentes reinos, depois da invasão “gótica”, as línguas espanholas foram se diferenciando entre si; por exemplo, o catalão se tornou notavelmente diferente, por influência do francês, e se afastou do castelhano e do galego-português. Galego e português são no início quase a mesma língua (*..as quaes ambas eraõ antigamente quasi h~ua mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciaçãõ que as outras partes de Hespanha não tem*) mas depois se afastam – crucialmente, o português se torna superior ao galego: *“Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manãõ para outros hom-es, o que nunca houue em Galliza”*. Vejamos o paralelo com o resumo de Said Ali: o processo no qual o português se *aventajou* do galego se dá graças à presença dos Reis e da Corte em Portugal. Lião trata este processo em conjunto ao que acontece em Castela: *“Era a lingoa Portuguesa na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, & mui curta, (...) E asi se foraõ ornando ambas as lingoas, Portuguesa & Castelhana ate a policia em ~q agora estão”*.

Veremos, agora, que no período mais agudo da integração ao espaço *espanhol*, também Portugal esteve na iminência de perder seus *livros e domínios próprios*, tendo em vista, de um lado, a perda da autonomia política; e de outro, o bilingüismo literário.

## 1.2 A literatura face ao contexto Ibérico:

### o *bilingüismo literário*

*Cuando en los dominios españoles no se ponía el sol, aun eram mas extensos los horizontes por donde se dilataba la lengua castellana, crecida y robustecida por la savia con que la italiana, después del Renacimiento, se habia desarrollado vigorosa. Una y otra lengua habian llegado á perfección de poder hacer propios, sin pérdida de su galana consisión y nerviosa energia, los clásicos griegos y latinos: más ninguna como la castellana dispuso del medio poderoso de sus ejércitos y armadas, que la hicieron universal, oficial y de moda en las naciones que sometia, en los países que conquistaba y mundos que descubria. Su propagación e influjo fueron (á pesar de distancias y de diversidad de lenguas, religión, climas y aun de razas) tan grandes, como su imperio.*

*Cual fuese el influjo que ejerció en un país contiguo, de casi la misma lengua, de una misma religión e igual origen, es lo que nos propusimos e intentamos averiguar en este modesto trabajo, que ofrecemos à la Nacion española, ganosos de aliviar nuestro pecho del peso de la gratitud, pagandole el tributo que le debemos por toda nuestra educación literária, que como à próprio hijo nos dió generosa en su regazo. Movidos de este sentimiento, no tememos que pueda ni aun presumirse, que nuestro fin sea defraudar el rico tesoro de la literatura castellana de algunas flores y perlas, que no porque fuesen mandadas de las tierras y playas lusitanas, dejan de pertenecerle.*

Domingo Garcia Perez, 1890;

*Apresentação ao Catalogo razonado biografico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano.*

*Bilingüismo literário* é o termo mais corrente para se descrever o uso generalizado do idioma castelhano por escritores portugueses em um período compreendido entre os séculos 15 e 18 (a depender das descrições). Ou nas palavras de um secretário da Real Academia Española no século 19,

*el curioso fenómeno que presenta la literatura portuguesa expresándose en castellano en aquellos periodos en que, al parecer, han sido los odios políticos mas vehementes.*<sup>7</sup>

Para apurar qual a extensão temporal e literária do bilingüismo, e qual o volume de obras produzidas por portugueses em castelhano, recorri aqui ao *Catalogo razonado biografico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, de Domingo

<sup>7</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

Garcia Peres, publicado em 1890 em Madri. Neste dicionário biográfico, o historiador lista 542 autores portugueses que publicaram em castelhano entre os séculos 14 e 19. Nota-se de saída que o bilingüismo não pode ser considerado uma idiosincrasia limitada ou passageira. De fato, nas palavras do secretário-geral da Real Academia Espanhola no prefácio ao *Catálogo*, a lista de Pérez contempla “*casi la totalidad de los portugueses dignos de fama*”<sup>8</sup>.

Os *dignos de fama*, e também outros menos lembrados, uma vez que o catálogo abrange uma imensa variedade de gêneros, incluindo desde alguns versos de Camões até uma *Arte de cocina, pasteleria, biscocheria y conserveria*, publicada em Madri em 1611 por Francisco Martins Coutinho (português que foi cozinheiro de Felipe II). Assim, Peres (por sinal ele mesmo português) trata de listar toda e qualquer produção escrita em castelhano por autor português. Faz-se necessário distinguir desta listagem ao menos dois conjuntos básicos, e ainda em cada um, certos perfis específicos.

O *Catálogo* compreende uma faixa de cinco séculos de produção escrita. Há no registro obras medievais, como os próprios cancioneros, escritas entre os séculos 13 e 15, que precisam ser compreendidas no contexto maior daquela certa *indistinção* entre os idiomas da península enquanto veículos de literatura. Vêm então as obras escritas no período quinhentista e seiscentista, que mais interessam a este estudo – e é sobretudo nelas que centrarei a análise que segue, a respeito da intensidade e conseqüências do bilingüismo.

Além disso, é interessante distinguir dois tipos de autores incluídos. O primeiro grupo seria o dos autores mencionados que são por assim dizer *litteratos*; e este conjunto se subdivide ainda entre os autores de origem portuguesa que – no dizer da época – *passaram a Castilla*, construindo a maior parte de sua obra em castelhano (Sá de Miranda, Jorge de Montemayor, Bernarda Ferreira de Lacerda e outros); autores que efetivamente

<sup>8</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

alternavam entre os idiomas (Manuel de Galhegos, Pero de Andrade Caminha, Maria do Céu, Manuel de Melo, e outros); e aqueles que escreveram apenas *eventualmente* em castelhano (Antonio Vieira e outros; cf. quadro III). Um segundo grupo de nomes compreende os autores *bilíngües* que não são, propriamente, nomes da literatura, mas sim humanistas e tratadistas – casos significativos que mostram que o bilingüismo não pode ser bem interpretado como uma *roupagem estilística* para a lírica seiscentista. Mostram isso títulos como os seguintes, entre muitos outros:

*Libro de Álgebra, Aritmética y Geometria*

(Pedro Nunes, 1567 em Anvers - cf. Garcia Peres 1890:426);

*Tratado repartido en cinco partes principales que declaran el mal que significa este nombre Peste, con todas sus causas y señales, pronósticos é indicativos del mal, con la preservación y cura que en general y particular se debe hacer*

(Ambrosio Nunes, 1601 em Coimbra, cf. Garcia Peres 1890:425);

*Discurso de la providencia y cura de secas y carbuncos con contagios*

(Francisco Silva e Oliveira, 1603 em Granada, cf. Garcia Peres 1890:517);

*Navegacion especulativa y práctica, reforma de sus reglas y tablas para las observaciones de Ticho-Brabe con enmienda de algunos yerros esenciales*

(Antonio de Náxera, 1628 em Lisboa, cf. Garcia Peres 1890:422);

*Hidrografia curiosa de la navegación*

(Antonio Mariz Carneiro, 1675 em San Sebastian, cf. G. Peres 1890:351);

*Propugnacion de la racionalidad de los brutos*

(Manuel Pereira de Castro Padrão, 1753 em Lisboa, cf. Garcia Peres 1890:440).

Vê-se que tratadistas portugueses de diversos campos publicavam em castelhano no exterior (caso do matemático Pedro Nunes), na Espanha e em Portugal (caso dos tratados de astronomia e jurídico) – neste caso, até pelas próprias universidades portuguesas (como o fez Ambrosio Nunes, que era doutor e catedrático de medicina da Universidade de Coimbra, onde o volume foi publicado).

Tomo estes fatos tais como registrados por Garcia Peres como indicadores da *amplitude* do uso do castelhano em termos de escolas estéticas e, mais que isso, sua *generalização* para todo o tipo de literatura, seja aquela considerada mais “elevada” (como a própria

poesia lírica), seja a mais “prosaica” (como até mesmo a científica) – de fato, sua abrangência para *todo tipo de escrita*.

### 1.2.1 Raízes e significado do bilingüismo literário

A grande parte das interpretações das raízes do bilingüismo literário remete à unidade lingüística e ao compartilhamento das tradições literárias da Península Ibérica. É esta certamente a perspectiva da historiografia espanhola; já o secretario da Real Academia, na introdução ao *Catálogo* de Garcia Perez, ao recomendar a obra salienta que

*en ella se entrañan y sintetizan cuestiones de primera importancia para nuestro país, relacionadas con la unidad de raza, de pensamiento y de lenguaje de la península ibérica unidad que si en el campo de los hechos históricos tiene contradictores, en esta esfera puríssima intelectual y moral se impone irresistiblemente como obra de la misma naturaleza que en un molde único y solo ha formado la región onde españoles y portugueses habitamos.*

*Así nuestras bibliografías, como las suyas, que en lo antiguo personifican D. Nicolás Antonio y Barbosa, y en lo moderno Inocencio da Silva y Gallardo, mostraron siempre á las dos literaturas tan estrechamente unidas que en ellas es mas difícil que en los mapas geográficos señalar con exatitud la línea divisoria de cada pueblo.<sup>9</sup>*

O mesmo autor chama ainda atenção à herança comum da literatura portuguesa e castelhana, lembrando a questão dos cancioneiros peninsulares; de fato ele conceitua as duas tradições, ao menos no período medieval, como uma mesma literatura:

*La pérdida, pues, de Portugal en el siglo XII apenas tubo consecuencias para nuestra literatura, que siguió, no digamos influyendo, sino siendo la misma de aquel país, hasta que los escritores llamados quinhentistas, hijos algunos de ellos de nuestras escuelas, hermanos nuestros en saber y por ende conocedores de los progresos de nuestro idioma, se aplicaron á pulir y perfeccionar el suyo, antes como gala y ostentación de virilidad nasciente, que como instrumento proprio y popular, pues sigueiron usando el nuestro aquellos mismos hombres hasta el punto que revelan los Romanceros y Cancioneros peninsulares, donde muchas veces ní aun los apellidos ayudan á distinguir la nacionalidad de los autores.<sup>10</sup>*

<sup>9</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

<sup>10</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

Na historiografia portuguesa moderna da literatura, faz-se referência à superposição dos limites geográficos ou políticos pelas literaturas medievais – isto é, no bojo de uma tradição literária peninsular, diferentes momentos históricos proporcionariam diferentes “*línguas de acolhimento*”: o galego-português para a poesia trovadoresca medieval, como o castelhano para a poesia lírica clássica. José Augusto Bernardes salienta que o fim do uso literário do galego-português, por volta do século 14, não significou o fim da poesia lírica em Portugal, pois para se compreender a história da literatura portuguesa, será necessário olhar para além das fronteiras do idioma. E isso se aplicaria também ao período renascentista e clássico – uma vez que enquanto um poeta lírico português do século 14 escrevia em galego-português, um poeta português do século 16, escreverá em castelhano<sup>11</sup>. Assim, seria a Península a unidade básica para se compreender o nascimento e o desenvolvimento da lírica.

No entanto, o compartilhamento das tradições literárias pode explicar a *possibilidade* do bilingüismo; mas não sua *causa*. Embora as duas línguas compartilhem um espaço cultural e literário que é *Espanhol antes de ser castelhano ou português*, neste espaço, o que determina a necessidade de se escrever em castelhano é o prestígio da escrita neste idioma no contexto da cultura e da literatura europeias da época, e por outro lado o desprestígio da língua portuguesa a partir do mesmo contexto. Pois se o único fator em jogo fosse a *unidade lingüística e cultural* da Península, por que não se encontram autores

<sup>11</sup>“Quando se consideram apenas os limites de um qualquer idioma (o português, o castelhano ou o catalão) o itinerário do lirismo peninsular não pode ser reconstituído sem interrupções inexplicáveis; basta porém assumir-se uma perspectiva cultural e não apenas lingüística para se começar a fazer mais luz. Na multiplicidade dos subgéneros que a caracterizam, a própria poesia trovadoresca configura, na prática, um código de expressão que excede a proveniência social e geográfica de seus protagonistas e quando o seu gosto começa a desfalecer nos círculos palacianos, verifica-se um fenómeno típico de apropriação popular, que permite sua sobrevivência, adequada agora à natural divergência de idioma. Nessa medida, o castelhano e o português tornam-se línguas de acolhimento e transformação de uma tradição lírica popular que vai sedimentar-se na Península ao longo do século XV”; Bernardes, 1999:163, meu grifo. E mais adiante: “E assim como durante o século XIV é ainda possível encontrar poetas castelhanos e aragoneses a escrever em galego-português, também vai ser corrente entre poetas portugueses a adoção do idioma castelhano, como sinal de integração numa corrente que era essencialmente peninsular antes de ser portuguesa ou castelhana”. Bernardes, 1999:164, meu grifo.

castelhanos escrevendo em português no mesmo período?

Assim, embora esteja alicerçado na *unidade da tradição literária peninsular*, o uso do castelhano irá configurar uma relação assimétrica entre os dois idiomas.

Neste sentido é interessante examinar de que forma alguns dos escritores portugueses dos séculos 16 e 17 explicitam as razões para a opção por um ou outro idioma. Entre os escritores portugueses que justificaram sua opção pelo castelhano (e ressaltando que forma poucos os que se sentiram impelidos a fazê-lo expressamente nas obras), a maior parte fará referência à universalidade deste idioma, que possibilitaria ampliar o público leitor. Diversas justificativas neste sentido foram registradas por Pilar Vasquez Cuesta<sup>12</sup>; nelas, a questão da universalidade é bastante clara. Nota-se um caráter pragmático, ou de conveniência do uso do castelhano; o autor que desejasse ver seus escritos atravessarem as fronteiras do reino – e, até, “*as fronteiras temporais*”, para Vasquez Cuesta – escrevia em castelhano, diante da noção de que as obras em português estavam envolvidas no risco de permanecerem obscuras, e dirigidas a um público local e limitado.

Além desta questão mais pragmática do *alcance de público*, é importante notar que a *universalidade* do castelhano (aspecto a ser mais desenvolvido em item a seguir) aparece

<sup>12</sup> Transcrevo algumas: em um relato de viagem publicado em 1610, anônima “*primero escribí estas relaciones en mi lengua materna portuguesa (...), y queriendo imprimir por licencia que ya para ello tenía mudé de parecer, obligado de la instancia y consejo de amigos, púselo en lengua castellana (...), juzgando que en esta lengua quedaba más comunicable y mi patria antes recibía sevicio que ofensa; no dudo que como va escrito en lengua no propria lleve el estilo y habla muchas impropiedades que tú, cándido lector, corregirás com tu prudencia y saber* (cf. Cuesta 1986:119, meu grifo)”. Bernarda Ferreira de Lacerda, autora portuguesa de *España Libertada*: “*Y tu mi patrio reino lusitano que de muchos de Europa eres corona, si por escribir esto en castellano he dejado tu lengua, me perdona; que es el origen de la historia hispano y quiero que mi musa, pues la entona, también a lo español vaya vestida para ser más vulgar e conocida* (cf. Cuesta 1986:114, meu grifo)”. D. António de Sousa Macedo, em *Flores de España, Excelências de Portugal* (1631): “*Y perdonad si, dejada la excelente lengua portuguesa, escribo en la castellana, porque como mi intento es pregonaros por el mundo todo, he usado por más universal esta y porque también los portugueses saben estas excelencias y así para ellos no es menester escribilas* (cf. Cuesta 1986:118)”.

muitas vezes ligada à certas características formais desta língua: a universalidade é conjugada à sua maior clareza ou facilidade, em comparação com o português. Isso fica evidente na segunda parte da justificativa de Bernarda Ferreira de Lacerda, registrada por Cuesta, e que reproduzo:

*Confieso de tu lengua que merece  
mejor lugar después de la latina  
com que en muchas palabras se parece  
y es como ella de toda historia dina,  
empero el ser tan buena la escurece,  
y así la estraña gente nunca atina  
com su pronunciación y sus dulces modos  
y la española es fácil para todos.<sup>13</sup>*

Ainda Bernarda Ferreira de Lacerda afirma, no prólogo às *Soledades de Bucaço* (*A las Religiosas carmelitas descalças del convento de San Alberto de Lisboa*), publicado em 1634:

*escribo en castellano por ser idioma claro, y casi comun; si desto me hicieren cargo mis Portugueses, conténtense com el original, de quien lo más que ofrezco en esta cópia á todos, es lo menos*<sup>14</sup>.

Lembremos, ainda a este respeito, Nunes de Lião:

*Os Castelhanos e os afeiçoados da sua língua se jactam que, por elegância e excelência dela, é comum a muitas nações que a entendem e falam como na mesma Espanha, em Itália e nos estados de Flandres, e ainda entre Mouros, que a têm por sua aljama, e que a portuguesa tem uns limites tão estreitos, que não passa da raia de Portugal, tomando daí argumento da melhoria de uma e menoscabo da outra.*<sup>15</sup>

É possível observar, assim, que no uso mais generalizado do castelhano, alguns portugueses passam a enxergar traços de superioridade deste idioma frente à língua materna; pode-se antever o desprestígio a que, lentamente, o português será relegado<sup>16</sup>. Entretanto, nem sempre as justificativas para o uso do castelhano explicitam uma

<sup>13</sup>cf. Cuesta 1986:114, meu grifo

<sup>14</sup> cf. Garcia Peres, 1890:221

<sup>15</sup> Lião, op.cit., meu grifo

superioridade deste idioma; às vezes, até, a própria complexidade da língua materna merece justificativas que acabam por glorificá-la. A língua portuguesa será tida como a mais próxima ao latim, a mais rica na sua variedade de pronúncia – mas, entretanto ou por isso mesmo, a *menos clara* das duas. Assim, é possível ver um mesmo autor a um tempo louvar a língua portuguesa e justificar o uso da castelhana – é o caso exemplar de Bernarda Ferreira de Lacerda, com dizer da língua portuguesa que *empero el ser tan buena la escurece*. A opção pelo castelhano pode portanto se revestir de uma justificativa ao mesmo tempo patriótica e pragmática.

Houve também, notavelmente, autores portugueses que julgassem necessário justificar o uso da língua materna em suas obras. É o caso deste exemplar trecho do *Prólogo* da *Monarquia Lusitana*, de Bernardo de Brito (1596):

*Alguns com zelo de amigos me aconselharão compuzesse esta Obra em lingua Latina, dizendo, que pera minha reputação, & pera se divulgar por mais partes convinha ser nesta forma: & quasi me tiverão abalado pera o fazer, se não considerara ser hum genero de imprudencia, á conta de ganhar fama com estrangeiros, perdela com os naturaes: & antepôr o proveito proprio ao gosto commum do povo, que não sabendo a lingua Latina, avia de permanecer na ignorancia, que teve de suas cousas té o tempo dagora.*

*Outros considerando a criação & uso, que tinha da lingua Castellhana, me dizião a compuzesse nella: pois além de se entender em todos os Reynos de Espanha, & muitos fora della, me livrava da grossaria, & ruim methodo de historiar da Portugueza. Mas como esta opinião era tão mal fundada, que nem sombra tinha de boa, nunca fiz rosto a quem ma persuadia. Vendo que a primeira razão me arguia de interesseiro, em pretender gasto da impressão; & a segunda de indigno de nome Portuguez, em ter tão pouco conhecimento da lingua propria, que a julgasse*

<sup>16</sup>E que transparece no seguinte trecho de Manuel de Galhegos registrado por Cuesta: “A língua portuguesa como não é hoje a que domina esqueceram-se dela os engenhos que com seus escritos a podiam enriquecer e autorizar; e quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português arrisca-se a parecer humilde; pois escreve numa língua cujas frases e cujas vozes se usam nas praças, o que não deixa de ser embaraçoso para a altiveza (...)”, cf. Cuesta 1986:121. Também ‘Gallegos’ (que escreveu em castelhano diversas obras poéticas de inspiração gongórica, entre as quais a mais conhecida é *Gigantomachia*, publicada em 1628) é elogiado por Lope de Vega no *Laurel de Apolo*, segundo Garcia Peres: “Quando en tu lyra, Lusitano Orico/ Manuel Gallegos, las batallas cantes/ De encelado y Tifeo, / No admire el alto premio tu desco: / Que alcanzarán con versos elegantes/ Estrellas por laureles tus Gigantes”. (L. Vega, *Silva 3a do Laurel de Apolo*, cf. Garcia Peres 1890:247).

por inferior á Castelhana: sendo tanto pelo contrario, que não ha lingua em Europa (tomada nos termos que hoje vemos) mais digna de se estimar pera Historia que a Portugueza. Pois ella entre as mais, he a que em menos palavras descobre móres conceitos, & a que com menos rodeos, & mais graves termos dá no ponto da verdade. E se como ella de si he grave, & natural pera narração verdadeira, a engrandecerão seus naturais com impressões & livros compostos nella; fora hoje tanto, & mais famosa que a Castelhana & Italiana. Mas carecendo deste bem, & tendo dentro em si filhos tão ingratos, que, a modo de venenosas víboras, lhe rasgão a reputação & credito devido, não he muito estar em tal opinião té o tempo dagora. E se alguma cousa me lastima, he vêr que a pouca noticia, que della tenho, me fará levar o estilo da Historia menos lustroso, do que pudera hir, sendo composto por quem fizera seu fundamento na elegancia & fermosura da pratica, mais que na verdade & certeza do que se conta. O que se não permite em homem, que professa nome de Historiador authenticico, & tem mais os olhos em apurar a verdade, que buscar invenções exquisitas, & frases elegantes com que pintar a Historia. Assi que se junto como os louvores, que dou á lingoa Portugueza, usar imperfeitamente de suas excellencias, desculpeme a razão apontada, & a profissão Monastica que sigo, na qual se exercita mais a goarda do silencio, que as elegancias, & trocados na pratica.<sup>17</sup>

Maria Leonor Buesco comenta esta “profissão de fé lingüística” lembrando a coragem e independência de Bernardo de Brito<sup>18</sup>.

Entretanto, é importante observar que o fato de ele julgar necessário explicar a opção pela própria língua materna é em si digno de nota.

Assim, houve, no período de bilingüismo, quem reagisse contra o uso do idioma do país vizinho – e algumas destas reações têm o sabor de libelos patrióticos. Caso célebre na defesa do idioma pátrio foi o poeta António Ferreira (1528-1569), mencionado por diversos historiadores como um dos poucos poetas quinhentistas que se recusa a escrever em castelhano (sem que se diga, entretanto, quais os outros<sup>19</sup>). O poeta não

<sup>17</sup> Brito, 1596:Prólogo

<sup>18</sup> Buesco, 1978:85:nota 45

<sup>19</sup> O secretário da Real Academia menciona outro autor português “rebelde”: “...casi la totalidad de los portugueses dignos de fama, si damos crédito á uno de sus mejores criticos contemporáneos, que hace del doctor Antonio Ferreira el elogio seguinte, ahrto doloroso para su patriotismo: ‘é o unico de nossos poetas antigos que nunca escreveo señaio en portuguez’. Por cierto que el Sr. D. Anotnio Romero Ortiz en su excelente libro La literatura portuguesa en el siglo XIX, advierte por vía de consolación al critico trastagano que ese caso no es el único excepcional que presenta su historia literaria, porque fueron dos los escritores portugueses rebeldes al castellano, el Ferreira ya citado y Fr. Agustin de la Cruz”.

apenas usa o idioma materno, mas insta outros a fazerem o mesmo, como no célebre poema *Floresça, fale, cante, ouça-se a portuguesa língua*<sup>20</sup>. Evidencia-se que Ferreira considera o uso do castelhano por seus contemporâneos antipatriótico – mesma noção que transparece no trecho de Brito acima transcrito.

Mas assim como observei quanto à “justificativa” de Brito, quero notar aqui que o destaque com que a historiografia portuguesa tratou o uso exclusivo do português em Ferreira, ou sua *fidelidade vernácula*, é em si revelador do quão generalizado estava o uso do castelhano entre os escritores portugueses. Neste ponto preciso lembrar as palavras do secretário da academia espanhola na introdução ao Catálogo de Garcia Peres: “*¿Dos auctores solos! ¿Qué más?*”

Desta forma, as justificativas para o uso do português, e a própria defesa do idioma, longe de questionar, reforçam sua situação de desprestígio em relação ao castelhano. A língua materna não deixará de ser louvada e defendida, em diferentes graus e com diferentes argumentos, que não questionam, necessariamente, o estatuto de universalidade do castelhano.

Assim, nas defesas do português, como nas justificativas para o uso do castelhano, podem-se reconhecer três tendências principais: a posição de *universalidade* do castelhano; em alguns casos, sua *maior clareza* – sendo que a maior complexidade do português pode, por sua vez, servir de subsídio para louvá-lo; em outros casos,

<sup>20</sup>Que é parte da “Carta a Pero de Andrade Caminha”, e que reproduzo aqui apud Bernardes, 1999: “*Mostraste-te tégora tão esquecido / meu Andrade, da terra, em que nasceste, / como se nela não foras nascido. / Esses teus doces versos, com que ergueste / teu claro nome tanto, e que inda erguer mais / se verá, a estranha gente os deste. / Porque o que com podia nobrecer tua terra / e tua língua lho roubaste, por ires / outra língua enriquecer? / Cuida melhor, que quanto mais honraste, / e em mais tivesse essa língua estrangeira, / tanto a esta tu ingrato te mostraste. / Volve pois, volve Andrade, da carreira, / que errada levas, (com tua paz o digo). / Alcançarás tua glória verdadeira. / Té quando contra nós, contra ti / inimigo te mostrarás? Obrigue-te a razão / <...> / Floresça, fale, cante, ouça-se e viva / a Portuguesa língua, e já onde for / Senhora vá de si, e soberba altiva. / Se téqui esteve baixa, e sem louvor, culpa é / dos que a mal exercitaram: / esquecimento nosso e desamor. / Mas tu farás, que os que a mal julgaram, / e inda as estranhas línguas mais desejam, / confessem cedo ant’ela quanto erraram. / E os que depois de nós vierem, vejam / quanto se trabalhou por seu porveito, / porque eles para os outros assim sejam. <...>*”

lamenta-se a característica de humildade ou vulgaridade do português, seja para justificar o uso do castelhano, seja para lamentar esta vulgaridade como fruto do pouco uso literário do português.

Estas reações *patrióticas* precisam ser analisadas com algum cuidado, para evitar uma potencial conclusão precipitada: a de que o uso do castelhano estaria intrinsecamente ligado a um anti-patriotismo, ou à *adesão* à dominação política castelhana. Será importante lembrar aqui que estas relações são menos diretas. No plano da política, a *castelhanização* da corte portuguesa de Avis, e mais tarde, a anexação do reino sob a regência dos Felipes, não passaram sem reação por parte dos portugueses a elas contemporâneos: são numerosos os escritos em reação ao domínio político do reino vizinho, tanto no território português, como em suas possessões ultramarinas. Ou seja: é evidente que o domínio político de Castela não contou com a adesão incondicional da classe política portuguesa como um todo, que dirá do povo português; atendeu, mais bem, aos interesses de certos grupos e certos movimentos históricos<sup>21</sup>. Aqui não será possível entrar nos detalhes políticos e sociais que cercam a subida ao trono de Felipe de Espanha em 1580, como consequência dos acontecimentos de Alcácer-Quibir; nem dos que explicam a restauração da monarquia em 1640 e a guerra que a sucede. O fato central que aqui nos interessa é lembrar que tratam-se de viradas controversas da história portuguesa, onde agiram forças sociais muitas vezes conflitantes; remeto fundamentalmente à avaliação cristalina de Fernand Braudel, que entre outros aspectos ressalta que a invasão espanhola em 1580 contou com a aquiescência das camadas superiores da população, e a revolta da população humilde<sup>22</sup>.

<sup>21</sup>Como analisam Cuesta, 1986, Novais, 1995.

<sup>22</sup> *“Las gentes humildes de las ciudades y el bajo clero regular oponíanse al español con una vehemencia que hacía temblar a los ricos y los poderosos. La hostilidad popular impedía a éstos traicionar a cara descubierta. De ahí los ademanes encubiertos de la ‘traición’, sus gestos hipócritas, sus falaces discursos, su retórica patriótica, sus prudentes intrigas. Este pueblo fue entregado al enemigo por sus dignatários, sus ricos y sus intelectuales”;* Braudel, 1949:710-711. Mais adiante ele enfatiza: *“Digámoslo una vez más: Portugal fue abandonado, entregado al invasor”*, Braudel, 1949:714.

Entretanto, a circulação do castelhano como língua de cultura em Portugal não pode ser ligada diretamente a uma adesão política ao reino vizinho<sup>23</sup>. O uso do castelhano não se confunde necessariamente com um compromisso político ou ideológico “adesista” uma vez que se trata de um fenômeno mais amplo que a situação política. Dois exemplos interessantes ilustram a relação complexa entre o uso do castelhano e a submissão ideológico-política ao reino vizinho.

O primeiro é a questão do uso do termo de *el-rei*:

*Aqui quero lembrar como em Portugal temos huma cousa alhea e com grande disonância onde menos se devia fazer, a qual é esta: que a este nome rey dámoslhe artigo castelhano chamando lhe elrey. Não lhe havíamos de chamar senam o rey, posto que alguns doces d’orelhas estranharão este meu parecer, se não bem olhar quanto nele vay. E com tudo, isto abasta para ser a minha melhor música que a destes: porque o nosso rey e senhor pois tem terra e mando, tenha também nome próprio e destino por si e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada, mas bem apartada. (Fernão de Oliveira, 1536)*

Não é surpreendente que o uso de *El Rey* para designar o rei de Portugal pareceu a Fernão de Oliveira um fato digno de nota; o que surpreende é apenas ele tocar este ponto. Não se trata de um uso eventual ou secundário, nem restrito a um período curto de tempo: *el-rei* é o termo generalizado para designar os reis de Portugal desde a idade média até o século 19, no reino e nas colônias<sup>24</sup>. Como entender que durante a maior parte da história, a designação do monarca português tenha sido realizada em um termo estrangeiro? Há duas possibilidades: ou isso significa que os portugueses, ao longo de todo este período de seis séculos, se viam sempre como subalternos dos castelhanos, ou – o que parece mais provável – isso mostra que o uso de termos e formas castelhanas não deve ser entendido *necessariamente* em um contexto de anti-patriotismo. Não fosse assim seria impossível entender porque os portugueses, mesmo

<sup>23</sup>Chama a atenção para este ponto importante Pilar Vasquez Cuesta: “(...) *muitos dos portugueses que escreveram em castelhano durante o período filipino não eram, ou pelo menos não se sentiam, partidários do domínio espanhol, pelo que têm de procurar álibis para um comportamento que estava em contradição com seu patriotismo*”; para ela, os álibis aparecem nas justificativas para o uso do castelhano (universalidade e clareza)

quando escrevem justamente sobre o assunto da autonomia política e da restauração dinástica, seguem chamando seus reis de *el-rei*, como por exemplo faz Vieira na sua *História do Futuro* (isto quando não escrevem diretamente em castelhano, como veremos). E ainda, que o próprio Fernão de Oliveira, embora proteste contra esta “*cousa alhea onde se menos deveria fazer*”, use ele mesmo apenas o termo *ElRey* ao longo da gramática.

Outra indicação da complexidade da relação entre bilingüismo e patriotismo pode ser o fato de que boa parte da literatura jurídica e militar escrita no momento da Restauração, em louvor à autonomia de Portugal, está escrita em castelhano. Já o introdutor do catálogo de Garcia Peres faz referência a isso:

*La misma bibliografía de la guerra de separación, que alcanza el último tercio del siglo XVII, es no poco abundante de obras escritas por los vencedores en la lengua de los vencidos (...).*

Exemplificam-no alguns panfletos autonomistas catalogados por Garcia Peres, como “*Sucesos vitoriosos del ejército del Alentejo y relación sumaria de lo que por mar y tierra obraron las Armas portuguesas contra Castilla em 1643*” (Lisboa, 1644) ou “*Relación verdadera y puntal de la famosa y memorable victoria que el ejército de Portugal (...) alcanzó del ejército del Rey de Castilla (...)*” (Lisboa, 1664). Pilar Vasquez Cuesta menciona também peças teatrais sobre o triunfo independentista sobre os castelhanos, como “*La mayor hazaña de Portugal*”, de Manuel Araújo de Castro, publicada em Lisboa em 1645; e

<sup>24</sup> Tomemos por exemplo os textos utilizados nesta pesquisa: naqueles escritos entre a primeira metade do século 16 e a segunda metade do século 18, a expressão el-rei é a única usada em referência ao rei de Portugal. O rei é utilizado em alguns textos, algumas vezes para designar outros reis (ex.: “*o rei de Achem*”, por Fernão Lopes); na maioria das vezes, em sentido mais generico (ex.: “*O rei é Cristo*”, por Vieira). O uso de o rei para fazer referência ao rei de Portugal aparece no corpus pela primeira vez no texto de André de Barros, escrito em 1746, em apenas uma ocorrência. Nos demais textos da segunda metade do 18, os usos oscilam; e el-rei ainda é mais generalizado que o rei. Será apenas nos textos escritos no final do século 18 e início do 19 que o rei será usado com mais frequência para designar o monarca português, mas ainda assim convivendo com el-rei (ex.: “*Acabamos agora de saber que El-Rei está doente*” e “*O Rei está em convalescência*”, ambos em Eça de Queirós) (cf. < <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>>)

lembra que o próprio rei restaurador, nove anos depois do fim da regência dual, escreve uma obra em castelhano (*Defensa de la Música Moderna*). A existência dos relatos militares em castelhano sobre as batalhas autonomistas, ou mesmo da literatura jurídica neste idioma, pode ser atribuída ao fato de estes relatos estarem dialogando com as obras "inimigas", dos castelhanos vencidos; as peças teatrais podem revelar que, mesmo após a restauração, a influência do castelhano fora tão profunda que "*já não se concebiam espetáculos em português*"<sup>25</sup>. De qualquer modo, isto me parece mostrar que o uso do castelhano não pode ser relacionado diretamente com uma postura "antipatriótica" do escritor. No entanto, as condições políticas podem explicar a situação crítica dos escritores portugueses – e será em finais do século 16 que o isolamento geográfico de Portugal aparece mais intensamente, com a perda da autonomia política. De fato, a grande parte da historiografia situa o bilingüismo entre os séculos 16 e 17, marcando como seu ápice o período de regência dual.

<sup>25</sup>Cuesta 1986:142

### 1.3. O contexto seiscentista

Em fins do século 16, dois processos simultâneos tornam avassaladora a influência cultural castelhana em Portugal: a submissão política a Castela a partir de 1580 ajuda a fazer o eixo da vida letrada portuguesa *virar para Madri*; e o reinado Filipino em Portugal coincide com o apogeu da literatura espanhola.

Já vimos no *Capítulo II* que M. Moisés toma a data de 1580 como duplamente simbólica, conjugando de um lado, o desaparecimento de D. Sebastião e a passagem da coroa para Castela; e de outro, a morte de Camões e a decadência da literatura em português<sup>26</sup>. De fato, a perda da autonomia política portuguesa costuma ser citada como fator importante para caracterizar as circunstâncias histórico-culturais desse período frequentemente chamado de decadente na historiografia da cultura portuguesa<sup>27</sup>, e que coincide com o início do *Siglo de Oro* da cultura espanhola.

Na historiografia, a centralidade da Espanha no Barroco é fato que não se abre a discussão – o que se pode melhor modular é a implicação e o significado desta centralidade. Há autores que interpretam a relação entre as letras portuguesas e as

<sup>26</sup>“Quando, em 1578, D. Sebastião desaparece em Alcácer-Quibir, era chegado o fim melancólico das grandezas arduamente conquistadas a partir da tomada de Ceuta (1415), através do caminho marítimo para as Índias (1498) da descoberta do Brasil (1500), e de outros cometimentos semelhantes. Indo para a regência do Cardeal D. Henrique, tio do malogrado rei, durante dois anos se debateu a magna questão sucessória, até que em 1580, Filipe II da Espanha, herdeiro mais próximo da Coroa, anexa Portugal a seus domínios. E ao longo de 60 anos, até 1640, dominou o Espanhol. No mesmo ano de 1580, falece em plena miséria o visionário cantor das glórias perdidas e o intuitivo que pressentira a perigosa situação de inconsciência coletiva. Luís Vaz de Camões: dois acontecimentos tragicamente simultâneos, a marcar o crepúsculo de um mundo e a manhã de outro. Termina a Renascença em Portugal, e principia a extensa época do Barroco, que se espalhará pelo século XVII, atingindo os meados do século XVIII’ (...). “Extenso mas não intenso lapso de tempo: na fileira de uma comoção geral, provocada pelo senhorio castelhano e pelo movimento europeu das idéias em torno da Reforma e da Contra-Reforma, a cultura portuguesa baixa de tom, vela-se, hiberna, envergonhada ou ensimesmada, a remoer pensamentos de revolta ou de misticismo, algumas vezes traduzidos em ação, coerente ou não’”. (Moisés, 1999:70, meus grifos)

<sup>27</sup>Já sobre meados do século 16, consideram Pires e Carvalho que “é um tempo marcado por um sentimento de decadência motivado pela perda da grandeza política e econômica alcançada em anos anteriores; decadência que se tornava cada vez mais evidente e que virá a culminar no desastre de Alcácer-Quibir e na conseqüente perda da independência nacional.” (Pires e Carvalho, 2001, meu grifo).

letras castelhanas neste período diretamente como uma *invasão* (M. Moisés) ou *submissão ao estrangeiro* (H. Cidade).

Sob outros pontos de vista, pode-se conceber a influência “espanhola” como incidente sobretudo no campo do *ideário* barroco. Adriano Carvalho e Maria Lucília Pires, por exemplo, ao investigar a reflexão teórica do barroco português, consideram central a importância da reflexão teórica vinda da Espanha. Os textos espanhóis, eles lembram, estabeleciam as normas e valores que iriam influenciar a literatura em português na época barroca em particular<sup>28</sup>. Figura centralmente entre as obras teóricas seiscentistas a “*Agudeza y Arte de ingenio*” de Baltasar Gracián, publicada em 1642, e que constituirá nas palavras de Pires e Carvalho “*a bíblia do conceptismo peninsular*”<sup>29</sup>, estabelecendo os parâmetros e técnicas modelares em que beberão os autores que seguem. Importa observar que a *influência espanhola*, neste sentido, não se dá apenas em Portugal, mas no universo letrado da Europa – além do universo estético de um modo geral, com o apogeu das demais formas de expressão barrocas (notadamente a pintura), ao longo do século 17.

Saliente-se que a concepção do mundo a que se convencionou chamar *barroca* está ligada a transformações importantes nas estruturas sociais; para Simão Gomes Jr, há o

<sup>28</sup>“A pesquisa de textos teóricos que exponham as idéias e valores literários da época revela-se de resultados bastante escassos, nomeadamente no período maneirista, pois são relativamente raros os textos desta natureza então produzidos em Portugal (Castro, 1973 e 1985; Almeida, 1998). Mas é necessário ter em conta a circulação em Portugal de textos teóricos e críticos italianos e, sobretudo, espanhóis; textos que estabeleciam normas, apontavam modelos, reflectiam valores que não podiam deixar de influir no universo literário português e de servir de fonte de informação para a maior parte da codificação literária da época Esta influência torna-se particularmente evidente em textos teóricos portugueses do período barroco.” (Pires e Carvalho, 2001:19, meus grifos). E mais adiante ressaltam os autores: “*Maneirismo e Barroco, períodos que ocupam dois séculos da nossa história literária, apresentam características muito diversas que permitem mesmo que a sua caracterização seja por vezes feita em termos antitéticos. Mas a viragem periodológica não se processa sob a forma de ruptura; é antes a história de uma evolução. Evolução que é sinónimo de graduais e profundas transformações decorrentes de factores socioculturais internos, mas também (e sobretudo) de lições teóricas e modelos literários recebidos de Espanha e Itália, duas referências sem as quais não se pode compreender a nossa literatura desta época*”. (Pires e Carvalho, 2001:21, meu grifo)

<sup>29</sup>“... uma obra que é exposição das técnicas de construção do discurso engenhoso e apresentação de textos considerados modelares na mobilização desses processos”. Pires e Carvalho, 2001:21

que se pode chamar de um Estado Barroco, cujo núcleo se caracterizaria por uma cultura fundamentalmente espanhola (“Na Espanha, bastião da ortodoxia católica, os combates têm uma expressão mais velada: aparentemente, só há uma forma de pensar. No entanto, quase tudo está lá...”)<sup>30</sup>. Isto tem uma conseqüência imediata, que é como vimos o fato de que a reflexão teórica e os modelos culturais emanam da Espanha. E tem também uma conseqüência “historiográfica”, por assim dizer – e que já vimos mais acima, na avaliação do barroco como “novidade estrangeira”. É muito interessante notar que para Simão Gomes Jr., os estudos sobre o barroco tardam a aparecer em Portugal “em razão de um viés de sua história nacional – o fato de a coroa portuguesa ter sido incorporada pela Casa de Áustria entre 1580 e 1640, época de ouro da grande cultura barroca dos vizinhos espanhóis – quase tudo o que dizia respeito ao barroco era visto pelo ângulo do patriotismo aviltado pelo dominador estrangeiro”.

A importância do fato político da regência dual para a compreensão de uma época literária pode ser portanto ser abordada em múltiplas dimensões. Aqui importa lembrar que a relação estreita entre as literaturas da Península vem de muito antes de 1580, e não se desmancha com a última batalha autonomista em 1668. A perspectiva que tomarei aqui como relevante, na relação entre o domínio político castelhano e a força cultural do barroco, é que estes fatores entrelaçados se constituem um alimento da profunda crise de identidade que cerca Portugal ao longo do século 17. Defenderei que

<sup>30</sup> “Uma cena cultural em que estão presentes inúmeras forças antagônicas, representadas por indivíduos e grupos altamente inquietos, partidários ativos de inúmeras idéias que fazem a riqueza intelectual da Europa no século XVI. Século que libera uma enorme potência de vontades intelectuais, políticas, artísticas. Época de reforma no sentido amplo do termo, pois a Contra-Reforma é também a reforma do catolicismo, e não apenas algo reativo ou reacionário; época de transformações no Estado; de mudanças na composição e na estrutura das classes sociais; época em que a 'quarta parte' do mundo é posta em interação com a Europa. E toda essa energia sendo pressionada para ser contida pela nova forma da monarquia, pelas duas Igrejas e todas as suas subdivisões, pelas velhas e novas classes no poder, ou em disputa por ele. (...) Cultura que quer persuadir, ensinar, convencer e tornar atico o público, derrotar o adversário; mas que secretamente não se ilude com sua força; e, enquanto torna mais rígidos os seus princípios formais e morais, cede ao deleite, à pulsão, busca a evasão do tempo, perde-se na prazerosa minúcia. Crê com veemência e ao mesmo tempo é atravessada pelo desengano” (Gomes JR, 1998:264).

esta crise é um aspecto importante para compreendermos a produção escrita em português do período, como pode ser bem exemplificado pelo problema da *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo, e o problema do *estilo cortês e discreto*.

Aqui resta dizer que nas mais diversas interpretações da historiografia, é consensual que o uso literário do castelhano em Portugal terminará apenas com a saída de cena dos últimos escritores seiscentistas. Para Teyssier, como já citei, o bilingüismo só desaparecerá com os últimos representantes da geração de escritores formada antes de 1640 (Teyssier 1997:37). Maria Leonor Buesco salienta que o conflito gerado pelo bilingüismo literário para a reflexão gramatical portuguesa se estende até o século 18<sup>31</sup>; também Pilar Vasquez Cuesta observa que o peso do castelhano como língua de cultura privilegiada só acaba nos 1700 com o declínio do barroco e o advento da estética neoclássica (passando o eixo da influência cultural da Espanha para França, em Portugal como em toda Europa)<sup>32</sup>.

De fato, a continuidade da força do castelhano em terras portuguesas, para além dos acontecimentos políticos, segue o processo de declínio da importância cultural espanhola na Europa de uma maneira mais geral. É interessante lembrar que a centralidade da Espanha na esfera estética-cultural não coincide exatamente com sua hegemonia política-econômica – ao contrário, sobrevive a ela; nas palavras de S. Gomes Jr, “*Enquanto o império se esvaia, a Espanha inundava a Europa de letras*”<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> “... vai estender-se até ao século seguinte para encontrar solução no triunfo setecentista do português, libertado da influência direta castelhana e buscando a égide e o sustentáculo da francesa.” (Buesco, 1984:74)

<sup>32</sup> “No caso que nos ocupa, o castelhano – já não como língua A, mas como língua estrangeira privilegiada – continuará a ter um grande peso na cultura de Portugal até que no século XVIII o substitua o Francês, ao mesmo tempo que ao gosto barroco sucede a estética neoclássica.” (Cuesta 1986:143)

<sup>33</sup> “Mesmo na época em que o império espanhol já mostrava visíveis sinais de decadência, essa influência permanecia forte. O apogeu da influência espanhola sobre a Europa não coincide com o apogeu do império. (...). Enquanto o império se esvaia, a Espanha inundava a Europa de letras. O que mostra que o ócio e a depressão também podem ser companheiros das boas letras.” (Gomes JR, 1998:264)

Nessa perspectiva, o declínio do bilingüismo literário – e portanto, do período de maior influência das letras castelhanas em Portugal – parece melhor compreendido como uma função do declínio do barroco espanhol, e das transformações culturais no país, entendidas em um contexto mais amplo que a dominação política. Apesar da Restauração da coroa portuguesa datar de 1640 (sendo reconhecida universalmente em 1668, com o fim da guerra autonomista), será apenas no decorrer da primeira metade do século 18 que se pode falar em transformações históricas profundas em Portugal: o início da exploração do ouro no Brasil marca o início de um novo ciclo econômico e do fortalecimento do absolutismo régio<sup>34</sup>. Modifica-se neste contexto a cultura letrada; sai de cena o espírito barroco, e com ele, declina a ascendência cultural da Espanha em Portugal. A seguir, vamos examinar os desdobramentos linguísticos deste contexto.

Para encerrar esta seção, segue uma lista dos autores do nosso corpus de pesquisa citados no *Catálogo* de Garcia Peres como autores bilíngües. Tomando à parte o caso de Manuel de Melo (pois sendo ele natural nos dois idiomas, trata-se neste caso de um bilingüismo de fato biográfico e não apenas literário), ainda Maria do Céu é autora que se pode considerar efetivamente bilíngüe (sua única obra em português é a que temos no Corpus); outros autores que escreveram em castelhano, como Luis de Sousa, Vieira, e Brochado.

<sup>34</sup> Nesse aspecto, remeto sobretudo a Novais, 1995

**Quadro IV: Bibliografia de autores do Corpus em castelhano  
(obras citadas no Catálogo de Garcia Peres, de 1890)**

**Luis de Sousa:**

*El Padre Del Antechristo*, peça teatral, citada sem data (Peres 603)

**Rodríguez Lobo:**

*La jornada del Rey D. Filipe III a Portugal* (1623);

*Auto del nacimiento de Cristo y edicto del Emperador César Augusto* (1676).

**Francisco Manuel de Melo:**

*Demonstración que por el reino de Portugal agora ofrece el Dr. Jerónimo de Santa Cruz a todos los reinos y provincias de Europa en pruebe de la declaración por el mismo autor y por el mismo reino* (1644);

*Eco político responde en Portugal a la voz de Castilla e satisface a un papel anónimo ofrecido al Rey D. Felipe IV sobre los intereses de la Corona lusitana* (1645);

*História de los movimientos y separación de Cataluña* (1645);

*Manifiesto de Portugal* (1647);

biografia de S. Francisco de Assis (1647);

biografia de Santo Agostinho (1649);

*Obras morales* (1664);

*De burlas hace amor veras* (1939);

*El laberinto de amor* (?);

*Los Secretos bien guardados* (?);

*El dómine Lucas* (?);

*La vida de Don Establo* (?);

*Obras métricas* (reúne sua produção lírica integralmente, com obras escritas a partir de 1628. Das nove partes, apenas as Segundas três musas do Melodino foi escrita em português) (1665) ;

*D. Teodósio II* (escrito em castelhano e traduzido pelo próprio autor para o português) (1944) .

**Antonio Vieira:**

*Las cinco piedras de la Honda de David em cinco discursos Morales, predicados á la Sereníssima Reina de Suécia Christina Alejandra em lengua italiana por el Pe Antonio Vieira y traducidos em lengua castellana por el mismo Autor*, editado em Madri em 1676, em 4º, 1 tomo. Peres (570)

*Apologia. Carta que el Pe Antonio Vieira Monopanto escribió al Pe Jacome Iguasifyo, Provincial de la provincia de Andalucía de la Compañia de Jesus em la qual se da noticia y respuesta de muchas y gravísimas afrontas, que contra él escribió um Religioso dominico com el fingido nombre de Escotto patavino*, 1686, em 4º, 68 páginas.

*Poesias á la infanta Doña Isabel cuando dió muerte a um javali*, citadas sem data por Garcia Peres segundo o catálogo da biblioteca pública de Évora (606)

**José da Cunha Brochado**

*Poesias*, citadas sem data por Garcia Peres segundo o catálogo da biblioteca pública de Évora (607)

**Maria do Céu:**

*La vida de Santa Catharina* (1715), que inclui também os sonetos *Mayor fineza de Amor; Amor y fé; Las lagrimas de Roma; En la cara va la fecha; Perguntarlo á las estrellas; En la mas oscura noche* ;

*Triunfo do Rosario* (1740) com título em português, e autos em castelhano: *La flor de las finezas; Rosal de Maria; Perla y Rosal; Las rosas con las espigas; Três redenciones del hombre* [Garcia Peres:114-15]

## 2. Desdobramentos lingüísticos

### 2.1 O bilingüismo na historiografia da língua Portuguesa

Se o bilingüismo literário em si é pouco estudado, mais raro será encontrar referências na historiografia da língua portuguesa sobre as possíveis conseqüências da impregnação lingüística castelhana. Uma exceção é Paul Teyssier, para quem “É impossível que os dois séculos e meio de bilingüismo luso-espanhol (da metade do século XV ao fim do século XVIII) não tenham tido efeitos na língua”<sup>35</sup>; mas embora ele mesmo saliente algumas influências “indubitáveis” do castelhano<sup>36</sup>, estas são principalmente empréstimos lexicais, sobre os quais é preciso reconhecer que não representam evidência de uma influência mais profunda sobre a estrutura da língua. O mesmo autor o reconhece, ao observar que “Digno de particular realce é o facto de não ter sido a fonética portuguesa em nada influenciada pelos dois séculos e meio de bilingüismo luso- espanhol”<sup>37</sup>.

<sup>35</sup>“É impossível que os dois séculos e meio de bilingüismo luso-espanhol (da metade do século XV ao fim do século XVIII) não tenham tido efeitos na língua. Difícil é, porém, precisar estes efeitos. O bilingüismo luso-espanhol tem sido pouco estudado, tanto em Portugal como na Espanha. O que até hoje mais chamou a atenção dos filólogos foi a contaminação do espanhol pelo português falado ou escrito por portugueses bilingües. Havia um “castelhano de Portugal”, no qual o lusismo se insinuava de mil maneiras. Em contrapartida, a influência que o espanhol pode ter tido no português na época do bilingüismo é quase desconhecida”. (Teyssier, 1982:71, meu grifo).

<sup>36</sup>“O emprego muito difundido do “a pessoal” em português clássico (“a funda de David derrubou ao gigante”, António Vieira, século XVII) é, sem dúvida, um efeito da impregnação espanhola. Mas os exemplos mais claros pertencem ao vocabulário: por exemplo, a velha palavra portuguesa castelão foi substituída por castelhano (espanhol castellano); paralelamente a cavaleiro, o português tem hoje cavalheiro, tomado ao espanhol (cavallero, hoje caballero) no sentido de “senhor”, “homem fino, de boa educação”; mais tardiamente, fronte será substituído por frente; a cidade de Badalhouce tornou-se, muito cedo, Badajoz, à espanhola; barruntar, bobo, congoxa, gana, granizo, introduzidas na mesma época, estão mais ou menos enraizados na língua” (Teyssier, 1982:71).

<sup>37</sup>“No nível das unidades distintivas (os fonemas), a evolução do português (...) seguiu um ritmo próprio que parece totalmente independente das divisões cronológicas da história política ou da história literária. Digno de particular realce é o facto de não ter sido a fonética portuguesa em nada influenciada pelos dois séculos e meio de bilingüismo luso- espanhol. No momento em que a língua espanhola passava por uma verdadeira “revolução fonética” (séculos XVI e XVII), o português seguia a sua própria deriva, que o conduziria numa direcção completamente diferente”. (Teyssier, 1982)

Como explicar esta independência dos caminhos trilhados pela língua portuguesa, no plano estritamente lingüístico, frente à importância que atribuo, aqui, ao prestígio literário do castelhano em Portugal?

Neste sentido é crucial notar que não há registros de que o castelhano tenha passado a ser falado em Portugal em detrimento da língua portuguesa. Há, é verdade, indicações de ter sido o castelhano o idioma *de moda* da corte em Lisboa – mas isto não significa que a população em geral tenha substituído a língua materna em sua fala. Assim entendo a relevância da observação de Paul Tessier: *“No nível das unidades distintivas (os fonemas), a evolução do português (...) seguiu um ritmo próprio que parece totalmente independente das divisões cronológicas da história política ou da história literária”* (op.cit).

Aceitando a descrição de Pilar Vasquez Cuesta para distribuição de funções entre as duas línguas, o português teria assumido, durante o período do ápice do bilingüismo, o estatuto de língua oral semelhante ao que assumem o catalão, o galego, e outras línguas faladas na Espanha. Para ela, caso Portugal fosse “totalmente assimilado” pela Espanha, o castelhano teria tomado o lugar do português em seu próprio território enquanto língua nacional e literária – como se passou no restante da Espanha<sup>38</sup>. Ora: isso não quer dizer necessariamente que a língua falada pelos portugueses viesse a se transformar na direção do castelhano.

Ao lançar um olhar de relance no desenvolvimento do domínio castelhano no restante da Península, será possível compreender que os maiores *riscos* enfrentados remetem à escrita em português depois do século 16.

O bilingüismo literário em Portugal desenvolve-se como conformação a uma ordem geral na qual o uso do castelhano na escrita foi conveniente e inevitável para os naturais

---

<sup>38</sup>“arrastado durante um período de tempo mais ou menos longo, o bilingüismo diglósico teria terminado por desembocar num monolingüismo: português se – como se passou – Portugal recuperasse a sua independência, castelhano se fosse totalmente assimilado e se convertesse, não só administrativa como cultural e vivencialmente, em província espanhola.” (Cuesta 1986:123).

de todos os reinos ibéricos. O compartilhamento das tradições literárias ibéricas medievais forma o universo com base no qual seriam construídos os recortes das “literaturas nacionais” a serem firmadas no início da Idade Moderna. Esta construção sela o destino dos diferentes vernáculos usados nas diferentes regiões da Península, separando de um lado as “*línguas literárias*” e mais tarde, *Nacionais*, e de outro lado os “*dialetos orais*”.

A delimitação envolveu processos históricos nos quais alguns dos vernáculos ibéricos tiveram preponderância sobre os demais, e desenvolveu-se, a partir de fins do século 15, como primazia da escrita castelhana. O início do século 16 significará o alargamento do poderio político do Reino de Castela; neste período, esta escrita irá se sobrepor à escrita de todos os demais idiomas falados na Península. Isto se dá em diferentes etapas, de acordo com as relações de força em cada região. Nos reinos da Galiza e da Catalunha, a primazia castelhana resultará na interrupção prolongada da escrita em galego e catalão.

Crucialmente, o bilingüismo catalão e galego não significou o desaparecimento da língua oral nestas regiões, mas interrompeu por séculos a literatura nestes idiomas. Como defende P.V. Cuesta, o risco para a língua portuguesa foi semelhante no período imediatamente posterior à Idade Média. O principal fato que parece importante lembrar, neste sentido, é que tanto o galego como o catalão sofreram violentamente pela preponderância castelhana a partir da anexação dos territórios nacionais (a Galiza no século XIV, a Catalunha no final do século XV), e que este impacto se dá primeiramente na esfera literária.

Quanto ao catalão, Rodolfo Ilari lembra que o primeiro sinal da dominação lingüística castelhana na Catalunha foi o abandono da literatura em catalão, já na virada dos séculos 15 e 16; o catalão seguirá como língua falada, mas só o século 20 verá sua

revitalização na esfera literária<sup>39</sup>. Entretanto, a situação mais aguda (política, cultural e lingüisticamente) foi sem dúvida a da Galiza. A absorção espanhola, e o desaparecimento do galego como língua literária, tem reflexos agudos na concepção do idioma galego como língua autônoma. Sem a âncora dos *livros e domínio próprios*, o galego chega a perder sua fronteira lingüística, como lembra Ivo Castro; e é como resultado de um trabalho de reconstrução levado a cabo já no século 20 que a distinção volta a ser reconhecida<sup>40</sup>. Voltaremos ao caso do galego mais adiante, pela relevância da comparação no que tange a formação da escrita portuguesa.

A situação em Portugal seria assim comparável, mas naturalmente não idêntica às demais partes da *Espanha*. Em Portugal, a primazia da escrita castelhana terá que conviver com a insistência de alguns homens de letras na continuidade da escrita em português. Para explicar a diferença entre a situação portuguesa e a dos demais falares ibéricos, pode-se argumentar que esta insistência, traduzida na riqueza da literatura portuguesa quinhentista, funcionou como uma das principais barreiras a segurar a autonomia da língua contra o domínio castelhana (Ilari, 1992); ou lembrar o maior

<sup>39</sup>Nos séculos XIV e XV a literatura catalã atingiu seu apogeu, mas em 1479 o Reino Aragonês se fundiu com Castela, e os escritores dos séculos seguintes acabaram por adotar como norma literária o castelhana. Depois de uma importante retomada no período romântico (o escritor mais célebre é o poeta e religioso Jacinto Verdaguer), o catalão – que obviamente continuou existindo como língua falada – tem sido objeto de um paciente trabalho de estudo e standardização por parte dos filólogos e tem sido utilizado como veículo de uma produção escrita voltada para os mais variados campos de atividade. Colocado sob suspeição pelo regime franquista, que via em seu uso o risco de um impulso autonomístico, o catalão recuperou hoje toda a sua vitalidade, mesmo que a absoluta maioria de seus falantes domine o castelhana (Ilari, 1992:22).

<sup>40</sup>No plano político, o fim da Idade Média significa para a Galiza a perda de todo o poder autônomo e uma subordinação crescente ao poder central, assumido pela coroa de Castela. No Plano lingüístico, '(...) A partir da época renascentista, mentre outras línguas românicas se ven fortalecidas e estandarizadas como linguas dun estado, o galego perde toda relación coa cultura escrita e vai quedando relegado ó uso oral, nos ámbitos rural e familiar' (Colectivo Seitura, 1995:22) (...). Embora a grande maioria da população galega continuasse a usar o galego na sua vida quotidiana, era obrigada a usar o castelhana nas suas relações com o poder económico, político, religioso e cultural. Por isso, as influências castelhanas fizeram-se sentir cada vez mais na língua falada. Como língua literária, o galego desapareceu praticamente, a ponto de ser necessário, durante o século XVIII, defender o surpreendente ponto de vista de que o galego não era um dialecto do castelhana, mas tivera origem autónoma, e pelo menos à partida, equivalente ao castelhana. (Castro, 1991:36-37).

alcance geográfico do português, graças aos domínios ultramarinos do reino; ou ainda, o fato de a anexação territorial neste caso ter se dado mais tardiamente (e principalmente, depois do advento da imprensa e das primeiras gramáticas). São fatores que teriam oferecido robustez à literatura na língua, prevenindo o destino semelhante ao das demais línguas literárias da Península.

O peso da cultura e da língua castelhana, sob a manta do poder político espanhol, ameaçou portanto a língua portuguesa de sucumbir à homogeneização lingüística da Península que atingiu profundamente os demais vernáculos espanhóis – ameaça, entretanto, não efetivada ao fim e ao cabo. O português escapa deste *destino peninsular* e se desenvolve como um dos idiomas europeus mais difundidos.

Para a discussão que proponho, resta ressaltar apenas que este desfecho não era necessariamente previsível para os homens de letras portugueses entre os séculos 16 e 17.

Por um lado, se é verdade que o domínio castelhano tenha terminado depois de sessenta anos, precisamos lembrar que o horizonte da última geração quinhentista e das primeiras gerações seiscentistas não indicava o fim da dominação por Castela. Ao contrário; no contexto geopolítico da Europa na época, a hegemonia castelhana estava em seu auge, e a restauração portuguesa é que se configura um fato político surpreendente.

Será assim compreensível que neste período final do compartilhamento das tradições escritas, a pressão na esfera cultural e sobretudo literária representada pelo o domínio lingüístico castelhano é comparável ao processo que veio a transformar os demais idiomas da península em “dialetos orais”.

Além disso, notemos que este período mais agudo da preponderância do castelhano sobre o português localiza-se em pleno *processo* da revolução representada pelas primeiras impressões de livros e sistematizações gramaticais. Os anos de anexação a

Castela – tempo do bilingüismo mais deflagrado, e da mais escassa produção impressa em português – são um espaço de tempo curto, mas não um espaço de tempo qualquer: pode-se identificar este período como um ponto de inflexão em que diferentes vernáculos ou se juntaram ao grupo das *Línguas Européias*, ou terminaram relegados à condição de *dialetos regionais*<sup>41</sup>. Lembremos o caso do catalão: a despeito do vigor da literatura neste idioma ao longo da Idade Média (e que teve seu apogeu nos 1400, não muito antes das transformações tecnológicas e filosóficas que aqui mencionamos), o catalão não figura no mapa das Línguas de cultura da Idade Moderna.

Assim, as contingências históricas não significaram o fim do português como língua literária, nem mesmo sua interrupção completa; no entanto, construíram uma esfera de influência poderosa que determinou um sentido para os horizontes modelares da literatura escrita em português no período áureo da literatura em castelhano, como veremos a seguir.

<sup>41</sup>Elizabeth Eisenstein lembra que neste período, “A imprensa ‘preservou e codificou, por vezes chegou mesmo a criar’, alguns idiomas. Sua ausência entre pequenos grupos linguísticos, durante o século XVI, ‘levou comprovadamente’ ao desaparecimento ou exclusão de seus idiomas vernáculos do domínio da literatura. Sua presença no interior de outros grupos, no mesmo século, assegurou a possibilidade de reavivamentos intermitentes ou contínua expansão. Havendo fortificado as paredes linguísticas que separavam grupos distintos, os impressores mais tarde tornaram homogêneo tudo o que se encontrava no interior dessas paredes, eliminando pequenas diferenças, padronizando o idioma para milhões de escritores e leitores, conferindo papel periférico aos dialetos provinciais. A preservação de uma determinada língua literária dependeu frequentemente de que, no século XVI, tivessem ou não sido impressos em vernáculo na região (sob os auspícios nacionais ou estrangeiros) algumas cartilhas, catecismos e bíblias. Em caso afirmativo, ocorria a subsequente expansão de uma cultura literária ‘nacional’ separada. Quando não foi esse o caso, desaparecia um dos pré-requisitos para que brotasse a consciência nacional; e o dialeto falado manteve seu carácter local” (Eisenstein, 1998).

## 2.2 Idéias da língua portuguesa nos 1600

*“Antiga nobreza i saber  
da nossa gente i terra da Espanha:  
cuja sempre melhor parte foi Portugal”.*

*Fernão de Oliveira, 1532  
primeira frase  
da primeira gramática do português*

A apologia da língua portuguesa nas primeiras gramáticas editadas ao longo dos 1500 tem sido compreendida como evidência da afirmação do português como língua de escrita, no contexto do Renascimento e da afirmação dos romances escritos em geral. Entretanto, aqui interpretarei as apologias da língua portuguesa na reflexão gramatical de forma oposta.

Antes de tudo, é de se notar que só necessita de apologia o que se encontra ameaçado. Encontro no trabalho de Maria Leonor Buesco fundamentos sólidos para esta perspectiva. Para ela, os *louvores à língua materna* registradas nos tratados quinhentistas só podem ser bem compreendidas no contexto da ameaça que o prestígio da língua castelhana representou para a afirmação do português como língua de escrita<sup>42</sup>. João de Barros e Magalhães de Gandavo respondem, em suas defesas do português, à ameaça representada pelo castelhano como língua literária e de cultura em Portugal; e como destaca Buesco, os dois são neste combate “*paladinos*” quase solitários.

A aparente contradição entre a apologia da língua portuguesa nas gramáticas quinhentistas pode ser compreendida, portanto, no mesmo sentido em que compreendemos as defesas do uso literário do português por António Ferreira e Bernardo de Brito: não constituem negações da importância do prestígio do castelhano

---

<sup>42</sup>“Vem em primeiro lugar a castelhana como a mais perigosa rival do português, obstáculo para o prestígio a que queriam vê-la alcançar os grandes paladinos quinhentistas da língua.” (Buesco 1984:73)

em Portugal nos 1500 e 1600, mas antes reações sintomáticas a ela.

Leonor Buesco salienta que Gandavo e Barros se inserem na dupla articulação envolvida na *questão da língua* em Portugal (a legitimação perante o latim e o castelhano, como veremos melhor a seguir) cada um a sua maneira. Em Barros, a defesa frente ao castelhano tem um estatuto dúbio, e é sobrepujada pela garantia da filiação ao latim<sup>43</sup>. Exemplifica a perspectiva de Barros o seguinte trecho do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, incluído na *Gramatica* de 1532:

*“P(ái) – [A língua portuguesa é ] Á que se máis confórma com a latina, assi em vocábulos, como na ortografia. E nésta páрте, muita vantajem tem a italiana e espanhól à francesa, e, déstas duas, â que se escreve como se fála, e que menos consoantes léva perdidas. E, nesta ortografia, a espanhól vence a italiana; e máis, tem antre si os genoeses, que nam é terra da tramontana nem transalpina (como eles dizem), mas ~ua páрте da frol de Itália, os quâes, de bárbora, nam pôdem escrever sua linguágem, e ô que escrevem é em toscano, ou em latim corruto.*

*F(ilho) - Pois muitos dizem que a língua espanhól é desfaleçida de vocábulos, e que, quanta vantáge tem a italiana à castelhana, tanto exçéde ésta a portuguesa, e que em seu respeito se pôde chamar elegante.*

*P(ái)- Certo é que a língua castelhana muito melhór é que o vasconço de Biscáia e o çeçeár çigano de Sevilha, as quâes nam se pôdem escrever. Mas, quem [h]louvér de julgár éstas linguágens, [h]lá de saber d’ambas tanto, que entenda os defeitos e perfeições de cada ~ua.*

*Que se pôde desejar na língua portuguesa que éla [não] tenha? Conformidáde com a latina? Nestes vérsos, feitos em louvor da nóssa pátria, se pôde ver quanta tem, porque assi sam portugueses, que ôs entende o português, e tam latinos, que ôs nam estranhará quem soubér a língua latina (...).” (Barros, 1532)*

Se no *Diálogo* de Barros, como coloca Buesco, “*sente-se*” a sombra do castelhano, no *Dialogo em defesa da lingua portuguesa* de Gandavo, incluído nas *Regras que ensinam a*

<sup>43</sup>“embora raras vezes Barros se refira concretamente à língua castelhana, cujo prestígio como língua literária e de cultura foi crescente até meados do século XVII, sente-se que é, principalmente, visando essa rivalidade perigosa para o desenvolvimento da língua portuguesa que Barros constrói a apologia contida no Diálogo. Essa rivalidade era tanto mais aguda quanto os portugueses, incluindo Barros, tinham consciência da semelhança e quase identidade das duas línguas.(...) Por conseguinte, embora difusamente, a atitude de Barros insere-se no conflito dos humanistas portugueses do século XVI, em relação ao bilingüismo literário” (Buesco, 1984:73-74, meu grifo)

*maneira de escrever a orthographia da língua portuguesa* de 1574, o pêndulo se atrai definitivamente para a rivalidade com o vernáculo vizinho, o que pode ser explicado pela “*agudização*” da oposição entre as duas culturas no contexto da crise política em Portugal, entre a publicação das duas obras – como salienta Leonor Buesco.

O *Dialogo* de Gandavo é composto na forma de uma conversa em que o português Petronio provoca o castelhano Falencio a concordar que a língua portuguesa não merece a fama de *rude* e *tosca*. A discussão entre Falencio e Petronio pode nos dar a dimensão do contexto em que se desenrola o bilingüismo literário ao longo de fins dos 1500 e em todo o século 17. O *Diálogo* encontra-se reproduzido na íntegra, a partir de edição fac-similar, no *Anexo* digital à tese.

Em contraste com a maioria das interpretações sobre a relação entre o português e o castelhano no âmbito literário como uma “roupagem estilística” para a lírica quinhentista, Pilar Vasquez Cuesta conceitua o bilingüismo literário em Portugal como um estado de “diglossia conflitiva”. A leitura do *Diálogo* de Gandavo reforça esta abordagem, mostrando o estatuto do português como língua de pouco prestígio frente ao castelhano.

Do debate entre Falencio e Petronio, ressaltarei aqui, entre os muitos aspectos que se poderia abordar, a importância da comparação das formas das duas línguas frente ao latim. A rivalidade dos personagens, e a defesa de Petrônio, se dá na contraposição das duas línguas, e no apoio da proximidade com o latim; e nisto o diálogo traduz a essência do debate mais geral registrado na reflexão lingüística da época.

Na seção final a seguir, vamos ver que no contexto bilingue, e frente à “Questão da Língua” em Portugal, é possível defender a relevância de uma propriedade *neurta* na escrita que se mantém em português.

### 3. A hipótese da escrita *neutra* do Português no contexto Ibérico

#### 3.1 A “questão da língua” e a construção da ortografia portuguesa

Para contextualizar a discussão desta seção sobre a reflexão gramatical dos 1500-1600 e o problema do padrão *Ibérico*, remeto de início a uma observação extremamente interessante de Vasquez Corredoira<sup>44</sup>:

*As gramáticas renascentistas, tem-se dito inúmeras vezes, são consequência e instrumento de um ideal expansivo tanto funcional como espacial. Menos se tem notado o seu papel na marcação da fronteira. Face ao continuum dialectal da oralidade, impreciso, de transições insensíveis, a codificação da língua ligada ao centro de poder, impondo limites certos, define um espaço (...). Significativamente, as primeiras gramáticas vulgares são contemporâneas ao desenvolvimento dos estudos cartográficos e ao traçado de uma linha de alfândegas a determinarem exactamente as fronteiras entre os reinos*

É o idioma originalmente falado em *Castela* que servirá de “padrão”, no sentido estrito do termo, para “medir” tanto a homogeneidade quanto a diferenciação lingüística na Península. Quando os gramáticos portugueses constroem a ortografia portuguesa, no tortuoso caminho que levou mais de três séculos para ser completado, trabalham simbolicamente no sentido de delimitar a língua em relação ao espaço maior do castelhano.

Atualmente, no plano das línguas escritas, a individualidade das duas principais línguas nacionais da Península pode apoiar-se no arcabouço de suas tradições literárias; no plano das variedades dialetais, a distinção pode se beneficiar do desenvolvimento dos estudos lingüísticos, em especial os dialetais. De todo modo, a diferenciação no

<sup>44</sup>Corredoira,(1998:33, meu grifo).

plano estrutural entre a língua portuguesa e a castelhana não aparece, hoje, como um problema candente para a lingüística<sup>45</sup>.

O mesmo não se aplica ao contexto das primeiras obras de reflexão gramatical sobre o português, nas quais a relação com o idioma vizinho configura um problema central – lembremos que para Buesco, “*Essa rivalidade era tanto mais aguda quanto os portugueses, incluindo Barros, tinham consciência da semelhança e quase identidade das duas línguas (op.cit.)*”. Lembremos ainda a observação de Mayans i Siscar, já no século 18: “... *si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano (Mayans i Siscar, 1730:81)*”. Nos compêndios renascentistas e seiscentistas, nem todos os gramáticos fazem menção às características hoje consideradas diferenciadoras dos dialetos portugueses (supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos, como em *dian*te vs. *delante*, e manutenção das vogais breves latinas sem ditongação, como em *bem* vs. *bien*); em contraste, outras diferenças por eles apontadas não constam da lista atual<sup>46</sup>.

Fernando Corredoira mostra que as avaliações e propostas de grafia para o português não se podem conceituar como uma questão “técnica”, mas sim remete a diferentes respostas a uma dinâmica complexa, tal seja, a importância da própria definição da língua portuguesa em contraposição à castelhana. Pois as referências ao castelhano fazem parte da própria construção das fronteiras da língua portuguesa, em um contexto de distinções concretas esmaecidas pela proximidade cultural e geográfica, e de rivalidade entre duas línguas escritas em processo de legitimarem-se.

O movimento da *gramatização* em Portugal apresenta-se matizado pelo problema da

<sup>45</sup>Uma definição paradigmática atual para diferenciar a área dialetal portuguesa da castelhana pode ser a de Maria Helena Mateus: “*Os dialectos de todas as variantes do português apresentam duas características fundamentais que as diferenciam, em conjunto, dos dialectos castelhanos: - supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos; - manutenção das vogais breves latinas sem ditongação*”. (cf. Castro, 1991)

<sup>46</sup>Para uma avaliação detalhada neste sentido, remeto a Hackerott, 1986 e Corredoira, 1998

rivalidade com o castelhano. Como define Maria Leonor Buesco, em Portugal a “*questão da língua*”<sup>47</sup> respondeu a uma dupla articulação: por um lado, acompanhando o que ocorria com os demais vernáculos neolatinos, a legitimação do português fundou-se na garantia de sua aproximação (genética e formal) ao latim; mas por outro lado, dado o contexto específico do país, precisou garantir-se frente a uma outra língua escrita: o castelhano<sup>48</sup>.

A dinâmica deste percurso pode ser ilustrada pela discussão sobre a grafia do *odioso*, *malsoante*, *tyranno*<sup>49</sup> ditongo nasal.

É esta a característica distintiva mais citada nos compêndios renascentistas e barrocos (e que está ausente da definição atual paradigmática). No debate secular que acompanha o desenvolvimento das grafias *am*, *an*, *aõ*, *ão*, etc., podem-se vislumbrar três questões fundamentais para entender a delimitação “formal” das propriedades do português no processo da construção e afirmação da escrita portuguesa: a importância da filiação ao latim; o peso do modelo castelhano; e a tentativa de “elevação” do português em

<sup>47</sup> “Durante o século quatrocentista assiste-se, pois, a um progressivo movimento de imposição do uso do vulgar em concorrência com o latim. (...) É então, na primeira metade do século XVI, que eclode a “*questão da língua*”, resultado de uma incerteza sobre a norma lingüística e da carência de padrões literários que garantissem seu prestígio”. (Buesco, 1984:11)

<sup>48</sup> “Quando os humanistas acentuam e exaltam a semelhança com o latim, implicitamente querem sublinhar a diferença, mais ainda, reivindicam o direito à diferença, em relação às outras línguas, com ou sem razão consideradas mais afastadas da língua-mãe: no caso presente, a diferença em relação ao castelhano, cujo estatuto de língua cortesã o tornava concorrente com o português como instrumento de expressão literária. Assim, o latim passa a estar ao “serviço” do português, serviço polivalenciado, na medida em que é origem, modelo e fonte. É também razão de diferença. Assim se define a verdadeira “Questão da Língua” em Portugal. E se a “Questão” (...) que põe em confronto o português e o latim apenas poderia envolver uma minoria culta, a elite intelectual dos humanistas, a “Questão” posta em termos de português-castelhano envolve, pelo contrário, os “latinos” e os “não-latinos”, os “gramáticos”, e aqueles que “escassamente sabem que cousa he nome, que cousa he verbo”. Não atinge, portanto, apenas a esfera de uma alta e restrita cultura, mas compromete a existência colectiva, em termos de comunidade linguística. Ora, o binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português, traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano releva de uma praxis: a do predomínio da língua competitiva, forma de expressão de uma nação de algum modo rival – e em termos objectivos mais poderosa – no plano político interno e também no plano de uma política expansionista e imperial”. (Buesco, 1984:129, meus grifos)

<sup>49</sup> Termos de José de Macedo, 1710, no *Antídoto da Língua Portuguesa*, cf. Corredoira (1998:55)

relação à “rusticidade” do galego.

Já afirma João de Barros na primeira proposta de uma norma ortográfica portuguesa:

*Os máis dos nomes que se deviam acabár em am, se escrevem a este módo: razão, razões. E se o uso nam fosse em contrário, que tem gram força àcerca das cousas, nam me pareceria má desterrármos de nós esta prolaçám e ortografia galega. Porque, a meu ver, quando quisérem guardár a verdadeira ortografia déstas dições, se déve dizer: razám e no plurár razões. Ca este m finál nósso tem ali o ofício do mem çerrado dos Hebreos que é ~ua das lêteras que eles chamam dos beijos, a quál lhos fáz fechár quando acábam nëla, de maneira que se vái fazendo aquéla variaçám, ocando-se a voz. E este é um módo de afrautár como se fráutam os instrumentos da música. E entám ôs que pouco sentem quérem remediár o seu desfalecimento escrevendo agalegadamente, pondo sempre o finál em totalas dições que acábam em am (João de Barros, 1536)*

João Franco Barretto, em sua *Ortografia da Lingua Portuguesa* de 1671, propõe que:

*aõ: Este ditongo succedeo ~e lugar da antiga terminação dos Portuguezes, om, que punham ~e lugar de na, ou, on, dos Castelhanos, como se vê nestes versos de ~u letreyro antigo:*

*“Aqui jaz Simom Antom  
Que matou muyto Castelhão  
e debaixo de seu covom  
Desafia a quantos são”.*

*A qual ainda agora guardam alg~us de antre Douro, Minho, & os Galegos, que dizem, firerom, [...], Capitom, Cidadom, Tabaliom, Apellaçom, &c.*

*He o mays frequente de nossa lingua, & sobre que há vairs oponiões; a minha he, que para o acertarmos nos guiaremos pela lingua Castelhana, & os vocabulos, que elles acabarem ~e ano, anos, acabaremos nós ~e ão, aõs. (J.F. Barretto, 1671)*

Fernando Vasquez Corredoira cita um exemplo mais explícito do sentido do contraste enxergado entre a terminação portuguesa e a castelhana, que aqui reproduzo:

*“Regra 10 - Para usar de til:*

*Grande he a contenda entre os peritos, se hemos de usar aõ, se de am, ou seja os nomes Perdigão, ou nos verbos, amarão, amaram. Nam me atrevo a condenar o vulgar modo de escrever aõ, usado de muytos; mas sou do parecer que usemos de am; porque além do aõ demandar diversas pronúncias, por razam do ao junto com til, que tem força de m, e fica*

*soando aom. Se usarmos de am, nos assemelhamos aos latinos; os quays põem, am: musam, legebam. [...] E nessa forma semelhantes aos latinos melhor corresponderemos a ordinaria objeçam, que põem os Castelhanos à nossa língua, tachandoa de grosseyra, dando-nos em rostos cada dia com nossos aõ, aõ, que eles adelgaçam, pondo n, em lugar de m, para acabarem assim mais suave, e agudamente em an; porque nós dizemos amam, elles dizem aman. Respondendo logo que nisso nos ficamos parecendo mais aos latinos do que elles se parecem; porque os latinos acabavão frequentemente seus vocábulos de toda sorte em am: vg. Musam, famam, legebam, coram, nós assim queremos acabar, para ficarmos mays semelhantes a Latinos, particularmente Romanos, do que os Castelhanos". (Pereira, 1666<sup>50</sup>)*

Esta passagem explicita a dinâmica da legitimação do português com base em sua filiação ao latim e em contraposição ao castelhano: é importante ser fiel ao latim, mas mais que isto, é importante ser mais fiel ao latim que o castelhano.

E ao lembrar a "ordinaria objeçam, que põem os Castelhanos à nossa língua, tachandoa de grosseyra", toca o importante ponto do pouco prestígio gozado pelo português no contexto peninsular da época.

A atribuição de *grosseria* e *rudeza* ao português está na base tanto da defesa inflamada do idioma nos compêndios portugueses, como da busca pelo afastamento em relação ao idioma "irmão" do português antigo, e que já no início da idade moderna encontra-se relegado à condição de dialeto oral: o galego. A dinâmica entre o galego, o português e o castelhano no contexto da formação da norma escrita do português é discutida em profundidade por Fernando Vasquez Corredoira em "A construção da Língua Portuguesa frente ao castelhano".

A tese de Corredoira é que a reflexão gramatical dos séculos 16, 17 e 18 trará o galego como "exemplo a contrário" para elevar o português ao estatuto de língua nacional e de cultura. De fato, vê-se já nas primeiras histórias do português a ideia do galego como exemplo daquilo que o português *não quer ser* (que é como entendo a proposta de Corredoira): "Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & na

<sup>50</sup> *apud* Corredoira, 1998:54-55

*elegância della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manão para outros hom-es, o que nunca houue em Galliza*<sup>51</sup>”.

Corredoira sustenta que o esforço de legitimação da língua portuguesa frente à castelhana se dá, entre outros, pelo apoio *negativo* na língua galega<sup>52</sup>. No contexto da *castelhanização* da Espanha, o português vai encontrar na diferenciação em relação ao galego um apoio importante - ao mesmo tempo em que o galego se aproximará mais e mais do castelhano, e se distanciará do português<sup>53</sup>.

A história de origem comum e progressivo distanciamento entre português e galego ilustra dramaticamente a construção das fronteiras lingüísticas no *continuum* da oralidade “*espanhola*”, revelando, como seu principal vetor, a força da língua castelhana.

Observemos que outras características importantes da língua portuguesa não são tão amplamente discutidas como o *tyranno* ditongo nasal. Em uma perspectiva estritamente interna ou estrutural, a realização das nasais não é um fato central para o sistema da língua; no entanto ela é central na discussão da grafia nos quinhentos e seiscentos – não por sua importância interna, mas porque representa uma característica saliente que diferencia a língua portuguesa no contexto ibérico.

Outras características fonéticas que se refletem na grafia parecem menos salientes,

<sup>51</sup>Lião (1606:32)

<sup>52</sup>“o galego aparece como um desvio rústico, arcaico e provincial da Norma portuguesa; (...) desempenha em certos casos explicitamente o papel de uma sorte de referente negativo ou de exemplo ao contrário para o português”. (Corredoira 1998:9-10, meus grifos).

<sup>53</sup> Isto, tanto do ponto de vista das instituições linguísticas ao longo dos séculos 16 a 20 como, de acordo com Corredoira, também no nível formal: “a crescente interferência do castelhano (sobretudo a partir de finais do século XVIII) no galego vai desfigurando-o, ao extremo de se tornar cada vez mais difícil reconhecer nele a mesma língua que o português. Ao mesmo tempo, a acção do padrão português sobre as falas setentrionais reduz e até elimina sua continuidade com o galego. Cada vez mais, a fronteira separa e diferencia” (Corredoira 1998:90, meu grifo). Note-se entretanto que este é o resultado final de um processo mais complexo; de fato, como observa o autor, entre os séculos 16 e 18 “o galego coloca-se para os gramáticos portugueses no limite do quase português” (Corredoira 1998:91, meu grifo)

embora também remetam a um contraste entre a fala portuguesa e a fala castelhana – caso por exemplo das sibilantes surdas e sonoras. Ora é interessante notar que mesmo que este caso seja menos discutido, há uma oscilação de grafia importante nos textos até as reformas ortográficas do século 19 – entre pares como *casa, caza, asa, aza*, etc.

Atentemos para o que afirma Said Ali a este respeito. No português antigo havia as quatro sibilantes e seus pares surdo-sonoro [representados graficamente por S,SS, Ç, Z,]; ao fim da Idade Média, já se havia perdido a distinção de palatalização, e sobravam os pares surdo-sonoro [S-Z]. Mas por conta da multiplicidade de sons anterior, a grafia permanece confusa por séculos; assim, para Saída Ali, fundamentalmente isto significa que a distinção S-SS na grafia continua existindo muito tempo depois de o contraste fonológico se perder, o que causa incerteza nas grafias (como *pessego-pecego; sossego-socego; crescer-creser-crescer; descer-deser-descer*). Mas *“Qualquer que fôsse a causa da primitiva distinção entre as referidas letras, certo é que S ou SS (entre vogais), Ç ou C (antes de E ou I) representam, em português moderno [=quinhentista], um só fonema, a sibilante surda”* Pois bem, para o par surda-sonora, uma alternância gráfica é também atestada muito tempo depois da mudança no conjunto de sibilantes.

198. *Mas não é somente a atual sibilante surda que se vê embaraçada diante de tanto símbolo apto para representá-la no papel; igual sorte toca à sibilante sonora entre vogais, ou em certas terminações, em face das letras S e Z.*

199. *Inconfundíveis foram a princípio os valores de S e Z entre vogais e no fim das palavras, e o que a escrita distinguiu era o que o ouvido então percebia. Êste fato pode observar-se na grafia dos nomes patronímicos. Até fins do século XIV escreveram-se sempre com -IZ, -EZ; Pirez, Fernandiz, Fernandez, Vaasquez, Alvarez, etc. Do século XV em diante ocorrem já Vaasques, Gonçalves, a par de Vaasquez, Gonsalvez; o que quer dizer que já não havia distinção fonética entre -EZ e -ES, mantendo-se a primeira forma sómente pela força do hábito.*

200. *Outra particularidade da grafia antiga, que perdurou ainda entre os quinhentistas, era o emprêgo da letra Z no interior das palavras, antes de consoante, como em *mezquita, mezquinho, mazcara, almizcar, tiznar, ezquerdo*. Se Z tinha em geral o valor de consoante sonora, hipótese muito aceitável, em se tratando da sua situação antes de vogal e antes de consoante sonora, evidentemente havia de soar como fonema surdo se lhe seguia consoante surda. (Said Ali, 1921)*

Ou seja, a distinção Z-S acaba sendo feita na grafia mesmo em ambientes nos quais o valor de surda é evidente; e permanece *por força de hábito* nos vocábulos que antigamente eram grafados com Z (com valor palatal). Assim, a distinção Z-S é, na grafia dos 500s e 600s, um traço *conservador* (observemos como é precisa a observação de S. Ali; pois ele salienta que esta distinção é conservadora no ponto de vista da época, ainda que nas reformas ortográficas levadas a cabo nos 1900s a distinção tenha se mantido. Mas o que se depreende da argumentação de Ali é que pela “lógica”, a distinção gráfica poderia ter se tornado obsoleta, generalizando-se a grafia S ou a grafia Z, já que a oposição é fonológica – ou seja, apenas CASA, DISER, FASER, DESEJO, ou apenas CAZA, DIZER, FAZER, DEZEJO). Mas este não é o ponto aqui; mas sim observar como Alia avalia a oscilação da grafia nos autores quinhentistas – ou seja, que continuavam a marcar os contrastes S-Z na grafia, em período em que já na fala a mudança se havia operado:

201. *Nas Décadas de João de Barros, nos Lusíadas e em outras obras publicadas no século XVI, nota-se quanto à grafia de vocábulos já existentes no idioma, a distinção entre S e Z feita em geral com a regularidade observada nos escritos das épocas anteriores. Devemos atribuir o fato à influência do espanhol. Barros, Camões e outros eram muito lidos em obras antigas e versavam o espanhol como a própria língua materna.* (Said Ali, 1921)

Ou seja: os autores quinhentistas que preservam os contrastes antigos se orientam pela grafia castelhana. Já ao final do 16 e ao longo do 17, a distinção antiga é cada vez menos nítida, e os usos cada vez mais se confundem:

202. *A falta ou ineficácia dêsse freio conservador fez com que em livros saídos a lume não muito tempo depois dos Lusíadas (1572), viesse notoriamente confundido o emprego de S e Z. Não é de crer que a causa fôsse a identificação rápida, para não dizer súbita, de dous fonemas rigorosamente diferenciados até então, e desde longo tempo, tanto na escrita como na pronúncia. (...)*

204. *Pelo século XVII não somente era nulo o critério do ouvido para decidir sobre o emprego das mencionadas letras, mas ainda devia ir-se enfraquecendo a influência da grafia tradicional. Interessados entretanto os editores, mais que os autores, em evitar a balbúrdia, esforçaram-se até certo ponto por conservar o costume antigo. Naqueles casos, porém, em que havia incerteza ou esquecimento da escrita usual de outrora e, por mingua de conhecimentos etimológicos, ou não acudia ao espírito a imagem do respectivo termo latino, ou não se percebia a relação*

*fonética entre os vocábulos de uma e outra língua, nesses casos vacilava-se na grafia, escrevendo o vocábulo ora de um, ora de outro modo, ou então firmava-se a maneira de escrever muitas vezes em pura contradição com a prática do passado.(...)*

206. *Nos Sermões de Vieira ocorrem freqüentemente DEZEJO, DEZEJAR, PEZO, PEZAR, EMPREZA e outros. No Sermão de Santo Antonio manifesta-se decidida preferência pela letra Z na grafia PORTUGUEZ, PORTUGUEZA, PORTUGUEZES em dezenas e dezenas de exemplos. (Said Ali, 1921)*

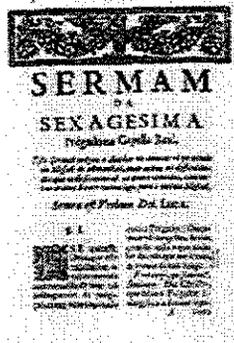
Poderíamos, diante disso pensar em realizar uma comparação entre as grafias originais dos textos. Mas creio que qualquer conclusão aí tem consequência limitada. O que seja a “grafia original” dos textos impressos nos séculos 16 e 17 é discutível: pois vemos, na passagem acima de Said Ali, que a liberdade de ação dos editores (=mestres das oficinas tipográficas) era considerável. Assim, ao avaliar a ortografia dos textos, o mais provável é estarmos avaliando a tendência dos tipógrafos ao compor os textos.

Uma “anedota tipográfica” citada na historiografia remete às duas primeiras edições de *Os Lusíadas*.

120. *... As duas edições d’Os Lusíadas de 1572 empregam como diferença que mais dá nos olhos, segundo a frase de Epifânio Dias, uma, de preferência a grafia ÆO, a outra AM tanto nas sílabas átonas quanto nas sílabas tônicas.*

Interessante notar que Vasco da Graça Moura se refere ao mesmo episódio, e considera que a composição do texto na tiragem do primeiro exemplar dos *Lusíadas* teriam seguido as propostas de Pero Magalhães de Gandavo, contemporâneo de Camões, nas *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa* – justamente, no que se refere às terminações verbais em *ão* e *am* (Graça Moura, 2000) – as regras de Gandavo propõem o uso de ÆO; o impressor da segunda tiragem teria mudado as grafias para AM.

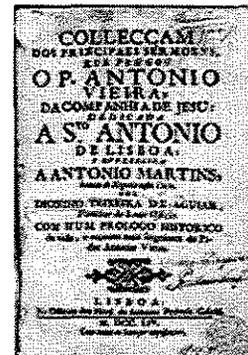
As figuras a seguir mostram a oscilação na grafia AM-ÆO em período ainda mais tardio, em três edições dos *Sermões de Vieira* – logo no frontispício dos volumes. Qual a opção original de Vieira, diante do episódio dos *Lusíadas* será difícil saber:



1. "Sermam da Sexagésima, pegado na Capella Real".



2. "Sermão que pregou o R.P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus"



2. "Collecçam dos principais sermoens que pregou o P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesus"

É fato consensual que o estabelecimento de uma norma sistematizada por força institucional se dá tardiamente na história da língua portuguesa. Ou seja, apesar da publicação de compêndios que propõe sistematizações para a grafia – Barros (1532), Gandavo (1572), Lião (1576), Alvaro Ferreira Vera (1631) – não se pode falar em uma norma ortográfica para o português antes das reformas de fins do século 18<sup>54</sup>.

Além de tardio, o estabelecimento da norma ortográfica portuguesa foi um processo histórico imbricado, onde se misturam diferentes contingências (marcadamente, a contra-reforma como fator impeditivo de reflexões racionalistas como a que se dá em outros países europeus na mesma época, elevando os vernáculos ao mesmo estatuto do estudo do latim. Giuseppe Tavani destaca, nesse processo "atormentado" do estabelecimento da grafia portuguesa, o descompasso em relação à situação do castelhano, cuja grafia já se codifica de forma bastante sólida com Nebrija antes do século 16<sup>55</sup>.

<sup>54</sup>cf. Hakerott, 1986; Buesco, 1984; Fávero, 1996, entre outros.

<sup>55</sup>"A questão ortográfica é um dos capítulos mais atormentados da história lingüística portuguesa. Ao contrário do espanhol, que nos fins do século XV encontrou em Nebrija seu codificador tanto da grafia como da gramática, (...), o português manteve até ao princípio do século em que estamos uma grafia tradicional inspirada em etimologias um tanto arbitrarias". Tavani, 1987.

Assim, quanto à grafia é fato que a escrita portuguesa se encontra, nos séculos 16 e 17, em um estágio fracamente normatizado. Se isto é verdadeiro para a grafia – que é um aspecto bastante direto da sistematização da relação oralidade-escrita – podemos estendê-lo para a escrita em geral. É diante deste contexto que se pode entender que a escrita portuguesa mostrará, ao longo do período do prestígio literário (e social) do castelhano, uma relação forte com o parâmetro da escrita espanhola. Tal afirmação encontra fundamentos na discussão de Maria Leonor Buesco sobre a questão da língua em Portugal, como vimos acima; na tese de Fernando Vasquez Corredoira sobre o galego como exemplo a contrário na instituição da sistematização ortográfica portuguesa. Todos estes trabalhos indicam o movimento de aproximação entre a escrita portuguesa e a castelhana nos 500s e 600s.

Além disso, podemos encontrar indicações de que no período das “reformas” ortográficas entre os séculos 18 e 19, o movimento oposto – afastamento entre as duas escritas – é uma fator relevante. Giuseppe Tavani lembra que a reforma ortográfica estabelecida pela Academia de Lisboa no século 18 – na qual a tendência etimológica sobrepõe-se de modo praticamente definitivo à tendência racional-foneticista – tem sido explicada como um reflexo da influência da ortografia francesa; entretanto, para este autor, as características da reforma se explicam *“talvez, com mais probabilidade, pelo desejo de tornar a língua portuguesa, até no plano gráfico, cada vez mais diferenciada de sua vizinha peninsular”*<sup>56</sup>.

Esta questão do estabelecimento da grafia vem aqui não a propósito de propor implicações diretas no que tange a variação nos aspectos sintáticos, mas sim no sentido de alertar para o fato de que temos motivos para acreditar que a escrita portuguesa encontra uma crise de instâncias de normatização entre o fim da idade média e o século 17, e que esta crise foi muitas vezes resolvida, no que tange a grafia, pela inserção em

<sup>56</sup>Tavani, 1987: 202

uma esfera modelar que ultrapassa as fronteiras do reino. Temos assim razões para acreditar que a idealização do *bem escrever* está inserida em um contexto peninsular, regido pelo prestígio do castelhano.

Observe-se que quando se discutem as grafias dos ditongos nasais ou dos pares surdo-sonoro das sibilantes, não se levanta a questão da existência de uma diferença na fala (exceção para as rimas de Gil Vicente) – mas sim de uma aproximação na escrita. Isto porque o arcabouço do saber filológico, combinado aos estudos atuais sobre o português, permite afirmar que tais propriedades fonológicas não surgem no português naquele exato momento em que se estabelecem na grafia. Deste modo, não se confunde a alternância gráfica ãO-AM, ou S-Z, com uma efetiva alternância no sistema; e ainda que AM se sobreponha a ãO em diversos textos, não se vai defender que o falante que escreveu este texto é representante de uma tendência de mudança fonológica na direção de -AM.

Assim, o contexto histórico da escrita “letrada” em português ao longo de todo o século 17 é de profunda *crise*. Nesta crise, está em jogo a própria autonomia da língua portuguesa enquanto veículo de expressão literária, em vista da competição representada pela literatura escrita em castelhano – na Península como um todo, e no interior das fronteiras do próprio “Reino” (que, neste momento, não é um reino). A escrita portuguesa tenderia, neste período, no sentido da neutralização de características regionais da língua.

Vimos que a “grafia correta” em diversos casos remete à grafia do castelhano, e que isto é sobretudo agudo nos casos em que se está tratando de fonemas ou propriedades morfológicas particulares do português – caso das vogais nasais. As formas especificamente portuguesas – *ão*, etc. – aparecem como propriedade saliente nas discussões sobre grafia; e em muitos casos a solução gráfica encontrada remete explicitamente a uma neutralização da diferença e aproximação com formas mais gerais (grafia *am*).

## 3.2 Do contexto medieval aos 1600

É neste espírito que podemos afirmar que a dinâmica da alternância entre formas sintáticas possíveis na língua da época seja orientada pelo mesmo contexto que tem como vetor a língua de prestígio na península. Entre as opções possíveis na gramática do português, os escritores letrados tenderiam a preferir aquelas menos marcadamente regionais e mais similares ao padrão da escrita castelhana (seu modelo literário e de prestígio sociolingüístico).

### 3.2.1 Nivelamento e porosidade das fronteiras

Para melhor compreender o que se sugere aqui com referência a uma propriedade *neutra* da escrita portuguesa frente ao contexto maior Ibérico, será conveniente antes de tudo retomar a situação medieval.

Lembrarei aqui resumidamente uma observação de Clarinda de Azevedo Maia em “*A História do galego-português*”<sup>57</sup>, onde ela compara documentos notariais escritos na região da Galiza e noroeste de Portugal com o intuito de verificar a partir de que momento os dois idiomas começam a se diferenciar na escrita<sup>58</sup>. Entre os diversos aspectos de extremo interesse ali desenvolvidos, saliento a questão do nivelamento das

<sup>57</sup> Maia, 1986

<sup>58</sup> Será interessante salientar a avaliação de C. Maia e de outros filólogos renomados sobre a fidelidade dos documentos notariais medievais em relação à língua falada (como Menendez Pidal, para quem “*Los documentos notariales escritos en lengua romance representaban un dialecto artificial, producto del choque entre normas varias de bien hablar; no reflejan con exactitud el dialecto que se hablaba en la localidad donde fueran redactados, sino más bien una tradición cultural extra-local que el escribano se sentía inclinado a seguir*”. Menendez Pidal, *La escuela lingüística española y su concepción del lenguaje*. Madrid, Gredos, 1955; apud Maia, 1986). Sua abordagem se distancia do que costumamos considerar sobre a escrita medieval nos trabalhos em sintaxe – a de que ela representaria uma linguagem “*espontânea*” e livre de “*pressões da norma*”. E mais interessante ainda é verificar que o reconhecimento do fato de que se está tratando com uma linguagem padronizada (nas palavras de C. Maia: “*convém não esquecer – nunca será demais acentuá-lo – que se trata de língua escrita que, portanto, nunca será expressão fiel da língua falada*”, Maia 1986:15), isto entretanto não significa que os filólogos abandonem os documentos como fonte de conhecimento da língua. Ao contrário, consideram-nos “*extraordinariamente preciosos*” (Maia, idem); mas abordam-nos de forma mediada pela reflexão histórica.

características lingüísticas regionais ao longo do desenvolvimento da escrita na área dialetal do galego-português.

Clarinda Maia traz uma observação central para esta discussão: a de que os documentos do Noroeste de Portugal deixam antever muito limitadamente as propriedades dialetais que, por hipótese, a língua desta região de Portugal deveria compartilhar com o galego

A escrita dos documentos notariais portugueses refletiria um estilo idealizado que neutraliza as características regionais (ou populares – o que no caso, pode ser o mesmo). É muito interessante notar que, mesmo em relação aos documentos galegos (que representam uma realidade sociolingüística que se pode chamar de dilacerante), os documentos notariais do Noroeste português aparecem como mais padronizados, menos próximos ao falar regional, mais nivelados<sup>59</sup>.

Há portanto evidências de que opera, na escrita medieval portuguesa, um apagamento das diferenças regionais (o que poderia explicar a conhecida generalização da “*uniformidade dialetal*” do português medieval). Para Clarinda Maia, este apagamento contrasta os documentos portugueses dos galegos, na área dialetal do galego-português.

<sup>59</sup>Destaco este trecho crucial: “Nalguns casos, a diferença entre a linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal resulta do facto de os notários ou escribas da Galiza revelarem mais intensamente particularidades da língua falada da região do que os tabeliães de Portugal. Efectivamente, os documentos da região portuguesa deixam transparecer uma linguagem mais nivelada, afluando neles muito menos particularidades regionais que nos da região galega. Os notários portugueses dão a impressão de sofrerem a pressão de um tipo de linguagem que usufruía de maior prestígio e que os levava a evitar certos traços da linguagem falada na região. É provável que alguns deles conhecessem a linguagem utilizada na documentação dimanada da Chancelaria Real [convenções notariais introduzidas na época de Afonso III]. Parece, além disso, provável que a situação sociolingüística de algumas particularidades fosse diferente na Galiza e na região do Noroeste de Portugal: para os notários que conheciam uma forma de linguagem mais prestigiada, certos traços da linguagem da região teriam já uma sensível conotação sociolingüística, sendo sentidos como demasiado regionais ou mesmo como populares, o que os levaria a evitar seu emprego nos documentos que fixavam por escrito. Da ausência de determinado tipo de particularidades em documentos da região portuguesa não pode concluir-se que elas não existiriam na região, durante o período estudado”. (Maia 1996:924)

Isto vai ao encontro do que vimos mais acima sobre a construção das normas da grafia portuguesa – que, segundo Fernando Vasquez Corredoira, foi um processo no qual se buscou um afastamento entre português e seu *“exemplo a contrário”*, o galego.

A hipótese, aqui, é que este processo de afastamento do galego é ao mesmo tempo uma aproximação do castelhano. Vimos que para Maria Leonor Buesco, o processo de padronização e elevação do português como língua de escrita se apóia no binômio da garantia da filiação ao latim, e da defesa contra a incorporação ao castelhano. Para Buesco, no auge do período bilíngüe (os séculos 16 e 17), o uso literário do castelhano representou um *“risco para a existência da comunidade lingüística”*. Posição semelhante é a de Pilar Vasquez Cuesta, para quem a situação dos dois idiomas neste período deve ser conceituada como uma *“diglossia conflitiva”*, e para quem o bilingüismo teria desembocado no estabelecimento definitivo do castelhano como veículo exclusivo de escrita em Portugal, fossem outros os desdobramentos históricos de finais do século 17.

No contexto medieval e renascentista, o trânsito dos portugueses entre as duas escritas pode ser tomado como uma alternância no interior daquilo que os falantes imaginam como uma língua geral ou língua culta neutralizada. Isto se aplicaria de modo particularmente interessante aos anos 1500s, que representam um momento crítico da delimitação das unidades lingüísticas na Península Ibérica - foi este o período em que as outras duas línguas literárias ibéricas medievais, o galego e o catalão, deixaram de ser usadas, como vimos.

Ao mesmo tempo, os fenômenos culturais do Renascimento (entre eles, portanto, o bilingüismo literário) precisam ser compreendidos no contexto da *“porosidade de fronteiras nacionais”* de que fala Luis Felipe Barreto ao discutir o trânsito cultural nos

reinos “espanhóis” entre os 1400 e 1500<sup>60</sup>. Nesse sentido, a naturalidade com que circula em Portugal a língua castelhana será um fato surpreendente apenas na visão retrospectiva. O humanista português, o poeta lírico, alternam entre dois idiomas que não estão claramente delimitados como “línguas nacionais”, como na atualidade.

Esta interpretação se encontra no meio do caminho entre afirmar que o português escrito tem, neste período, um estatuto de *dialeto do castelhano*. Concebo de fato que em certos casos podemos até colocar a questão nestes termos; isto poderá parecer extremo – mas vamos voltar um pouco atrás, e examinar o já mencionado soneto que Mayans i Siscar considera exemplar da proximidade dos dois dialetos (como ele os conceitua)<sup>61</sup>:

*Amor con desamor se está pagando  
Dura paga pegada estrañamente,  
Duro mal de sentir estando ausente  
De mí que vivo en pena lamentando.  
O mal, ¿porqué te vas manifestando?  
Bastávate matarme ocultamente,  
Que en fe de tal amor, como prudente,  
Podíais, esta alma atormentando  
Considerar podía Amor de mí,  
Estando en tanto mal que desespero  
Que en firme fundamento esté fundado,  
Ora se espante  
Amor en verme assí,  
Ora diga que passo, ora que espero  
Sospiros, desamor, pena, cuidado.*

<sup>60</sup> “A presença intelectual portuguesa no quadro do renascimento espanhol não deve ser entendida duma forma anacrónica e ideológica. Ela é tão-somente um dos lados duma manifestação civilizacional ainda não suficientemente investigada pelos historiadores. Essa manifestação civilizacional é a porosidade das fronteiras nacionais, porosidade de tal forma intensa para certos grupos e campos sócio-culturais (lembramos, por exemplo a comunidade judaica, o corpo intelectual, certas famílias e empresas comerciais, etc.) que as fronteiras, tanto ideais como materiais que no Renascimento ainda unem mais que separam, tendem a quase desaparecer”. (Barreto, 1986:114, meu grifo)

<sup>61</sup> Lembremos em especial o trecho introdutório ao poema: “*El portugués, aunque es dialecto distinto del castellano, es tan conforme a él que, si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano. I assí, sin mucha diligencia, pudo componer Jorge de Montemayor aquel soneto castellano i portugués, que publicó en su Cancionero i dice assí: (...)*” Siscar, op.cit.

Interessante é observar que esta escrita que a Siscar pareceu *quase castelhana*, a meus olhos é castelhana. E há razões para crer que Jorge de Montemayor (autor quinhentista, nascido *do Monte Maior*, que *passou a Castela*, e é patrimônio da lírica castelhana – ou diremos, espanhola – renascentista) estivesse de fato escrevendo em castelhano. Ou seja, podemos aventar a curiosa hipótese de que se o tratadista espanhol costumava acreditar que lia em castelhano ao abrir, sem saber, livros escrito em português, o poeta lusitano costumava acreditar que escrevia em castelhano ao compor, sem saber, sonetos em português. Esta pequena “comédia de erros” mostra os tênues limites entre as duas escritas nos 1500.

A questão mais geral, contudo, é melhor colocada como um processo relativo ao direcionamento da idealização da escrita.

Assim, a questão não é afirmar que o padrão de ordenação de constituintes (ou mais especificamente, o padrão de colocação pronominal) nos textos escritos por portugueses *imitassem* ou *emprestassem* construções estrangeiras, mas sim que evitassem construções salientemente portuguesas.

E ainda para compreender a língua portuguesa escrita nos 1600s o recorte peninsular é relevante. Para encerrar a seção, vamos olhar para um aspecto já mencionado no Capítulo II: no contexto do barroco, a escrita literária envolve uma característica de estilo de escrita *cortesã* e *grave* que se espelha em modelos que são Espanhóis antes de castelhanos, antes de portugueses.

### 3.2.2 A crise na *Corte na Aldeia*

Consideraremos aqui um último aspecto como crítico neste problema da inserção da cultura escrita portuguesa no contexto Ibérico: a cultura letrada barroca se insere em um novo padrão das sociedades européias, que passa a orbitar em torno das cortes reais<sup>62</sup>. Entende-se aí a importância da circunstância de o barroco português em seu início se desenvolver em torno de uma corte estrangeira.

Podemos então compreender a crise e a aguda ferida aberta representada pela *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo, com a qual podemos concluir esta reflexão sobre a escrita em língua portuguesa no contexto do horizonte espanhol.

A *Corte na Aldeia*, publicada em 1619, é um dos textos teóricos em língua portuguesa a que a historiografia confere importância modelar no ideário do período. A *Corte* é um tratado de discrição cortesã; e nisto se encerra seu paradoxo, apontado pelo próprio Lobo já na apresentação, como no título da obra: o "tratar de cousas de Côrte nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada". O Quadro V a seguir reproduz a apresentação da *Corte*<sup>63</sup>, em que já se entende porque a obra pode nos dar a medida da crise das letras portuguesas nos 1600s.

<sup>62</sup> Remeto centralmente à seguinte afirmação de Simão Gomes Junior: "*De um ponto de vista estritamente histórico, o que se passou na Europa, entre os séculos XVI e XVII, foi uma alteração nos padrões de comportamento em sociedade, orientada por um novo tipo de organização cujo centro era a corte real ou principesca, a partir do qual se procedeu a uma transformação geral nas atitudes relativas tanto ao espírito quanto às maneiras.*" (Gomes Jr, 195)

<sup>63</sup> cf a edição utilizada como fonte no *Capítulo I*, de 1927 (Lisboa, Sá da Costa; prefácio e notas de Afonso Lopes Vieira, com ortografia original)

## Quadro V: A Corte na Aldeia: Apresentação

“AO SR. D. DUARTE, MARQUÊS DE FRECHILHA E DE MALAGAM

Depois que faltou a Portugal a Côrte dos Sereníssimos Reis, ascendentes de V. Excelência (da qual as nações estrangeiras tinham tão grande satisfação e as vezinhas tão igual inveja), retirados os títulos pelas vilas e lugares do Reino e os fidalgos e cortesãos por suas quintãs e casais, vieram a fazer Côrte nas Aldeias, renovando as saüdades da passada com lembranças devidas àquela dourada idade dos Portugueses; e até V. Excelência, que, na de Espanha, podia aventajar tôda sua grandeza, escolheu para morada essa cidade de Évora, que já el-Rei D. João, com o Ifante D. Duarte, avô de V. Excelência, e os mais Príncipes seus irmãos habitaram; cujos caídos muros e edificios, desamparados paços e incultos jardins parece que, agradecidos à assistência e favores de V. Excelência, ressuscitam agora; e não sòmente os mosteiros antigos, a que faltava aquela grandeza que os enobrecia, se reedificaram à sua sombra, mas ainda, encostados ao amparo dela, se fabricaram outros de novo, com maior perfeição.

Com a mesma confiança busca a V. Excelência esta Côrte na Aldeia, composta dos riscos e sombras que ficaram dos cortesãos antigos e tradições suas, para que V. Excelência a ampare como protector da língua e nação Portuguesa, honre como reliquia do sangue Real dêste Reino e a acredite como espelho e exemplo das virtudes e partes soberanas dos Príncipes passados. Aqui ofereço a V. Excelência uma conversação de amigos bem acostumados, umas noites de Inverno melhor gastadas que as que se passam em outros exercícios prejudiciais à vida e consciência; finalmente, uma Côrte que, como bonina do mato, a que falta o cheiro e a brandura das dos jardins, ainda que na aparência e côres a queira contrafazer, é contudo diferente. Se os ditos dêstes aldeãos cheirarem a Côrte, acreditarão o título do livro, e, se souberem ao monte, também nêle se confessa por Côrte de Aldeia; e com muito maior razão o será quando chegar à vista de V. Excelência, em que se podem reformar de policia as que são na Espanha mais apuradas. V. Excelência a ampare com sua humanidade, lembrando-se que, como não pode haver Côrte sem Príncipe, que esta o não podia parecer sem que tivesse por si a V. Excelência, e que, como em noites de Inverno, ficara muito às escuras êste livro sem a luz e graça que espera comunicar de sua clareza. E se alguém me julgar por atrevido em tratar de cousas de Côrte nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada, sabendo que na de V. Excelência fui muitas vezes favorecido de mercês suas, e honrado com elas na do Excelentíssimo Senhor Duque D. Teodósio, irmão de V. Excelência, não condenará minha ousadia com justa razão e achará algumas com que dê a êstes Diálogos merecimento, que pôsto que lhes faltem muitos para serem oferta digna de tão grande Príncipe, nesse pouco que pode dar por fruto o meu engenho pago com a vontade o em que para outras obras faltaram a natureza, a arte e a ventura. E ante quem em tudo é tão grande, nada o pode parecer senão esta confiança, fundada na benignidade com que V. Excelência sempre autorizou minhas obras, que me assegura que assim aceitará agora êste piqueno serviço, pois não é menor grandeza obrigar-se dos humildes que fazer a todos grandes mercês. Nosso Senhor guarde a V. Excelência muitos anos.

De Leiria, o I de Dezembro de 1618, Francisco Rodrigues Lôbo”

Será comum encontrar na historiografia referências à *Corte* como um dos pontos altos da apologia da língua portuguesa e da autonomia política de Portugal nos 1600s<sup>64</sup>.

Para entender essa aparente contradição, será importante olharmos de perto para alguns trechos do livro. A ação se desenrola no contexto de uma *conversação aprazível* entre os principais personagens: o senhor da casa (*Leonardo*); um *Letrado* (*Lívio*), um *fidalgão mancebo* (*Dom Julio*), um *estudante de bom engenho* (*Píndaro*) e um *velho não muito rico* que tinha servido a um dos *Grandes* da *Corte* (*Solino*)<sup>65</sup>. Já no *Primeiro Diálogo*, a conversa toca o ponto que aqui nos interessará, – pois está em pauta a linguagem, discutindo-se sobre a melhor forma de expressão, se a fala (*a prática*), se a escrita (*a escritura*).

Reproduzo no *Quadro VI* a seguir um trecho importante para esclarecer minha interpretação do lugar da língua portuguesa na *Corte*

<sup>64</sup>Para Antonio Saraiva, “Um dos aspectos importantes da *Corte* na *Aldeia* consiste em dar uma expressão da resistência contra a absorção castelhana” (Saraiva, 1986:396)

<sup>65</sup>“Um inverno em que a *Aldeia* estava feita *Côrte* com homens de tanto preço que a podiam fazer em qualquer parte, se juntava a maior dêles em casa dum antigo morador daquele lugar, que também o fôra em outra idade da casa dos Reis, donde, com a mudança e experiência dos anos, fêz eleição dos montes para passar nêles os que lhe ficavam da vida; grande acêrto de quem colhe êste fruto maduro entre desenganos. Ali, ora em conversação aprazível, ora em moderado e quieto jôgo se passava o tempo, se gozavam as noites, se sentiam menos as importunas chuvas e ventos de Novembro e se amparavam contra os frios rigorosos de Janeiro”.

#### Quadro VI: A Corte na Aldeia: Primeiro Diálogo ( p.22-final):

“- Pois assim é (disse D. Júlio) que a principal razão porque aprovais os diálogos é porque mais familiarmente se parecem com a prática, desejo saber qual é mais nobre cousa: se a prática, se a escritura, porque a mim me parece que à escritura se deve o melhor lugar, e que antes merecia a prática por se parecer com ela; o que agora encontra a vossa opinião.

- Nenhuma dúvida há (respondeu o Doutor) que a prática seja mais nobre, mais antiga e mais excelente; porque, além de o falar ser operação natural dos homens, e acto em que eles fazem ventagem e diferença a todos os animais, a escritura não é mais que uma escrava e servente das palavras, e o escrever não é outra cousa mais que suprir com um instrumento, por meio da arte e das mãos, o que com a voz se não pode exprimir e alcançar com os ouvidos, ou por distância de lugar, como quem escreve aos ausentes, ou por discurso de tempo, como quem escreve para os vindouros. E porque nunca a escrava é tão nobre como a senhora a quem serve enquanto escrava, nem o que substitue em lugar doutrém se lhe pode preferir no mesmo lugar, assim nunca a escritura pode igualar a nobreza e perfeição da prática.

- O contrário me parece a mi (replicou o Fidalgo) porque nem por a prática ser mais antiga e primeira que a escritura, é mais perfeita, antes ela foi a perfeição da prática; e pôsto que seja própria operação do homem o falar, não é nêle menos nobre o acidente de escrever, antes me parece mais digno o que êle alcançou por arte que o que adquiriu por uso; e quasi que ousaria a dizer que é operação sua o falar, dada a respeito de haver de escrever, pois êsse é o meio de se perpetuar, sustentando no entendimento dos presentes e na lembrança dos futuros a memória das cousas passadas. Assim que nem por a primeira razão merece a prática melhor lugar, nem a escritura, por servente e ministra sua, é menos nobre. Porque o Sol serve de mostrar as cousas criadas, que lhe são muito inferiores, e de dar luz e nutrimento a outras de menor calidade, e nem por isso elas se lhe podem antepor. E quanto a substituir a escritura em lugar da voz, ela o faz por tão excelente maneira que lhe tem muita ventagem, pois o que a voz não pode exprimir juntamente em diferentes lugares e a diversas pessoas em um mesmo tempo, o faz a escritura com grande perfeição, podendo muitas pessoas, em diferentes lugares, ler em um mesmo tempo a própria cousa; polo que me parece que, ainda que a vossa escolha fôsse boa, não fundastes bem a razão dela.

- Certo (disse Leonardo) que de ambas as partes destes tão boas razões que fica duvidosa a melhoria. Porém concedendo à prática a excelência, a acção, o modo e a graça de falar, que é uma viveza a que se não iguala outra nenhuma semelhança, a escritura tem tantas grandezas que parece igualmente necessária para a vida, pois ficava o mundo às escuras sem a luz da lição escrita, e só na tradição dos homens se salvaria a memória das cousas, e, nas principais, dominaria a ignorância com mero império. Porém, deixando isto por averiguar, pois com tanta galantaria e agudeza está tocado o que baste, quero que passemos adiante e, por me fazerdes mercê, que me ensineis se na prática, em voz, e na escritura considerada, tem bom lugar a nossa língua Portuguesa: porque ouco de má vontade a alguns naturais que tratam mal dela e a condenam por grosseira e limitada.

- Uma cousa vos confessarei eu, senhor Leonardo (disse a isto D. Júlio), que os Portugueses são homens de ruim língua, e que também o mostram em dizerem mal da sua, que, assim na suavidade da pronunçiação como na gravidade e composição das palavras, é língua excelente. Mas há alguns néscios que não basta que a falem mal, senão que se querem mostrar discretos dizendo mal dela; e o que me vinga de sua ignorância é que eles acreditam a sua opinião, e os que falam bem desacreditam a ela e a eles.

- Bravamente é apaixonado o senhor D. Júlio (acudiu o Doutor) polas cousas da nossa Pátria, e tem razão, que é dívida que os nobres devem pagar com maior pontualidade à terra que os criou. E verdadeiramente que não tenho a nossa língua por grosseira, nem por bons os argumentos, com que alguns querem provar

que é essa; antes é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura. Para falar é engraçada com um modo senhoril; para cantar é suave com um certo sentimento que favorece a música; para pregar é sustanciosa, com uma gravidade que autoriza as razões e as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita cópia que dane, nem brevidade estéril que a limite; para histórias nem é tão florida que se derrame, nem tão sêca que busque o favor das alheias. A pronúncia não obriga a ferir o céu da boca com aspereza, nem a arrancar as palavras com veemência do gargalo. Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala. Tem de tôdas as línguas o melhor: a pronúncia da Latina, a origem da Grega, a familiaridade da Castelhana, a brandura da Francesa, a elegância da Italiana. Tem mais adajos e sentenças que tôdas as vulgares, em fé de sua antigüidade. E se à língua Hebreia, pola honestidade das palavras, chamaram santa, certo que não sei eu outra que tanto fuja de palavras claras em matéria descomposta quanto a nossa. E, para que diga tudo, só um mal tem: e é que, polo pouco que lhe querem seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedinte.

- Folguei estranhamente de vos ouvir (disse Solino) por não ficar tão covarde, como atêgora estava, em ouvindo murmurar da língua Portuguesa; e não ousava, ou não sabia dizer a minha opinião, a qual cuidava que me nascia do amor que lhe tenho, e que cada um tem às suas cousas como o corvo aos filhos, e Píndaro às suas trovas. Porém quando um homem tão bem fundado na razão como o Doutor, e tão autorizado em seu parecer, sustenta esta parte, nenhuma haverá já tão rija que me tire o atrevimento.

- Nem a língua (disse Píndaro), pois não há amizade que vos faça perder o costume.

- Perdoai-me (tornou êle) que vos feri por não perder o golpe. E, tornando ao que aqui se tratou para recordar o que começámos, averiguou o Doutor que a melhor maneira de escrever eram os diálogos (ficando meu direito reservado nos livros de cavalarias); tocaram-se louvores da prática e escritura com muito engenho; declarou-se como a língua Portuguesa não desmerece lugar entre as melhores, para nela se escreverem matérias levantadas, aprazíveis, proveitosas e necessárias. ¿Que falta entre vós para que destas noites bem gastadas, destas dúvidas bem movidas e destas razões melhor praticadas, se faça um ou muitos diálogos que, sem vergonha do mundo, possam aparecer nas praças dêle à vista dos curiosos e ainda dos murmuradores?

- Tem Solino muita razão (disse D. Júlio) e se assim forem os diálogos como se podem formar com a prática de alguns que estão presentes, bem se autorizara a opinião do Doutor, pôsto que a minha fique de vencida com a ventagem que aqui tem a prática das escrituras alheias. E pois se aproveitam tão bem as noites neste lugar, razão é que por meio dêles se comuniquem a quem se aproveite da doutrina e interêsse delas.

- Se eu não dormira tão poucas horas da passada (disse o Doutor) ainda houvera de prosseguir adiante e responder a isso; mas com vossa licença me vou recolher e amanhã acudirei mais cêdo.

- Acompanhemos ao Doutor (disse o Fidalgo); e, levantando-se êle, se despediram todos com muita cortesia, deixando ao senhor da casa magoado de se acabar tão depressa a conversação; que quem sabe estimar a que é tão boa, tem sentimento das horas que dela perde."

[fim do primeiro diálogo]

Por conta talvez centralmente deste Primeiro Diálogo, a *Corte* tem sido citada em alguns pontos da historiografia, como sinal do vigor da língua portuguesa nos 1500s e 1600s, em uma mesma linha com o outro grande momento do *engrandecimento da língua*, o *Diálogo em defesa da língua portuguesa* de Pero Magalhães de Gandavo, que já mencionamos; o paralelo entre o Primeiro Diálogo da *Corte*, no trecho que destacamos, pode ser feito com o diálogo inteiro de Gandavo.

Minha interpretação nos dois casos será a mesma: tanto a *Corte*, como os Diálogos de Gandavo, evidenciam o baixo prestígio da língua portuguesa entre os quinhentos e os seiscentos.

Assim é que defenderei aqui uma posição aparentemente contraditória: a *Corte na Aldeia* de Lobo, com toda sua apologia do Português e da cortesia portuguesa, é entre as obras que compõe este estudo a que mais agudamente manifesta a instância modelar da cultura castelhana em Portugal.

Entendo que Lobo procura, ali, mostrar que o fidalgo português pode ser discreto; que sua língua materna pode exprimir discrição e engenho; mas que isto deve ser entendido, fundamentalmente, em um contexto no qual discrição e engenho são muito claramente definidos, a partir de modelos culturais que são Espanhóis.

Neste contexto, a obra de Lobo é paradigmática em mais de um sentido. Antes de tudo importa lembrar que Lobo se aproxima de uma linhagem Ibérica de escrita também pelo fato de ter sido, como muitos outros, um autor bilíngüe. Ele escreve, em 1623, uma obra em castelhano cujo contexto é todo ele contraditório para pensarmos a defesa de Portugal na *Corte*: trata-se de “*La jornada que La Magestad Catholica Del Rey Filipe III hizo al Reino de Portugal, y el triunfo y pompa porque le recibió la insigne ciudad de Lisbod*”, que descreve com toda sua glória o coroamento de Felipe da Espanha como Rei de Portugal depois da crise dinástica (Saraiva, 1986; Garcia Peres, 1890). E ainda em 1676, ou seja 30 anos depois de restaurada a dinastia portuguesa, ele escreverá uma peça teatral em

castelhano, o “*Auto del nacimiento de Cristo y edicto del Emperador César Augusto*”.

Mas para além do bilingüismo, o caso de Lobo simboliza bem a questão do horizonte modelar peninsular dos autores portugueses. A filiação da *Corte* à cultura letrada espanhola é fato explorado por José Adriano de Carvalho, que salienta que a obra de Lobo surge no apogeu editorial de alguns dos principais manuais de *discrição cortesã* espanhóis, como o *Galateo Español* (1598) de Lucas Gracián Dantisco. O ponto principal da argumentação de Carvalho é mostrar que a obra de Lobo está mais próxima desta versão espanhola que do original italiano (*Il Galateo*, de Giovanni Della Casa).

Para Carvalho, a *Corte* se filia a Gracián em tantos e tão profundos aspectos, que ele concentua a relação das duas obras como uma *dependência*<sup>66</sup>. O grau de aproximação entre a *Corte* de Lobo e a obra espanhola, argumenta ele, pode ser observado tanto na esfera do ideário que as inspira, como (e isso é aqui central) na propriedade modelar que a estrutura do texto espanhol parece ter no texto português<sup>67</sup>. Embora Carvalho saliente que “*raramente segue Rodrigues Lobo o Galateo Español ao pé da letra (a sua tendência é para o resumir) e uma única vez parece contar a mesma anedota com quase todas as mesmas palavras*”, parece no entanto admirável o grau de proximidade que o historiador vê entre as duas obras, não apenas em termos de temática, mas em termos de estrutura

<sup>66</sup>“Tanto do ponto de vista temático, como desde a perspectiva da sua situação no conjunto do movimento editorial (e social) de obras como *El Cortesano*, o *Galateo Español*, o *Aviso de Privados*, a *Corte na Aldeia* parece estar muito mais próxima da adaptação de *Il Galateo* de Giovanni Della Casa. A preocupação pelas regras duma “retórica” que deve reger os títulos, o escrever das cartas, o comportamento dos embaixadores, as cerimônias da mesa e dos encontros em público, a etiqueta da conversação, o comportamento diante das damas, a maneira de contar novelas (e a inclusão de exemplos no corpo da obra) a descrição dos exageros das manifestações do amor materno, e até alguma coincidência nas anedotas que contam, parecem fazer dessa aproximação uma dependência. (...)” (Carvalho, in Pires e Carvalho, 2001:143)

<sup>67</sup>“Aliás a estrutura da *Corte na Aldeia*, com o seu sistema aberto (o começo está situado antes do primeiro encontro, e o seu final é apenas provisório, já que outros encontros e diálogos se deveriam seguir), aproxima-se mais de um registro ou actas de uma tertúlia de alguns amigos que da evocação nostálgica duma “academia” ou “salão” aristocrático perfeitamente regulado como o de *Il Cortegiano*. Tal como em 1617, em Toledo, em casa do conde de Mora se seuniam alguns amigos para “divertir com pláticas suaves el importuno frio”, também a “conversação aprazível” que fazia sentir menos “as importunas chuvas e ventos de Novembro” e os “rigurosos de Janeiro” parece ser o que regista a *Corte na Aldeia*.” (Carvalho, in Pires e Carvalho, 2001:147)

do texto. Nesta estrutura, além de outros pontos importantes que aqui não estão em foco, importa notar que Lobo procura seguir um certo “*estilo grave e cortês*” dos diálogos.

António Saraiva se refere ao estilo de escrita de Lobo como *preciosamente cortês*. Esta propriedade de *discrição e cortesia* me parece que tem uma filiação clara: dos modelos espanhóis, para a prosa barroca portuguesa, passando, se quisermos, pelos escritores maneiristas. Pois o mesmo Saraiva salienta a segunda propriedade paradigmática da Corte – a de modelo para as próximas gerações de autores: “... *redigido com extremo apuro, e que constitui, pela frase elíptica e preciosamente cortês, e por ser repositório de provérbios e graças idiomáticas, um paradigma de prosa acadêmica*”<sup>68</sup>. Se Rodrigues Lobo é paradigma da escrita barroca que o segue (não há motivos para duvidar que todos os outros autores que aqui estudamos tiveram acesso à *Corte*), interessaria saber quais as propriedades da “*frase elíptica e preciosamente cortês*” de Lobo, e que podem ter servido de modelo para os escritores que o seguem.

Penso que uma destas propriedades pode estar refletida em seu padrão de colocação pronominal. Interessa lembrar que a Corte de Lobo é o texto em que mais encontramos a tendência em se generalizar a próclise para contextos em que ela não é esperada no português medieval nem moderno, como as estruturas potencialmente verbo-iniciais. Vimos, no Capítulo I, que neste texto, além da baixa frequência de enclises em ambientes Sujeito-Verbo, atestam-se próclises em sentenças parentéticas e possíveis retomadas clíticas, em proporção destacada.

O paradigma representado por Lobo, e sua *Corte* nas aldeias, mostra bem a hipótese de que o padrão sintático das obras literárias escritas entre os anos 1600 e o início dos 1700s reflete uma escolha na direção de uma escrita neutra, *cortês* e *grave*.

<sup>68</sup> Saraiva, 1996

### 3.3 O estilo *cortês e discreto*

Já vimos, no *Capítulo II*, que os “conjuntos de correspondências” incluídos no nosso *Corpus* principal não constituem uma reunião arbitrária de textos escritos com função meramente comunicativa, mas sim representam obras concebidas para publicação posterior. O caso paradigmático, como vimos ali, são as *Cartas Familiares* de Francisco Manuel de Melo, que estão longe de representar documentos espontâneos para comunicação com sua “família”. Outro caso importante são as Cartas de António Vieira. O conjunto dos textos incluídos no corpus inclui sua correspondência diplomática com figuras notáveis da época (incluindo o rei de Portugal depois de 1640) e cartas anuais para os superiores da Companhia de Jesus. É forçoso notar que não poderemos falar de uma linguagem familiar e informal também nestes casos, como ressalta João Adolfo Hansen, organizador mais recente desta correspondência: *“Infere-se da prática epistolar de Vieira o mesmo preceito: a aplicação dos decoros estilisticamente adequados à ocasião precede totalmente qualquer veleidade de expressão “sincera” dos afetos”*<sup>69</sup>.

Mais adiante veremos quais os *decoros estilisticamente adequados* a que faz referência Hansen, e que me parece se aplicam às demais peças de epistolografia dos 1600s. Mas no que tange especificamente a correspondência de Vieira, há que notar ainda que no grupo que corresponde à “comunicação interna” com a Companhia, em especial as cartas anuais, há que se lembrar ainda tratar-se de um tipo singular de escrita que seguia normas expressas, determinadas pelo próprio Ignácio de Loyola, e difundidas em modelos espalhados entre os jesuítas em todo o globo. Reproduzo um trecho destas normas tal como citado por Hansen:

*[...]V.R. tenga forma de scriver y hazer que los suyos scriuan a Roma (ultra de lo que querrán scriver a Portugal), no solamente de cosas de edificación, pelo lo demás también, que conviene que sepa el Prepósito General; y las letras de edificación no contengan otros negocios. Vengan de por si. [de Inácio de Loyola para o Pe Manuel da Nóbrega, 18 de julho, 1553; cf. Hansen,*

<sup>69</sup>Hansen (2003:26)

2003:30]

(...) *En las letras mostrables se dirá em quantas partes ay residentia de los de la Compañia, quantos ay em cada uma, y em qué entienden, tocando lo que haze a edificaci3n; asimesmo como andan vestidos, de qué es su comer y beber, y las camas em que duermen, y qué costa [sic] haze cada uno dellos. También, quanto a la regi3n d3nde está, em qué clima, a cuántos grados, qué venzinidad tiene la tierra, cómo andan vestidos, qué comen, etc.; qué casas tienen, y cuántas, según se dize, y qué costumbres; cuántos christianos puede aver, cuántos gentiles o moros; y finalmente, como a otros por curiosidad se scriven muy particulares informaciones, así se scrivan a nuestro Padre, porque mejor sepa cómo se há de proveer; y también satisfacerse ha a muchos señores principales, devotos, que querían se scrivesse algo de lo que he dicho. [do Padre Juan Polanco, por comiss3o de Loyola, para M. da N3brega, agosto de 1553; cf. Hansen, 2003:30]*

Hansen considera que as cartas de Vieira para os membros da Companhia, um século depois, “*d3o continuidade aos preceitos de Loyola*” (Hansen, 2003:33); cotejando as cartas, ele observa que se segue, aí, a estrutura e a seqüência expositiva preceituada por décadas de correspondência jesuítica (o mesmo receituário seguido, também, já por Manuel da N3brega em meados do 16, cf. Serafim Leite, 1954 *apud* Hansen)<sup>70</sup>.

O que importa aqui ressaltar, a partir da perspectiva assim colocada, é: assim como fizemos quanto aos Serm3es, à Nova Floresta, e às Cartas Familiares, abandonemos aqui qualquer postura direta diante da composiç3o do texto das Cartas de Vieira. Grande parte da correspondência de Vieira seguirá, portanto, certas estruturas e convenç3es próprias da correspondência jesuítica; a outra parte, convenç3es de outra natureza, que se inserem no contexto geral da correspondência entre indivíduos letrados.

Com isto não se quer dizer que a escrita das cartas seguisse uma *norma culta* da língua no sentido de *norma gramatical*, como hoje se aplica à escrita. Apontei até aqui, apoiada na historiografia, apenas para o fato de não se poder abordar as Cartas como algum

<sup>70</sup>Hansen considera, sobre Vieira, que “*Sendo excelentes realizaç3es de gêneros epistolares, suas cartas n3o têm originalidade, no sentido romântico e moderno da mercadoria que concorre com outras no mercado de bens culturais. E isso porque Vieira aplica e transforma matérias e preceitos, do todo social objetivo, que não são de sua propriedade particular, mas propriedade comunitária da Companhia de Jesus (...). Além disso, como seu tempo não conhece a divis3o do trabalho intelectual da divis3o iluminista e pós-iluminista, que tornam os regimes discursivos especializados, sua correspondência também n3o tem autonomia estética (...)” (Hansen 2003:33)*

tipo de *escrita espontânea*.

Mas como podemos conceituar os condicionantes da “não-originalidade”, da “não-espontaneidade”, da “não-autonomia estética” desta escrita? Para compreendê-lo, vamos lembrar que Hansen menciona certos *decoros* estilisticamente adequados, e Saraiva, a propriedade da *discrição*. *Decoro, discrição, prudência, juízo*, são propriedades da esfera do ideário barroco, e se inserem na mesma discussão ampla sobre a retórica que estivemos visitando quando falamos do *engenho* nos sermões.

Para J. Adolfo Hansen, o discurso das *Cartas* de Vieira “*é praticado e recebido com a naturalidade que têm as convenções sociais*”; essa convencionalidade deve ser compreendida no contexto daquilo que a *recepção culta* da época espera, ou seja, justamente, a *discrição* e o *decoro* no discurso – mas crucialmente, isso envolve “*elencos memorizados e praticados por Vieira, pois a recepção culta espera achá-los, quando lê a carta*”<sup>71</sup>.

Ora, os modelos mencionados para essa *discrição*, as fontes desses *elencos memorizados*, a que deve remeter o *perfeito cortesão*, são todas elas castelhanas: o “*Oráculo manual y Arte de prudência*” de Gracián; “*Empresas políticas: Idea de um príncipe político-cristiano*” de Saavedra Fajado<sup>72</sup>.

Parecerá que de novo nos afastamos muito dos limites do que é possível um trabalho sobre sintaxe tratar. Mas na argumentação de Hansen quero apenas salientiar dois

<sup>71</sup>“Não há nenhuma oposição ou exclusão de natural e artificial na prática epistolar de Vieira. Ao contrário, naturalidade e artifício implicam-se mutuamente: porque é artificial – como *ars* ou prescrição técnica aplicada racionalmente à produção de um efeito conceitual determinado – o discurso é praticado e recebido com a naturalidade que têm as convenções sociais. (...)”

A naturalidade do artifício fundamenta-se em repertórios de casos análogos do costume antigo. Constituem os *elencos memorizados e praticados por Vieira*, pois a *recepção culta* espera achá-los, quando lê a carta. Como no texto de Gracián sobre a educação do discreto, são tópicos poéticos e oratórios da antiguidade de seu tempo (...); ou casos históricos relidos em *clave neo-escolástica* (...), e argumentos da filosofia, moral e metafísica (...); [etc] (...).

Constituída pelas virtudes intelectuais e letradas do padre, e, muitas vezes, pelas virtudes galantes e heróicas do cortesão, a representação do remetente distingue-se pelo *engenho*, a capacidade intelectual da *invenção retórico-poética*, e pelo *juízo*, a capacidade dialética da *avaliação ético-política das ocasiões*. (...)” (Hansen 2003)

pontos importantes.

O primeiro é que, a exemplo do que salienta Alcir Pécora sobre os Sermões, como vimos no *Capítulo II*, será anacrônico pensarmos a escritura das cartas nos termos de uma oposição *naturalidade/artificialidade*. Assim, temos bem delimitado aqui o aspecto primeiro que interessa reter em toda a discussão sobre a *retórica*: não se tratam de questões de *ornamentos*, mas de um tipo de *estrutura* de discurso. Assim, a epistolografia, como a oratória – os “gêneros” do barroco em geral, devem ser entendidos como inseridos nesta esfera da *retórica*.

Mas interessa sobretudo observar que Hansen remete à questão das expectativas da recepção culta, e à educação do perfeito cortesão; já vimos o que afirma Saraiva sobre o “*misto de sofrimento e amaneiramento acadêmico*” das Cartas de Melo. Aqui poderemos abordá-lo sob nova perspectiva: “... *Mas raramente há a revolta; queixa-se ‘de mansinho’; e só por exceção é que se eleva o tom em que diz; ‘Caibam em si os censurados, que o entendimento é livre, e o bom entendimento é a mesma liberdade...’*. Tal compostura é, não esqueçamos, a de um auto-retrato feito para a posteridade por um ‘discreto’ e perfeito cortesão barroco: as cartas foram, em grande parte, retocadas e já concebidas para publicação, auto-apologia e exemplaridade. (Saraiva, op. Cit.)” Neste sentido, tanto nas Cartas de D. Francisco e de Vieira (textos tão representativos da *escrita culta* da época como outros gêneros em que isto nos pareça mais evidente) encontramos referência a duas propriedades sempre lembradas na historiografia: *cortesia* e *discrição*.

O ideário *discreto* do barroco aparece sempre situado na matriz histórica em que se

<sup>72</sup>“Na enunciação desse remetente caracterizado pelas virtudes políticas do perfeito cortesão, a agudeza retórico-poética do engenho funde-se com a prudência ético-política do juízo (...). Em “Empresas políticas: Idea de um príncipe político-cristiano”, Saavedra Fajado afirma que a integridade da discrição certamente é virtuosa, mas torna-se ‘danosa das conveniências’ se é apenas integridade sem dissimulação. Infere-se da prática epistolar de Vieira o mesmo preceito: a aplicação de decoros estilisticamente adequados à ocasião precede totalmente qualquer veleidade de expressão ‘sincera’ dos afetos. E é justamente a agudeza, como prescreve Gracián em “Oráculo manual y Arte de prudência”, que permite a sinceridade estilística da metáfora que diz o ‘sim’ que significa o ‘não’ e o ‘talvez’.” (Hansen 2003:33)

insere a escritura barroca portuguesa: a Espanha. Vimos, no que tange a correspondência de Vieira, que tanto o ideário escolástico (via Companhia de Jesus) como cortês são trazidos de modelos *castelhanos*: Ignácio de Loyola, Gracián, Saavedra Fajado. Pode-se remeter, assim, a um estilo de escrita *cortesã* e *grave* que se espelha em modelos que são Espanhóis (antes de castelhanos, antes de portugueses).

Considero este um fato extremamente interessante para a hipótese que se defende nesta tese. O problema dos horizontes modelares *espanhóis* do barroco português pode ser tomado em perspectiva com a situação mais geral da língua portuguesa frente ao castelhano como língua de cultura na Península Ibérica em um longo prazo, e assim mostrar sua relevância. A escrita portuguesa em 1600 faz parte de um ciclo histórico que remete aos primeiros registros escritos, e tem seu fim a partir do início dos 1700. Entre a Idade Média e o século 17, os horizontes modelares e estruturantes da língua portuguesa não se limitam às fronteiras nacionais do país, mas sim estendem-se ao espaço maior Ibérico, onde se contextualizariam os funcionamentos da norma escrita, das incorporações estilísticas, e daquilo que os falantes idealizam como a língua padrão.

Estará em jogo nesse processo a valoração de um estilo regionalmente neutro, que terá incidência nas formas lingüísticas salientes de cada língua local em contraposição ao castelhano.

Nesse sentido não me parece surpreendente constatar que as construções menos freqüentes nos textos “clássicos” são justamente as que instanciam formas tipicamente portuguesas, e já perdidas pelo castelhano renascentista.

É significativo, ainda, o fato de encontrarmos nos textos manuscritos as construções com ênclises – que embora possíveis no sistema que por hipótese pode explicar a sintaxe dos textos, são raras nos textos “literários”.

Vamos lembrar que o diálogo de Gandavo, assim como as discussões sobre a grafia dos ditongos nasais, deixam também transparecer que está em pauta, no contexto dos 1500 e

1600, defender a língua portuguesa da pecha de *rude, tosca, e grosseira*. E que para Clarinda de Azevedo Maia, as propriedades regionais da região dialetal do galego-português ao longo da Idade Média têm uma conotação sociolingüística que remete ao popular. Aqui importa lembrar que a ênclise com verbos finitos é uma propriedade que o português compartilha com o galego, e que diferencia ambos em relação ao castelhano.

A diferença que encontramos entre a linguagem dos textos manuscritos por indivíduos não-letrados e a linguagem dos textos literários dos 1600s e início dos 1700s pode incluir portanto, entre outros fatores, o problema da aproximação e distanciamento entre dois pólos: o popular-regional, e o culto-neutro

Neste sentido, o problema da representatividade dos textos literários do nosso Corpus em relação à língua falada se torna melhor compreendido. Pois quando se fala no contraste entre as obras seiscentistas e setecentistas do corpus, a questão do distanciamento entre escrita e fala não pode ser tomada como único fato importante. Não há razões para pensar que a escrita setecentista reflita mais fielmente a oralidade que a escrita seiscentista; nos dois casos, estamos lidando com a escrita culta literária.

A questão reside na direção em que operam as idealizações. Com o início do novo ciclo histórico representado pelo início do século 18, novas forças culturais estão em jogo, e a conformação a um estilo Ibérico neutro deixa de ser relevante. Assim, a escrita culta da nova geração dos 1700 terá seus modelos e contingências de idealização que a afastem eventualmente da língua falada, mas não mais no sentido da valorização do castelhano como dialeto literário de prestígio.

Lembro, a propósito, que ainda em textos escritos nos 1700 se pode atestar uma baixa proporção de ênclises – mas aqui será importante lembrar que os textos com este perfil correspondem àqueles escritos pelos autores *nascidos* no final dos 1600, como se abordou no *Capítulo II*. Na defasagem entre a primeira geração de autores nascidos nos 1700 e a última geração dos 1600 que escreve até meados dos 1700 operam movimentos

diversos, mas nota-se o contraste entre os textos ainda ligados à tradição barroca e dos textos que rompem com esta tradição.

Saliento que, como também já vimos, a frequência de ordens SV com ênclises ou com próclises não parece estar ligada exclusivamente à época em que os autores nascem, mas também ao contexto histórico de sua escrita – curiosamente, a frequência de ordens VS, ao contrário, apresenta um padrão mais claramente relacionado à geração dos autores em termos de sua época de nascimento. Melhor dito: embora não seja evidente, diante dos dados quantificados, que uma maior frequência de *inversões* nos textos possa ser explicada diretamente pelo estilo do texto, os dados permitem dizer que na fronteira dos 1600-1700, *os textos com mais baixa frequência de ênclises são escritos por autores com filiação à escola barroca, como Aires.*

Ora, a matriz estética barroca é *espanhola* antes de portuguesa. Isso não significa tomar o barroco como período de “*invasão*” ou imitação do “*estrangeiro*” - noções comuns em parte da historiografia como também já vimos. Mas é fato que no contexto histórico da época que se convencionou chamar “*O Barroco*”, o horizonte último da cultura letrada portuguesa é a *Espanha*, no sentido histórico da palavra – e não as fronteiras do país, da cultura, da literatura, e da língua nacional tal como hoje as concebemos.

Isso possibilita compreender de forma mais completa a relação entre a tradição do barroco português e a importância do padrão ibérico como circunstância modelar da escrita portuguesa seiscentista.

## 4. Resumo e perspectivas

Defendi neste capítulo que a escrita portuguesa em 1600 faz parte de um *ciclo histórico* que remete aos primeiros registros escritos, e tem seu fim a partir do início dos 1700. Entre a Idade Média e o século 17, os horizontes modelares e estruturantes da língua portuguesa não se limitam às fronteiras nacionais do país, mas sim estendem-se ao espaço maior Ibérico. É neste espaço que se podem melhor contextualizar os funcionamentos da norma escrita, das incorporações estilísticas, e daquilo que os falantes idealizam como a língua padrão

Este processo precisa por sua vez ser historicizado: no contexto medieval primeiro, ou “arcaico”, a relação se dá entre português e castelhano enquanto espelhamento de dialetos próximos. Gradualmente, a relação se transforma em rivalidade entre línguas literárias. Do renascimento até fins do século 17 a relação pode ser conceituada como efetiva diglossia.

Vimos que está em pauta, na reflexão lingüística do período, defender o português da caracterização de língua *grosseira, rude, tosca, inculta*. A defesa do português como língua de cultura foi um processo complexo em que se entrelaçaram três movimentos principais: a garantia da filiação ao latim; a elevação em relação ao galego; e a aproximação em relação ao castelhano.

No plano da escrita “literária”, a crise da autonomia da escrita portuguesa desenrolou também em múltiplos processos. O bilingüismo literário é testemunha de que uma das soluções para a crise foi o abandono da expressão escrita na língua materna; vimos como alguns escritores justificaram esta opção pela *universalidade e clareza* do castelhano. Na historiografia da literatura portuguesa, a força do bilingüismo em seu apogeu – do início da regência dual em 1580, até a restauração entre 1640-1668 – tem sido explicada como raiz da interrupção de alguns gêneros em português (notadamente, a lírica e o teatro). A literatura que segue em português nos 1600 se

insere, no âmbito da estética, na matriz barroca – que deve também ser compreendida neste espaço maior Espanhol, quanto a suas origens e modelos. Vimos como, na *Corte na Aldeia*, a crise se instaura em um processo repleto de contradições, em que se prescreve a discrição para *cortesãos sem corte*.

Apenas no século 18 a centralidade do castelhano se dissipa; é quando os fatores históricos que foram importantes nos processos de idealização da língua desde o renascimento até os anos 1600 deixam de ser relevantes.

Já no início do 18, poderemos falar em línguas nacionais. Neste ponto, as transformações históricas levam a supor que o contexto Ibérico deixa de ser relevante. De um lado, isto remete à transformação radical da realidade portuguesa (formação de Portugal como Estado moderno); de outro lado, à transformação da realidade castelhana (declínio de Castela como potência política e cultural); e mais amplamente, à transformação da realidade Ibérica (marcando o fim da *Espanha* histórica como unidade cultural, no que tange a expressão literária).

...

Afirmei mais acima que os 1700 marcam o início de um “*novo ciclo histórico*”, noção que será preciso conceituar, para podermos compreender a profundidade da ruptura.

Por *ciclo histórico* compreendo uma fase cronológica na qual é possível reconhecer unidade estrutural, centralmente a partir de F. Novais – observando que Novais se refere à época que compreende o fim do antigo regime e o início do capitalismo moderno em Portugal como uma dessas épocas de mudança de ciclo ou transição histórica. Assim, quando nos referimos aqui às transformações do século 18, estamos remetendo a um processo que remete a uma multiplicidade de níveis de análise: a sociedade em sua dimensão cultural, social, econômica. No conjunto dessas

transformações se pode identificar as fronteiras entre os *ciclos históricos*<sup>73</sup>.

É neste sentido, portanto, que considere central o marco dos 1700. Naturalmente o *marco* é relativo – escolhemos a virada do século como simbólica; o processo se estende na dimensão fronteira. Mas lembro ainda que para F. Novais, é entre as duas últimas décadas do 17 e as duas primeiras décadas do 18 que as mudanças críticas nas sociedades europeias tem lugar<sup>74</sup>. É neste quadro maior que devemos entender a *ruptura* do período “Ilustrado” em Portugal. Para Fernando Novais, ao longo da crise da virada do século 18 o eixo de poder se desloca do sul para o norte na Europa – como consequência do fim do Império Espanhol, força principal do antigo regime. A *crise da consciência europeia* se desenrola portanto como crise do mundo ibérico, e surgimento do “ocidente” tal como o conhecemos.

<sup>73</sup>“Transição, já se disse com alguma propriedade, é tudo em história, a ponto de a própria história poder definir-se como o estudo da transição (Ortega y Gasset). Se, de fato, se quer indicar a inexistência de limites radicais, o inexorável entrelaçar-se dos acontecimentos no curso da história, a permanente coexistência de formas transatas com antecipações ainda não concretamente definidas, a afirmação ganha sentido e exprime um dos traços essenciais da realidade histórica. E, no entanto, para certas épocas mais do que para outras, a própria sensibilidade e a tradição do pensamento historiográfico vem revelando não ser desapropriado falar em transição e crise. É que, não obstante aquela inextricável interpenetração acima referida, o desenrolar da história é periodizado por estruturas globais e profundas, geradas na inevitável relação dos homens entre si na prática de sua vida histórica, e que passam a configurar o quadro de possibilidades em que se desenvolve a própria história; tais estruturas não cedem lugar a novas formas de convivência senão através de um processo de ruptura de suas traves básicas, o que imprime inexoravelmente maior ou menor aceleração no ritmo do tempo histórico. Tais acelerações, como indicou M. Dobb, são as revoluções verdadeiramente significativas da história. A esses momentos que medeiam entre as últimas manifestações das estruturas internas em seu pleno funcionamento e a precipitação das transformações que indica a substituição no quadro estrutural, quando é possível demarcá-los ainda que com a relatividade de toda periodização em história, parece-nos legítimo chamar épocas de transição. Dessas é, tanto quanto fomos capazes de apreender seu sentido, a época que vamos estudar”. (Novais, 1995)

<sup>74</sup>“Se quisermos agora fixar o momento decisivo da viragem, isto é, quando o pensamento tradicional passou para a retaguarda, é para o período que medeia entre o fim da centúria anterior [1600] e início de Setecentos que nos devemos voltar. Paul Hazard, que estudou essa transição num livro clássico [La crise de la conscience européenne, 1935], demarcou-a entre 1680 e 1715; aí se situa o que ele chamou com muito gosto e acerto a “crise da consciência europeia” (...). Foi, na verdade, numa profunda mudança nos quadros mentais, com o abandono de antigos por novos valores, que se consubstanciou a vitória do pensamento moderno na sua contenda com a tradição; e foi nessa fase crítica da história espiritual da Europa que se cristalizaram essas “grandes mudanças psicológicas”: da estabilidade ao movimento, do antigo ao moderno, do sul para o norte. No quadro dessas mudanças é que se pode equacionar o triunfo do racionalismo moderno, cujas expressões fundamentais remontavam ao Renascimento e se desenvolveram no século XVII”.

Isto aqui nos interessa em um ponto crucial: diante da importância da transformação que opera na Europa em geral nos 1700, pode-se compreender a profundidade da transformação em Portugal, que neste período, crucialmente, pode libertar-se da égide *espanhola*. Isto se manifesta no âmbito econômico (com o início do novo ciclo do capitalismo em Portugal apontado por Novais), geopolítico (com a libertação da asfixia geográfica do país, pela política de alianças dirigida à Europa, em especial à Inglaterra), cultural (com a nova matriz de pensamento ligada à França), literário (com a “libertação neoclássica”, que agora podemos melhor contextualizar), e, aqui diríamos, lingüístico. Assim penso ter melhor fundamentado a noção de que o ciclo que compreende a escrita seiscentista é radicalmente distinto do ciclo que compreende a escrita setecentista. É neste contexto de amplas e profundas transformações que se sustenta minha afirmação de que será apenas no século 18 que o horizonte da língua portuguesa pode se libertar da matriz *Espanhola*.

Fundamentalmente, portanto, defendi que a escrita portuguesa dos 1600 se insere em um *ciclo histórico* distinto do que se aplica à escrita dos 1700. Esta afirmação se ampara nas abordagens históricas que concebem a transição representada pelo século 18 em Portugal como *ruptura* – ou um daqueles pontos de *aceleração* do tempo histórico em que se podem identificar as mudanças profundas.

Resta a este trabalho voltar às perguntas iniciais sobre a recomposição das etapas gramaticais do português, agora com o olhar enriquecido pela reflexão histórica.

F i n a l



O ponto de partida deste trabalho foi o questionamento da interpretação dos textos *clássicos* como representativos de uma gramática distinta tanto do português europeu moderno como do português arcaico *com base na generalização da próclise*, tendo em vista uma coincidência do padrão português com o padrão castelhano justamente ao longo do período bilíngüe.

A questão central neste sentido não era explicar a sintaxe do *português clássico*, nem a mudança gramatical que leva à formação do português moderno, mas sim compreender e conceituar a relevância dos fatos históricos para a compreensão da evolução dos padrões nos textos.

Termino o trabalho com considerações que equivalem a afirmar que o “*Português Clássico*” não existe como gramática. Noutros termos: o *conjunto* das características documentadas nos textos portugueses escritos nos séculos 16 e 17 (em especial, a generalização da próclise) não é representativo de um *sistema gramatical* diferente do que subjaz aos textos quatrocentistas; e tampouco é esse conjunto de características que forma a base para as mudanças que originam o português europeu moderno.

Considero que uma só gramática subjaz aos textos escritos entre 1400-1700: o *Português Médio*. Essa gramática, entretanto, corresponde à escrita medieval (em sua etapa final); à escrita renascentista; e à escrita barroca.

Os padrões de ordem que documentamos nos textos clássicos nos revelam a gramática média do português tal como instanciada na escrita portuguesa renascentista e barroca. Nessa instanciação, o que se deixa observar empiricamente é a mistura entre as propriedades da gramática e os condicionantes da escrita.

De um lado, vemos que o sistema documentado nos textos “*clássicos*” apresenta traços importantes em comum com textos medievais: em especial, uma elevada proporção de

sujeitos lexicais pós-verbais. De outro lado, vemos que determinadas propriedades documentadas nos textos “clássicos” não se documentam nos textos anteriores e nem nos textos portugueses modernos – de fato, são propriedades singulares delimitadas a este período da língua em Portugal: me refiro fundamentalmente à generalização da próclise em ambientes de “variação”, e à expansão da próclise para ambientes potencialmente verbo-iniciais.

Vimos, além disso, que essas características singulares são mais fartamente documentadas em textos representativos da escrita clássica *culta*, que na escrita dos não-letrados.

Em contraste, as propriedades que os textos literários clássicos apresentam em comum com os textos medievais (relativas à posição dos sujeitos) são também documentadas nos textos não-literários.

Ou seja, a “gramática média” enquanto sistema pode em tese ter se mantido estável entre os anos 1400-1600, mas os padrões sintáticos dos textos remetem à confluência de suas propriedades com os fatores históricos que incidem na escrita em cada momento.

Algumas características podem aparecer como estáveis nos textos de todo o período, sejam medievais, quinhentistas ou seiscentistas – é como interpreto o padrão de inversão dos sujeitos nesses textos.

Outras características podem *mudar nos textos* ao longo do período sem que isto signifique uma *mudança nas propriedades da gramática*. Assim interpreto a evolução dos padrões de alternância ênclises *versus* próclises nos textos do *Português Médio*. No plano da gramática, as duas ordens seriam possíveis, cada uma com sua estrutura correspondente. Nos textos quatrocentistas e quinhentistas, a alternância é ampla, tomando em conta os principais estudos. Nos textos seiscentistas, vimos que a ênclise é a opção menos freqüente – em alguns casos, ausente, no ambiente mais relevante – as sentenças com sujeitos pré-verbais.

Mas entendo que em todo o período, *a ênclise é uma opção possível* no plano da gramática.

A diminuição de sua frequência nos textos não é reveladora de uma mudança na *gramática média*, mas sim uma propriedade dos *textos clássicos*, em especial aqueles representativos da escrita culta letrada.

Nessa escrita, defendo, operam processos de idealização lingüística em que se torna relevante a neutralização de formas salientemente portuguesas, em conformação com um padrão neutro peninsular.

Para entender esse processo, é necessário remeter ao contexto histórico maior da escrita portuguesa nos 1600. Os processos de idealização da língua que conferem centralidade, na escrita culta, a um *padrão neutro peninsular* só podem ser compreendidos tomando em perspectiva a importância do castelhano como língua de prestígio na Península Ibérica, desde a Idade Média, mas em especial nos 1500 e 1600.

Para o longo espaço de tempo que compreende os primeiros documentos escritos em português e o período que centralmente nos interessa – os 1600 – esta relação com um padrão ibérico geral deve ser por sua vez historicizada.

No contexto medieval primeiro, ou *“arcaico”*, a relação entre português e castelhano pode ser interpretada nos termos de um espelhamento de dialetos próximos.

Gradualmente, a relação se transforma em rivalidade entre línguas literárias.

Do renascimento até fins do século 17, a relação entre os dois idiomas pode ser conceituada como efetiva diglossia. A escrita das últimas gerações seiscentistas pode ser vista como a última instância da unidade da *Espanha histórica* em Portugal, em um contexto de dupla articulação: de um lado, a dominação política de Castela sobre Portugal. De outro, a matriz estética barroca, que é espanhola.

Já no início do 18, as transformações históricas levam a supor que o contexto Ibérico deixará de ser centralmente relevante, o que nos permite compreender melhor o

contraste entre os “*horizontes modelares*” das últimas gerações seiscentistas e as primeiras setecentistas.

Nessa questão da passagem entre o padrão seiscentista e o padrão setecentista, se explicita a confluência entre a *história das línguas* e a *diacronia das gramáticas*, o que nos leva ao desafio central do estudo que se empreendeu nesta tese: a tentativa de relacionar sintaxe e história.

A partir da intuição de que estes dois níveis se relacionam, como conceituar esta relação? Para poder lidar com esta questão, procurei tomar a perspectiva de que o contato não está nos fatos da língua, mas no nosso olhar sobre eles.

Então pode ser possível nos aproximarmos da relação entre sintaxe e história como um problema *metodológico* no sentido mais forte da palavra – ou seja, um problema da perspectiva sobre o objeto de estudo. Pois em um nível *ontológico*, sintaxe e história são faces indissociáveis da “língua”. Será a perspectiva teórica que constituirá a Língua como um objeto *concreto* (portanto, a ser tratado do ponto de vista histórico) ou um objeto *abstrato* (portanto, a ser tratado do ponto de vista sintático). Tomamos um ou outro caminho de análise; a natureza concreta e abstrata dos fatos de língua permanece.

É esta afinal a questão fundante da reflexão lingüística em geral; e não é nela que nos aventuramos aqui. Remeti, no início do trabalho, a uma perspectiva sobre a relação entre esta questão fundante e os estudos históricos da língua no quadro gerativo, a partir do caminho aberto por Anthony Kroch no quadro dos estudos diacrônicos gerativistas. Ao longo do trabalho, tomei seu conceito da língua como um entrelaçamento complexo de princípios lingüísticos gerais (ou seja, propriedades gramaticais) e desenvolvimentos históricos particulares como indicação de que, mesmo em um estudo no quadro da teoria da gramática, é pertinente lembrarmos que estamos tratando da língua em determinado contexto histórico. Entendi aqui que estamos lidando com a língua atravessada pela idealização da língua.

Na realidade, isto se aplica a todo estudo sobre a língua.

Mas em especial nos estudos diacrônicos, estamos sempre tratando de história e de sintaxe. Neste sentido, o problema trazido pela tentativa de reflexão deste trabalho apenas explicita uma questão que subjaz a toda a pesquisa.

E se na perspectiva sincrônica a teoria da gramática construiu um corpo metodológico que em tese permite abstrair a face concreta dos dados de língua, e trabalhar apenas com seu objeto de estudo (as propriedades abstratas da língua) na perspectiva diacrônica, isto não é possível, nos termos da própria teoria da gramática. Assim, qualquer estudo sobre a diacronia das gramáticas inclui sempre a dimensão da história das línguas. Diante disso, resta levar este fato em consideração, e conduzir a pesquisa no fio da navalha entre as duas dimensões do objeto de estudo. Neste campo, trabalhamos na confluência de duas dimensões do tempo.

Para ter ser teoricamente conceituada, a dinâmica da mudança gramatical precisa ser abordada como um fenômeno *linear* – pois as propriedades das gramáticas são passadas entre gerações *sucessivas* de falantes; e também um fenômeno *contínuo* – pois a passagem entre o padrão antigo e o novo deve ser *ininterrupta*. O tempo aqui tem uma dimensão: do passado para o presente. Entretanto, a dinâmica dos acontecimentos históricos – inclusive, os acontecimentos da língua – não é necessariamente linear nem contínua: é uma dinâmica de acelerações, regressões, estabilidades, solapamentos, descontinuidades. É a pesquisa histórica, ou seja, a perspectiva do observador, que confere linearidade e continuidade aos processos.

Isto remete ao problema largamente conhecido que está na base das discussões sobre a própria natureza da mudança gramatical: será ela um acontecimento gradual (como para Clark e Roberts, e a tradição dos estudos gerativistas da reanálise) ou um acontecimento abrupto (como nos estudos recentes de D. Lightfoot)? Aqui não entrarei neste debate: o que parece relevante, para dar forma final à reflexão que propus neste trabalho, é apontar para o fato de que a pesquisa da mudança lingüística precisa se

equilibrar sempre entre os dois tempos: o tempo dos acontecimentos, e o tempo da observação dos acontecimentos.

Ao primeiro não temos acesso. No segundo, temos que levar isto em conta. O estudo histórico, ou diacrônico, precisa recompor trajetórias e transições. Entretanto, a linearidade, a continuidade, a gradualidade não está nos acontecimentos, mas na perspectiva que os examina. O estudo da história é este enfrentamento da dificuldade em transformar a mudança em um objeto teoricamente conceituável.

A relevância dessas reflexões sobre o assunto que tratamos ao longo do trabalho incide diretamente numa última questão que resta finalizar: a periodização das etapas históricas do português em contraste com suas etapas gramaticais. Vimos já que a tradição da lingüística histórica marca os 1500 como o início do português moderno – para Said Ali,

*... culmina o apuro e gôsto do português moderno n'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período.*

Neste trabalho, ao contrário, defendi que o português dos seiscentos é a última etapa de uma língua antiga, não o começo de uma língua moderna.

Como se pode explicar esta contradição?

Podemos entender que a diferença entre estas duas abordagens reside diretamente no conceito da mudança lingüística versus mudança gramatical – o que por sua vez está por trás de todo o problema da confluência da diacronia da gramática e da história da língua.

Pois a periodização tradicional remete a *mudanças na língua*; e a periodização dos estudos diacrônicos gerativos remete a *etapas gramaticais*.

Não será surpreendente assim afirmarmos que um espaço que delimitamos como etapa gramatical compreenda diferentes processos de mudança lingüística. Essas mudanças

podem configurar alterações que não atingem os parâmetros da gramática – e são portanto mudanças estritamente lingüísticas em atividade no sistema, mas que não se traduzem na reorganização da gramática por parte de uma geração de falantes no momento da aquisição. Ou podem configurar alterações na língua tomada em um sentido ainda mais amplo, e que inclua mesmo a dimensão da expressão escrita.

É neste sentido que podemos afirmar que a gramática média do português compreende uma etapa final do português medieval; o português quinhentista; e o português seiscentista.

Cada uma destas fases pode ser conceituada como distinta, mas ao mesmo tempo como parte da mesma unidade no plano mais profundo, gramatical.

E aqui encontramos mais uma vez o eco de Said Ali:

*Não é de crer que poucos anos depois de 1500, quase que bruscamente e sem influxo de idioma estranho, cessassem em Portugal inverterados hábitos de falar e se trocasse o português antigo em português moderno. Nem podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem a seu sabor o idioma pátrio e sua gramática. Consistiria sua obra antes em elevar à categoria de obra literária o falar comum, principalmente o das pessoas educadas, tornando-o mais elegante e desterrando locuções que lhe dessem aspecto menos nobre.*

Assim, quando Ali fala no português moderno, ele remete à “*linguagem dos textos*”. E esta é, notavelmente, distinta quer consideremos textos escritos na Idade Média, quer depois da fronteira dos 500.

Mas não iremos supor que “*quase que bruscamente e sem influxo de idioma estranho*”, se trocasse não apenas o português antigo em português moderno, como todos os demais romances antigos nas línguas românicas modernas. De fato, como sabemos, as línguas românicas todas iniciam suas fases modernas em torno do século 16; ou seja, é aí que se documenta largamente nos textos escritos nestes idiomas a extinção de formas comuns aos textos medievais.

Entretanto, como os anos 1500 são marcados por acontecimentos históricos que afetam

diretamente a cultura de escrita nos países europeus – a intensificação do uso literário dos vernáculos, o advento da imprensa, e o início da sistematização descritiva das línguas europeias em geral, que podem ser entendidos como fatores importantes na padronização atestada nos textos escritos em cada país a partir deste período – será razoável supor que as mudanças atestadas nos textos estejam relacionadas a estes fenômenos históricos.

No mesmo processo se insere o português quinhentista. Entretanto, neste caso o processo de transformação do vernáculo em língua de cultura é atravessada pela relação com o castelhano como língua de prestígio literário e social.

Neste contexto, a direção desta padronização se torna uma função das mudanças históricas incidentes na idealização lingüística em cada momento. Para Said Ali, a obra dos escritores quinhentistas consistiu em “*eleva à categoria de obra literária o falar comum, principalmente o das pessoas educadas, tornando-o mais elegante e desterrando locuções que lhe dessem aspecto menos nobre*”. A questão aqui se coloca: qual o falar comum? Como teria sido tornado mais elegante? Quais locuções que lhe davam aspecto menos nobre teriam sido desterradas? Noutras palavras: qual a direção da elevação da linguagem que, por hipótese, operaram dos autores clássicos portugueses?

Nesta tese defendi que os textos “clássicos” são representativos de uma língua culta neutralizada. Esta língua estaria por hipótese restrita ao horizonte da escrita, e remete à produção escrita em português em um período de horizontes culturais peninsulares, aplainadores de diferenças regionais.

Podemos portanto dizer que há uma *continuidade* entre o português dos seiscentos e os textos medievais, no sentido de que a eles subjaz uma mesma gramática.

Podemos também dizer que há uma *ruptura*, pois no meio deste período se dão os acontecimentos que determinarão a padronização da escrita.

Pois diferentes perspectivas podem ser tomadas para determinar continuidades e

descontinuidades na história da língua, ou na sucessão das gramáticas, a depender da matriz teórica na qual se situe a relevância da recomposição das trajetórias e transições.

E embora não seja a *língua* o objeto de estudo da lingüística gerativa, mas sim a *gramática*, o problema da recomposição das trajetórias ainda assim remete à questão da perspectiva histórica. Quando apresentamos a diacronia de uma língua ao longo de centenas de anos, estamos nos fundando no pressuposto de uma *unidade* que nos autoriza a formar um espaço empírico consistente com base no qual se podem construir hipóteses sobre mudanças gramaticais. Quando estudamos por exemplo a *diacronia do português*, olhamos para trás através do prisma do português como língua nacional e de cultura em Portugal *hoje*.

Entretanto, sustentei nesta tese que é relevante procurarmos refletir sobre a unidade do espaço empírico "*textos escritos em português*" e sua relação com o nosso objeto de investigação – "*dinâmica da transmissão das gramáticas*". A relação entre uma e outra coisa parece garantida, a princípio, pelo fato de serem todos estes textos portugueses, escritos por portugueses. Mas esses não são necessariamente bons critérios para definir unidades segundo o próprio quadro da teoria da gramática.

Nesse quadro, o fato importante a garantir, se queremos delimitar unidades, é o *elo da aquisição da língua*. Ou seja: por trás do nosso recorte territorial (= *textos portugueses*) e nacional (= *escritos por portugueses*) está o pressuposto de que neste espaço territorial e nacional houve a transmissão de uma língua através das gerações; e que portanto podemos estudá-la como uma instância do processo de transmissão das gramáticas. Mas mesmo que critério territorial garanta automaticamente o elo de transmissão da aquisição (o que nem sempre é o caso), isto não necessariamente se transfere para a sucessão dos padrões de escrita dos textos. Admitindo que o texto representa uma construção que envolve propriedades determinadas pela gramática dos falantes e propriedades advindas de processos de idealização da língua próprios da escrita, a progressão dos padrões nos textos pode refletir, por hipótese, dois processos: os

processos de *alteração nas propriedades gramaticais na passagem entre gerações* (por conta de uma mudança gramatical em curso, ou como reflexo de uma mudança gramatical já ocorrida), e os *processos de alteração na concretização escrita da língua*.

É verdade que usamos o termo *língua* com um sentido abstrato. Não importa quantas *línguas*, histórica, cultural, geograficamente delimitadas, compartilham uma mesma *gramática*; ou ao contrário, quantas *gramáticas* estejam ativas em determinado espaço histórico, cultural, geográfico ou imaginário identificado com uma *língua*; o objeto de investigação do estudo formal ainda será aquela *gramática* compartilhada por diferentes “*línguas*”, ou aquela *gramática* entre outras ativas em uma mesma “*língua*”. Mas para conduzir um estudo lingüístico formal sobre uma mudança gramatical, precisamos sempre recortar um espaço empírico de reflexão. Nossas *bases* para a reflexão abstrata sobre *gramáticas* são estes recortes de espaços idealizados (*corpora* de textos escritos) a serem quantificados.

Agrupamos amostras escritas produzidas em um espaço historicamente, culturalmente, geograficamente, definido como o espaço de uma *língua*; configuramos estes recortes como universos de análise; e com base neles construímos hipóteses sobre *gramáticas* em mudança. Portanto, o que confere unidade ao nosso universo de análise não é o aparato conceitual da lingüística formal, e sim os conceitos herdados de outras esferas de reflexão – como a história ou a filologia. A unidade que definimos para o estudo da transmissão das *gramáticas* é construída por esse olhar externo.

Assim é que ao fim e ao cabo, é sempre com base na *história das línguas* que podemos reconstruir a *diacronia das gramáticas*.

# Referências Bibliográficas

- ADAMS, Marianne (1987) – Old French, null subjects and verb-second phenomena. Los Angeles: UCLA (Tese de Doutorado).
- ÁLVAREZ, Eloisa; LOURENÇO, Antonio Apolinario (1994) – História da literatura espanhola. Porto: Asa.
- AMBAR, Manuela (1992) – Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português. Lisboa: Colibri.
- AMORA, Antonio Soares (1980) – Do abandono à admiração. O Estado de São Paulo, suplemento comemorativo do 4o centenário de Camões.
- ANTONELLI, André (2004) – Sintagma preposicional e topicalização na história da colocação de clíticos do português clássico ao português europeu moderno. Campinas: UNICAMP, IEL (Monografia).
- AUROUX, Sylvain (1992) – A Revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.
- BARBOSA, Gerônimo Soares (1822) – Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Princípios da grammatica geral applicados á nossa linguagem. Biblioteca Nacional, <<http://bdn.bn.pt/memorias>>, 20/08/2003.
- BARBOSA, Pilar (1996) – Clitic placement in European Portuguese and the position of subjects. In: L. Halpern & A. Zwicky (orgs.), *Approaching second: Second position clitics and related phenomena*. Stanford: CSLI Publications.
- \_\_\_\_\_ (2000) – Clitics: a window into the null subject property. In: J. Costa (ed.), *Portuguese syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- BARRETO, Joam Francisco (1671) – Ortografia da lingua portugueza. Biblioteca Nacional, <<http://bdn.bn.pt>>, 20/03/2003.

BARRETO, Luis Felipe (1986) – Caminhos do saber no renascimento português. Lisboa: Imprensa Nacional.

BARROS, João de (1532) – Gramática da língua portuguesa. Corpus Tycho Brahe, <www.ime.usp.br/~tycho/corpus>, 30/03/2003.

BENINCÁ, Paola (1995) – Complement clitics in medieval Portuguese: the Tobler-Mussafia Law. In: A. Battye & I. Roberts (orgs.), Language change and verbal systems. Oxford University Press.

\_\_\_\_\_ (1989) – L'ordine delle parole nelle lingue romanze medievali. In: XIX Congresso internacional de lingüística e filologia românicas, Setembro 1989, Santiago de Compostela.

BERNARDES, José Augusto Cardoso, org. (1999) – História crítica da literatura portuguesa. Vol. II: Humanismo e Renascimento. Lisboa: Editorial Verbo.

BRAUDEL, Fernand (1949) – El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II. Tomo II. Tradução de Mario Monteforte Toledo, Wenceslao Roces e Vicente Simón. México: Fondo de Cultura Económica, 2ª edição em espanhol, 2002.

BRITO, Bernardo de (1596) – Da monarquia lusitana. Corpus Tycho Brahe, <www.ime.usp.br/~tycho/corpus>, 30/03/2003.

BRITO, Paulino de (1908) – Brasileirismos de collocação de pronomes – resposta ao sen. Candido de Figueiredo. [s. n.]. Isbn: IEL 469.7 B777b. [1908?]

BRITTO, Helena de Sousa (1998) – Deslocamento à esquerda, resumptivo-sujeito, ordem SV e a codificação sintática de juízos categórico e tético no português do Brasil. Campinas: UNICAMP, IEL (Tese de Doutorado).

BUESCO, Maria Leonor Carvalhão (1978) – Gramáticos portugueses do século XVI. Lisboa: MEC.

\_\_\_\_\_ (1984) – Historiografia da língua portuguesa (século XVI). Lisboa: Sá da Costa.

CAMPBELL, Lyle (2000) – Historical linguistics. Cambridge: MIT Press.

- CARDINALETTI, Ana (1999) – Pronouns in germanic and romance languages: an overview. In: H. van Riemsdijk (ed.), *Clitics in the languages of Europe*. Berlim: Mouton de Gruyter.
- CARDINALETTI, Ana; STARKE, Michael (1999) – The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns. In: H. van Riemsdijk (ed.), *Clitics in the languages of Europe*. Berlim: Mouton de Gruyter.
- CARVALHO, José Adriano (2001a) – A corte na aldeia: um título e suas circunstâncias. In: M. L. Pires & J. A. Carvalho (orgs.), *História crítica da literatura portuguesa, vol III (Maneirismo e barroco)*. Lisboa: Verbo.
- \_\_\_\_\_ (2001b) – Rodrigues Lobo leitor do 'Galateo Español'. In: M. L. Pires, & J. A. Carvalho (orgs.), *História crítica da literatura portuguesa, vol III (Maneirismo e barroco)*. Lisboa: Verbo.
- CASTILHO, Ataliba, org. (1998) – Para a história do português brasileiro. Vol I: Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas.
- CASTRO, Ivo (1991) – Curso de história da língua portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta.
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira (2003) – A colocação de SE em textos portugueses do século 16 ao século 19. Apresentação na sessão coordenada "Clíticos na história do português: resultados do corpus Tycho Brahe". III Congresso Internacional da ABRALIN, Faculdade de Letras /UFRJ e Hotel Glória, de 13 a 15 de março de 2003.
- \_\_\_\_\_ (em curso) – O uso de se com infinitivo em PE e PB, ou sobre a interpretação do sujeito de infinitivo em PE e PB: mais do mesmo. Tese de Doutorado, IEL / Unicamp.
- CIDADE, Hernani (1985) – Portugal histórico-cultural. Lisboa: Editorial Presença.
- CLARK, Robert; ROBERTS, Ian (1993) – A computational model of language learnability and language change. *D.E.L.T.A.*, n. 8, pp. 53-103.
- COELHO, Jacinto Prado (1992) – Originalidade da literatura portuguesa. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

- CORREDOIRA, Fernando Vasquez (1998) – A Construção da língua portuguesa frente ao castelhano. Santiago de Compostela: Laiovento.
- COSTA, João (1996) – Positions for subjects in European Portuguese. In West Coast Conference on Formal Linguistics (WCCFL) XI, Fevereiro 1992. Proceedings, Stanford: CLSI, 1996.
- \_\_\_\_\_ (2000) – Word order and discourse configurationality in European Portuguese. In: J. Costa (ed.), Portuguese syntax – New comparative studies. Oxford: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ (2002) – Multiple focus in European Portuguese: apparent optionality and subject positions. In: C. Beyssade et al. (eds.), Romance languages and linguistic theory 2000 . Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- COSTA, João; DUARTE, Inês (2002) – Preverbal subjects in null subject languages are not necessarily dislocated. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 1, pp. 159-175.
- COSTA, João; GALVES, Charlotte (2002) – External subjects in two varieties of Portuguese: evidence for a non-unified analysis. In: C. Beyssade et al. (eds.), Romance languages and linguistic theory 2000. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- CUESTA, Pilar Vasquez (1986) – A Língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes. Lisboa: Coleção Saber/Publicações Europa-América.
- CUESTA, Pilar Vasquez e LUZ, Maria Albertina Mendes (1971) – Gramática da Língua Portuguesa. Tradução de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos. Lisboa: Edições 70/Livraria Martins Fontes, 1ª edição em português, 1980.
- DUARTE, Inês (1987) – A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação, e condições sobre movimento. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de doutoramento) .
- DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela (2000) – Romance Clitics and the minimalist program. In: J. Costa (ed.), Portuguese syntax – New comparative studies. Oxford: Oxford University Press.

DUARTE, Maria Eugênia; CALLOU, Dinah, orgs. (2002) – Para a história do português brasileiro. Vol IV: Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ.

EISENSTEIN, Elizabeth (1998) – A Revolução da cultura impressa. Tradução de Osvaldo Biato. São Paulo: Ática.

FÁVERO, Leonor Lopes (1996) – As Concepções lingüísticas no século XVIII. Campinas: Editora da Unicamp.

FIGUEIREDO, Cândido de (1909) – O Problema da colocação de pronomes. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 7a edição, 1944.

FONTANA, Josep (1993) – Phrase structure and the syntax of clitics in the history of Spanish. Filadélfia: University of Pennsylvania (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_ (1996) – Phonology and syntax in the interpretation of the Tobler-Mussafia law. In: L. Halpern & A. Zwicky (orgs.), *Approaching second: Second position clitics and related phenomena*. Stanford: CSLI Publications.

GALVES, Charlotte (1994) – V-movement, levels of representation and the structure of S. *Letras de Hoje*, n. 96, pp. 35-58.

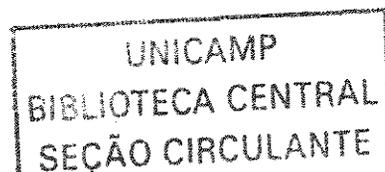
\_\_\_\_\_ (2000) – Agreement, predication, and pronouns in the history of Portuguese. In: J. Costa (ed.), *Portuguese syntax – New comparative studies*. Oxford: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_ (2001) – *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (2002) – *Syntax and Style: clitic placement in Padre Antonio Vieira*. Santa Barbara Portuguese Studies, v. VI, no prelo.

\_\_\_\_\_ (2004) – *Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística, Fase II*. Campinas: UNICAMP (Projeto de Pesquisa).

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2003) – Clitic placement in European Portuguese, <[http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/c\\_galves/GBPS\\_2003.htm](http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/c_galves/GBPS_2003.htm)>, 20/07/2004.



GALVES, Charlotte; SANDALO, Filomena (2004) – Clitic-placement in Classical and Modern European Portuguese. MIT Working Papers, v. 47 (Collected papers on Romance Syntax).

GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2004) – Clitic-placement and the position of subjects in the history of European Portuguese. In: Going Romance, Novembro 2004, Nijmegen. Proceedings, no prelo.

GANDAVO, Pero Magalhães de (1574) - Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa. Biblioteca Nacional, <<http://bdn.bn.pt/memorias>>, 04/01/2004.

GARCIA PERES, Domingo (1890) – Catalogo razonado biografico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano. Biblioteca Nacional, <<http://bd.bnd.pt/memorias>>, 20/03/2003.

GOMES JR, Simão (1998) – Palavra peregrina: O barroco e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil. São Paulo: EDUSP.

GRAÇA MOURA, Vasco (2000) – Sobre Camões, Gândavo e outros personagens - hipóteses de história da cultura. Porto: Campo das Letras.

HACKEROTT, Maria Mercedes (1986) – Compêndios tradicionais de gramática portuguesa. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (Tese de Doutorado).

HANSEN, João Adolfo (2003) – Cartas de Antonio Vieira (1626-1697). In: J.A. Hansen (org.), Cartas do Brasil (1626-1697). São Paulo: Hedra.

ILARI, Rodolfo (1992) - Lingüística românica. São Paulo: Ática.

KATO, Mary Aizawa (1996) - Como, o que e por que escavar?. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs.), Português brasileiro: Uma viagem diacrônica . Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (2000) – A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. Forum Lingüístico. Florianópolis, v.2, n.1, p.97 - 127, 2000.

- KAUFMAN, Terrence; THOMASON, Sarah Grey (1988) – Language contact, creolization and genetic linguistics. Los Angeles: University of California Press.
- KROCH, Anthony (1989)– Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, n. 1, pp.199-244.
- \_\_\_\_\_ (1994) – Morphosyntactic Variation. In: 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society. *Proceedings*, v. 2, pp. 180-201.
- \_\_\_\_\_ (2001) – Syntactic Change. In: M. Baltin & C. Collins (orgs.), *Handbook of syntax*. Nova York: Blackwell.
- KROCH, Anthony; Taylor, Ann (1997) – Verb Movement in Old and Middle English: dialect variation and language contact. In: A. Van Kemenade & N. Vincent (orgs.), *Parameters of morphosyntactic change*, pp. 297-325. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIÃO, Duarte Nunes de (1576) – *Ortographia da lingua portvgvesa*. Biblioteca Nacional, <<http://bd.bnd.pt/memorias>>, 17/03/2003.
- \_\_\_\_\_ (1606) - *Origem da lingua portvgvesa*. Biblioteca Nacional, <<http://bd.bnd.pt/memorias>>, 28/05/2003.
- LIGHTFOOT, David (1997) – Shifting triggers and diachronic reanalyses. In: A. Van Kemenade & N. Vincent (orgs.), *Parameters of morfosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1999). *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Malden: Blackwell/Maryland lectures in language and cognition.
- LUCCHESI, Dante (1998) – *Sistema, mudança e linguagem*. Lisboa: Colibri.
- LUJÁN, Marta (2000) *Expresión y omisión del pronombre personal*. In: I. Bosque & V. Demonte (orgs.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, vol. I: *Sintaxis básica de las clases de palabras*, pp. 1270-1289. Madrid: Real Academia Española, Colección Nebrija y Bello (pp.1209-1269).
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986) – *História do galego-português*. Coimbra: I.N.I.C.

- MARQUILHAS, Rita. (1996) – A faculdade das letras: Leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- \_\_\_\_\_ (2001) – A faculdade das letras. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MARTINS, Ana Maria (1994) – Clíticos na história do português. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- \_\_\_\_\_ (2000) – A Minimalist approach to clitic climbing. In: J. Costa (ed.), Portuguese syntax – New comparative studies. Oxford: Oxford University Press.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989) – Estruturas trecentistas: Elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia, org. (2001) – Para a história do português brasileiro. Vol II: Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas.
- MAYANS Y SISCAR, Gregorio (1737) – Orígenes de la lengua española. Real Academia Española, <<http://www.rae.es>>, 13/05/2003.
- MENEZES, Gilcélia (2003) – A Colocação de clíticos nas orações coordenadas do português clássico. Campinas: UNICAMP, IEL (Monografia).
- MOISÉS, Massaud (1999) – A literatura portuguesa. São Paulo: Cultrix, 29ª edição.
- NAMIUTI, Cristiane (2003) – Um estudo sobre o fenômeno da interpolação de constituintes entre os pronomes clíticos e o verbo na história do português. Coimbra, Boletim de Filologia, no prelo.
- \_\_\_\_\_ (em curso) – Colocação de clíticos, interpolação e mudança gramatical na história do português europeu. Campinas: UNICAMP, IEL (Tese de Doutoramento em andamento).
- NEBRIJA, Antonio de (1492) – Gramatica. Real Academia Española, <<http://www.rae.es>>, 13/05/2003.

NOVAIS, Fernando (1995) – Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 7a edição.

OLIVEIRA, Fernão de (1536) – Grammatica da lingoagem portuguesa. Biblioteca Nacional, <<http://bdn.bn.pt/memorias>>, 04/01/2004.

\_\_\_\_\_ (1536) – Gramática da linguagem portuguesa. Lisboa: Biblioteca Nacional, Fac-simile de Germão Galharde (RES 274 V), 2a Edição, 1988.

PAGOTTO, Emilio G. (1996) – Clíticos, mudança e seleção natural. In: I. Roberts & M. Kato (orgs.), Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (1998) – Colocação de clíticos e topicalização no português arcaico. Campinas: UNICAMP, IEL (Monografia).

PÉCORA, Alcir (2000) – Sermões: o modelo sacramental. In: A. Pécora (ed.), Sermões – Padre Antonio Vieira. São Paulo: Hedra.

PINTZUCK, Susan; TSOULAS, George; WARNER, Anthony, orgs. (2000) – Diachronic syntax, models and mechanisms. Oxford: Oxford University Press.

PIRES, Maria Luisa Gonçalves; CARVALHO, José Adriano, orgs. (2001) – História crítica da literatura portuguesa. Vol III: Maneirismo e Barroco. Lisboa: Verbo.

PONTES, Eunice (1987) – O tópico no português do Brasil. Campinas: Pontes.

POZA, Andrés de (1587) - De la antigua lengua, poblaciones y comarcas de las Españas. Real Academia Española, <<http://www.rae.es>>, 13/05/2003.

RAPOSO, Eduardo (1986) – On the Null Object Construction in European Portuguese. In: O. Jaeggli & C. Silva-Corvalán (orgs.), Studies in romance linguistics. Dordrecht: Foris.

\_\_\_\_\_ (2000) – Clitic Positions and verb movement. In: J. Costa (ed.), Portuguese syntax – New comparative studies. Oxford: Oxford University Press.

RÉVAL, I.S. (1956) – L'Évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIIe

siècle à nous jours. In: 1o Congresso de Língua Falada no Teatro, 1956, Rio de Janeiro. Anais, mimeo.

RIBEIRO, Ilza (1994) – Questões sobre a ordem dos constituintes no português arcaico e no português clássico. Boletim Abralín, n. 17, pp. 23-31.

\_\_\_\_\_ (1995) – A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2. Campinas: UNICAMP, IEL (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_ (1995b) – Evidence for a Verb-Second Phase in Old Portuguese. In: A. Battye & I. Roberts (eds.), *Clause structure and language change*. Oxford: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_ (1998) – A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática?. In: A. Castilho (org.), *Para a história do português brasileiro, vol I: Primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas.

RIZZI, Luigi (1997) – A parametric approach to comparative syntax: properties of the pronominal system. In: L. Haegeman (ed.), *The new comparative syntax*. Harlow: Longman.

ROBERTS, Ian (1993) – *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

ROCHA, Andréa (1985) – *A epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SAID ALI, Manuel (1921) – *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª edição, 1964.

SALGADO JR., A. (1949) Prefácio. In: A. Salgado Jr. (ed.), *Verdadeiro Método de Estudar* (Luis A. Verney). Lisboa: Sá da Costa.

SALVI, Gianpaolo (1990) – La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialettioccidentali della penisola iberica. *Medioevo Romanzo*, n. 15, pp. 177-210.

\_\_\_\_\_ (1992) – Ordine delle parole e struttura della frase nelle lingue romanze antiche. [s.n.], *Alfa Revista de Lingüística*, n. 37, pp. 187-203, 1993.

SARAIVA, António José (1988) – O crepúsculo da Idade Média em Portugal. Lisboa: Gradiva.

\_\_\_\_\_ (1995) – Portugal histórico cultural. Lisboa: Gradiva.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar (1996) – História da literatura portuguesa. Lisboa: Porto.

SORIANO, Olga Fernández (2000) – El pronombre personal. Formas y distribuciones. Pronombres átonos y tónicos. In: I. Bosque & V. Demonte (orgs.), Gramática descriptiva de la lengua española, vol. I: Sintaxis básica de las clases de palabras, pp.1209-1269. Madrid: Real Academia Española, Colección Nebrija y Bello.

TARALLO, Fernando (1996) – Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d' aquém e d' além mar ao final do século XIX. In: I. Roberts & M. Kato (orgs.), Português brasileiro: uma viagem diacrônica . Campinas: Editora da Unicamp.

TAVANI, Giuseppe (1987) – Antecedentes históricos. In: I. Castro, I. Duarte & I. Leiria (orgs.), A Demanda da ortografia portuguesa. Lisboa: Sá da Costa.

TEYSSIER, Paul (1982) - História da língua portuguesa. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida (1995) – Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo diacrônico da cliticização e do movimento do verbo. Campinas: UNICAMP, IEL (Tese de Doutorado).

VERA, Alvaro Ferreira de (1631) – Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa. Biblioteca Nacional, <<http://bdn.bn.pt/memorias>>, 17/06/2003



# E p í l o g o

*“Barroco, ca. Adj: Dícese de lo irregular por exceso de adornos y fuera del orden conveniente”, segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola de 1914.*

*O Barroco com maiúsculas é uma época histórica definida quase sempre em oposição ao que era antes e ao que foi depois. Uma transição da Idade Média para a Moderna. Um interlúdio entre Renascimento e Neoclassicismo. Um distanciar-se do Antigo. Um aproximar-se do Novo. Uma passagem; uma inquietação.*

*Da linguagem dos textos escritos pelos barrocos portugueses já se disse que é contrária à ordem natural da frase, deformante, decadente, eufemística, dúbia, hiperbática, pleonástica, pesada, tortuosa, alambicada, enfática, alegórica, virtuosística, amaneirada, perturbadora, tensa, voluptuosa, sensual, espontânea, explosiva, livre.*

*Nos períodos da história do português não há o Barroco: há o Antigo, há o Clássico, e há o Moderno. A língua dos seiscentos é transição e passagem; é o fim do antigo, ou o começo do novo; nem uma coisa, nem outra.*

*Que dificuldade a das coisas ditas barrocas:  
o encaixá-las no olhar do observador.*

*Daí, Língua Barroca, a que se dá ao nosso olhar.*

Língua Barroca:  
Sintaxe e História  
do Português nos 1600

A p ê n d i c e

Apêndice: Quadros, Tabelas e Gráficos

Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600

Maria Clara Paixão de Sousa, 2004

# Índice das tabelas

|                |    |
|----------------|----|
| Tabela 1.....  | 09 |
| Tabela 2.....  | 10 |
| Tabela 3.....  | 11 |
| Tabela 4.....  | 12 |
| Tabela 5.....  | 13 |
| Tabela 6.....  | 14 |
| Tabela 7.....  | 15 |
| Tabela 8.....  | 16 |
| Tabela 9.....  | 17 |
| Tabela 10..... | 18 |
| Tabela 11..... | 19 |
| Tabela 12..... | 20 |
| Tabela 13..... | 21 |
| Tabela 14..... | 22 |
| Tabela 15..... | 23 |
| Tabela 16..... | 24 |
| Tabela 17..... | 25 |
| Tabela 18..... | 26 |
| Tabela 19..... | 27 |
| Tabela 20..... | 28 |
| Tabela 21..... | 29 |
| Tabela 22..... | 30 |
| Tabela 23..... | 31 |
| Tabela 24..... | 32 |
| Tabela 25..... | 33 |
| Tabela 26..... | 34 |
| Tabela 27..... | 35 |
| Tabela 28..... | 36 |
| Tabela 29..... | 37 |
| Tabela 30..... | 38 |

# Índice dos gráficos

|  |    |
|--|----|
| Gráfico (i).....   | 41 |
| Gráfico (ii).....  | 41 |
| Gráfico 1: Ordens lineares V1, V2 e V3 por quartos de século (cf. tabela 3).....   | 42 |
| Gráfico 2: Ordens V1, proporção de próclises e ênclises sobre o total de orações principais (cf. tabela 19 e 21).....        | 42 |
| Gráfico 3: Ordens V2, proporção de próclises e ênclises sobre o total de orações principais (cf. tabela 19 e 21).....        | 43 |
| Gráfico 4: Ordens V3, proporção de próclises e ênclises sobre o total de orações principais (cf. tabela 19 e 21).....        | 43 |
| Gráfico 5: ênclises/próclises em SUJ-V (cf. tabelas 22 e 23).....  | 44 |
| Gráfico 6: ênclises/próclises em PP-V (cf. tabelas 22 e 23).....   | 44 |
| Gráfico 7: ênclises/próclises em ADV-V, menos modais (cf. tabelas 22 e 23).....  | 45 |
| Gráfico 8: ênclises/próclises em OR-V (cf. tabelas 22 e 23).....   | 45 |
| Gráfico 9: ênclises/próclises em X-V (cf. tabelas 22 e 23).....  | 46 |
| Gráfico 10: proporção de OR-V em sentenças principais (cf. tabelas 16 e 17).....   | 46 |
| Gráfico 11: proporção de PP-V em sentenças principais (cf. tabela 17).....   | 47 |
| Gráfico 12: ênclises/próclises em #V - sentenças principais (cf. tabelas 22 e 23).....                                       | 47 |
| Gráfico 13: ênclises/próclises em #V - sentenças segundas coordenadas (cf. tabela 22).....                                   | 48 |
| Gráfico 14: proporção de Complemento-V em sentenças principais (cf. tabela 28).....  | 48 |
| Gráfico 15: proporção de Complemento-V (não-retomados) em sentenças principais (cf. tabela 28).....                          | 49 |
| Gráfico 16: proporção de Complemento-V (retomados) em sentenças principais (cf. tabela 28).....                              | 49 |
| Gráfico 17: ênclises versus próclises: Complemento-V, retomados comparados a não-retomados (cf. tabela 28).....              | 50 |
| Gráfico 18: Ênclises/próclises em Complemento-V, retomados e não-retomados somados (cf. tabela 24).....                      | 50 |
| Gráfico 19: Proporções de SUJ-Vcl, Oração-Vcl e Retomados-Vcl em sentenças principais - médias.....                          | 51 |
| Gráfico 20: Proporções de SUJ-Vcl, ADV-Vcl e PP-Vcl em sentenças principais - médias.....                                    | 51 |
| Gráfico 21: Proporções de XX-Vcl em principais: X-retomado-Vcl (média) e X-Sujeito-Vcl (média e por texto).....              | 52 |
| Gráfico 22: Proporção de construções X-cl-V em sentenças principais (cf. tabela 21).....                                     | 52 |
| Gráfico 23: Proporção de construções X-V-cl em sentenças principais (cf. tabela 19).....                                     | 53 |
| Gráfico 24: Proporção de construções X-cl-V e X-V-cl em sentenças principais (cf. tabelas 19 e 21).....                      | 53 |
| Gráfico 25: Proporção de construções X-cl-V em sentenças principais: "ambientes de próclise obrigatória"(cf. tabela 21)..... | 54 |
| Gráfico 26: Proporção de construções X-cl-V em sentenças principais: "ambientes de variação"(cf. Tabela 21).....             | 54 |
| Gráfico 27: Proporção de advérbio modal-V em sentenças principais (cf. tabela 20), escala 0,00 a 0,50.....                   | 55 |
| Gráfico 28: Proporção de Complemento-V em sentenças principais (cf. tabela 20), escala 0,00 a 0,10.....                      | 55 |
| Gráfico 29: Proporções de SUJ-cl-V e X-cl-V (com 'próclises obrigatórias') - dispersão.....                                  | 56 |
| Gráfico 30: Proporções de SUJ-cl-V e X-cl-V (com 'próclises obrigatórias') - em linha, por autor.....                        | 56 |
| Gráfico 31: Proporção de PP-cl-V em sentenças principais.....  | 57 |
| Gráfico 32: Proporção de PP-cl-V em sentenças principais.....  | 57 |
| Gráfico 33: SV com ênclises e com próclises em sentenças principais (agrupados em linha) (cf. tabelas 24 e 26).....          | 58 |
| Gráfico 34: Proporção de sujeitos nulos em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25).....                                   | 58 |

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 35: Proporção de sujeitos pré-verbais em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25).....                              | 59 |
| Gráfico 36: Proporção de sujeitos pós-verbais em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25).....                              | 59 |
| Gráfico 37: Sujeitos nulos, pré-verbais e pós-verbais em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25).....                      | 60 |
| Gráfico 38: Proporção de SV com ênclises sobre o total de principais, evolução da taxa de ênclises versus próclises em SV.... | 60 |
| Gráfico 39: Proporção de orações com SV (ênclises e próclises), nulos e VS em principais (cf. tabelas 24 e 26).....           | 61 |
| Gráfico 40: Proporção de orações com sujeitos pós-verbais sobre o total de sentenças principais.....                          | 61 |
| Gráfico 41: Ordens VS em sentenças principais – próclises e ênclises (cf. tabela 29).....                                     | 62 |
| Gráfico 42: Ordens VS em sentenças principais, ênclises – escala 0,00 a 0,25 (cf. tabela 29).....                             | 62 |
| Gráfico 43: Ordens VS em sentenças principais, próclises – escala 0,00 a 0,25 (cf. tabela 29).....                            | 63 |
| Gráfico 44: Ordens VS em sentenças principais – VS_ e VXS+VSX (cf. tabela 29).....  | 63 |
| Gráfico 45: Ordens V-S-X e V-X-S em sentenças principais – escala 0,00 a 0,50 (cf. tabela 29).....                            | 64 |
| Gráfico 46: Ordens VS (próclises e ênclises) e SV (ênclises) em sentenças principais.....                                     | 64 |
| Gráfico 47: Ordens VS (próclises e ênclises) e proporção de ênclises versus próclises em SV.....                              | 65 |
| Gráfico 48: ênclises/próclises em XV – CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31).....   | 66 |
| Gráfico 49: SV com ênclises/total de principais – CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31).....                                | 66 |
| Gráfico 50: ênclises/próclises em SV – CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31).....   | 67 |
| Gráfico 51: proporção de orações VS no total de principais– CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31).....                      | 67 |
| Gráfico 52: Tipos de ordens VS nos manuscritos.....   | 68 |
| Gráfico 53: ênclises/próclises em SV – datas de nascimento (dispersão e média).....   | 69 |
| Gráfico 54: ênclises/próclises em SV – datas de publicação (dispersão e média).....   | 69 |
| Gráfico 55: SV com ênclises em sentenças principais – datas de nascimento (dispersão e média).....                            | 70 |
| Gráfico 56: ênclises/próclises em SV – datas de publicação (dispersão e média).....   | 70 |
| Gráfico 57: VS em sentenças principais– datas de nascimento (dispersão e média).....  | 71 |
| Gráfico 58: VS em sentenças principais– datas de publicação (dispersão e média).....  | 71 |
| Gráfico 59: SV com ênclises/ XVS em sentenças principais.....   | 72 |
| Gráfico 60: SV com ênclises e VS em sentenças independentes cf. Ribeiro (1996:107).....                                       | 73 |
| Gráfico 61: ênclises/próclises em SV em Ribeiro (1995) e no Corpus Tycho Brahe.....   | 73 |
| Gráfico 62: SV com ênclises em sentenças independentes, em Ribeiro (1995) e no Corpus Tycho Brahe.....                        | 74 |
| Gráfico 63: ênclises versus próclises em textos medievais castelhanos e portugueses, e textos portugueses de 1600-1900.....   | 74 |

# 1. Quadros



## Quadro 1: obras do corpus principal de pesquisa

---

### 1. Diogo do Couto: *Décadas*

nasc-falec.: 1542 - 1606  
1ª edição: 1602  
ed. utilizada: 1947, Lisboa, Sá da Costa; seleção, prefácio e notas de António Baião.  
Vol 1, 4a década. Ortografia original.

### 2. Frei Luis de Sousa: *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Mártires*

nasc-falec.: 1556 - 1632  
1ª edição: 1619  
ed. utilizada: 1984, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, ed. Aníbal Pinto de Castro & Gladstone Chaves de Melo. Ortografia modernizada.

### 3. Francisco Rodrigues Lobo: *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*

nasc-falec.: 1579 - 1621  
1ª edição: 1619  
ed. utilizada: 1927, Lisboa, Sá da Costa; prefácio e notas de Afonso Lopes Vieira.  
Ortografia original.

### 4. "Padre Manuel da Costa": *A arte de Furtar*

nasc-falec.: 1601 - 1667  
1ª edição: 1652 - 1744 (? - cf. Cap.II)  
ed. utilizada: 1991, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda; ed. crítica, com introdução e notas de Roger Bismut. Ortografia original.

### 5. D. Francisco Manuel de Melo: *Cartas Familiares*

nasc-falec.: 1604 - 1666  
1ª edição: 1664  
ed. utilizada: 1937, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora; seleção, prefácio e notas pelo Prof. Rodrigues Lapa. Ortografia modernizada.

### 6. António Vieira: *Sermões*

nasc-falec.: 1608 - 1697  
1ª edição: 1679; 1699; 1710; 1748 (doze tomos)  
ed. utilizada: 1907, Porto, Livraria Chardon, de Lello & Irmão Editores; prefaciada e revista por Gonçalo Alves. Ortografia modernizada.

### 7. António Vieira: *Cartas*

nasc-falec.: 1608 - 1697  
1ª edição: 1735  
ed. utilizada: 1925, Coimbra, Imprensa da Universidade; ed. Lúcio d'Azevedo.  
Ortografia modernizada.

---

*Quadro 1 (cont.)*

**8. António das Chagas: *Cartas Espirituais***

nasc-falec.: 1631 - 1682  
1ª edição: 1662  
ed. utilizada: 1939, Lisboa, Sá da Costa; seleção, prefácio e notas por M. Rodrigues Lapa. Ortografia modernizada.

**9. Manuel Bernardes: *Nova Floresta ou Silva de Vários Apotegemas***

nasc-falec.: 1644 - 1710  
1ª edição: 1706; 1708; 1711; 1726; 1728 (cinco tomos)  
ed. utilizada: 1949, Porto, Livraria Lello & Irmão; preâmbulo de J. Pereira de Sampaio. Volume I, primeiro tomo. Ortografia modernizada.

**10. José da Cunha Brochado: *Cartas***

nasc-falec.: 1651 - 1735  
1ª edição: 1735  
ed. utilizada: 1944, Lisboa, Sá da Costa, seleção, prefácio e notas de Antonio Álvaro Dória.

**11. Maria do Céu: *Relacao da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Elenna da Crus***

nasc-falec.: 1658 - 1753  
1ª edição: 1721  
ed. utilizada: 1993, Lisboa, Quimera; ed. Filomena Belo. Ortografia original.

**12. André de Barros: *A Vida do Padre António Vieira***

nasc-falec.: 1675 - 1754  
1ª edição: 1746  
ed. utilizada: 1746, Lisboa, Officina Sylviana. Edição original; ortografia original.

---

---

Quadro 1 (cont.)

**13. Matias Aires: *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Moraes***

nasc-falec.: 1705 - 1763

1ª edição: 1752

ed. utilizada: 1980, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

**14. Luís António Verney: *Verdadeiro Método de Estudar***

nasc-falec.: 1713 - 1792

1ª edição: 1746

ed. utilizada: 1949, Lisboa, Sá da Costa, ed. António Salgado Filho. Volume I, cartas 1 a 4. Ortografia modernizada.

**15. Antonio da Costa: *Cartas de Abade António da Costa***

nasc-falec.: 1714

1ª edição:

ed. utilizada: 1946, Lisboa, Cadernos da Seara Nova; ed. Fernando Lopes Graça.

**16. Correia Garção: *Dissertações***

nasc-falec.: 1724 - 1772

1ª edição: 1778

ed. utilizada: 1982, Lisboa, Sá da Costa; texto fixado, prefácio e notas por António José Saraiva. Volume II, Prosas e Teatro.

**17. Marquesa D'Alorna: *Inéditos, Cartas e Outros Escritos***

nasc-falec.: 1750 - 1839

1ª edição: 1839

ed. utilizada: 1941, Lisboa, Sá da Costa; ed. Hernani Cidade.

**18. Almeida Garrett: *Viagens na Minha Terra***

nasc-falec.: 1799 - 1854

1ª edição: 1846

ed. utilizada: 1998, Lisboa, Imprensa Nacional/Biblioteca Nacional, edição eletrônica. Biblioteca Virtual de Autores Portugueses.

**19. Ramalho Ortigão: *Cartas a Emília***

nasc-falec.: 1836 - 1915

1ª edição: 1914

ed. utilizada: 1993, Lisboa, Lisóptima/Biblioteca Nacional; introdução, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini.

---

Quadro 2: Cronologia do corpus de pesquisa  
(datas de nascimento, publicação e falecimento)

| século: | ano:         | autor nascido:  | obra publicada:                                    | autor falecido: |
|---------|--------------|---|--|-----------------|
| XVI-1   | 1542         | D. do Couto   |  |                 |
| XVI-2   | 1556         | L. de Sousa   |  |                 |
|         | 1579         | R. Lobo   |  |                 |
| XVII-1  | 1601         | M. da Costa   |  |                 |
|         | 1602         |   |  |                 |
|         | 1608         | F. M. de Melo;<br>A. Vieira                                 |  |                 |
|         | 1606         |   |  | D. do Couto     |
|         | 1619         |   | Vida de Frei Bartolomeu (LS); Corte na Aldeia (RL) |                 |
|         | 1621         |   |  | R. Lobo         |
|         | 1631         | A. das Chagas   |  |                 |
|         | 1632         |   |  | L. de Sousa     |
| 1644    | M. Bernardes |   |  |                 |
| XVII-2  | 1651         | J. C. Brochado  |  |                 |
|         | 1652         |   | A arte de Furtar (?MC)                             |                 |
|         | 1658         | M. do Céu   |  |                 |
|         | 1662         |   | Cartas Espirituais (AC)                            |                 |
|         | 1664         |   | Cartas Familiares (FMM)                            |                 |
|         | 1666         |   |  | F. M. de Melo   |
|         | 1667         |   |  | M. da Costa     |
|         | 1675         | A. de Barros  |  |                 |
|         | 1679         |   | Sermões (AV)                                       |                 |
| 1682    |              |   | A. das Chagas                                      |                 |
| 1697    |              |   | A. Vieira  |                 |
| XVIII-1 | 1705         | M. Aires  |  |                 |
|         | 1706         |   | Nova Floresta (MB)                                 |                 |
|         | 1710         |   |  | M. Bernardes    |
|         | 1713         | L.A. Verney   |  |                 |
|         | 1714         | A. da Costa   |  |                 |
|         | 1721         |   | Relação da Vida e Morte ... (MC)                   |                 |
|         | 1724         | C. Garção   |  |                 |
|         | 1735         |   | Cartas (JCB)                                       | J.C. Brochado   |
| 1746    |              | A Vida do Padre António Vieira (AB Verdadeiro Método (LAV)) |  |                 |
| XVIII-2 | 1750         | M. d'Alorna   |  |                 |
|         | 1752         |   | Cartas (AC)  |                 |
|         | 1752         |   | Reflexões sobre a Valdade dos Homens (MA)          |                 |
|         | 1753         |   |  | M. do Céu       |
|         | 1754         |   |  | A. de Barros    |
|         | 1763         |   |  | M. Aires        |
|         | 1772         |   |  | C. Garção       |
|         | 1778         |   | Dissertações (CG)                                  |                 |
| 1792    |              |   | L.A. Verney  |                 |
| 1799    | A. Garrett   |   |  |                 |
| XIX-1   | 1836         | R. Ortigão  |  |                 |
|         | 1839         |   | Cartas (MA)  | M. d'Alorna     |
|         | 1846         |   | Viagens na Minha Terra (AG)                        |                 |
| XIX-2   | 1854         |   |  | A. Garrett      |
| XX-1    | 1914         |   | Cartas a Emília (RO)                               |                 |
|         | 1915         |   |  | R. Ortigão      |

## 2. Tabelas



Tabela 1

Orden de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

universo Inicial - tipos de sentenças

|   | cou        | sou        | lob        | mco        | mel         | vic        | vis        | cha         | ber        | kro        | ceu        | aba        | air        | ver        | aco        | gar        | alo        | ott        | ort        | total        |
|---|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
|   | 1648       | 1658       | 1679       | 1801       | 1808        | 1808       | 1808       | 1831        | 1844       | 1851       | 1658       | 1675       | 1705       | 1713       | 1714       | 1724       | 1750       | 1799       | 1836       |              |
| sentenças independentes declarativas - total  | 291        | 220        | 245        | 228        | 252         | 225        | 198        | 249         | 237        | 123        | 203        | 126        | 306        | 113        | 180        | 88         | 201        | 287        | 156        | 3928         |
| independentes declarativas principais         | 85         | 95         | 136        | 95         | 181         | 118        | 120        | 132         | 148        | 92         | 120        | 75         | 232        | 61         | 120        | 61         | 117        | 204        | 113        | 2305         |
| independentes declarativas 2as coordenadas    | 206        | 125        | 109        | 133        | 71          | 107        | 78         | 117         | 89         | 31         | 83         | 51         | 74         | 52         | 60         | 27         | 84         | 83         | 43         | 1623         |
| sentenças dependentes, negativas, etc - total | 532        | 497        | 722        | 706        | 870         | 620        | 452        | 929         | 468        | 294        | 443        | 305        | 589        | 288        | 485        | 273        | 700        | 448        | 291        | 9913         |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>823</b> | <b>717</b> | <b>967</b> | <b>934</b> | <b>1122</b> | <b>845</b> | <b>650</b> | <b>1178</b> | <b>705</b> | <b>417</b> | <b>646</b> | <b>431</b> | <b>895</b> | <b>402</b> | <b>665</b> | <b>361</b> | <b>901</b> | <b>735</b> | <b>447</b> | <b>13841</b> |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 2

Ordem de constituintes em sentenças frás com cíficos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais

enclises e próclises

|         |         |         | cou  | sou  | lob  | mco  | mei  | vic  | vis  | cha  | ber  | bro  | ceu  | aba  | air  | ver  | aco  | gar  | alo  | gff  | ort  | tc   |    |
|---------|---------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----|
|         |         |         | 1648 | 1656 | 1679 | 1681 | 1688 | 1688 | 1688 | 1631 | 1644 | 1651 | 1658 | 1676 | 1705 | 1713 | 1714 | 1724 | 1760 | 1799 | 1836 |      |    |
| V1      | V       | V01     | 01   | 29   | 32   | 34   | 13   | 04   | 21   | 15   | 24   | 04   | 22   | 13   | 10   | 04   | 24   | 19   | 15   | 97   | 18   | 3    |    |
|         |         | V02     | 05   | 14   | 16   | 01   | 03   | 07   | 09   | 05   | 00   | 07   | 02   | 01   | 02   | 05   | 05   | 03   | 14   | 01   |      | 1    |    |
|         | V1total |         | 0,04 | 0,36 | 0,34 | 0,53 | 0,08 | 0,06 | 0,23 | 0,18 | 0,20 | 0,04 | 0,24 | 0,20 | 0,05 | 0,10 | 0,24 | 0,39 | 0,15 | 0,54 | 0,17 |      | 0  |
|         | V2      | XV      | 22   | 23   | 33   | 18   | 58   | 28   | 33   | 50   | 35   | 27   | 35   | 24   | 43   | 14   | 36   | 15   | 11   | 27   | 26   |      | 5  |
|         |         | SV      | 28   | 18   | 28   | 13   | 62   | 49   | 13   | 27   | 34   | 43   | 14   | 12   | 113  | 26   | 18   | 14   | 61   | 45   | 44   |      | 6  |
|         |         | XVS     | 11   | 10   | 10   | 07   | 25   | 21   | 24   | 19   | 16   | 15   | 14   | 16   | 10   | 04   | 07   | 03   | 07   | 04   | 08   |      | 2  |
|         |         | V2total |      | 0,72 | 0,54 | 0,52 | 0,40 | 0,80 | 0,83 | 0,58 | 0,73 | 0,57 | 0,92 | 0,53 | 0,89 | 0,72 | 0,72 | 0,51 | 0,52 | 0,68 | 0,37 | 0,69 |    |
|         | V3      | XXV     | 09   | 04   | 08   | 02   | 08   | 03   | 13   | 04   | 09   | 00   | 13   | 02   | 10   | 02   | 14   | 01   | 03   | 04   | 04   |      | 1  |
|         |         | XSV     | 01   | 01   | 03   | 03   | 09   | 05   | 07   | 04   | 16   | 02   | 03   | 03   | 18   | 06   | 05   | 01   | 05   | 06   | 04   |      | 1  |
|         |         | XVS     | 02   | 00   | 03   | 00   | 03   | 03   | 02   | 00   | 03   | 00   | 07   | 02   | 02   | 00   | 04   | 00   | 00   | 02   | 00   |      |    |
| SXV     |         | 09      | 05   | 05   | 02   | 02   | 02   | 00   | 04   | 06   | 01   | 05   | 01   | 25   | 03   | 07   | 03   | 12   | 05   | 08   |      | 1    |    |
| V3total |         | 0,25    | 0,11 | 0,14 | 0,07 | 0,12 | 0,11 | 0,18 | 0,09 | 0,23 | 0,03 | 0,23 | 0,11 | 0,24 | 0,18 | 0,25 | 0,08 | 0,17 | 0,08 | 0,14 |      | 0,   |    |
| total   |         |         | 85   | 95   | 136  | 95   | 181  | 118  | 120  | 132  | 148  | 92   | 120  | 75   | 232  | 61   | 120  | 61   | 117  | 204  | 113  |      | 23 |

Paixão de Sousa, 20

Tabela 3

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais, enclises e próclises  
por metades de séculos (datas de nascimento)

|         |         | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| V1      | V       | 01      | 61      | 111     | 39      | 57      | 112     | 18      | 399   |
|         | VS      | 02      | 19      | 41      | 09      | 13      | 17      | 01      | 102   |
|         |         | 03      | 80      | 152     | 48      | 70      | 129     | 19      | 501   |
|         | V1total | 0,04    | 0,35    | 0,19    | 0,17    | 0,15    | 0,40    | 0,17    | 0,22  |
| V2      | XV      | 22      | 56      | 222     | 66      | 108     | 38      | 26      | 558   |
|         | SV      | 28      | 46      | 198     | 69      | 171     | 106     | 44      | 662   |
|         | XVS     | 11      | 20      | 112     | 45      | 24      | 11      | 08      | 231   |
|         | V2total | 0,72    | 0,53    | 0,67    | 0,70    | 0,64    | 0,48    | 0,69    | 0,63  |
| V3      | XXV     | 09      | 12      | 39      | 15      | 27      | 07      | 04      | 113   |
|         | XSV     | 01      | 04      | 44      | 08      | 30      | 11      | 04      | 102   |
|         | XVS     | 02      | 03      | 11      | 09      | 06      | 02      | 00      | 33    |
|         | SXV     | 09      | 10      | 16      | 07      | 38      | 17      | 08      | 105   |
| V3total | 0,25    | 0,13    | 0,14    | 0,14    | 0,21    | 0,12    | 0,14    | 0,15    |       |
| total   |         | 85      | 231     | 794     | 287     | 474     | 321     | 113     | 2305  |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 4

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais

enclises

|         |         |         | cou  | sou  | lob  | mco  | mei  | vic  | vis  | cha  | ber  | bro  | ceu  | aba  | air  | ver  | aco  | gar  | elo  | off  | ort  | total |
|---------|---------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
|         |         |         | 1548 | 1556 | 1579 | 1601 | 1608 | 1608 | 1608 | 1631 | 1644 | 1651 | 1658 | 1675 | 1706 | 1713 | 1714 | 1724 | 1750 | 1799 | 1836 |       |
| VI      | V       | V       | 01   | 29   | 30   | 33   | 11   | 04   | 21   | 15   | 18   | 03   | 21   | 13   | 09   | 04   | 23   | 17   | 15   | 96   | 18   | 381   |
|         |         | VS      | 02   | 05   | 05   | 14   | 01   | 03   | 07   | 09   | 03   | 00   | 07   | 02   | 01   | 02   | 04   | 04   | 03   | 14   | 01   | 87    |
|         | V1total |         | 03   | 34   | 35   | 47   | 12   | 07   | 28   | 24   | 21   | 03   | 28   | 15   | 10   | 06   | 27   | 21   | 18   | 110  | 19   | 468   |
|         |         |         | 0,27 | 0,77 | 0,97 | 0,94 | 0,55 | 0,54 | 0,52 | 0,73 | 0,58 | 0,30 | 0,82 | 0,68 | 0,25 | 0,18 | 0,45 | 1,00 | 0,36 | 0,74 | 0,21 | 0,58  |
|         | V2      | XV      | 05   | 04   | 00   | 01   | 04   | 01   | 15   | 04   | 07   | 04   | 00   | 03   | 10   | 08   | 17   | 00   | 03   | 08   | 17   | 111   |
|         |         | SV      | 00   | 00   | 01   | 00   | 03   | 00   | 03   | 00   | 01   | 03   | 04   | 00   | 17   | 13   | 04   | 00   | 25   | 27   | 37   | 138   |
|         |         | XVS     | 02   | 02   | 00   | 01   | 01   | 03   | 06   | 04   | 04   | 00   | 01   | 04   | 01   | 02   | 01   | 00   | 01   | 01   | 06   | 40    |
|         |         | V2total |      | 07   | 06   | 01   | 02   | 08   | 04   | 24   | 08   | 12   | 07   | 05   | 07   | 28   | 23   | 22   | 00   | 29   | 36   | 60    |
|         |         |         | 0,64 | 0,14 | 0,03 | 0,04 | 0,36 | 0,31 | 0,44 | 0,24 | 0,33 | 0,70 | 0,15 | 0,32 | 0,70 | 0,70 | 0,37 | 0,00 | 0,58 | 0,24 | 0,66 | 0,36  |
|         | V3      | XXV     | 01   | 03   | 00   | 00   | 01   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 01   | 01   | 06   | 00   | 01   | 00   | 03   | 19    |
| XSV     |         | 00      | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 02   | 01   | 00   | 02   | 02   | 03   | 11   |       |
| XVS     |         | 00      | 00   | 00   | 00   | 01   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 01   | 00   | 06   |       |
| SXV     |         | 00      | 01   | 00   | 01   | 00   | 01   | 00   | 01   | 02   | 00   | 00   | 00   | 01   | 01   | 02   | 00   | 00   | 00   | 06   | 16   |       |
| V3total |         | 01      | 04   | 00   | 01   | 02   | 02   | 02   | 01   | 03   | 00   | 01   | 00   | 02   | 04   | 11   | 00   | 03   | 03   | 12   | 52   |       |
|         |         | 0,09    | 0,09 | 0,00 | 0,02 | 0,09 | 0,15 | 0,04 | 0,03 | 0,08 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,05 | 0,12 | 0,18 | 0,00 | 0,06 | 0,02 | 0,13 | 0,06 |       |
| total   |         |         | 11   | 44   | 36   | 50   | 22   | 13   | 54   | 33   | 36   | 10   | 34   | 22   | 40   | 33   | 60   | 21   | 50   | 149  | 91   | 809   |

Paião de Sousa, 2004

Tabela 5

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais, enclises

por metades de séculos (datas de nascimento)

|         |         | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| V1      | V       | 01      | 59      | 102     | 37      | 53      | 111     | 18      | 381   |
|         | VS      | 02      | 10      | 37      | 09      | 11      | 17      | 01      | 87    |
|         |         | 03      | 69      | 139     | 46      | 64      | 128     | 19      | 468   |
|         | V1total | 0,27    | 0,86    | 0,67    | 0,70    | 0,42    | 0,64    | 0,21    | 0,58  |
| V2      | XV      | 05      | 04      | 32      | 07      | 35      | 11      | 17      | 111   |
|         | SV      | 00      | 01      | 07      | 07      | 34      | 52      | 37      | 138   |
|         | XVS     | 02      | 02      | 19      | 05      | 04      | 02      | 06      | 40    |
|         |         | 07      | 07      | 58      | 19      | 73      | 65      | 60      | 289   |
| V2total | 0,64    | 0,09    | 0,28    | 0,29    | 0,47    | 0,33    | 0,66    | 0,36    |       |
| V3      | XXV     | 01      | 03      | 02      | 01      | 08      | 01      | 03      | 19    |
|         | XSV     | 00      | 00      | 01      | 00      | 03      | 04      | 03      | 11    |
|         | XVS     | 00      | 00      | 03      | 00      | 02      | 01      | 00      | 06    |
|         | SXV     | 00      | 01      | 05      | 00      | 04      | 00      | 06      | 16    |
| V3total | 01      | 04      | 11      | 01      | 17      | 06      | 12      | 52      |       |
| V3total | 0,09    | 0,05    | 0,05    | 0,02    | 0,11    | 0,03    | 0,13    | 0,06    |       |
| total   |         | 11      | 80      | 208     | 66      | 154     | 199     | 91      | 609   |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 6

Ordem de constituintes em sentenças finitas com cíficos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais

proclises

|       |         | cou  | sou  | lob  | moo  | mel  | vic  | vis  | cha  | ber  | bro  | ceu  | aba  | air  | ver  | aco  | gar  | elo  | ott  | ort  |
|-------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|       |         | 1648 | 1656 | 1679 | 1691 | 1698 | 1698 | 1698 | 1631 | 1644 | 1661 | 1668 | 1676 | 1706 | 1713 | 1714 | 1724 | 1760 | 1799 | 1836 |
| V1    | V       | 00   | 01   | 01   | 00   | 06   | 01   | 01   | 00   | 00   | 02   | 01   | 02   | 01   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   |
|       | VS      | 00   | 01   | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 09   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   |
|       |         | 00   | 02   | 01   | 00   | 08   | 01   | 01   | 00   | 00   | 03   | 01   | 11   | 03   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   |
|       | V1total | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,07 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,08 | 0,02 | 0,11 | 0,07 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| V2    | XV      | 21   | 19   | 33   | 08   | 28   | 23   | 35   | 46   | 17   | 15   | 19   | 33   | 17   | 54   | 09   | 19   | 06   | 27   | 18   |
|       | SV      | 12   | 14   | 96   | 36   | 33   | 40   | 10   | 27   | 28   | 14   | 18   | 27   | 13   | 59   | 07   | 18   | 13   | 49   | 10   |
|       | XVS     | 12   | 06   | 09   | 06   | 12   | 15   | 13   | 15   | 09   | 03   | 03   | 10   | 06   | 24   | 02   | 08   | 02   | 18   | 18   |
|       | V2total | 45   | 39   | 138  | 50   | 73   | 78   | 58   | 88   | 54   | 32   | 40   | 70   | 36   | 137  | 18   | 45   | 21   | 94   | 46   |
|       |         | 0,85 | 0,65 | 0,72 | 0,75 | 0,65 | 0,95 | 0,67 | 0,89 | 0,73 | 0,80 | 0,73 | 0,70 | 0,80 | 0,66 | 0,82 | 0,88 | 0,75 | 0,90 | 0,70 |
| V3    | XXV     | 02   | 08   | 09   | 02   | 09   | 00   | 12   | 04   | 08   | 01   | 04   | 08   | 02   | 07   | 01   | 01   | 01   | 03   | 12   |
|       | XSV     | 03   | 04   | 18   | 03   | 15   | 02   | 03   | 04   | 01   | 01   | 04   | 03   | 03   | 09   | 01   | 01   | 04   | 05   | 07   |
|       | XVS     | 02   | 02   | 02   | 00   | 03   | 00   | 07   | 00   | 02   | 00   | 01   | 03   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 02   | 01   |
|       | SXV     | 01   | 05   | 24   | 12   | 04   | 01   | 05   | 03   | 09   | 03   | 05   | 05   | 01   | 02   | 02   | 04   | 02   | 01   | 00   |
|       | V3total | 08   | 19   | 53   | 17   | 31   | 03   | 27   | 11   | 20   | 05   | 14   | 19   | 06   | 20   | 04   | 06   | 07   | 11   | 20   |
|       |         | 0,15 | 0,32 | 0,28 | 0,25 | 0,28 | 0,04 | 0,31 | 0,11 | 0,27 | 0,13 | 0,25 | 0,19 | 0,13 | 0,13 | 0,18 | 0,12 | 0,25 | 0,10 | 0,30 |
| total |         | 53   | 60   | 192  | 67   | 112  | 82   | 86   | 99   | 74   | 40   | 55   | 100  | 45   | 159  | 22   | 51   | 28   | 105  | 66   |

Painão de Sousa, 2

Tabela 7

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais, próclises

por metades de séculos (datas de nascimento)

|       |         | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |
|-------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| V1    | V       | 00      | 02      | 08      | 05      | 03      | 00      | 00      | 18    |
|       | VS      | 00      | 01      | 02      | 10      | 02      | 00      | 00      | 15    |
|       |         | 00      | 03      | 10      | 15      | 05      | 00      | 00      | 33    |
|       | V1total | 0,00    | 0,01    | 0,02    | 0,08    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,02  |
| V2    | XV      | 21      | 52      | 157     | 67      | 99      | 33      | 18      | 447   |
|       | SV      | 12      | 110     | 174     | 59      | 97      | 62      | 10      | 524   |
|       | XVS     | 12      | 15      | 70      | 16      | 40      | 20      | 18      | 191   |
|       | V2total | 45      | 177     | 401     | 142     | 236     | 115     | 46      | 1162  |
|       |         | 0,85    | 0,70    | 0,77    | 0,73    | 0,85    | 0,86    | 0,70    | 0,78  |
| V3    | XXV     | 02      | 17      | 35      | 13      | 11      | 04      | 12      | 94    |
|       | XSV     | 03      | 22      | 28      | 08      | 14      | 09      | 07      | 91    |
|       | XVS     | 02      | 04      | 12      | 04      | 02      | 02      | 01      | 27    |
|       | SXV     | 01      | 29      | 34      | 13      | 09      | 03      | 00      | 89    |
|       | V3total | 08      | 72      | 109     | 38      | 36      | 18      | 20      | 301   |
|       |         | 0,15    | 0,29    | 0,21    | 0,19    | 0,13    | 0,14    | 0,30    | 0,20  |
| total |         | 53      | 252     | 520     | 195     | 277     | 133     | 66      | 1486  |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 8

Ordem de constituintes em sentenças finitas com cftloos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais

enclises/proclises em cada ambiente

|           |           |  | cou  | sou  | lob  | moo  | mel  | vic  | vis  | cha  | ber  | bro  | ceu  | aba  | air  | ver  | eco  | ciar | elo  | ott  | ort  | to   |
|-----------|-----------|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|           |           |  | 1548 | 1556 | 1579 | 1601 | 1608 | 1608 | 1608 | 1631 | 1644 | 1651 | 1658 | 1676 | 1705 | 1713 | 1714 | 1724 | 1750 | 1799 | 1836 |      |
| V1        | enclises  |  | 03   | 34   | 35   | 47   | 12   | 07   | 28   | 24   | 21   | 03   | 28   | 15   | 10   | 06   | 27   | 21   | 18   | 110  | 19   | 4    |
|           | proclises |  | 00   | 02   | 01   | 00   | 06   | 01   | 01   | 00   | 00   | 03   | 01   | 11   | 03   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   |      |
|           | %enclises |  | 1,00 | 0,94 | 0,97 | 1,00 | 0,60 | 0,88 | 0,97 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,97 | 0,58 | 0,77 | 0,75 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,1  |
| V2        | enclises  |  | 07   | 06   | 01   | 02   | 08   | 04   | 24   | 08   | 12   | 07   | 05   | 07   | 28   | 23   | 22   | 00   | 29   | 36   | 60   | 2    |
|           | proclises |  | 45   | 39   | 138  | 50   | 73   | 78   | 58   | 88   | 54   | 32   | 40   | 70   | 36   | 137  | 18   | 45   | 21   | 94   | 46   | 11   |
|           | %enclises |  | 0,13 | 0,13 | 0,01 | 0,04 | 0,10 | 0,05 | 0,29 | 0,08 | 0,18 | 0,18 | 0,11 | 0,09 | 0,44 | 0,14 | 0,55 | 0,00 | 0,58 | 0,28 | 0,57 | 0,20 |
| V3        | enclises  |  | 01   | 04   | 00   | 01   | 02   | 02   | 02   | 01   | 03   | 00   | 01   | 00   | 02   | 04   | 11   | 00   | 03   | 03   | 12   | 3    |
|           | proclises |  | 06   | 19   | 53   | 17   | 31   | 03   | 27   | 11   | 20   | 05   | 14   | 19   | 06   | 20   | 04   | 06   | 07   | 11   | 20   | 3    |
|           | %enclises |  | 0,11 | 0,17 | 0,00 | 0,06 | 0,06 | 0,40 | 0,07 | 0,08 | 0,13 | 0,00 | 0,07 | 0,00 | 0,25 | 0,17 | 0,73 | 0,00 | 0,30 | 0,21 | 0,38 | 0,15 |
| enclises  |           |  | 11   | 44   | 36   | 50   | 22   | 13   | 54   | 33   | 36   | 10   | 34   | 22   | 40   | 33   | 60   | 21   | 50   | 149  | 91   | 8    |
| proclises |           |  | 53   | 60   | 192  | 67   | 112  | 82   | 86   | 99   | 74   | 40   | 55   | 100  | 45   | 159  | 22   | 51   | 28   | 105  | 66   | 14   |
| %enclises |           |  | 0,17 | 0,42 | 0,16 | 0,43 | 0,16 | 0,14 | 0,39 | 0,25 | 0,33 | 0,20 | 0,38 | 0,18 | 0,47 | 0,17 | 0,73 | 0,29 | 0,64 | 0,59 | 0,58 | 0,35 |
| total     |           |  | 64   | 104  | 228  | 117  | 134  | 95   | 140  | 132  | 110  | 50   | 89   | 122  | 85   | 192  | 82   | 72   | 78   | 254  | 157  | 230  |

Paixão de Sousa, 201

Tabela 9

Orden de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

Ordens #V, XV, XXV em sentenças principais, enclises e próclises

por metades de séculos (datas de nascimento)

|           |           | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |
|-----------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| V1        | enclises  | 03      | 69      | 139     | 46      | 64      | 128     | 19      | 468   |
|           | próclises | 00      | 03      | 10      | 15      | 05      | 00      | 00      | 33    |
|           | %enclises | 1,00    | 0,96    | 0,93    | 0,75    | 0,93    | 1,00    | 1,00    | 0,93  |
| V2        | enclises  | 07      | 07      | 58      | 19      | 73      | 65      | 60      | 289   |
|           | próclises | 45      | 177     | 401     | 142     | 236     | 115     | 46      | 1162  |
|           | %enclises | 0,13    | 0,04    | 0,13    | 0,12    | 0,24    | 0,36    | 0,57    | 0,20  |
| V3        | enclises  | 01      | 04      | 11      | 01      | 17      | 06      | 12      | 52    |
|           | próclises | 08      | 72      | 109     | 38      | 36      | 18      | 20      | 301   |
|           | %enclises | 0,11    | 0,05    | 0,09    | 0,03    | 0,32    | 0,25    | 0,38    | 0,15  |
| enclises  |           | 11      | 80      | 208     | 66      | 154     | 199     | 91      | 809   |
| próclises |           | 53      | 252     | 520     | 195     | 277     | 133     | 66      | 1496  |
| %enclises |           | 0,17    | 0,24    | 0,29    | 0,25    | 0,36    | 0,60    | 0,58    | 0,35  |
| total     |           | 64      | 332     | 728     | 261     | 431     | 332     | 157     | 2305  |

Palhão de Sousa, 2004

Tabela 10

Ordem de constituintes em sentenças finais com clíticos no Corpus Ticho Baixo

Total de dados, agrupado segundo o constituinte que precede o verbo - cada texto

(X-V: ENCLISE S+PR-CLISE S)

|  |  | 001 | 002 | 003 | 004 | 005 | 006 | 007 | 008 | 009 | 010 | 011 | 012 | 013 | 014 | 015 | 016 | 017 | 018 | 019 | 020 | 021 | 022 | 023 | 024 | 025 | 026 | 027 | 028 | 029 | 030 | 031 | 032 | 033 | 034 | 035 | 036 | 037 | 038 | 039 | 040 | 041 | 042 | 043 | 044 | 045 | 046 | 047 | 048 | 049 | 050 | 051 | 052 | 053 | 054 | 055 | 056 | 057 | 058 | 059 | 060 | 061 | 062 | 063 | 064 | 065 | 066 | 067 | 068 | 069 | 070 | 071 | 072 | 073 | 074 | 075 | 076 | 077 | 078 | 079 | 080 | 081 | 082 | 083 | 084 | 085 | 086 | 087 | 088 | 089 | 090 | 091 | 092 | 093 | 094 | 095 | 096 | 097 | 098 | 099 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 | 126 | 127 | 128 | 129 | 130 | 131 | 132 | 133 | 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 | 151 | 152 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 158 | 159 | 160 | 161 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179 | 180 | 181 | 182 | 183 | 184 | 185 | 186 | 187 | 188 | 189 | 190 | 191 | 192 | 193 | 194 | 195 | 196 | 197 | 198 | 199 | 200 | 201 | 202 | 203 | 204 | 205 | 206 | 207 | 208 | 209 | 210 | 211 | 212 | 213 | 214 | 215 | 216 | 217 | 218 | 219 | 220 | 221 | 222 | 223 | 224 | 225 | 226 | 227 | 228 | 229 | 230 | 231 | 232 | 233 | 234 | 235 | 236 | 237 | 238 | 239 | 240 | 241 | 242 | 243 | 244 | 245 | 246 | 247 | 248 | 249 | 250 | 251 | 252 | 253 | 254 | 255 | 256 | 257 | 258 | 259 | 260 | 261 | 262 | 263 | 264 | 265 | 266 | 267 | 268 | 269 | 270 | 271 | 272 | 273 | 274 | 275 | 276 | 277 | 278 | 279 | 280 | 281 | 282 | 283 | 284 | 285 | 286 | 287 | 288 | 289 | 290 | 291 | 292 | 293 | 294 | 295 | 296 | 297 | 298 | 299 | 300 | 301 | 302 | 303 | 304 | 305 | 306 | 307 | 308 | 309 | 310 | 311 | 312 | 313 | 314 | 315 | 316 | 317 | 318 | 319 | 320 | 321 | 322 | 323 | 324 | 325 | 326 | 327 | 328 | 329 | 330 | 331 | 332 | 333 | 334 | 335 | 336 | 337 | 338 | 339 | 340 | 341 | 342 | 343 | 344 | 345 | 346 | 347 | 348 | 349 | 350 | 351 | 352 | 353 | 354 | 355 | 356 | 357 | 358 | 359 | 360 | 361 | 362 | 363 | 364 | 365 | 366 | 367 | 368 | 369 | 370 | 371 | 372 | 373 | 374 | 375 | 376 | 377 | 378 | 379 | 380 | 381 | 382 | 383 | 384 | 385 | 386 | 387 | 388 | 389 | 390 | 391 | 392 | 393 | 394 | 395 | 396 | 397 | 398 | 399 | 400 | 401 | 402 | 403 | 404 | 405 | 406 | 407 | 408 | 409 | 410 | 411 | 412 | 413 | 414 | 415 | 416 | 417 | 418 | 419 | 420 | 421 | 422 | 423 | 424 | 425 | 426 | 427 | 428 | 429 | 430 | 431 | 432 | 433 | 434 | 435 | 436 | 437 | 438 | 439 | 440 | 441 | 442 | 443 | 444 | 445 | 446 | 447 | 448 | 449 | 450 | 451 | 452 | 453 | 454 | 455 | 456 | 457 | 458 | 459 | 460 | 461 | 462 | 463 | 464 | 465 | 466 | 467 | 468 | 469 | 470 | 471 | 472 | 473 | 474 | 475 | 476 | 477 | 478 | 479 | 480 | 481 | 482 | 483 | 484 | 485 | 486 | 487 | 488 | 489 | 490 | 491 | 492 | 493 | 494 | 495 | 496 | 497 | 498 | 499 | 500 | 501 | 502 | 503 | 504 | 505 | 506 | 507 | 508 | 509 | 510 | 511 | 512 | 513 | 514 | 515 | 516 | 517 | 518 | 519 | 520 | 521 | 522 | 523 | 524 | 525 | 526 | 527 | 528 | 529 | 530 | 531 | 532 | 533 | 534 | 535 | 536 | 537 | 538 | 539 | 540 | 541 | 542 | 543 | 544 | 545 | 546 | 547 | 548 | 549 | 550 | 551 | 552 | 553 | 554 | 555 | 556 | 557 | 558 | 559 | 560 | 561 | 562 | 563 | 564 | 565 | 566 | 567 | 568 | 569 | 570 | 571 | 572 | 573 | 574 | 575 | 576 | 577 | 578 | 579 | 580 | 581 | 582 | 583 | 584 | 585 | 586 | 587 | 588 | 589 | 590 | 591 | 592 | 593 | 594 | 595 | 596 | 597 | 598 | 599 | 600 | 601 | 602 | 603 | 604 | 605 | 606 | 607 | 608 | 609 | 610 | 611 | 612 | 613 | 614 | 615 | 616 | 617 | 618 | 619 | 620 | 621 | 622 | 623 | 624 | 625 | 626 | 627 | 628 | 629 | 630 | 631 | 632 | 633 | 634 | 635 | 636 | 637 | 638 | 639 | 640 | 641 | 642 | 643 | 644 | 645 | 646 | 647 | 648 | 649 | 650 | 651 | 652 | 653 | 654 | 655 | 656 | 657 | 658 | 659 | 660 | 661 | 662 | 663 | 664 | 665 | 666 | 667 | 668 | 669 | 670 | 671 | 672 | 673 | 674 | 675 | 676 | 677 | 678 | 679 | 680 | 681 | 682 | 683 | 684 | 685 | 686 | 687 | 688 | 689 | 690 | 691 | 692 | 693 | 694 | 695 | 696 | 697 | 698 | 699 | 700 | 701 | 702 | 703 | 704 | 705 | 706 | 707 | 708 | 709 | 710 | 711 | 712 | 713 | 714 | 715 | 716 | 717 | 718 | 719 | 720 | 721 | 722 | 723 | 724 | 725 | 726 | 727 | 728 | 729 | 730 | 731 | 732 | 733 | 734 | 735 | 736 | 737 | 738 | 739 | 740 | 741 | 742 | 743 | 744 | 745 | 746 | 747 | 748 | 749 | 750 | 751 | 752 | 753 | 754 | 755 | 756 | 757 | 758 | 759 | 760 | 761 | 762 | 763 | 764 | 765 | 766 | 767 | 768 | 769 | 770 | 771 | 772 | 773 | 774 | 775 | 776 | 777 | 778 | 779 | 780 | 781 | 782 | 783 | 784 | 785 | 786 | 787 | 788 | 789 | 790 | 791 | 792 | 793 | 794 | 795 | 796 | 797 | 798 | 799 | 800 | 801 | 802 | 803 | 804 | 805 | 806 | 807 | 808 | 809 | 810 | 811 | 812 | 813 | 814 | 815 | 816 | 817 | 818 | 819 | 820 | 821 | 822 | 823 | 824 | 825 | 826 | 827 | 828 | 829 | 830 | 831 | 832 | 833 | 834 | 835 | 836 | 837 | 838 | 839 | 840 | 841 | 842 | 843 | 844 | 845 | 846 | 847 | 848 | 849 | 850 | 851 | 852 | 853 | 854 | 855 | 856 | 857 | 858 | 859 | 860 | 861 | 862 | 863 | 864 | 865 | 866 | 867 | 868 | 869 | 870 | 871 | 872 | 873 | 874 | 875 | 876 | 877 | 878 | 879 | 880 | 881 | 882 | 883 | 884 | 885 | 886 | 887 | 888 | 889 | 890 | 891 | 892 | 893 | 894 | 895 | 896 | 897 | 898 | 899 | 900 | 901 | 902 | 903 | 904 | 905 | 906 | 907 | 908 | 909 | 910 | 911 | 912 | 913 | 914 | 915 | 916 | 917 | 918 | 919 | 920 | 921 | 922 | 923 | 924 | 925 | 926 | 927 | 928 | 929 | 930 | 931 | 932 | 933 | 934 | 935 | 936 | 937 | 938 | 939 | 940 | 941 | 942 | 943 | 944 | 945 | 946 | 947 | 948 | 949 | 950 | 951 | 952 | 953 | 954 | 955 | 956 | 957 | 958 | 959 | 960 | 961 | 962 | 963 | 964 | 965 | 966 | 967 | 968 | 969 | 970 | 971 | 972 | 973 | 974 | 975 | 976 | 977 | 978 | 979 | 980 | 981 | 982 | 983 | 984 | 985 | 986 | 987 | 988 | 989 | 990 | 991 | 992 | 993 | 994 | 995 | 996 | 997 | 998 | 999 | 1000 | 1001 | 1002 | 1003 | 1004 | 1005 | 1006 | 1007 | 1008 | 1009 | 1010 | 1011 | 1012 | 1013 | 1014 | 1015 | 1016 | 1017 | 1018 | 1019 | 1020 | 1021 | 1022 | 1023 | 1024 | 1025 | 1026 | 1027 | 1028 | 1029 | 1030 | 1031 | 1032 | 1033 | 1034 | 1035 | 1036 | 1037 | 1038 | 1039 | 1040 | 1041 | 1042 | 1043 | 1044 | 1045 | 1046 | 1047 | 1048 | 1049 | 1050 | 1051 | 1052 | 1053 | 1054 | 1055 | 1056 | 1057 | 1058 | 1059 | 1060 | 1061 | 1062 | 1063 | 1064 | 1065 | 1066 | 1067 | 1068 | 1069 | 1070 | 1071 | 1072 | 1073 | 1074 | 1075 | 1076 | 1077 | 1078 | 1079 | 1080 | 1081 | 1082 | 1083 | 1084 | 1085 | 1086 | 1087 | 1088 | 1089 | 1090 | 1091 | 1092 | 1093 | 1094 | 1095 | 1096 | 1097 | 1098 | 1099 | 1100 | 1101 | 1102 | 1103 | 1104 | 1105 | 1106 | 1107 | 1108 | 1109 | 1110 | 1111 | 1112 | 1113 | 1114 | 1115 | 1116 | 1117 | 1118 | 1119 | 1120 | 1121 | 1122 | 1123 | 1124 | 1125 | 1126 | 1127 | 1128 | 1129 | 1130 | 1131 | 1132 | 1133 | 1134 | 1135 | 1136 | 1137 | 1138 | 1139 | 1140 | 1141 | 1142 | 1143 | 1144 | 1145 | 1146 | 1147 | 1148 | 1149 | 1150 | 1151 | 1152 | 1153 | 1154 | 1155 | 1156 | 1157 | 1158 | 1159 | 1160 | 1161 | 1162 | 1163 | 1164 | 1165 | 1166 | 1167 | 1168 | 1169 | 1170 | 1171 | 1172 | 1173 | 1174 | 1175 | 1176 | 1177 | 1178 | 1179 | 1180 | 1181 | 1182 | 1183 | 1184 | 1185 | 1186 | 1187 | 1188 | 1189 | 1190 | 1191 | 1192 | 1193 | 1194 | 1195 | 1196 | 1197 | 1198 | 1199 | 1200 | 1201 | 1202 | 1203 | 1204 | 1205 | 1206 | 1207 | 1208 | 1209 | 1210 | 1211 | 1212 | 1213 | 1214 | 1215 | 1216 | 1217 | 1218 | 1219 | 1220 | 1221 | 1222 | 1223 | 1224 | 1225 | 1226 | 1227 | 1228 | 1229 | 1230 | 1231 | 1232 | 1233 | 1234 | 1235 | 1236 | 1237 | 1238 | 1239 | 1240 | 1241 | 1242 | 1243 | 1244 | 1245 | 1246 | 1247 | 1248 | 1249 | 1250 | 1251 | 1252 | 1253 | 1254 | 1255 | 1256 | 1257 | 1258 | 1259 | 1260 | 1261 | 1262 | 1263 | 1264 | 1265 | 1266 | 1267 | 1268 | 1269 | 1270 | 1271 | 1272 | 1273 | 1274 | 1275 | 1276 | 1277 | 1278 | 1279 | 1280 | 1281 | 1282 | 1283 | 1284 | 1285 | 1286 | 1287 | 1288 | 1289 | 1290 | 1291 | 1292 | 1293 | 1294 | 1295 | 1296 | 1297 | 1298 | 1299 | 1300 | 1301 | 1302 | 1303 | 1304 | 1305 | 1306 | 1307 | 1308 | 1309 | 1310 | 1311 | 1312 | 1313 | 1314 | 1315 | 1316 | 1317 | 1318 | 1319 | 1320 | 1321 | 1322 | 1323 | 1324 | 1325 | 1326 | 1327 | 1328 | 1329 | 1330 | 1331 | 1332 | 1333 | 1334 | 1335 | 1336 | 1337 | 1338 | 1339 | 1340 | 1341 | 1342 | 1343 | 1344 | 1345 | 1346 | 1347 | 1348 | 1349 | 1350 | 1351 | 1352 | 1353 | 1354 | 1355 | 1356 | 1357 | 1358 | 1359 | 1360 | 1361 | 1362 | 1363 | 1364 | 1365 | 1366 | 1367 | 1368 | 1369 | 1370 | 1371 | 1372 | 1373 | 1374 | 1375 | 1376 | 1377 | 1378 | 1379 | 1380 | 1381 | 1382 | 1383 | 1384 | 1385 | 1386 | 1387 | 1388 | 1389 | 1390 | 1391 | 1392 | 1393 | 1394 | 1395 | 1396 | 1397 | 1398 | 1399 | 1400 | 1401 | 1402 | 1403 | 1404 | 1405 | 1406 | 1407 | 1408 | 1409 | 1410 | 1411 | 1412 | 1413 | 1414 | 1415 | 1416 | 1417 | 1418 | 1419 | 1420 | 1421 | 1422 | 1423 | 1424 | 1425 | 1426 | 1427 | 1428 | 1429 | 1430 | 1431 | 1432 | 1433 | 1434 | 1435 | 1436 | 1437 | 1438 | 1439 | 1440 | 1441 | 1442 | 1443 | 1444 | 1445 | 1446 | 1447 | 1448 | 1449 | 1450 | 1451 | 1452 | 1453 | 1454 | 1455 | 1456 | 1457 | 1458 | 1459 | 1460 |
|--|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|--|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

Tabela 12

Ordem de constituintes em sentenças finais com clíticos no Corpus Ticho Breje:

total de dectos, agrupados segundo o constituinte que precede o verbo - cada texto

(X)-Ver ENTCLICES

|   |                   | 156 | 159 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179  | 180  | total |
|---|-------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|------|-------|
| PV  | V                 | 01  | 26  | 30  | 33  | 11  | 04  | 21  | 15  | 16  | 03  | 21  | 13  | 09  | 04  | 23  | 17  | 15  | 96  | 19  | 36   | 18   | 361   |
|   | VS                | 02  | 05  | 05  | 14  | 01  | 03  | 07  | 03  | 08  | 00  | 07  | 02  | 01  | 02  | 04  | 04  | 03  | 14  | 01  | 01   | 01   | 87    |
|   | principais, V1    | 03  | 34  | 35  | 47  | 12  | 07  | 28  | 24  | 21  | 03  | 28  | 15  | 10  | 06  | 27  | 21  | 18  | 110 | 19  | 42   | 19   | 428   |
|   | 2a coordenada, V1 | 09  | 38  | 06  | 30  | 06  | 07  | 26  | 28  | 10  | 04  | 10  | 07  | 01  | 11  | 14  | 04  | 23  | 36  | 19  | 26   | 39   | 268   |
|   | 2a coordenada     | 12  | 73  | 41  | 77  | 20  | 14  | 56  | 52  | 31  | 07  | 38  | 16  | 11  | 17  | 41  | 25  | 41  | 146 | 38  | 41   | 46   | 735   |
| XSV   | S-V               | 00  | 00  | 01  | 00  | 02  | 00  | 03  | 00  | 01  | 03  | 04  | 00  | 10  | 11  | 03  | 00  | 24  | 26  | 36  | 12   | 12   | 124   |
|   | KS-V              | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 02  | 01  | 03  | 02   | 03   | 41    |
|   | principais, V2+V3 | 00  | 00  | 01  | 00  | 02  | 00  | 03  | 00  | 02  | 03  | 04  | 00  | 10  | 13  | 04  | 00  | 26  | 29  | 39  | 13   | 13   | 136   |
|   | 2a coordenada     | 00  | 01  | 01  | 02  | 01  | 00  | 01  | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 02  | 03  | 04  | 01  | 38  | 36  | 37  | 30   | 30   | 36    |
|   | 2a coordenada     | 00  | 01  | 02  | 02  | 03  | 00  | 04  | 01  | 03  | 03  | 04  | 00  | 12  | 16  | 08  | 01  | 34  | 34  | 46  | 46   | 46   | 174   |
| XZV   | S-V               | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | KS-V              | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | principais, V1+V3 | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | 2a coordenada     | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | 2a coordenada     | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
| XADV  | AD-V-V            | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 01  | 02  | 00  | 00  | 01  | 03  | 09   | 05   | 09    |
|   | AD-V-VS           | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 02  | 02  | 00  | 00  | 01  | 05   | 14   | 01    |
|   | XAD-V-V           | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | XAD-V-VS          | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | SAD-V-V           | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
| principais, V2+V3                             | 01                | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 02  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 02  | 02  | 00  | 01  | 01  | 05  | 15   | 01   |       |
| 2a coordenada                                 | 00                | 02  | 00  | 02  | 00  | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 02  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   |       |
| 2a coordenada                                 | 01                | 02  | 00  | 02  | 00  | 01  | 01  | 02  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 03  | 02  | 00  | 03  | 01  | 05  | 24   | 24   |       |
| XADV  | adv-V             | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 02    |
|   | adv-VS            | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | adv-V             | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | adv-VS            | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | 2a coordenada     | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 05  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
| XPP   | PP-V              | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 06  | 01  | 01  | 00  | 01  | 01  | 05  | 17   | 10   | 17    |
|   | PP-VS             | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 01  | 00  | 00  | 01  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 01  | 03  | 10   | 10   | 10    |
|   | PP-V              | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 01  | 00  | 00  | 01  | 06  | 02  | 01  | 00  | 01  | 02  | 08  | 27   | 27   | 27    |
|   | PP-VS             | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01   | 04   | 04    |
|   | 2a coordenada     | 01  | 01  | 00  | 01  | 00  | 01  | 02  | 01  | 01  | 00  | 00  | 01  | 08  | 02  | 05  | 00  | 01  | 02  | 11  | 40   | 40   | 40    |
| 2a coordenada                                 | 01                | 03  | 00  | 03  | 00  | 00  | 02  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 04  | 03  | 00  | 04  | 00  | 04  | 02  | 03  | 25   | 25   |       |
| 2a coordenada                                 | 02                | 04  | 00  | 04  | 00  | 01  | 04  | 01  | 01  | 01  | 01  | 01  | 08  | 06  | 08  | 00  | 05  | 04  | 14  | 85  | 85   | 85   |       |
| XCV   | K-V               | 02  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 04  | 03  | 02  | 00  | 00  | 00  | 02  | 00  | 04  | 00  | 00  | 03  | 02  | 22   | 22   |       |
|   | K-VS              | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 05  | 00  | 00  | 00  | 00  | 03  | 01  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 12   | 12   |       |
|   | K-V               | 02  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 08  | 03  | 02  | 00  | 00  | 01  | 03  | 03  | 00  | 05  | 00  | 00  | 03  | 34   | 34   |       |
|   | K-VS              | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
|   | 2a coordenada     | 00  | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   | 00    |
| 2a coordenada                                 | 02                | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 09  | 03  | 02  | 00  | 01  | 03  | 03  | 00  | 05  | 00  | 00  | 03  | 03  | 34  | 34   | 34   |       |
| 2a coordenada                                 | 00                | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 02  | 03  | 00  | 00  | 02  | 00  | 11  | 11   | 11   |       |
| 2a coordenada                                 | 02                | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 09  | 03  | 02  | 00  | 01  | 03  | 03  | 00  | 05  | 00  | 00  | 03  | 03  | 45  | 45   | 45   |       |
| XOR   | OR-V              | 02  | 04  | 00  | 01  | 04  | 01  | 11  | 00  | 05  | 03  | 00  | 03  | 01  | 05  | 09  | 00  | 02  | 03  | 07  | 61   | 61   | 61    |
|   | OR-VS             | 01  | 01  | 00  | 01  | 01  | 03  | 00  | 02  | 03  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 13   | 13   | 13    |
|   | OR-V              | 03  | 05  | 00  | 02  | 05  | 04  | 11  | 02  | 08  | 00  | 00  | 03  | 01  | 05  | 09  | 00  | 02  | 03  | 07  | 74   | 74   | 74    |
|   | OR-VS             | 01  | 03  | 00  | 00  | 01  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 05  | 00  | 00  | 00  | 00  | 14   | 14   | 14    |
|   | 2a coordenada     | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 00  | 04   | 04   | 04    |
| 2a coordenada                                 | 01                | 04  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 02  | 00  | 00  | 00  | 00  | 02  | 05  | 00  | 00  | 00  | 01  | 06  | 06   | 06   |       |
| 2a coordenada                                 | 04                | 09  | 00  | 02  | 07  | 05  | 12  | 03  | 10  | 00  | 00  | 03  | 01  | 07  | 15  | 00  | 03  | 04  | 13  | 101 | 101  | 101  |       |
| 2a coordenada                                 | 11                | 08  | 02  | 08  | 01  | 03  | 06  | 07  | 06  | 00  | 00  | 07  | 02  | 02  | 06  | 01  | 10  | 02  | 01  | 94  | 94   | 94   |       |
| 2a coordenada                                 | 15                | 17  | 02  | 11  | 06  | 08  | 18  | 10  | 16  | 03  | 00  | 10  | 00  | 08  | 21  | 01  | 13  | 06  | 14  | 186 | 186  | 186  |       |
| XQ, FOC                                       | Q-FOC-V           | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   |       |
|   | Q-FOC-VS          | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   |       |
|   | Q-FOC-V           | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   |       |
|   | Q-FOC-VS          | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   |       |
|   | 2a coordenada     | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   |       |
| 2a coordenada                                 | 00                | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   |      |       |
| independentes declarativas principais         |                   | 11  | 44  | 34  | 59  | 22  | 13  | 54  | 33  | 36  | 48  | 34  | 22  | 40  | 33  | 48  | 21  | 59  | 148 | 91  | 249  | 249  |       |
| independentes declarativas 2as coordenadas    |                   | 21  | 54  | 10  | 46  | 10  | 11  | 38  | 35  | 17  | 04  | 10  | 08  | 08  | 29  | 30  | 05  | 49  | 48  | 30  | 483  | 483  |       |
| sentenças independentes declarativas - total  |                   | 32  | 98  | 44  | 95  | 32  | 24  | 92  | 68  | 53  | 14  | 44  | 30  | 46  | 62  | 90  | 27  | 99  | 197 | 121 | 1272 | 1272 |       |
| clíticos                                      |                   | 01  | 02  | 01  | 01  | 01  | 01  | 01  | 04  | 03  | 03  | 02  | 00  | 02  | 03  | 04  | 02  | 00  | 07  | 00  | 10   | 44   |       |
| sentenças dependentes                         |                   | 01  | 00  | 01  | 00  | 01  | 00  | 03  | 00  | 00  | 00  | 01  | 03  | 06  | 01  | 00  | 01  | 01  | 01  | 00  | 19   | 19   |       |
| segundas coordenadas dependentes              |                   | 00  | 03  | 00  | 02  | 00  | 01  | 00  | 03  | 00  | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 00  | 00  | 02  | 02  | 02  | 14   | 14   |       |
| sentenças introduzidas por "porque"           |                   | 00  | 00  | 00  | 01  | 00  | 01  | 02  | 04  | 00  | 00  | 01  | 00  | 02  | 00  | 00  | 03  | 01  | 01  | 16  | 16   | 16   |       |
| sentenças negativas                           |                   | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00  | 00   | 00   |       |
| sentenças dependentes, negativas, etc - total |                   | 02  | 05  | 02  | 04  | 02  | 03  | 06  | 11  | 03  | 03  | 02  | 02  | 05  | 12  | 05  | 02  | 10  | 11  | 03  | 89   | 89   |       |
| TOTAL   |                   | 34  | 103 | 49  | 100 | 34  | 27  | 98  | 80  | 55  | 17  | 45  | 32  | 51  | 74  | 95  | 29  | 109 | 208 | 124 | 1345 | 1345 |       |

Tabela 11

Ordem de constituintes em sentenças finais com clíticos no Corpus Tychon Drahe

Total de dados, agrupados segundo a constituinte que precede o verbo, por mízadas de acordo (tabela de restrição)

(X)-V: ENCLISE+PROCLISE

|  |               | SEC18-1           | SEC18-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC16-3 | Total |       |
|--|---------------|-------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|-------|
| V  | V1            | V                 | 01      | 61      | 111     | 39      | 57      | 112     | 18    | 339   |
|  |               | VS                | 02      | 19      | 41      | 09      | 13      | 17      | 01    | 102   |
|  |               |                   | 03      | 00      | 152     | 48      | 70      | 129     | 19    | 501   |
|  |               | 2a coordenada     | 34      | 18      | 183     | 127     | 98      | 61      | 21    | 543   |
|  |               |                   | 37      | 99      | 335     | 175     | 168     | 180     | 40    | 1044  |
| XSV  | V2            | SV                | 26      | 33      | 111     | 56      | 101     | 81      | 37    | 446   |
|  | V3            | XSV               | 00      | 04      | 36      | 07      | 25      | 07      | 03    | 82    |
|  |               |                   | 26      | 37      | 147     | 63      | 126     | 88      | 40    | 527   |
|  |               | 2a coordenada     | 22      | 28      | 58      | 18      | 32      | 25      | 07    | 193   |
|  |               |                   | 48      | 65      | 205     | 81      | 158     | 113     | 47    | 717   |
| XSV  | V2            | SV                | 01      | 06      | 77      | 11      | 57      | 21      | 06    | 179   |
|  | V3            | XSV               | 01      | 00      | 08      | 01      | 05      | 04      | 01    | 20    |
|  |               |                   | 02      | 06      | 85      | 12      | 62      | 25      | 07    | 199   |
|  |               | ZV                | 01      | 07      | 10      | 02      | 13      | 04      | 01    | 38    |
|  |               |                   | 03      | 13      | 95      | 14      | 75      | 29      | 06    | 207   |
|  |               | 2a coordenada     | 02      | 07      | 16      | 04      | 06      | 09      | 01    | 45    |
|  |               |                   | 05      | 20      | 111     | 18      | 81      | 38      | 09    | 262   |
| XADV   |               | ADV-V             | 04      | 03      | 26      | 05      | 17      | 04      | 05    | 64    |
|  |               | ADV-VS            | 03      | 01      | 11      | 02      | 09      | 00      | 02    | 28    |
|  |               |                   | 07      | 04      | 37      | 07      | 26      | 04      | 07    | 92    |
|  |               | XADV-V            | 00      | 02      | 03      | 01      | 04      | 01      | 00    | 11    |
|  |               | XADV-VS           | 00      | 00      | 01      | 02      | 00      | 00      | 00    | 03    |
|  |               | SADV-V            | 00      | 01      | 02      | 00      | 06      | 01      | 00    | 10    |
|  |               |                   | 00      | 03      | 06      | 03      | 10      | 02      | 00    | 24    |
|  |               | principais, V2+V3 | 07      | 07      | 43      | 10      | 36      | 06      | 07    | 116   |
|  | 2a coordenada | 04                | 04      | 18      | 06      | 06      | 04      | 03      | 45    |       |
|  |               | 11                | 11      | 61      | 16      | 42      | 10      | 10      | 161   |       |
| XADV   | V2            | adv-V             | 02      | 22      | 61      | 35      | 30      | 19      | 04    | 173   |
|  |               | adv-VS            | 02      | 06      | 38      | 12      | 09      | 03      | 00    | 64    |
|  |               |                   | 04      | 28      | 99      | 48      | 33      | 21      | 04    | 237   |
|  | V3            | XADV-V            | 02      | 02      | 15      | 04      | 08      | 04      | 01    | 36    |
|  |               | XADV-VS           | 00      | 00      | 04      | 02      | 02      | 01      | 00    | 09    |
|  |               | Sadv-V            | 00      | 01      | 02      | 00      | 14      | 13      | 02    | 32    |
|  |               |                   | 02      | 03      | 21      | 06      | 24      | 16      | 03    | 77    |
|  | 2a coordenada | 06                | 31      | 120     | 54      | 57      | 33      | 07      | 314   |       |
|  |               | 30                | 31      | 101     | 19      | 45      | 12      | 03      | 241   |       |
|  |               | 36                | 62      | 221     | 73      | 102     | 51      | 10      | 555   |       |
| XPP  | V2            | PP-V              | 04      | 14      | 57      | 22      | 23      | 05      | 07    | 133   |
|  |               | PP-VS             | 02      | 05      | 24      | 19      | 05      | 05      | 02    | 63    |
|  |               |                   | 06      | 19      | 81      | 41      | 28      | 10      | 10    | 195   |
|  | V3            | XPP-V             | 00      | 02      | 08      | 04      | 03      | 01      | 01    | 19    |
|  |               | XPP-VS            | 01      | 01      | 02      | 02      | 01      | 00      | 00    | 07    |
|  |               | SPP-V             | 01      | 04      | 05      | 02      | 08      | 02      | 02    | 24    |
|  |               |                   | 02      | 07      | 15      | 08      | 12      | 03      | 03    | 60    |
|  |               | 2a coordenada     | 08      | 26      | 96      | 49      | 40      | 13      | 13    | 245   |
|  |               | 20                | 42      | 64      | 21      | 22      | 18      | 05      | 192   |       |
|  |               | 28                | 68      | 160     | 70      | 62      | 31      | 18      | 437   |       |
| XXV  | V2            | X-V               | 04      | 09      | 29      | 04      | 10      | 03      | 02    | 61    |
|  |               | X-VS              | 01      | 07      | 23      | 10      | 04      | 00      | 01    | 46    |
|  |               |                   | 05      | 16      | 52      | 14      | 14      | 03      | 03    | 107   |
|  | V3            | XX-V              | 00      | 00      | 05      | 00      | 01      | 01      | 00    | 07    |
|  |               | XX-VS             | 00      | 01      | 00      | 01      | 00      | 00      | 00    | 02    |
|  |               | SX-V              | 01      | 01      | 00      | 00      | 02      | 00      | 00    | 04    |
|  |               |                   | 01      | 02      | 05      | 01      | 03      | 01      | 00    | 13    |
|  | 2a coordenada | 06                | 18      | 57      | 15      | 17      | 04      | 03      | 120   |       |
|  |               | 03                | 10      | 19      | 02      | 06      | 05      | 01      | 46    |       |
|  |               | 08                | 28      | 76      | 17      | 25      | 08      | 04      | 168   |       |
| XOR  | V2            | OR-V              | 06      | 07      | 33      | 18      | 19      | 06      | 07    | 96    |
|  |               | OR-VS             | 03      | 01      | 12      | 02      | 01      | 01      | 00    | 20    |
|  |               |                   | 09      | 08      | 45      | 20      | 20      | 07      | 07    | 116   |
|  | V3            | XOR-V             | 07      | 06      | 05      | 06      | 08      | 00      | 02    | 34    |
|  |               | XOR-VS            | 01      | 01      | 04      | 02      | 02      | 01      | 00    | 11    |
|  |               | SOR-V             | 07      | 03      | 07      | 05      | 03      | 00      | 04    | 29    |
|  |               |                   | 15      | 10      | 16      | 13      | 13      | 01      | 05    | 74    |
|  | 2a coordenada | 24                | 18      | 61      | 33      | 33      | 08      | 13      | 190   |       |
|  |               | 63                | 50      | 78      | 52      | 17      | 12      | 01      | 273   |       |
|  |               | 87                | 68      | 138     | 85      | 50      | 20      | 14      | 463   |       |
| XQ, FOC                                      | V2            | Q,FOC-V           | 02      | 01      | 16      | 01      | 09      | 02      | 01    | 32    |
|  |               | Q,FOC-VS          | 00      | 00      | 04      | 00      | 02      | 02      | 02    | 19    |
|  |               |                   | 02      | 01      | 20      | 01      | 11      | 04      | 03    | 42    |
|  | V3            | X,Q,FOC-V         | 00      | 00      | 03      | 00      | 03      | 00      | 00    | 06    |
|  |               | X,Q,FOC-VS        | 00      | 00      | 00      | 00      | 01      | 00      | 00    | 01    |
|  |               | S-Q,FOC V         | 00      | 00      | 00      | 00      | 05      | 01      | 00    | 06    |
|  |               |                   | 00      | 00      | 02      | 00      | 09      | 01      | 00    | 13    |
|  | 2a coordenada | 02                | 01      | 12      | 01      | 20      | 05      | 03      | 38    |       |
|  |               | 02                | 01      | 35      | 01      | 22      | 07      | 05      | 73    |       |
| independentes declarativas principais        |               |                   | 85      | 231     | 794     | 247     | 474     | 371     | 113   | 2345  |
| independentes declarativas 2a coordenada     |               |                   | 206     | 234     | 595     | 185     | 213     | 167     | 43    | 1623  |
| orações independentes declarativas - total   |               |                   | 291     | 465     | 1389    | 432     | 687     | 498     | 156   | 3968  |
| outros                                       |               |                   | 03      | 68      | 134     | 54      | 53      | 33      | 02    | 347   |
| orações dependentes                          |               |                   | 438     | 974     | 3139    | 855     | 1241    | 889     | 237   | 7773  |
| orações coordenadas dependentes              |               |                   | 45      | 55      | 104     | 33      | 53      | 31      | 06    | 407   |
| orações frásicas por "porque"                |               |                   | 28      | 38      | 218     | 29      | 73      | 32      | 04    | 422   |
| orações negativas                            |               |                   | 18      | 84      | 370     | 71      | 218     | 183     | 52    | 964   |
| orações dependentes, negativas, etc. - total |               |                   | 532     | 1219    | 4045    | 1042    | 1636    | 1148    | 291   | 8913  |
| TOTAL  |               |                   | 823     | 1694    | 5434    | 1494    | 2323    | 1636    | 447   | 13441 |

Patrão de Sousa, 2004

Tabela 13

Ordem de constituintes em sentenças finais com clíticos no Corpus Tychon Ebraer.

total de deões, agrupados segundo o constituinte que precede o verbo, por medidas de síncalo (disto de recormento)

OO-Vet ENCLÍSES

|  |  | SEC18-1           | SEC18-2       | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | Total |     |      |
|--|--|-------------------|---------------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|-----|------|
| VV   | verbo inicial  | V1                | V             | 01      | 58      | 102     | 37      | 53      | 111   | 18  | 381  |
|  |  |                   | VS            | 02      | 10      | 37      | 08      | 11      | 17    | 01  | 87   |
|  |  |                   |               | 03      | 68      | 139     | 46      | 64      | 128   | 18  | 499  |
|  |  |                   | 2a coordenada | 19      | 05      | 103     | 44      | 72      | 40    | 14  | 288  |
|  |  |                   |               | 13      | 74      | 242     | 90      | 136     | 168   | 33  | 756  |
| XSEV   | verbo precedido de sujeitos neutros                            | V2                | EV            | 00      | 01      | 06      | 07      | 24      | 50    | 36  | 124  |
|  |  |                   | XSV           | 00      | 00      | 01      | 00      | 03      | 04    | 03  | 11   |
|  |  |                   |               | 00      | 01      | 07      | 07      | 27      | 54    | 39  | 136  |
|  |  |                   | 2a coordenada | 02      | 02      | 06      | 00      | 10      | 14    | 07  | 39   |
|  |  |                   |               | 00      | 03      | 13      | 07      | 37      | 66    | 46  | 174  |
| XSEV   | verbo precedido de sujeitos focalizados e verbos parecer, etc. | V2                | EV            | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | XSV           | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   |               | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | ZV            | 00      | 00      | 01      | 00      | 10      | 02    | 01  | 14   |
|  |  |                   |               | 00      | 00      | 01      | 00      | 10      | 02    | 01  | 14   |
|  |  |                   | 2a coordenada | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   |               | 00      | 00      | 01      | 00      | 10      | 02    | 01  | 14   |
| XADV   | verbo precedido de advérbios (exceto modais)                   | ADVAV             | 00            | 00      | 01      | 00      | 04      | 01      | 03    | 08  |      |
|  |  | ADVVS             | 01            | 00      | 01      | 00      | 01      | 00      | 02    | 05  |      |
|  |  |                   | 01            | 00      | 02      | 00      | 05      | 01      | 05    | 14  |      |
|  |  | XADV-V            | 00            | 00      | 00      | 00      | 00      | 01      | 00    | 01  |      |
|  |  | XADV-VS           | 00            | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  |      |
|  |  | SADV-V            | 00            | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  |      |
|  |  |                   | 00            | 00      | 00      | 00      | 00      | 01      | 00    | 01  |      |
|  |  | principais, V2+V3 | 01            | 00      | 02      | 00      | 05      | 02      | 05    | 15  |      |
| 2a coordenada                                  | 00   | 02                | 04            | 00      | 01      | 02      | 00      | 09      |       |     |      |
|  | 01   | 02                | 06            | 00      | 06      | 04      | 05      | 24      |       |     |      |
| XAdv   | verbo precedido de advérbios modais                            | V2                | adv-V         | 00      | 00      | 00      | 00      | 02      | 00    | 00  | 02   |
|  |  |                   | adv-VS        | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   |               | 00      | 00      | 00      | 00      | 02      | 00    | 00  | 02   |
|  |  | V3                | adv-V         | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | adv-VS        | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | Sadv-V        | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  | 2a coordenada     | 00            | 00      | 00      | 00      | 02      | 00      | 00    | 02  |      |
|  | 00   | 00                | 00            | 00      | 06      | 00      | 00      | 06      |       |     |      |
| XPP  | verbo precedido de sintagmas preposicionais                    | V2                | PP-V          | 01      | 00      | 00      | 01      | 08      | 02    | 05  | 17   |
|  |  |                   | PP-VS         | 00      | 01      | 03      | 01      | 01      | 01    | 03  | 10   |
|  |  |                   |               | 01      | 01      | 03      | 01      | 03      | 03    | 03  | 22   |
|  |  | V3                | XPP-V         | 00      | 00      | 00      | 01      | 02      | 00    | 01  | 04   |
|  |  |                   | XPP-VS        | 00      | 00      | 01      | 00      | 01      | 00    | 00  | 02   |
|  |  |                   | SPP-V         | 00      | 00      | 02      | 00      | 03      | 00    | 02  | 07   |
|  |  | 2a coordenada     | 00            | 00      | 03      | 01      | 06      | 00      | 03    | 13  |      |
|  | 01   | 01                | 06            | 03      | 15      | 03      | 11      | 40      |       |     |      |
|  | 01   | 03                | 05            | 00      | 07      | 06      | 03      | 25      |       |     |      |
|  | 02   | 04                | 11            | 03      | 22      | 08      | 14      | 66      |       |     |      |
| XXV  | verbo precedido de complementos e predicativos                 | V2                | X-V           | 02      | 00      | 08      | 00      | 06      | 03    | 02  | 22   |
|  |  |                   | X-VS          | 00      | 00      | 05      | 04      | 02      | 00    | 01  | 12   |
|  |  |                   |               | 02      | 00      | 14      | 04      | 08      | 03    | 03  | 34   |
|  |  | V3                | XX-V          | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | XX-VS         | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | SX-V          | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  | 2a coordenada     | 02            | 00      | 14      | 04      | 08      | 03      | 03    | 34  |      |
|  | 00   | 02                | 00            | 00      | 05      | 04      | 00      | 11      |       |     |      |
|  | 02   | 02                | 14            | 04      | 13      | 07      | 03      | 45      |       |     |      |
| XOR  | verbo precedido de oração dependente                           | V2                | OR-V          | 02      | 04      | 22      | 06      | 15      | 05    | 07  | 61   |
|  |  |                   | OR-VS         | 01      | 01      | 10      | 00      | 00      | 01    | 00  | 13   |
|  |  |                   |               | 03      | 05      | 32      | 06      | 15      | 06    | 07  | 74   |
|  |  | V3                | XOR-V         | 01      | 03      | 02      | 00      | 06      | 00    | 02  | 14   |
|  |  |                   | XOR-VS        | 00      | 00      | 02      | 00      | 01      | 01    | 00  | 04   |
|  |  |                   | SOR-V         | 00      | 01      | 03      | 00      | 01      | 00    | 04  | 09   |
|  |  | 2a coordenada     | 01            | 04      | 07      | 00      | 06      | 01      | 06    | 27  |      |
|  | 04   | 08                | 39            | 06      | 23      | 07      | 13      | 101     |       |     |      |
|  | 11   | 10                | 32            | 07      | 11      | 12      | 01      | 84      |       |     |      |
|  | 15   | 19                | 71            | 13      | 34      | 19      | 14      | 185     |       |     |      |
| XQ, FOC  | verbo precedido de partículas focalizadoras ou qualificadoras  | V2                | Q-FOC-V       | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | Q-FOC-VS      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   |               | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  | V3                | X-Q-FOC-V     | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | X-Q-FOC-VS    | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  |                   | S-Q-FOC-V     | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
|  |  | 2a coordenada     | 00            | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  |      |
|  | 00   | 00                | 00            | 00      | 01      | 00      | 00      | 01      |       |     |      |
| independentes declinativas principais          |  |                   |               | 11      | 38      | 284     | 44      | 154     | 199   | 91  | 599  |
| independentes declinativas 2as coordenadas     |  |                   |               | 21      | 64      | 158     | 22      | 71      | 97    | 30  | 463  |
| sentenças independentes declinativas - total   |  |                   |               | 32      | 104     | 366     | 68      | 225     | 296   | 121 | 1272 |
| subor.   |  |                   |               | 01      | 03      | 11      | 05      | 11      | 13    | 00  | 44   |
| sentenças dependentes                          |  |                   |               | 01      | 01      | 04      | 01      | 10      | 32    | 00  | 19   |
| segundas coordenadas dependentes               |  |                   |               | 00      | 03      | 06      | 00      | 01      | 02    | 02  | 14   |
| sentenças introduzidas por "porque"            |  |                   |               | 00      | 00      | 08      | 01      | 02      | 04    | 01  | 16   |
| sentenças relativas                            |  |                   |               | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    | 00  | 00   |
| sentenças dependentes, negativas, etc. - total |  |                   |               | 02      | 07      | 29      | 07      | 24      | 21    | 03  | 89   |
| TOTAL  |  |                   |               | 34      | 151     | 395     | 95      | 249     | 317   | 124 | 1365 |

Patrício de Sousa, 2004

Tabela 14

Ordem de constituintes em sentenças finitas com ênfase no Corpus Tivo Breve:

total de dados, agrupados segundo o constituinte que precede o verbo - cada texto

(X=ativ: PR/CLUSE/S

|         |                   | cop  | su   | lob  | m.cj | mel  | nc   | vs   | qhe  | hr   | bro  | cu   | ala  | dir  | vr   | ncp  | gr   | alo  | qf   | of   | total |
|---------|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
|         |                   | 1549 | 1558 | 1579 | 1601 | 1608 | 1608 | 1606 | 1621 | 1644 | 1651 | 1659 | 1675 | 1705 | 1713 | 1714 | 1724 | 1759 | 1766 | 1808 |       |
| V       | V                 | 00   | 00   | 02   | 01   | 02   | 00   | 00   | 00   | 06   | 01   | 01   | 00   | 01   | 00   | 01   | 02   | 00   | 01   | 00   | 48    |
|         | VS                | 00   | 00   | 09   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 15    |
|         | principais, V1    | 00   | 00   | 11   | 03   | 02   | 00   | 00   | 00   | 06   | 01   | 01   | 00   | 01   | 00   | 02   | 03   | 00   | 01   | 00   | 33    |
|         | 2a coordenada, V1 | 53   | 07   | 09   | 09   | 22   | 23   | 07   | 21   | 24   | 05   | 12   | 09   | 15   | 05   | 07   | 05   | 04   | 16   | 01   | 255   |
|         |                   | 53   | 07   | 20   | 12   | 24   | 23   | 07   | 21   | 32   | 07   | 13   | 08   | 16   | 05   | 09   | 08   | 04   | 17   | 01   | 289   |
| XSV     | S-V               | 26   | 15   | 17   | 06   | 29   | 28   | 05   | 12   | 25   | 31   | 09   | 10   | 59   | 06   | 04   | 08   | 22   | 09   | 01   | 321   |
|         | MS-V              | 00   | 01   | 03   | 03   | 07   | 02   | 06   | 04   | 13   | 02   | 02   | 03   | 15   | 03   | 03   | 01   | 01   | 02   | 00   | 71    |
|         | principais, V2+V3 | 26   | 16   | 20   | 09   | 36   | 30   | 11   | 16   | 36   | 33   | 10   | 13   | 74   | 09   | 07   | 09   | 23   | 11   | 01   | 330   |
|         | 2a coordenada     | 22   | 16   | 10   | 05   | 08   | 18   | 03   | 06   | 10   | 07   | 07   | 04   | 06   | 05   | 03   | 06   | 11   | 00   | 00   | 151   |
|         |                   | 48   | 32   | 30   | 14   | 44   | 48   | 14   | 24   | 48   | 43   | 17   | 17   | 82   | 14   | 10   | 15   | 34   | 11   | 01   | 543   |
| XSV     | S-V               | 01   | 03   | 03   | 06   | 29   | 16   | 05   | 14   | 07   | 08   | 02   | 01   | 36   | 06   | 10   | 05   | 13   | 08   | 06   | 179   |
|         | MS-V              | 01   | 00   | 00   | 00   | 02   | 03   | 01   | 00   | 02   | 00   | 01   | 00   | 00   | 01   | 01   | 00   | 02   | 02   | 01   | 20    |
|         | principais, V1+V3 | 01   | 00   | 07   | 01   | 01   | 05   | 00   | 01   | 01   | 01   | 00   | 01   | 01   | 01   | 00   | 01   | 01   | 01   | 00   | 24    |
|         | 2a coordenada     | 03   | 03   | 10   | 07   | 32   | 24   | 06   | 15   | 10   | 08   | 03   | 02   | 40   | 08   | 11   | 08   | 16   | 11   | 07   | 223   |
|         |                   | 02   | 03   | 04   | 03   | 00   | 04   | 01   | 07   | 01   | 02   | 02   | 00   | 09   | 03   | 00   | 00   | 05   | 04   | 01   | 45    |
|         |                   | 05   | 06   | 14   | 10   | 32   | 28   | 07   | 22   | 11   | 11   | 05   | 02   | 43   | 11   | 11   | 06   | 21   | 15   | 08   | 288   |
| XADV    | ADV-V             | 04   | 01   | 02   | 00   | 10   | 06   | 01   | 04   | 04   | 03   | 00   | 02   | 00   | 00   | 04   | 06   | 01   | 02   | 02   | 55    |
|         | AD-VS             | 02   | 01   | 00   | 00   | 04   | 03   | 00   | 01   | 02   | 01   | 00   | 01   | 04   | 02   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 23    |
|         | principais, V2+V3 | 06   | 02   | 02   | 00   | 14   | 09   | 01   | 05   | 06   | 04   | 00   | 03   | 07   | 02   | 05   | 07   | 01   | 02   | 02   | 78    |
|         | 2a coordenada     | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 01   | 01   | 00   | 01   | 00   | 00   | 01   | 02   | 03   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 10    |
|         |                   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00    |
|         |                   | 00   | 01   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 04   | 00   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 10    |
|         |                   | 00   | 01   | 02   | 00   | 01   | 01   | 02   | 01   | 01   | 00   | 01   | 02   | 06   | 00   | 03   | 01   | 01   | 00   | 00   | 23    |
|         |                   | 06   | 03   | 04   | 00   | 15   | 10   | 02   | 06   | 07   | 04   | 01   | 05   | 13   | 02   | 06   | 08   | 02   | 02   | 02   | 101   |
|         |                   | 04   | 01   | 01   | 00   | 03   | 02   | 03   | 04   | 02   | 01   | 02   | 03   | 00   | 01   | 01   | 03   | 02   | 00   | 03   | 36    |
|         |                   | 10   | 04   | 05   | 03   | 18   | 12   | 06   | 10   | 09   | 05   | 03   | 08   | 13   | 03   | 09   | 11   | 04   | 02   | 05   | 137   |
| Xadv    | adv-V             | 02   | 10   | 12   | 09   | 18   | 09   | 06   | 13   | 06   | 10   | 12   | 14   | 11   | 02   | 08   | 07   | 05   | 13   | 04   | 171   |
|         | adv-VS            | 02   | 04   | 02   | 02   | 06   | 04   | 16   | 06   | 04   | 01   | 05   | 06   | 00   | 09   | 02   | 01   | 02   | 01   | 00   | 64    |
|         | principais, V2+V3 | 04   | 14   | 14   | 11   | 24   | 13   | 22   | 19   | 10   | 11   | 17   | 20   | 11   | 02   | 10   | 08   | 07   | 14   | 04   | 236   |
|         | 2a coordenada     | 02   | 00   | 02   | 02   | 03   | 02   | 03   | 03   | 00   | 04   | 00   | 03   | 01   | 04   | 00   | 02   | 02   | 01   | 00   | 36    |
|         |                   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 01   | 00   | 00   | 01   | 00   | 09    |
|         |                   | 00   | 00   | 01   | 01   | 09   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 09   | 01   | 02   | 02   | 09   | 04   | 02   | 32    |
|         |                   | 02   | 00   | 03   | 03   | 04   | 02   | 03   | 06   | 30   | 06   | 00   | 13   | 02   | 07   | 02   | 11   | 07   | 03   | 77   |       |
|         |                   | 06   | 14   | 17   | 14   | 27   | 17   | 24   | 22   | 16   | 11   | 29   | 20   | 24   | 04   | 17   | 12   | 18   | 21   | 07   | 312   |
|         |                   | 30   | 09   | 22   | 29   | 05   | 22   | 15   | 18   | 11   | 00   | 13   | 06   | 22   | 03   | 11   | 03   | 05   | 07   | 03   | 236   |
|         |                   | 36   | 23   | 39   | 43   | 32   | 39   | 39   | 41   | 27   | 11   | 35   | 26   | 46   | 07   | 26   | 13   | 23   | 28   | 10   | 547   |
| XPP     | PP-V              | 03   | 05   | 09   | 04   | 14   | 09   | 08   | 16   | 06   | 08   | 08   | 04   | 11   | 01   | 02   | 01   | 01   | 02   | 02   | 115   |
|         | PP-VS             | 02   | 00   | 04   | 01   | 09   | 05   | 01   | 02   | 03   | 10   | 06   | 04   | 02   | 00   | 02   | 00   | 03   | 01   | 00   | 53    |
|         | principais, V2+V3 | 05   | 05   | 13   | 05   | 23   | 14   | 09   | 16   | 09   | 19   | 12   | 08   | 13   | 01   | 04   | 01   | 04   | 03   | 02   | 168   |
|         | 2a coordenada     | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 07   | 01   | 00   | 00   | 02   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 15    |
|         |                   | 01   | 00   | 01   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 05    |
|         |                   | 01   | 02   | 02   | 00   | 09   | 01   | 00   | 02   | 00   | 00   | 01   | 01   | 04   | 09   | 01   | 00   | 01   | 01   | 00   | 17    |
|         |                   | 02   | 02   | 05   | 00   | 01   | 01   | 07   | 03   | 00   | 00   | 04   | 03   | 05   | 00   | 01   | 00   | 01   | 02   | 00   | 37    |
|         |                   | 07   | 07   | 18   | 05   | 24   | 15   | 16   | 21   | 09   | 19   | 16   | 11   | 18   | 01   | 05   | 01   | 05   | 05   | 02   | 205   |
|         |                   | 19   | 22   | 17   | 18   | 10   | 09   | 03   | 06   | 11   | 05   | 05   | 10   | 08   | 02   | 04   | 01   | 05   | 07   | 02   | 187   |
|         |                   | 26   | 29   | 35   | 23   | 34   | 24   | 19   | 26   | 20   | 24   | 22   | 21   | 26   | 03   | 09   | 02   | 10   | 12   | 04   | 372   |
| XXV     | X-V               | 02   | 01   | 08   | 03   | 08   | 01   | 02   | 04   | 02   | 00   | 04   | 00   | 02   | 00   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 39    |
|         | X-VS              | 01   | 03   | 04   | 03   | 04   | 04   | 01   | 03   | 03   | 03   | 02   | 01   | 01   | 03   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 34    |
|         | principais, V2+V3 | 03   | 04   | 12   | 06   | 12   | 05   | 03   | 07   | 06   | 03   | 06   | 01   | 03   | 00   | 02   | 01   | 00   | 00   | 00   | 73    |
|         | 2a coordenada     | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 02   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 07    |
|         |                   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 02    |
|         |                   | 01   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 06    |
|         |                   | 01   | 00   | 02   | 00   | 01   | 00   | 02   | 00   | 02   | 00   | 01   | 00   | 06   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 13    |
|         |                   | 04   | 04   | 14   | 06   | 13   | 05   | 05   | 07   | 07   | 08   | 07   | 01   | 06   | 00   | 02   | 01   | 00   | 01   | 00   | 96    |
|         |                   | 03   | 04   | 04   | 06   | 07   | 02   | 01   | 03   | 00   | 02   | 02   | 00   | 02   | 00   | 00   | 01   | 00   | 01   | 01   | 37    |
|         |                   | 07   | 06   | 18   | 12   | 20   | 07   | 06   | 10   | 07   | 03   | 09   | 01   | 08   | 00   | 02   | 02   | 00   | 02   | 01   | 123   |
| XOR     | OR-V              | 04   | 02   | 01   | 01   | 02   | 00   | 00   | 05   | 05   | 00   | 11   | 01   | 01   | 01   | 02   | 00   | 01   | 00   | 00   | 35    |
|         | OR-VS             | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 07    |
|         | principais, V2+V3 | 06   | 02   | 01   | 01   | 02   | 00   | 00   | 05   | 05   | 00   | 13   | 01   | 01   | 01   | 02   | 01   | 01   | 00   | 00   | 42    |
|         | 2a coordenada     | 06   | 01   | 02   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 02   | 03   | 06   | 00   | 00   | 00   | 01   | 01   | 00   | 00   | 00   | 20    |
|         |                   | 01   | 00   | 01   | 00   | 01   | 00   | 00   | 01   | 00   | 02   | 00   | 00   | 00   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 07    |
|         |                   | 07   | 01   | 01   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 03   | 01   | 04   | 00   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 00   | 20    |
|         |                   | 14   | 02   | 04   | 00   | 03   | 00   | 00   | 06   | 01   | 12   | 00   | 01   | 00   | 03   | 01   | 00   | 00   | 00   | 00   | 47    |
|         |                   | 20   | 04   | 05   | 01   | 05   | 00   | 00   | 05   | 11   | 01   | 25   | 01   | 02   | 01   | 05   | 02   | 01   | 00   | 00   | 89    |
|         |                   | 52   | 08   | 32   | 11   | 03   | 08   | 05   | 06   | 13   | 06   | 29   | 11   | 02   | 00   | 03   | 01   | 00   | 00   | 00   | 199   |
|         |                   | 72   | 12   | 37   | 12   | 08   | 06   | 05   | 11   | 24   | 07   | 53   | 12   | 04   | 01   | 08   | 03   | 01   | 00   | 00   | 278   |
| XXQ.FOC | Q.FOC-V           | 02   | 00   | 01   | 00   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |       |

Tabela 15

Ordem de constituintes em sentenças iniciais com clíticos no Corpus Tycho Balth

Total de dados, agrupados segundo o constituinte que precede o verbo, por milésimos de século (base de nascimento)

(X)-V: PROCLISES

|  |  | SEC15-1           | SEC15-2     | SEC17-1     | SEC17-2     | SEC18-1     | SEC18-2     | SEC19-1    | total        |     |
|--|--|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|--------------|-----|
| V  | verbo inicial  | V1 V              | 00          | 02          | 55          | 02          | 04          | 01         | 00           | 18  |
|  |  | VS                | 00          | 06          | 04          | 00          | 02          | 00         | 00           | 12  |
|  |  |                   | 00          | 11          | 13          | 02          | 06          | 01         | 00           | 33  |
|  |  | De coordenada     | 24          | 14          | 80          | 83          | 26          | 21         | 07           | 255 |
|  |  |                   | 24          | 25          | 93          | 85          | 32          | 22         | 07           | 288 |
| XVS  | verbo precedido de sujeitos neutros                            | V2 SV             | 26          | 32          | 105         | 49          | 77          | 31         | 01           | 321 |
|  |  | V3 XSV            | 00          | 04          | 35          | 07          | 22          | 03         | 00           | 71  |
|  |  |                   | 26          | 36          | 140         | 56          | 99          | 34         | 01           | 392 |
|  |  | De coordenada     | 22          | 26          | 52          | 18          | 21          | 11         | 00           | 151 |
|  |  |                   | 48          | 62          | 192         | 74          | 121         | 45         | 01           | 543 |
| XVS  | verbo precedido de sujeitos focalizados e verbos parecer, etc. | V2 SV             | 01          | 06          | 77          | 11          | 57          | 21         | 06           | 179 |
|  |  | V3 XSV            | 01          | 00          | 06          | 01          | 05          | 04         | 01           | 20  |
|  |  |                   | 02          | 06          | 85          | 12          | 62          | 25         | 07           | 199 |
|  |  | De coordenada     | 01          | 07          | 08          | 02          | 03          | 02         | 00           | 24  |
|  |  |                   | 03          | 13          | 94          | 14          | 65          | 27         | 07           | 223 |
| XADV   | verbo precedido de advérbios (exceto modais)                   | ADV-V             | 04          | 03          | 25          | 05          | 13          | 03         | 02           | 56  |
|  |  | ADV-VS            | 02          | 01          | 10          | 02          | 06          | 00         | 00           | 23  |
|  |  |                   | 06          | 04          | 35          | 07          | 19          | 03         | 02           | 70  |
|  |  | XADV-V            | 00          | 02          | 03          | 01          | 04          | 00         | 00           | 10  |
|  |  | XADV-VS           | 00          | 00          | 01          | 02          | 00          | 00         | 00           | 03  |
|  |  | SADV-V            | 00          | 01          | 02          | 00          | 06          | 01         | 00           | 10  |
|  |  |                   | 00          | 03          | 06          | 03          | 10          | 01         | 00           | 23  |
|  |  | principais, V2+V3 | 06          | 07          | 41          | 10          | 31          | 04         | 02           | 101 |
|  |  | De coordenada     | 04          | 02          | 14          | 06          | 05          | 02         | 03           | 36  |
|  |  |                   | 10          | 09          | 55          | 16          | 36          | 06         | 05           | 137 |
| Xadv   | verbo precedido de advérbios modais                            | V2 adv-V          | 02          | 22          | 61          | 36          | 28          | 18         | 04           | 171 |
|  |  | V3 adv-VS         | 02          | 06          | 38          | 12          | 03          | 03         | 00           | 64  |
|  |  |                   | 04          | 28          | 99          | 48          | 31          | 21         | 04           | 235 |
|  |  | adv-V             | 02          | 02          | 15          | 04          | 08          | 04         | 01           | 36  |
|  |  | adv-VS            | 00          | 00          | 04          | 02          | 02          | 01         | 00           | 09  |
|  |  | Sadv-V            | 00          | 01          | 02          | 00          | 14          | 13         | 02           | 32  |
|  |  |                   | 02          | 03          | 21          | 06          | 24          | 18         | 03           | 77  |
|  |  | De coordenada     | 06          | 31          | 120         | 54          | 55          | 38         | 07           | 312 |
|  |  |                   | 30          | 31          | 101         | 19          | 39          | 12         | 03           | 236 |
|  |  |                   | 36          | 62          | 221         | 73          | 94          | 51         | 10           | 547 |
| XPP  | verbo precedido de partículas preposicionais                   | V2 PP-V           | 03          | 14          | 57          | 21          | 15          | 03         | 02           | 115 |
|  |  | V3 PP-VS          | 02          | 04          | 21          | 18          | 04          | 04         | 00           | 53  |
|  |  |                   | 05          | 18          | 78          | 39          | 19          | 07         | 02           | 168 |
|  |  | XPP-V             | 00          | 02          | 08          | 03          | 01          | 01         | 00           | 16  |
|  |  | XPP-VS            | 01          | 01          | 01          | 02          | 00          | 00         | 00           | 06  |
|  |  | SPP-V             | 01          | 04          | 03          | 02          | 05          | 02         | 00           | 17  |
|  |  |                   | 02          | 07          | 12          | 07          | 06          | 03         | 00           | 37  |
|  |  | De coordenada     | 07          | 25          | 90          | 46          | 25          | 10         | 02           | 206 |
|  |  |                   | 19          | 39          | 59          | 21          | 15          | 12         | 02           | 167 |
|  |  |                   | 26          | 64          | 149         | 67          | 40          | 22         | 04           | 372 |
| XCV  | verbo precedido de complementos e predicativos                 | V2 CV-V           | 02          | 09          | 20          | 04          | 04          | 00         | 00           | 30  |
|  |  | V3 CV-VS          | 01          | 07          | 18          | 06          | 02          | 00         | 00           | 34  |
|  |  |                   | 03          | 16          | 38          | 10          | 06          | 00         | 00           | 73  |
|  |  | CV-V              | 00          | 00          | 05          | 00          | 01          | 01         | 00           | 07  |
|  |  | CV-VS             | 00          | 01          | 00          | 01          | 00          | 00         | 00           | 02  |
|  |  | SCV-V             | 01          | 01          | 00          | 00          | 02          | 00         | 00           | 04  |
|  |  |                   | 01          | 02          | 05          | 01          | 03          | 01         | 00           | 13  |
|  |  | De coordenada     | 04          | 18          | 43          | 11          | 09          | 07         | 00           | 85  |
|  |  |                   | 03          | 08          | 19          | 02          | 03          | 01         | 01           | 37  |
|  |  |                   | 07          | 26          | 62          | 13          | 12          | 02         | 01           | 123 |
| XOR  | verbo precedido de oração dependente                           | V2 OR-V           | 04          | 03          | 11          | 12          | 04          | 01         | 00           | 35  |
|  |  | V3 OR-VS          | 02          | 00          | 02          | 02          | 01          | 00         | 00           | 07  |
|  |  |                   | 06          | 03          | 13          | 14          | 05          | 01         | 00           | 42  |
|  |  | XOR-V             | 06          | 03          | 03          | 06          | 02          | 00         | 00           | 20  |
|  |  | XOR-VS            | 01          | 01          | 02          | 02          | 01          | 00         | 00           | 07  |
|  |  | SOR-V             | 07          | 02          | 04          | 05          | 02          | 00         | 00           | 20  |
|  |  |                   | 14          | 06          | 09          | 13          | 05          | 00         | 00           | 47  |
|  |  | De coordenada     | 20          | 09          | 22          | 27          | 10          | 01         | 00           | 89  |
|  |  |                   | 52          | 40          | 46          | 45          | 06          | 00         | 00           | 189 |
|  |  |                   | 72          | 49          | 68          | 72          | 16          | 01         | 00           | 278 |
| XQ, FOC  | verbo precedido de partículas focalizadoras ou quantificadoras | V2 Q,FOC-V        | 02          | 01          | 16          | 01          | 09          | 02         | 01           | 32  |
|  |  | V3 Q,FOC-VS       | 00          | 00          | 04          | 00          | 02          | 02         | 02           | 10  |
|  |  |                   | 02          | 01          | 20          | 01          | 11          | 04         | 03           | 42  |
|  |  | XQ,FOC-V          | 00          | 00          | 03          | 00          | 03          | 00         | 00           | 06  |
|  |  | XQ,FOC-VS         | 00          | 00          | 00          | 00          | 01          | 00         | 00           | 01  |
|  |  | SQ,FOC V          | 00          | 00          | 00          | 00          | 05          | 01         | 00           | 06  |
|  |  |                   | 00          | 00          | 03          | 00          | 09          | 01         | 00           | 13  |
|  |  | De coordenada     | 02          | 01          | 23          | 01          | 20          | 05         | 03           | 35  |
|  |  |                   | 00          | 01          | 24          | 01          | 14          | 03         | 02           | 45  |
|  |  |                   | 02          | 02          | 47          | 02          | 34          | 08         | 05           | 100 |
| independentes declarativas principais          |  | 74                | 151         | 586         | 224         | 378         | 122         | 22         | 1486         |     |
| independentes declarativas das coordenadas     |  | 185               | 170         | 437         | 145         | 142         | 70          | 13         | 1160         |     |
| sentenças independentes declarativas - total   |  | 259               | 321         | 1023        | 369         | 462         | 192         | 35         | 2646         |     |
| outros   |  | 02                | 55          | 123         | 49          | 42          | 20          | 02         | 303          |     |
| sentenças dependentes                          |  | 437               | 873         | 3195        | 854         | 1231        | 827         | 237        | 7754         |     |
| segundas coordenadas dependentes               |  | 45                | 52          | 178         | 33          | 52          | 29          | 04         | 393          |     |
| sentenças introduzidas por "porque"            |  | 28                | 38          | 210         | 28          | 71          | 28          | 03         | 406          |     |
| sentenças negativas                            |  | 18                | 64          | 370         | 71          | 216         | 153         | 42         | 964          |     |
| sentenças dependentes, relativas, etc. - total |  | 530               | 1212        | 4016        | 1035        | 1612        | 1127        | 298        | 9620         |     |
| <b>TOTAL</b>                                   |  | <b>789</b>        | <b>1533</b> | <b>5039</b> | <b>1398</b> | <b>2074</b> | <b>1319</b> | <b>323</b> | <b>12476</b> |     |

Tabela 16

Ordem de constituintes em sentenças iniciais com clíticos no Corpus Tupy Ebrahe

proporção de cada construção sobre total de sentenças principais - cada teste

Enclíses e Próclíses

|          |                   | 154e | 155e | 157e | 160i | 160e | 160e | 160e | 161i | 164  | 165i | 165a | 167a | 170a | 171a | 171a | 172a | 172a | 172a | 172a | 172a | 172a | total |
|----------|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| V        | V                 | 0,01 | 0,31 | 0,24 | 0,36 | 0,07 | 0,03 | 0,18 | 0,11 | 0,16 | 0,04 | 0,18 | 0,17 | 0,04 | 0,07 | 0,20 | 0,31 | 0,13 | 0,48 | 0,16 |      |      | 0,17  |
|          | VS                | 0,02 | 0,05 | 0,10 | 0,17 | 0,01 | 0,03 | 0,05 | 0,07 | 0,03 | 0,00 | 0,05 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,04 | 0,08 | 0,03 | 0,07 | 0,01 |      |      | 0,04  |
|          | principais, V1    | 0,04 | 0,36 | 0,34 | 0,53 | 0,08 | 0,06 | 0,23 | 0,18 | 0,20 | 0,04 | 0,24 | 0,20 | 0,05 | 0,10 | 0,24 | 0,39 | 0,15 | 0,54 | 0,17 |      |      | 0,22  |
| XJSV     | S-V               | 0,31 | 0,16 | 0,13 | 0,06 | 0,17 | 0,24 | 0,07 | 0,08 | 0,18 | 0,37 | 0,10 | 0,13 | 0,30 | 0,28 | 0,06 | 0,13 | 0,38 | 0,17 | 0,33 |      |      | 0,19  |
|          | XS-V              | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,04 | 0,02 | 0,05 | 0,03 | 0,09 | 0,02 | 0,02 | 0,04 | 0,05 | 0,06 | 0,03 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,03 |      |      | 0,04  |
|          | principais, V2+V3 | 0,31 | 0,17 | 0,15 | 0,09 | 0,21 | 0,25 | 0,12 | 0,12 | 0,27 | 0,39 | 0,12 | 0,17 | 0,36 | 0,36 | 0,09 | 0,15 | 0,42 | 0,19 | 0,35 |      |      | 0,23  |
| XJSV     | S-V               | 0,01 | 0,03 | 0,02 | 0,08 | 0,16 | 0,14 | 0,04 | 0,11 | 0,05 | 0,09 | 0,02 | 0,01 | 0,16 | 0,10 | 0,08 | 0,08 | 0,11 | 0,04 | 0,05 |      |      | 0,08  |
|          | XS-V              | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,01 |      |      | 0,01  |
|          |                   | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,05 | 0,17 | 0,16 | 0,05 | 0,11 | 0,06 | 0,09 | 0,03 | 0,01 | 0,17 | 0,11 | 0,09 | 0,08 | 0,13 | 0,05 | 0,05 |      |      | 0,09  |
|          | principais, V1+V3 | 0,01 | 0,00 | 0,05 | 0,01 | 0,01 | 0,04 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,05 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,01 | 0,01 |      |       |
|          |                   | 0,04 | 0,03 | 0,07 | 0,07 | 0,18 | 0,20 | 0,05 | 0,11 | 0,07 | 0,10 | 0,03 | 0,03 | 0,20 | 0,16 | 0,10 | 0,10 | 0,15 | 0,06 | 0,07 |      |      | 0,10  |
| XADV     | ADV-V             | 0,05 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,05 | 0,05 | 0,01 | 0,04 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,02 | 0,02 | 0,05 | 0,10 | 0,01 | 0,01 | 0,04 |      |      | 0,03  |
|          | ADV-VS            | 0,04 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,05 | 0,01 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,02 |      | 0,01  |
|          |                   | 0,08 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,08 | 0,08 | 0,01 | 0,05 | 0,04 | 0,04 | 0,00 | 0,04 | 0,03 | 0,07 | 0,06 | 0,11 | 0,01 | 0,01 | 0,05 |      |      | 0,04  |
|          | XADV-V            | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          | XADV-VS           | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          | SADV-V            | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 |      | 0,00  |
|          |                   | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,01  |
|          | principais, V2+V3 | 0,08 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,08 | 0,08 | 0,03 | 0,06 | 0,05 | 0,04 | 0,01 | 0,07 | 0,06 | 0,07 | 0,08 | 0,13 | 0,03 | 0,01 | 0,06 |      |      | 0,05  |
| XJSV     | adv-V             | 0,02 | 0,11 | 0,09 | 0,09 | 0,10 | 0,08 | 0,05 | 0,10 | 0,04 | 0,11 | 0,10 | 0,19 | 0,05 | 0,05 | 0,08 | 0,11 | 0,04 | 0,06 | 0,04 |      |      | 0,08  |
|          | adv-VS            | 0,02 | 0,04 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,03 | 0,13 | 0,05 | 0,03 | 0,01 | 0,04 | 0,08 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,03  |
|          |                   | 0,05 | 0,15 | 0,10 | 0,12 | 0,13 | 0,11 | 0,18 | 0,14 | 0,07 | 0,12 | 0,14 | 0,27 | 0,05 | 0,05 | 0,09 | 0,13 | 0,06 | 0,07 | 0,04 |      |      | 0,10  |
|          | adv-V             | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,01 |      |      | 0,02  |
|          | adv-VS            | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          | Sadv-V            | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,04 | 0,02 | 0,02 | 0,03 | 0,06 | 0,02 | 0,02 |      | 0,01  |
|          |                   | 0,02 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,02 | 0,04 | 0,00 | 0,05 | 0,00 | 0,06 | 0,03 | 0,06 | 0,03 | 0,06 | 0,03 | 0,03 |      |      | 0,03  |
|          |                   | 0,07 | 0,15 | 0,13 | 0,15 | 0,15 | 0,14 | 0,20 | 0,17 | 0,11 | 0,12 | 0,19 | 0,27 | 0,10 | 0,08 | 0,15 | 0,16 | 0,15 | 0,10 | 0,06 |      |      | 0,14  |
| XPP      | PP-V              | 0,05 | 0,05 | 0,07 | 0,04 | 0,08 | 0,08 | 0,07 | 0,12 | 0,04 | 0,11 | 0,07 | 0,05 | 0,07 | 0,03 | 0,03 | 0,02 | 0,02 | 0,01 | 0,06 |      |      | 0,05  |
|          | PP-VS             | 0,02 | 0,01 | 0,03 | 0,01 | 0,05 | 0,04 | 0,02 | 0,02 | 0,03 | 0,11 | 0,03 | 0,07 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,03 |      |      | 0,03  |
|          |                   | 0,07 | 0,06 | 0,10 | 0,05 | 0,13 | 0,12 | 0,09 | 0,14 | 0,07 | 0,22 | 0,10 | 0,12 | 0,08 | 0,05 | 0,04 | 0,02 | 0,04 | 0,02 | 0,03 |      |      | 0,08  |
|          | XPP-V             | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,01  |
|          | XPP-VS            | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          | SPP-V             | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 |      |      | 0,01  |
|          |                   | 0,02 | 0,02 | 0,04 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,06 | 0,06 | 0,04 | 0,04 | 0,03 | 0,00 | 0,04 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 |      |      | 0,02  |
|          |                   | 0,09 | 0,08 | 0,13 | 0,06 | 0,13 | 0,14 | 0,15 | 0,17 | 0,07 | 0,22 | 0,14 | 0,16 | 0,11 | 0,05 | 0,08 | 0,02 | 0,05 | 0,03 | 0,12 |      |      | 0,11  |
| XJV      | J-V               | 0,05 | 0,01 | 0,06 | 0,03 | 0,04 | 0,01 | 0,05 | 0,05 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,04 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,02 |      |      | 0,03  |
|          | X-VS              | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,02 | 0,03 | 0,05 | 0,02 | 0,02 | 0,03 | 0,03 | 0,05 | 0,05 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,02  |
|          |                   | 0,06 | 0,04 | 0,09 | 0,06 | 0,07 | 0,04 | 0,10 | 0,08 | 0,05 | 0,03 | 0,06 | 0,05 | 0,03 | 0,00 | 0,06 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,03 |      |      | 0,05  |
|          | XJ-V              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          | XJ-VS             | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          | SX-V              | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          |                   | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,01  |
|          |                   | 0,07 | 0,04 | 0,10 | 0,06 | 0,07 | 0,04 | 0,12 | 0,08 | 0,05 | 0,03 | 0,07 | 0,05 | 0,04 | 0,00 | 0,06 | 0,02 | 0,00 | 0,02 | 0,03 |      |      | 0,05  |
| XJR      | JR-V              | 0,07 | 0,06 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,01 | 0,08 | 0,02 | 0,07 | 0,03 | 0,08 | 0,05 | 0,01 | 0,19 | 0,08 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,06 |      |      | 0,04  |
|          | JR-VS             | 0,04 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,02 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,00 |      |      | 0,01  |
|          |                   | 0,11 | 0,07 | 0,01 | 0,03 | 0,04 | 0,03 | 0,05 | 0,05 | 0,09 | 0,03 | 0,11 | 0,05 | 0,01 | 0,10 | 0,09 | 0,02 | 0,03 | 0,01 | 0,06 |      |      | 0,05  |
|          | XJR-V             | 0,08 | 0,04 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,05 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,02 |      |      | 0,01  |
|          | XJR-VS            | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      | 0,00  |
|          | SJR-V             | 0,08 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,01 | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,04 |      |      | 0,01  |
|          |                   | 0,18 | 0,05 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,01 | 0,05 | 0,01 | 0,10 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,08 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,05 |      |      | 0,03 |       |
|          |                   | 0,28 | 0,14 | 0,04 | 0,03 | 0,07 | 0,04 | 0,10 | 0,05 | 0,14 | 0,04 | 0,21 | 0,05 | 0,01 | 0,13 | 0,17 | 0,03 | 0,03 | 0,02 | 0,12 |      |      | 0,08  |
| XJQ, FOC | F,FOC-V           | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,05 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 |      |      | 0,01  |
|          | Q,FOC-VS          | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |       |

Tabela 17

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brabæ:

proporção de cada construção sobre total de sentenças principais - por metades de século (século XVIII - XVIII)

Enclises e Próclises

|                                       |      |                   | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |
|---------------------------------------|------|-------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| #V                                    | V1   | V                 | 0,01    | 0,26    | 0,14    | 0,14    | 0,12    | 0,35    | 0,16    | 0,17  |
|                                       |      | VS                | 0,02    | 0,08    | 0,05    | 0,03    | 0,03    | 0,05    | 0,01    | 0,04  |
|                                       |      |                   | 0,04    | 0,35    | 0,19    | 0,17    | 0,15    | 0,40    | 0,17    | 0,22  |
| X)SV                                  | V2   | SV                | 0,31    | 0,14    | 0,14    | 0,20    | 0,21    | 0,25    | 0,33    | 0,19  |
|                                       |      | V3                | 0,00    | 0,02    | 0,05    | 0,02    | 0,05    | 0,02    | 0,03    | 0,04  |
|                                       |      | XSV               | 0,31    | 0,16    | 0,19    | 0,22    | 0,27    | 0,27    | 0,36    | 0,23  |
| X)SV                                  | V2   | SV                | 0,01    | 0,03    | 0,10    | 0,04    | 0,12    | 0,07    | 0,05    | 0,08  |
|                                       |      | V3                | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,01  |
|                                       |      | XSV               | 0,02    | 0,03    | 0,11    | 0,04    | 0,13    | 0,08    | 0,06    | 0,03  |
|                                       |      | ZV                | 0,01    | 0,03    | 0,01    | 0,01    | 0,03    | 0,01    | 0,01    | 0,02  |
|                                       |      |                   | 0,04    | 0,06    | 0,12    | 0,05    | 0,16    | 0,09    | 0,07    | 0,10  |
| X)ADV                                 | V2   | ADV-V             | 0,05    | 0,01    | 0,03    | 0,02    | 0,04    | 0,01    | 0,04    | 0,03  |
|                                       |      | V3                | 0,04    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,00    | 0,02    | 0,01  |
|                                       |      | XADV-V            | 0,08    | 0,02    | 0,05    | 0,02    | 0,05    | 0,01    | 0,06    | 0,04  |
|                                       |      | XADV-VS           | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      | XADV-VS           | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      | SADV-V            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       | 0,00 | 0,01              | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,00    | 0,01    |         |       |
|                                       |      | principais, V2+V3 | 0,08    | 0,03    | 0,05    | 0,03    | 0,08    | 0,02    | 0,06    | 0,05  |
| X)adv                                 | V2   | adv-V             | 0,02    | 0,10    | 0,08    | 0,13    | 0,06    | 0,06    | 0,04    | 0,08  |
|                                       |      | V3                | 0,02    | 0,03    | 0,05    | 0,04    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,03  |
|                                       |      | Xadv-V            | 0,05    | 0,12    | 0,12    | 0,17    | 0,07    | 0,07    | 0,04    | 0,10  |
|                                       |      | Xadv-VS           | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,01    | 0,02  |
|                                       |      | Sadv-V            | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      |                   | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,03    | 0,04    | 0,02    | 0,01  |
|                                       | 0,02 | 0,01              | 0,03    | 0,02    | 0,05    | 0,05    | 0,03    | 0,03    |         |       |
|                                       |      |                   | 0,07    | 0,13    | 0,15    | 0,19    | 0,12    | 0,12    | 0,06    | 0,14  |
| X)PP                                  | V2   | PP-V              | 0,05    | 0,06    | 0,07    | 0,08    | 0,05    | 0,02    | 0,06    | 0,06  |
|                                       |      | V3                | 0,02    | 0,02    | 0,03    | 0,07    | 0,01    | 0,02    | 0,03    | 0,03  |
|                                       |      | XPP-V             | 0,07    | 0,08    | 0,10    | 0,14    | 0,06    | 0,03    | 0,09    | 0,08  |
|                                       |      | XPP-VS            | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,01  |
|                                       |      | SPP-V             | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      |                   | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,01  |
|                                       | 0,02 | 0,03              | 0,02    | 0,03    | 0,03    | 0,01    | 0,03    | 0,02    |         |       |
|                                       |      | 0,09              | 0,11    | 0,12    | 0,17    | 0,08    | 0,04    | 0,12    | 0,11    |       |
| X)XV                                  | V2   | X-V               | 0,05    | 0,04    | 0,04    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,03  |
|                                       |      | V3                | 0,01    | 0,03    | 0,03    | 0,03    | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,02  |
|                                       |      | XV-V              | 0,08    | 0,07    | 0,07    | 0,05    | 0,03    | 0,01    | 0,03    | 0,05  |
|                                       |      | XV-VS             | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      | SX-V              | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      |                   | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       | 0,01 | 0,01              | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    |         |       |
|                                       |      | 0,07              | 0,08    | 0,07    | 0,05    | 0,04    | 0,01    | 0,03    | 0,05    |       |
| X)OR                                  | V2   | OR-V              | 0,07    | 0,03    | 0,04    | 0,06    | 0,04    | 0,02    | 0,06    | 0,04  |
|                                       |      | V3                | 0,04    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|                                       |      | XOR-V             | 0,11    | 0,03    | 0,06    | 0,07    | 0,04    | 0,02    | 0,06    | 0,05  |
|                                       |      | XOR-VS            | 0,08    | 0,03    | 0,01    | 0,02    | 0,02    | 0,00    | 0,02    | 0,01  |
|                                       |      | SOR-V             | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      |                   | 0,08    | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,00    | 0,04    | 0,01  |
|                                       | 0,18 | 0,04              | 0,02    | 0,05    | 0,03    | 0,00    | 0,05    | 0,03    |         |       |
|                                       |      | 0,28              | 0,08    | 0,08    | 0,11    | 0,07    | 0,02    | 0,12    | 0,08    |       |
| X)Q, FOC                              | V2   | Q,FOC-V           | 0,02    | 0,00    | 0,02    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,01    | 0,01  |
|                                       |      | V3                | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,02    | 0,00  |
|                                       |      | XQ,FOC-V          | 0,02    | 0,00    | 0,03    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,03    | 0,02  |
|                                       |      | XQ,FOC-VS         | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      | SQ,FOC-V          | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       |      |                   | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|                                       | 0,00 | 0,00              | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,01    |         |       |
|                                       |      | 0,02              | 0,00    | 0,03    | 0,00    | 0,04    | 0,02    | 0,03    | 0,02    |       |
| Independentes declarativas principais |      |                   | 1,00    | 1,00    | 1,00    | 1,00    | 1,00    | 1,00    | 1,00    | 1,00  |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 18

Ordem de constituintes em sentenças simples com cláusulas no Corpus Ticho Ewelo:  
 proporção de cada construção sobre total de sentenças principais - detalhado  
 Enclosed total

|  |                              | 001               | 002  | 003  | 004  | 005  | 006  | 007  | 008  | 009  | 010  | 011  | 012  | 013  | 014  | 015  | 016  | 017  | 018  | 019  | 020  | 021  | 022  | 023  | 024  | 025  | 026  | 027  | 028  | 029  | 030  | 031  | 032  | 033  | 034  | 035  | 036  | 037  | 038  | 039  | 040  | 041  | 042  | 043  | 044  | 045  | 046 | 047 | 048 | 049 | 050 | 051 | 052 | 053 | 054 | 055 | 056 | 057 | 058 | 059 | 060 | 061 | 062 | 063 | 064 | 065 | 066 | 067 | 068 | 069 | 070 | 071 | 072 | 073 | 074 | 075 | 076 | 077 | 078 | 079 | 080 | 081 | 082 | 083 | 084 | 085 | 086 | 087 | 088 | 089 | 090 | 091 | 092 | 093 | 094 | 095 | 096 | 097 | 098 | 099 | 1000 |
|--|------------------------------|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| PV<br>sentenças verbo-iniciais   | V<br>princípios, V1          | V                 | 0,01 | 0,21 | 0,22 | 0,25 | 0,26 | 0,25 | 0,25 | 0,18 | 0,11 | 0,12 | 0,03 | 0,18 | 0,17 | 0,04 | 0,07 | 0,19 | 0,28 | 0,13 | 0,47 | 0,16 | 0,17 | 0,02 | 0,05 | 0,04 | 0,15 | 0,21 | 0,03 | 0,06 | 0,07 | 0,02 | 0,00 | 0,06 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 0,07 | 0,03 | 0,07 | 0,01 | 0,04 |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | YS                | 0,02 | 0,05 | 0,04 | 0,15 | 0,21 | 0,03 | 0,06 | 0,07 | 0,02 | 0,00 | 0,06 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 0,07 | 0,03 | 0,07 | 0,01 | 0,04 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V1    | 0,04 | 0,26 | 0,26 | 0,49 | 0,47 | 0,26 | 0,23 | 0,16 | 0,14 | 0,03 | 0,23 | 0,20 | 0,04 | 0,10 | 0,23 | 0,34 | 0,15 | 0,54 | 0,17 | 0,20 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(S)V<br>verbo precedido de<br>sujeitos neutros                                  | S-V<br>princípios, V2+V3     | S-V               | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,04 | 0,18 | 0,03 | 0,00 | 0,21 | 0,13 | 0,32 | 0,05 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | XS-V              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,03 | 0,03 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V2+V3 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,04 | 0,21 | 0,03 | 0,00 | 0,22 | 0,14 | 0,35 | 0,05 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(S)V<br>verbo precedido de<br>sujeitos focalizados<br>e verbos parecer, etc.    | S-V<br>princípios, V1+V3     | S-V               | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | KS-V              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | KSZV              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(ADV)<br>verbo precedido de<br>advérbios<br>(exceto modais)                     | ADV-V<br>princípios, V2+V3   | ADV-V             | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | ADV-VS            | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,02 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V2+V3 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,02 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(adv)<br>verbo precedido de<br>advérbios modais                                 | adv-V<br>princípios, V2+V3   | adv-V             | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | adv-VS            | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V2+V3 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(PP)<br>verbo precedido de<br>estruturas preposicionais                         | PP-V<br>princípios, V2+V3    | PP-V              | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,04 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | PP-VS             | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V2+V3 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(XV)<br>verbo precedido de<br>complementos<br>e predcativos                     | X-V<br>princípios, V2+V3     | X-V               | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | X-VS              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V2+V3 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,08 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,04 | 0,01 | 0,00 | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(XR)<br>verbo precedido de<br>oração dependente                                 | OR-V<br>princípios, V2+V3    | OR-V              | 0,02 | 0,04 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,06 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,04 | 0,00 | 0,08 | 0,08 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,06 | 0,03 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | OR-VS             | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,03 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,00 | 0,01 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V2+V3 | 0,04 | 0,05 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,03 | 0,06 | 0,02 | 0,05 | 0,03 | 0,00 | 0,04 | 0,00 | 0,08 | 0,08 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,06 | 0,03 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| X(XQ, FOC)<br>verbo precedido de<br>partículas focalizadas<br>ou quantificadoras | Q-FOC-V<br>princípios, V2+V3 | Q-FOC-V           | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | Q-FOC-VS          | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|  |                              | princípios, V2+V3 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| independentes oblativas principais   |                              |                   | 0,13 | 0,46 | 0,26 | 0,53 | 0,12 | 0,11 | 0,45 | 0,25 | 0,24 | 0,11 | 0,28 | 0,28 | 0,17 | 0,54 | 0,60 | 0,34 | 0,43 | 0,73 | 0,81 | 0,35 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |

Tabela 19

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Breher.

proporção de cada construção sobre total de sentenças principais - por metade de século (datas de nascimento)

E nclises:total

|                                       |  | SEC16-1 | SEC16-2    | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |      |      |
|---------------------------------------|--|---------|------------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|------|------|
| V                                     | verbo inicial  | V1      | V          | 0,01    | 0,26    | 0,13    | 0,13    | 0,11    | 0,35  | 0,16 | 0,17 |
|                                       |  |         | VS         | 0,02    | 0,04    | 0,05    | 0,03    | 0,02    | 0,05  | 0,01 | 0,04 |
|                                       |  |         |            | 0,04    | 0,30    | 0,18    | 0,16    | 0,14    | 0,40  | 0,17 | 0,20 |
| XSV                                   | verbo precedido de sujeitos neutros                            | V2      | SV         | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,02    | 0,05    | 0,16  | 0,32 | 0,05 |
|                                       |  | V3      | XSV        | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,01  | 0,03 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,02    | 0,06    | 0,17  | 0,35 | 0,06 |
| XJSV                                  | verbo precedido de sujeitos focalizados e verbos parecer, etc. | V2      | SV         | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  | V3      | XSV        | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | ZV         | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,01  | 0,01 | 0,01 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,01  | 0,01 | 0,01 |
| XADV                                  | verbo precedido de advérbios (exceto modais)                   |         | ADV-V      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00  | 0,03 | 0,00 |
|                                       |  |         | ADV-VS     | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,02 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00  | 0,04 | 0,01 |
|                                       |  |         | XADV-V     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | XADV-VS    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | SADV-V     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       | principais, V2+V3  | 0,01    | 0,00       | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,04    | 0,01  |      |      |
| Xadv                                  | verbo precedido de advérbios modais                            | V2      | adv-V      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | adv-VS     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  | V3      | x-adv-V    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | x-adv-VS   | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | Sadv-V     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
| XPP                                   | verbo precedido de sínglas preposicionais                      | V2      | PP-V       | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,01  | 0,04 | 0,01 |
|                                       |  |         | PP-VS      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,03 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,02    | 0,01  | 0,07 | 0,01 |
|                                       |  | V3      | XPP-V      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,01 | 0,00 |
|                                       |  |         | XPP-VS     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | SPP-V      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00  | 0,02 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00  | 0,03 | 0,01 |
|                                       |  | 0,01    | 0,00       | 0,01    | 0,01    | 0,03    | 0,01    | 0,10    | 0,02  |      |      |
| XXV                                   | verbo precedido de complementos e predicativos                 | V2      | X-V        | 0,02    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,01  | 0,02 | 0,01 |
|                                       |  |         | X-VS       | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00  | 0,01 | 0,01 |
|                                       |  |         |            | 0,02    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,01  | 0,03 | 0,01 |
|                                       |  | V3      | XX-V       | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | XX-VS      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | SX-V       | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  | 0,02    | 0,00       | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,03    | 0,01  |      |      |
| XOR                                   | verbo precedido de oração dependente                           | V2      | OR-V       | 0,02    | 0,02    | 0,03    | 0,02    | 0,03    | 0,02  | 0,05 | 0,03 |
|                                       |  |         | OR-VS      | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,01 |
|                                       |  |         |            | 0,04    | 0,02    | 0,04    | 0,02    | 0,03    | 0,02  | 0,05 | 0,03 |
|                                       |  | V3      | XOR-V      | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00  | 0,02 | 0,01 |
|                                       |  |         | XOR-VS     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | SOR-V      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,04 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,00    | 0,02    | 0,00  | 0,05 | 0,01 |
|                                       |  | 0,05    | 0,04       | 0,05    | 0,02    | 0,05    | 0,02    | 0,12    | 0,04  |      |      |
| XQG, FOC                              | verbo precedido de partícula focalizadora ou quantificador     | V2      | Q.FOC-V    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | Q.FOC-VS   | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  | V3      | X-Q.FOC-V  | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | X-Q.FOC-VS | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         | S-Q.FOC V  | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  |         |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |
|                                       |  | 0,00    | 0,00       | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |      |      |
| Independentes declarativas principais |  |         |            | 0,13    | 0,35    | 0,26    | 0,23    | 0,32    | 0,62  | 0,51 | 0,35 |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 20

Ordem de constituintes em sentenças finais com clíticos no Corpus Tivocho Brasileiro

proporção de cada contribuição sobre total de sentenças principais - cada texto

Pré-classificatória

|  |                   | con  | ggu  | lgb  | mco  | mei  | vic  | viz  | cha  | ber  | lro  | cpu  | aba  | ar   | vfr  | scg  | per  | alo  | off  | col  | total |
|--|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
|  |                   | 1548 | 1558 | 1570 | 1601 | 1608 | 1608 | 1628 | 1631 | 1644 | 1651 | 1659 | 1675 | 1705 | 1713 | 1714 | 1724 | 1730 | 1739 | 1808 |       |
| PV<br>sentenças verbo-iniciais   | V                 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,04 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,01  |
|  | VS                | 0,00 | 0,00 | 0,07 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
|  | principais, V1    | 0,00 | 0,00 | 0,08 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,05 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01  |
| PXSV<br>verbo precedido de<br>sujeitos neutros                               | S-V               | 0,31 | 0,16 | 0,13 | 0,06 | 0,16 | 0,24 | 0,04 | 0,09 | 0,17 | 0,34 | 0,07 | 0,13 | 0,25 | 0,10 | 0,03 | 0,13 | 0,19 | 0,04 | 0,01 | 0,14  |
|  | KS-V              | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,04 | 0,02 | 0,05 | 0,03 | 0,09 | 0,02 | 0,02 | 0,04 | 0,06 | 0,05 | 0,03 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,03  |
|  | principais, V2+V3 | 0,31 | 0,17 | 0,15 | 0,09 | 0,20 | 0,26 | 0,09 | 0,12 | 0,26 | 0,36 | 0,09 | 0,17 | 0,32 | 0,15 | 0,06 | 0,15 | 0,20 | 0,05 | 0,01 | 0,17  |
| PXSV<br>verbo precedido de<br>sujeitos focalizados<br>e verbos parecer, etc. | S-V               | 0,01 | 0,03 | 0,02 | 0,05 | 0,16 | 0,14 | 0,04 | 0,11 | 0,05 | 0,09 | 0,02 | 0,01 | 0,16 | 0,10 | 0,08 | 0,08 | 0,11 | 0,04 | 0,05 | 0,08  |
|  | KS-V              | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,01  |
|  | XZV               | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,05 | 0,17 | 0,16 | 0,05 | 0,11 | 0,06 | 0,06 | 0,03 | 0,01 | 0,17 | 0,11 | 0,09 | 0,08 | 0,13 | 0,05 | 0,05 | 0,08  |
|  | principais, V1+V3 | 0,01 | 0,00 | 0,05 | 0,01 | 0,01 | 0,04 | 0,03 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01  |
| PXADV<br>verbo precedido de<br>advérbios<br>(exceto modais)                  | ADV-V             | 0,05 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,06 | 0,05 | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,03 | 0,10 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,02  |
|  | ADV-VS            | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,01 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01  |
|  | XADV-V            | 0,07 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,08 | 0,08 | 0,01 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,00 | 0,04 | 0,03 | 0,03 | 0,04 | 0,11 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,03  |
|  | XADV-VS           | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
|  | SADV-V            | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
| principais, V2+V3  | 0,00              | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,03 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |       |
| PXadv<br>verbo precedido de<br>advérbios modais                              | adv-V             | 0,02 | 0,11 | 0,09 | 0,09 | 0,10 | 0,06 | 0,05 | 0,10 | 0,04 | 0,11 | 0,10 | 0,19 | 0,05 | 0,03 | 0,07 | 0,11 | 0,04 | 0,06 | 0,04 | 0,07  |
|  | adv-VS            | 0,02 | 0,04 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,03 | 0,13 | 0,05 | 0,03 | 0,01 | 0,04 | 0,08 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,03  |
|  | Xadv-V            | 0,05 | 0,15 | 0,10 | 0,12 | 0,13 | 0,11 | 0,18 | 0,14 | 0,07 | 0,12 | 0,14 | 0,27 | 0,05 | 0,03 | 0,08 | 0,13 | 0,06 | 0,07 | 0,04 | 0,10  |
|  | Xadv-VS           | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,02  |
|  | Sadv-V            | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
| principais, V2   | 0,02              | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,02 | 0,04 | 0,00 | 0,05 | 0,00 | 0,06 | 0,03 | 0,06 | 0,09 | 0,09 | 0,03 | 0,03 | 0,03 |       |
| PXPP<br>verbo precedido de<br>partículas preposicionais                      | PP-V              | 0,04 | 0,05 | 0,07 | 0,04 | 0,08 | 0,08 | 0,07 | 0,12 | 0,04 | 0,10 | 0,07 | 0,05 | 0,05 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,05  |
|  | PP-VS             | 0,02 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,05 | 0,04 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,11 | 0,03 | 0,05 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,02  |
|  | XPP-V             | 0,06 | 0,05 | 0,10 | 0,05 | 0,13 | 0,12 | 0,09 | 0,14 | 0,06 | 0,21 | 0,10 | 0,11 | 0,06 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,03 | 0,01 | 0,02 | 0,07  |
|  | XPP-VS            | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01  |
|  | SPP-V             | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
| principais, V2   | 0,02              | 0,02 | 0,04 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,06 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,04 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,02 |       |
| PXJV<br>verbo precedido de<br>complementos<br>e predicativos                 | K-V               | 0,02 | 0,01 | 0,06 | 0,03 | 0,04 | 0,01 | 0,02 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02  |
|  | K-VS              | 0,01 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,02 | 0,03 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01  |
|  | XK-V              | 0,04 | 0,04 | 0,08 | 0,05 | 0,07 | 0,04 | 0,03 | 0,05 | 0,03 | 0,03 | 0,05 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,03  |
|  | XK-VS             | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
|  | SK-V              | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
| principais, V2   | 0,05              | 0,04 | 0,10 | 0,06 | 0,07 | 0,04 | 0,04 | 0,05 | 0,05 | 0,03 | 0,06 | 0,01 | 0,03 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |       |
| PXJR<br>verbo precedido de<br>oração dependente                              | DR-V              | 0,05 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00  |
|  | DR-VS             | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,06 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
|  | XJR-V             | 0,07 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,04 | 0,03 | 0,00 | 0,11 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02  |
|  | XJR-VS            | 0,07 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01  |
|  | SJR-V             | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
| principais, V2   | 0,08              | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,01 | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |       |
| PXQ, FOC<br>verbo precedido de<br>partícula focalizadora<br>ou quantificador | Q-FOC-V           | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,05 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01  |
|  | Q-FOC-VS          | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
|  | X-Q,FOC-V         | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,03 | 0,01 | 0,05 | 0,03 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,03 | 0,03 | 0,02 | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,03 | 0,02  |
|  | X-Q,FOC-VS        | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
|  | S-Q,FOC V         | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00  |
| principais, V2   | 0,00              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |       |
| independentes declináveis principais   |                   | 0,87 | 0,54 | 0,74 | 0,47 | 0,86 | 0,89 | 0,55 | 0,75 | 0,76 | 0,89 | 0,72 | 0,71 | 0,83 | 0,46 | 0,50 | 0,66 | 0,57 | 0,27 | 0,19 | 0,85  |

Tabela 21

Ordem de constituintes em sentenças finais com difíceis no Corpus Tycho Brahe:

proporção de cada construção sobre total de sentenças principais - por metade de século (datas de nascimento)

Proclise total

|  |          |            | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |
|--|----------|------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| #V<br>verbo inicial  | V1       | V          | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  |          | VS         | 0,00    | 0,04    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  |          |            | 0,00    | 0,05    | 0,02    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
| (X)SV<br>verbo precedido de<br>sujeitos neutros                                | V2<br>V3 | SV         | 0,31    | 0,14    | 0,13    | 0,17    | 0,16    | 0,10    | 0,01    | 0,14  |
|  |          | XSV        | 0,00    | 0,02    | 0,04    | 0,02    | 0,05    | 0,01    | 0,00    | 0,03  |
|  |          |            | 0,31    | 0,16    | 0,18    | 0,20    | 0,21    | 0,11    | 0,01    | 0,17  |
| (X)SV<br>verbo precedido de<br>sujeitos focalizados<br>e verbos parecer, etc.  | V2<br>V3 | SV         | 0,01    | 0,03    | 0,10    | 0,04    | 0,12    | 0,07    | 0,05    | 0,08  |
|  |          | XSV        | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,01  |
|  |          |            | 0,02    | 0,03    | 0,11    | 0,04    | 0,13    | 0,06    | 0,06    | 0,08  |
|  |          | ZV         | 0,01    | 0,03    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,01  |
|  |          |            | 0,04    | 0,06    | 0,12    | 0,05    | 0,14    | 0,06    | 0,06    | 0,10  |
| (X)ADV<br>verbo precedido de<br>advérbios<br>(exceto modais)                   |          | ADV-V      | 0,05    | 0,01    | 0,03    | 0,02    | 0,03    | 0,01    | 0,02    | 0,02  |
|  |          | ADV-VS     | 0,02    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  |          |            | 0,07    | 0,02    | 0,04    | 0,02    | 0,04    | 0,01    | 0,02    | 0,03  |
|  |          | XADV-V     | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | XADV-VS    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | SADV-V     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          |            | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
| principais, V2+V3  | 0,07     | 0,03       | 0,05    | 0,03    | 0,07    | 0,01    | 0,02    | 0,04    |         |       |
| (X)adv<br>verbo precedido de<br>advérbios modais                               | V2<br>V3 | adv-V      | 0,02    | 0,10    | 0,08    | 0,13    | 0,06    | 0,06    | 0,04    | 0,07  |
|  |          | adv-VS     | 0,02    | 0,03    | 0,05    | 0,04    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,03  |
|  |          |            | 0,05    | 0,12    | 0,12    | 0,17    | 0,07    | 0,07    | 0,04    | 0,10  |
|  |          | xadv-V     | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,02    | 0,01    | 0,01    | 0,02  |
|  |          | xadv-VS    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | Sadv-V     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,03    | 0,04    | 0,02    | 0,01  |
|  |          |            | 0,02    | 0,01    | 0,03    | 0,02    | 0,05    | 0,06    | 0,03    | 0,03  |
|  | 0,07     | 0,13       | 0,15    | 0,19    | 0,12    | 0,12    | 0,06    | 0,14    |         |       |
| (X)PP<br>verbo precedido de<br>síntagmas preposicionais                        | V2<br>V3 | PP-V       | 0,04    | 0,06    | 0,07    | 0,07    | 0,03    | 0,01    | 0,02    | 0,05  |
|  |          | PP-VS      | 0,02    | 0,02    | 0,03    | 0,06    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,02  |
|  |          |            | 0,06    | 0,08    | 0,10    | 0,14    | 0,04    | 0,02    | 0,02    | 0,07  |
|  |          | XPP-V      | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  |          | XPP-VS     | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | SPP-V      | 0,01    | 0,02    | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,01  |
|  |          |            | 0,02    | 0,03    | 0,02    | 0,02    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,02  |
|  | 0,08     | 0,11       | 0,11    | 0,16    | 0,05    | 0,03    | 0,02    | 0,08    |         |       |
| (X)XV<br>verbo precedido de<br>complementos<br>e predcativos                   | V2<br>V3 | X-V        | 0,02    | 0,04    | 0,03    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,02  |
|  |          | X-VS       | 0,01    | 0,03    | 0,02    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  |          |            | 0,04    | 0,07    | 0,05    | 0,03    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,03  |
|  |          | XX-V       | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | XX-VS      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | SX-V       | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          |            | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  | 0,05     | 0,08       | 0,05    | 0,04    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,04    |         |       |
| (X)OR<br>verbo precedido de<br>oração dependente                               | V2<br>V3 | OR-V       | 0,05    | 0,01    | 0,01    | 0,04    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,02  |
|  |          | OR-VS      | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          |            | 0,07    | 0,01    | 0,02    | 0,05    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,02  |
|  |          | XOR-V      | 0,07    | 0,01    | 0,00    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  |          | XOR-VS     | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | SOR-V      | 0,08    | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  |          |            | 0,16    | 0,03    | 0,01    | 0,05    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,02  |
|  | 0,24     | 0,04       | 0,03    | 0,09    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,04    |         |       |
| (X)Q, FOC<br>verbo precedido de<br>partícula focalizadora<br>ou quanti ficator | V2<br>V3 | Q,FOC-V    | 0,02    | 0,00    | 0,02    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,01    | 0,01  |
|  |          | Q,FOC-VS   | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,02    | 0,00  |
|  |          |            | 0,02    | 0,00    | 0,03    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,03    | 0,02  |
|  |          | X-Q,FOC-V  | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | X-Q,FOC-VS | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          | S-Q,FOC V  | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00  |
|  |          |            | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,01  |
|  | 0,02     | 0,00       | 0,03    | 0,00    | 0,04    | 0,02    | 0,03    | 0,02    |         |       |
| independentes declarativas principais  |          |            | 0,87    | 0,65    | 0,74    | 0,77    | 0,68    | 0,38    | 0,79    | 0,65  |

Paixão de Sousa, 2004



Tabela 23

Ordem de constituintes em sentenças iniciais com dígrafos no Corpus Ticho Branco:  
 proporção de endígrafos versus dígrafos - por metades de século (datas de nascimento)  
 Endígrafos-Pródromos

|   |  | SEC16-1       | SEC16-2           | SEC17-1   | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | TOTAL |      |      |      |
|---|--|---------------|-------------------|-----------|---------|---------|---------|---------|-------|------|------|------|
| VV  | verbo inicial  | V1            | V                 | 1,00      | 0,97    | 0,92    | 0,95    | 0,93    | 0,99  | 1,00 | 0,95 |      |
|   |  | VS            | 1,00              | 0,53      | 0,90    | 1,00    | 0,85    | 1,00    | 1,00  | 0,85 |      |      |
|   |  | Zs coordenada | 1,00              | 0,86      | 0,91    | 0,96    | 0,91    | 0,98    | 1,00  | 0,93 |      |      |
|   |  |               | 0,29              | 0,28      | 0,58    | 0,35    | 0,72    | 0,66    | 0,67  | 0,52 |      |      |
|   |  | 0,35          | 0,75              | 0,72      | 0,51    | 0,81    | 0,88    | 0,83    | 0,72  |      |      |      |
| XSV   | verbo precedido de sujeitos neutros                            | V2            | EV                | 0,00      | 0,03    | 0,05    | 0,13    | 0,24    | 0,62  | 0,97 | 0,26 |      |
|   |  | XSV           | 0,00              | 0,00      | 0,03    | 0,00    | 0,12    | 0,57    | 1,00  | 0,13 |      |      |
|   |  | Zs coordenada | 0,00              | 0,03      | 0,05    | 0,11    | 0,21    | 0,61    | 0,96  | 0,26 |      |      |
|   |  |               | 0,00              | 0,07      | 0,10    | 0,00    | 0,21    | 0,56    | 1,00  | 0,21 |      |      |
|   |  | 0,00          | 0,05              | 0,06      | 0,09    | 0,23    | 0,60    | 0,96    | 0,24  |      |      |      |
| XSV   | verbo precedido de sujeitos focalizados e verbos parecer, etc. | V2            | EV                | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  | XSV           | 0,00              | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 |      |      |
|   |  |               | ZV                | 0,00      | 0,00    | 0,10    | 0,00    | 0,77    | 0,50  | 1,00 | 0,37 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,13    | 0,07  | 0,13 | 0,06 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,12    | 0,05  | 0,11 | 0,05 |      |
| XADV  | verbo precedido de advérbios (exceto modos)                    | ADV-V         | 0,00              | 0,00      | 0,04    | 0,00    | 0,24    | 0,25    | 0,80  | 0,14 |      |      |
|   |  | ADV-VS        | 0,33              | 0,00      | 0,09    | 0,00    | 0,11    | -       | 1,00  | 0,16 |      |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,14      | 0,00    | 0,05    | 0,00    | 0,19    | 0,25  | 0,71 | 0,15 |      |
|   |  |               | XADV-V            | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 1,00  | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | XADV-VS           | -         | -       | 0,00    | 0,00    | -       | -     | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | SADV-V            | -         | 0,00    | 0,00    | -       | 0,00    | 0,00  | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               | principais, V2+V3 | 0,14      | 0,00    | 0,05    | 0,00    | 0,14    | 0,33  | 0,71 | 0,13 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,50    | 0,22    | 0,00    | 0,17    | 0,60  | 0,00 | 0,20 |      |
|   |  |               |                   | 0,09      | 0,18    | 0,10    | 0,00    | 0,14    | 0,40  | 0,50 | 0,15 |      |
| Xadv  | verbo precedido de advérbios modos                             | V2            | adv-V             | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,07    | 0,00  | 0,00 | 0,01 |      |
|   |  | adv-VS        | 0,00              | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | -     | 0,00 |      |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,06    | 0,00  | 0,00 | 0,01 |      |
|   |  |               | V3                | adv-V     | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               | adv-VS            | -         | -       | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | Sadv-V            | -         | 0,00    | 0,00    | -       | 0,00    | 0,00  | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,04    | 0,00  | 0,00 | 0,01 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,13    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,09    | 0,00  | 0,00 | 0,01 |      |
| XPP   | verbo precedido de pronomes preposicionais                     | V2            | PP-V              | 0,25      | 0,00    | 0,00    | 0,05    | 0,25    | 0,40  | 0,71 | 0,13 |      |
|   |  | PP-VS         | 0,00              | 0,20      | 0,12    | 0,05    | 0,20    | 0,20    | 1,00  | 0,16 |      |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,17      | 0,05    | 0,04    | 0,05    | 0,22    | 0,30  | 0,80 | 0,14 |      |
|   |  |               | V3                | PP-V      | -       | 0,00    | 0,00    | 0,25    | 0,67  | 0,00 | 1,00 | 0,21 |
|   |  |               | PP-VS             | 0,00      | 0,00    | 0,50    | 0,00    | 1,00    | -     | -    | 0,29 |      |
|   |  |               | SPP-V             | 0,00      | 0,00    | 0,40    | 0,00    | 0,38    | 0,00  | 1,00 | 0,29 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,20    | 0,13    | 0,50    | 0,00  | 1,00 | 0,26 |      |
|   |  |               |                   | 0,13      | 0,04    | 0,06    | 0,06    | 0,38    | 0,23  | 0,85 | 0,16 |      |
|   |  |               |                   | 0,05      | 0,07    | 0,08    | 0,00    | 0,32    | 0,33  | 0,80 | 0,13 |      |
|   |  |               |                   | 0,07      | 0,06    | 0,07    | 0,04    | 0,35    | 0,28  | 0,78 | 0,15 |      |
| XXV   | verbo precedido de complementos e pred cativos                 | V2            | X-V               | 0,50      | 0,00    | 0,31    | 0,00    | 0,60    | 1,00  | 1,00 | 0,36 |      |
|   |  | X-VS          | 0,00              | 0,00      | 0,22    | 0,40    | 0,50    | -       | 1,00  | 0,26 |      |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,40      | 0,00    | 0,27    | 0,29    | 0,57    | 1,00  | 1,00 | 0,32 |      |
|   |  |               | V3                | X-V       | -       | -       | 0,00    | -       | 0,00  | 0,00 | -    | 0,00 |
|   |  |               | X-VS              | -         | 0,00    | -       | 0,00    | -       | -     | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | SX-V              | 0,00      | 0,00    | -       | -       | 0,00    | -     | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | -    | 0,00 |      |
|   |  |               |                   | 0,33      | 0,00    | 0,25    | 0,27    | 0,47    | 0,75  | 1,00 | 0,26 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,20    | 0,00    | 0,00    | 0,63    | 0,60  | 0,00 | 0,23 |      |
|   |  |               |                   | 0,22      | 0,07    | 0,18    | 0,24    | 0,52    | 0,78  | 0,75 | 0,27 |      |
| XOR   | verbo precedido de oração dependente                           | V2            | OR-V              | 0,33      | 0,57    | 0,67    | 0,33    | 0,78    | 0,83  | 1,00 | 0,64 |      |
|   |  | OR-VS         | 0,33              | 1,00      | 0,63    | 0,00    | 0,00    | 1,00    | -     | 0,65 |      |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,33      | 0,63    | 0,71    | 0,30    | 0,75    | 0,85  | 1,00 | 0,64 |      |
|   |  |               | V3                | XOR-V     | 0,14    | 0,50    | 0,40    | 0,00    | 0,75  | -    | 1,00 | 0,41 |
|   |  |               | XOR-VS            | 0,00      | 0,00    | 0,50    | 0,00    | 0,50    | 1,00  | -    | 0,36 |      |
|   |  |               | SOR-V             | 0,00      | 0,33    | 0,43    | 0,00    | 0,23    | -     | 1,00 | 0,31 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,07      | 0,40    | 0,44    | 0,00    | 0,62    | 1,00  | 1,00 | 0,36 |      |
|   |  |               |                   | 0,17      | 0,50    | 0,64    | 0,18    | 0,70    | 0,88  | 1,00 | 0,63 |      |
|   |  |               |                   | 0,17      | 0,20    | 0,41    | 0,13    | 0,65    | 1,00  | 1,00 | 0,31 |      |
|   |  |               |                   | 0,17      | 0,28    | 0,51    | 0,15    | 0,68    | 0,95  | 1,00 | 0,40 |      |
| XQ, FOC   | verbo precedido de partícula focalizadora ou quantificadora    | V2            | Q/FOC-V           | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  | Q/FOC-VS      | -                 | -         | 0,00    | -       | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 |      |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               | V3                | X-Q/FOC-V | -       | -       | 0,00    | -       | 0,00  | -    | -    | 0,00 |
|   |  |               | X-Q/FOC-VS        | -         | -       | -       | -       | 0,00    | -     | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | S-Q/FOC V         | -         | -       | -       | -       | 0,00    | 0,00  | -    | 0,00 |      |
|   |  |               | Zs coordenada     | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               |                   | -         | -       | 0,00    | -       | 0,50    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
|   |  |               |                   | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,05    | 0,00  | 0,00 | 0,00 |      |
| Independentes declarativas principais           |  |               | 0,13              | 0,15      | 0,24    | 0,23    | 0,32    | 0,42    | 0,81  | 0,35 |      |      |
| Independentes declarativas 2as coordenadas      |  |               | 0,10              | 0,27      | 0,27    | 0,13    | 0,53    | 0,98    | 0,70  | 0,29 |      |      |
| Sentenças independentes declinativas - totais   |  |               | 0,11              | 0,31      | 0,26    | 0,19    | 0,33    | 0,81    | 0,78  | 0,32 |      |      |
| Dúgrafos  |  |               | 0,33              | 0,04      | 0,08    | 0,09    | 0,21    | 0,39    | 0,00  | 0,13 |      |      |
| Sentenças dependentes                           |  |               | 0,00              | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00  | 0,00 |      |      |
| Sentenças coordenadas dependentes               |  |               | 0,00              | 0,05      | 0,03    | 0,00    | 0,02    | 0,06    | 0,33  | 0,03 |      |      |
| Sentenças introduzidas por "porque"             |  |               | 0,00              | 0,00      | 0,04    | 0,03    | 0,03    | 0,13    | 0,25  | 0,04 |      |      |
| Sentenças negativas                             |  |               | 0,00              | 0,00      | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00  | 0,00 |      |      |
| Sentenças dependentes, negativas, etc. - totais |  |               | 0,00              | 0,01      | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,01  | 0,01 |      |      |
| TOTAL   |  |               | 0,04              | 0,09      | 0,07    | 0,06    | 0,11    | 0,19    | 0,28  | 0,10 |      |      |

Paiva de Sousa, 2004

Tabela 24

Ordem de constituintes em sentenças fritas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

Sentenças principais com sujeitos pré-verbais, pós-verbais e nulos (enclises e próclises) - cada texto

|                      | cou  | sou  | lob  | mco  | mei  | vic  | vis  | cha  | ber  | bro  | ceu  | eba  | air  | ver  | aco  | ger  | alo  | qit  | ort  | total |
|----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
|                      | 1548 | 1556 | 1579 | 1601 | 1608 | 1608 | 1608 | 1631 | 1644 | 1651 | 1668 | 1675 | 1705 | 1713 | 1714 | 1724 | 1750 | 1799 | 1836 |       |
| Sujeitos Nulos       | 32   | 56   | 73   | 54   | 79   | 35   | 67   | 69   | 68   | 31   | 70   | 39   | 63   | 20   | 74   | 35   | 29   | 126  | 48   | 1070  |
| %total               | 0,36 | 0,59 | 0,54 | 0,57 | 0,44 | 0,30 | 0,56 | 0,52 | 0,46 | 0,34 | 0,58 | 0,52 | 0,27 | 0,33 | 0,62 | 0,57 | 0,25 | 0,63 | 0,42 |       |
| Sujeitos Pré-Verbais | 29   | 19   | 31   | 16   | 71   | 54   | 20   | 31   | 50   | 45   | 17   | 15   | 131  | 32   | 23   | 15   | 66   | 51   | 48   | 764   |
| %total               | 0,34 | 0,20 | 0,23 | 0,17 | 0,39 | 0,46 | 0,17 | 0,23 | 0,34 | 0,49 | 0,14 | 0,20 | 0,56 | 0,52 | 0,19 | 0,25 | 0,56 | 0,25 | 0,42 |       |
| Sujeitos Pós-Verbais | 15   | 15   | 27   | 23   | 29   | 27   | 33   | 28   | 24   | 15   | 28   | 20   | 13   | 06   | 16   | 08   | 10   | 20   | 08   | 366   |
| %total               | 0,18 | 0,16 | 0,20 | 0,24 | 0,16 | 0,23 | 0,28 | 0,21 | 0,16 | 0,16 | 0,23 | 0,27 | 0,06 | 0,10 | 0,13 | 0,13 | 0,09 | 0,10 | 0,08 |       |
| ordens S-X-V         | 09   | 05   | 05   | 02   | 02   | 02   | 00   | 04   | 06   | 01   | 05   | 01   | 25   | 03   | 07   | 03   | 12   | 05   | 08   | 105   |
| TOTAL                | 85   | 95   | 136  | 95   | 181  | 118  | 120  | 132  | 148  | 92   | 120  | 75   | 232  | 61   | 120  | 61   | 117  | 204  | 113  | 2305  |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 25

Orden de constituintes em sentenças finitas com cíficos no Corpus Tycho Brahe:

Sentenças principais com sujeitos pré-verbais, pós-verbais e nulos (enclises e próclises) - por séculos

|                      | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 | total |
|----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| Sujeitos Nulos       | 39      | 137     | 299     | 236     | 237     | 55      | 67      | 1070  |
| %total               | 0,52    | 0,39    | 0,43    | 0,59    | 0,49    | 0,31    | 0,56    |       |
| Sujeitos Pré-Verbais | 15      | 154     | 238     | 97      | 154     | 86      | 20      | 764   |
| %total               | 0,20    | 0,44    | 0,34    | 0,24    | 0,32    | 0,48    | 0,17    |       |
| Sujeitos Pós-Verbais | 20      | 29      | 120     | 55      | 76      | 33      | 33      | 366   |
| %total               | 0,27    | 0,08    | 0,17    | 0,14    | 0,16    | 0,18    | 0,28    |       |
| ordens S-X-V         | 01      | 32      | 37      | 13      | 17      | 05      | 00      | 105   |
| <b>TOTAL</b>         | 75      | 352     | 694     | 401     | 484     | 179     | 120     | 2305  |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 26

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe:

Sentenças principais com sujeitos pré-verbais, pós-verbais e nulos - cada texto  
comparação de ênclises e próclises

|                             | aba         | aco         | air         | alo         | ber         | bro         | ceu         | cha         | cou         | gar         | oti         | lob         | mco         | mel         | ort         | sou         | ver         | vic         | vls         | total       |  |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--|
|                             | 1876        | 1714        | 1706        | 1760        | 1644        | 1661        | 1658        | 1631        | 1648        | 1724        | 1799        | 1679        | 1801        | 1608        | 1836        | 1556        | 1713        | 1608        | 1608        |             |  |
| <b>Sujeitos Nulos</b>       |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |  |
| ênclises                    | 16          | 46          | 20          | 19          | 25          | 07          | 22          | 19          | 07          | 17          | 104         | 30          | 34          | 16          | 38          | 36          | 13          | 05          | 37          | 511         |  |
| %total                      | 0,21        | 0,38        | 0,09        | 0,16        | 0,17        | 0,08        | 0,18        | 0,14        | 0,08        | 0,28        | 0,51        | 0,22        | 0,36        | 0,09        | 0,34        | 0,38        | 0,21        | 0,04        | 0,31        | 0,22        |  |
| próclises                   | 23          | 28          | 43          | 10          | 43          | 24          | 48          | 50          | 25          | 18          | 24          | 43          | 20          | 63          | 10          | 20          | 07          | 30          | 30          | 599         |  |
| %total                      | 0,31        | 0,23        | 0,19        | 0,09        | 0,29        | 0,26        | 0,40        | 0,38        | 0,29        | 0,30        | 0,12        | 0,32        | 0,21        | 0,35        | 0,09        | 0,21        | 0,11        | 0,25        | 0,25        | 0,24        |  |
| <b>ênclises/próclises</b>   | <b>0,41</b> | <b>0,62</b> | <b>0,32</b> | <b>0,66</b> | <b>0,37</b> | <b>0,23</b> | <b>0,31</b> | <b>0,28</b> | <b>0,22</b> | <b>0,49</b> | <b>0,81</b> | <b>0,41</b> | <b>0,63</b> | <b>0,20</b> | <b>0,79</b> | <b>0,64</b> | <b>0,65</b> | <b>0,14</b> | <b>0,55</b> | <b>0,46</b> |  |
| <b>Sujeitos Pré-Verbais</b> |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |  |
| ênclises                    | 00          | 05          | 17          | 27          | 02          | 03          | 04          | 00          | 00          | 00          | 29          | 01          | 00          | 03          | 40          | 00          | 15          | 00          | 03          | 149         |  |
| %total                      | 0,00        | 0,04        | 0,07        | 0,23        | 0,01        | 0,03        | 0,03        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,14        | 0,01        | 0,00        | 0,02        | 0,35        | 0,00        | 0,25        | 0,00        | 0,03        | 0,06        |  |
| próclises                   | 15          | 18          | 114         | 39          | 48          | 42          | 13          | 31          | 29          | 15          | 22          | 30          | 16          | 68          | 08          | 19          | 17          | 54          | 17          | 615         |  |
| %total                      | 0,20        | 0,15        | 0,49        | 0,33        | 0,32        | 0,46        | 0,11        | 0,23        | 0,34        | 0,25        | 0,11        | 0,22        | 0,17        | 0,38        | 0,07        | 0,20        | 0,28        | 0,46        | 0,14        | 0,27        |  |
| <b>ênclises/próclises</b>   | <b>0,00</b> | <b>0,22</b> | <b>0,13</b> | <b>0,41</b> | <b>0,64</b> | <b>0,07</b> | <b>0,24</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,57</b> | <b>0,03</b> | <b>0,00</b> | <b>0,04</b> | <b>0,83</b> | <b>0,00</b> | <b>0,47</b> | <b>0,00</b> | <b>0,15</b> | <b>0,20</b> |  |
| <b>Sujeitos Pós-Verbais</b> |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |  |
| ênclises                    | 06          | 07          | 02          | 04          | 07          | 00          | 08          | 13          | 04          | 04          | 16          | 05          | 15          | 03          | 07          | 07          | 04          | 07          | 14          | 133         |  |
| %total                      | 0,08        | 0,06        | 0,01        | 0,03        | 0,05        | 0,00        | 0,07        | 0,10        | 0,05        | 0,07        | 0,08        | 0,04        | 0,16        | 0,02        | 0,06        | 0,07        | 0,07        | 0,06        | 0,12        | 0,06        |  |
| próclises                   | 14          | 09          | 11          | 06          | 17          | 15          | 20          | 15          | 11          | 04          | 04          | 22          | 08          | 26          | 02          | 08          | 02          | 20          | 19          | 233         |  |
| %total                      | 0,19        | 0,08        | 0,05        | 0,05        | 0,11        | 0,16        | 0,17        | 0,11        | 0,13        | 0,07        | 0,02        | 0,16        | 0,08        | 0,14        | 0,02        | 0,08        | 0,03        | 0,17        | 0,16        | 0,10        |  |
| <b>ênclises/próclises</b>   | <b>0,30</b> | <b>0,44</b> | <b>0,15</b> | <b>0,40</b> | <b>0,20</b> | <b>0,00</b> | <b>0,29</b> | <b>0,46</b> | <b>0,27</b> | <b>0,50</b> | <b>0,80</b> | <b>0,19</b> | <b>0,65</b> | <b>0,10</b> | <b>0,78</b> | <b>0,47</b> | <b>0,67</b> | <b>0,26</b> | <b>0,42</b> | <b>0,36</b> |  |
| <b>ordens S-X-V</b>         | 01          | 07          | 25          | 12          | 06          | 01          | 05          | 04          | 09          | 03          | 05          | 05          | 02          | 02          | 08          | 05          | 03          | 02          | 00          | 105         |  |
| <b>TOTAL</b>                | 75          | 120         | 232         | 117         | 148         | 92          | 120         | 132         | 85          | 61          | 204         | 136         | 95          | 181         | 113         | 95          | 61          | 118         | 120         | 2305        |  |

Palhão de Sousa, 2004

Tabela 27

Ordem de constituintes em sentenças finitas com cíficos no Corpus Tycho Brahe:

Sentenças principais com sujeitos pré-verbais, pós-verbais e nulos (enclises e próclises) - por séculos  
comparação de ênclises e próclises

|                             | SEC16-1     | SEC16-2     | SEC17-1     | SEC17-2     | SEC18-1     | SEC18-2     | SEC19-1     | total       |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Sujeitos Nulos</b>       |             |             |             |             |             |             |             |             |
| enclises                    | 16          | 66          | 99          | 151         | 124         | 18          | 37          | 511         |
| %total                      | 0,21        | 0,19        | 0,14        | 0,38        | 0,26        | 0,10        | 0,31        | 0,22        |
| próclises                   | 23          | 71          | 200         | 85          | 113         | 37          | 30          | 559         |
| %total                      | 0,31        | 0,20        | 0,29        | 0,21        | 0,23        | 0,21        | 0,25        | 0,24        |
| enclises/próclises          | <b>0,41</b> | <b>0,48</b> | <b>0,33</b> | <b>0,61</b> | <b>0,52</b> | <b>0,33</b> | <b>0,55</b> | <b>0,48</b> |
| <b>Sujeitos Pré-Verbais</b> |             |             |             |             |             |             |             |             |
| enclises                    | 00          | 22          | 36          | 30          | 43          | 15          | 03          | 149         |
| %total                      | 0,00        | 0,06        | 0,05        | 0,07        | 0,09        | 0,08        | 0,03        | 0,06        |
| próclises                   | 15          | 132         | 202         | 67          | 111         | 71          | 17          | 615         |
| %total                      | 0,20        | 0,38        | 0,29        | 0,17        | 0,23        | 0,40        | 0,14        | 0,27        |
| enclises/próclises          | <b>0,00</b> | <b>0,14</b> | <b>0,15</b> | <b>0,31</b> | <b>0,28</b> | <b>0,17</b> | <b>0,15</b> | <b>0,20</b> |
| <b>Sujeitos Pós-Verbais</b> |             |             |             |             |             |             |             |             |
| enclises                    | 06          | 09          | 36          | 25          | 32          | 11          | 14          | 133         |
| %total                      | 0,08        | 0,03        | 0,05        | 0,06        | 0,07        | 0,06        | 0,12        | 0,06        |
| próclises                   | 14          | 20          | 84          | 30          | 44          | 22          | 19          | 233         |
| %total                      | 0,19        | 0,06        | 0,12        | 0,07        | 0,09        | 0,12        | 0,16        | 0,10        |
| enclises/próclises          | <b>0,30</b> | <b>0,31</b> | <b>0,30</b> | <b>0,45</b> | <b>0,42</b> | <b>0,33</b> | <b>0,42</b> | <b>0,36</b> |
| ordens S-X-V                | 01          | 32          | 37          | 13          | 17          | 05          | 00          | 105         |
| <b>TOTAL</b>                | <b>75</b>   | <b>352</b>  | <b>694</b>  | <b>401</b>  | <b>484</b>  | <b>179</b>  | <b>120</b>  | <b>2305</b> |

Paixão de Sousa, 2004

Tabela 28

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe

Complementos pré-verbais

Retornados e não retornados, ênclises e próclises

|   | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 |       |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| complementos retornados-V                 | 01      | 06      | 19      | 06      | 06      | 02      | 03      | 43    |
| Complemento Retornado-V/principais        | 0,007   | 0,044   | 0,021   | 0,019   | 0,014   | 0,009   | 0,025   | 0,019 |
| ênclises                                  | 00      | 00      | 13      | 04      | 06      | 02      | 03      | 28    |
| próclises                                 | 01      | 06      | 06      | 02      | 00      | 00      | 00      | 15    |
| ênclises/próclises, apenas retornados     | 0,000   | 0,000   | 0,884   | 0,867   | 1,000   | 1,000   | 1,000   | 0,851 |
| complementos não-retornados-V             | 03      | 06      | 38      | 07      | 10      | 02      | 00      | 66    |
| Complemento não-retornado-V/principais    | 0,020   | 0,044   | 0,041   | 0,022   | 0,023   | 0,009   | 0,000   | 0,029 |
| ênclises                                  | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00      | 00    |
| próclises                                 | 03      | 06      | 38      | 07      | 10      | 02      | 00      | 66    |
| ênclises/próclises, apenas não retornados | 0,000   | 0,000   | 0,000   | 0,000   | 0,000   | 0,000   | -       | 0,000 |
| total de Complementos-V                   | 04      | 12      | 57      | 13      | 16      | 04      | 03      | 109   |
| proporção de Complemento-V/principais     | 0,027   | 0,088   | 0,062   | 0,040   | 0,036   | 0,019   | 0,025   | 0,047 |
| ênclises                                  | 00      | 00      | 13      | 04      | 06      | 02      | 03      | 28    |
| próclises                                 | 04      | 12      | 44      | 09      | 10      | 02      | 00      | 81    |
| ênclises/próclises em Complemento-V       | 0,000   | 0,000   | 0,228   | 0,308   | 0,375   | 0,500   | 1,000   | 0,267 |

Instituto de Língua, 2014

Tabela 29

Ordem de constituintes em sentenças finitas com clíticos no Corpus Tycho Brahe

tipos de ordens VS

segundo a posição do clítico, e o padrão VSX - VXS

|                                    | SEC16-1 | SEC16-2 | SEC17-1 | SEC17-2 | SEC18-1 | SEC18-2 | SEC19-1 |      |
|------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| (X)VXS                             | 02      | 02      | 13      | 16      | 06      | 02      | 03      | 45   |
| (X)VXS(X)VXS                       | 0,50    | 0,18    | 0,21    | 0,43    | 0,46    | 0,22    | 0,75    | 0,31 |
| (X)VXS(VS                          | 0,07    | 0,07    | 0,12    | 0,30    | 0,08    | 0,04    | 0,20    | 0,12 |
| (X)VXS(PRINCIPAIS                  | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,05    | 0,01    | 0,01    | 0,03    | 0,02 |
| #VXS                               | 00      | 01      | 04      | 03      | 02      | 01      | 00      | 11   |
| %((X)VXS+(X)VXS                    | 0,00    | 0,08    | 0,06    | 0,08    | 0,15    | 0,11    | 0,00    | 0,08 |
| %(X)VXS                            | 0,00    | 0,50    | 0,28    | 0,19    | 0,33    | 0,50    | 0,00    | 0,24 |
| %VS                                | 0,00    | 0,03    | 0,08    | 0,06    | 0,03    | 0,02    | 0,00    | 0,03 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00 |
| XVXS                               | 00      | 00      | 01      | 01      | 03      | 01      | 03      | 09   |
| %((X)VXS+(X)VXS                    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,03    | 0,23    | 0,11    | 0,75    | 0,06 |
| %(X)VXS                            | 0,00    | 0,00    | 0,07    | 0,06    | 0,50    | 0,50    | 1,00    | 0,20 |
| %VS                                | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,02    | 0,04    | 0,02    | 0,20    | 0,02 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01    | 0,00    | 0,03    | 0,00 |
| #VXS+XVXS                          | 00      | 01      | 05      | 04      | 05      | 02      | 03      | 20   |
| %((X)VXS+(X)VXS                    | 0,00    | 0,08    | 0,07    | 0,11    | 0,38    | 0,22    | 0,75    | 0,14 |
| %(X)VXS                            | 0,00    | 0,50    | 0,36    | 0,25    | 0,83    | 1,00    | 1,00    | 0,44 |
| %VS                                | 0,00    | 0,03    | 0,04    | 0,08    | 0,06    | 0,04    | 0,20    | 0,05 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,00    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,03    | 0,01 |
| XeVXS                              | 02      | 01      | 09      | 12      | 01      | 00      | 00      | 25   |
| %((X)VXS+(X)VXS                    | 0,50    | 0,08    | 0,13    | 0,32    | 0,08    | 0,00    | 0,00    | 0,17 |
| %(X)VXS                            | 1,00    | 0,50    | 0,64    | 0,75    | 0,17    | 0,00    | 0,00    | 0,56 |
| %VS                                | 0,07    | 0,03    | 0,08    | 0,23    | 0,01    | 0,00    | 0,00    | 0,07 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,01    | 0,01    | 0,01    | 0,04    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01 |
| (X)VSX                             | 02      | 09      | 53      | 21      | 07      | 07      | 01      | 100  |
| (X)VSX(X)VXS                       | 0,50    | 0,62    | 0,78    | 0,57    | 0,54    | 0,78    | 0,25    | 0,69 |
| %VS                                | 0,07    | 0,30    | 0,46    | 0,40    | 0,09    | 0,15    | 0,07    | 0,27 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,01    | 0,07    | 0,06    | 0,07    | 0,02    | 0,03    | 0,01    | 0,04 |
| #VXSX                              | 00      | 05      | 18      | 01      | 01      | 04      | 01      | 30   |
| %((X)VXS+(X)VXSX                   | 0,00    | 0,45    | 0,27    | 0,03    | 0,08    | 0,44    | 0,25    | 0,21 |
| %(X)VXSX                           | 0,00    | 0,56    | 0,34    | 0,05    | 0,14    | 0,57    | 1,00    | 0,30 |
| %VS                                | 0,00    | 0,17    | 0,16    | 0,02    | 0,01    | 0,09    | 0,07    | 0,08 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,00    | 0,04    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,01 |
| XVXSX                              | 01      | 01      | 14      | 00      | 00      | 01      | 00      | 17   |
| %((X)VXS+(X)VXSX                   | 0,25    | 0,09    | 0,21    | 0,00    | 0,00    | 0,11    | 0,00    | 0,12 |
| %(X)VXSX                           | 0,50    | 0,11    | 0,26    | 0,00    | 0,00    | 0,14    | 0,00    | 0,17 |
| %VS                                | 0,03    | 0,03    | 0,12    | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,00    | 0,05 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,01    | 0,01    | 0,02    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,00    | 0,01 |
| #VXS+XVXSX                         | 01      | 06      | 32      | 01      | 01      | 05      | 01      | 47   |
| %((X)VXS+(X)VXSX                   | 0,25    | 0,55    | 0,48    | 0,03    | 0,08    | 0,56    | 0,25    | 0,32 |
| %(X)VXSX                           | 0,50    | 0,67    | 0,60    | 0,05    | 0,14    | 0,71    | 1,00    | 0,47 |
| %VS                                | 0,03    | 0,20    | 0,28    | 0,02    | 0,01    | 0,11    | 0,07    | 0,13 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,01    | 0,04    | 0,03    | 0,00    | 0,00    | 0,02    | 0,01    | 0,02 |
| XeVXSX                             | 01      | 03      | 21      | 19      | 06      | 02      | 00      | 52   |
| %((X)VXS+(X)VXSX                   | 0,25    | 0,27    | 0,31    | 0,51    | 0,46    | 0,22    | 0,00    | 0,36 |
| %(X)VXSX                           | 0,50    | 0,33    | 0,40    | 0,90    | 0,86    | 0,29    | 0,00    | 0,52 |
| %VS                                | 0,03    | 0,10    | 0,18    | 0,36    | 0,08    | 0,04    | 0,00    | 0,14 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,01    | 0,02    | 0,02    | 0,06    | 0,01    | 0,01    | 0,00    | 0,02 |
| (X)VSX+(X)VXS                      | 04      | 11      | 67      | 37      | 13      | 09      | 04      | 145  |
| %VS                                | 0,14    | 0,37    | 0,58    | 0,70    | 0,17    | 0,20    | 0,27    | 0,40 |
| %PRINCIPAIS                        | 0,03    | 0,08    | 0,07    | 0,11    | 0,03    | 0,04    | 0,03    | 0,06 |
| (X)VS                              | 11      | 06      | 46      | 30      | 23      | 19      | 08      | 143  |
| (X)VdS                             | 02      | 03      | 16      | 10      | 04      | 03      | 02      | 40   |
| (X)dVS                             | 14      | 07      | 26      | 16      | 24      | 13      | 03      | 103  |
| (X)V(X)S(O), Inacusativos          | 07      | 07      | 21      | 10      | 22      | 09      | 02      | 78   |
| (X)Vd(X)S(O), Inac                 | 01      | 06      | 08      | 03      | 02      | 06      | 02      | 28   |
| (X)dV(X)S(O), Inac                 | 01      | 01      | 20      | 16      | 06      | 06      | 00      | 50   |
| TOTAL DE ORDEIS VS                 | 22      | 24      | 114     | 77      | 53      | 37      | 14      | 366  |
| sentenças independentes principais | 148     | 136     | 923     | 323     | 440     | 215     | 120     | 2305 |
| VS principais                      | 0,29    | 0,22    | 0,12    | 0,16    | 0,18    | 0,21    | 0,13    | 0,16 |

Palácio de Sousa, 2004

Tabela 30

Dados do corpus de manuscritos: Visão geral das ordens #V e (X)XV- ênclises e próclises

|           |       |            | % principais | ênclises/próclises |      |
|-----------|-------|------------|--------------|--------------------|------|
| V1        | #V-cl | 34         | 0,34         | 0,92               |      |
|           | #cl-V | 03         | 0,03         |                    |      |
|           |       | 37         | 0,37         |                    |      |
| V2,<br>V3 | (X)XV | ADV-Vcl(S) | 00           | 0,00               | 0,00 |
|           |       | ADV-clV(S) | 01           | 0,01               |      |
|           |       |            | 01           | 0,01               |      |
|           |       | OR-Vcl(S)  | 03           | 0,03               | 0,50 |
|           |       | OR-clV(S)  | 03           | 0,03               |      |
|           |       |            | 06           | 0,06               |      |
|           |       | PP-Vcl(S)  | 00           | 0,00               | 0,00 |
|           |       | PP-clV(S)  | 08           | 0,08               |      |
|           |       |            | 08           | 0,08               |      |
|           |       | X-Vcl(S)   | 03           | 0,03               | 0,30 |
|           |       | X-clV(S)   | 07           | 0,07               |      |
|           |       |            | 10           | 0,10               |      |
|           |       | adv-Vcl(S) | 00           | 0,00               | 0,00 |
|           |       | adv-clV(S) | 10           | 0,10               |      |
|           |       |            | 10           | 0,10               |      |
|           |       |            | 35           | 0,35               |      |
|           | (X)SV | S-Vcl      | 05           | 0,05               | 0,28 |
|           |       | S-clV      | 13           | 0,13               |      |
|           |       |            | 18           | 0,18               |      |
|           |       | s-Vcl      | 00           | 0,00               | 0,00 |
|           |       | s-clV      | 09           | 0,09               |      |
|           |       |            | 09           | 0,09               |      |
|           |       |            |              | 27                 | 0,27 |
|           |       |            | 62           | 0,63               |      |
|           | total |            | 99           | 1,00               |      |

## 3. Gráficos



Gráfico (i): Ênclises versus Próclises em XV  
 (Martins, 1994; Ribeiro, 1996; Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003)  
 por data de produção dos textos

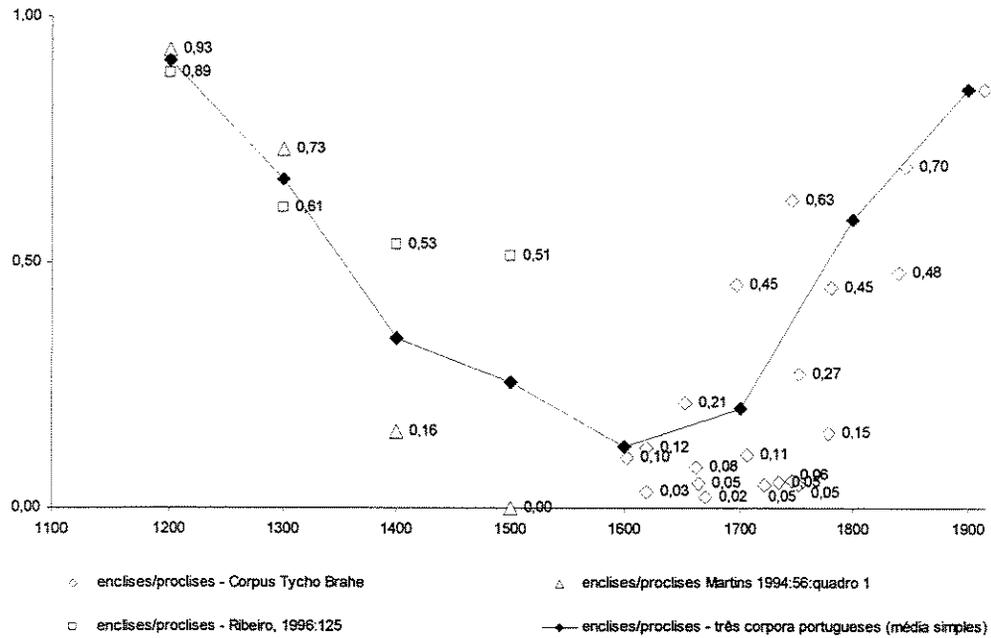


Gráfico (ii): Ênclises versus Próclises em SV (Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2003)  
 por datas de nascimento

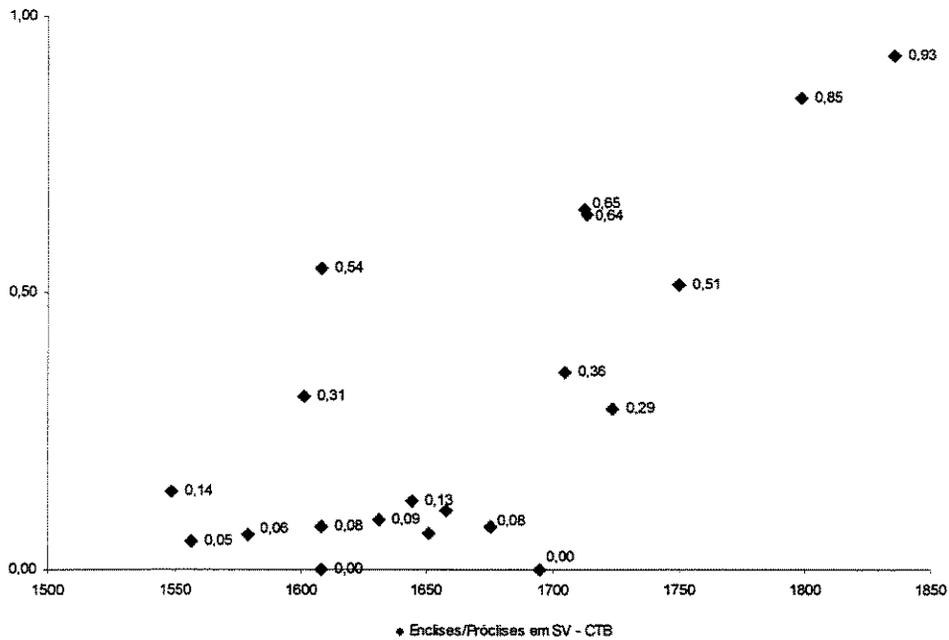


Gráfico 1: Ordens lineares V1, V2 e V3 por quartos de século (cf. tabela 3)

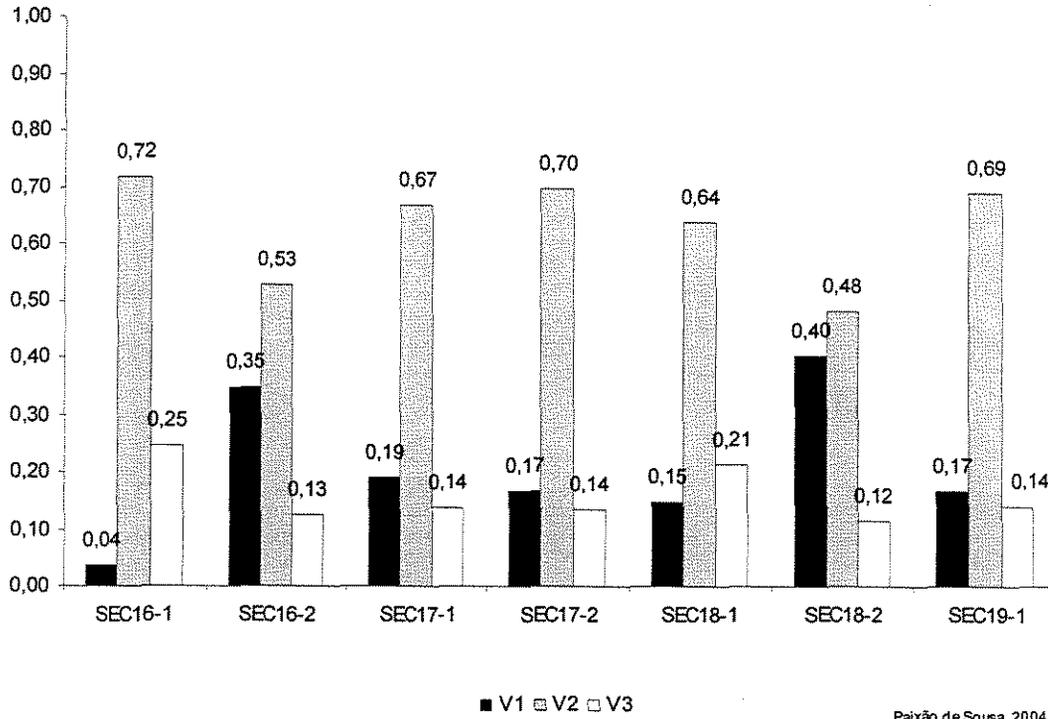


Gráfico 2: Ordens V1, proporção de próclises e ênclises sobre o total de orações principais (cf. tabela 19 e 21)

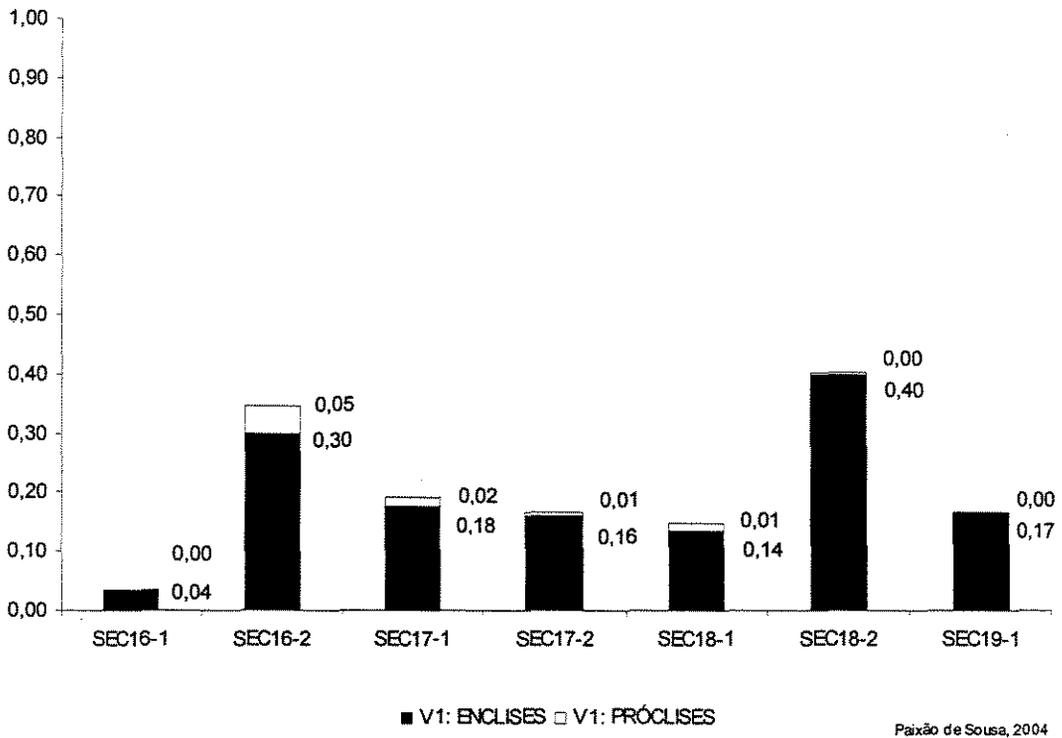
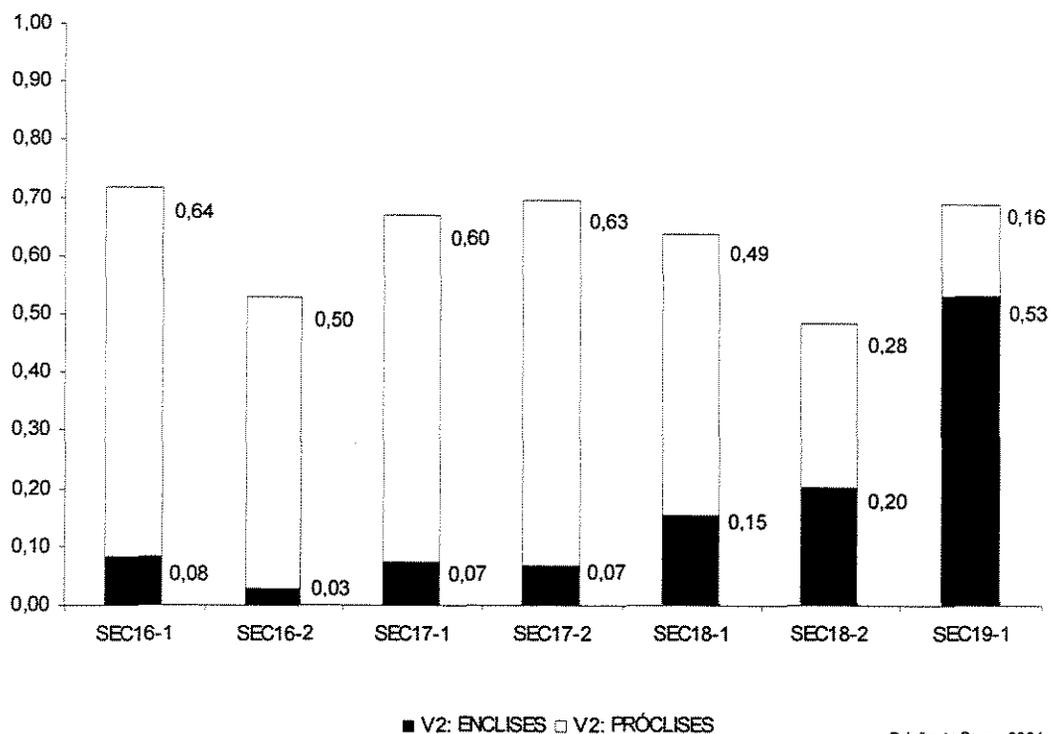
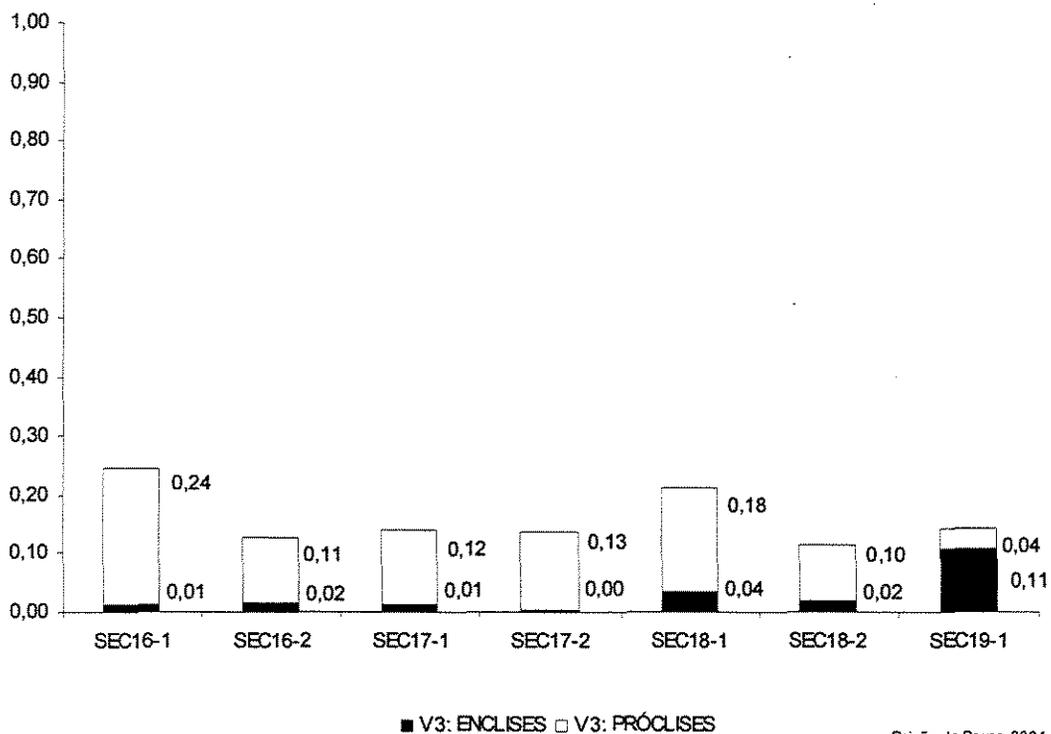


Gráfico 3: Ordens V2, proporção de próclises e ênclises sobre o total de orações principais (cf. tabela 19 e 21)



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 4: Ordens V3, proporção de próclises e ênclises sobre o total de orações principais (cf. tabela 19 e 21)



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 5: ênclises/próclises em SUJ-V (cf. tabelas 22 e 23)

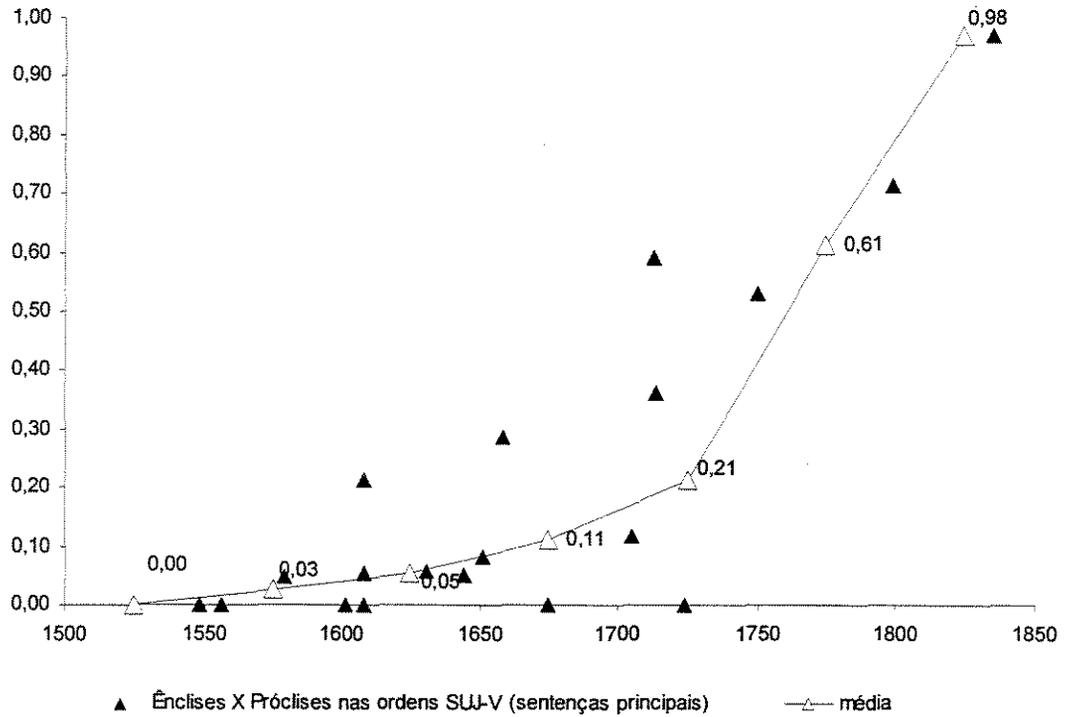


Gráfico 6: ênclises/próclises em PP-V (cf. tabelas 22 e 23)

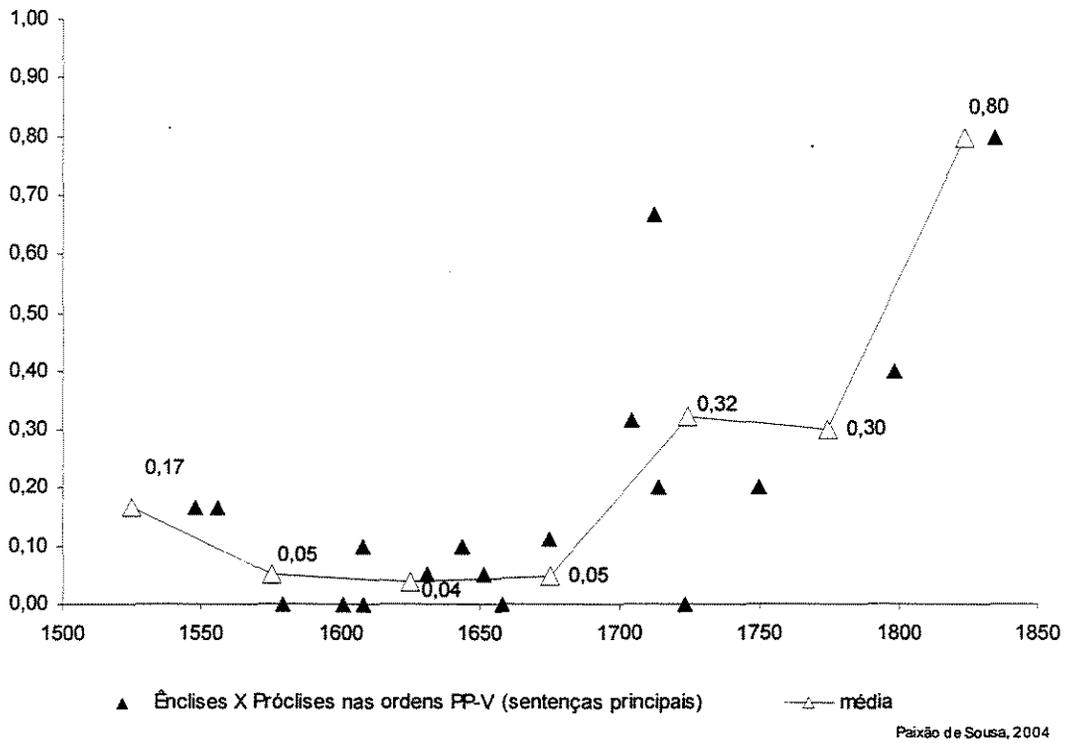
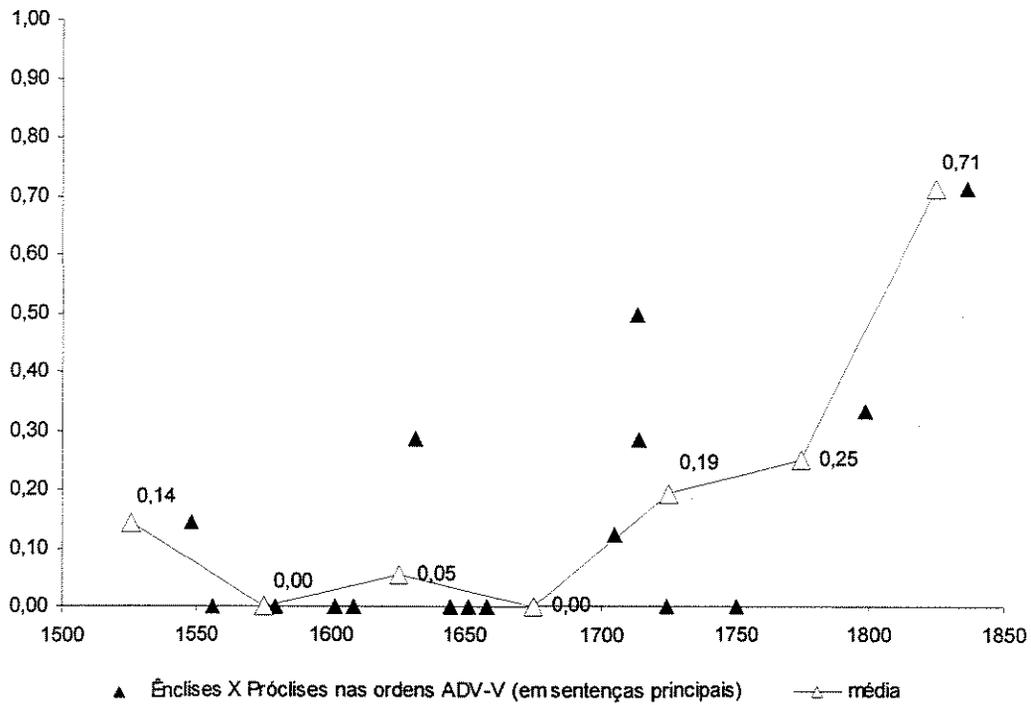
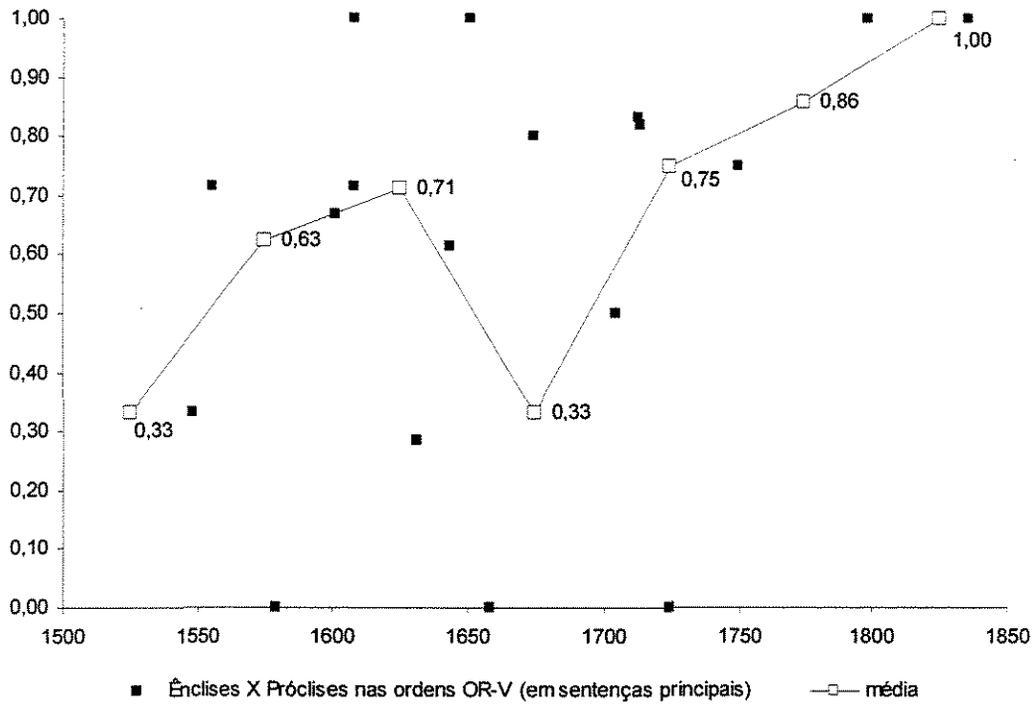


Gráfico 7: ênclises/próclises em ADV-V, menos modais (cf. tabelas 22 e 23)



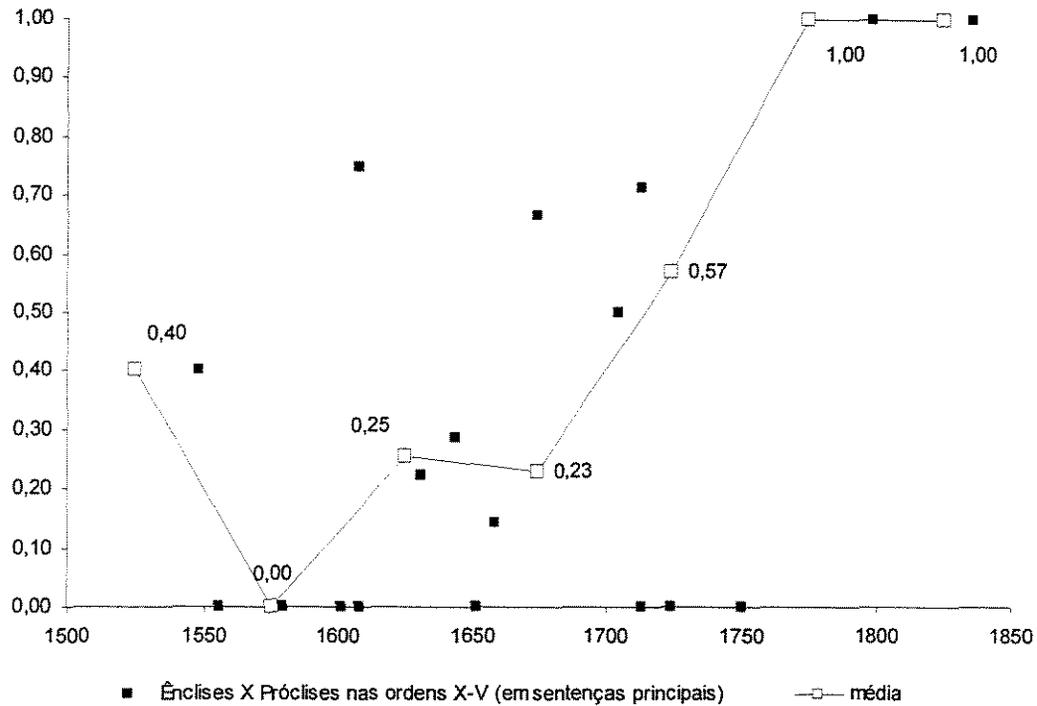
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 8: ênclises/próclises em OR-V (cf. tabelas 22 e 23)



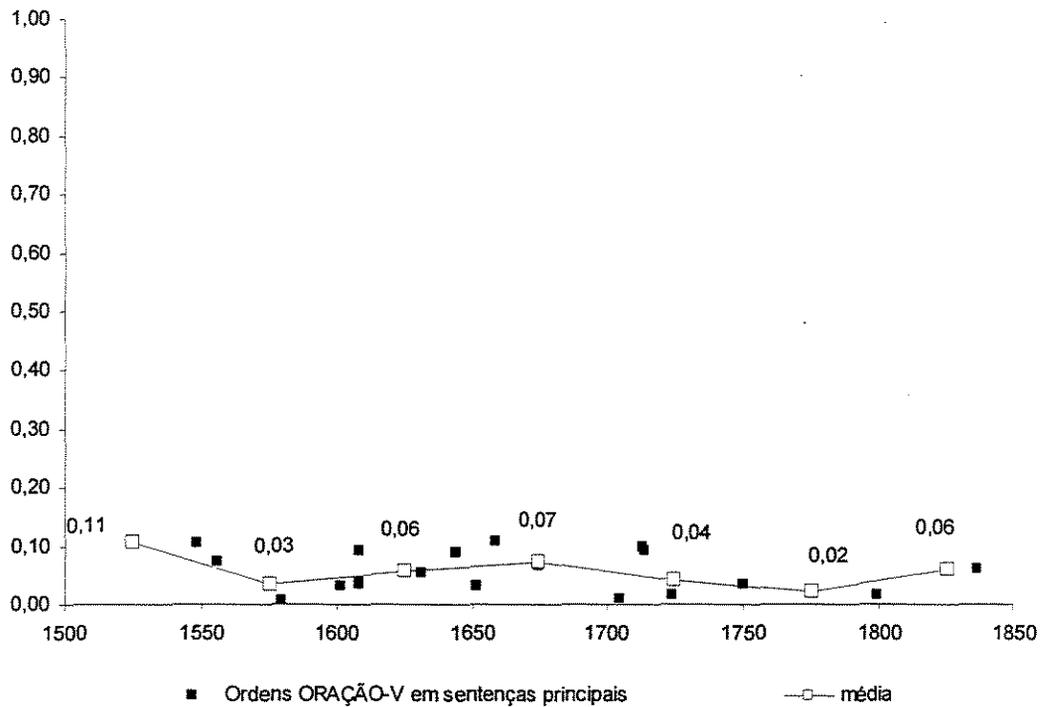
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 9: ênclises/próclises em X-V (cf. tabelas 22 e 23)



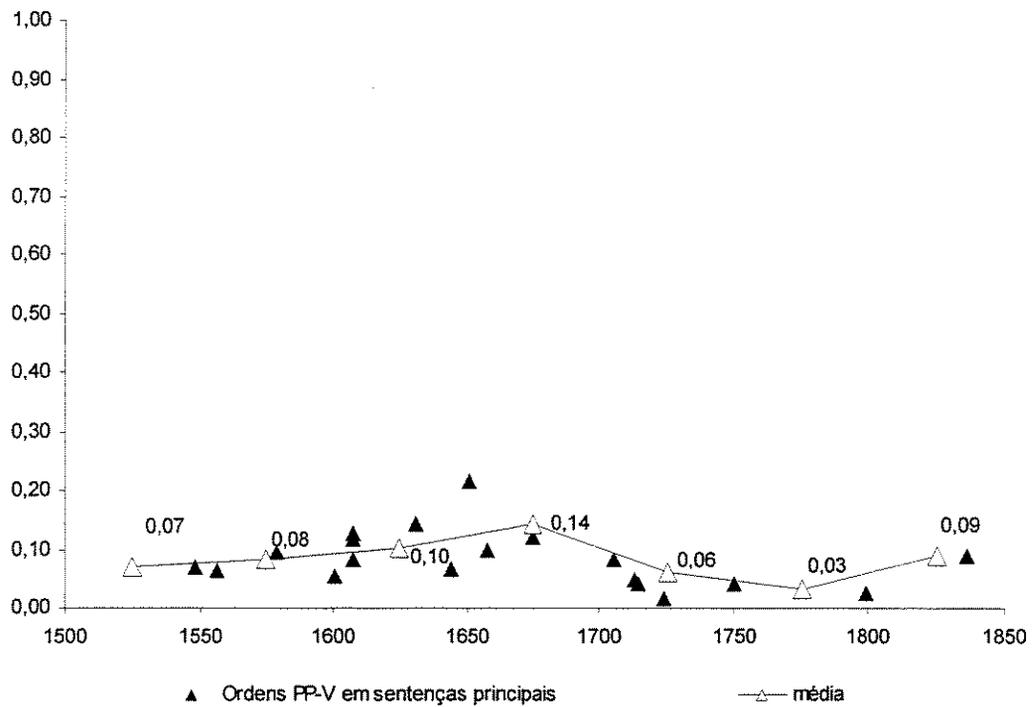
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 10: proporção de OR-V em sentenças principais (cf. tabelas 16 e 17)



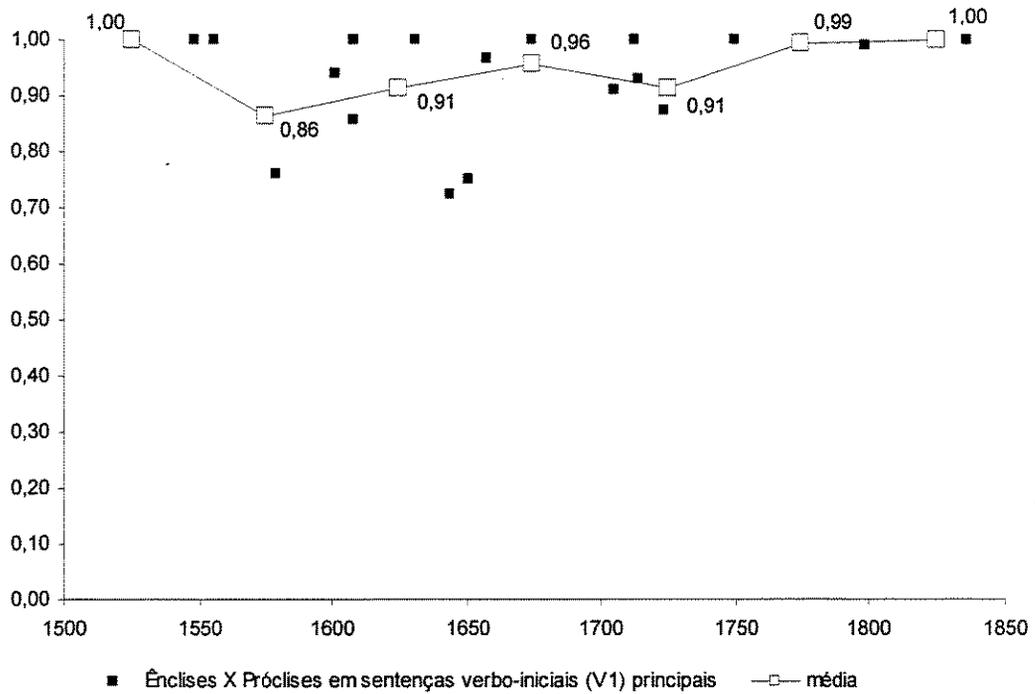
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 11: proporção de PP-V em sentenças principais (cf. tabela 17)



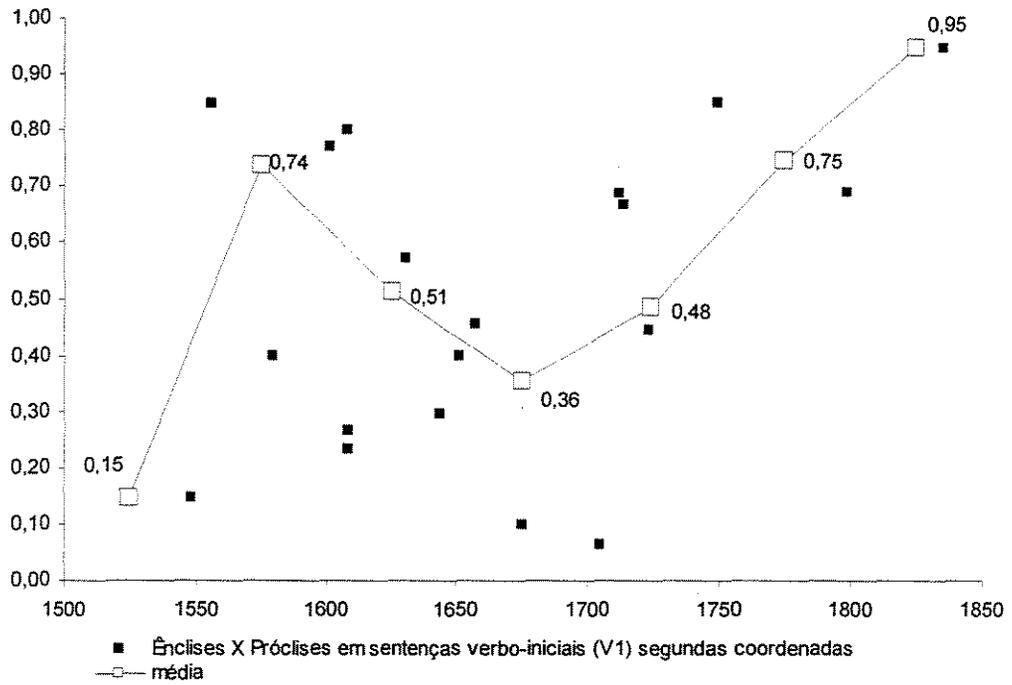
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 12: ênclises/próclises em #V - sentenças principais (cf. tabelas 22 e 23)



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 13: ênclises/próclises em #V - sentenças segundas coordenadas (cf. tabela 22) .



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 14: proporção de Complemento-V em sentenças principais (cf. tabela 28)

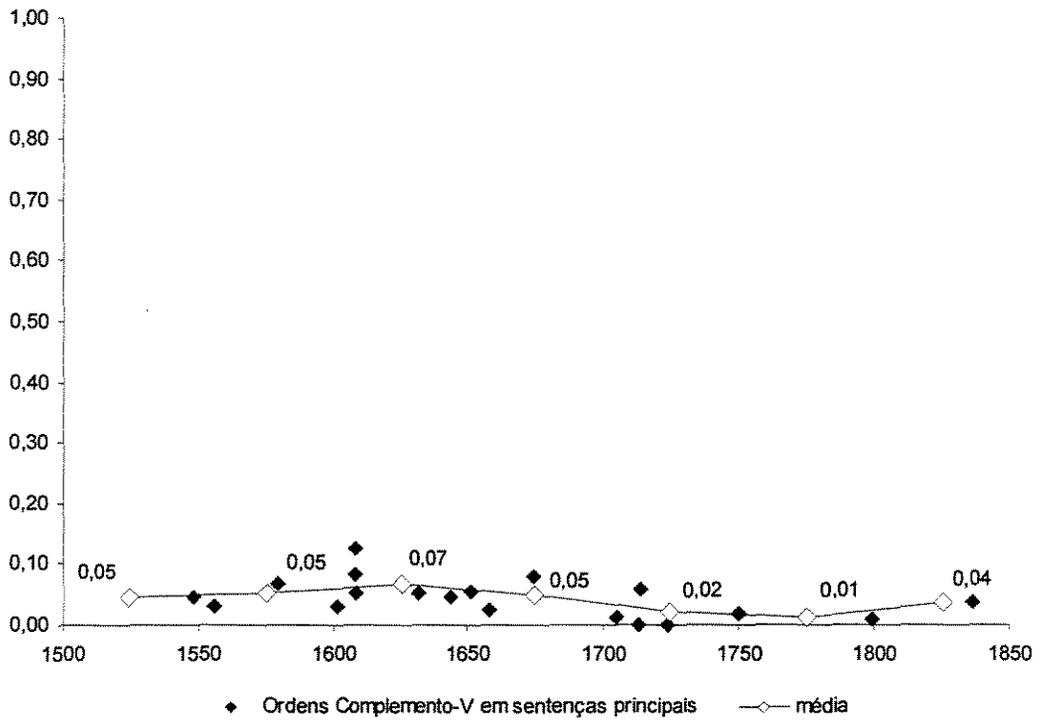


Gráfico 15: proporção de Complemento-V (não-retomados) em sentenças principais (cf. tabela 28)

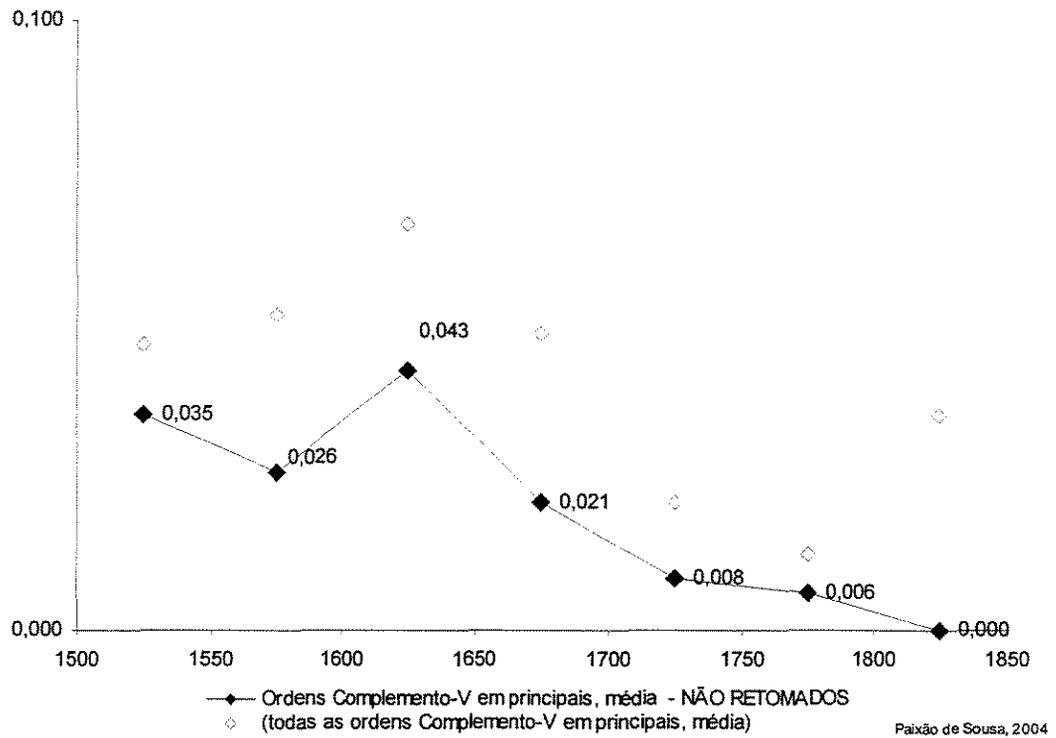


Gráfico 16: proporção de Complemento-V (retomados) em sentenças principais (cf. tabela 28)

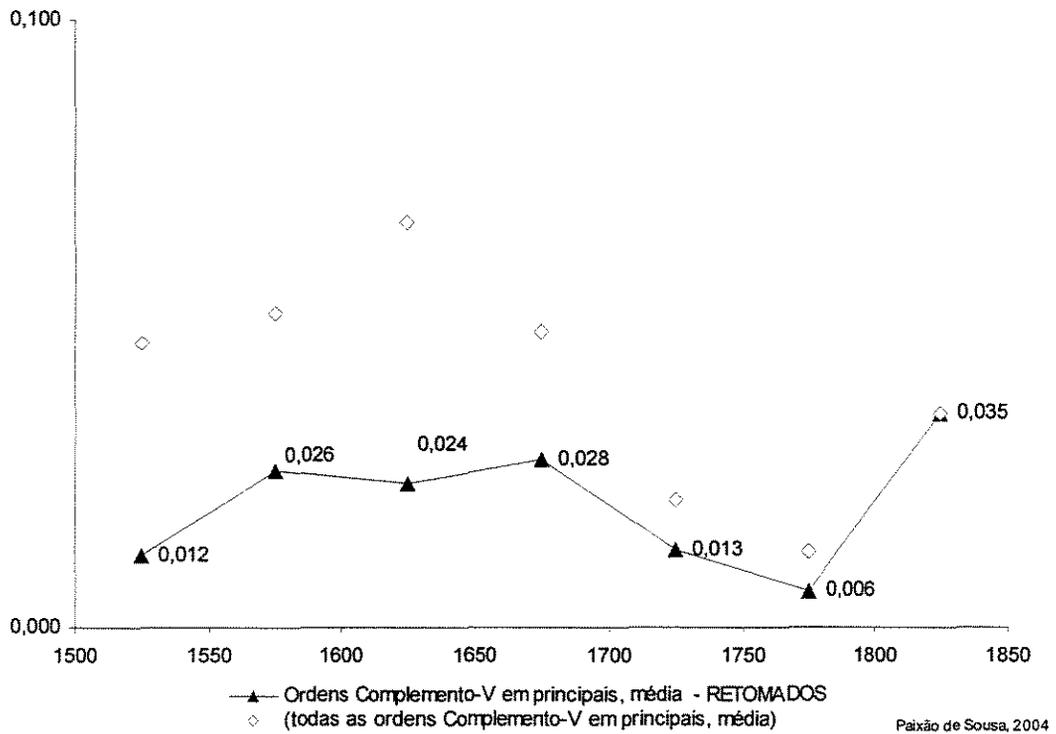


Gráfico 17: ênclises versus próclises: Complemento-V, retomados comparados a não-retomados (cf. tabela 28)

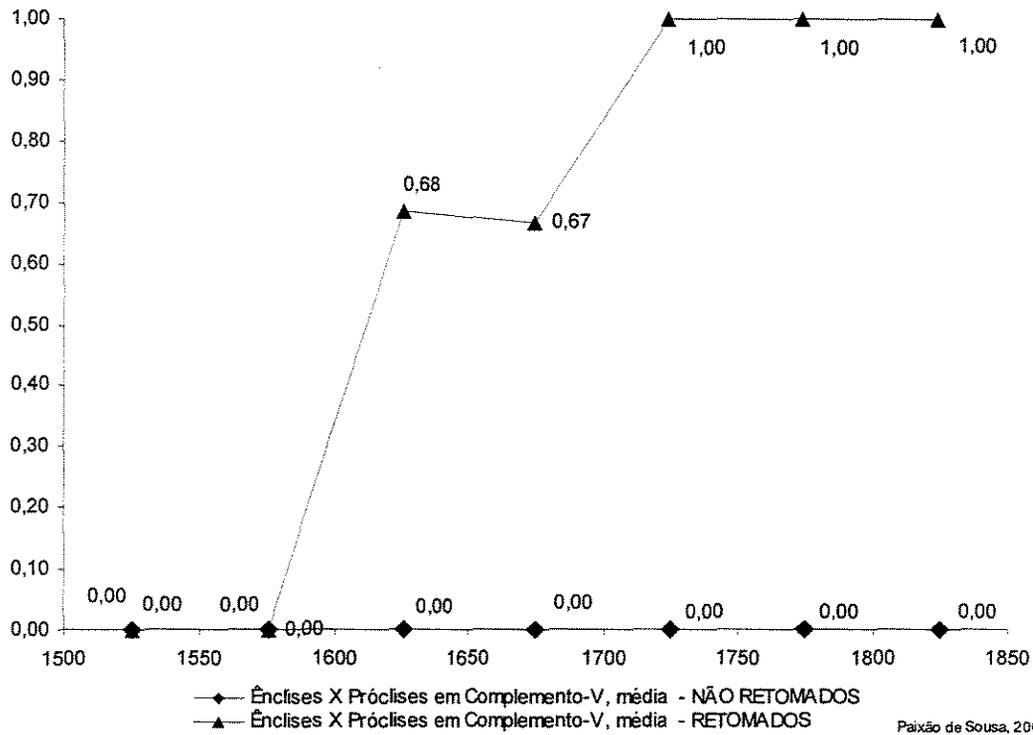


Gráfico 18: Ênclises/próclises em Complemento-V, retomados e não-retomados somados (cf. tabela 24)

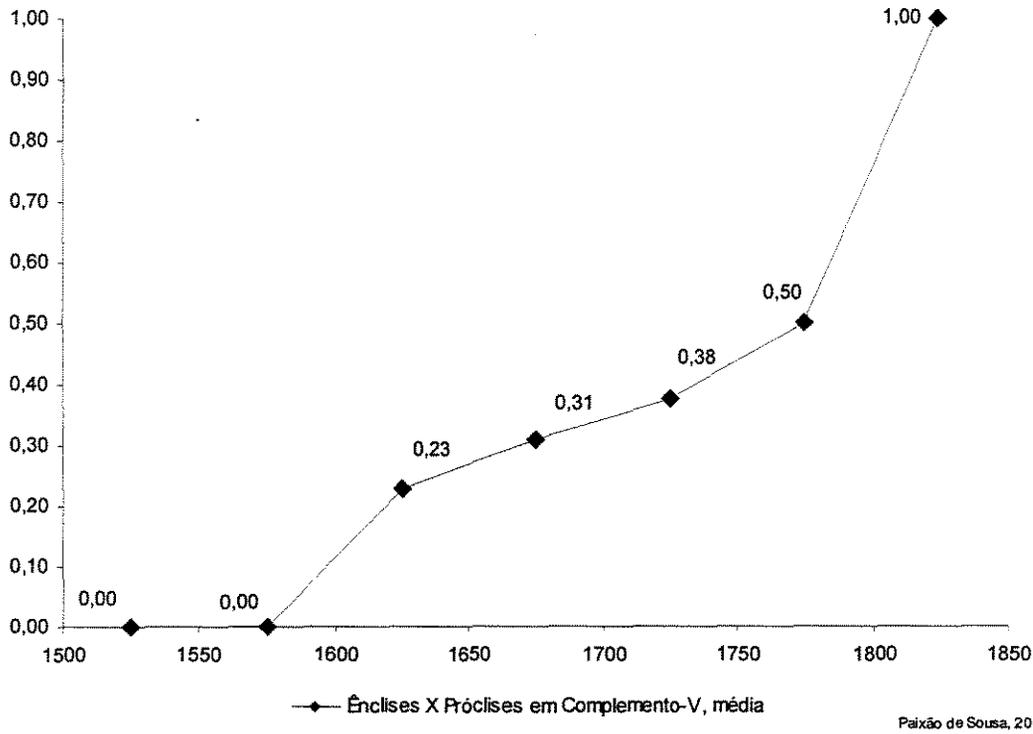
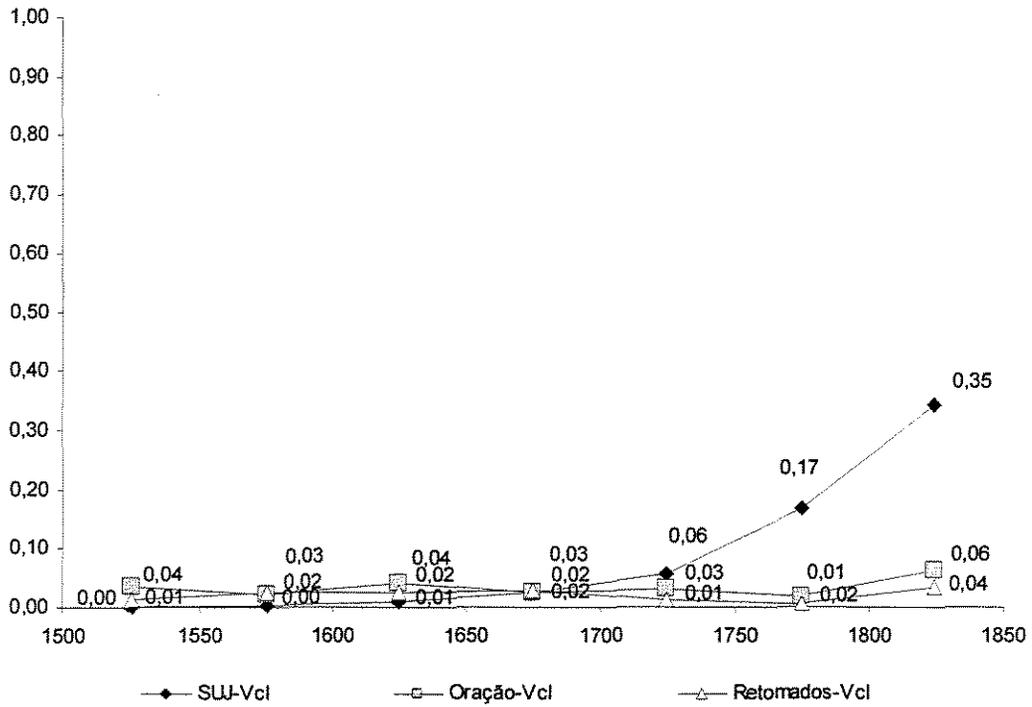
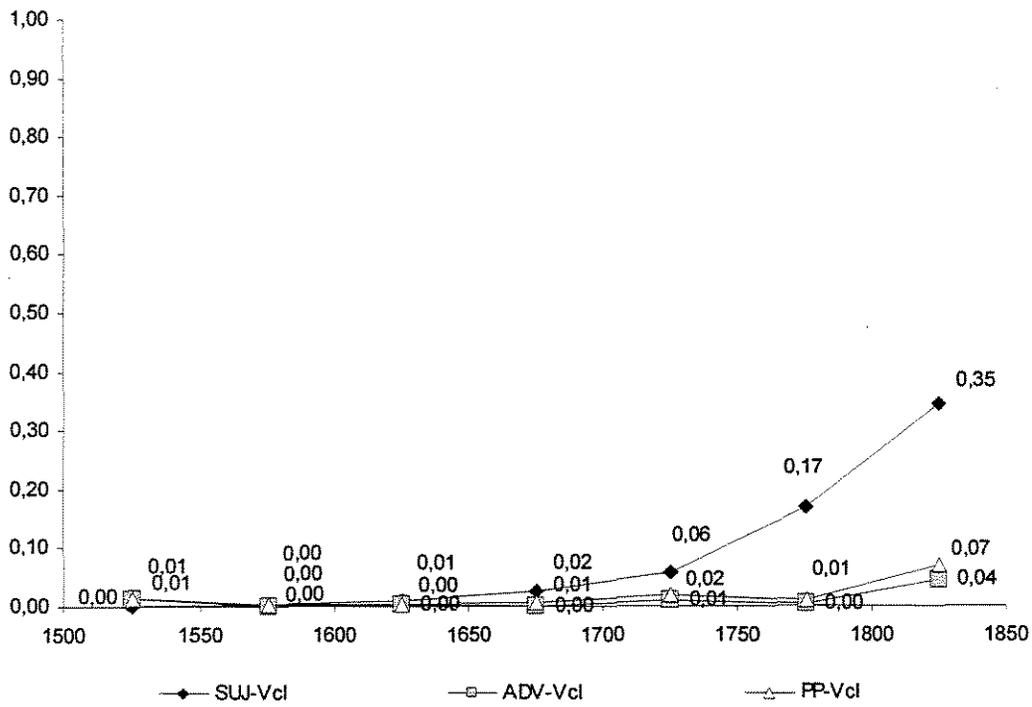


Gráfico 19: Proporções de SUJ-Vcl, Oração-Vcl e Retomados-Vcl em sentenças principais - médias



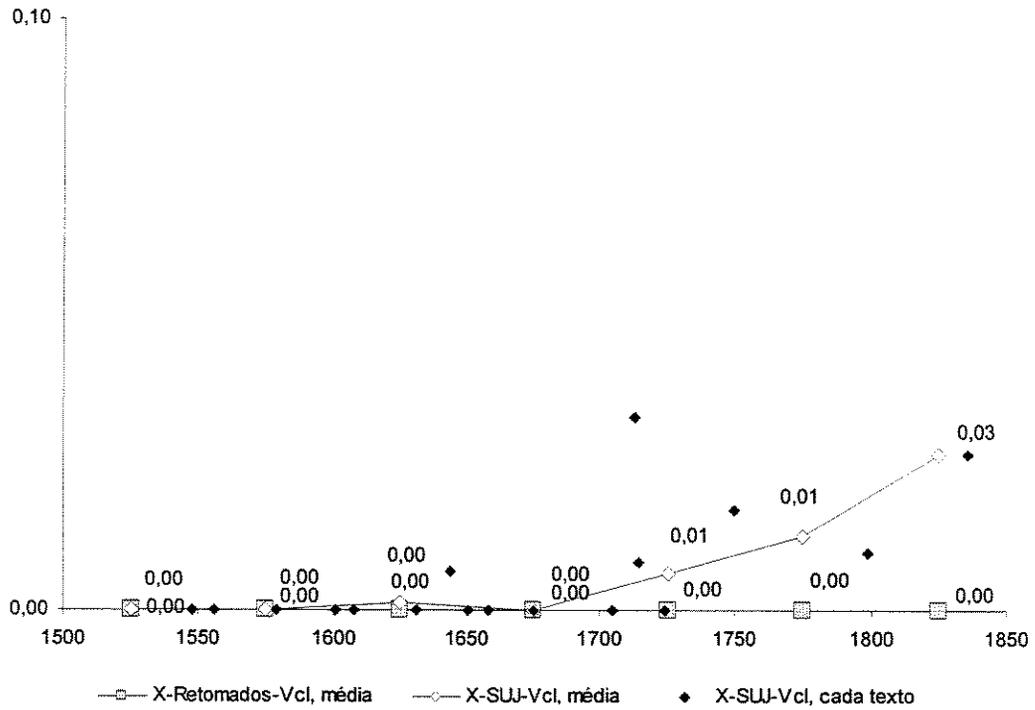
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 20: Proporções de SUJ-Vcl, ADV-Vcl e PP-Vcl em sentenças principais - médias



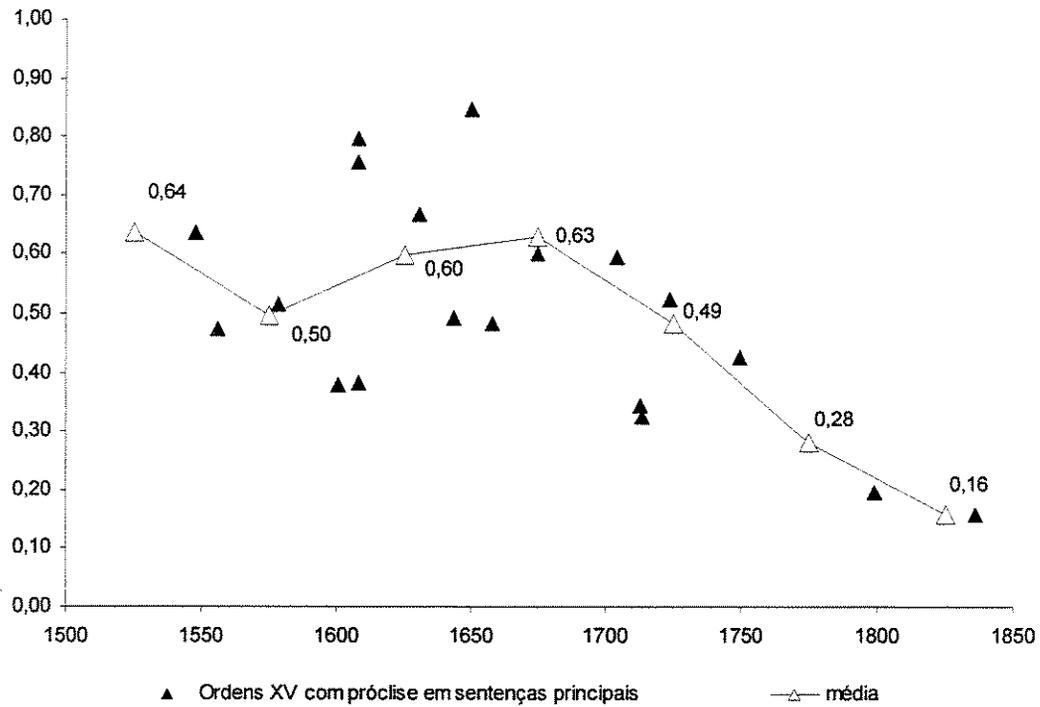
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 21: Proporções de XX-Vcl em principais:  
 X-retomado-Vcl (média) e X-Sujeito-Vcl (média e por texto); escala 0,00 a 0,10



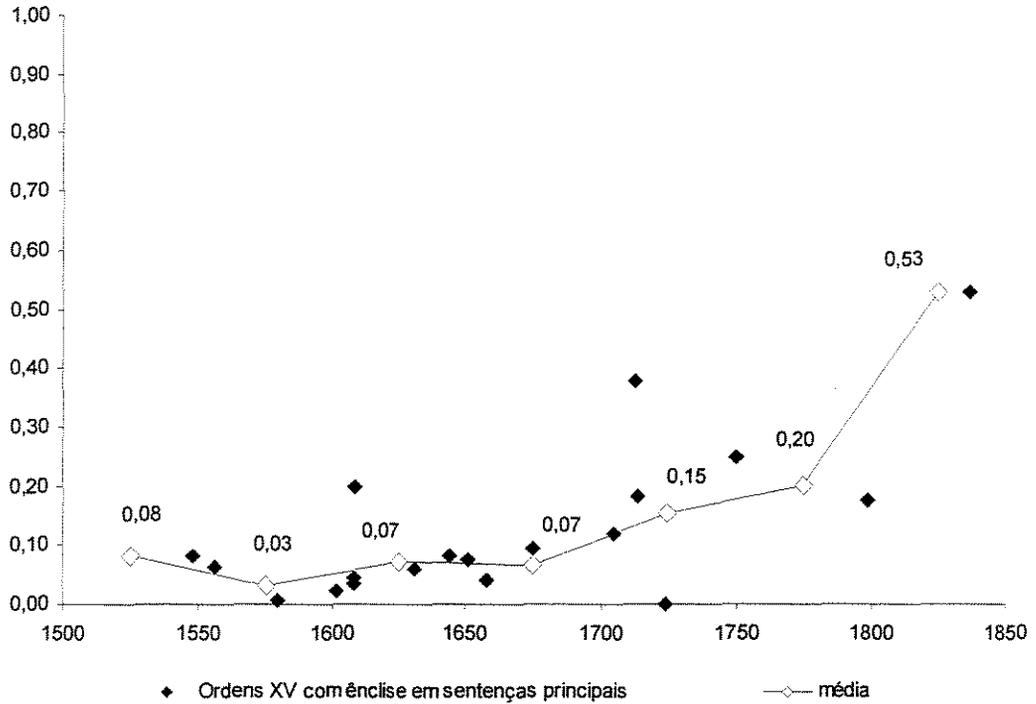
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 22: Proporção de construções X-cl-V em sentenças principais (cf. tabela 21)



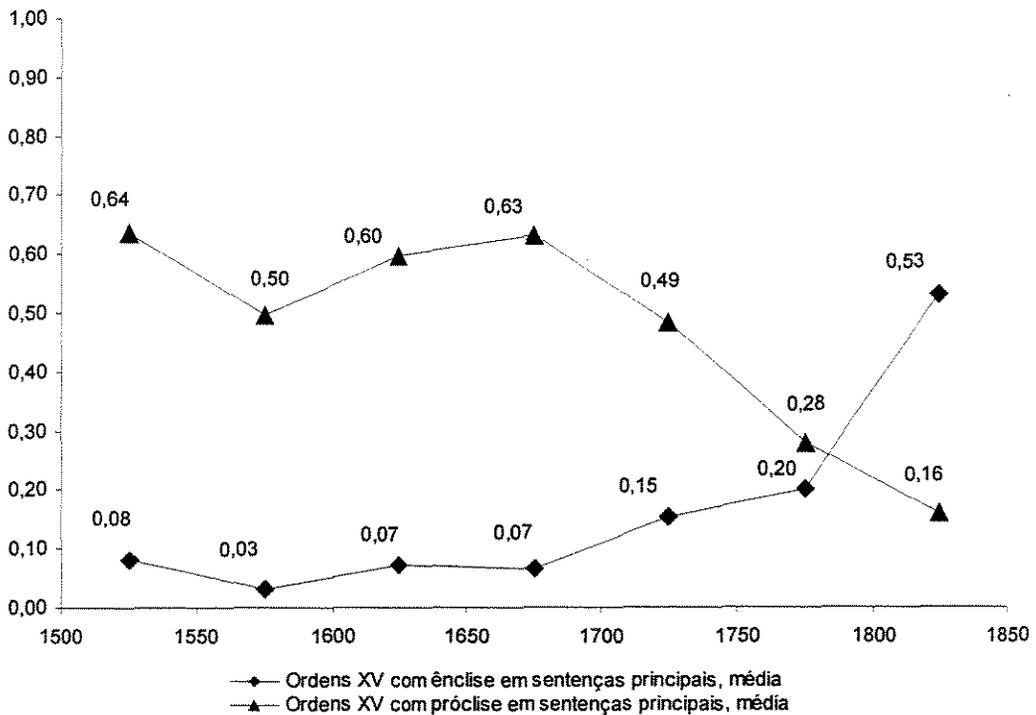
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 23: Proporção de construções X-V-cl em sentenças principais (cf. tabela 19)



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 24: Proporção de construções X-cl-V e X-V-cl em sentenças principais (cf. tabelas 19 e 21)



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 25: Proporção de construções X-cl-V em sentenças principais: "ambientes de próclise obrigatória"(cf. tabela 21)

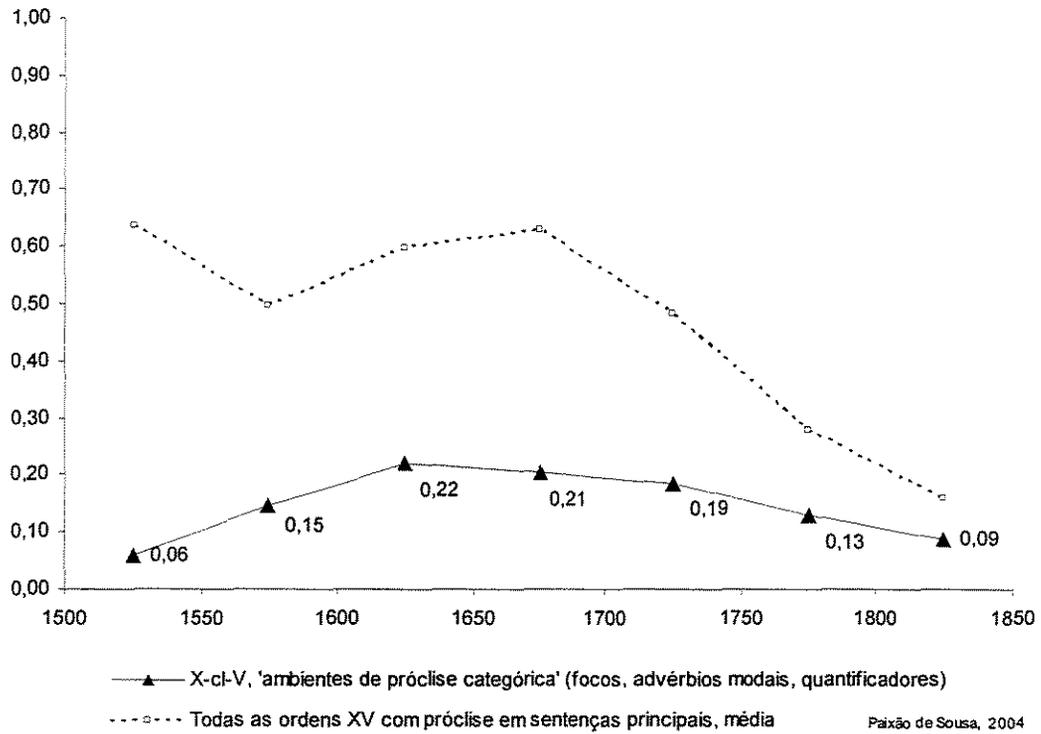


Gráfico 26: Proporção de construções X-cl-V em sentenças principais: "ambientes de variação"(cf. Tabela 21)

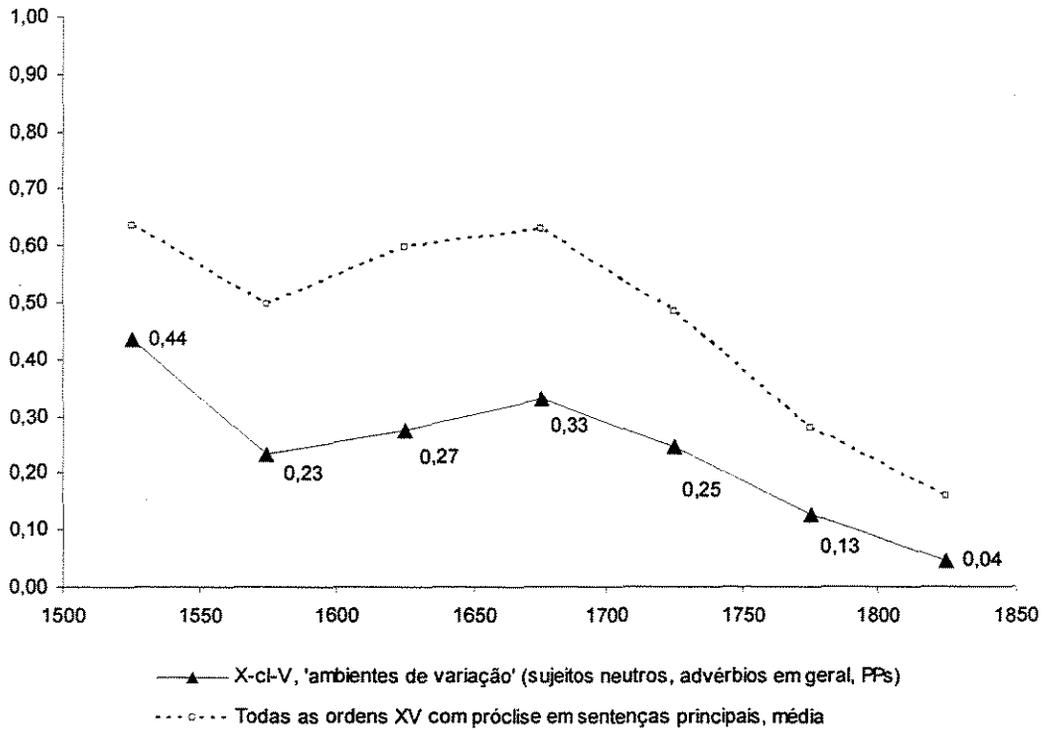
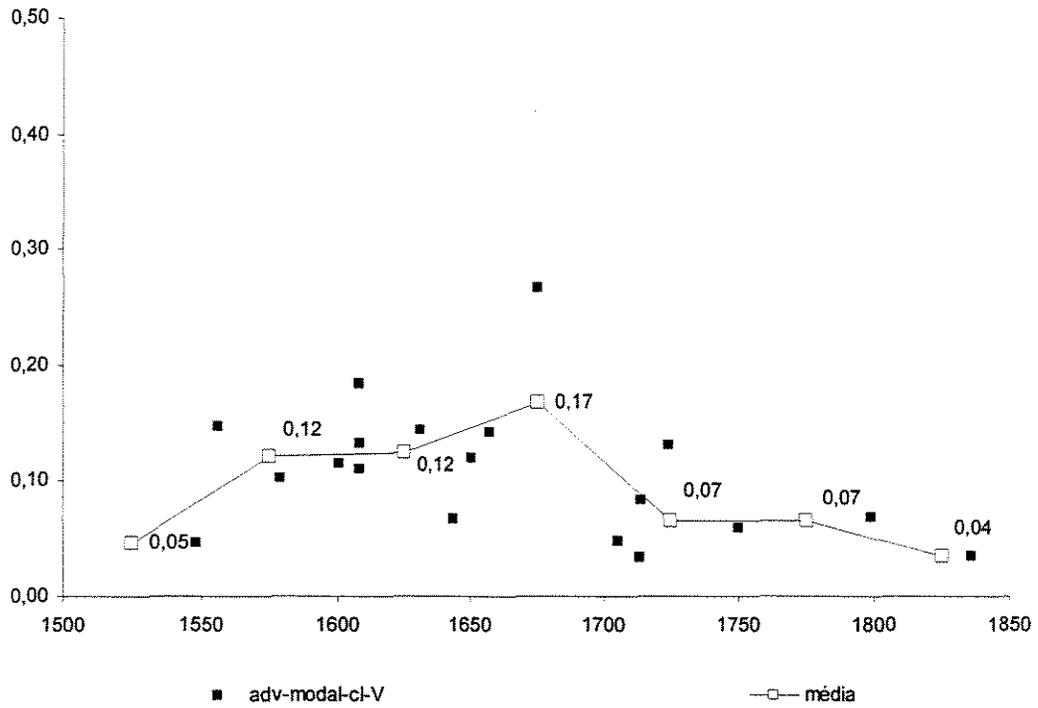


Gráfico 27: Proporção de advérbio modal-V em sentenças principais (cf. tabela 20), escala 0,00 a 0,50



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 28: Proporção de Complemento-V em sentenças principais (cf. tabela 20), escala 0,00 a 0,10

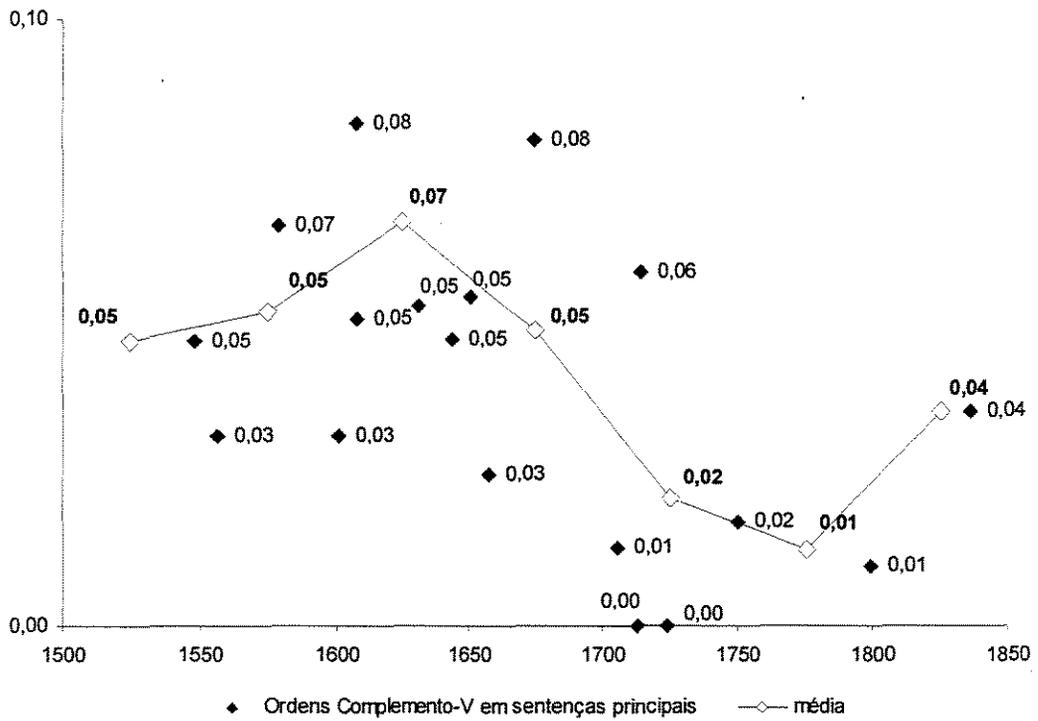
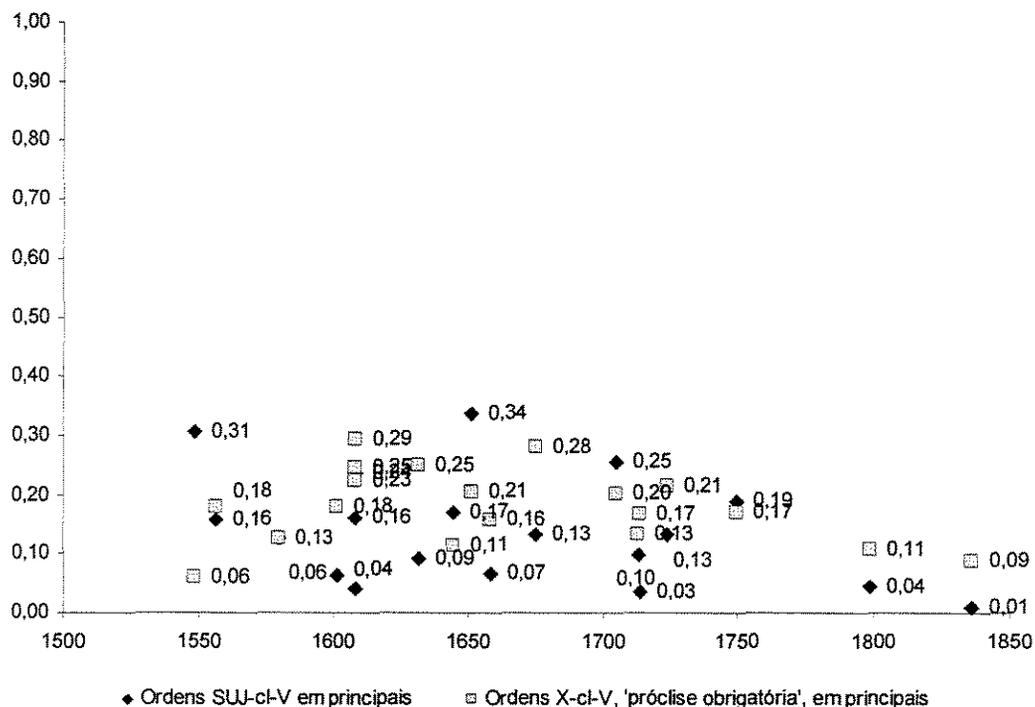
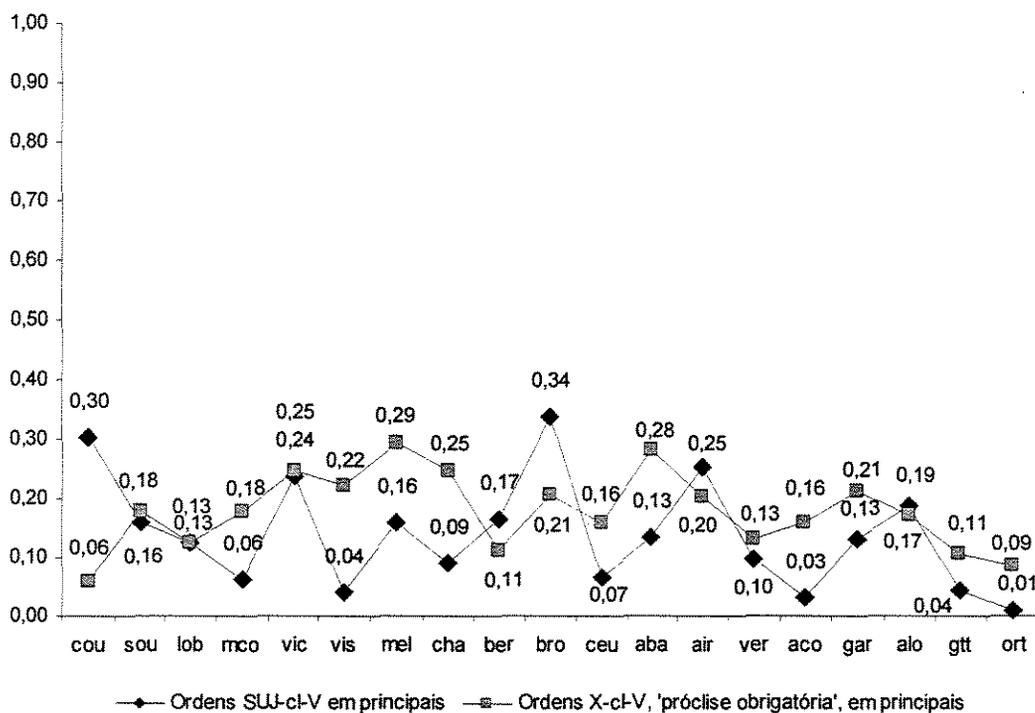


Gráfico 29: Proporções de SUJ-cl-V e X-cl-V (com 'próclises obrigatórias') - dispersão



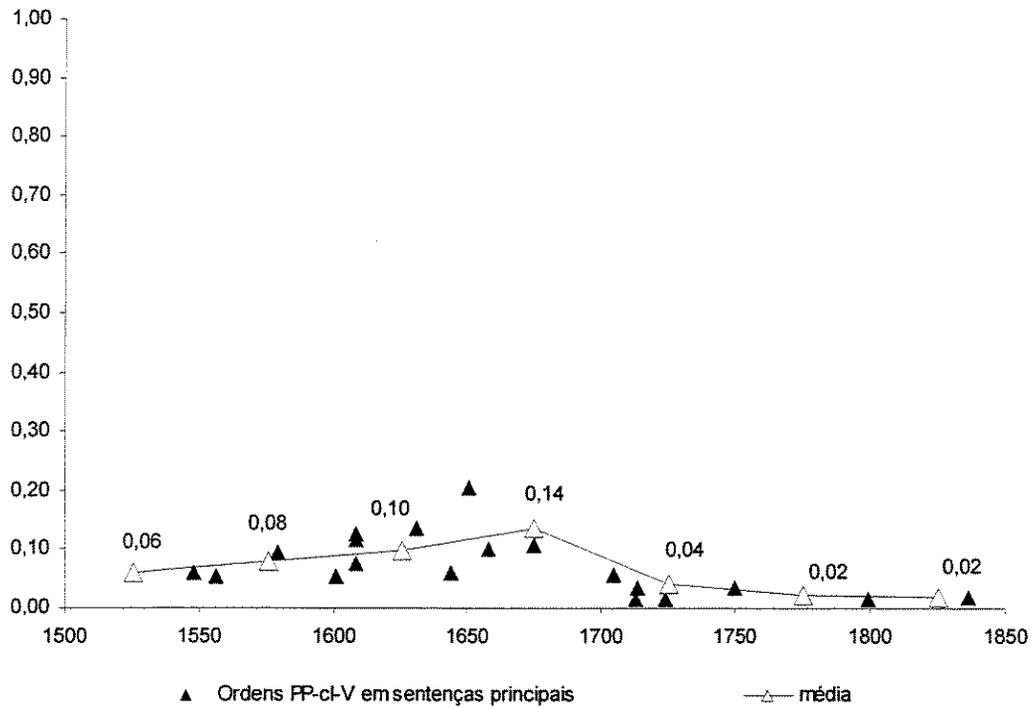
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 30: Proporções de SUJ-cl-V e X-cl-V (com 'próclises obrigatórias') - em linha, por autor



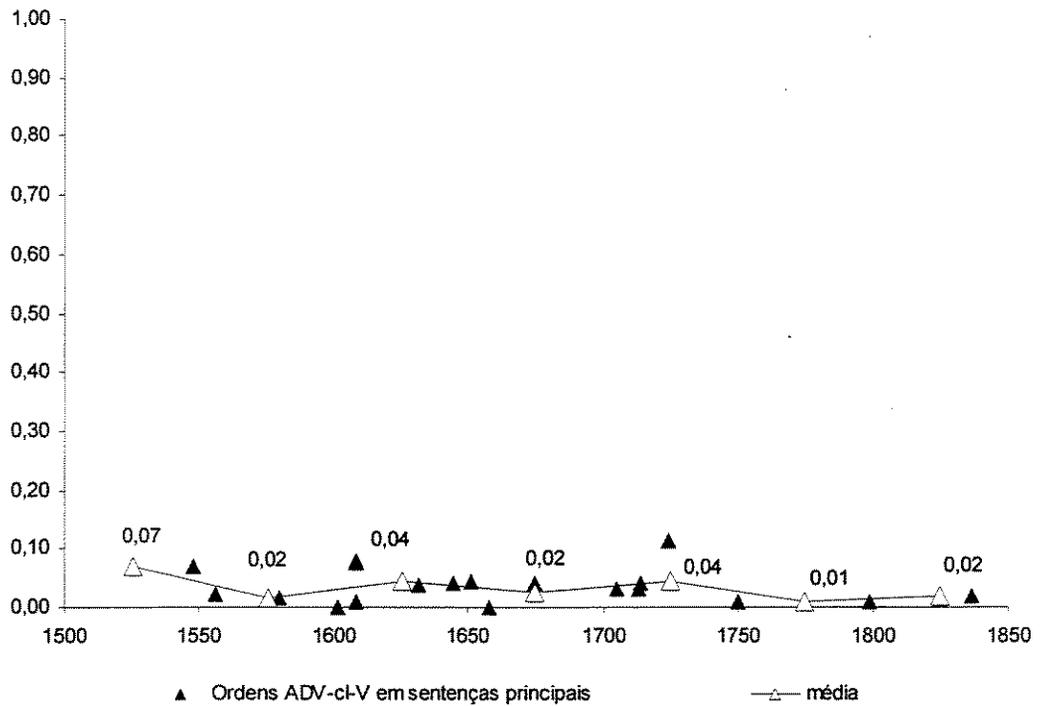
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 31: Proporção de PP-cl-V em sentenças principais



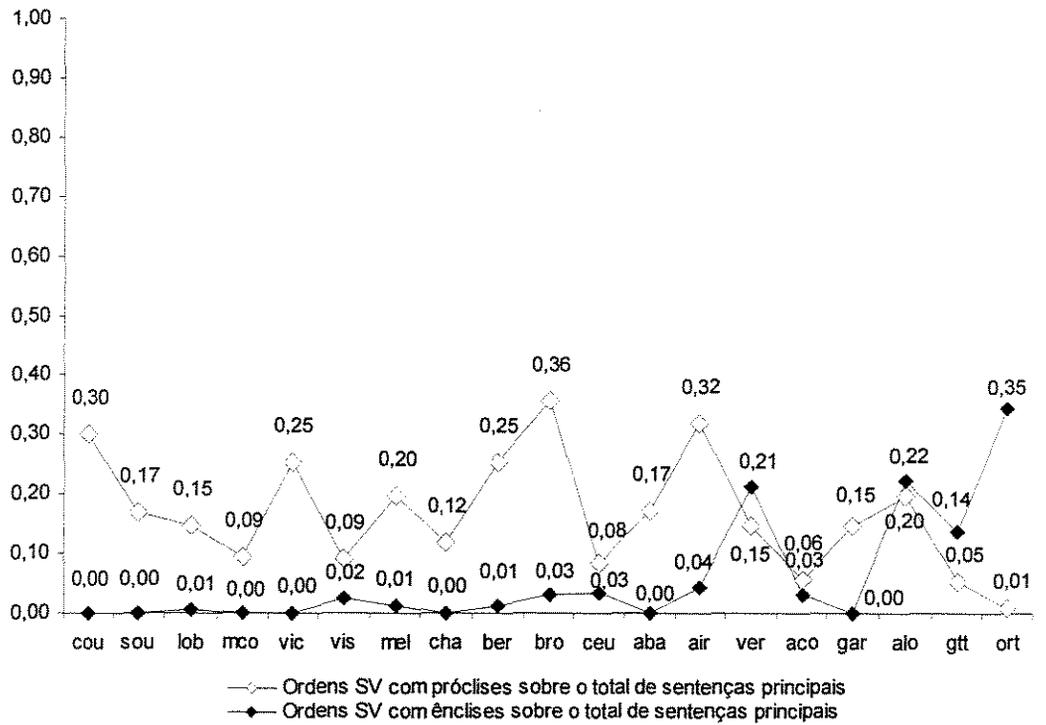
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 32: Proporção de PP-cl-V em sentenças principais



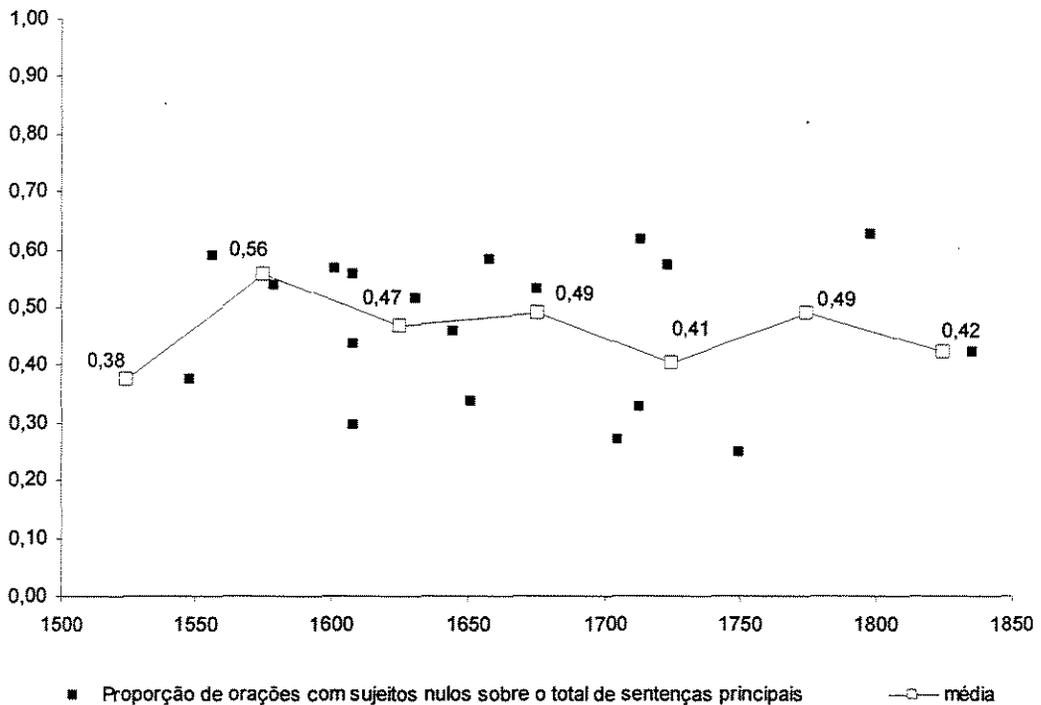
Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 33: SV com ênclises e com próclises em sentenças principais (agrupados em linha) (cf. tabelas 24 e 26)



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 34: Proporção de sujeitos nulos em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25)



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 35: Proporção de sujeitos pré-verbais em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25)

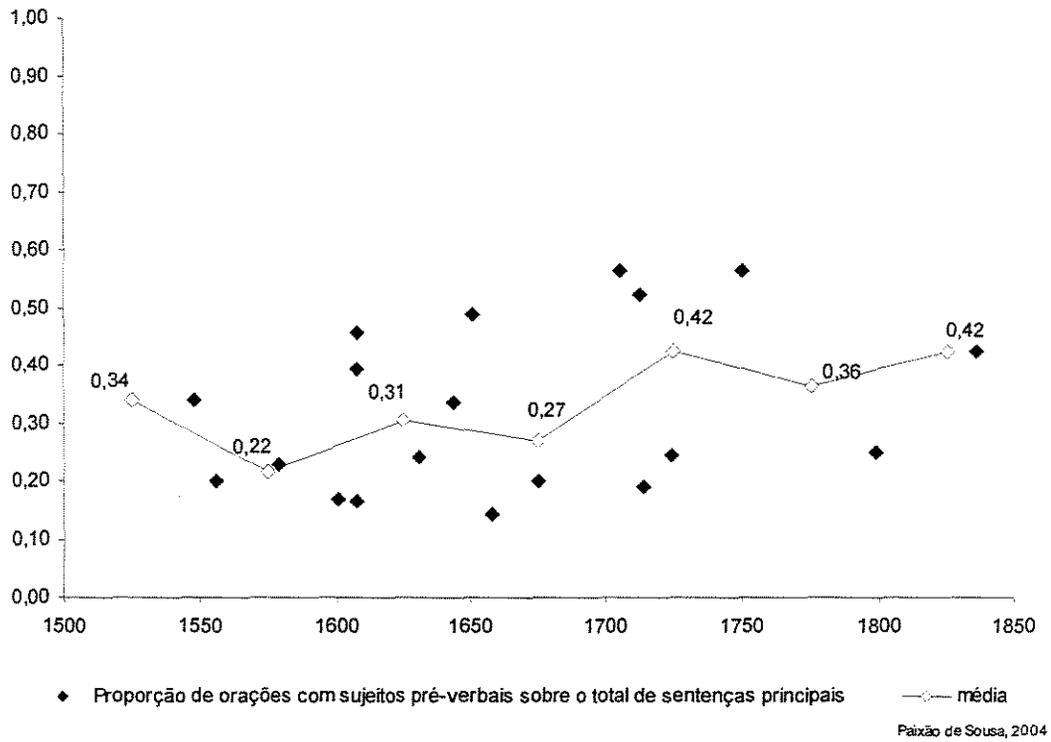


Gráfico 36: Proporção de sujeitos pós-verbais em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25)

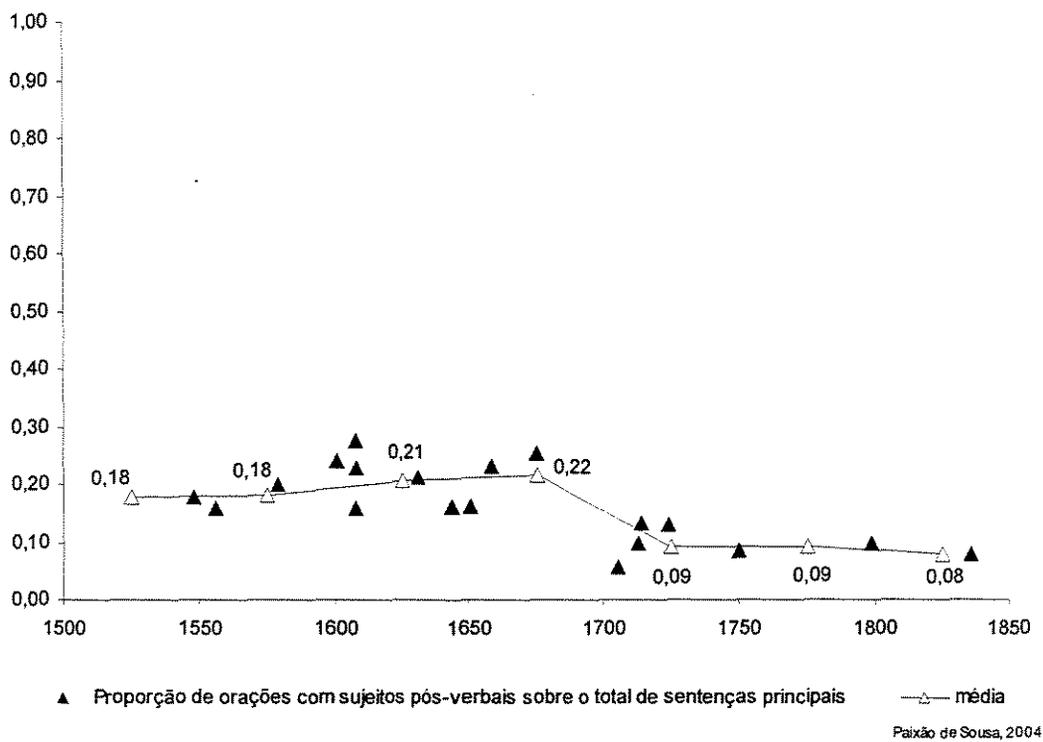


Gráfico 37: Sujeitos nulos, pré-verbais e pós-verbais em sentenças principais (cf. tabelas 24 e 25)

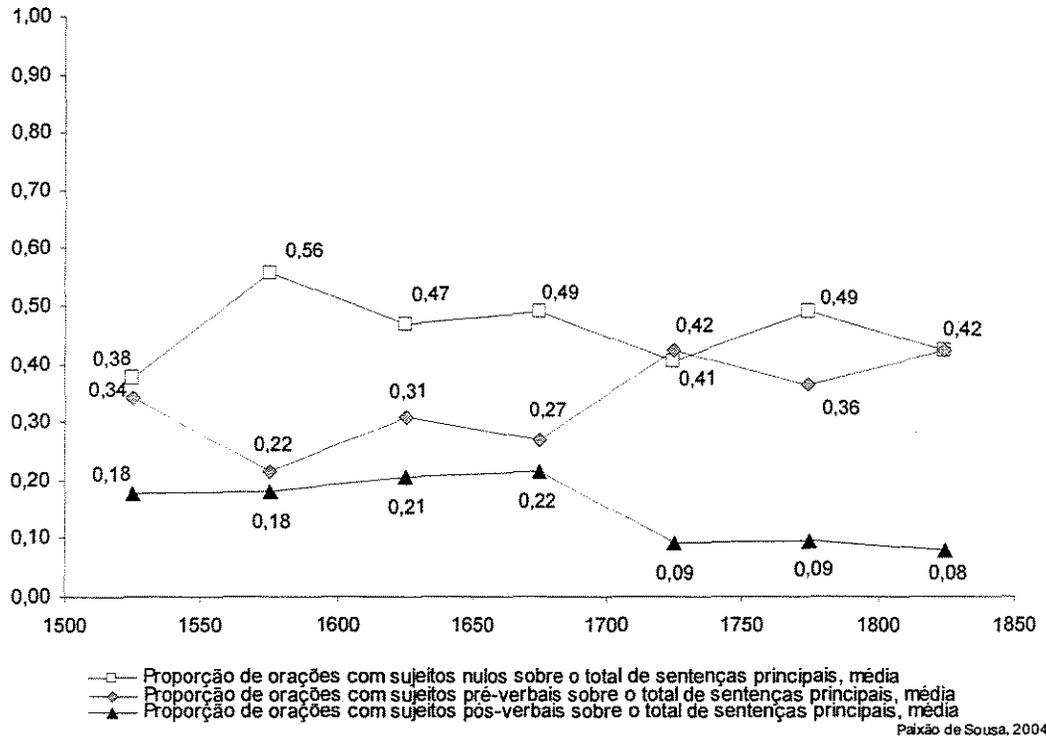


Gráfico 38: Proporção de SV com ênclises sobre o total de principais, comparada à evolução da taxa de ênclises versus próclises em SV

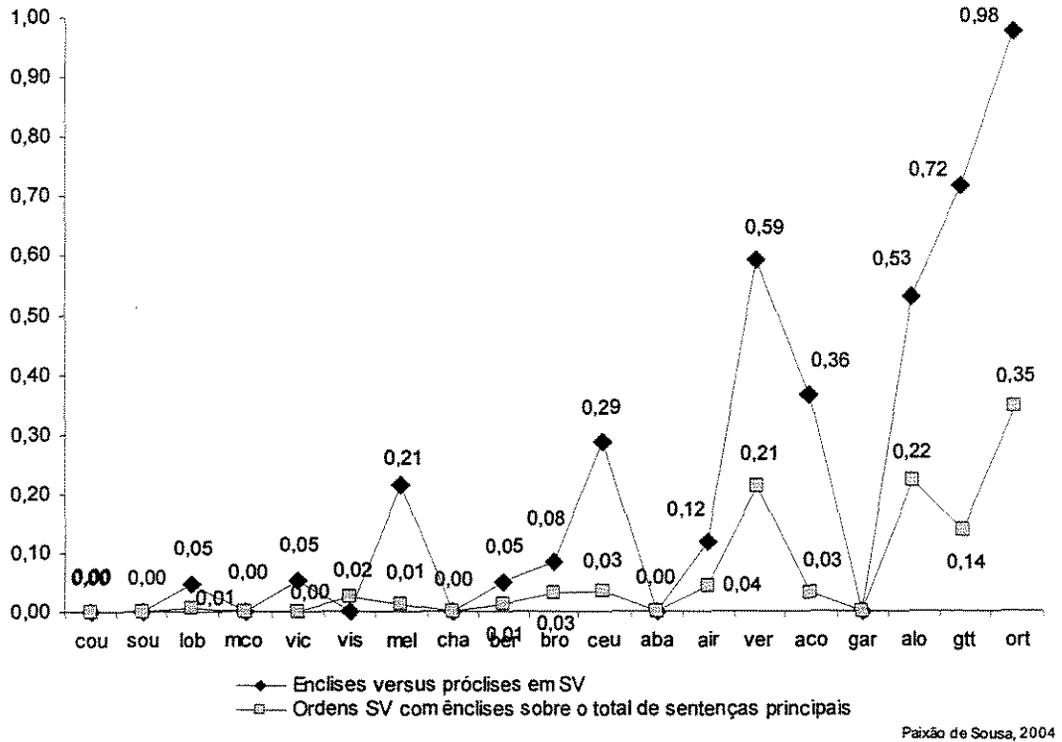


Gráfico 39: Gráfico 38: Proporção de orações com SV (ênclises e próclises), nulos e VS em principais (agrupados em linha, por autores) - (cf. tabelas 24 e 26)

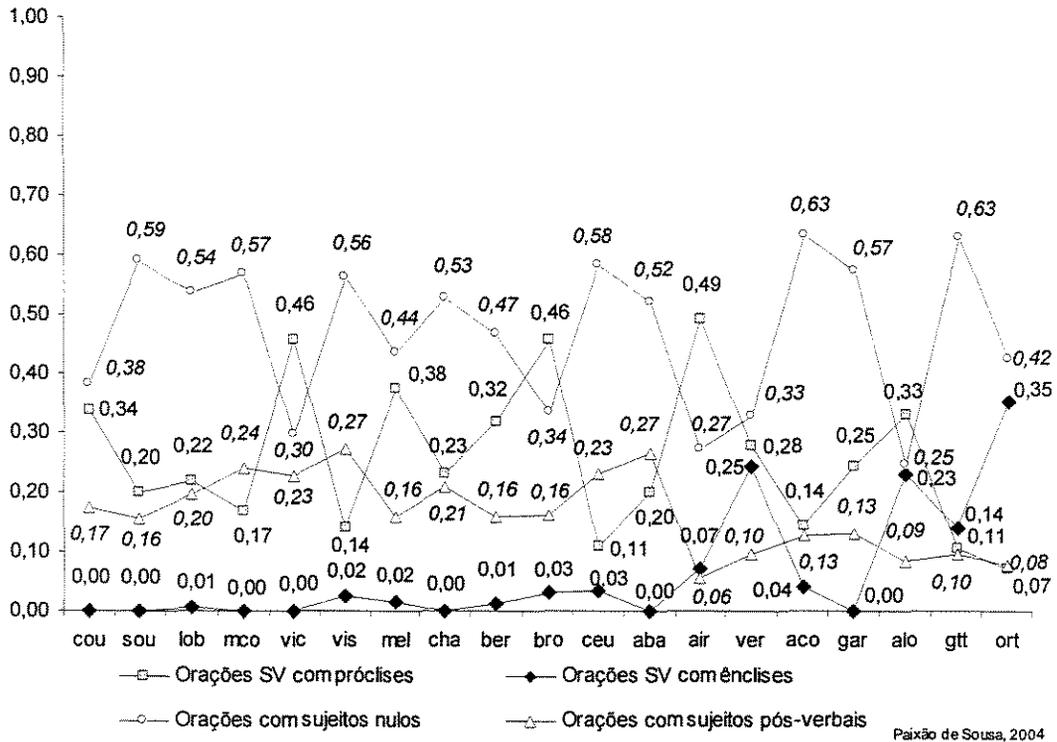


Gráfico 40: Proporção de orações com sujeitos pós-verbais sobre o total de sentenças principais

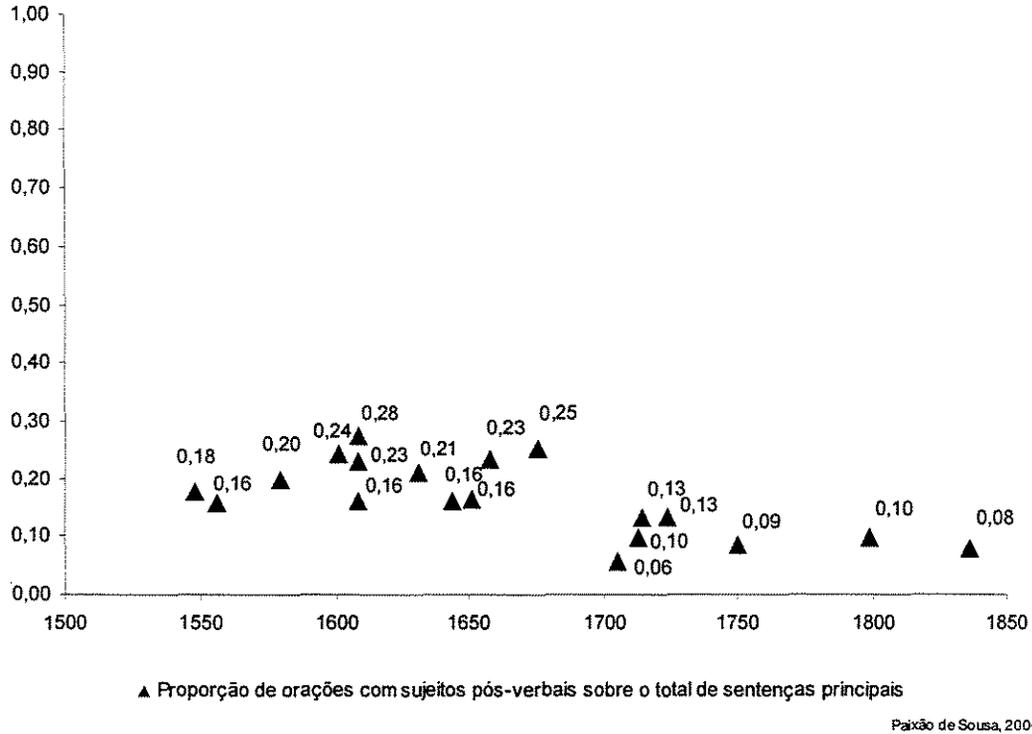


Gráfico 41: Ordens VS em sentenças principais – próclises e ênclises (cf. tabela 29)

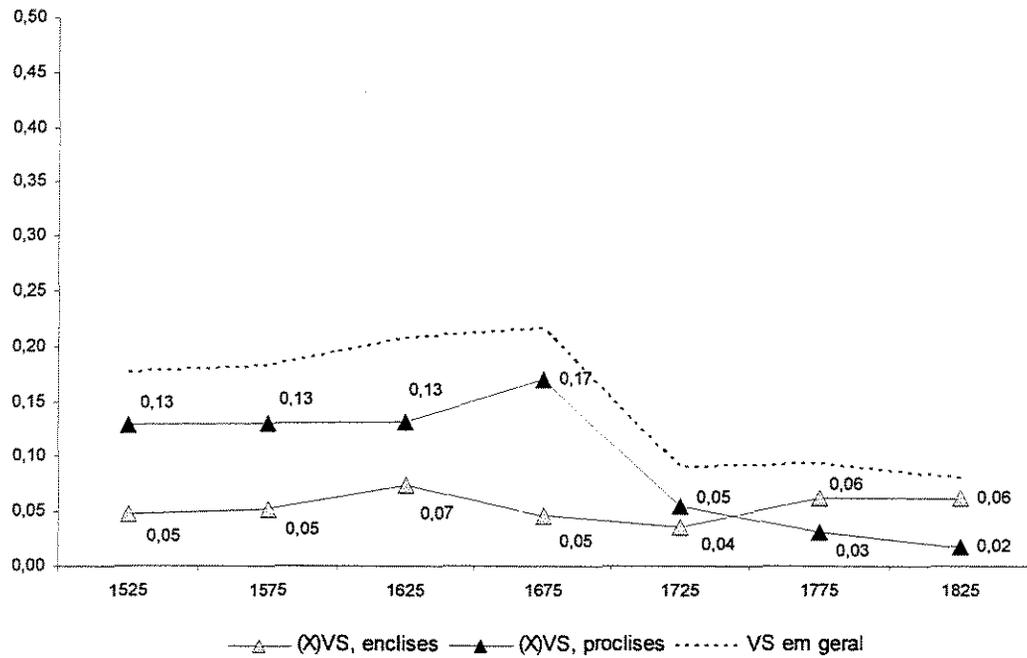


Gráfico 42: Ordens VS em sentenças principais, ênclises – escala 0,00 a 0,25 (cf. tabela 29)

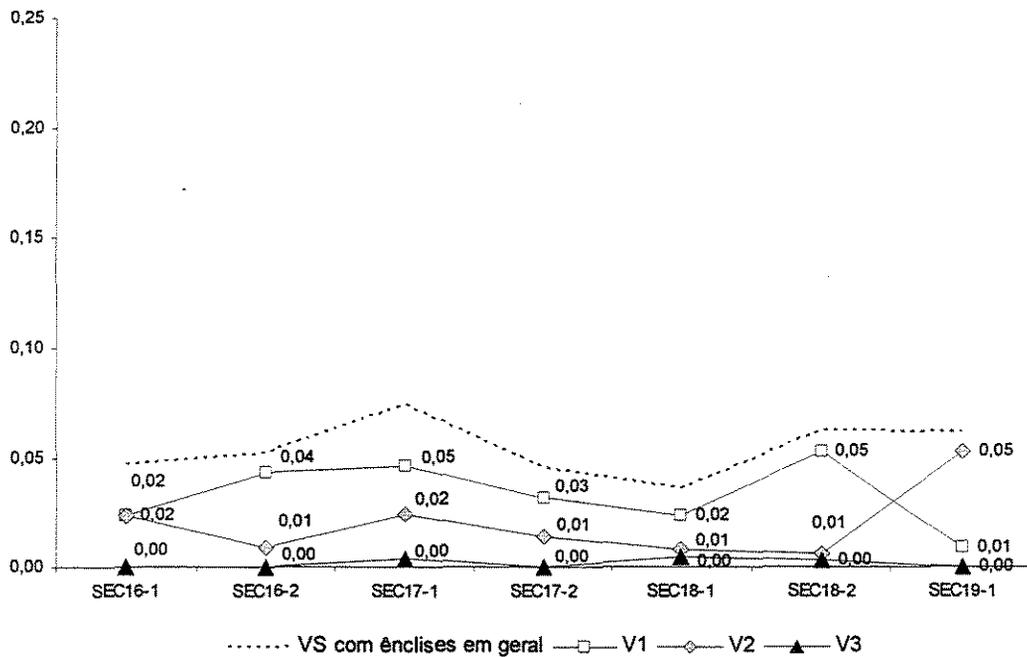


Gráfico 43: Ordens VS em sentenças principais, próclises – escala 0,00 a 0,25 (cf. tabela 29)

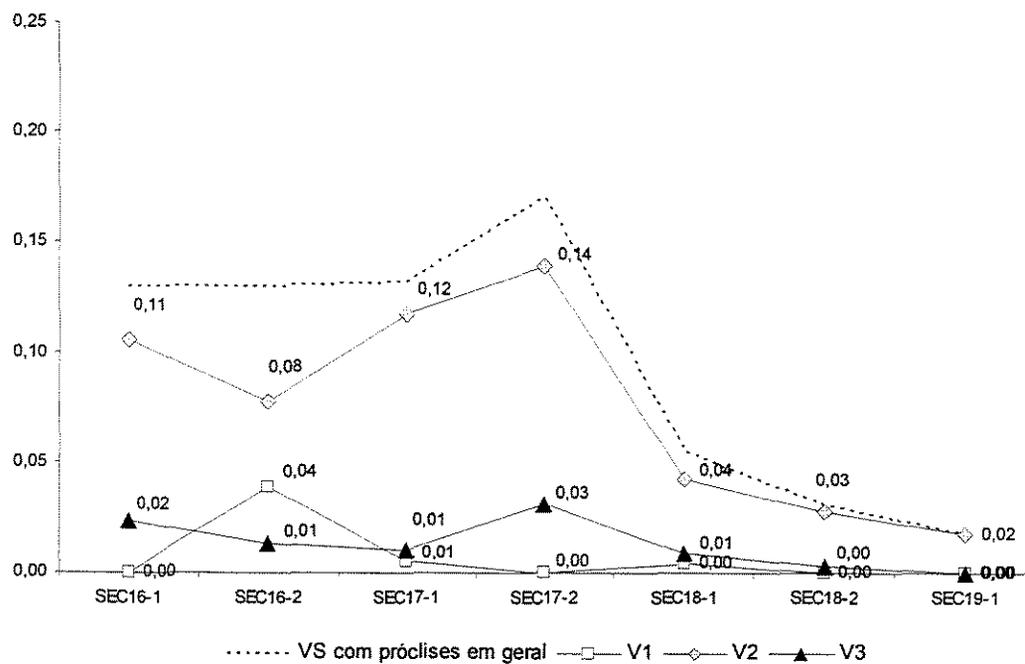


Gráfico 44: Ordens VS em sentenças principais – VS<sub>1</sub> e VXS+VSX (cf. tabela 29)

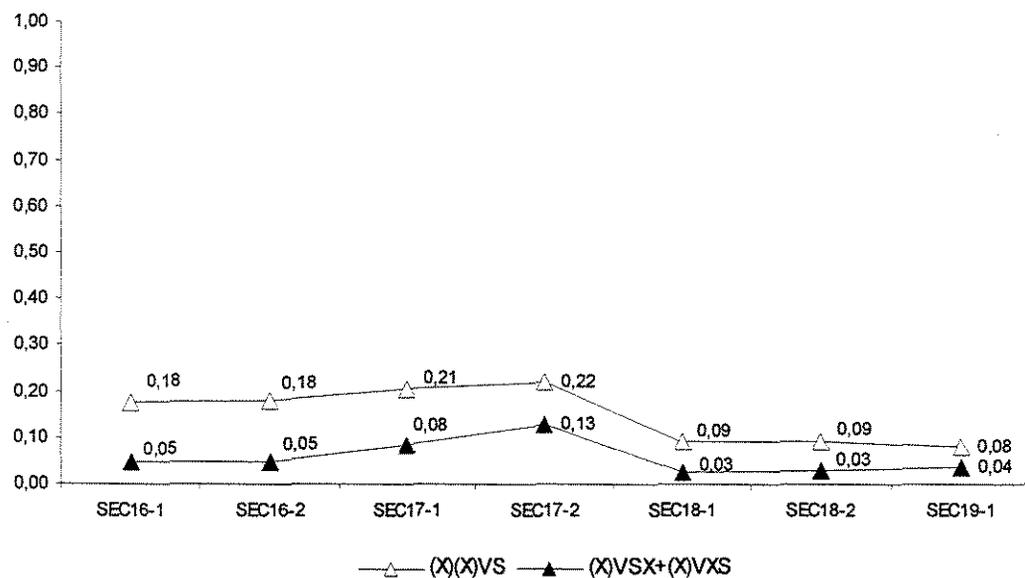


Gráfico 45: Ordens V-S-X e V-X-S em sentenças principais – escala 0,00 a 0,50 (cf. tabela 29)

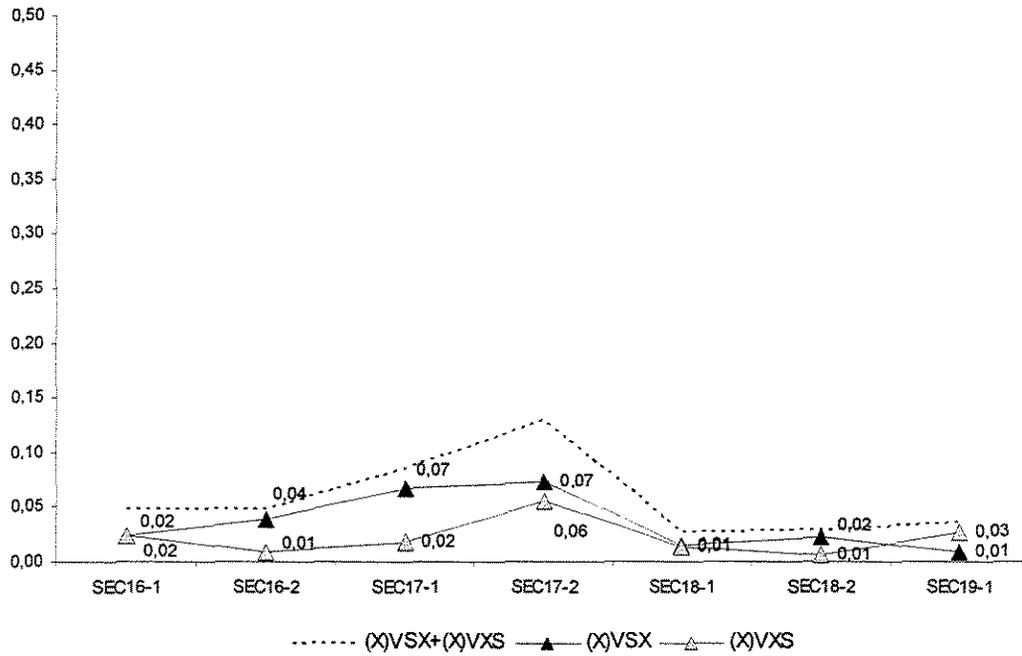
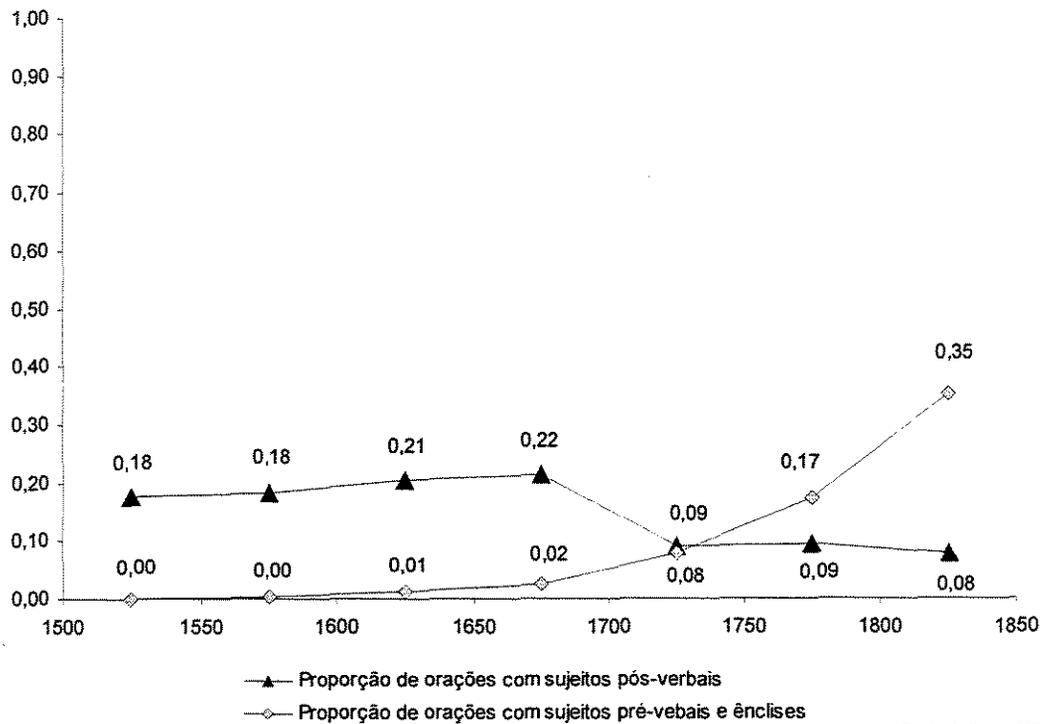
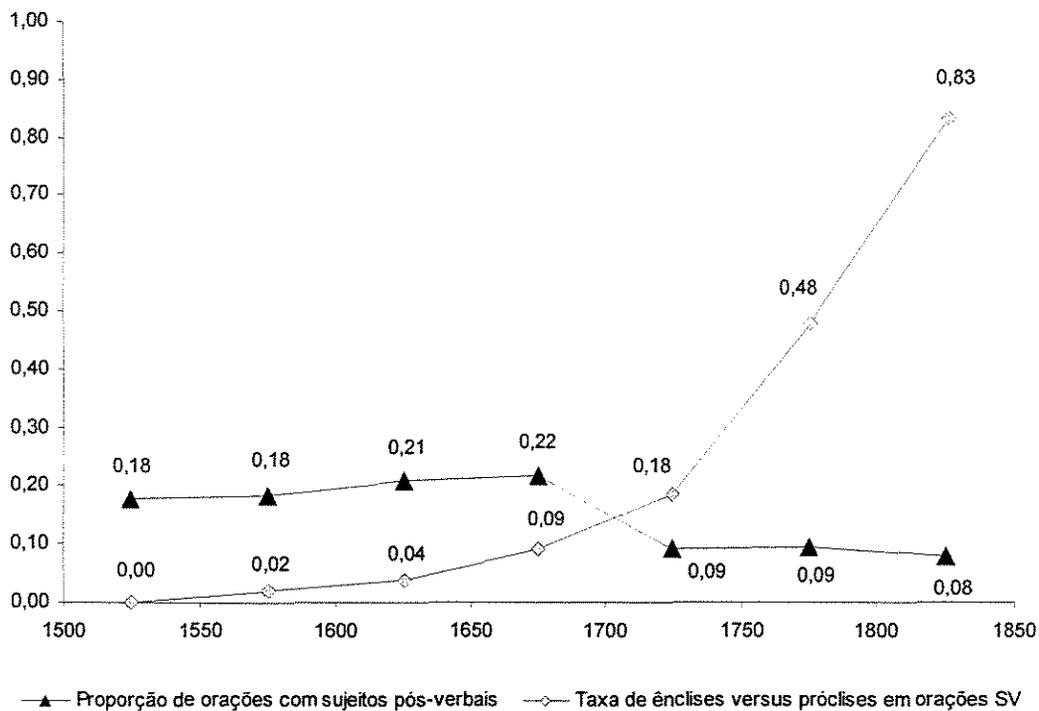


Gráfico 46: Ordens VS (próclises e ênclises) e SV (ênclises) em sentenças principais



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 47: Ordens VS (próclises e ênclises) e proporção de ênclises versus próclises em SV



Paixão de Sousa, 2004

Gráfico 48: ênclises/próclises em XV – CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31)

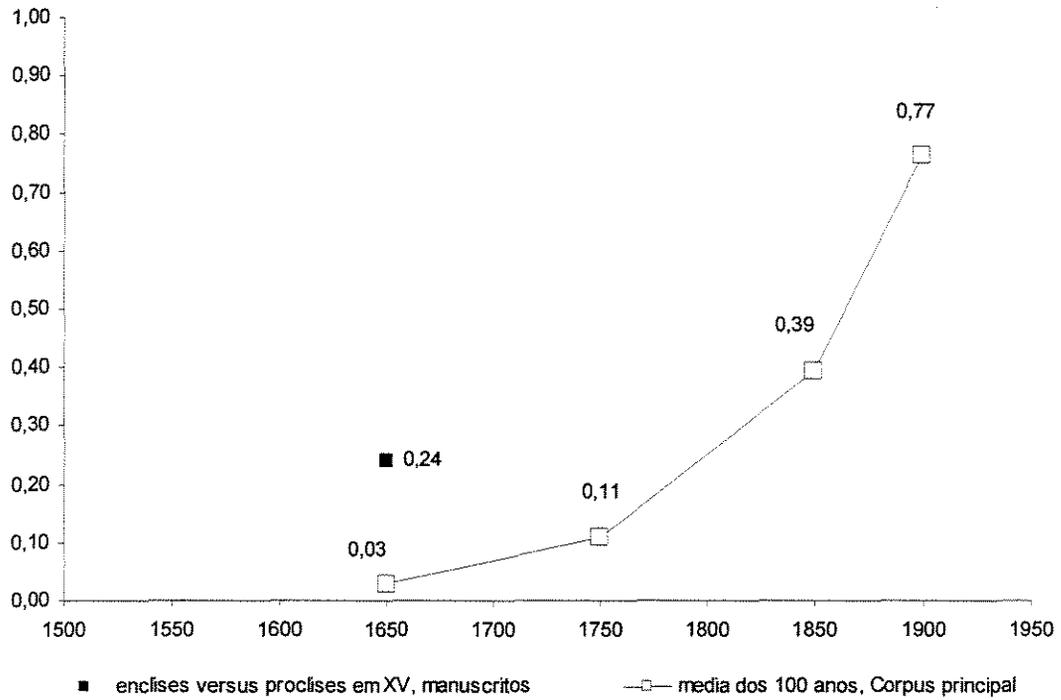


Gráfico 49: SV com ênclises/total de principais – CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31)

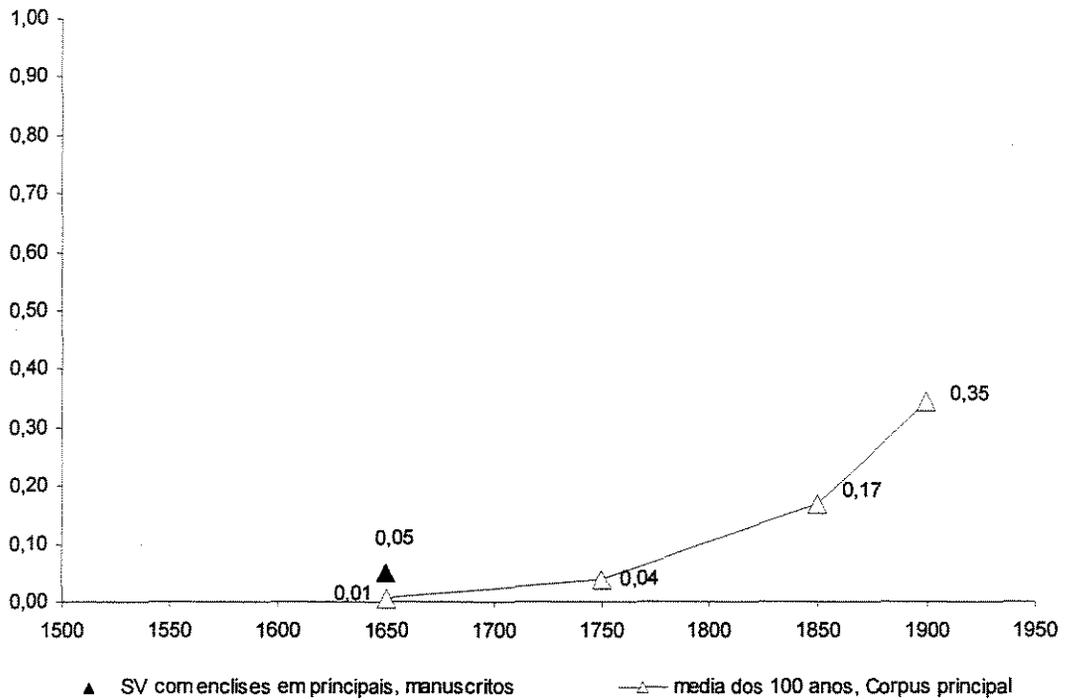


Gráfico 50: ênclises/próclises em SV – CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31)

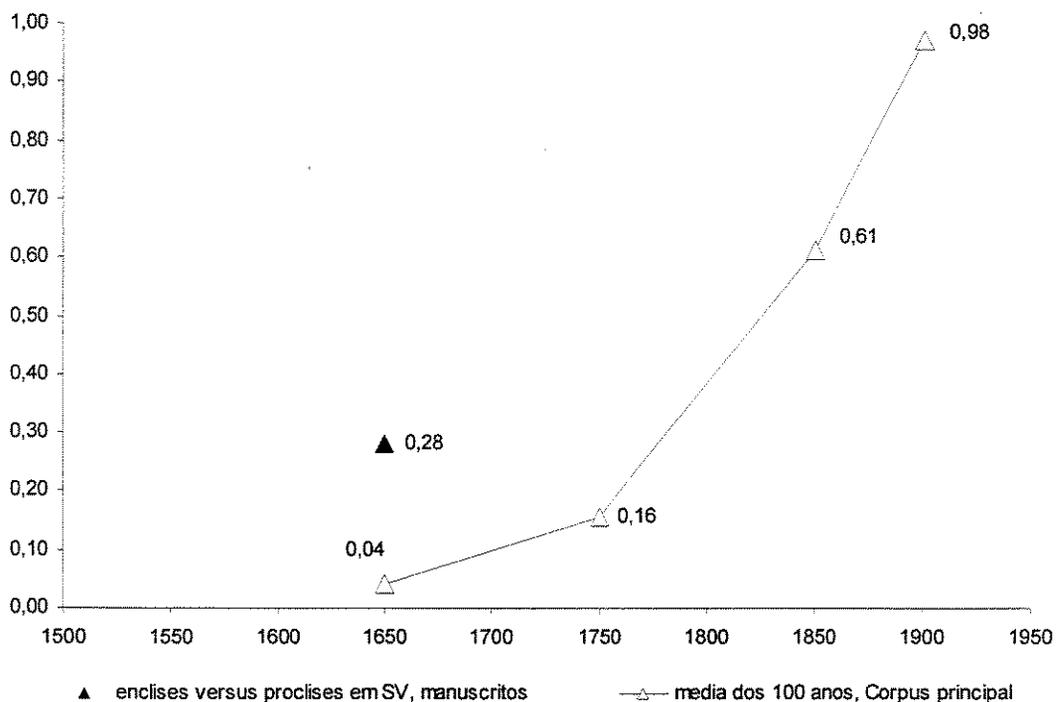


Gráfico 51: proporção de orações VS no total de principais- CTB e manuscritos (cf. tabelas 25 e 31)

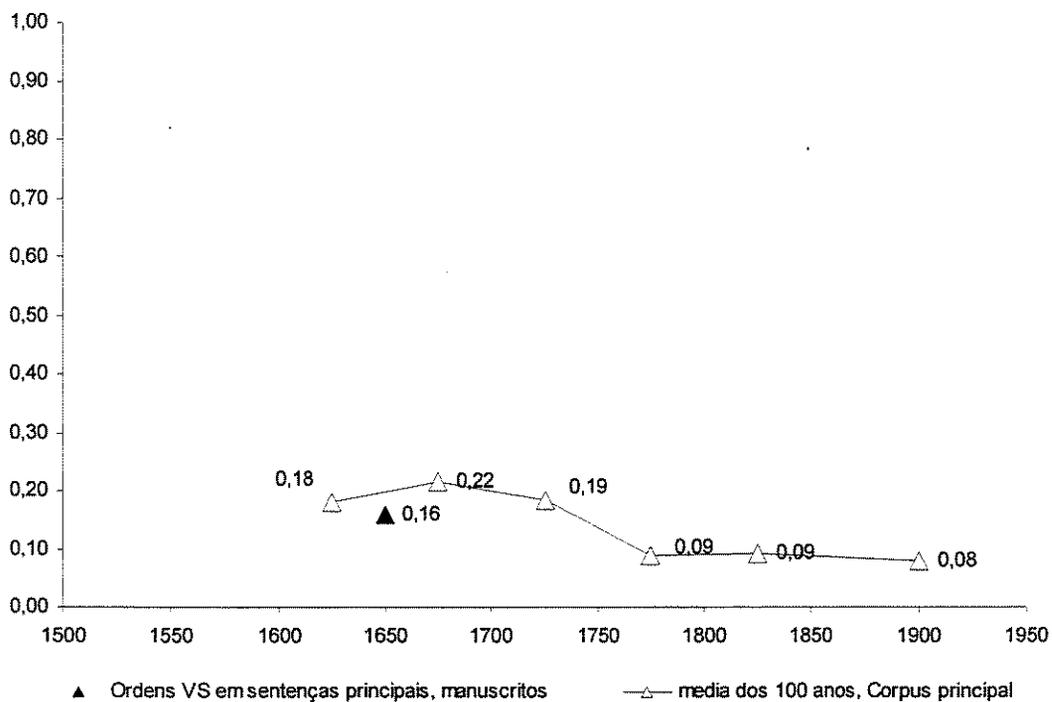


Gráfico 52: Tipos de ordens VS nos manuscritos

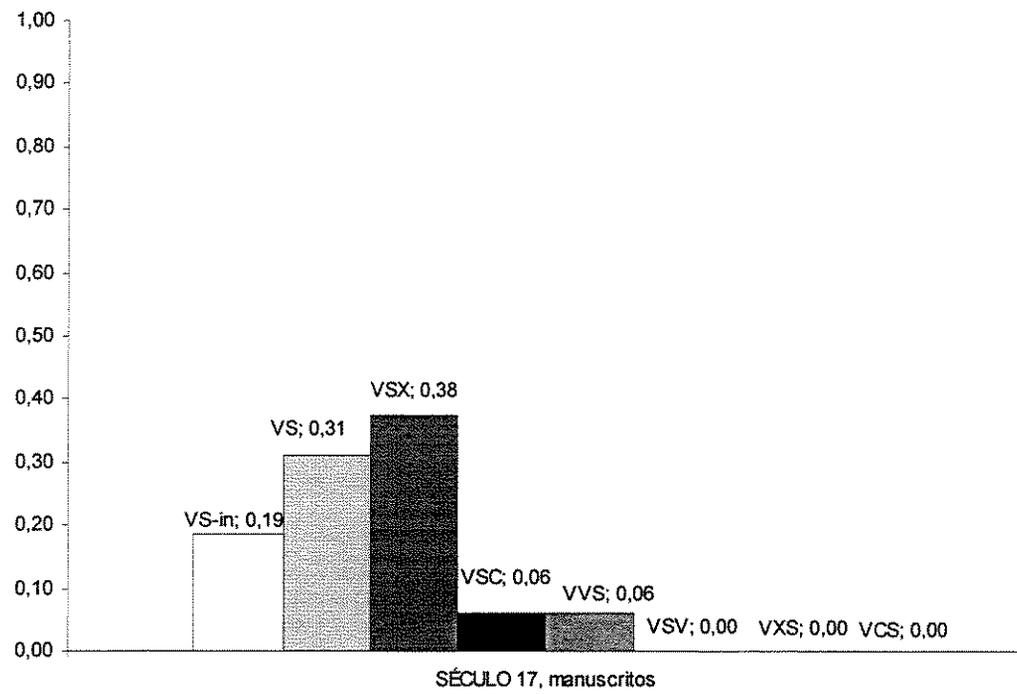


Gráfico 53: ênclises/próclises em SV – datas de nascimento (dispersão e média)

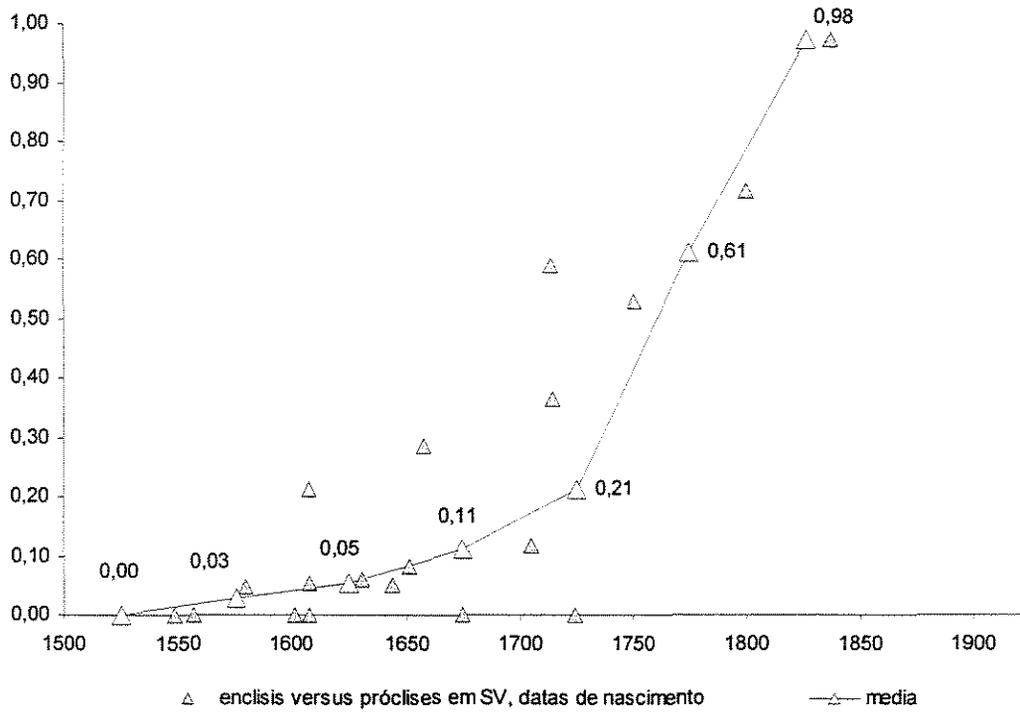


Gráfico 54: ênclises/próclises em SV – datas de publicação (dispersão e média)

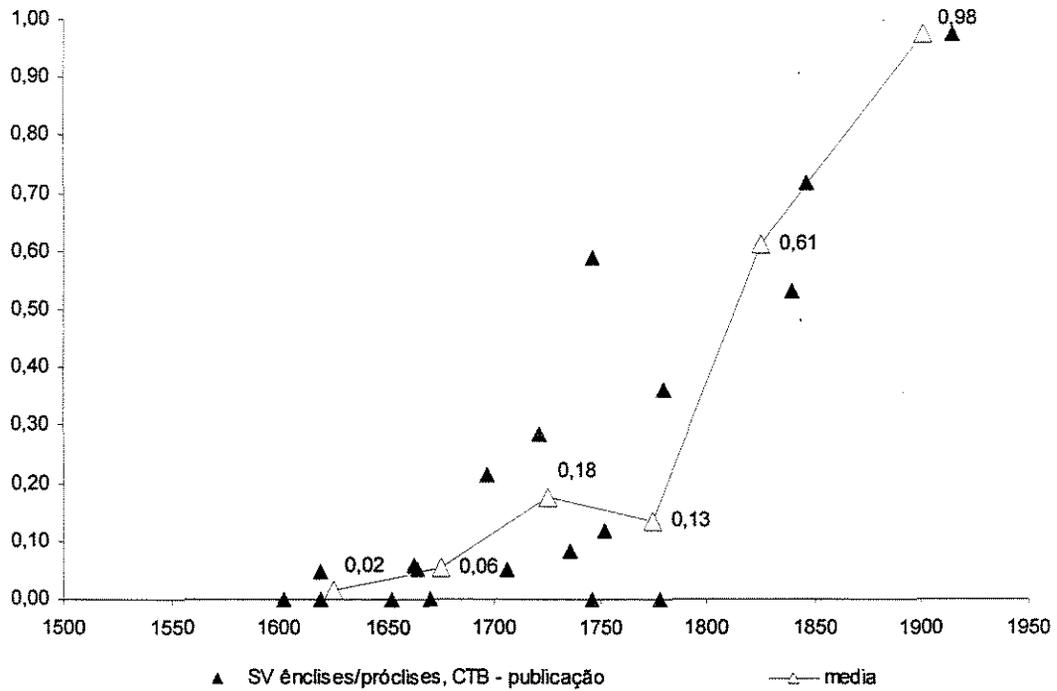


Gráfico 55: SV com ênclises em sentenças principais – datas de nascimento (dispersão e média)

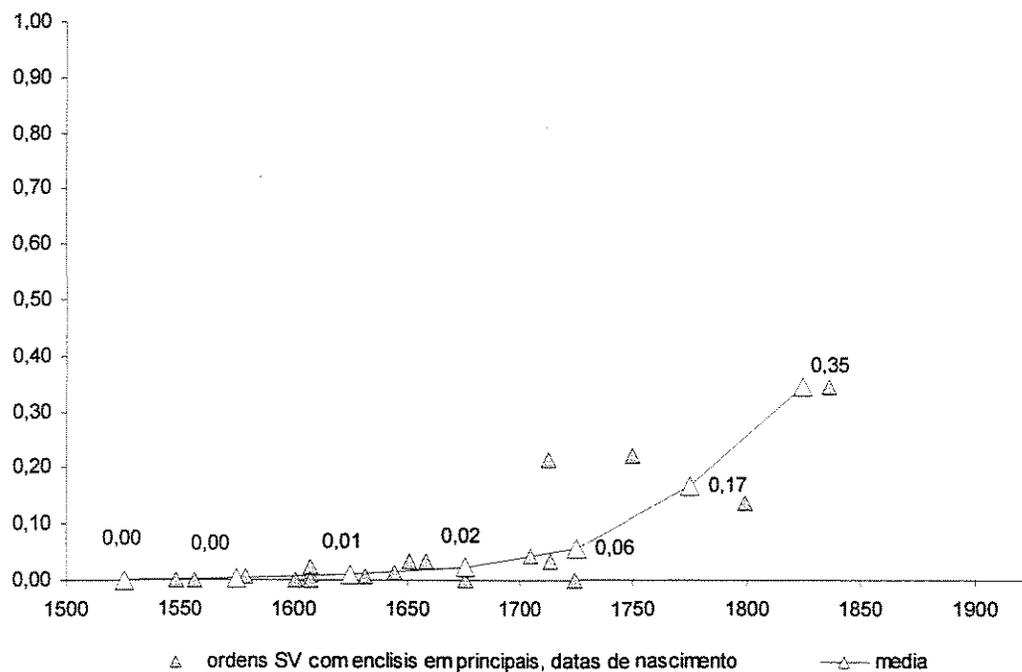


Gráfico 56: ênclises/próclises em SV – datas de publicação (dispersão e média)

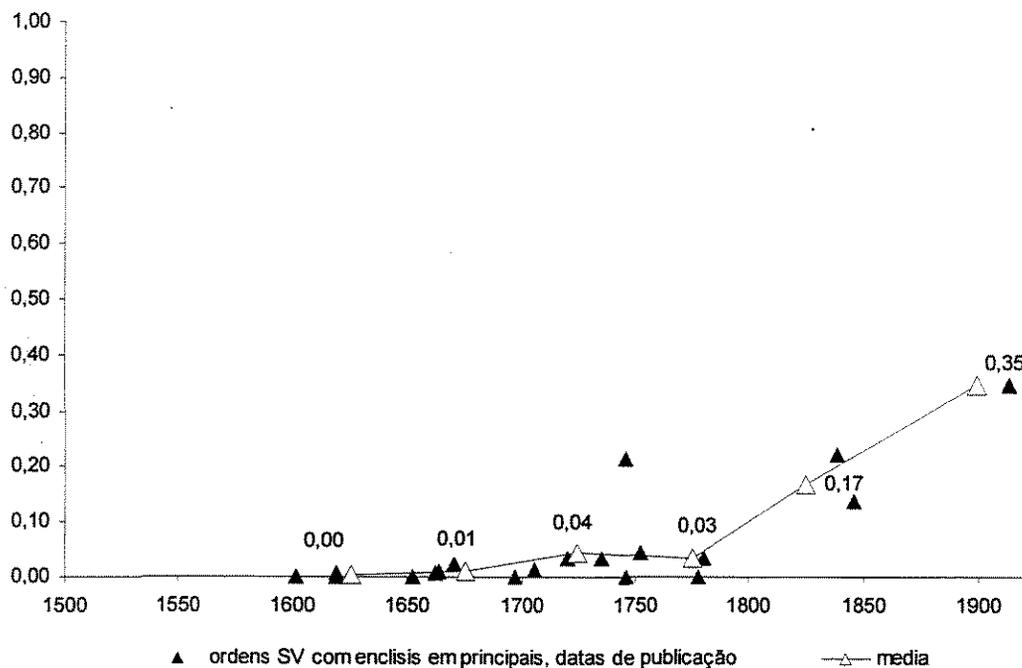


Gráfico 57: VS em sentenças principais- datas de nascimento (dispersão e média)

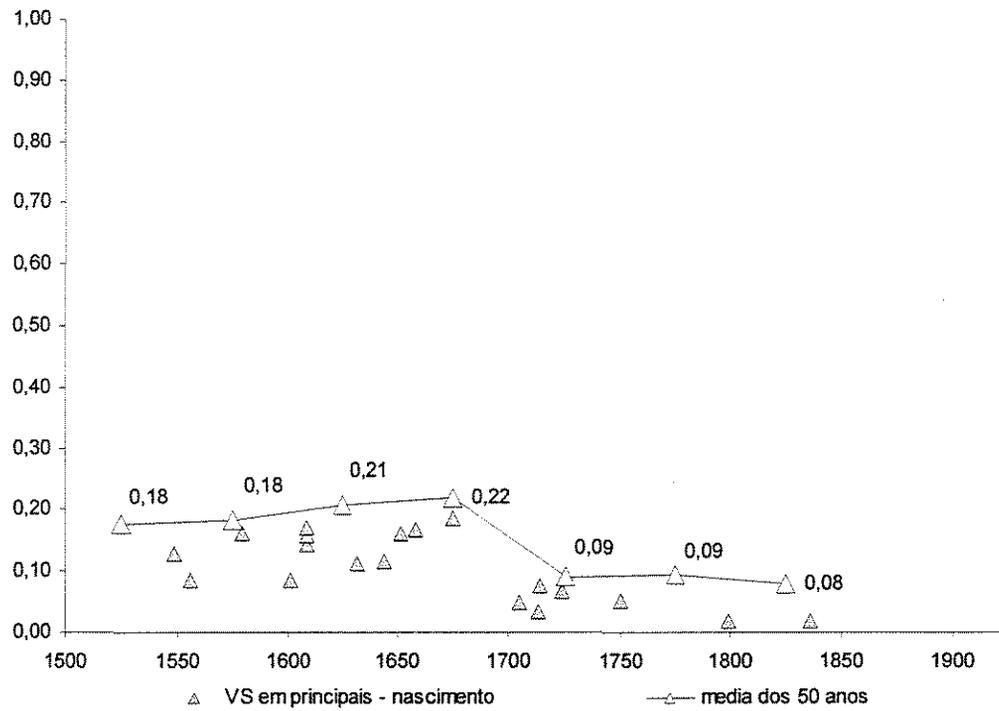
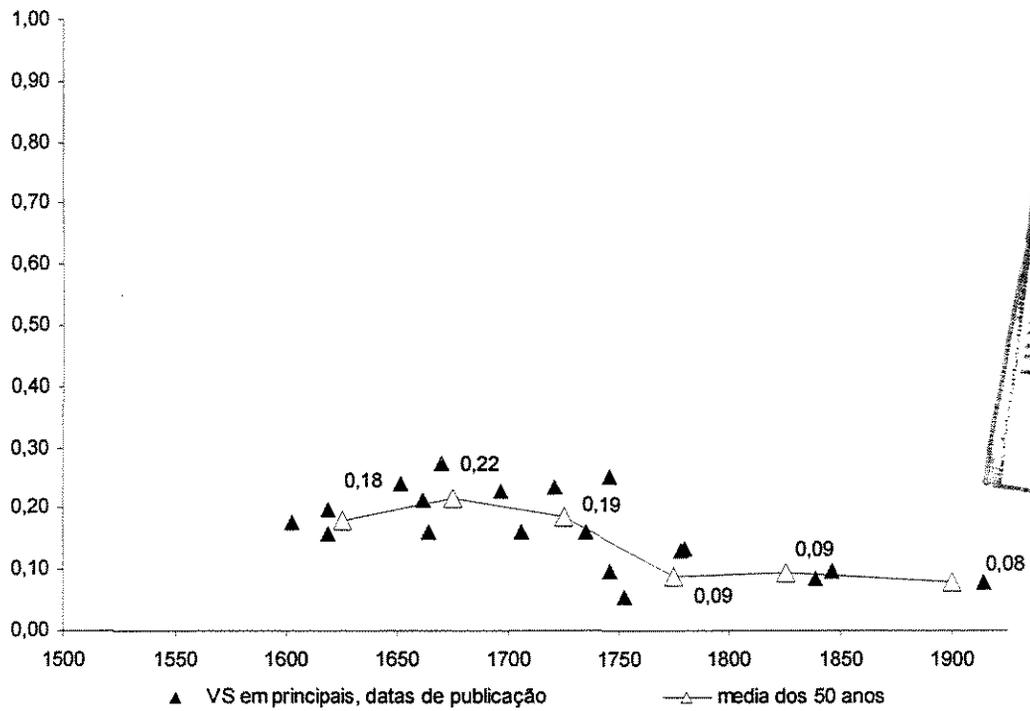


Gráfico 58: VS em sentenças principais- datas de publicação (dispersão e média)



UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

Gráfico 59: SV com ênclises/ XVS em sentenças principais

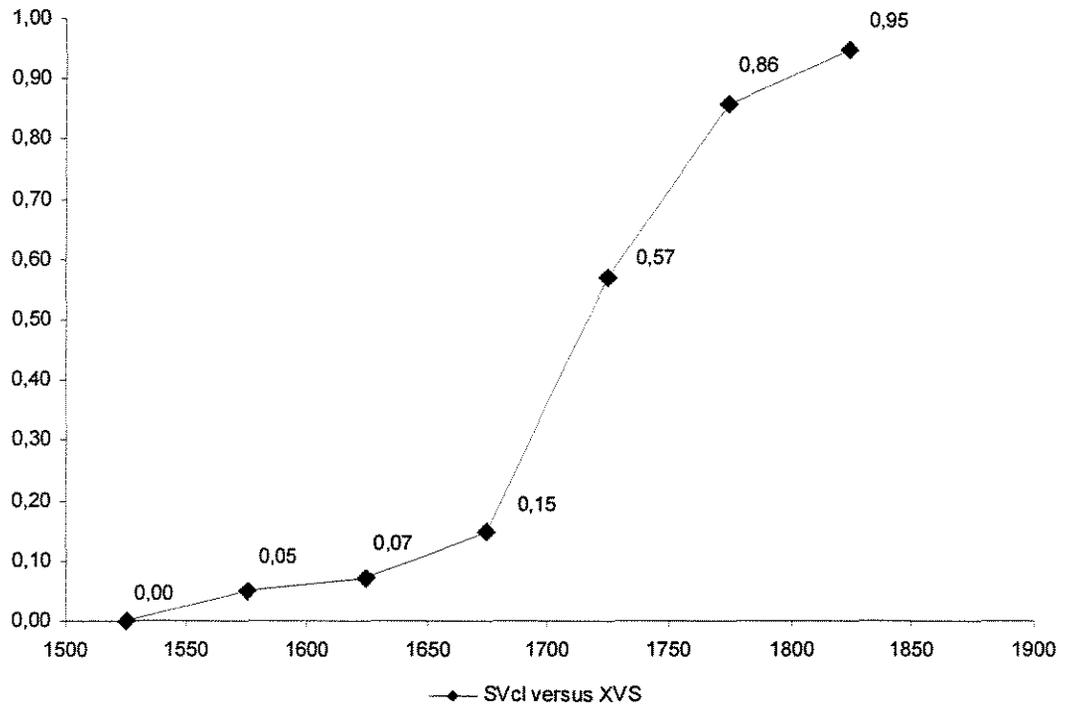


Gráfico 60: SV com ênclises e VS em sentenças independentes cf. Ribeiro (1996:107)

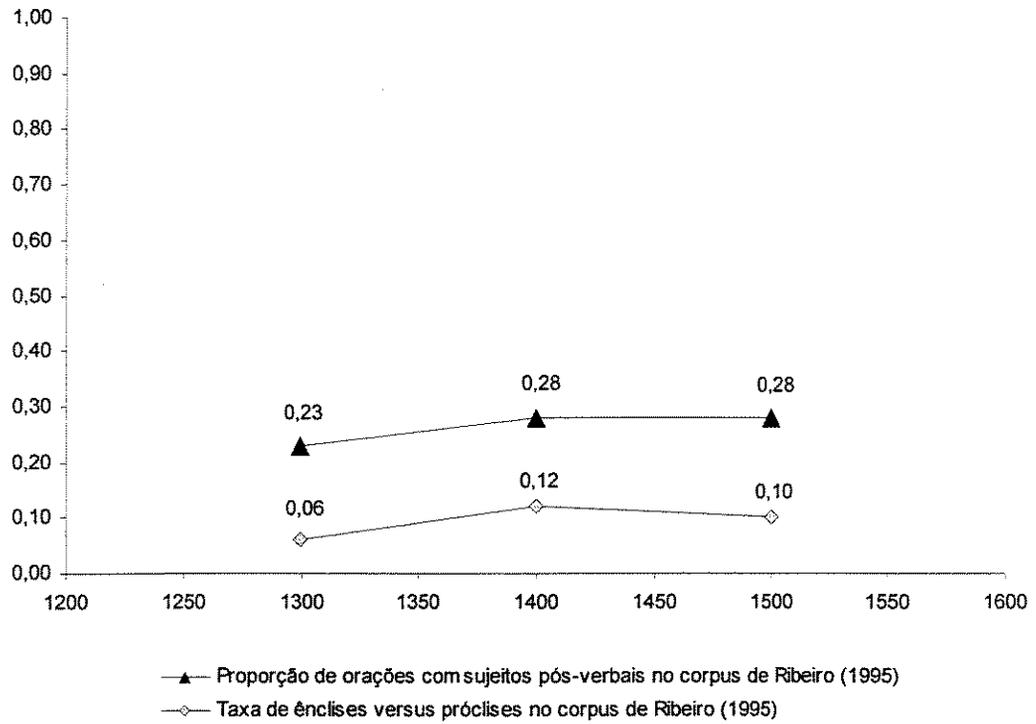


Gráfico 61: ênclises/próclises em SV em Ribeiro (1995) e no Corpus Tycho Brahe

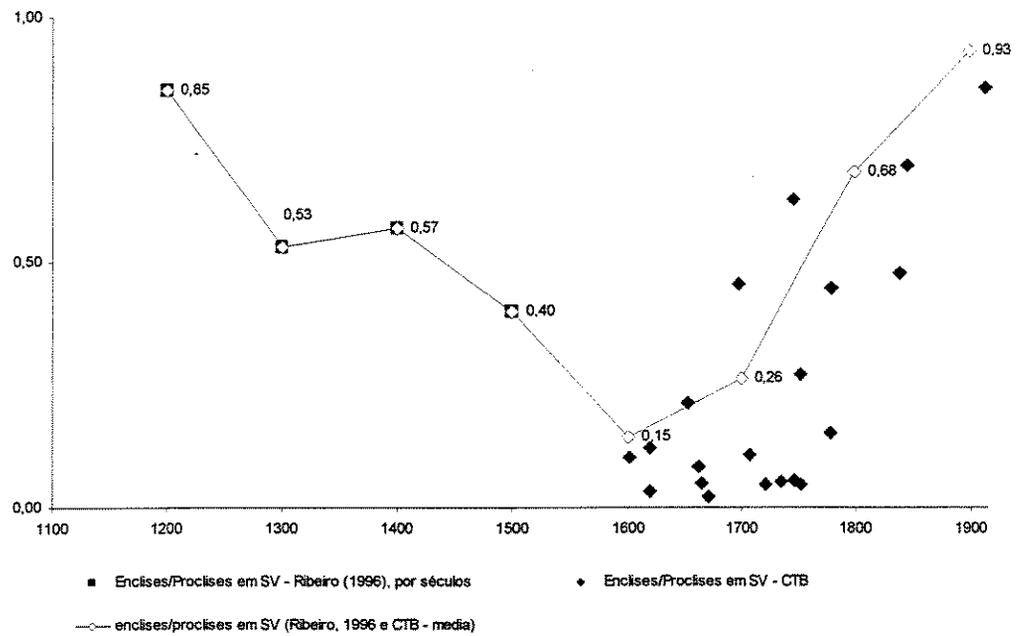


Gráfico 62: SV com ênclices em sentenças independentes, em Ribeiro (1995) e no Corpus Tycho Brahe

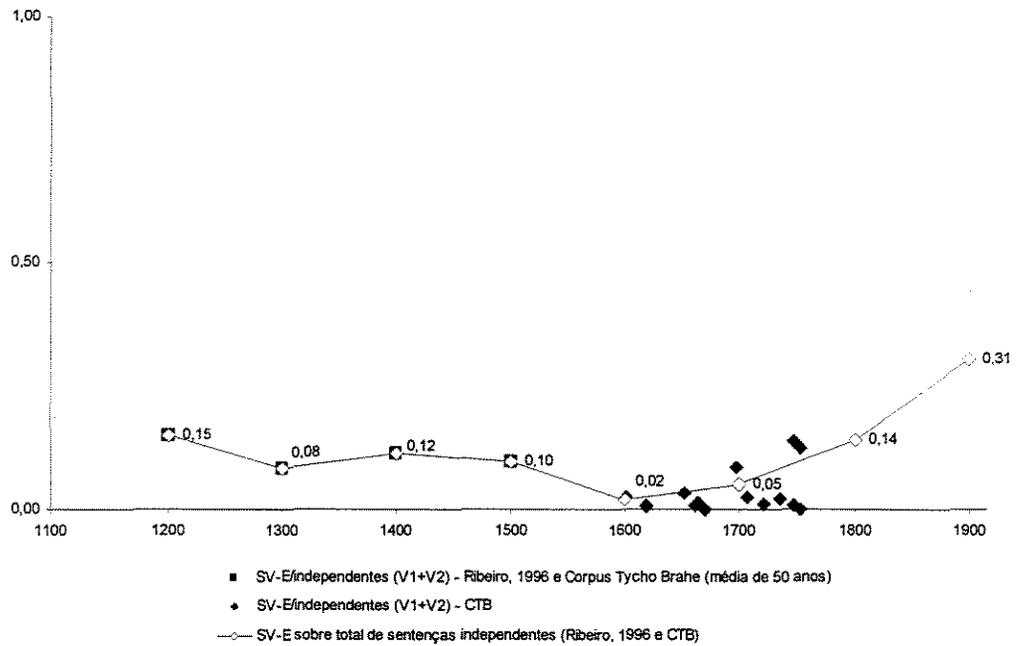


Gráfico 63: ênclices versus próclises em XV em textos medievais castelhanos e portugueses, e textos portugueses de 1600-1900

